VIII Simpósio de Questão Agrária do NATRA:
Movimentos sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitor
Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor
Prof. Dr. Sérgio Roberto Nobre

Pró-reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-reitora de Extensão Universitária
Profa. Dra. Cleopatra da Silva Planeta

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretor
Prof. Dr. Murilo Gaspardo

Vice-Diretora
Profa. Dra. Nanci Soares

Comissão Editorial UNESP - Câmpus de Franca

Presidente
Prof. Dr. Murilo Gaspardo

Membros
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes
Profa. Dra. Analúcia Bueno Reis Giometti
Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Profa. Dra. Elisabete Maniglia
Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca
Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler
Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva
Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França
Prof. Dr. José Duarte Neto
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira
Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille
Profa. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina
Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges
Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira
Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Biason
Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães
Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

Onilda Alves do Carmo
Raquel Santos Sant'Ana
(Organizadoras)

VIII Simpósio de Questão Agrária do NATRA: Movimentos sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar

2018
Unesp Franca

© 2018 UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Franca

Contato
Av. Eufrásia Monteiro Petráglia, 900, CEP 14409-160, Jd. Petráglia / Franca – SP
publica.franca@unesp.br

Diagramação e Revisão
Laura Odette Dorta Jardim (DTBD), Sandra Aparecida Cintra Ferreira (STAEPE)
Carlos Alberto Bernardes (STAEPE)

Comissão científica

Antônio Escrivão Filho
Antonio Lázaro Sant'ana
Eduardo Mei
Edvânia Ângela de Souza Lourenço
Gabriela Abrahão Masson
Gladstone Leonel Junior
Heloísa Marques Gimenez
Janaina Francisca De Souza Campos Vinha
José Fernando Siqueira da Silva
Leile Silvia Candido Teixeira
Livia Hernandes Carvalho
Marcelo Gallo
Maristela Dal Moro
Onilda Alves do Carmo
Patrícia Soraya Mustafa
Pedro Henrique de Moraes Cicero
Raquel Santos Sant'ana
Suenya Santos da Cruz
Tito Flávio Bellini Nogueira de Oliveira
Cristina Simões Bezerra.

Comissão organizadora

Anielle Sousa da Silva
Debora de Oliveira Carvalho
Maria Clara Silva Lautenti
Bruno Brito
Giovana do Prado Machado Rosa
Eleonora Ricci Graneiro
Fernanda Andrade Garcia
Gabriel Fernandes Ribeiro das Neves
Larissa de Jesus Souza
Raphaela Carvalho Souza Maringoli
Marina Rodrigues de Camargo
Victoria Guimarães de Souza
Yuri de Sousa Ranhel
Mauricio Gonzalez
Tereza Gomes Leal
Julia Corne
Ana Carolina Iozzi Ferro
Jennyara Carolina Campos
Amanda Verrone
Nathália da Cruz
Mariana de Castro
Isabella Leonel
Gabriel Schmidt
Amanda Kelly de Andrade,
Cecília Marangoni,
Nathália Lopes Caldeira Brant
Raquel Santos Sant'Ana
Onilda Alves do Carmo

Assistentes Técnicas

Amanda Kelly de Andrade
Débora de Oliveira Carvalho
Giovana do Prado Machado Rosa
Maria Clara Silva Laurenti

VIII Simpósio de Questão Agrária do Natra : movimentos sociais, Agroecologia e soberania alimentar / Onilda Alves do Carmo e Raquel Santos Sant'Ana (Organizadoras). –Franca : UNESP- FCHS, 2018.

607 p.
ISBN: 978-85 -7818-103-1

1. Políticas públicas. 2. Terras - Distribuição. 3. Posse da terra. 4. Política alimentar - Países em desenvolvimento. 5. Direitos fundamentais. 6. Agronegócio. 7. Agricultura familiar. 8. Núcleo Agrário Terra e Raiz – NATRA. I. Título. II. Carmo, Onilda Alves do. III. Sant'Ana, Raquel Santos.

CDD – 333.00981

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andreia Beatriz Pereira – CRB8/8773

TERRA NOSSA, LIBERDADE
DOM PEDRO CASALDÁLIGA

Esta é a Terra nossa:
a Liberdade,
humanos!
Esta é a Terra nossa:
a de todos,
irmãos!
A Terra dos Homens
que caminham por ela,
pé descalço e pobre.
Que nela nascem, dela,
para crescer com ela,
como troncos de Espírito e
de Carne.
Que se enterram nela
como semeadura
de Cinzas e de Espírito,
para fazê-la fecunda como
uma esposa mãe.
Que se entregam a ela,
cada dia,
e a entregam a Deus
e ao Universo,
em pensamento e suor,
em sua alegria,
e em sua dor,
como o olhar
e com a enxada
e com o verso...
Prostitutos cridos
da mãe comum,
seus mal-nascidos!

Malditas sejam
as cercas vossas,
as que vos cercam
por dentro,
gordos,
sós,
como porcos cevados:
fechando,
com seu arame e seus títulos,
fora de vosso amor,
aos irmãos!
(Fora de seus direitos,
seus filhos
e seus prantos
e seus mortos,
seus braços e seu arroz!)
Fechando-os
fora dos irmãos
e de Deus!
Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois
e fazer a Terra, escrava
e escravos os humanos!
Outra é a Terra nossa,
Homens, todos!
A humana Terra livre irmãos

DEDICATÓRIA

Aos homens e mulheres, trabalhadores/trabalhadoras rurais sem terra assassinados, aos povos indígenas que estão sendo dizimados pela ganância do capital.

A todos/as estudantes, docentes e trabalhadores/as da área acadêmica que resistem e continuam lutando por uma universidade pública gratuita e de qualidade comprometida com a construção de uma sociedade para além do capital.

NATRA.

APRESENTAÇÃO

> "A agroecologia envolve as famílias num processo de construção social através de uma relação harmônica com a natureza" (Site do MST).

É com orgulho que apresentamos à comunidade acadêmica e aos trabalhadores/as do campo e da cidade e, Movimentos Sociais, o resultado dos debates sobre a Questão Agrária do VIII Simpósio sobre a Questão Agrária – Movimentos Sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar, organizado pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz – NATRA.

O NATRA - Núcleo Agrário Terra e Raiz da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca, SP, criado em 1997, se constitui como um grupo de extensão universitária, que se assume como grupo de extensão comunicativa e popular que se compromete, desde suas origens, com os trabalhadores rurais sem terra nas suas lutas pelo direito à terra. O NATRA é composto por estudantes dos quatro cursos do campus: História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais.

Durante toda a sua história o Núcleo Agrário Terra e Raiz desenvolve ações junto às comunidades rurais dos acampamentos e assentamentos da Região de Franca e de Ribeirão Preto. No espaço acadêmico da universidade, o NATRA tem levado o debate sobre a questão agrária e é considerado como um grupo de referência na relação com os movimentos sociais rurais, pois possibilita a interlocução entre o espaço acadêmico e os movimentos sociais, de modo particular, os movimentos sociais sem-terra.

O NATRA a partir de suas ações reafirma sua concepção de universidade pública e gratuita, comprometida com os segmentos populares, com a justiça social e com os movimentos sociais.

Nesta perspectiva e guiado pelo compromisso com os/as trabalhadores/as do campo, organizados nos movimentos sociais rurais, o NATRA realiza eventos com o objetivo de promover o debate sobre a questão agrária possibilitando a troca horizontal entre saberes da academia e dos movimentos sociais de trabalhadores rurais que trazem suas demandas, os desafios de sua realidade e seus saberes nascidos das experiências de luta pelo direito à terra e por uma Reforma Agrária Popular.

Na busca por construir esse espaço de diálogo o NATRA realizou vários simpósios para debater a questão agrária e neste ano, o VIII, propõe como temática "Movimentos Sociais, Agroecologia e Soberania

Alimentar", entendendo que nesta fase do desenvolvimento econômico em que o agronegócio detém a hegemonia da lógica da produção agrícola, é necessário adensar o debate crítico no sentido de pensar um outro modelo de produção é possível.

O VIII Simpósio, ainda que tenha o protagonismo do NATRA, foi construído em conjunto com grupos de três universidade parceiras que fazem o debate sobre a agroecologia: Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Triângulo Mineiro. O objetivos deste Simpósio são: promover um espaço interdisciplinar de debate sobre a questão agrária, agroecologia e movimentos sociais; contribuir com a reflexão sobre o papel da ciência na produção do conhecimento e de tecnologias sociais com enfoque na questão agrária; promover a troca de conhecimentos entre pesquisadores de diferentes áreas e os movimentos sociais no debate sobre a agroecologia e soberania alimentar e, promover o aprofundamento teórico e fundamentação da questão agrária como uma particularidade da questão social.

O NATRA ao propor a temática da Agroecologia neste VIII Simpósio da Questão Agrária quer construir um espaço de debate e de partilha com os movimentos sociais e com especialistas que estudam a agroecologia, buscando construir possibilidades de interlocução entre os movimentos sociais e a academia. Adensar esse diálogo é aprofundar o compromisso com a luta pela Reforma Agrária Popular e Soberania Alimentar e, assim, contribuir para a construção de uma sociedade justa, sem exploração, sem opressão e respeitando a natureza e os indivíduos sociais.

Boa leitura.

Onilda Alves do Carmo [*]
Raquel Santos Sant'Ana [**]

[*] Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas Sociais de Franca- campus da UNESP, vice coordenadora do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) desde 2010 e coordenadora do Grupo de Estudos e Extensão Mulher e Gênero – Margarida Alves da Unesp.

[**] Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca- campus da UNESP, coordenadora do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) desde 2000.

INTRODUÇÃO

Floriô

Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha, coração cheio de amor.

Povo sem-terra fez a guerra por justiça,
visto que não tem preguiça este povo de pegar,

Cabo de foice, também cabo de enxada,
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.

Com sacrifício debaixo da lona preta inimigo fez careta,
mas o povo atravessou rompendo cercas que cercam a filosofia
de ter paz e harmonia para quem planta o amor.

Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,
porque a luta não para quando se conquista o chão
fazendo estudo, juntando a companheirada
criando cooperativa pra avançar a produção.

(Zé Pinto)

Não há dúvida de que nos anos atuais há a primazia do modelo de desenvolvimento para o campo manifesto no sistema do agronegócio que nada mais é do que uma das expressões mais importantes do processo de globalização e que tem sido implantado de forma consistente no Brasil.

Os impactos desse modelo liberalizante e, portanto, conservador, tem sido objeto de uma infinidade de estudos e, grande parte deles concentram seus esforços na defesa do agronegócio, muitas vezes de forma entusiasta, pois consideram que este tem se colocado como uma das maiores forças econômicas em tempos de crise do capital. Esse discurso, se por um lado, considera esse modelo produtivo como mais eficaz, pois proporciona ganhos de produtividade, garante um superávit de milhões de reais e leva ao equilíbrio da balança de comercial do país, por outro, fortalece o argumento de que o problema da agricultura camponesa é a baixa produtividade e a falta de valor

agregado aos produtos. A alternativa a esse setor, portanto, seria a incorporação de novas tecnologias, o uso de insumos modernos e a sua integração ao mercado capitalista o que configuraria o seu caráter moderno inserindo-o no âmbito da concorrência capitalista.

Esse argumento se desfaz quando se analisa as consequências sociais e ambientais próprias desse sistema produtivo.

Tratando especificamente da realidade brasileira, esse sistema do agronegócio que se consolida, principalmente a partir dos anos 2000, vem trazendo sérios prejuízos ao meio ambiente e a saúde, na medida em que adota um pacote tecnológico que leva a um consumo crescente de recursos naturais não produzidos pelo trabalho humano, tais como os solos, a água, a biodiversidade, as florestas nativas, etc. Esse modelo que está de acordo com a lógica capitalista cuja racionalidade se assenta no máximo aproveitamento dos bens naturais, destrói a vida em nome do combate às pragas e do controle de doenças na agricultura.

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado por muitos como símbolo da modernidade no campo, mas o que esconde por trás da aparência moderna é a barbárie marcada pela exploração excessiva do trabalho, a degradação do meio ambiente e da saúde e a expropriação dos camponeses levando a profunda concentração da terra.

Essa análise que descortina o caráter perverso do modelo do agronegócio nos desafia a encontrar alternativas a esse modelo de desenvolvimento, e estão atreladas à produção camponesa que evidencia cada vez mais a capacidade de resistência à hegemonia da grande produção modernizada. Há que se ressaltar que mesmo dispondo de escassos recursos financeiros e produtivos, a agricultura camponesa vem demonstrando uma grande capacidade produtiva relacionada a produção de alimentos saudáveis e a soberania alimentar, geração de empregos e respeito com o meio ambiente.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 são uma forte demonstração da importância da produção nos moldes familiares. A área ocupada por esse segmento é de apenas 30,5% do total das áreas agricultáveis no país, sendo que 75% das propriedades camponesas, em média, não ultrapassam a cinco hectares. Segundo Wanderley (2014), essas exíguas áreas destinadas às famílias camponesas, absorvem em torno de 76,9% do pessoal ocupado na atividade agrícola em todo o País. Produzem aproximadamente 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional e recebem somente 25,3% dos financiamentos

destinados à agricultura. O Censo Agropecuário de 2006 demonstra que em torno de 75% da produção de alimentos é de responsabilidade da agricultura camponesa (IBGE, 2006).

Alguns dados podem demonstrar que, grande parte dos alimentos que são a base da dieta do Brasil, são produzidos pelo campesinato: 87% da produção de mandioca; 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, bem como, 59% do rebanho de suínos, 50% dos efetivos avícolas e 30% do gado bovino.

A resistência a esse processo vem ocorrendo com grande força nos últimos anos no Brasil, protagonizadas pelos diversos movimentos sociais do campo. A luta pela redemocratização da terra que teve início nos finais dos anos 1970 e que ganhou força e consistência nos anos posteriores, chega aos anos 2000 como uma das maiores expressões políticas no cenário brasileiro, principalmente no que se refere à luta pela reforma agrária e a defesa da agricultura camponesa. Essa luta tem como principal sujeito coletivo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas há uma forte presença de outros movimentos sociais tais como: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, os quais vêm construindo uma forte resistência ao agronegócio e ao avanço do capital no campo.

As alternativas que vem sendo apontadas ultimamente e que se tornaram uma grande referência para o debate e vem compondo a agenda política dos movimentos sociais do campo sustenta-se em outro modelo produtivo que busca a revalorização da cultura camponesa.

Essa questão ganha força no Brasil, principalmente a partir dos anos de 2000, através do MST que encampou a agroecologia e a Soberania Alimentar como as suas principais bandeiras de organização e luta. Sua articulação com a Via Campesina Internacional e a participação no Fórum Social Mundial, consolida a opção por esse modelo e fortalece a oposição ao modelo produtivo hegemônico e às grandes empresas multinacionais que controlam os mercados de agrotóxicos e sementes no Brasil. Várias ações foram empreendidas nesses últimos anos contra as grandes empresas de capital internacional instaladas em nosso território, principalmente a Syngenta, Bayer, Bunge, Monsanto, Aracruz Celulose, Votorantin, Nestlé, entre outras.

Nos anos mais recentes esse debate e a incorporação do modelo agroecológico nos assentamentos rurais vem crescendo e, após

o VI Congresso Nacional do MST realizado em 2014, incorpora-se a agroecologia como estratégia para avançar na reforma agrária no Brasil que passa a ser chamada de popular, fazendo parte da Proposta de Reforma Agrária Popular do Movimento.

O que se pode inferir, com isso, e que a produção com base na agroecologia vem se tornando uma das preocupações mais importantes dos movimentos sociais e se apresenta como uma proposta contra hegemônica ao capital na medida em que se opõe radicalmente ao modelo que sustenta o agronegócio que nada mais é do que a continuidade e aprofundamento dos princípios que constituíram o que passou a ser chamado de Revolução Verde. Contrapõe-se, também, ao que passou a ser chamado de "Desenvolvimento Sustentável" advindo da iniciativa dos grandes organismos internacionais e os governos dos países centrais como o esforço para abrandar os efeitos da degradação ambiental e dos custos sociais provocados pela grande produção modernizada.

A perspectiva que orientará a realização do VIII Simpósio de Questão Agrária do NATRA, que tem como tema: Movimentos Sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar fundamenta-se no acúmulo teórico-prático de pesquisadores e representantes dos movimentos sociais, principalmente a Via Campesina[1], e no entendimento de que a agroecologia está diretamente relacionada à Soberania Alimentar[2] e na defesa dos conhecimentos dos camponeses.

Assim, o VIII Simpósio de Questão Agrária do NATRA tem como objetivo promover um espaço interdisciplinar de debate sobre a questão agrária, agroecologia e movimentos sociais, contribuindo, desta forma, com a reflexão sobre o papel da ciência na produção do conhecimento e de tecnologias sociais com enfoque na questão agrária. Sua realização perpassa o ensejo e compromisso na socialização de conhecimentos entre pesquisadores de diferentes áreas e os movimentos sociais no debate sobre a agroecologia e soberania alimentar, bem como o aprofundamento teórico da questão agrária como uma particularidade da questão social no Brasil.

---

[1] Segundo o que defende a Via Campesina a agroecologia é parte da estratégia de luta contra o agronegócio e pela superação da modelo capitalista e a construção de outra forma de organização da vida, construída pelos produtores livremente associados.

[2] O termo "Soberania Alimentar" ganhou destaque em 1996, ao ser utilizado pela Via Campesina, na Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) vem para se opor e para diferenciar esse debate do que constitui a Segurança Alimentar. O aprofundamento desse debate será feito no decorrer da pesquisa.

Essa produção publicizada através de e-book representa o esforço de um conjunto de pesquisadores e militantes que, através de ensaios teóricos, resultados de pesquisas e de experiências, evidenciam e ratificam o compromisso com a produção do conhecimento crítico, bem como a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade em que a reforma agrária, agricultura camponesa e agroecologia conjuguem o projeto político do campesinato e sejam o horizonte para uma sociedade emancipada.

O conjunto de produções aprovadas e revisadas pela Comissão Científica para a apresentação no simpósio estão organizadas em oito eixos temáticos. No Eixo 1 intitulado: "***O debate sobre território e o desafio da implantação de políticas públicas***", estão agrupados seis trabalhos que se concentram nas temáticas: território camponês; luta pela terra, agricultura camponesa e conquista de direitos; reestruturação produtiva e o trabalho no setor calçadista; educação do campo e reforma agrária; reforma trabalhista e seus impactos aos trabalhadores (as) e extensão comunicativa e popular.

O Eixo 2 organizado sob o título "***Agroecologia, soberania alimentar e direitos fundamentais***", está constituído por seis artigos, versados sobre temas relacionados a agroecologia e a soberania alimentar, destacando-se questões relativas a extensão comunicativa e popular e sua relação com a agroecologia; a agroecologia e sua capacidade de resistência ao modelo produtivo hegemônico; a agricultura e alimentação e a agroecologia enquanto estratégia de garantira do direito humano; soberania alimentar como estratégia para ampliar o acesso ao direito humano à alimentação e a centralidade dos sistemas agrários diversos nas relações socioecológicas da agroecologia

Na sequência o Eixo 3 denominado "***Agronegócio e seus rebatimentos na vida social, na saúde e no trabalho***", está constituído por quatro trabalhados relacionados aos temas relativos as relações de trabalho no campo e suas transformações em função da expansão do agronegócio; a agroecologia e o agronegócio enquanto grande matrizes de produção e os conflitos no campo; a propriedade da terra no Brasil e a relação com o capitalismo mundializado e a contrareforma agrária de mercado; o setor sucroenergetico e sua relação com o Plano Nacional de Agroecologia.

Consta no Eixo 4 sob o título "***Agricultura familiar - camponesa os desafios e sua viabilização econômica, social e política***", quatro trabalhos, cujos temas estão relacionados a reflexões teórico práticas sobre a agricultura camponesa e movimentos sociais; agricultura camponesa e agroecologia e educação no e do campo.

O Eixo 5 "***Questão agrária, urbana e ambiental***", congrega trabalhos que tratam da relação entre a realidade agrária e sua interface com o urbano e o ambiental, versando as temáticas: a água e a resistência popular; questão agrária e propriedade da terra; assentamentos rurais e a luta do MST e o trabalho profissional do Assistente Social. Na sequência o eixo é composto por temáticas relativas a indústria mineral, seus impactos socioambientais e a organização popular; a atividade científica de inovação tecnológica e seu compromisso social em face da realidade contemporânea, e a questão agrária e educação no e do campo

O Eixo 6 denominado:"***Gênero e questão agrária***", congrega três trabalhos que dissertam acerca das mulheres e a extensão rural; a questão de gênero e a luta pela terra e a luta pela terra das mulheres Zapatistas no México. O Eixo 7: "***Questão social e desigualdades sociais***", trata de uma temática de relevância para o Serviço Social, a questão agrária, bem como os conflitos em territórios quilombolas, a questão étnico-racial e suas expressões na realidade agrária; a população em situação de rua como expressão da questão social e o desenvolvimento rural sustentável e trabalho no mundo globalizado.

Por fim, o Eixo 8: "***Questão agrária e movimentos sociais na América Latina e no mundo***", trata de temas relativos a resistência camponesa e a ditadura miliar; as lutas sociais na realidade brasileira; a criminalização dos movimentos sociais e o papel das legislações antiterroristas; a extensão universitária e universidade pública e movimentos populares.

O que se pretende com a apresentação das produções inscritas nesse e-book, é ratificar o quanto estes temas são cruciais para o debate contemporâneo acerca do modelo de desenvolvimento engendrado e intensificado pelo Estado brasileiro e elites brasileiras – o agronegócio -, e seus impactos na vida daqueles que se organizam, mobilizam e resistem na trincheira pela redemocratização de terras no Brasil. Os pesquisadores das universidades públicas envolvidas nesta construção: Universidade Estadual Paulista- câmpus Franca, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Triângulo Mineiro, possuem o dever ético-político de promoverem debates concernentes a temática do simpósio, pois é no processo de formação profissional

que a formação da consciência crítica se constrói e novos sujeitos se comprometem com a luta pela Reforma Agrária!

REFERÊNCIAS

IBGE, Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. In Revista Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014.

SUMÁRIO

EIXO 1: O DEBATE SOBRE O TERRITÓRIO E O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

TERRITÓRIO CAMPONÊS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DO CAMPO FLORESTAN FERNANDES NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SANTANA/CE.

TERRITORIO CAMPESINO Y EDUCACIÓN DEL CAMPO: LA EXPERIENCIA DE LA ESCUELA FLORESTAN FERNANDES EN EL ASENTAMIENTO DE REFORMA AGRARIA SANTANA / CE

José Filho Araújo Santos

Liana Brito de Castro Araújo 35

TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ATUAL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA Y POLÍTICAS PÚBLICAS: UN ANÁLISIS A PARTIR DEL ACTUAL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEÑO

Juliana Dias Pedroso 49

20 ANOS DE EXTENSÃO COMUNICATIVA E POPULAR DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ DE FRANCA

20 AÑOS DE EXTENSIÓN COMUNICATIVA Y POPULAR DEL NÚCLEO AGRARIO TIERRA Y RAIZ DE FRANCA

Giovana do Prado Machado Rosa

Eleonora Graneiro

Fernanda Garcia

Isabela Saraiva

Maria Clara Laurenti

Raquel Santos Sant' Ana 63

SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA E SERVIÇO SOCIAL: BREVES APONTAMENTOS

SALUD DEL TRABAJADOR Y DE LA TRABAJADORA Y TRABAJO SOCIAL: BREVES APUNTES

Edvânia Ângela de Souza Lourenço 77

LUTA PELA TERRA, CONQUISTAS DE DIREITOS E AGRICULTURA CAMPONESA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE VISITA AO ASSENTAMENTO RURAL EMILIANO ZAPATA/MG

LUCHA POR LA TIERRA, CONQUISTAS DE DERECHOS Y AGRICULTURA CAMPONESA: RELATO DE EXPERIENCIA A PARTIR DE VISITA AL ASENTAMIENTO RURAL EMILIANO ZAPATA / MG

Gabriela Abrahão Masson

Brenda Soares Rodrigues

Fernanda Fabiana de Freitas 95

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS DESAFIOS DE UMA PRODUÇÃO DESTRUTIVA QUE PRESIDE O MUNDO DO TRABALHO: O TRABALHO PRECOCE NO CALÇADO EM FRANCA-SP

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA Y LOS DESAFÍOS DE UNA PRODUCCIÓN DESTRUCTIVA QUE PRESIDE EL MUNDO DEL TRABAJO: EL TRABAJO PRECOZ EN EL CALZADO EN FRANCA-SP

Bianca Barbosa do Vale

Edvânia Ângela de Souza Lourenço 109

EIXO 2: AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA QUE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ACESSE A ALIMENTAÇÃO

EL DERECHO HUMANO A LA ALIMENTACIÓN ADECUADA, SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL Y SOBERANÍA ALIMENTARIA: CAMINOS POSIBLES PARA QUE LA POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE ACCESE A ALIMENTACIÓN

Meimei Alessandra de Oliveira.....123

A CENTRALIDADE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DIVERSOS NAS RELAÇÕES SOCIO-ECOLÓGICAS DA AGROECOLOGIA

LA CENTRALIDAD DE LOS SISTEMAS AGRARIOS DIVERSOS EN LAS RELACIONES SOCIO-ECOLÓGICAS DE LA AGROECOLOGÍA

Vitor Moretti Zonetti.....137

EXTENSÃO COMUNICATIVA E POPULAR E O DEBATE SOBRE AGROECOLOGIA: A INTERLOCUÇÃO DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ (NATRA)

EXTENSIÓN COMUNICATIVA Y POPULAR Y EL DEBATE SOBRE AGROECOLOGÍA: LA INTERLOCUCIÓN DEL NÚCLEO AGRARIO TIERRA Y RAIZ (NATRA)

Raquel Santos Sant' Ana

Isabella Leonel Ferreira Saraiva

Onilda Alves do Carmo

Debora de Oliveira Carvalho 151

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS: RESGATE, VALORIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMO FORMAS DE GARANTIR A SOBERANIA ALIMENTAR

PLANTAS ALIMENTICIAS NO CONVENCIONALES: RESCATE, VALORIZACIÓN Y UTILIZACIÓN COMO FORMAS DE GARANTIZAR LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

Iasmin Odahra Fernandes Coelho 165

AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO: A AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO PARA A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E BUSCA DA SOBERANIA ALIMENTAR

AGRICULTURA Y ALIMENTACIÓN: LA AGROECOLOGÍA COMO INSTRUMENTO PARA LA GARANTÍA DE DERECHOS FUNDAMENTALES Y BÚSQUEDA DE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

Gil Ramos de Carvalho Neto

Elisabete Maníglia 169

EIXO 3: AGRONEGÓCIO E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA SOCIAL, NA SAÚDE E NO TRABALHO

A PRIVATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL E SUA FUNCIONALIDADE AO AGRONEGÓCIO NO CAPITALISMO MULTINACIONALIZADO: AS CONTROVÉRSIAS DO ESTADO, CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO, TERRA E DIREITO

LA PRIVATIZACIÓN DE LA TIERRA EN BRASIL Y SU FUNCIONALIDAD AL AGRONEGOCIO EN EL CAPITALISMO MULTINACIONALIZADO: LAS CONTROVERSIAS DEL ESTADO, CONTRARREFORMA AGRARIA DE MERCADO, TIERRA Y DERECHO

Maria das Graças Osório P. Lustosa 185

O SETOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE: UM DEBATE A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA

EL SECTOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE: UN DEBATE A PARTIR DEL PLAN NACIONAL DE AGROENERGÍA

Roberto José de Brito Neto

Laís Bianca Palagano Zanin

Juliana Cristina Teixeira Domingues 199

AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E VIDA DAS (OS) TRABALHADORAS (ES) NA AGRICULTURA CAFEEIRA COM A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

LAS TRANSFORMACIONES EN LAS RELACIONES DE TRABAJO Y VIDA DE LAS TRABAJADORAS (ES) EN LA AGRICULTURA CAFEEIRA CON LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO

Élica Batista dos Santos

Edvânia Ângela de Souza Lourenço 213

AGRONEGÓCIO E AGROECOLOGIA: DUAS MATRIZES DE PRODUÇÃO EM CONFLITO NO CAMPO BRASILEIRO

AGRONEGOCIO Y AGROECOLOGÍA: DOS MATRICES DE PRODUCCIÓN EN CONFLICTO EN EL CAMPO BRASILEÑO

Ilena Felipe Barros

Kleber Andolfato de Oliveira.....227

EIXO 4: AGRICULTURA FAMILIAR- CAMPONESA OS DESAFIOS E SUA VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA

AGRICULTURA CAMPONESA E AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS A PARTIR DE UMA VIVÊNCIA JUNTO AO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES/ES.

AGRICULTURA CAMPESINA Y AGROECOLOGÍA: APROXIMACIONES TEÓRICO-PRÁCTICAS A PARTIR DE UNA VIVENCIA JUNTO AL MOVIMIENTO DE LOS PEQUEÑOS AGRICULTORES / ES.

Gabriela Abrahão Masson

Ari Zabin

Renan de Morais Martins

Elaine Teresinha Gonçalves Silva.....245

EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: UMA FERRAMENTA DE VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DOS/AS TRABALHADORES/AS DO CAMPO

EDUCACIÓN EN EL Y DEL CAMPO: UNA HERRAMIENTA DE VIABILIZACIÓN ECONÓMICA, POLÍTICA Y SOCIAL DE LOS/LAS TRABAJADORES / AS DEL CAMPO

Magaly Nunes de Gois.....259

CAMPESINATO MINEIRO EM QUESTÃO: DILEMAS E DESAFIOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PRODUZIDOS NO ASSENTAMENTO RURAL DANDARA, UBERABA- MG

CAMPESINATO MINERO EN CUESTIÓN: DILEMAS Y DESAFÍOS DE LA PRODUCCIÓN Y COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS PRODUCIDOS EN EL ASENTAMIENTO RURAL DANDARA, UBERABA-MG

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha 273

OS DESAFIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARA SUA VIABILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

LOS DESAFÍOS EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES PARA SU VIABILIZACIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR

Lívia Hernandes Carvalho 289

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS: AVANÇOS E DESAFIOS DO PRODUTOR FAMILIAR AO ACESSO DO PRONAF

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRARIAS: AVANCES Y DESAFÍOS DEL PRODUCTOR FAMILIAR AL ACCESO DEL PRONAF

Andrieli Silvana Panaczewicz

Elizete Conceição da Silva.....305

REFLEXÕES TEÓRICO PRÁTICAS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA VIVÊNCIA JUNTO AO MOVIMENTO SOCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

REFLEXIONES TEÓRICAS PRÁCTICAS SOBRE LA AGRICULTURA CAMPESINA Y MOVIMIENTOS SOCIALES: UNA VIVENCIA JUNTO AL MOVIMIENTO SOCIAL DE LOS PEQUEÑOS AGRICULTORES EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO POR ESTUDIANTES DE SERVICIO SOCIAL

Gabriela Abrahão Masson

Thaynara Morais de Oliveira

Paula Regina Mota Lourenço.....319

A COMUNICAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO DEBATE DA SOBERANIA ALIMENTAR

LA COMUNICACIÓN POPULAR COMO ESTRATEGIA POLÍTICA EN EL DEBATE DE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

Maiara Batista da Silva

Mariana Suzano da Fonseca Amorim 333

EIXO 5 : QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

INDÚSTRIA MINERAL, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÃO POPULAR NO SEMIÁRIDO CEARENSE

INDUSTRIA MINERAL, IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES Y ORGANIZACIÓN POPULAR EN EL SEMIÁRIDO CEARENSE

Iara Vanessa Fraga de Santana 341

QUESTÃO AGRÁRIA E PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL: HISTÓRIA DE LUTAS E CONFLITOS

CUESTIÓN AGRARIA Y PROPRIEDAD PRIVADA IN BRASIL: HISTORIA DE LUCHAS Y CONFLICTOS

Marize Rauber Engelbrecht 355

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

LA CUESTIÓN AGRARIA EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DEL SERVICIO SOCIAL

Dislaine Sousa de Sá

Josiane Soares Santos 367

IMPORTÂNCIA DE UM TRABALHO DE RESISTÊNCIA AO USO CAPITALISTA NA BACIA DO ALTO PARAGUAI (BAP)

LA IMPORTANCIA DE UN TRABAJO DE RESISTENCIA AL USO CAPITALISTA EN LA CUENCA DEL ALTO PARAGUAY (BAP)

Enilda Maria Lemos.....381

OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA COMO LOCUS DE MATERIALIZAÇÃO DA LUTA DO MST: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁXIS DO (A) ASSISTENTE SOCIAL

LOS ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA COMO LOCOS DE MATERIALIZACIÓN DE LA LUCHA DEL MST: IMPLICACIONES PARA LA PRAXIS DEL (A) ASISTENTE SOCIAL

José Filho Araújo Santos.....393

ATIVIDADE CIENTÍFICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEU COMPROMISSO SOCIAL EM FACE DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ACTIVIDAD CIENTÍFICA DE INNOVACIÓN TECNOLÓGICA Y SU COMPROMISO SOCIAL EN RELACIÓN DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA

Layla Gomes da Silva

Suenya Santos da Cruz.....405

QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: UMA INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO

CUESTIÓN AGRARIA Y EDUCACIÓN EN EL Y DEL CAMPO: UNA RELACIÓN INDISOCIABLE

Magaly Nunes de Gois

Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus.....409

EIXO 6: GÊNERO E QUESTÃO AGRÁRIA

"LA LUCHA COMO MUJERES ZAPATISTAS QUE SOMOS": AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS PAPEIS DE GÊNERO E AS MULHERES ZAPATISTAS

"LA LUCHA COMO MUJERES ZAPATISTAS QUE SOMOS": LAS RESIGNIFICACIONES DE LOS PAPELES DE GÉNERO Y LAS MUJERES ZAPATISTAS

Júlia Machado Dias.....429

A QUESTÃO DE GÊNERO E A LUTA PELA TERRA: PERCEPÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA – MACAÉ/RJ

LA CUESTIÓN DE GÉNERO Y LA LUCHA POR LA TIERRA: PERCEPCIONES A PARTIR DE LA EXPERIENCIA EN EL ASENTAMIENTO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA - MACAÉ / RJ

Lívia Leopoldino Vaz.....445

MULHERES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UM BREVE OLHAR ACERCA DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DAS EXPERIÊNCIAS ATUAIS

MUJERES, ASISTENCIA TÉCNICA Y EXTENSIÓN RURAL: UNA BREVE MIRADA ACERCA DE LA CONSTRUCCIÓN HISTÓRICA Y DE LAS EXPERIENCIAS ACTUALES

Iasmin Odahra Fernandes Coelho

Natália Santos Lobo

Tatiane dos Santos Ribeiro.....461

EIXO 7: QUESTÃO SOCIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS

AS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL": COMO A POPULAÇÃO DE RUA VEM TENDO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

LAS EXPRESIONES DE LA "CUESTIÓN SOCIAL": COMO LA POBLACIÓN DE CALLE VIENE TENIENDO ACCESO A LAS POLÍTICAS SOCIALES DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL

Meimei Alessandra de Oliveira.....475

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DA PERSPECTIVA DO TRABALHO DIGNO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE A PARTIR DE LA PERSPECTIVA DEL TRABAJO DIGNO EN LA SOCIEDAD GLOBALIZADA

Natália Raquel Niedermayer

Ines Pastório

Marli Renate Von Borstel Roesler

Dirceu Basso 489

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: A LUTA NA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL E NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

CUESTIÓN AGRARIA Y CUESTIÓN ÉTNICO-RACIAL: LA LUCHA EN LA FORMACIÓN SOCIO HISTÓRICA DE BRASIL Y EN EL ENFRENTAMIENTO DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES

Daniella de Souza Santos Néspoli

Lucilia Firmino Silva 501

QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: O RETRATO DE UM BRASIL MARCADO POR RESTRIÇÕES A LIBERDADES POSITIVAS

CUESTIÓN AGRARIA Y CONFLICTOS EN TERRITORIOS QUILOMBOLAS: EL RETRATO DE UN BRASIL MARCADO POR RESTRICCIONES A LIBERTADES POSITIVAS

Ana Monteiro Costa

Daniela Dias Kühn

Laura Maranhão Fernandes Torres 515

EIXO 8: QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTOS POPULARES APORTES PARA O DEBATE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO ASSESSORIA INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE E CIDADANIA A MOVIMENTOS POPULARES

UNIVERSIDAD PUBLICA Y MOVIMIENTOS POPULARES APORTES PARA EL DEBATE A PARTIR DE LA EXPERIENCIA DEL PROGRAMA DE EXTENSIÓN ASESORÍA INTERDISCIPLINARIA EN SALUD Y CIUDADANÍA A MOVIMIENTOS POPULARES

Maria Raimunda Penha Soares

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa

Suenya Santos da Cruz

Susana Maria Maia

Ramiro Marcos Dulcich Piccolo 533

LUTAS SOCIAIS E CONJUNTURA BRASILEIRA: ENCRUZILHADAS NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

LUCHAS SOCIALES Y COYUNTURA BRASILEÑA: ENCRUCIJADA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PODER POPULAR

Mailiz Garibotti Lusa 549

RESISTÊNCIA CAMPESINA E DITADURA MILITAR UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA E SOCIAL

RESISTENCIA CAMPESINA Y DICTADURA MILITAR UN ANÁLISIS HISTORIOGRÁFICO Y SOCIAL

Andreie Chirilã

Mayra Ribeiro de Oliveira 565

AFIRMAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NUM CAMPUS DO INTERIOR

AFIRMACIÓN DE LA IMPORTANCIA DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA A PARTIR DE LA EXPERIENCIA EN UN CAMPUS DEL INTERIOR

Gabrielle Rocha Firmiano

Joelmir Adolfo Amaro

Mariana Ribeiro Starling Diniz Freitas.....583

LEGISLAÇÕES ANTITERRORISTAS E CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS PÓS 11 DE SETEMBRO: APLICAÇÃO E RISCOS

LEGISLACIONES ANTITERRORISTAS Y CRIMINALIZACIÓN DE MOVIMIENTOS SOCIALES LATINOAMERICANOS DESPUÉS DEL 11 DE SEPTIEMBRE: APLICACIÓN Y RIESGOS

Sabrina Diniz Bittencourt Nepomuceno

Elisa Maria Andrade Brisola.....591

EIXO 1: O DEBATE SOBRE O TERRITÓRIO E O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

TERRITÓRIO CAMPONÊS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DO CAMPO FLORESTAN FERNANDES NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SANTANA/CE.

José Filho Araújo Santos*
josefilhodesantana@gmail.com
Liana Brito de Castro Araújo**
liana.brito@uece.br

RESUMO: A dinâmica de expansão do capitalismo no campo, ou a lógica de pensar o campo como lugar de negócio (CALDART, 2009), acarreta rebatimentos na produção da vida e na reprodução social (assim como, no lócus que tais relações se originam). Este território camponês vem sendo disputado por meio de projetos societários divergentes que se acirram no movimento da luta de classes, representadas pelo agronegócio e pelos Movimentos Sociais do Campo. O agronegócio, no movimento mais amplo de reprodução do capital em alianças com o latifúndio e o Estado, vem se confrontando com o projeto da agricultura camponesa. Nessa disputa tem-se a defesa da formação humana sob o ponto de vista dos movimentos sociais campesinos, dentre os quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como sujeito coletivo fortemente articulado no Brasil. Partindo deste pressuposto, apresentamos a experiência da Educação do Campo do Assentamento de Reforma Agrária Santana/CE por meio da Escola do Campo Florestan Fernandes.

Palavras-chave: Território Camponês. Educação do Campo. Assentamento Santana. MST.

TERRITORIO CAMPESINO Y EDUCACIÓN DEL CAMPO: LA EXPERIENCIA DE LA ESCUELA FLORESTAN FERNANDES EN EL ASENTAMIENTO DE REFORMA AGRARIA SANTANA / CE

RESUMEN: *La dinámica de expansión del capitalismo en el campo, o la lógica de pensar el campo como lugar de negocio (CALDART, 2009), acarrea rebajas en la producción de la vida y en la reproducción social (así como, en el locus que tales relaciones se originan.) El territorio campesino viene siendo disputado por medio de proyectos societarios divergentes que se agravan en el movimiento de la lucha de clases, representadas por el agronegocio y por los Movimientos Sociales del Campo. El agronegocio, en el movimiento más amplio de reproducción del capital en alianzas con el latifundio y el Estado, se enfrenta al proyecto de la agricultura campesina. En esta disputa se tiene la defensa de la formación humana desde el punto de vista de los movimientos sociales campesinos, entre los que destaca el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), como sujeto colectivo fuertemente articulado en Brasil. A partir de este presupuesto, presentamos la experiencia de la Educación del Campo del Asentamiento de Reforma Agraria Santana / CE por medio de la Escuela del Campo Florestan Fernandes.*

Palabras clave: *Territorio Campesino. Educación del Campo. Asentamiento Santana. MST.*

* Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social Universidade Estadual do Ceará.

** Docente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Universidade Estadual do Ceará.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais campesinos no confronto secular contra as formas de expropriação e exploração do ser e do trabalho vêm se organizando em trincheiras de lutas que reclamam a mudança do feitio assumido pelo agronegócio no campo, nos últimos tempos. Este modelo de produção impõe condições bárbaras e degradantes à produção e reprodução da vida humana e social, no campo e na cidade. Nestas trincheiras de luta, no solo da questão agrária brasileira, destacamos a combatividade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [1], que há mais de 30 anos vem mobilizando forças para denunciar os conflitos agrários, que hoje se materializam no agronegócio e suas expressões de morte.

O MST em liame com a Via Campesina se colocam em articulações maiores para defender outro modelo agrícola e agrário para o campo brasileiro e para o mundo. Assim defendem como premissas a socialização da riqueza socialmente produzida e as formas de produção associadas e coletivas, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, tendo como acento a matriz produtiva e energética posta pela agroecologia. O seu programa de lutas tem sinalizado que a reforma agrária popular, o acesso aos direitos, e a constituição dos assentamentos colocam possibilidades objetivas para ensaiar outra forma de sociabilidade divergente da estabelecida pelo agronegócio, hidronegócio e minério negócio.

Os Assentamentos de reforma agrária se constituem a partir de uma política estatal fundiária, se formatando enquanto campo de tensões, acirramentos e contradições, ao nível que neste emaranhado, se materializam como terreno contraposto ao livre mando do patrão e/ou das formulações mais contundentes do agronegócio na interferência da produção e da sua organização. O agronegócio ronda este território, porém nos assentamentos do MST a consciência da carga insidiosa que o agronegócio exerce sobre a produção material da vida, é elemento claro.

[1] O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70 , especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores."(CALDART, 2001, p.01).

São nestes espaços que se gestam práticas coletivas como parte do projeto societário defendido pelo MST.

São territórios que de maneira especifica vão construindo formas sociais de relação com a terra, com a produção agrícola e com a organização coletiva e política. Para Araújo (2006), o assentamento não é apenas, um espaço demarcado geograficamente, ele guarda as particularidades de uma luta ampla, por condições objetivas e subjetivas de realização da vida humana e social. Neste espaço cria-se uma nova feitura de relações que emergem como experiência e/ou espelhamento de práticas humanas e sociais (LUKÁCS, 1999) que irrompem com velhas formas de subordinação, trazendo para o seu âmago as possibilidades para emergir o novo. Assim se constitui a experiência e o projeto da classe que aprende a se associar, a produzir a vida coletivamente. De acordo com Dalmagro (2012)

> [...] os assentamentos sendo fruto da pressão social das famílias sem-terra e simbolizarem a desconcentração da terra e o trabalho familiar em detrimento da exploração do trabalho assalariado (ainda que este esteja presente em muitos assentamentos e cooperativas), eles são um território de disputa permanente. (MST, 2006, p.8, apud DALMAGRO 2012, p.227)

No processo de resistência e luta por terra e trabalho identifica-se a defesa da educação como também central. O Movimento Sem Terra reconhece a educação do campo como pressuposto elementar para a compreensão dos fundamentos da dinâmica societária. A educação no campo, que se realiza na processualidade sócio-histórica do campo, se manifesta enquanto matéria que guarda as particularidades substanciais do território camponês. Ela vem sendo construída no processo de crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. Para Caldart (2009) a Educação do campo não nasceu como uma crítica apenas de denúncia: já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações (p.39-40).

Para o MST a educação se coloca enquanto processo fundante da formação humana, que se estabelecem a partir do trabalho e da vivência no campo. Nesse sentido, é importante pensarmos a educação para além de sua moldura posta numa política pública, mas entendê-la enquanto atividade partícipe da prática social humana. Na proposta do MST, a educação é pensada deste a infância Sem Terra à fase adulta da vida humana. Nela

são apresentadas estratégias e formas de conceber o Sem Terra no interior de sua organização, que passa a forjar a formação humana por meio da sua própria pedagogia assentada na práxis política e outras pedagogias que passam a compor o trajeto, a exemplo da: Pedagogia Socialista e Educação Popular. Ressalta-se que a educação nos assentamentos do MST se materializa por meio da política pública que é disputada no âmbito do estado, assim como, a intencionalidade e conteúdo da proposta.

1 O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DE LUTA DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SANTANA/CE.

A luta pela desapropriação da terra no Assentamento Santana se inicia em 1970, da qual posteriormente nasceria um dos primeiros assentamentos com regime e posse coletiva da terra no Estado do Ceará. O embrião dessa organização originou-se do conflito que ocorreu na luta pela posse da terra entre os trabalhadores e o latifúndio agrário. A partir do ano de 1970 as famílias camponesas denominadas de Lourenço e Machado residentes na Fazenda Santana, Monsenhor Tabosa – Ceará, passaram a se articular e se mobilizar com os demais camponeses de comunidades próximas que viviam sobre o regimento do patrão/fazendeiro tendo como relação de trabalho o arrendamento de terras.

Neste processo, os camponeses eram expropriados contundentemente na relação de arrendatários. Tinha-se um acordo estabelecido de maneira informal (oral) com o fazendeiro que propunha apropriação da maior parte da produção agrícola cultivada na área. E que a menor ficaria enquanto pagamento aos camponeses. Para além, da expropriação na produção, o fazendeiro colocava o seu rebanho de ovinos, caprinos e bovinos para transitar nas plantações, sobretudo após a colheita pela qual já tinha se apropriado. O que promoveu graves prejuízos aos trabalhadores.

Deste fato, a indignação e a revolta mobilizaram os camponeses da Fazenda Santana em conjunto com camponês de Comunidades/ Fazendas próximas para se organizarem politicamente e ocuparem as terras. De acordo com a legislação fundiária, as terras da fazenda Santana eram improdutivas, portanto não cumpriam sua função social.

Estes camponeses que iniciaram a ocupação das terras tinham suas trajetórias de vida marcada pela prática social das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) de forte cariz e filosofia sustentados pela teologia da

libertação. Na região desse conflito, as CEBs contava com a liderança do Bispo Dom Fragoso da Diocese de Crateús/CE, o qual acompanhava os trabalhos de base nos municípios de Monsenhor Tabosa/CE e Tamboril/CE de onde partes dos camponeses eram provenientes. (ARAÙJO, 2006)

A história de luta destes trabalhadores e trabalhadoras camponeses (as) por terra para trabalhar, por moradia, renda, educação e direitos, revela a necessidade do campo se constituir como espaço de vida, relações humanas, e sociais. Nessa perspectiva, a possibilidade de construir seus projetos individuais e coletivos, assentados num marco organizativo que pudesse relacionar apropriação coletiva dos processos que individualmente se gestam e realizam em face da utilização coletiva da terra. As palavras de Freire (2005) revelam que "somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "convivência" com o regime opressor." (p.58)

Como sinaliza Ademar Bogo (2002) no poema *Terra Sertaneja*: "Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho, o grito forte se converte em guerra e o povo segue um só caminho, na trilha estreita, plantando futuro". A luta pelo Assentamento Santana perdurou por aproximadamente 10 (dez) anos. Essa luta se processou a partir das necessidades dos trabalhadores daquela região por terra para trabalhar, considerando o peso de anos de exploração servil que sofriam por parte dos latifundiários. O fazendeiro proprietário da Fazenda, como já destacado, utilizava a terra essencialmente para o pasto de animais. Na terra não se plantava o necessário para assegurar o sustento que as famílias demandavam face às necessidades humanas de subsistência e de reprodução social. Vale destacar que essa luta foi apoiada por várias entidades tais como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs).

No decorrer desse processo, foram identificadas várias irregularidades na Fazenda Santana a principal, a saber, foi à documentação da terra. Identificou-se que a terra pertencente ao Fazendeiro tinha uma área de 3.213 hectares, que não havia registro desta totalidade de terras, sendo apenas 32 hectares com escritura legal em cartório. Este fato facilitou o processo de desapropriação da terra, que se deu com a solicitação ao INCRA para realizar a vistoria da terra. Após a vistoria com parecer favorável à desapropriação, o imóvel foi desapropriado por interesse social através do: "Decreto n° 93.320 de 01/10/1986, sua emissão de posse foi 10/12/1986,

e posteriormente se deu a criação do projeto em 14/05/1987, pela portaria n° 393" (P.A SANTANA, 1998, p.7).

Após a desapropriação, as famílias discutiram e decidiram desenvolver todos os trabalhos de forma coletiva, tendo a posse da terra uma relação autogestionária por meio dos coletivos do Assentamento. Essa decisão foi acordada de maneira democrática com a participação dos assentados (as) sendo aprovado em assembleia que a terra era comum a todos (as). Com a criação do Assentamento e o suporte que a política de Reforma Agrária prevê, os assentados construíram uma vida coletiva onde vieram a construir suas casas e aí se estabilizassem e iniciassem uma nova forma de viver no campo. A vila de casas formava um núcleo social onde as pessoas passaram a conviver e desenvolver um conjunto de atividades comunitárias na esfera do trabalho e da práxis humana - produção agrícola, cultura, saúde, lazer, educação, espiritualidade - (ARAÚJO,2006).

É fundamental olhar para o assentamento como um lugar social em movimento, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem-terra no processo de organizá-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade. (FEITOSA, 2002, apud CALDART 2005, p. 15)

A partir das possibilidades concretas de construção de um projeto coletivo, as atividades econômicas e/ou sociais do assentamento[2] passaram a ser organizadas por setores, a saber: infraestrutura, transporte, pecuária, agricultura, desenvolvimento social (educação, saúde e lazer) comercialização e apicultura. A organização para o trabalho se processou por meio da redistribuição de tarefas em instâncias coletivas com vistas à participação democrática dos (as) assentados (as) nos processos decisórios da vida comum.

> Só uma coletividade que se exercita frequentemente no cumprimento de diversas tarefas adquire tal ânimo. Evidentemente que este cumprimento não é caótico, mas organizado, com a indicação precisa das funções de determinados órgãos e indivíduos, com a responsabilidade

[2] O Assentamento Santana situado no Município de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará, fica a uma distância de 42 km da sede do município, e 380 km de Fortaleza. O Assentamento Santana é formado atualmente por 108 famílias, com uma população aproximadamente de 480 pessoas que vivem coletivamente na terra e trabalham em um sistema misto de produção (coletivo e individual/familiar). É organizado através de núcleos de famílias, que conjuntamente vêm lutando para construir uma nova forma de organização social, tendo como referência a coletividade e o cooperativismo.

> necessária e bem delimitada de diferentes pessoas e de toda a coletividade (MAKARENKO, 2002.p. 299).

Um dos grandes anseios do Assentamento, desde o principio, foi o acesso à Educação do e no campo. Uma educação que contemplasse as perspectivas e necessidades dos sujeitos camponeses. Buscando, se "contrapor á lógica de que a escola do campo é escola pobre, ignorada, marginalizada numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar, e estudar para sair do campo." (CALDART, 2002, p. 120)

A conquista da Escola do Campo Florestan Fernandes em meio ao movimento sócio-histórico e político-organizativo do Santana demostra que é preciso formação humana para permanecer no campo, assim como, é necessário condições objetivas e subjetivas para potencializar a permanência no território.

2 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DO CAMPO[3] FLORESTAN FERNANDES NO SANTANA/CE

A Escola do/no Campo Florestan Fernandes é fruto simbólico e concreto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trazendo em seu bojo a construção de um projeto Político-Pedagógico que busca articular as diversas dimensões do sujeito social. Assim, esta proposta defende o conhecimento a partir do contexto singular campesino para o universal – humanidade rica em possibilidades. Assim também, afirma a intrínseca relação da educação com as lutas sociais, com o trabalho como princípio educativo e com as práticas pedagógicas.

Dessa forma, a escola do campo assume o desafio de com o conhecimento, construir um novo campo, mediante um processo de formação que possibilite pensar, refletir, atuar e tornar ser, e não meramente obedecer, enviesar, engessar e tornar o ato socializador do conhecimento vias mecanicistas e opressoras.

[3] Estão em construção e movimento 07 experiências de Escolas Camponesas do MST no Estado do Ceará, sendo estas, a saber: Escola do Campo Francisco Araújo Barros, situada no Assentamento Lagoa do Mineiro/Itarema; Escola do Campo Nazaré Flor localizada no Assentamento Maceió/Itapipoca; Escola Patativa do Assaré, Assentamento da Cal/Canindé; Escola do Campo Florestan Fernandes, Assentamento Santana/ Monsenhor Tabosa; Escola do Campo José Fidélis em Assentamento Bonfim/Santana do Acaraú; Escola do Campo João dos Santos de Oliveira no Assentamento 25 de Maio/ Madalena. Escola do Campo Padre Augusto no Assentamento Pedral e Cal/Jaguaretama.

Deste feito, a Educação do Campo toma para si a defesa de um projeto maior. Não é meramente o processo de construção coletiva do conhecimento, em termos e dimensões pedagógicas, mas é, sobretudo a luta pelo desenvolvimento do território camponês e dos diversos complexos presentes neste terreno. Dessa forma, sinaliza a posição de um projeto em disputa, pela emancipação humana, constituição de um novo modelo agrícola e agrário para o campo e a transformação da realidade social.

No bojo da proposta política e pedagógica da escola do Campo Florestan Fernandes, a proposta curricular dialoga com o movimento do real e sua constituição sócio-histórica, inscrita no processo de luta e conquista da terra, assim, o:

> [...] o currículo, como cerne da educação, é histórico. Resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas, expressa a organização dos saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação de sujeitos sociais. Nesta perspectiva, currículo é ação, é trajetória, é processo, é caminhada, é construção coletiva que marca uma identidade. (PPP, 2012, p. 53).

Na escola do campo, um dos processos contrapostos à escola hegemônica é a base diversificada que expressa os componentes curriculares integradores, denominados de *Estudo, Projeto e Pesquisa; Práticas Sociais Comunitárias; e Organização para o Trabalho e Técnicas Produtivas.* Estes componentes de caráter similar a disciplinas compõem um esforço de articular as matrizes pedagógicas formativas que são: o trabalho, história, cultura, organização coletiva e as lutas sociais. Entretanto estes, não são disciplinas fechadas num campo/área de conhecimento, estes elementos tomam a realidade camponesa e suas complexificações, como matéria de estudo, pesquisa, formação e intervenção, partindo do contexto singular para o universal, entranhando a particularidade do movimento do real.

Nessa perspectiva, intenciona-se formar sujeitos de práxis, intervindo nos mais diversos processos e assumindo uma postura autônoma frente às decisões políticas que refletem sobre os processos orgânicos e sociais da sua comunidade, história e vida.

A matriz política e pedagógica da Escola do Campo Florestan Fernandes baseia-se no inventário[4] da realidade vinculando a dimensão pedagógica, relativa aos conhecimentos e ciências acumulados pela humanidade, componentes integradores, e aos tempos e espaços educativos, visando superar o espaço formal da sala de aula. Assim, os educandos aprendem no percurso formativo em diversas instâncias para além da sala de aula. Citamos como exemplos da Escola do Campo FF desses espaços fora da escola: a cooperativa do Assentamento, a Igreja, o comércio coletivo, os coletivos de trabalho, as roças individuais e coletivas, os reservatórios de águas (como açudes, rios e cacimbões). Estes espaços aproximam o estudo formal com a realidade concreta, firmando assim o concreto pensado, superando o pensamento único, abstrato e vazio de sentidos e conexões. Nessa dinâmica, se constrói o trabalho como princípio educativo. Nesta direção, se imbricam a unidade teoria-prática, dialogando com um conjunto de instâncias, espaços e tempos mobilizadores de processos de formação.

Para clarificar a reflexão, da proposta política e pedagógica da Escola do Campo, apresentamos um quadro síntese da organização do trabalho pedagógico da matriz de formação integral, elaborada pelo Setor de Educação do MST/CE. Há que se mencionar que a proposta, é uma construção coletiva, dos (as) assentados e assentadas, educadores e educadoras, educandos e educandas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

[4] Inventário da realidade é um esforço coletivo organizado pelo conjunto de sujeitos sociais das Escolas, com vistas a levantar questões, informações, necessidades e problematizações da realidade, tornando-se um instrumento pedagógico e político no percurso da formação. Exemplificando: numa comunidade a realidade vivida pelos camponeses é marcada pela a falta de água. Na Escola os trabalhos pedagógicos são embasados sob esta temática e irão refletir sobre questões atinentes ao processo de conservação, armazenamento, reutilização de água. A questão das políticas ambientais, dentre outras questões, serão objeto das discussões, pois tocam diretamente a realidade e convergem na vida social e humana dos sujeitos.

Quadro 1: Organização da matriz pedagógica da Escola Florestan Fernandes em Santana,CE.

Vínculo com a realidade	Componentes integradores	Áreas do conhecimento (Base nacional comum)	Tempos Educativos
Inventário da realidade	Práticas Sociais Comunitárias (PSC)	Ciências Humanas e Sociais (História, Geografia, Filosofia e Sociologia)	Tempo aula Tempo leitura individual Tempo organicidade Tempo oficinas Tempo seminário Tempo mística Tempo Trabalho Tempo esporte e lazer
	Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP)	Ciências da Natureza (Física, Química, Matemática e Biologia).	
	Projeto, Estudo e Pesquisa. (PEP)	Linguagens e códigos (Português, inglês, espanhol, arte, e educação física).	

Fonte: (Setor de Educação MST/CE, 2015)

A Escola dialoga com a realidade e extrai desta, elementos, para a condução da proposta pedagógica, assim sendo,

> É preciso que toda vida do assentamento seja chamada ao esforço de cuidar da educação das crianças e jovens, e não apenas a escola – por mais que a esta se reserve uma tarefa específica. É preciso criar, no interior do Movimento e em cada assentamento, a partir de suas agências formativas próprias, uma ação que se contraponha às funções sociais de exclusão e subordinação presentes na atual forma escolar capitalista. (FREITAS, 2011, p. 126).

Por isso a defesa de uma educação integral, que contemple as reais dimensões constitutivas dos sujeitos, e assegure a estes condições

subjetivas e objetivas de desenvolvimento e participação nesta construção. Por isso, a defesa de um projeto de formação omnilateral.

3 APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Diante do cenário apresentado pela lógica de "mundialização do capital" (CHESNAIS,1996), ou da "produção destrutiva" (MÉSZÁROS, 1995), o campo brasileiro revela tais processos, por meio da ofensiva do agronégocio, com a mediação das multinacionais expropriando a terra da população campesina, e corroendo os recursos ambientais, por meio do suporte tecnológico e científico de manipulação da produção agrícola. Bem como, o posicionamento neoliberal do estado no fortalecimento do agronegócio e na fragmentação e negação de direitos as populações camponesas, a exemplo do fechamento das escolas do campo, diante da ausência de uma política consistente e qualitativa de reforma agrária.

Este movimento do real firma a indispensabilidade de refletir a concepção de educação do campo que vem sendo forjada historicamente nos marcos da luta de classe. Com vistas a entender a relevância política, teórica e prática desta atividade humana e social constituída nos limites da ordem burguesa capitalista, enfrentando inúmeras contradições e tensões que produzem o móvel desta relação. Caldart (2009) sinaliza que nunca é demais repetir, não são as contradições do local estrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade que afeta a materialização da proposta educativo-pedagógica e prática-política da educação do campo. O que nos leva a pensar: Qual o campo da educação do campo?

A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate. (CALDART, 2009, p.38). Ou seja, luta para ocupar espaço e por dentro da ordem realizar a crítica e ação contrária a esta.

A dimensão de práxiseducativo-pedagógica da Educação do Campo, fundamentada no princípio da formação humana, está voltada para uma práxiseducativa ancorada na cultura, história, trabalho e a luta social. (BARBOSA, 2015, p. 47) Se constitui como possibilidade de incidir na formação de um novo homem e de uma nova mulher, com consciência de classe, atentos as inflexões da ordem monopolista do capital no campo,

que acirra projetos e abre veredas entre agronegócio e agricultura popular camponesa. Avançar na defesa da educação como direito as populações camponesas, como princípio e projeto histórico político de conhecimento, demarca a necessidade d*a* ruptura do latifúndio da terra prescindido da ruptura com o latifúndio do saber. (BARBOSA, 2015, p.04)

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. B. **Sociabilidade no Assentamento Rural de Santana - Ce: terra e trabalho na construção do ser social.** Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2006.

CALDART, R. S. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64,mar./jun.2009

_____, R. S. **Educação em movimento: Formação de educadores e educadoras no MST.** Petrópolis, RJ; vozes, 2002.

_____, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 207- 224. ISSN 0103-4014.

DALMAGRO, S. L. **Trabalho e Escola nos Assentamentos do MST**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.219-236, set./dez.2012

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 13a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MST. **O que queremos com as escolas de assentamentos**. Caderno de Formação, São Paulo,n.18, 2006.

MAKARENKO, G. N. **Anton Makarenko** / G. N. Filonov; Carlos Bauer, Ester Buffa (orgs.). – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BARBOSA, L. P. **"Educação do Campo, movimentos sociais ea luta pela democratização da Educação Superior: os desafios da universidade pública no Brasil."**

en Silva, AA et. al. Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO (2015).

PPP. Projeto **Político Pedagógico Escola do Campo Florestan Fernandes**. Assentamento Santana, 2002.

VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (Org.). **Escola e Movimento Social**: **experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ATUAL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Juliana Dias Pedroso*

julianad.p8@gmail.com

RESUMO: Nas primeiras décadas dos anos 2000 o Brasil vislumbrou uma tímida ascensão de políticas públicas voltadas para minorias, dentre elas as comunidades tradicionais. No entanto, o que parecia que ia despontar em um cenário positivo para esses povos rapidamente mudou no contexto da tomada de poder pelo Governo Temer, em 2016. Um trabalho realizado em 2015 objetivou fazer uma análise sobre políticas públicas para comunidades quilombolas na perspectiva de três comunidades. O presente texto buscou fazer uma nova análise das políticas para regularização fundiária e da territorialidade desses povos a partir dos resultados das entrevistas, mas considerando o atual contexto político do país.

Palavras-chave: políticas públicas, quilombolas, territorialidade

TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA Y POLÍTICAS PÚBLICAS: UN ANÁLISIS A PARTIR DEL ACTUAL CONTEXTO POLÍTICO BRASILEÑO

RESUMEN: *En las primeras décadas de los años 2000, Brasil vislumbró una tímida ascensión de políticas públicas dirigidas a minorías, entre ellas las comunidades tradicionales. Sin embargo, lo que parecía que iba a surgir en un escenario positivo para esos pueblos rápidamente cambió en el contexto de la toma de poder por el Gobierno Temer, en 2016. Un trabajo realizado en 2015 tuvo como objetivo hacer un análisis sobre políticas públicas para comunidades quilombolas en la perspectiva de tres comunidades. El presente texto buscó hacer un nuevo análisis de las políticas para regularización agraria y de la territorialidad de esos pueblos a partir de los resultados de las entrevistas, pero considerando el actual contexto político del país.*

Palabras clave: *Políticas públicas. Quilombolas. Territorialidade.*

INTRODUÇÃO

Desde 2016, com a ascensão do governo Temer, o Brasil vê ameaçadas as poucas conquistas dos últimos anos referentes a direitos sociais, sobretudo os direitos de minorias e dos povos e comunidades tradicionais. A extinção da Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR), além de diversas outras secretarias e ministérios, representa, para as comunidades tradicionais, um enorme retrocesso.

A Constituição de 1988 é um dos principais marcos quando se fala na defesa das denominadas comunidades tradicionais, dentre as quais fazem parte as comunidades quilombolas. A referida Constituição, em seu

* Cientista Socioambiental, integrante da Rede Rizoma de Agroecologia (Uberaba, MG). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Art. 68, garante que "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.". No Art. 216, o mesmo documento define que tais —comunidades constituem patrimônio cultural brasileiro. "Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos quilombos." (BRASIL, 1988). Em 20 de novembro de 2003, foi lançado o Decreto 4.887, o qual garante a regulamentação do procedimento para "identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (SEPPIR, 2013).

Contudo, segundo Little (2002), apesar da garantia constitucional, a diversidade fundiária no Brasil foi pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. Durante anos, a maior parte das ciências sociais contemporâneas tendia a vincular o conceito de territorialidade às práticas territoriais dos Estados-nação, ocultando assim outros tipos de territórios sociais. Essa é uma das razões pelas quais o Estado brasileiro "teve e tem dificuldades em reconhecer territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária." (LITTLE, 2002, p. 6).

Mudanças ocorridas no cenário político do país sobretudo no início dos anos 2000 fizeram com que uma outra reforma agrária ganhasse força no Brasil, "especialmente no que se refere à demarcação e homologação das terras indígenas, ao reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades quilombolas e ao estabelecimento das reservas extrativistas." (LITTLE, 2002, p. 2 e 3). Porém, essas tímidas conquistas vêm sofrendo ameaças cada vez mais sérias por parte do atual Governo Federal.

Esse texto surgiu de um trabalho que, em 2015, buscou analisar pela perspectiva dos moradores de três comunidades quilombolas, como se organizam as políticas públicas direcionadas a esses povos. Recentemente, muita coisa mudou no contexto político do país, porém, o anseio dessas pessoas de poderem viver em seus territórios livremente, tendo suas manifestações culturais preservadas, continua mais vivo do que nunca.

Vem daí a opção por utilizar, nesse trabalho, a história oral como uma fonte válida de dados. Thompson (1978) descreve como o século XIX vivenciou o crescimento da especialização profissional e fragmentação do conhecimento, o que compartimentou "construção de teoria social" e "análise histórica" em disciplinas distintas. Esse fato, juntamente com o *status* social adquiridos pelos acadêmicos – que, cada vez mais, se

trancavam em seus gabinetes e se afastavam do povo – contribuíram para a supervalorização de fontes documentais e subvalorização da memória coletiva como fontes de verdades. Esse isolamento do mundo social, que é considerado muitas vezes uma virtude profissional, se esconde atrás da máscara da neutralidade objetiva (THOMPSON, 1978), que não passa de uma falácia: não existe ciência neutra, pois ela é produzida por homens cujas concepções de mundo nunca são neutras.

A ameaça de perda de direitos a qual o povo brasileiro enfrenta na atualidade torna perfeito o momento para se discutir políticas públicas. Conhecer seus fundamentos e funcionamento, suas fraquezas e fortalezas, e promover uma discussão crítica de todos esses aspectos junto às comunidades é o primeiro passo para instrumentalizá-las para resguardar esses direitos, que são fruto de décadas de lutas dos movimentos sociais. É necessário problematizar os princípios nos quais as políticas públicas para comunidades tradicionais são fundamentadas, e qual o papel das Universidades nesse processo, para que ganhe força uma nova forma de abordagem da questão.

1 TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES SENHOR DO BONFIM, AUSENTE E BAÚ

Para se realizar essa análise, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a oito moradores de três comunidades quilombolas em dois estados brasileiros, e, portanto, em diferentes contextos. São elas as comunidades Senhor do Bonfim (Areia – PB), Ausente e Baú (Serro – MG). O objetivo foi captar a percepção dessas comunidades sobre políticas públicas direcionadas a comunidades quilombolas, afim de contrabalancear os dados oficiais dos relatórios do Governo Federal, evidenciando assim, os pontos fortes e fracos dessas políticas. Nesse texto serão tratadas apenas as políticas territoriais ou de regularização fundiária, ou seja, o processo que vai ao reconhecimento e certificação da comunidade até a titulação da terra. As falas dos entrevistados foram mantidas em sua forma original, devido ao entendimento de que os saberes dessas pessoas sobre a história de seu povo são tão valiosos quanto as interpretações "oficiais" e científicas.

Todas as comunidades trabalhadas nas entrevistas possuem certificação, contudo, nota-se que o processo se deu de forma diferente na comunidade Senhor do Bonfim, na Paraíba, e nas comunidades do Baú e

Ausente, em Minas Gerais. Aqui, a luta pela terra será discutida sob a ótica da "teoria da territorialidade na antropologia." (LITTLE, 2002, p. 3).

Na comunidade Senhor do Bonfim, os quilombolas passaram por um longo e desgastante conflito territorial, processo que afirmou sua territorialidade, definida por Little (2002) como "o esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" (...)." (LITTLE, 2002, p. 3).

Ao se remeterem ao passado, os entrevistados lembraram que, "no tempo do povo antigo", ou seja, de seus antepassados, a terra ficava na mão dos "patrões", que a princípio, deixavam que eles morassem e trabalhassem ali, mas em condições precárias. Daxenberger et al. (2014) chamam a atenção para o fato de que, em início dos anos 2000, a comunidade se encontrava em condições de semiescravidão, sendo explorados em uma situação de perpetuação da pobreza.

> (...) como relata o ex-presidente da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, as condições oferecidas para o trabalhador eram precárias, e, entre os anos de 1981 a 1985 os moradores recebiam R$1,50 (um real e cinquenta centavos) por dia de trabalho, e só tinham três dias por semana destinados ao trabalho remunerado, pois dois dias eram trabalhados como condição para pagamento das moradias e pequenas áreas onde cultivavam seus próprios alimentos. Vale ressaltar que as produções de subsistência, muitas vezes, se davam após o árduo período de trabalho para a proprietária da fazenda e/ou nos dias de descanso. De acordo com os informantes, por volta do ano de 2001, os moradores passaram a ganhar 3,00 ao dia pela mesma quantidade de dias. Tais situações demonstram que, mesmo nas últimas décadas do século XX, as famílias se encontravam em condição de semiescravidão, exploradas e sem terem seus direitos trabalhistas respeitados (DAXENBERGER et al., 2014).

Com a morte da dona da terra, os herdeiros quiseram vende-la, e aí iniciaram os conflitos violentos para tirá-los dali, o que ocasionou uma resposta da comunidade, que auxiliada pela Comissão Pastoral da Terra, passou a ter consciência de seus direitos e lutar por seu território. Ainda segundo Little (2002), "a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo (...)." (LITTLE,

2002, p. 4). As falas de dois dos entrevistados, quando questionados sobre o processo que levou ao reconhecimento da comunidade e a posse da terra, ilustram a teoria defendida por Little, de que a conduta territorial surge a partir da ameaça e da necessidade de lutar pela terra. A comunidade, em meio ao conflito com o proprietário, que se utilizava da violência física (destruindo roçados, matando animais, apelando para a polícia), se uniu e buscou parceiros para reivindicar seu direito ao território:

> Quando no tempo do povo antigo, do meu avô, do meu pai, aí tinha os patrões... aí trabalhava pra eles, né? Aí depois que (...) a dona da terra morreu, aí que veio um cabra lá de São Paulo que comprou a terra, aí queria botar nós "tudim" pra fora sem direito a nada, chutar nós pra fora. Foi aí que a gente correu atrás dos direitos, dos direitos humanos (...) aí a gente correu atrás dos direitos da gente, que a gente conheceu, que a gente não conhecia nada, era tudo quadrado, tudo só aqui dentro, não saía, os patrões não ensinavam nada, não tinha nada, não tinha energia, não tinha nada... aí a gente começou a conhecer o mundo lá fora. Fui pegar informação. Aí começou a ajudar nós [CPT e AACADE], nós começamos a lutar na justiça, foi gente presa, foi gente que apanhou, bicho foi cortado, os roçados foram destruídos... e a gente continuou a luta até que a gente conseguiu chegar aqui e agora graças a Deus... não pode vender a terra, mas pode botar pai, filho, neto, bisneto, né? Quem quiser trabalhar aqui nunca vai sair, fica toda vida, é só continuar aqui. Só não pode vender a terra, mas a gente pode produzir o que a gente quiser e é nosso... agora quem manda é nós (L., 2015).

> (...) Foi o caso de vir uma ordem de despejo pra gente dentro da propriedade. Porque nós éramos moradores, mas como ocuparam a terra de porteira fechada como que não existia ninguém dentro, aí deram vinte e quatro horas pra gente desocupar a área, né? Só que aí a gente recorreu... e dentro do processo o juiz entendeu que eles estavam alegando uma coisa que não tinha nem sentido em relação a gente, que a gente morava aqui já há muito tempo, que nasceu e se criou por aqui, e trabalhava na área, né? Aí foi onde veio... foi onde entrou o movimento, nós tivemos de fazer um movimento pra conseguir a área. Corremos atrás de advogado, procuramos a CPT, aí... (...) e conseguiu a desapropriação através do quilombo. Que viu que não tinha como se encaixar como assentamento e então, que aqui era descendente de escravos pelas histórias que foram feitas, teve um estudo... (G., 2015)

Little (2002) também enfatiza que "Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às reivindicações territoriais." (LITTLE, 2002, p. 11). Isso fica evidente na seguinte fala de Z.:

> (...) venderam pro cabra de são Paulo ai o cabra de são Paulo entrou em conflito com nós e alegando na justiça que dentro de 60 dias nós íamos (inaudível) da propriedade. Invasão, né? 60 dias. Só que tinha mais de 60 anos, desde os tempos do meu bisavô [que eles estavam ali]... aí nós não éramos invasores, éramos... Éramos... Posseiros. Posseiro muito antigo (Z., 2015).

F. relata, inclusive, o uso de força policial para amedrontá-los e forçar sua saída:

"(...) Teve um sábado que eu tava do outro lado e lá vêm os policiais tudo armado. Outro dia eu tava na casa da minha mãe aqui em baixo (inaudível) e lá vem outra turma. Foi muito conflito mesmo" (F., 2015).

Esse uso de força pelo Estado se mostra como uma enorme desproporcionalidade, pois, ainda segundo a interpretação de Little, esses povos não representam uma ameaça ao Estado brasileiro. "Não possuem fins separatistas, não guardam exércitos próprios, se consideram como cidadãos brasileiros. O que procuram é o reconhecimento de seus territórios e do modo de vida que constituem ali." (LITTLE, 2002, p. 20).

De modo geral, os entrevistados atribuem as melhorias em sua vida ao governo do PT, especialmente à Lula (2003-2010), que estava no poder na época em que receberam a certificação. Z. compara a aquisição da certificação com uma carta de alforria: "O presidente Lula deu a declaração, uma carta de alforria. Uma carta de alforria de negro pra nós ser liberto, sabe? E nós foi liberto. O presidente Lula. Aí a gente conseguiu" (Z., 2015).

O apoio de Organizações não-governamentais (ONGs) e Universidades, entre outros grupos e entidades, foi fundamental no processo de certificação da comunidade Senhor do Bonfim, assim como foi também nas comunidades de Minas Gerais. A certificação, para eles, significou uma vitória, o fim dos conflitos entre posseiros e proprietários. Significou o reconhecimento de sua territorialidade e a possibilidade de viver daquilo que produzem, sem sofrer exploração.

> Aí a gente lutou, lutou, lutou até que a gente conseguiu. Mas no tempo que a dona era viva a gente era tudo acomodado, né,

> ninguém ameaçava ninguém, era todo mundo trabalhando, ninguém "num" conhecia nada, a gente não entendia de nada, era tudo um bando de quadradinho só, aí depois que mexeram com ferida da gente que a gente foi pro meio do mundo, aí que a gente aprendeu. Aí começamos a viajar, começamos a ter reunião, e... e ter contato com as pessoas que entendiam mais dos direitos humanos, e saber os direitos da gente. E lutamos, lutamos, foi gente pra cadeia e tudo mas graças a Deus... E hoje estamos aqui, só produzindo (L., 2015).

As comunidades de Minas Gerais não enfrentaram esse tipo de conflito, porém, houve briga entre familiares pela propriedade da terra. Nas palavras de V., do Baú: É que teve alguém, da própria comunidade que era contra, né, que não queria que a comunidade fosse quilombola até que teve uma confusão (...), aí, mas Deus abençoou que passou e tá caminhando os trabalhos (V., 2015).

Nas palavras de C., do Baú, "Então era problema de família, de irmão contra irmão." (C., 2015).

Essa diferença entre as comunidades de Minas Gerais e da Paraíba tem raízes na formação das próprias comunidades.

A comunidade Senhor do Bonfim tem sua formação ligada a fazendas de cana de açúcar, as *plantations*, que evoluíram em grandes latifúndios. Mesmo depois da abolição, essas famílias dependeram do trabalho assalariado e exploratório para os grandes fazendeiros, pois não tinham formas de adquirir terras por conta própria. Apesar de trabalharem na terra de outras pessoas, essas famílias desenvolveram forte relação de pertencimento ao território. Formou-se no seio da comunidade um movimento de resistência, quando eles passaram a ter consciência de seus direitos. O processo de reconhecimento da comunidade começou em 2002, e a emissão de posse da terra veio em 2011.

As comunidades mineiras, por sua vez, são fruto da mineração na região do Serro Frio. Após a abolição e a decadência do ciclo do ouro, segundo relatos de moradores e dados do site da prefeitura do município, um ex escravo chamado João Noberto comprou a fazenda onde hoje está o povoado do Baú, em fins do século XIX. As comunidades do Ausente e do Baú descendem desse primeiro morador, e desde o princípio são posseiros, ao contrário da comunidade paraibana, na qual os moradores trabalhavam em regime de arrendamento. Apesar de estarem ocupando a terra, eles viviam em constante incerteza e medo de expropriação por não possuírem escritura da terra. Essa incerteza e a disponibilidade de

pouca terra agricultável fez com que essas comunidades praticassem agricultura apenas (ou quase) de subsistência, ao contrário do Senhor do Bonfim, que possui forte tradição agrícola. Quanto aos conflitos familiares mencionados nas entrevistas, ocorreu que algumas pessoas não queriam que a comunidade fosse reconhecida como quilombola porque sabiam que isso implicaria que a terra seria inalienável a partir daí.

A comunidade do Ausente, por sua vez, se originou da comunidade do Baú, quando alguns dos moradores do Baú se mudaram para o território onde hoje é o Ausente. Ainda hoje, as duas comunidades possuem fortes relações de parentesco e reciprocidade, como indica a fala de uma moradora do Baú nascida no Ausente:

> Mas os antepassados de vocês, vamos dizer assim, sempre tiveram aqui nesse pedaço de chão? (Entrevistadora)
>
> É, é, sempre tiveram. Meus pais são do Ausente, né? (...), mas sempre foi nesse pedaço de chão mesmo, eu saí de lá na idade de 15 anos e vim pra aqui, e tô aqui até hoje. (...) Casei e vim pra aqui. Então é aqui e o Ausente. (V., 2015)

Bandeira (1991 *apud.* LITTLE, 2002) destaca a importância das relações de parentesco, as quais são a base das relações de solidariedade e reciprocidade que fundamentam a relação do coletivo com o lugar (territorialidade).

> O controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, co-participação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos (BANDEIRA, 1991, apud. LITTLE, 2002, p. 9).

Por se encontrarem em uma região de grande riqueza mineral, as comunidades quilombolas do Serro e região enfrentam, atualmente, a especulação imobiliária, que se aproxima cada vez mais. O trabalho realizado pelo NESTH[1], bem como por outros grupos da UFMG e de outras Universidades, é no sentido de instrumentalizar essas comunidades

[1] Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano, grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, no qual a autora desse trabalho atuou como bolsista durante 3 anos.

para que eles "tomem as rédeas" de suas vidas e seus direitos, entendendo como podem atuar efetivamente para enfrentar essa realidade e possíveis conflitos, que já vêm ocorrendo em várias comunidades (quilombolas ou não) do entorno do município.

As três comunidades ainda aguardam a titulação da terra.

2 RETROCESSOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS

Nos últimos meses, foram vários os retrocessos no que tange ao direito territorial de povos e comunidades tradicionais, configurando uma coleção de arbitrariedades que ameaçam a soberania desses povos. A CPI da Funai e do Incra (MOREIRA, et al., 2015), documento de 2015 que teve seu texto aprovado em maio de 2017 (PACHECO, 2017), é um exemplo. O documento questiona a demarcação de terras indígenas e quilombolas em território brasileiro e criminaliza lideranças dos movimentos sociais, procuradores e antropólogos, em um texto que visa claramente preservar os interesses da bancada ruralista e fragilizar ainda mais as tentativas de regularização dos territórios dessas comunidades. No que se refere às comunidades quilombolas, a CPI defende que apenas as ocupações anteriores a 1988 são cabíveis de demarcação (MOREIRA, et al., 2015), ignorando o critério de autodefinição e o parecer do Grupo de Trabalho Terra de Quilombo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1994) sobre a ressemantização do termo "remanescente de quilombos". De acordo com o documento da ABA,

> O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo 'ressemantizado' para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. (...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

> (...) No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação (ABA, 1994 apud. O'Dwyer, 2002).

No caso dessas comunidades, o fortalecimento de uma consciência negra, sobretudo depois da década de 1980, fez com que esses grupos passassem a adquirir maior visibilidade política. A partir da implementação da categoria "remanescente das comunidades quilombolas", "as lutas das distintas comunidades negras foram redirecionadas na tentativa de serem reconhecidas nessa categoria e, no processo, a noção de comunidades de remanescentes de quilombos começou a se ampliar e incorporar um conjunto de outros fatores." (LITTLE, 2002, p. 14 e 15). Toda essa diversidade histórica e cultural e a heterogeneidade das lutas e reivindicações do povo negro são ignoradas pela CPI.

Outra aberração recente no que diz respeito ao direito de comunidades e povos tradicionais é a Portaria MJ nº 541, de 6 de julho de 2017. A portaria institui um Grupo de Trabalho formado por um representante da Funai e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Secretarias Nacionais de Segurança Pública e de Políticas sobre Drogas (não conta com a presença sequer de um representante do movimento indígena ou quilombola), para "formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas" (JARDIM, 2017). A portaria foi alvo de crítica e pedidos de esclarecimento pela sociedade civil e pelo Ministério Público Federal por meio do Ofício nº 388/2017/6ª CCR, que ressalta que o termo "integração" de grupos minoritários foi há tempos superado, e configura, inclusive, violação de ordem constitucional e de tratados internacionais de direitos humanos[2] (MAIA, 2017).

A resposta do relator da Portaria foi trocar o termo "integração" por "organização", que continua sendo desrespeitoso à liberdade e autonomia desses povos. Porém, o texto foi aprovado sem mais modificações. Esses exemplos estão nesse texto para ilustrar o estado de exceção em que vivem as comunidades quilombolas no contexto do governo que está no poder atualmente no Brasil.

[2] Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais.

CONCLUSÃO

Diante das ameaças constantes sofridas por essas comunidades – intensificadas nos últimos meses -, o novo paradigma que surge na antropologia renovando a teoria da territorialidade pode vir a calhar como mais um instrumento a ser apropriado pelos movimentos sociais que pode ajudar na defesa desses territórios frente ao avanço da ideologia ruralista.

A questão territorial não se deixa levar pela lógica estatista do mundo moderno, mas reclama por outra lógica que respeite a diferença e o exercício pleno dos direitos dos povos tradicionais. Para esses grupos, que mantiveram seus territórios tradicionais sem o apoio do governo (ou apesar dele), a problemática do ordenamento territorial é uma questão de defesa de seus territórios históricos. Em um plano ainda mais amplo, o que está em jogo é a capacidade do Estado brasileiro lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também. (LITTLE, 2002, p. 20 e 21).

Nesse contexto, a ameaça de expropriação de um território faz com que surja ou se fortaleça uma conduta territorial, "numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo." (LITTLE, 2002, p. 4). Nesse sentido, o avanço e fortalecimento da ideologia neoliberal (no campo representada pela chamada "bancada ruralista"), agravaram as pressões sobre os territórios tradicionais, particularmente no que se refere ao acesso aos recursos naturais (LITTLE, 2002). Por outro lado, essas pressões têm ajudado a fortalecer a união nos grupos (junto aos movimentos sociais e organizações não-governamentais) e dar força às suas reinvindicações. No atual contexto, é urgente e fundamental que sociedade civil, movimentos sociais, organizações não-governamentais e Universidades se unam na defesa dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais brasileiros, se posicionando contra a onda conservadora que tem retirado direitos das minorias.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

L. Entrevista nº 1: depoimento. Entrevista concedida a Pedroso, Juliana D. Comunidade Senhor do Bonfim, Areia, PB em 01/06/2015.

G. Entrevista nº 2: depoimento. Entrevista concedida a Pedroso, Juliana D. Comunidade Senhor do Bonfim, Areia, PB em 16/06/2015.

Z. Entrevista nº 3: depoimento. Entrevista concedida a Pedroso, Juliana D. Comunidade Senhor do Bonfim, Areia, PB em 16/06/2015.

F. Entrevista nº 4: depoimento. Entrevista concedida a Pedroso, Juliana D. Comunidade Senhor do Bonfim, Areia, PB em 16/06/2015.

V. Entrevista nº 5: depoimento. Entrevista concedida a Pedroso, Juliana D. Comunidade Quilombola do Baú, Serro, MG em 24/07/2015.

C. Entrevista nº 6: depoimento. Entrevista concedida a Pedroso, Juliana D. Comunidade Quilombola do Baú, Serro, MG em 24/07/2015.

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Casa civil. **SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**. Decreto nº 4,887, de 20 de novembro de 2003.

DAXENBERGER, A. C. et al. "O DIREITO LEGAL DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE: um estudo sobre a comunidade descendente de quilombo e os desafios para a superação da desigualdade social." In: **Comunidades quilombolas e diversidade étnico-racial: diferentes olhares e perspectivas** / Ana Cristina Silva Dexenberger e Rosivaldo Gomes Sá Sobrinho (org.). João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

JARDIM, T. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. PORTARIA Nº 541, DE 6 DE JULHO DE 2017. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2017/07/10/ministro-da-justica-baixa-portaria-para-integracao-social-das-comunidades-indigenas-e-quilombolas/>

MAIA, L. M. Ministério Público Federal: Procuradoria Geral da República. 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Ofício nº 388/2017/6ª CCR de 12 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Ofcio_MinistriodaJustiaPortariaMJ541_1.pdf>

MOREIRA, et al. Câmara dos Deputados.
REQUERIMENTO DE CPI Nº 16 DE 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8349E47233C4A50750B5D54BA5D29BBE.proposicoesWeb2?codteor=1325691&filename=RCP+16/2015>

LITTLE, P. **TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL**: por uma antropologia da territorialidade. In.: Série Antropologia. UNB, 2002.

O'DWYER, E. C. **OS QUILOMBOS E A ATIVIDADE PROFISSIONAL DOS ANTROPÓLOGOS**. In.: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PACHECO, T. CPI FUNAI-INCRA PEDE A CONDENAÇÃO DE "FALSOS ÍNDIOS", ANTROPÓLOGOS, ENTIDADES E PROCURADORES DA REPÚBLICA. In.: Combate ao Racismo Ambiental (página virtual). 3 de maio de 2017. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2017/05/03/cpi-funai-incra-pede-a-condenacao-de-falsos-indios-antropologos-entidades-e-procuradores-da-republica/>

SECRETARIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). "GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS". Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq> / Acessado em 01/12/2015.

THOMPSON, P. **A VOZ DO PASSADO: história oral**. São Paulo: Paz e Terra

20 ANOS DE EXTENSÃO COMUNICATIVA E POPULAR DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ DE FRANCA

Giovana do Prado Machado Rosa*
gipmrosa@hotmail.com
Eleonora Graneiro**
Eleonoragraneiro@gmail.com
Fernanda Garcia***
nanda_br7@hotmail.com
Isabela Saraiva****
isa_leonelferreira@hotmail.com
Maria Clara Laurenti*****
mariaclarasilvalaurenti@gmail.com
Raquel Santos Sant' Ana******
raquelssfranca@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo faz uma breve apresentação dos 20 anos da extensão popular e comunicativa realizada pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) da Faculdade de Ciências Humanas e sociais de Franca, campus da UNESP. Aqui nos reportaremos, ainda que brevemente a sua história, as atividades passadas e atuais, sua estrutura organizativa e o funcionamento a partir de subgrupos denominados de Coletivos e que, hoje, são voltados para a educação e cultura, gênero e produção. Também aqui será apresentado a proximidade do grupo com a luta dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seu posicionamento político dentro da universidade e as batalhas pela garantia e de uma extensão universitária de cunho popular.

Palavras-chave: Extensão universitária. Resistência. Questão agrária. Universidade. História.

* Discente do curso de Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

** Discente do curso de História na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

*** Discente do curso de Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

**** Discente do curso de Direito na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

***** Discente do curso de Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

******Drª no curso de Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

20 AÑOS DE EXTENSIÓN COMUNICATIVA Y POPULAR DEL NÚCLEO AGRARIO TIERRA Y RAIZ DE FRANCA

RESUMEN: *El presente artículo hace una breve presentación de los 20 años de la extensión popular y comunicativa realizada por el Núcleo Agrario Tierra y Raíz (NATRA) de la Facultad de Ciencias Humanas y sociales de Franca, campus de la UNESP. Aquí nos referiremos, aunque brevemente su historia, las actividades pasadas y actuales, su estructura organizativa y el funcionamiento a partir de subgrupos denominados de Colectivos y que, hoy, están dirigidos a la educación y cultura, el género y la producción. También aquí se presentará la proximidad del grupo con la lucha del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), su posicionamiento político dentro de la universidad y las batallas por la garantía y de una extensión universitaria de cuño popular.*

Palabras clave: *Extensión. Lucha. Universidad. Colectiva. Historia*

INTRODUÇÃO

O Núcleo Agrário Terra e Raiz é um grupo de extensão universitária interdisciplinar que iniciou suas atividades de trabalho junto aos acampamentos e assentamentos rurais há 20 anos. Desde então, tem contribuído com a luta pela terra e o fortalecimento dos movimentos sociais, mas também para a disputa da concepção de extensão dentro da universidade; com isso tem tido um papel político no processo de formação e contribuído para formar uma massa crítica de profissionais de diferentes áreas que defendem um projeto de universidade e de sociedade voltados para ideais emancipatórios.

Esse artigo relata um pouco dessa trajetória e apresenta os trabalhos que hoje dão continuidade a essa história de resistência, especialmente no contexto atual de recrudescimentos dos espaços democráticos e de ascensão de ideários reacionários na sociabilidade e, evidentemente, na universidade.

1 A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ: BREVES CONSIDERAÇÕES

As primeiras atividades do grupo de extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) ocorreram em 1997 mas, foi a partir dos anos 2000 que as atividades passaram a ser sistemáticas por meio de desenvolvimento de projetos de trabalho com a comunidade recentemente assentada na região, o Assentamento 17 de Abril, conforme será mostrado a seguir.

Desde então o Núcleo apoia a luta pela terra e a Reforma Agrária, contribuindo com o fortalecimento dos movimentos sociais rurais e buscando proporcionar uma formação crítica aos extensionistas sobre

questão agrária, movimentos sociais de forma a instrumentalizá-los para o trabalho de educação popular.

O grupo surgiu com a iniciativa de estudantes que tinham como propósito estudar a questão agrária na região de Franca e Ribeirão Preto para pensar possíveis ações no sentido de apoiar a luta pela terra.

Em 1998 ocorreu a ocupação do Horto Florestal da Fazenda Boa Sorte de Restinga por cerca de 200 trabalhadores articulados pelo sindicato dos sapateiros de Franca e com a participação de algumas lideranças do MST. A ocupação mobilizou estudantes da UNESP campus Franca, que promoveu campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, remédio e lonas além de começar a fomentar debates sobre as problemáticas encontradas no campo e na luta pela terra. Nesse momento, junto com outros grupos da universidade,o Núcleo desempenhou um papel importante de mobilização da comunidade acadêmica e isso fez com ele tivesse o reconhecimento dos trabalhadores que, depois, vieram a compor o Assentamento 17 de Abril.

A partir dos anos 2000, o NATRA apresenta seus projetos para a Pro Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) da UNESP para poder ser reconhecido como grupo de extensão perante a Universidade.

Com o passar dos anos, com ênfases diversas e em diferentes espaços, os projetos do NATRA se voltaram para o trabalho de educação popular junto as comunidades assentadas e acampadas da região de Franca e Ribeirão Preto. Na realidade, a medida que o conflito agrário foi se ampliando na região, o grupo procurou estar presente seja como apoio, ou quando possível desenvolvendo ações sistemáticas.

Em 2003, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) ocupam uma fazenda em Ribeirão Preto que depois veio se constituir no assentamento Mário Lago, hoje uma referência no trabalho com agroecologia. No processo de conquista da terra, o NATRA esteve presente em atos públicos, em passeatas e depois no cotidiano da comunidade desenvolvendo ações previstas nos seus projetos de extensão como ciranda infantil, Cinema da Terra, oficinas de gênero e formação e etc..

Na realidade, os dois projetos do Núcleo previam ações como discussão de gênero, educação, leitura para crianças, oficinas, noites culturais e atividades relacionadas ao setor de produção e formação política que aconteciam com todas as faixas etárias.

> Os projetos que abarcam este conjunto de atividades são "Trabalho social com acampamentos e assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto – SP" (existente desde 2001, mas

> reapresentado com este novo nome em 2005) e, "Educação de Jovens e Adultos no Assentamento Mário Lago" (2004); deles participam o conjunto de extensionistas que se subdividem para o desenvolvimento dos trabalhos. (2011, SANT'ANA, CARMO, CHINALI)

Com o passar dos anos NATRA foi fortalecendo sua parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, hoje é reconhecido como parceiros de luta pela reforma agrária.

Na sua organização interna, de acordo com o número dos integrantes e das ênfases dos trabalhos desenvolvidos a cada ano, o grupo foi se dividindo em diferentes coletivos, os quais ao longo de sua trajetória assumiram denominações sempre muito próximas a própria organização do MST: de Gênero, educação e cultura, de jovens, da ciranda infantil, de produção e de formação política, de agitação e propaganda e etc.

Só para ilustrar, descreveremos a seguir o norte das ações de dois coletivos que sempre estiveram muito presentes no grupo: o de Gênero de Educação. O Coletivo de Gênero realizou diferentes ações ao longo do tempo: desenvolveu oficinas com temáticas envolvendo gênero em diferentes assentamentos e acampamentos; promoveu a formação de gênero dentro do grupo; quando os seus integrantes passaram a realizar atividades sistemáticas nas escolas sobre a temática agrária, o coletivo fez a interlocução com as questões de gênero. A partir de 2008 até 2015 o gênero foi incorporado em outros coletivos, mas em 2015 retorna como coletivo específico. Hoje é responsável pela interlocução de gênero nas diferentes ações desenvolvidas pelos Coletivos de Educação e de Produção.

O Coletivo de Educação (que em alguns momentos foi denominado de Coletivo de Educação e Cultura) sempre compôs a formação do grupo, pois as ações voltadas para essa área foram as mais recorrentes nos trabalhos desenvolvidos. Os seus integrantes desenvolveram ações de educação de jovens e adultos em conjunto com o MST, trabalho com jovens nos assentamentos e acampamentos e também em escolas de ciclo básico, fundamental e de ensino médio, fizeram jornadas culturais, exibição e filmes e debates, etc... Discutiram juventude rural, participação política, protagonismo dos jovens, cultura, resistência, movimentos sociais; contribuíram com o MST nas diversas ações de mobilização e organização da juventude, inclusive compondo oficialmente a organização do Encontro Nacional dos Violeiros realizado pelo MST, Encontro da Juventude Rural, Encontro Estadual e Nacional do MST.

Durante vários anos o NATRA desenvolveu ações em escolas de Franca de ensino médio, sempre com oficinas voltadas para a temática agrária. A partir 2006/7 o grupo propôs um projeto voltado para oficinas lúdicas para crianças na escola do próprio assentamento 17 de Abril, em Restinga. O objetivo era contribuir no processo de formação destas crianças para que elas incorporassem o rural como espaço positivo de construção da vida e do saber, contrapondo-se a uma lógica urbanocêntrica muito comum às propostas pedagógicas das escolas rurais.

Depois da execução desse projeto na escola do assentamento, o grupo fortaleceu-se e propôs junto ao Núcleo de Ensino da UNESP um projeto para atuar com estudantes do ensino médio numa escola de Franca. O objetivo era contrapor-se ao projeto do Agronegócio nas Escolas, trazendo o debate sobre a Reforma Agrária, a questão ambiental e os movimentos sociais rurais. O projeto foi aprovado e teve um bom andamento, porém algumas dificuldades com a direção da escola fizeram com que o grupo, no ano subsequente, estabelecesse uma nova parceria com a Escola de Primeiro e Segundo Graus Sérgio Leça Teixeira, num dos bairros periféricos de Franca, aliás, escola onde depois foi possível desenvolver o projeto Cinema da Terra voltado para o debate e exibição de filmes nas diversas comunidades e escolas.

Em 2015 o grupo volta a trabalhar a escola do assentamento 17 de abril agora com atividades voltadas para a inclusão digital. Esse projeto compõe um trabalho mais ampliado do grupo que incluía diversas ações de educação e cultura, todas voltadas para a inclusão digital [1].

O NATRA foi durante vários anos espaço de desenvolvimento de atividades de estágio de Serviço Social [2] e de estágio interdisciplinar. Uma das ações mais amplas desenvolvidas pelo grupo foi uma pesquisa realizada pelo grupo na região de Andradina a partir do convênio celebrado com uma Fundação estadual e o INCRA. O relatório dessa pesquisa levantou dados sobre as condições de vida, o acesso às políticas públicas e aos créditos, a participação da comunidade assentada na realidade local dos diversos municípios. Foi possível constatar que os assentamentos dinamizam a economia do município onde estão instalados e também estimulam as atividades das cidades maiores, o que demonstra a sua importância na dinâmica econômica regional.

---

1 Projeto feito pelo edital da PROEX – Pro reitoria de extensão universitária.

2 O estágio de serviço social é mais frequente pois as coordenadoras do grupo são assistentes sociais.

Finalizada a pesquisa houve o encerramento do convênio e o NATRA permaneceu com suas atividades em Franca e na região de Ribeirão Preto, pois os gastos com deslocamento do grupo para as áreas assentadas representam a maior dificuldade na execução e continuidade dos projetos.

Um dos elementos dificultadores da atuação do Núcleo é exatamente a fragilidade do financiamento destinado pela universidade para a extensão, em especial quando são projetos contínuos. A extensão, embora se constitua como tripé da universidade, ainda não tem o mesmo destaque e importância do ensino e da pesquisa. Desde 2001 que o NATRA desenvolve diferentes projetos em áreas rurais, conforme já descrito. Descontado o ano que o grupo teve o projeto aprovado, mas nenhuma destinação de verba e/ou bolsa, nos outros anos sempre são destinadas uma a duas bolsas por projeto, ou seja, são cerca de 3 ou 4 bolsas para 20 a 30 participantes(no ano de 2017 está apenas com uma bolsa). A quantia financeira destinada a cada projeto não garante ao grupo a realização de um trabalho contínuo. Na maioria dos anos com a verba destinada ao projeto era possível fazer apenas uma ou duas viagens do grupo até o local onde deveriam ocorrer atividades durante todo o ano. Além da maioria dos integrantes do grupo não terem bolsa de extensão, o financiamento das atividades é muito restrito, o que tem feito com que o grupo busque captar recursos externos em órgãos federais ou por meio da participação em editais. Isto traz certa insegurança ao grupo que não tem certeza sobre a possibilidade de dar continuidade aos seus trabalhos.

Ao longo de sua trajetória o NATRA foi narrando a sua história por meio dos artigos publicados em diversos eventos de amplitudes regionais, nacionais e internacionais. Este acervo, no entanto, não está devidamente organizado, o que dificulta sua quantificação, porém não é exagero mencionar mais de 50 artigos publicados em congressos regionais, nacionais e internacionais, capítulos de livros, artigos em periódicos, além de uma infinidade de publicações em congressos de iniciação científica e de extensão universitária.

A sua presença é também muito expressiva nos debates sobre a extensão universitária no campus de Franca. Apoiado numa concepção freiriana, defende o conceito de extensão comunicativa, ou seja, aquela que permite viabilizar um trabalho crítico voltado para os segmentos populares, que traz como responsabilidade da universidade uma atuação verdadeiramente voltada para uma formação integral e para questões universais. Defendemos que a extensão é um "processo educativo, cultural

e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade'. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001)

> Os seus objetivos materializam demandas da sociedade, afinal não é possível pensar uma pátria livre e soberana com este nível de concentração da terra e da riqueza. A defesa da luta pela terra e da Reforma Agrária, o apoio aos movimentos sociais se confundem com a bandeira da democracia e da cidadania, portanto é (ou deveria ser) bandeira da universidade pública. A materialização destes ideais permeia cada ação, projeto ou publicação do NATRA, que mesmo como contra tendência da universidade atual, resiste e segue fazendo da extensão universitária um exercício de militância em prol das causas libertárias e dos direitos humanos. (2011, SANT'ANA, CARMO, CHINALI)

2 A CONTINUIDADE DA LUTA: OS PROJETOS ATUAIS DO NATRA

O NATRA possui diversos projetos na área da cultura e educação, produção e gênero e para isto os integrantes se dividem na execução das atividades em subgrupos denominados de "Coletivos" de acordo com a temática, conforme já mencionado. Hoje são 26 integrantes que compõem o grupo, sendo eles dos cursos de história, serviço social, relações internacionais e direito e duas coordenadoras, ambas vinculadas ao departamento de serviço social.

O grupo se caracteriza por uma extensão horizontal, no qual busca em suas ações contribuir para um novo modelo de universidade e de sociedade e pelo reconhecimento dos sujeitos políticos que compõem os movimentos sociais.

O Núcleo promove atividades de formação não apenas para seus integrantes, mas também para a comunidade acadêmica como um todo. Para isso realiza místicas, leituras e debates sobre a questão agrária e a importância da luta pela terra; reflexões sobre o cenário político local em que o movimento estudantil se encontra, marcado por greves e reações institucionais repressivas; discute o cenário nacional posterior ao golpe institucional parlamentar que destituiu a Presidente Dilma Rousseff e os atuais retrocessos em relação aos direitos (trabalhistas, previdenciários, sociais, individuais, entre outros).

Uma das questões que se coloca é que esse cenário, repressivo em âmbito geral, desestabiliza diariamente a organicidade de tempo e o trabalho promovido pelo grupo. As exigências postas aos estudantes e professores numa universidade em que a formação está posta numa perspectiva meritocrática sobrecarrega a todos, o que reduz o tempo e a disposição daqueles que militam seja no movimento estudantil ou em outros movimentos sociais. Isso tem interferido na motivação, tempo e disposição dos integrantes do grupo a uma dedicação mais intensa às atividades a serem realizadas, principalmente na militância junto aos movimentos sociais, em especial ao MST que é nosso principal parceiro político.

A partir dessa leitura, o grupo definiu que nesse ano de 2017, a universidade deverá ser priorizada como espaço de trabalho, por meio de eventos de formação, cursos, principalmente com a realização do VIII simpósio sobre a questão agrária que terá como tema "Agroecologia, movimentos sociais e Soberania Alimentar". Outra ação a ser desenvolvida no campus é a Feira de Produtos da Reforma Agrária, uma ação conjunta do grupo com duas associações do assentamento 17 de abril que visa contribuir com a escoação dos produtos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, viabilizar o acesso da comunidade acadêmica e do entorno a produtos saudáveis e diversificados. Por meio dessa ação o grupo pretende discutir o direito a alimentação saudável e a terra como parte dos direitos humanos.

A seguir descreveremos com mais detalhes os trabalhos desenvolvidos pelo grupo que atualmente divide-se em Coletivo de Produção, de Gênero e de Educação.

2.1 Coletivo de produção

O coletivo de produção foi rearticulado no NATRA em 2017, depois de muitos sem uma ação voltada para essa área. Os objetivos da retomada desse Coletivo são: coordenar o debate sobre agroecologia e a criação de Grupo de Estudos sobre a temática; desenvolver atividades junto as associações de produtores do Assentamento 17 de abril no sentido de viabilizar a Feira dos Produtos da Reforma Agrária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca.

As ações do grupo no avanço das discussões e estudos a respeito da agroecologia buscam a construção de saberes que alinhe o conhecimento da comunidade assentada da região de Franca e Ribeirão Preto com o

conhecimento acadêmico e, assim, viabilizar o que denominamos de uma extensão comunicativa e popular.

Esse coletivo conta com 13 estudantes, de todos os quatro cursos da universidade: Direito, História, Serviço Social e Relações Internacionais e é coordenado por uma das professoras que é livre docente em Serviço Social.

Atualmente o grupo está se preparando para iniciar o Grupo de Estudos sobre Agroecologia e Direitos Humanos que será aberto a toda a comunidade acadêmica e do município e região. Para essa preparação grupo estudou sobre questão agrária, o atual modelo de produção agrícola, o agronegócio, e sua insustentabilidade a medida que extingue a biodiversidade, degrada e contamina recursos naturais com uso de agrotóxicos e oferece um produto alimentício que desvaloriza o conhecimento rural, popular e individual dos trabalhadores, fazendo uma agricultura sem agricultores. Compondo a discussão estrutural sobre o atual modelo iniciamos também estudos a respeito da soberania e segurança alimentar.

Considerando que agroecologia é uma ciência que propõe uma base alternativa de manejo agricultural sustentável, o Coletivo de Produção prossegue com os estudos procurando dialogar sobre essa temática a partir de referencial teórico de base marxista e sua concepção de uma extensão comunicativa e popular. Um desafio que está em seu início, mas que procura contemplar experiências práticas como visitas nos Sistemas Agroflorestais (SAF's) dos assentamentos Mario Lago em Ribeirão Preto e 17 de Abril na região de Franca, e quizá ainda na construção de SAFs dentro do campus.

Para a realização da Feira, o grupo tem desenvolvidos ações institucionais e políticas para a viabilização desse espaço de comercialização dos produtos da Reforma Agrária. Atualmente as dificuldades tem se dado pela resistência da atual direção em autorizar que ela aconteça dentro do campus, ainda que o " abaixo assinado" realizado pelo grupo demonstre o apoio da comunidade acadêmica a respeito.

2.2 Coletivo de gênero

O núcleo também conta com um Coletivo de Gênero que é responsável por fomentar a discussão sobre gênero entre os extensionistas e subsidiar nesse quesito as demais atividades e coletivos do grupo. A esse Coletivo incumbem-se tarefas como passar leituras importantes sobre o assunto aos demais participantes do núcleo e, principalmente, promover

oficinas de formação a todos do grupo, para que as demais atividades promovidas pelos coletivos e pelo núcleo como um todo contemple a problemática do gênero e suas consequências na sociedade.

Os objetivos do Coletivo são: abrir o debate sobre e, consequentemente, erradicar o desrespeito a questões que envolvam gênero, sexualidade e identidade durante a idealização e a realização das diversas atividades do grupo; contribuir na construção de uma universidade e de uma comunidade mais simétrica.

O NATRA julga ser de extrema importância que seus participantes, não só os que compõem especificamente esse coletivo, tenham uma apropriação sobre as questões de gênero e de diversidade sexual, e como essas questões condicionam papéis e expressões sociais pois, é preciso desmistificar o obscurantismo presente no conceito e prevenir que discursos opressores sejam propagados pelos extensionistas; discursos estes que são desde sempre e cada vez mais enraizados na nossa sociedade, por exemplo, pela forma de estereótipos, os quais constroem o que é ser homem e o que é ser mulher e limitam a livre expressão dos indivíduos na comunidade.

O Núcleo tenta promover uma relação mais igualitária entre homens e mulheres, cis ou trans, hétero, bissexuais ou homossexuais, para que, ao menos e primeiramente em nossas atividades e na nossa universidade, seja possível uma articulação horizontal e simétrica entre os diferentes segmentos de gênero e de orientação sexual. Acreditamos que fomentar esse debate contribui para a diminuição da violência contra a mulher e contra a população LGBT, mesmo que de maneira localizada. A luta é para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, sem que os entraves impostos pelas construções de gênero, de orientação e de identidade sexual definam qual curso devamos seguir individualmente.

As atividades desse coletivo estão sendo gradativamente retomadas, em vista da renovação de seus membros, os quais são responsáveis pela realização das oficinas de formação e preparação da interface de gênero nas atividades dos outros coletivos. Todavia, o debate acerca do gênero - da diversidade e identidade sexual e seus devidos recortes, como raça e classe - sempre foi imprescindível no ideário dos

natreanos, tanto na construção individual e conjunta por uma sociedade e, sobretudo, por uma universidade mais igualitária e inclusiva.

2.3 Coletivo de educação

O coletivo de educação tem sido responsável pelas atividades que durante o ano de 2016 estavam vinculadas ao Projeto Inclusão Digital que era uma parceria com o MEC. Nesse projeto estavam previstas ações vinculadas a cultura a inclusão digital em um assentamento (o 17 de Abril em Restinga) e a um acampamento (Wanderley Caixe em Orlândia). Com o término da vigência da parceria em 2016, o Grupo ficou com os computadores previstos nas aquisições do projeto, porém sem recursos para o transporte. No ano de 2017, o Núcleo decidiu manter as atividades na escola "Leonor Mendes de Barros" do assentamento 17 de abril, em Restinga por ser mais próximo de Franca. A dificuldade de transporte durante o primeiro semestre inviabilizou as ações mesmo com toda a negociação feita junto a prefeitura do município. No segundo semestre o grupo conseguiu que a Faculdade disponibilize transporte aos integrantes do coletivo retirando os custos da viagem dos recursos que o grupo conseguiu para as atividades de extensão [3].

O Coletivo de Educação tem como objetivo principal buscar uma aproximação com atividades lúdicas voltadas para a realidade do campo e, baseando-se na proposta pedagógica do MST, se apropriar da escola pública como ferramenta para a construção de um novo sujeito, em busca por valores libertadores. Procura-se utilizar os computadores do grupo nas atividades para viabilizar o acesso das crianças a informática, mas a escola não tem acesso a internet, o que dificulta os trabalho realizado.

As atividades se desenvolvem uma vez por semana, nas séries de primeira à quarta, durante 50 minutos cada turma. Baseado em conceitos paulofreirianos, as atividades desenvolvidas partiam da realidade de cada turma, levando em consideração a singularidade e interesses das crianças.

É importante ressaltar que houve um impacto positivo na vida das crianças com o projeto Inclusão Digital durante sua realização no de 2016. O grupo conseguiu fomentar debates importantes até então desconhecidos pelas crianças, tais como debate de gênero, questão agrária, ambiental e a identidade sem-terrinha do movimento.

[3] O valor dos recuros que o grupo conseguiu para o ano de 2017, foi de $500,00.

É perceptível, no entanto, a divergência entre as ações educacionais da escola e a proposta da lei 9.394, a qual determina que o ensino deve ser adaptado as peculiaridades da vida rural. Também a proposta pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não se constitui como uma referência para os educadores da escola. Nesse retorno das atividades, o Coletivo do Natra deve incentivar essa interlocução de maneira a contribuir com o processo de formação das crianças e com a comunidade como um todo.

2.4 As disputas dentro da universidade em prol da defesa da extensão comunicativa e popular

Inserido em um contexto nacional e local de repressão aos movimentos sociais, o NATRA como extensão popular e comunicativa enfrenta diversos obstáculos. Acreditamos que a universidade tem o papel de proporcionar atividades não só a seus estudantes matriculados, mas também à comunidade que a cerca, fazendo com que o conhecimento produzido no meio acadêmico ultrapasse as paredes da faculdade e as barreiras sociais não impeçam a troca de conhecimentos e saberes. O foco do NATRA é o compromisso com a construção de uma sociedade igualitária através da luta pela terra, da produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

As extensões populares e comunicativas, que almejam e trabalham por uma sociedade mais justa e igualitária, conduzem seus espaços de trabalho de maneira horizontal e solidária e promovem o debate sobre formação política, tanto internamente quanto externamente. Isso é necessário para que possam resistir aos impedimentos institucionais, provenientes, acima de tudo, do contexto repressivo em que nos encontramos e do descaso da universidade para com um dos viés do tripé: a extensão, deixando os grupos sem financiamento ou incentivo para a realização de suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância de uma extensão comprometida com os movimentos sociais, principalmente rurais, como a que é desenvolvida pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) para a formação de profissionais, críticos dentro da universidade. O compromisso do grupo na discussão de temas fundamentais como a Reforma Agrária, educação popular,

gênero, agricultura familiar, soberania alimentar, produção sustentável, agroecologia, alimentos orgânicos, papel da universidade pública, etc., é de extrema relevância na formação profissional dos alunos de história, serviço social, relações internacionais e direito, que compõem o grupo.

O NATRA busca contribuir para uma maior visibilidade dos movimentos sociais, principalmente os rurais dentro da universidade, promovendo eventos que discutam o tema e suas refrações, trazendo representantes dos movimentos para dentro da universidade, escrevendo artigos que abordam a história das atividades desenvolvidas nos assentamentos e sobre a realização de pesquisas no mesmo divulgando a luta e a sabedoria dos assentamentos e assentados nos meios acadêmicos.

O grupo também contribui para a discussão e luta por uma universidade pública e popular, sempre destacando a importância de uma extensão universitária comprometida com os trabalhadores e movimentos sociais.

A cada ano novos integrantes compõem o grupo, inicialmente participando de oficinas de apresentação que expõem os ideais base do grupo, isso fortalece a luta, pois, o grupo se renova e permanece em constante autocritica e desconstrução. Assim, o conhecimento se expande e a experiência passa de geração para geração. Apesar das dificuldades, principalmente de financiamento das atividades, a continuidade do trabalho e o contato direto com a luta dos assentados fortalece e renova a cada ano os ideais do grupo.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L (Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, 2015, p. 263-283.

SANT'ANA, R. S., CARMO, O. A**.** A Trajetória do Núcleo Agrário Terra e Raiz de Franca/SP: a extensão universitária comprometida com as lutas populares e os movimentos sociais. In: Márcio R. O. Pozzer, **Cultura e extensão universitária**: perspectivas de institucionalização de uma política pública. São João Del-Rei / MG, Malta Editores Ltda, 2012.

BRASIL. **lei de diretrizes e bases da educação nacional**. lei nº9.394, de 20 dedezembro de 1996. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: maio de 2017.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acompanhamento-da-frequeencia-escolar/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. acesso em: maio 2017.

CALDART. Roselisalete: **Pedagogia do movimento sem terra**, 3.ed. são paulo: expressão popular, 2004.

CAMPOS, J. C. Projeto "Informática e cultura na reforma agrária" e sua interlocução com a educação no campo. in: **VII jornada de estudos em assentamentos rurais**, 7., 2015, campinas. **anais...** campinas: feagri, 2015.

SOUZA, M. A**. Educação do Campo**: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA E SERVIÇO SOCIAL: BREVES APONTAMENTOS

Edvânia Ângela de Souza Lourenço*
edvaniaangela@hotmail.com

RESUMO: Este texto discute alguns elementos do desenvolvimento do campo Saúde do Trabalhador (ST), com destaque para o trabalho profissional do Serviço Social. Trata-se de um ensaio teórico, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, cuja análise evidencia que a atuação profissional do Serviço Social, devidamente arquitetada no projeto ético político da profissão, adquire especificidade e, certo grau de importância no âmbito da ST.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador. Serviço Social. Trabalho Profissional.

SALUD DEL TRABAJADOR Y DE LA TRABAJADORA Y TRABAJO SOCIAL: BREVES APUNTES

RESUMEN: Este texto discute elementos del desarrollo del campo Salud del Trabajador (ST), con atención para el trabajo del Servicio Social. Se trata de un ensayo teórico, a partir de investigación bibliográfica y documental, cuyo análisis pone de manifiesto que la actuación profesional del Servicio Social, debidamente arquitectada en el proyecto ético político de la profesión, adquiere especificidad y, cierto grado de importancia en el ámbito de la ST.

Palabras clave: *Salud del Trabajador. Trabajo Social. Trabajo Profesional.*

INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008 abalou as economias mundiais, mas manteve a centralidade do capital financeiro e promoveu intensa desmedida pela retomada das taxas de acumulação, incorreu em profundas mudanças nas economias nacionais dos mais diversos países. De um lado, o trabalho vem sofrendo abruptas mudanças, tanto em termos tecnológicos quanto na forma de contratação, invertendo o padrão de proteção social desenvolvido durante o século XX. Por outro lado, impulsionou o reordenamento do Estado sob o sistema normativo do neoliberalismo, provocando o desmantelamento das políticas de proteção social, flexibilizando e desregulamentando a legislação trabalhista, mantendo taxas de impostos sobre os mais ricos rebaixadas como importante ferramenta para o avanço da concentração de renda das elites, entre inúmeras outras medidas que

* Docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, câmpus de Franca/SP. Profa Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais - PPGSSPS - Mestrado Acadêmico da UNIFESP- Baixada Santista. Tem experiência na área de Saúde do Trabalhador, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, saúde do trabalhador, trabalho e SUS.

favorecem a promoção da concorrência dos mercados financeiros em escala mundial e retira qualquer veio protetor das economias nacionais e da sua população.

No Brasil, em 2016, o grupo que se apoderou do aparelho do Estado, sem passar pelo crivo eleitoral e sem qualquer debate da agenda política e econômica, vem implantando medidas de austeridade, identificando os direitos sociais e do trabalho como as causas da atual crise econômica, elegendo-os como principais alvos de ataques em nome da maior competitividade das empresas. Resulta daí a Proposta de Emenda Constitucional no. 55, de 2016, PEC dos gastos públicos, ou como ficou mais conhecida a PEC do Fim do Mundo, a qual instituiu um novo regime fiscal no âmbito do orçamento fiscal e da Seguridade Social por longos e duradouros 20 anos! (BRASIL, 2016). Essa Lei é mais que um ajuste fiscal em torno dos gastos da União, pois se trata de congelar os gastos também nos Estados e municípios. Para Pedro Rossi e Esther Dweck (2016) se trata de uma crescente apropriação do fundo público pelo mercado financeiro e profunda mercantilização dos direitos sociais, desconstruindo as bases do Estado Social e reduzindo o seu tamanho, que nos próximos 20 anos, deverá sair dos 20% de gastos do PIB na área social para pífios 13%, isso num cenário de aumento dos problemas sociais e de saúde e de envelhecimento (ROSSI; DWECK, 2016).

Neste contexto, o governo ilegítimo de Michel Temer[1] (PMDB – MDB) aprovou a Lei 13.467/2017 (BRASIL, 2017a), a qual garante no plano legal a desregulamentação e flexibilização das condições e contratos de trabalho, bem como restringe o acesso à justiça do trabalho e esvazia e

[1] Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anteriormente Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), vide que ocorreu a mudança na sigla do referido partido como busca de legitimidade política frente às inúmeras denúncias de corrupção que envolve os seus membros, inclusive o "presidente" Temer foi denunciado pela Procuradoria Geral da União como chefe do quadrilhão do PMDB, sendo que conseguiu se safar após a prática de compra de votos no Congresso Nacional para barrar a investigação contra ele. É vergonhoso ver como esse "governo" age, utiliza de manobras e de negociação com a Câmara de Deputados, libera verbas, oferece cargos e privilegia os que o apoiam. A corrupção foi totalmente naturalizada: O Palácio do Planalto acelerou a liberação de recursos para o empenho de emendas parlamentares obrigatórias desde setembro, quando apareceu a segunda denúncia contra Temer. "[...] envolveram pelo menos R$ 12 bilhões — além de cargos e benesses de valor inestimável, como a mudança no combate ao trabalho escravo...Foram R$ 881,3 milhões em menos de dois meses, sendo R$ 607,9 milhões apenas nos primeiros 21 dias de outubro e R$ 273,4 milhões em setembro. No final da semana passada, grandes volumes foram liberados para deputados e senadores: R$ 122,4 milhões na sexta-feira e ainda R$ 53,2 milhões no sábado, segundo os dados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) (O GLOBO, 2017).

enfraquece os sindicatos. Aprovou também a Lei 13.429\2017 (BRASIL, 2017b), que originalmente era um Projeto de Lei PL 4302/98 feito por Fernando Henrique Cardoso, o qual foi desengavetado por Temer, enquanto o Senado discutia outro projeto de terceirização das relações de trabalho mais brando que esse, assim, em mais um golpe sobre a classe trabalhadora, aprovou a Lei 13.429/17, autorizando a **terceirização irrestrita** do trabalho e da produção, o que, posteriormente, foi reforçada também na Lei 13.467\2017 (BRASIL, 2017a). Então, se tratam de leis que deixam o\a(s) trabalhador\a(s) à deriva e exposto\a(s) a uma profunda insegurança social.

É preciso considerar que no Brasil, a forma como se constituiu os direitos sociais e do trabalho operou um vazio, no qual grande parte da classe trabalhadora não foi contemplada pela regulamentação do trabalho e direitos trabalhistas. A Constituição Federal de 1988 (CF\1988) é um marco histórico e de referência para os direitos sociais e do trabalho contemplando o\a(s) trabalhadore\a(s) urbanos e rurais.

Não obstante, é preciso ter clareza que ainda que sob a vigência da CLT e de alguns avanços propiciados pelo direito do trabalho e protagonismo de alguns sindicatos, a classe trabalhadora ainda convive com flagrante condição de desrespeito à sua integridade física, mental e social. Os registros de acidentes de trabalho pela Previdência Social dão conta de mais de meio milhão de trabalhador\a(s) que sofrem algum tipo de acidente de trabalho anualmente, no país. Esses dados contemplam os acidentes considerados típicos que ocorrem durante o desenvolvimento da função, do trajeto (percurso de ida-volta-ida do trabalho) ou doença relacionada ao trabalho.

No período de 2013 a 2015, a Previdência Social registrou mais de dois milhões de acidentes de trabalho, como se constata nos Anuários Estatísticos da Previdência Social o total de 725.664, 712.302 e 612.632 respectivamente, totalizando 2.050.598 de acidentes de trabalho de 2013 a 2015 (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014 e BRASIL, 2015).

Do total de mais de dois milhões de acidentes de trabalho ocorridos no triênio 2013-2015, 60.88% [1.630,929] são acidentes típicos; 16,31% [334.452] acidentes de trajeto; 2,34% [48.021] doenças do trabalho e 20,47% [419.669] referem-se aos acidentes considerados pelo sistema previdenciário **sem a** Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), em geral, reconhecidos como do trabalho a partir do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NETP). Sendo esse sistema de reconhecimento dos agravos (NETP), criado em 2007, um avanço no

sentido de fazer o reconhecimento automático de algumas doenças como provenientes de determinadas ocupações.

As Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador (CNST), sobretudo, a 3ª CNST, ocorrida em 2005, em Brasília\DF, pressionou para que houvesse a identificação epidemiológica entre ocupação e doença adquirida, tendo em vista a grande dificuldade enfrentada pelo\a(s) trabalhador\a(s) adoecidos em ter os seus problemas relacionados com o trabalho.

Um dado alarmante diz respeito aos acidentes fatais, pois no período de 2013-2015, ocorreram 8.162 mortes em decorrência de acidentes de trabalho, ou seja, foram 2.700 mortes vinculadas ao trabalho por ano. 225 pessoas sucumbiram por mês e mais de sete por dia, ou seja, a cada três horas morre um\a trabalhador\a por acidente de trabalho no Brasil.

Um detalhe importante para sublinhar é que esses dados referem-se apenas aos trabalhador\a(s) formais e devidamente assegurados pelos sistema previdenciário. Ou seja, a estatística oficial não consegue abarcar trabalhador\a(s) informais, autônomos, estatutários e militares, de modo que os dados são superestimados. Além de as estatísticas de acidentes de trabalho se resumirem aos trabalhador\a(s) do mercado formal de trabalho, cabe registrar aqui, a luta cotidiana para se conseguir o reconhecimento de uma acidente como decorrente do trabalho, ainda mais quando se trata de doença e se for relativa a esfera mental, o reconhecimento é ainda mais difícil.

Portanto, cotidianamente, os serviços de saúde recebem uma grande quantidade de pessoas que buscam um diagnóstico e uma assistência à saúde, muitas vezes, de problemas relacionados ao trabalho e que são tratados como problemas comuns e independente das condições de trabalho e das relações subjacentes.

Dessa maneira, a discussão da Saúde do\a Trabalhador\a (ST) é um tema deveras importante para a sociedade e seu progresso e depende da incorporação de medidas protetivas e de segurança social e do trabalho (LOURENÇO, 2016).

Nesse sentido, este texto é um ensaio e busca discutir o histórico da Saúde do\a Trabalhador\a e a possível interlocução com o Serviço Social, como campo de atuação e de investigação profissional.

1 MEDICINA DO TRABALHO (MT), SAÚDE OCUPACIONAL (SO) OU SAÚDE DO\A TRABALHADOR (ST)

Na trajetória das ações de saúde do trabalhador é possível verificar as diferenças entre as matrizes do pensamento que buscaram interpretar as condições de trabalho e saúde e impor certos limites para a corrosão da vida no ambiente laboral ou simplesmente para conformá-la. Inicialmente, dentro do universo da Revolução Industrial, houve a necessidade de manter a força de trabalho assiduamente atrelada ao sistema produtivo, o que originou a Medicina do Trabalho (MT) (MENDES e DIAS, 1991). A base que consolida essa surpreendente preocupação com a saúde foi a concepção de controle da força de trabalho. A MT aborda determinados efeitos da produção para a saúde para verificar alterações orgânicas e psíquicas que afetam a produtividade, assim, o\a(s) o\a(s) trabalhadore\a(s) passaram a ser visto\a(s) e analisado\a(s) sob o prisma do poder intelectual do médico, uma autoridade, embutida de saber, usado para acelerar e progredir a força do capital. Com o *phatós* característico da improdutividade, a MT selecionou e impôs rígido sistema de controle aos homens, mulheres e crianças no ambiente laboral, garantindo o ritmo e a produção[2].

A necessidade de aumentar a produtividade do trabalho acompanhada de maior especialização no plano técnico da indústria, no período dos trinta anos gloriosos, vividos no pós Segunda Guerra Mundial, também contou com o crescimento do aparelho do Estado e com o fortalecimento do movimento sindical. Deste processo, resultaram algumas conquistas conformadas em normas e regras apaziguadoras do conflito entre o Capital e o Trabalho. Chama-se a atenção para as exigências de cumprimentos de normas estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada desde 1919, para as garantias do trabalho decente, sendo esse considerado aquele que ocorre mediado pelas garantias trabalhistas e sociais.

Para que se possa fazer cumprir as normas e regulamentos de proteção da saúde do\a(s) trabalhadore\a(s) nos ambientes de trabalho, e

[2] A discussão da origem da Medicina do Trabalho pode ser encontrada entre outros, em Mendes e Dias (1991); Lacaz (1996); Mendes e Waissann (2005).

em respostas às críticas ao insuficiente alcance da MT, desenvolveu-se a Saúde Ocupacional (SO).

A SO incluiu no horizonte da prevenção dos acidentes e doenças do trabalho a percepção de adequação do humano à máquina, na tentativa de eliminar a sua tendência negativa, mediada pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e "treinamentos" (LACAZ, 1996). O acidente de trabalho, já interpretado como fatalidade, má sorte, passa a ser um problema decorrente da negligencia do trabalhador e do uso inadequado dos instrumentos de trabalho (LACAZ, 1996). São análises que não consideram a organização do trabalho, espelhado na repetitividade, na pobreza de conteúdo e na velocidade instituída pela produtividade maquinal, tampouco considera a jornada de trabalho ou o sistema de pagamento.

Certamente, impôs algumas medidas de segurança, a par da legislação internacional do trabalho editada pela OIT e ratificada pelos países signatários, instituiu a obrigatoriedade dos Serviços Especializados de Medicina do Trabalho (SESMT), no interior das empresas com determinado número de funcionário\a(s). Esses serviços passaram a incorporar além do médico e a enfermagem do trabalho, a engenharia de segurança do trabalho e os técnicos de segurança do trabalho (LACAZ, 1996). Mas tanto a MT quanto a SO estão calibrados a partir da ótica do capital, o que não quer dizer que em determinados momentos, somente em determinados momentos, não possam oferecer alguns ganhos para a\o(s) trabalhador\a(s), sobretudo, quando conseguem de fato eliminar alguns riscos ou dar visibilidade aos problemas que afetam a saúde. Entretanto, em geral, são serviços orientados a partir da perspectiva e necessidades das empresas o que, via de regra, significa que ocultam do\a(s) trabalhadore\a(s) e da sociedade os danos à saúde e suas respectivas causas.

A Saúde do Trabalhador (ST) desenvolvida a partir dos anos de 1970, propõe ampla mudança de paradigmas na interpretação não apenas dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais, mas amplia a concepção ao incorporar para além daquelas já conhecidas a partir da relação causal direta entre o problema de saúde e o trabalho (DIAS, 2001) as enfermidades relacionadas ao trabalho. Este modelo de atenção à saúde do\a(s) trabalhadore\a(s) advém do poder sindical[3], do esclarecimento das Ciências Humanas e da Saúde e da respectiva produção do conhecimento

[3] Como já discutido em estudo anterior, o reconhecimento da saúde como expressão concreta da exploração do trabalho viabilizou a luta política pela ST, sendo que os movimentos de maio de 1968 contribuíram para o questionamento do trabalho e para o deslocamento da ênfase biológica para o social (LOURENÇO, 2009).

alicerçada na matriz marxista de pensamento e interpretação da realidade, daí que as analises subsidiam-se em duas categorias fundamentais: o trabalho e o processo de trabalho (LACAZ, 1996). A ST contou, substancialmente, com as críticas, estudos e discursos da Medicina Social Latino-Americana (LAURELL; NORIEGA, 1989; DIAS, 1993; LACAZ, 1996).

Na Itália, o\a(s) trabalhadore\a(s) e o Partido Comunista denunciaram e levaram a júri médicos de empresas que eram negligentes com as mortes e mutilações dos trabalhadores[4] (BERLINGUER, 1983), processo esse que substancialmente deixou claro a serviço de quem estava a Medicina do Trabalho ou a Saúde Ocupacional, reivindicando mudanças. Tal fato resultou na luta do movimento sindical e de profissionais e militantes para que os serviços de ST fossem desenvolvidos pelo próprio Estado e no interior da Saúde Coletiva.

Neste processo, é importante considerar a experiência do Modelo Operário Italiano, que a partir da atuação do\a(s) trabalhadore\a(s) na coleta e discussão dos dados, introduziu analises e intervenções nos ambientes de trabalho, sobretudo, nos lugares mais críticos de agravos à saúde e a partir do envolvimento do\a(s) próprio\a(s) trabalhadore\a(s). No estudo de Berlinguer (1983), há o destaque para o inquérito realizado pelo\a(s) próprio\a(s) trabalhadore\a(s). Foi a partir desse envolvimento, que o\a(s) trabalhadore\a(s) se organizaram e reivindicaram mudanças nas legislações, sendo o Estatuto dos Trabalhadores uma grande conquista e representou verdadeiras mudanças na maneira de se analisar as condições em que o trabalho era realizado. Berlinguer (1983, p. 20) demonstra que o Estatuto aboliu ou reduziu "[...] a monetização do risco; afirmou-se a exigência de controlar e mudar as condições ambientais maléficas e perigosas; foi decidido o poder de participação dos operários em todos os aspectos da relação de trabalho que incida sobre a sua integridade psicofísica [...]". Essa Lei estabeleceu rodízios, redução de horários e diminuição do ritmo para as situações de nocividade (não eliminâveis) contrariando a histórica "compra" da saúde por meio de (baixas) indenizações. O Estatuto reconheceu também os efeitos psicofísicos do trabalho.

[4] "Na Itália, foram arquivados mais de 1.500 autos de inspeção, o que foi denunciado e durante o processo de julgamento, um dos diretores provincial e regional do ENPI se defendeu: "Não poderíamos certamente denunciar as indústrias irregulares quanto às normas contra acidentes, porque nós fazemos a visita judiciária a pedido seu e somos pagos por elas; se tivéssemos denunciado, teríamos perdido os clientes" (BERLINGUER, 1983, p. 19, apud LOURENÇO, 2009).

Para Laurell e Noriega (1989) o\a(s) trabalhadore\a(s), em especial, por meio dos sindicatos, assumiram a saúde como pauta de reivindicação e luta operária e provocaram forte questionamento do modelo médico desenvolvido até então e, ainda, instigaram os estudos acerca da relação trabalho e saúde como apoio às suas reivindicações.

Os autores destacam que o Modelo Operário Italiano, cujo avanço metodológico é conhecido em razão do caráter coletivo da análise do processo de desgaste da saúde, feito pelo\a(s) próprio\a(s) operários\as. Laurell e Noriega (1898) sublinham que esta perspectiva metodológica não apresenta uma sistematização clara de o quê pesquisar, porém isto não desmerece o caráter inovador do reconhecimento da problemática a partir da experiência e do conhecimento operário\a: "Só assim é que se pode ir mudando as coordenadas do terreno de discussão e de prática, precisamente porque identifica a saúde como um problema e um quefazer coletivo, e gera força social para consegui-lo" (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 53).

No Brasil, as aspirações em defesa da ST pelo movimento sindical levaram à criação do Departamento Intersindical de Estudos da Saúde e Ambientes de Trabalho (DIESAT) (LACAZ, 1996) e a introdução da função do Sistema Único de Saúde (SUS) em prevenir, promover e assistir à saúde, incluindo o ambiente de trabalho.

Maeno e Carmo (2005) apontam que no Brasil foi formado em 1980 um convênio Brasil-Itália oferecendo bolsas de estudos dedicadas a médicos interessados em estudar ST, sendo que essa experiência "[...] contribuiu para a criação dos serviços de atenção à saúde do trabalhador dentro da estrutura da rede básica de saúde [brasileira] [...]" (MAENO; CARMO, 2005, p. 64). A visita de Berlinguer ao Brasil e o intercâmbio entre Brasil-Itália foram salutares para o desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador, inclusive para a participação dos trabalhadores no processo de investigação e intervenção (MAENO; CARMO, 2005). A investigação dos agravos à saúde deveria ser feita em conjunto com os trabalhadore\a(s), contudo, a legislação brasileira "[...] na sua forma de aplicação se distanciou do conceito original que privilegiava a participação ativa dos trabalhadores no processo" (MAENO; CARMO, 2005, p. 64).

De lá para cá, houve a organização e a sistematização destes serviços, mas somente a partir da criação da Rede Nacional de Atenção à Saúde dos Trabalhadores (RENAST), em 2004, e da estruturação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nos vários estados e cidades brasileiras, que se criou uma organização legal de

estruturas e ações de defesa, prevenção e vigilância em saúde do trabalhador no SUS (LOURENÇO, 2009; 2016).

Em relação a certa confusão que pode ocorrer entre o campo ST e a política de saúde do\a trabalhador\a, concorda-se com Dias (1994), que há uma confluência de acontecimentos que nortearam a construção do campo – Saúde do Trabalhador – e ao mesmo tempo da política de saúde do\a trabalhador\a, assim apesar de não ser a mesma coisa, "[...] é importante ter claro que, uma contém a outra e referencia sua prática, e que esta, ao se desenvolver, influencia a construção daquela que a contém" (DIAS, 1994, p. 147).

Assim, vem sendo desenvolvido um verdadeiro paradigma de ST, sendo importante registar que a criação dos CEREST tem se constituído em um fecundo espaço de atuação profissional do Serviço Social, além é claro, das próprias ações de ST desenvolvidas no interior dos serviços de saúde pública, onde já há uma tradição da atuação profissional do Serviço Social.

Contudo, muitos limites perpassam o cotidiano do SUS esbarrando na efetivação das suas várias políticas, que aqui não cabe abordar, mas um dos grandes limites que perpassa a política de saúde no Brasil, hoje, e que não se pode deixar de mencionar, é o aumento da demanda em decorrência do processo de reestruturação do Capital, degradação do trabalho e expropriação da saúde e da vida e, ainda, da própria estrutura da política de saúde, sobretudo, no que se refere ao patrimônio público-universal, que vem sendo fortemente atacado pelos ideários neoliberais ditados pelo Banco Mundial e capital financeiro internacional. A intenção clara de transformar a política de saúde – pública e universal – em ações reducionistas voltadas aos mais pobres tem feito crescer o número de pessoas que fica a deriva, sem qualquer atendimento, ao mesmo tempo, que crescem os serviços médicos privados voltados a parcela da sociedade que pode arcar com esses gastos. Portanto, a efetivação da ST enfrenta inúmeros desafios, tanto no que se refere ao aumento de demanda provocado pela desregulamentação e flexibilização das relações sociais de trabalho, tendo em vista que as mudanças no mercado de trabalho geram inúmeros padecimentos, nem sempre materializados em patologias, mas que geram sofrimentos e inúmeras consultas; quanto nas dificuldades da falta de financiamento e, portanto, a falta da efetivação da política de saúde, que está cada vez mais precarizada com a PEC do Fim do Mundo (BRASIL, 2016), que promove o seu verdadeiro desfinanciamento

2 SAÚDE DO\A TRABALHADOR\A E SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES[5]

A ST como espaço sócio ocupacional dos e das assistentes sociais é algo que ainda vem se construindo, pois o Serviço Social vem ocupando espaço nos serviços de ST, os quais ainda são recentes, embora atue cotidianamente frente às consequências das relações sociais de trabalho atuais nos mais diversos serviços de saúde ou outra área da rede de proteção social e, ainda, em empresas privadas. Diferentemente de outras profissões, cuja origem coincide com as diversas formas de atendimento à ST e, portanto, aparentemente estão integradas a uma função imediata, o Serviço Social encontra espaço de atuação nas articulações inteiramente novas e propostas pela concepção ampliada de saúde, entendida a partir dos determinantes sociais.

Cabe destacar a novidade do campo ST para a profissão, portanto, ainda não se verifica, de forma expressiva, acúmulos teóricos no âmbito da categoria tanto nos eventos científicos quanto nos periódicos especializados. Embora, trabalho e questão social[6] sejam temas reiteradamente abordados pelo Serviço Social, como também os temas que versam sobre o sistema de proteção social, os quais mantém intrínseca articulação com a ST, mas, no geral, ainda, não se verifica maiores acúmulos no trato da especificidade da ST ou se verifica a partir de anos recentes.

Tarefa obviamente que perpassa a compreensão teórico-metodológica e ético-política que orienta os estudos e análises para além de uma função técnica e imediata, embora a compreenda também, mas o aspecto principal é tentar identificar os agravos à saúde do\a(s) trabalhadore\a(s) a partir de determinações históricas, em sua totalidade e remeter, sempre que possível, os elementos que a integram.

A abordagem teórica metodológica desenvolvida por Laurell e Noriega (1989), para a compreensão da ST, propõe o uso das categorias "cargas de trabalho" e "processos de desgaste" nas analises dos eventos

[5] Este tópico compõe a discussão feita em um artigo encaminhado à Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão e aguarda retorno.

[6] O Grupo Temático de Pesquisa da Abepss, GTP, "Trabalho, Questão Social e Serviço Social", na gestão 2013-2014, discutiu o protagonismo destas temáticas nos Programas de Pós Graduação e principais Revistas de publicação de textos científicos da categoria, constatou que ainda são insuficientes as mediações sobre trabalho e questão social no marco da particularidade sócio-histórica brasileira, demandando aprofundamento teórico.

que afetam à vida do\a(s) trabalhadore\a(s). Laurell e Noriega (1989) incorporaram também a historicidade do processo produtivo para a compreensão dos agravos ou do desgaste da saúde, termo utilizado para expressar a perda da capacidade potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica, rompendo com as formas tradicionais de se avaliar a relação trabalho e saúde, historicamente restrita ao risco individual e isolado. Laurell e Noriega (1989) propõem uma rica analise do conjunto dos complexos processos biopsíquicos que se interatuam com o corpo humano do\a operário\a e o processo de trabalho.

Ao privilegiarem a discussão de "cargas de trabalho", os autores dão um viés inovador nas analises do processo saúde e doença, porque não se limitam apenas a noção de riscos, usualmente empregados pelos técnicos e profissionais especializados em saúde e segurança no trabalho, que via de regra, assumem uma posição da existência de determinado risco como imanente à determinada atividade e estanque dos demais. Dessa maneira, Laurell e Noriega (1989) compreendem o desgaste da saúde a partir dos agentes geradores, que estão em constante relação com a vida humana. Para a referida e referido autor, os agentes clássicos tais como: físicos, químicos, biológicos e mecânicos, atuam na origem dos agravos e têm uma materialidade externa ao corpo do trabalhador, mas ao entrar em contato com a atividade humana, esses agentes – ou algum deles - podem provocar uma nova materialidade, na interatuação interna do agente com o homem. Laurell e Noriega (1989) destacam também os agentes psicofisiológicos, que ganham presença nas relações sociais de trabalho ao incidirem em transformações nos seus processos biopsíquicos. Ocupando-se desta discussão, afirma-se que as analises de saúde dos trabalhadores devem considerar a interatuação dos vários fatores presentes no processo produtivo e nas relações sociais de trabalho, que se estendem para além do ambiente da fabrica ou da empresa e continuam vivas, atravessam profundamente a vivencia do\a(s) trabalhadore\a(s), mesmo quando ele\a(s) não estão trabalhando, quando também prevalecem os efeitos da precariedade do trabalho e, por extensão, das suas garantias, portanto, das consequências para a vida *reduzida*, como analisado por Alves (2014) ou para a expropriação da saúde.

A fronteira que o Serviço Social precisa atravessar para a compreensão ampliada da saúde articulada a uma ação comprometida com os interesses comuns da coletividade, identificando e denunciando as manifestações variadas da exploração do trabalho para a vida humana,

ganha profunda interlocução com a pesquisa. “Está claro que a pesquisa é indispensável ao Serviço Social se a profissão quiser se manter com o estatuto efetivamente universitário...” (NETTO, 2009, p. 19). Sabe-se que a pesquisa embora presente no meio profissional ainda se restringe ao exercício da academia e raramente comparece no dia a dia dos vários espaços sócio ocupacionais compondo a instrumentalidade da profissão.

> Mas é preciso dizer, também claramente, que todo/a assistente social, no seu campo de trabalho e intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa: o fato de não ser um/a pesquisador/a em tempo integral não o/a exime quer de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho. Este é o principal modo para qualificar o seu exercício profissional, qualificação que, como se sabe, é uma prescrição do nosso próprio Código de Ética (NETTO, 2009, p.20).

Então, a pesquisa é um meio de enriquecimento do trabalho profissional e de desvendamento a realidade, mas é também um limite da profissão, até pelas condições de trabalho, que a categoria se encontra, marcadas entre outros pelo: aumento da demanda imediata para o atendimento, limites institucionais das mais diversas ordens e a precariedade das condições de trabalho; fatores que favorecem a não realização da pesquisa no cotidiano profissional. Sendo esse um\a trabalhador\a assalariado\a, inserido na divisão sócio técnica do trabalho está, portanto, sujeito as mesmas vicissitudes do trabalho assalariado postas na contemporaneidade. O fato de o Estado ter incorporado as dimensões da gestão empresarial no interior das políticas sociais rebatem diretamente nas condições e relações de trabalho do\a(s) funcionário\a(s) público\a(s), incluindo o\a(s) assistentes sociais, impondo condições de trabalho extremamente precárias, o que, certamente, é um demarcador importante para a realização do trabalho com qualidade e aprofundamento necessário.

As condições objetivas e subjetivas de trabalho do e da assistente social rebatem diretamente para o modo de ser deste profissional, sujeito aos mesmos processos de desgaste da saúde como qualquer trabalhador\a

assalariado\a[7]. Isso conduz a algumas consequências fundamentais: uma delas é o processo de adoecimento que a\o profissional está submetido, a outra, é a circularidade da precarização do trabalho, que em seu conjunto de determinações, dá forma movente e movida no seu modo de existir e determinam a sua existência (LUKACS, 2010).

Em consequência, mesmo a categoria de Serviço Social tendo construído importante interlocução com as obras de Marx e seguidores contemporâneos como Lukács e Mészáros, a apropriação da Teoria Social Crítica ainda adquire distanciamento no dia a dia profissional.

> No âmbito da formação, a recorrência da discussão teórica do conceito "questão social" elucida os problemas de fundo teórico-metodológicos, mas não resolve a problemática mais ampla, que vai além da referencia conceitual: as dificuldades na apropriação da perspectiva marxiana. Este referencial teórico-metodológico traz outra perspectiva para o indivíduo situar-se no mundo e que pode ser a chave para a apreensão das singularidades postas à profissão a partir de particularidades trazidas por este contexto histórico; porém a sua apropriação por parte da categoria é ainda lacunar (SANT'ANA, 2012, p. 149).

A afirmação do Projeto Ético Político do Serviço Social, a defesa dos seus valores e princípios e a qualificação do trabalho profissional, em especial, no campo da ST demandam a necessária formação continuada.

O instrumental técnico operacional do Serviço Social compreende, sobretudo, a realização de pesquisas (GUERRA, 2013), somente assim é possível desvendar as estratégias utilizadas pelas empresas para ocultar os agravos à saúde do\a(s) trabalhadore\a(s) e, em consequência, as situações geradoras, para a construção de medidas e controle, prevenção e promoção da saúde. Seja no âmbito empresarial ou nos vários serviços públicos, a\o assistente social pode e deve formular e ou participar de estudos que rompam com a ação imediata, que potencialize o entendimento da realidade vivida pela classe trabalhadora, o concreto, o real vivido e concebido que exige compromisso e que fundamenta a práxis eivada de intencionalidade.

---

[7] Este é um assunto que vem sendo discutido por Silva e Raichelis (2016), que abordagem do Assedio Moral no trabalho vivenciado pelo Serviço Social. Neste sentido, destaca-se a pesquisa em andamento sobre o processo de trabalho e saúde dos e das assistentes sociais que atuam nos serviços de Seguridade Social, a partir do pós doutorado no Programa de Saúde Coletiva da UNIFESP, SP, sob a supervisão dos Prof. Dr. Francisco Antonio de Castro Lacaz, para a qual obteve-se também apoio do CNPq, sob o número do processo nº445443/2015-4 (LOURENÇO, 2017).

Portanto, pode-se dizer que o compromisso não permite a neutralidade, pelo contrário, exige a ação consciente e teleológica, parametrada pela concepção e engajamento profissional ao projeto ético-político da profissão.

Na base da necessidade de estudos que deem visibilidade social aos agravos à saúde do\a(s) trabalhadore\a(s), encontra-se o fato que os agravos ainda são subestimados no Brasil, tanto em termos estatísticos quanto em termos de ações mais abrangentes por parte do movimento sindical e sociedade em geral. Dessa feita, acredita-se que a\o(s) assistentes sociais têm muito a contribuir com a construção e efetivação de mecanismos para os registros eficazes dos agravos à saúde do(s) trabalhadore\a(s). O reconhecimento dos elementos econômicos que se revelam tanto nas particularidades da organização do trabalho quanto no subemprego e desemprego não deve conduzir apenas estudos científicos, mas esses devem estar em conexão imediata e constante com realidade, possibilitado também a criação de mecanismos necessários para que todo agravo seja devidamente notificado, somente assim, se pode desvendar o sofrimento coletivo apresentado nas frações de demandas individuais, diga-se de passagem, vistos quase sempre distante da estrutura social.

Neste sentido, a atuação profissional do Serviço Social, devidamente arquitetada no projeto ético político da profissão, adquire especificidade e, certo grau de importância no âmbito da ST.

Finaliza-se afirmando que a ST é um "novo" projeto de reorganização da prática de atenção aos problemas de saúde do e relacionados ao trabalho, portanto, se trata fundamentalmente de criar uma nova cultura entre os trabalhadores, os gestores da saúde, usuários e equipes dos serviços, que, via de regra, possibilite estruturar adequada reorganização da rede de saúde articuladas à vigilância em saúde. É necessário estimular o desenvolvimento de pesquisas que sejam capazes de conhecer as tarefas e os processos de trabalho nocivos à saúde e que os resultados dessas sejam socializados e debatidos com a finalidade de impor limites à exploração do trabalho e de garantir a dignidade e saúde do\a(s) trabalhadore\a(s). As equipe de saúde, nas quais se incluem o\a(s) assistentes sociais, devem se articular aos sindicatos e órgãos colegiados para assistir e prevenir os males do e pelo trabalho e envolver a sociedade na discussão da organização e efetivação do trabalho, bem como dos

problemas daí decorrentes, em especial, as entidades sindicais Acredita-se que esta é uma tarefa primordial para o Serviço Social!

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo:** choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Londrina: Práxis editorial, 2014.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BERLINGUER, G. **A saúde nas fábricas**. 5. ed. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1983.

BRASIL. Lei no. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. (2017a). Disponível em:<< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.ht>>. Acesso em: 13, ago., 2017.

_____. Lei no. 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. (2017b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em:13, ago., 2017.

_____. **Anuário Estatístico da Previdência Social. 2015**. Disponível em: <<http://cntq.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-AEPS-2014-Alexandre-Zioli-atualizada.pdf>>. Acesso em:13, ago., 2017.

_____. **Anuário Estatístico da Previdência Social. 2014**. <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/aeat15.pdf>. Acesso em: 13, ago., 2017.

_____. **Anuário Estatístico da Previdência Social. 2013**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf. >>. Acesso em: 13, ago., 2017.

DIAS, E. C. **A atenção à saúde dos trabalhadores no setor saúde (SUS), no Brasil?** Realidade, Fantasia ou Utopia? 1994. 335 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. Aspectos atuais da saúde do trabalhador no Brasil. In: BUSCHINELLI, José Tarcísio P.; ROCHA; Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993. p.138- 156.

GUERRA, Y**. Formação Profissional em Serviço Social: Polemicas e Desafios.** In: SILVA, Jose Fernando Siqueira; Raquel Santos Sant'Ana e LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p.235-254.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador:** um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. 1996. 414 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde:** trabalho e desgate operário. São Paulo: HUCUTEC, 1989.

_____. Prólogo da primeira edição. In: BREILH, Jaime. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: editora UNESP; HUCITEC, 1991, p. 9-16.

LOURENÇO, E. A. S. Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no capitalismo contemporâneo. In: LOURENÇO, EdvâniaÂngela de Souza, (Org.) **Saúde do/a Trabalhador/a e Serviço Social:** estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Papel Social, 2016. p.49-66.

_____.**Projeto de pesquisa**: Processo de Trabalho e Saúde dos e das Assistentes Sociais que atuam nos Serviços de Seguridade Social. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da UNIFESP e UNESP-Franca, 2014. Apoio CNPq (nº445443/2015-4).

_____. **Na trilha da Saúde do Trabalhador: a experiência de Franca.** Franca: Ed. UNESP, 2009.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAENO, M. ; CARMO, J. C. **Saúde do trabalhador no SUS.** São Paulo: Hucitec, 2005.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENDES, R. ; WAISSANN, W. Aspectos históricos da patologia do trabalho. In: MENDES, R. (Org.). **Patologia do trabalho**: atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. p. 3- 45.

_____. DIAS, Elisabeth Costa. Da medicina do trabalho a saúde do trabalhador. In: **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 15, out. 1991, p. 341-349.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NAVARRO, V. L. LOURENÇO. E. A. S. **O avesso do trabalho IV:** Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2017

NETTO, J. P. O Método em Marx. In **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss/UnB, 2009. Disponível em: http://cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graducao_ cfess_2010.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

O GLOBO. Negociações para livrar Temer de denúncia envolvem R$ 12 bilhões. Governo alivia dívidas e multas, libera emendas e desiste de privatizações. **O GLOBO,** 24, out., 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/negociacoes-para-livrar-temer-de-denuncia-envolvem-12-bilhoes-21983281#ixzz5DJZzDTdm. Acesso em: 24,out, 2017.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial:** Questão Agraria e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SELIGMANN-SILVA. **Trabalho e Desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

LUTA PELA TERRA, CONQUISTAS DE DIREITOS E AGRICULTURA CAMPONESA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE VISITA AO ASSENTAMENTO RURAL EMILIANO ZAPATA/MG

Gabriela Abrahão Masson*
gabriela@professoragabriela.com.br
Brenda Soares Rodrigues**
brenda_rdgs@live.com.
Fernanda Fabiana de Freitas***
ferbiana@gmail.com.

RESUMO: Este relato de experiência trás reflexões acerca da formação sócio-histórica do Brasil no que diz respeito a concentração de terras e o surgimento da questão agrária, problematiza a ausência da reforma agrária e de políticas públicas para os famílias assentadas que por meio da agricultura camponesa/familiar, resistem contra a forma hegemônica de produção no campo, o agronegócio. As reflexões são feitas a partir de uma visita no assentamento rural Emiliano Zapata, vinculado ao MST em Uberlândia, no Triângulo Mineiro/ MG, e são subsidiadas pelas reflexões teóricas suscitadas na disciplina de Movimentos Sociais, Realidade Local e Regional.

Palavras-chave: Agricultura camponesa. Ocupação de terras. MST.

LUCHA POR LA TIERRA, CONQUISTAS DE DERECHOS Y AGRICULTURA CAMPONESA: RELATO DE EXPERIENCIA A PARTIR DE VISITA AL ASENTAMIENTO RURAL EMILIANO ZAPATA / MG

RESUMEN: *Este relato de experiencia tras reflexiones acerca de la formación socio-histórica de Brasil en lo que se refiere a la concentración de tierras y el surgimiento de la cuestión agraria, problematiza la ausencia de la reforma agraria y de políticas públicas para los hogares asentados que por medio de la agricultura campesina / Familiar, resisten contra la forma hegemónica de producción en el campo, el agronegocio. Las reflexiones son hechas a partir de una visita en el asentamiento rural Emiliano Zapata, vinculado al MST en Uberlandia, en el Triángulo Mineiro / MG, y son subsidiadas por las reflexiones teóricas suscitadas en la disciplina de Movimientos Sociales, Realidad Local y Regional.*

Palabras clave: *Agricultura campesina. Ocupación de tierras. MST.*

---

* Docente no curso de Serviço Social na Faculdade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

** Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Milita e estuda na área do Movimento Estudantil de Serviço Social, membro no Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social. Discente em ABEPSS Região Leste 2017/2018.

*** Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

INTRODUÇÃO

A presente reflexão teórico-prática é um "relato de experiência" advindo do Trabalho de Campo realizado junto a disciplina de Movimentos Sociais e Realidade Local e Regional do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)/MG. O trabalho de campo foi realizado no dia 15/07/2017 no Triângulo Mineiro, no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais. O objetivo foi conhecer e investigar o processo de luta pela terra por meio da atuação dos movimentos sociais, na construção do território camponês, especificamente o Assentamento Emiliano Zapata vinculado ao MST, e os desafios das famílias assentadas em relação a ausência de políticas sociais no campo.

Compreendemos que enquanto estudantes de Serviço Social em formação profisisonal é necessário fortalecer essa construção de identidade e engajamneto, junto aos movimentos sociais que partilhem dos mesmos princípios de organização e luta pautados pelo nosso Projeto Ético Político. Pois, o/a Assistente Social atuará em diversos espaços sócio ocupacionais realizando ações que contribuam para a efetivação de direitos sociais, visando enfrentamento das desigualdades sociais. Portanto, é nosso dever ético político o posicionamento que vá além da mediação de conflitos entre as classes sociais, sobretudo pelo horizonte de atuação profissional inscrito no Código de Ética pautado no compromisso com a classe trabalhadora e seus interesses.

Historicamente no Brasil houve a construção de um pensamento que se reproduz de que o campo é um lugar de atraso, onde residem pessoas atrasadas, a marginalização da população do campo se reflete nos sujeitos que nele ainda moram e constroem sua sociabilidade. Os centros urbanos, por sua vez encontram-se cada vez mais distantes dessas comunidades, não nos referimos ao distanciamento geográfico, mas sim, político e cultural e econômico. No entanto, o campo vem se desenvolvendo e ganhando espaço no comércio local e regional, como veremos mais adiante. Sendo importante a defesa pela criação e consolidação de políticas públicas que viabilizem a produção e comercialização de produtos advindos da agricultura camponesa, presentes nos assentamentos rurais de todo o Brasil.

O Brasil é o país em segundo lugar na América Latina com maior concentração de terras, perdendo apenas para o Paraguai. Até 1850, antes da Lei de Terras, o domínio e posse eram coisas distintas. A Coroa detinha o domínio e as posses eram concedidas por ela, sobretudo para homens,

brancos, católicos e que dispusessem de um alto poder aquisitivo para investimento na exploração. No entanto, com a promulgação desta Lei que ratifica os latifundios no Brasil enquanto propriedade de uma elite dominante, apenas foi reforçado o poder de concentração das terras nas mãos da minoria supracitada.

Este é o cerne da questão agrária no Brasil, tendo em vista que a terra sempre esteve nas mãos de poucos em detrimento de sua democratizaçãos de muitos. Dentro de diversos outros, esse é um dos motivos que corroborou e corrobora para os problemas estruturais que permeiam o país e que determinam a crescente desigualdade social.

Com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006) em 2006 existiam 5,4 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo que 84,4% correspondiam à agricultura camponesa/familiar e ocupavam apenas 24% da área agricultável. O restante das terras estava para a agricultura patronal/agronegócio. Do pessoal ocupado, leia-se empregado na agricultura, 74,4% encontrava-se na agricultura camponesa/familiar. Existiam 12,3 milhões de pessoas empregadas na agricultura camponesa/familiar ao passo que na agricultura patronal/agronegócio existiam 4,2 milhões, ou seja, a agricultura camponesa emprega três vezes mais que a agricultura patronal/agronegócio, sem contar na sua produção diversificada e saudável.

Esta contradição que é histórica, também resulta em uma necessidade cada vez mais latente para o Brasil, a realização da reforma agrária em nosso território que realmente se traduza na democratização da terra, no entanto tal problemática não tem sido pautada pelos governos brasileiros desde a última eleição de Lula em 2007. Até 2004 o que vivenciamos na verdade foram dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (1984/2003) que apesar de suas particularidades não significaram expressamente uma política pública capaz de travar o desenvolvimento do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, ou garantir o direito a terra 2,5 milhões de famílias sem-terra.

Segundo Montaño e Duriguetto (2011), o MST é [...] o movimento social de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América Latina", e também é o maior movimento na região do Triângulo Mineiro, Bernardo Fernandes (2005) constatou que o MST e o MTL representam 84% do total de ocupações paralelamente ao crescimento de outros movimentos. Desta forma, é premente estudos e pesquisas em relação ao crescimento dos movimentos em Minas Gerais, conforme:

> [...] os 5 principais movimentos socioterritoriais que vem atuando desde 2003 (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Movimento Terra, Trabalho e Liberdade MTL; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FATAEMG; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araxá – STR-AR; Movimento Pela Reforma Agrária – MPRA e a Liga dos Camponeses Pobres – LCP) representaram juntos 25 ocupações. Observando que o MST e o MTL representam, 84% do total de ocupações de terras. Nesse sentido, um fato é inegável, tanto em relação a um movimento social em específico como em relação ao conjunto; quer seja, o crescimento da atuação e a própria consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, e do Movimento Trabalho e Liberdade – MTL na região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Fato que marca a necessidade eminente de desenvolvimento de maiores pesquisas e estudos sobre o crescimento dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais (FERNANDES, B. M., 2005, p. 2).

O MST, portanto, é um movimento social não apenas organizativo, mas político no que diz respeito a mobilização, pois luta por meio da estratégia de ocupação de terras forcejando a redemocratização de terras no Brasil, por meio da política de reforma agrária que não se restrinja a política de assentamentos rurais. De acordo com Duriguetto e Montaño (2011), a origem e a trajetória deste movimento se deu através de diversos acontecimentos (manifestações, atos, etc), que se acentuaram após 1978, sendo reflexo do processo de modernização conservadora que teve como um dos resultados, a tecnificação do campo e o êxodo rural. Desde a Ditadura Militar do processo de "modernização conservadora" vem ocorrendo uma prática desenvolvimentista no campo, onde observamos a progressiva implementação do uso de novas de tecnologias, utilização de fertilizantes e agrotóxicos para a garantia de plantios em vastas extensões de terra.

Em Uberlândia, segundo dados do Instituto Nacional de Recolonização Agrária (INCRA, 2015) existem na atualidade 11 Projetos de Assentamentos Rurais, com cerca de 543 famílias assentadas, ao passo que Uberaba (cidade que também compõe a Messorregião do Triângulo Mineiro) existem apenas 4 Projetos de Assentamentos Rurais com cerca de 97 famílias. Apesar do MST possuir uma trajetória de ocupação nestes territitório, segundo Masson (2016) a luta pela terra em Uberlândia é mais intensa e organizada, haja a vista a quantidade de assentamentos rurais criados e famílias assentadas, o que também está realcionado a

territorialização do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa/familia que é mais latente em Uberaba. A tabela 1 abaixo ilustra os assentamentos rurais e Uberlândia.

É neste contexto que juntamente com os discentes do curso de Geografia da UFTM, realizamos o Trabalho de Campo, por meio de uma visita no assentamento rural Emiliano Zapata, pelo mesmo se constituir uma referência de organização e luta do MST na região, bem como pelo fato da Associação dos Camponeses da Reforma Agrária (ACAMPRA) se encontrar no interior deste assentamento rural. Esta associação na atualidade é um importante instrumento de luta dos assentados e assentadas de Uberlândia para a consolidação da agricultura camponesa, geração de renda às famílias e sobretudo efetivação da reforma agrária naquele território.

1 DESENVOLVIMENTO

O latifundio monocultor é uma herança histórica para o Brasil, conforme já destacamos, e se reatualiza na vida de milhares de brasileiros que cotidianamente são expulsos do campo ou vivenciam condições de pobreza muito latentes. Com o processo de redemocratização brasileira iniciado na década de 1980, e a efervencencia movimentos sociais que reinvindicam o fim da ditadura, bem como direitos sociais, a Constituição Federal de 1988 foi um avanço e representou uma grande conquista brasileira, pois em seu bojo foi traduzida muitas lutas sociais, dentre elas a luta pela terra, já que no artigo 186° a mesma estabelece a função social da terra que deve cumprir simultaneamente:

> Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
>
> I - aproveitamento racional e adequado;
>
> II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
>
> III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
>
> IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

No entanto, a garantia constitucional não significou historicamente a realização da Reforma Agrária, que por sua vez não ultrapassou a elaboração de dois planos e a criação de algus programas e políticas agrícolas voltadas para as famílias camponenas e assentadas. Além de um contexto de crise internacional do capital que se rebateu no Brasil, por meio da abertura comercial e da implementção dos dispostos da ideologia neoliberal[1], presenciamos o desmonte dos direitos socias, bem como a fragilização dos sindicatos e a criminalização dos movimentos e lutas sociais.

A realização do Consenso de Washington em 1989 foi fundamental para que se iniciasse o processo de sucateamento das instituições estatais, pois a recomendação aos países latino americanos foi a diminuição dos gastos públicos, sendo assim, a precarização e o não investimento na área social.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) consolidou o processo iniciado no regime militar, por meio da "modernização conservadora", ou seja uma lógica para o campo centrada no beneficiamento de grandes proprietários, por meio de recursos financeiros a juros baixos para a capitalização e investimento pesados em máquinas e insumos, o impulsionamento do famoso pacote tecnológico a favor do agronegócio . Segundo Sauer (2013) esse modelo agropecuário culminou na implantação da Revolução Verde e no exôdo rural, o campo brasileiro que abrigava mais ou menos 70% da população nas décadas de 1950 e 1960, na década de 1990, a ter menos de 30% do total da população.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), eleito por meio de muitas promessas populares, dentre elas a reforma agrária, houve a radicalização do processo neoliberal no campo e, através do "Crédito Fundiário" Lula manteve a reforma agrária de mercado financiada pelo Banco Mundial e pelo Orçamento Geral da União, fazendo uma aliança entre público-privado, tão comum e que perpassa toda a história do Brasil. Cabe destacar que um importante programa de compra e comercialização para os camponeses, dentre eles os assentados e assentadas da reforma agrária, enquanto público prioritário, foi criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Construído no bojo do Programa Fome Zero é uma

[1] Tendo como precursores Friedrich Hayek e Milton Friedman, o neoliberalismo tem como princípios o livre mercado, ou seja, a não intervenção do Estado na economia e no social, no último o Estado deve garantir somente o mínimo, a privatização de empresas estatais, aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico, entre outros.

ação do governo federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura camponesa/familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de camponeses ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção que é direcionada a instituições ou escolas. Os assentados e assentadas da reforma agrária são público alvo prioritário do PAA. (BRASIL, 2012)

Diante este contexto, as ocupações de terra continuam sendo a estratégia de luta para forcejar as desapropriações e a reforma agrária no Brasil, e conforme Bernardo Fernandes (2013) as ocupações de terras em âmbito nacional despencaram de 110 mil famílias em 2004 para 17 mil famílias em 2010. Este autor aponta algumas das razões para explicar tal queda: o crescimento de políticas de distribuição de renda e a diminuição do desemprego com a retomada do crescimento nacional. Este crescimento reativou o mercado interno ampliando o consumo de massas.

A partir da tabela 1 observamos que no governo de FHC (1994-2002) foram criados 188 projetos de assentamentos em Minas Gerais, ao passo que no governo Lula (2003-2011) este número foi um pouco menor: 177 assentamentos. Com relação às famílias, observamos que 13.757 famílias foram assentadas no governo FHC, enquanto 7.857 no governo Lula. Embora os números sejam dissonantes de um governo para o outro, é preciso problematizá-los à luz das políticas públicas agrárias e agrícolas responsáveis pela permanência das famílias nos assentamentos, bem como a atuação dos movimentos sociais nesta localidade em consonância com os governos existentes. (CLEPS JUNIOR, 2014).

Tabela 1: Assentamentos Rurais de Minas Gerais por ano 1986-2013

Ano	Nº Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
1986	4	656	34.569
1987	3	201	9.424
1988	3	726	22.956
1989	3	158	10.513
1990	-	-	-
1991	4	180	8.075
1992	8	468	21.941
1993	-	-	-
1994	1	118	3.584
1995	9	2.038	44.144
1996	26	1.272	52.571
1997	34	2.116	102.276
1998	33	1.717	74.398
1999	30	1.556	67.747
2000	28	2.791	100.185
2001	14	1.445	68.375
2002	13	704	33.067
2003	07	512	16.930
2004	15	504	31.279
2005	72	3.213	154.080
2006	14	796	21.545
2007	24	1.028	50.468
2008	5	182	4.400
2009	22	843	25.737
2010	12	529	27.013
2011	6	250	7.661
2012	8	661	35.849
2013	4	173	7.212
Total	402	24.840	1.035.999

Fonte: CLEPS JUNIOR (2014). Elaboração: Própria

Segundo João Cleps et al (2016) em Minas Gerais, no período de 1985 a 2014, foram criados 411 assentamentos rurais, na maioria localizados nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com área total desapropriada que atingiu pouco mais de 1 milhão de hectares no período 1986-2014. A sua maior parte (85 % do total) foi criada entre 1996-2010.

O processo de ocupação da Fazenda Santa Luíza que originou a criação do Projeto de Assentamento Rural Emiliano Zapata é resultado deste processo, data de meados dos anos 2000, sendo oriundo de outras ocupações em Uberlândia que resultaram na criação de outros assentamentos rurais. Segundo relatos das famílias assentadas que nos receberam no trabalho de campo, um grupo de militantes passaram na época por treze ocupações e doze ordens de despejos até a conquista da terra e a criação do Projeto de Assentamento Emiliano Zapata (PA). Atualmente, somam vinte e cinco famílias assentadas, onde a maioria vive da sua própria produção e comercialização nas feiras livres de Uberlândia, nas escolas estaduais, bem como algumas empresas que buscam produtos no interior do assentamento cural, como a Maguary.

Diante das falas dos mesmos e visitas realizadas nos lotes, observamos a premente necessidade da criação e efetivação de políticas públicas que contribuam para a permanência dessas famílias no campo. Segundo relatos das famílias, após o recebimento dos lotes se constituí um processo muito moroso para o acesso a políticas e créditos[2] agrícolas que viabilizem o investimento nas terras e posteriormente a produção para comercialização e subsistência das famílias. Masson (2016) também contatou o mesmo nos assentamentos rurais de Uberaba, em que a média para acesso ás políticas e créditos agrícolas foi de 07 a 09 anos após a ocupação da terra.

As famílas também relataram sobre a proposta do atual governo que pretende extinguir as políticas públicas para os camponeses assentados e assentadas da reforma agrária, se desresponsabilziando radicalmente com a reforma agrária e com os assentamentos rurais existentes pelo Brasil.

[2] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Programa Nacional de crédito fundiário (PNCF) - facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais é o objetivo desse programa. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação.

A chamada "emancipação" das famílias assentadas, seria a concessão do direito a posse da terra, já que na atualidade as famílias somente tem direito ao uso, adquirindo a posse depois de muitos anos, processo que as famílias denominam de "legitimação". A promessa pelo direito a posse por meio do financiamento do lote é muito sedutora e tem um impacto muito grande sobre as famílias assentadas. No entanto, o MST enquanto movimento social avalia que será novamente uma proposta inócua e radicalmente liberal, tendo em vista que na medida em que o governo concede o direito a posse, a permanência na terra e a produção não será mais subsidiada por políticas (que já são insuficientes e burocratizadas) ou créditos agrícolas. Sendo assim, essa terra estará a merce de a longo prazo retornar para o capital/ grandes especuladores de terra, pois quais serão as condições objetivas que as famílias terão para efetuar o pagamento da terra e ainda produzir na mesma?

Tal proposta poderá acentuar a territorialização do agronegócio na região do Triângulo Mineiro que já é referência no ramo, das culturas de soja, milho e cana-de-açúcar que hoje despontam no cenário nacional e mineiro. No entanto, os movimentos sociais que vem se consolidando vão acumulando lutas estratégias de fortalecimento e consolidação da agricultura camponesa. A ACAMPRA, tem tido um papel essencial para a organização, comercialização e socialização da agricultura camponesa na cidade, sendo que também conta com um Projeto Estadual em andamento que visa a construção de um viveiro de mudas, o reflorestamento de áreas devastadas e a "transição agroecológica". Segundo relatos, na ACAMPRA estão associadas 53 famílias diferentes assentamentos rurais, a produção é direcionadas para 47 escolas estaduais e também a comercialização nas feiras livres de Uberlândia, tal realidade incide significativamente na geração de renda das famílias assentadas. O PAA, assim como a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram imprescindíveis para essa construção, segundo relatos. Masson (2016) analisando a operacionalização do PAA nos assentamentos rurais de Uberaba, concluiu que apenas 21 das 97 famílias assentadas no município estão cadastradas no PAA, ou seja 21,64 % delas levando em consideração os três assentamentos do município, um número ainda muito incipiente e que está relacionado a diversos fatores, como a desresponsabilização do poder municipal para com a gestão do programa, a burocracia e a falta de transporte para o escoamento da produção.

Assim, mesmo diante de todas as dificuldades diante o comércio local e regional, as famílias assentadas participam das três feiras livres

de Uberlândia, bem como de programas estatais, que em grande medida impulsionam a produção e comercialização. A ACAMPRA é uma experiencia singular que sintetiza muitas lutas do MST na região, pois por meio desta organização as famílias lutam se organizam e conquistam direitos, que inclusive geram rendas. Tal experiencia evidencia o quanto a reforma agrária é imprescindível para o desenvolvimento da agricultura camponesa que alimenta a população por meio de uma agricultura diversificada que não se dá por meio de monoculturas extensivas e uso abusivo de fertilizantes e agrotóxicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, desde o movimento de reconceituação tem tido um papel significativo na construção e na defesa por uma sociedade onde a exploração, opressão e preconceito não sejam o único horizonte futuro para a classe trabalhadora. Os/ as assistentes sociais que possuem uma formação profissional calcada na perspetiva crítica dialética tem o compromisso de compor lutas que tem como pauta a defesa dos princípios ético políticos defendidos pela classe trabalhadora. A realização de um trabalho profissional articulado aos movimentos sociais concerne a práxis profissional a possibilidade de transformações concretas do ponto de vista objetivo das famílias, que não se resumam a concessões de políticas sociais cuja a transferência de renda - mínima – por sua vez são focalizadas e seletivas.

A realização dessa vivência junto aos assentados e assentadas da reforma agária foi um processo ímpar na nossa formação profissional, pois contribuiu para a desconstrução de muitos preconceitos, bem como na reflexão teórico prática de muitas discussões suscitadas em sala de aula.

A agricultura camponesa, com base no trabalho familiar e na diversidade que presenciamos no assentamento rural Emiliano Zapata nos impulsiona a acreditar que é possível trabalhar junto a populações e movimentos sociais que partilhem dos mesmos principios do nosso Projeto Ético Político.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 5 de out. 1988.

_____ . Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, **Brasília, DF, 28 jun. 1996.**

_____ . Decreto n° 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art.19 da Lei n°10.696, de 2 de julho de

2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2012.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 1 jul. 2017.

CLEPS, J. J. (Coord.). **DATALUTA Minas Gerais**: Relatório 2013. Uberlândia: LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária, 2014. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2013.pdf>. Acesso em: 20.jul 2017.

CLEPS, J. J. et al. A dinâmica da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paraíba: avaliação do período e 2001 a 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/5.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016. CMAA. Companhia Mineira de Açúcar e Álcool. **Usina Vale do Tijuco**. Disponível em: <http://www.cmaa.ind.br/companhia-mineira-de-acucar-e-alcool/unidades/usina-vale-do-tijuco>. Acesso em: 20.jul 2017.

CLEPS JUNIOR, João et al. **A dinâmica da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paraíba:** avaliação do período e 2001 a 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/5.pdf>. Acesso em: 20.jul.2017.

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal. **Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. CFESS, 2006.

FERNANDES, B. M. A territorialização da luta pela terra em minas gerais: o projeto DATALUTA e as ocupações pelo MST no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba. In.: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 2., 2005, Presidente Prudente, **Anais...** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267940100_A_TERRITORIALIZACAO_DA_LUTA_PELA_TERRA_EM_MINAS_GERAIS_O_PROJETO_DATALUTA_E_AS_OCUPACOES_PELO_MST_NO_TRIANGULO_MINEIROALTO_PARANAIBA>. Acesso em: 20.jul 2017.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In.: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boi tempo Editorial; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-206.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesos em: 26 mar. 2017.

INCRA. Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implementação. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MASSON, G. A. **A Reforma Agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?** Uma análise a partir dos assentamentos rurais "Tereza do Cedro" e "Dandara" no município de Uberaba/MG. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Campus de Franca. Franca, 2017.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Os chamados "Novos Movimentos Sociais" (NMS). In: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 2. p. 248-309.

SAUER, S.; BALESTRO, Moíses V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS DESAFIOS DE UMA PRODUÇÃO DESTRUTIVA QUE PRESIDE O MUNDO DO TRABALHO: O TRABALHO PRECOCE NO CALÇADO EM FRANCA-SP

Bianca Barbosa do Vale*
biabarbosadovale94@hotmail.com
Edvânia Ângela de Souza Lourenço**
edvaniangela@hotmail.com

RESUMO: O trabalho propõe refletir em torno do processo de reestruturação produtiva e os desafios que se apresentam de uma produção destrutiva que preside o mundo do trabalho e pensar o trabalho precoce no setor calçadista no município de Franca-SP. Optou-se como método pelo materialismo histórico dialético e a metodologia baseia-se em estudos bibliográficos. As mudanças no mundo do trabalho têm influenciado o retorno de práticas de violação de direitos e aumento da exploração do trabalho. Trata-se, assim, de uma reflexão acerca do processo de organização do trabalho e das suas respectivas transformações para atender as demandas impostas pelo capital.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva. Trabalho precoce. Trabalho.

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA Y LOS DESAFÍOS DE UNA PRODUCCIÓN DESTRUCTIVA QUE PRESIDE EL MUNDO DEL TRABAJO: EL TRABAJO PRECOZ EN EL CALZADO EN FRANCA-SP

RESUMEN: *El trabajo propone reflexionar en torno al proceso de reestructuración productiva y los desafíos que se presentan de una producción destructiva que preside el mundo del trabajo y pensar el trabajo precoz en el sector del calzado en el municipio de Franca-SP. Se optó como método por el materialismo histórico dialéctico y la metodología se basa en estudios bibliográficos. Los cambios en el mundo del trabajo han influido en el retorno de prácticas de violación de derechos y aumento de la explotación del trabajo. Se trata de una reflexión acerca del proceso de organización del trabajo y de sus respectivas transformaciones para atender las demandas impuestas por el capital.*

***Palabras clave*:** *Reestructuración Productiva. Trabajo precoz. Trabajo.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe refletir em torno do processo de reestruturação produtiva e os desafios que se apresentam frente a uma produção destrutiva que preside o mundo do trabalho e pensar o trabalho precoce (apreendido como a inserção de criança e adolescentes no mercado

* Discente do curso de Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP.Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

** Professora Drª no curso de Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS.

de trabalho) no setor calçadista no município de Franca-SP. As reflexões sob uma perspectiva crítica buscam compreender o problema a partir da totalidade social, por isso, optou-se pelo método materialista histórico dialético. A metodologia baseia-se em estudos bibliográficos, conforme projeto de pesquisa em andamento[1].

Para refletir o tema em foco, propõe-se estudar em um primeiro momento as mudanças do mundo do trabalho, o modo de produção capitalista, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão marcando o processo de flexibilização e terceirização da produção, o processo de reestruturação produtiva subjacente ao receituário neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais. Em um segundo momento o trabalho precoce em um lócus determinado: o setor calçadista do município de Franca-SP, uma vez que este apesar de passar por muitas mudanças ao longo do tempo, ainda marca a economia do município. Esse movimento se faz necessário para compreender a dinâmica de acumulação capitalista refletindo sob uma perspectiva de totalidade, elementos da organização do trabalho sob a ótica do capital.

Sendo assim, o presente trabalho foi dividido em duas sessões de reflexão, sendo a primeira uma discussão acerca da organização do trabalho e as respectivas mudanças nos modelos produtivos refletindo em torno dos impactos e os desafios postos por uma produção destrutiva; a segunda sessão busca discutir a reestruturação produtiva em um lócus determinado: o município de Franca-SP.

1 MUNDO DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, MODELOS E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Para compreender a reestruturação produtiva é preponderante refletir algumas questões acerca do mundo do trabalho. Antunes (2004) enfatiza a imanência do trabalho ao ser humano, sem ele não seria possível a reprodução da vida cotidiana, contudo, o autor ressalta o duplo sentido do trabalho. Uma relação um tanto quanto paradoxal, pois, se por um lado precisamos do trabalho e de seu potencial emancipador, por outro sob a ótica do capital há uma conversão, o trabalho essencial para a reprodução da vida humana passa a ser árduo, penoso, podendo ora libertar, emancipar,

[1] Trata-se de um trabalho de conclusão de Curso, cuja temática é o processo de reestruturação produtiva no município de Franca-SP e o trabalho precoce.

ora escravizar, alienar e subordinar. A produção sob a ótica do capital se torna destrutiva na medida em que não satisfaz as necessidades humanas e sim os anseios postos pelo capital.

O sentido estritamente técnico de enxergar a organização do trabalho foi incorporado pelo capital em que o "O cerne essencial e finalidade intrínseca da ordem de reprodução social metabólica do capital é a *produção de mais-valia*" (ALVES, 2007 P.16). Mas com o desenvolvimento dos sistemas de comércio e do aparato institucional criam-se novas exigências de precisão nos prazos, metas e de qualidade dos produtos.

No do século XIX Federick Taylor ficou conhecido como "pai" da administração científica do trabalho. Segundo Pinto (2013) Taylor tinha a convicção de que quanto maior a produtividade maior seriam os lucros e para ele se houvesse uma subdivisão das atividades produtivas, o resultado seria o tempo "real" gasto para realizar as operações. A ideia central dessa organização é a chamada divisão técnica do trabalho, uma especialização de uma função, uma forma de otimização da produção. O Fordismo, formulado por Henry Ford mescla-se com o Taylorismo. A ideia básica era padronizar os produtos e a fabricação em larga escala, ou seja, a produção em série. Segundo Pinto (2013) a linha de montagem fordista constituía-se de dois elementos essenciais: uma estrutura de transferência com trilhos ou esteiras, e um conjunto de postos de trabalho lado a lado com mecanismos que permitisse o acesso as ferramentas.

A ideia fundamental no sistema taylorista/fordista é a elevação da especialização das atividades de trabalho, em um processo cuja intervenção criativa dos trabalhadores é praticamente nula. De outro lado, essas transformações no mundo do trabalho possibilitaram uma produtividade elevada que teve rebatimentos aliados a outros fatores na Crise Internacional de 1929.

A partir dos anos de 1970 tem-se a necessidade de repensar as estruturas organizacionais e de escoamento de produção, todo processo de ordem econômica para Pinto (2013) instaura a reestruturação produtiva. Ou seja, passa a vigorar um conjunto de ações flexibilizadoras que teve rebatimentos econômicos, sociais e principalmente na derruição das políticas sociais. No que se refere aos trabalhadores há um processo de desmonte das regulações protetoras de direitos básicos.

O mais polêmico e ousado sistema de organização do trabalho para Pinto (2013) é o Toyotismo, que tem como fundamento o que se chama de empresa 'enxuta', ou seja, opera com um menor número de trabalhadores,

sendo que aqueles que permanecem trabalhando passam a exercer várias funções, operam várias máquinas o que caracteriza a chamada polivalência. Para Alves (1999) no toyotismo há "[…] um novo tipo de captura da subjetividade operária pela produção do capital que consideramos como o nexo essencial da série de protocolos organizacionais do toyotismo, tais como a "automação" e "auto –ativação", *just-in-time*/ *kanban*, etc." (ALVES. 1999, p.103). Para Parun (2016) na gestão toyotizada se requer dos trabalhadores engajamento e maior capacidade física e intelectual sempre a favor da empresa.

2 A REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SETOR CALÇADISTA FRANCANO: A INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS BANCAS DE PESPONTO

Segundo o IBGE o município de Franca, no interior de São Paulo, tem uma população estimada de 344.704 mil pessoas. O município foi fundando em 1805 e o crescimento econômico da região ocorre na segunda metade do século XIX, motivado elo café e pela companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Com o declínio do café a região volta-se para a indústria de couro, inicialmente marcado pelo artesanato, depois o setor calçadista ganha notoriedade e o município passa a ser conhecido como a "capital do calçado" (LAINES, MUSTAFA, PAVARINA, 2011). Com e abertura para o mercado internacional, a China começa a ganhar grande espaço no calçado acirrando a concorrência no setor, o processo de reestruturação da produção marca grandes mudanças no setor calçadista francano.

Com o processo de reestruturação produtiva ocorrida nos anos de 1990, Lourenço (2014) destaca que uma parte do processo produtivo saiu do espaço físico da fabrica para dentro das residências familiares, tal fato dificulta a fiscalização e o ambiente familiar, se mescla com o ambiente de trabalho. Ao transferir parte do processo produtivo para as chamadas bancas de pesponto, transfere-se também a responsabilidade social e trabalhista.

Os trabalhadores convivem com a informalidade, pois, perdem em sua maioria seus vínculos empregatícios ao se dirigirem para as chamadas bancas de pesponto, convivem com a ausência de direitos como o acesso a Previdência Social, e ficam expostos às precárias condições de trabalho. Como foi discutido anteriormente as mudanças no mundo do trabalho alteram não só a organização e gestão da produção, mas também a vida

da classe-que-vive-do-trabalho[2]. Assim, é possível visualizar o retorno de práticas de violação de direitos e aumento da exploração do trabalho, como a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Ao ocorrer essa transferência de parte do processo produtivo para o ambiente doméstico, é transferida concomitantemente a responsabilidade do empregador frente aos direitos trabalhistas preconizados por lei, somado a carga dos custos de trabalho, dos materiais necessários para a realização desse trabalho, e das taxas e impostos necessários para formalizar o empreendimento. Em sua maioria, as bancas estão situadas nas próprias residências dos trabalhadores, sendo, difícil uma fiscalização nestes ambientes (LOURENÇO, 2014).

A incorporação de crianças e adolescentes nesse sentido ora reaparece como apoio financeiro para complemento de renda da família com baixo status salarial, ora ressurge como aporte cultural em que o trabalho enobrece/dignifica e é colocado enquanto um mecanismo para impedir que a criança e/ou adolescente tenha uma atitude criminal, ou seja, "antes trabalhar do que roubar". Segundo a Organização Internacional do trabalho – OIT "Outro argumento presente na sociedade é o de que o "trabalho é um bom substituto para a educação". (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2001 p.16).

Refletindo sobre o trabalho precoce Simões (2014) sob uma perspectiva histórica traz grandes contributos para a compreensão da dinâmica dos processos constitucionais, destacando, por exemplo, que no Brasil Colonial e Imperial a assistência era atribuída a entidades filantrópicas, à Igreja e a irmandades de caráter benemérito e durante o período dos séculos XVI e XIX os milhões de escravos e crianças que acompanhavam suas famílias eram separados e levados para trabalhar no campo, na produção de cana-de-açúcar, tabaco, café entre outros. Esse cenário segundo Simões (2014) impulsionou a concretização de algumas medidas, pois a Igreja não conseguia mais atender todo o contingente de crianças abandonadas, principalmente negros, o que contribuiu para a formulação da Lei do "Ventre Livre" em 1871, que passou a considerar os ingênuos (filhos dos escravos) nascidos a partir desta data em pessoas livres considerados livres e a Lei dos "Sexagenários" (1885) que concedia liberdade aos escravos mais velhos.

[2] Termo comumente desenvolvido e utilizado por Ricardo Antunes em suas obras para designar o conjunto de trabalhadores que vivem do trabalho.

Padilha (2005) trabalha o termo "trabalho natural" e menciona que é justamente aquele que possibilita um aprendizado, como conviver em sociedade, trabalhos gratuitos, sem imposições no âmbito produtivo. O autor coloca como exemplo a partilha das tarefas domésticas, trabalhos com a comunidade ou com a horta da escola, entre outros. Para se compreender e a distinção entre trabalho precoce e trabalho natural (termo utilizado pelo autor) é preciso inicialmente entender que quando alguma atividade laborativa transfere-se para o âmbito proibitivo, ela passe a ser inserida na dinâmica de exploração do capital precocemente.

A problemática do trabalho infantil ganhou notoriedade e passou a ser debatido, pois, este fere os direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Assim, em 1996 foi criado com a ação do Governo Federal e com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família a partir da proposta de unificação dos programas de transferência de renda, segundo a Portaria n. 666, de 28 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), o que trouxe alterações significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015) em 2011, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

(PETI) foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), compreendendo assim as transferências de renda, o trabalho social com famílias. (BRASIL, 2005).

Segundo Lourenço (2013), dados de sua pesquisa no município de Franca-SP revelou que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem grandes desafios a serem enfrentados, entre eles estão o valor irrisório da bolsa mensal, a problemática das políticas sociais que se encontram cada vez mais segmentadas/fragmentadas/focalizadas, as interrupções das atividades socioeducativas, e em horários contrários ao período escolar, sendo que a descontinuidade dessas atividades está vinculada aos cortes orçamentários dentro do projeto de governo subjacente ao receituário neoliberal.

Sob a ótica do Serviço Social o trabalho precoce, entendido como a participação de crianças e adolescentes no processo produtivo se constitui como uma das manifestações da questão social. É preciso também compreender que a inserção precoce no mundo do trabalho possui uma relação com as características econômicas, estando presente em famílias

com baixo status salarial constituindo-se como um mecanismo de aumento de renda. Ou seja, é preponderante entender a relação do trabalho precoce sob a égide dos interesses econômicos a fim de extrair ao máximo mais-valia e exonerar os gastos com o capital variável[3]. Engels salienta que: "A situação da classe operaria é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente a expressão máxima e mais visível manifestação de nossa miséria social" (ENGELS, 2008 p.41).

Todo esse cenário no município de Franca/SP contribuiu e contribui para que o trabalho em domicílio incorporasse também o trabalho infantil. "O controle desse tipo de exploração do trabalho é extremamente difícil, dado que sua distribuição geográfica é pulverizada na malha urbana e pelo fato de essa exploração se dar no interior das residências, em que o acesso à fiscalização é difícil" (NAVARRO, 2010 p.121).

O processo de reestruturação produtiva deve ser apreendido assim, sob a perspectiva de totalidade, elementos como a organização do trabalho, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão marcando o processo de flexibilização e terceirização da produção subjacente ao receituário neoliberal e ao desmonte das políticas públicas sociais são fatores de extrema importância para compreender os retrocessos e as violações de direitos como a exploração do trabalho precoce. O trabalho no setor calçadista não foi extinto, pelo contrário, ele ganha cada vez mais força, porém como vem sendo, em grande parte, transferido para os espaços domésticos, perde-se a sua visibilidade. Mas o trabalho permanece vivo, embora esteja situado na informalidade, sob a qual prevalece a ausência de direitos trabalhistas e um distanciamento sindical (LOURENÇO, 2014).

Como já salientado anteriormente, a organização do trabalho sob o modo de produção capitalista possui em seu cerne um alto nível de exploração que tem como finalidade mover o processo de acumulação em detrimento daqueles que vendem sua força de trabalho. Assim, a informalidade acaba por promover a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, sobretudo, aquele realizado em casa. O Estatuto

[3] O conceito de capital variável refere-se ao custo com a mão de obra, nesse sentido a tentativa do capital é sempre exonerar o capital variável assim pode-se compreender que o trabalho precoce também se configura como uma forma de maximização de lucro, uma vez que a força de trabalho de crianças e adolescentes que são inseridas precocemente no mercado produtivo informal em sua maioria recebe (quando recebem) uma remuneração inferior ao salário de adultos. (ANTUNES; PRAUN, 2015).

da criança e do Adolescente – ECA de 1990 ressalta a proteção de crianças e adolescentes no que diz respeito ao trabalho, justamente porque se entende que este pode impactar negativamente para a pessoa em desenvolvimento, em especial, para o seu processo formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação produtiva ser apreendido sob a perspectiva de totalidade, possibilita a compreensão de alguns elementos, como, a organização do trabalho, os modelos produtivos, a adoção de métodos de tecnologia e gestão, a flexibilização e terceirização da produção subjacente ao receituário neoliberal e ao desmonte das políticas sociais.

O entendimento do movimento, do entrelaçar, do "amaranhado" de múltiplas conexões existentes no real possibilita uma aproximação com as questões que comumente aparecem no cotidiano sob a ótica do capital. Isso significa dizer que, o processo de pesquisa do referido artigo, constitui-se enquanto uma aproximação com a temática e maior compreensão dos elementos que compõem o mundo do trabalho sob a égide de um modo de produção destrutiva – para determinada classe – na medida em que visa crescimento e manutenção a qualquer custo, mesmo que para isso tenha que violar/explorar/acorrentar.

Assim, a par dos estudos bibliográficos preliminares é possível compreender que o trabalho no setor calçadista não foi extinto, pelo contrário, este ganha cada vez mais força, porém como vem sendo, em grande parte, transferido para os espaços domésticos, perde-se a sua visibilidade. Isso não significa dizer que ele inexiste, pois, o trabalho permanece vivo, embora esteja situado na informalidade, sob a qual prevalece a ausência de direitos trabalhistas, distanciamento sindical e menor visibilidade (LOURENÇO, 2014). Em meio ao processo de reestruturação produtiva, como já exposto por Navarro (2006), a partir dos anos de 1990 há uma descentralização da produção (terceirização) no município de Franca/SP o repasse de parte do processo produtivo para as unidades produtivas, em sua maioria localizada nos próprios ambientes domésticos ou em barracões sem infraestrutura adequada, se tornou uma pratica recorrente. Isto é, a terceirização em Franca/SP assim como em outros lugares do país já ocorria e não trouxe ganhos para a classe trabalhadora, pelo contrário o que existe são trabalhadores que nem sequer teve experiências do trabalho

formalizado e coletivo, tampouco acesso ao sindicato e a uma série de direitos trabalhistas (LOURENÇO; FILHO. 2015).

Fazendo uma analogia com o mito grego da caixa de Pandora[4], pode-se dizer que esta sempre esteve um tanto quanto que aberta, pois, sob o modo de produção capitalista os "males" sempre existirão, porém, desde agosto de 2016 com a aceitação do processo de *impeachment* pelo Senado Federal a caixa foi escancarada, em poucos meses a população brasileira pôde sentir todo o mal saindo de Pandora. Reformas em diversos setores historicamente conquistados, alguns já aprovados, como a reforma do ensino médio, trabalhista e liberação da terceirização para a atividade-fim. Como discutido brevemente nesse trabalho foi possível compreender o que é, e como a reestruturação produtiva e um novo modelo de acumulação mais flexível impactam na vida dos trabalhadores.

Com aprovação de leis que autorizam o processo de terceirização, por exemplo, é possível visualizar a quem este governo de orientação neoliberal está servindo na medida em que a partir de um amplo processo de cooptação da classe trabalhadora por meio de mecanismos ideológicos fazendo com o fenômeno da terceirização seja visto como uma maneira de formalizar os trabalhadores terceirizados e não enquanto um processo de precarização e flexibilização do trabalho. Leis como a de terceirização **LEI Nº 13.429, DE 31 de março de 2017, trabalhista que altera a Consolidação das leis do trabalho (CLT) –** LEI Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 são colocadas em vigor e trazem diversas mudanças nos direitos historicamente conquistados. **Essas mudanças no mundo do trabalho só tendem a agudizar ainda mais o cenário que foi exposto nesse artigo, em que a o fenômeno da terceirização marcou uma flexibilização e uma invisibilidade do trabalho precoce, uma vez que este foi levado para dentro dos espaços domiciliares, dificultando sua fiscalização. A fundação Abrinq (2016) – pelos direitos da criança e do adolescente – realizou um levantamento das propostas que visam reduzir a idade mínima para o trabalho. Dentre elas está a** PEC nº 18/2011, do deputado Dilceu Sperafico (PP/PR), para autorizar o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos de idade e está em trâmite na Câmara dos Deputados.

[4] A caixa de Pandora é um artefato da mitologia grega, tirada do mito da criação de Pandora, teria sido segundo o mito a primeira mulher criada por Zeus. A "caixa" era na verdade um grande jarro dado a Pandora, que continha todos os males do mundo. Pandora abre o Jarro, deixando escapar todos os males do mundo, sobrando só a "esperança".

Apensadas, tramitam outras cinco proposições, entre elas estão: a PEC nº 35/2011, do deputado Onofre Santo Agostini (DEM/SC), busca reduzir a idade mínima para admissão em emprego para 14 anos; PEC nº 274/2013, do deputado Edinho Bez (PMDB/SC), propõe a idade mínima para admissão em emprego para 14 anos além de permitir que se admita como trabalhadores adolescentes com menos de 14 anos, se autorizados pelos pais ou na condição de aprendiz; PEC nº 77/2015, do deputado Ricardo Izar (PSD/SP), pretende reduzir a idade mínima para admissão em emprego para 15 anos. Também, além de retirar do texto sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos; PEC nº 107/2015, do deputado Victório Galli (PSC/MT), propõe garantir que menores de 18 anos de idade e maiores de 16 tenham "o direito de assinar Carteira de Trabalho definitiva", e para que a aprendizagem seja destinada "ao jovem" entre 14 e 16 anos; PEC nº 108/2015, do deputado Celso Russomanno (PRB/SP), pretende reduzir a idade para admissão em emprego para 14 anos, mas determina que esse adolescente esteja freqüentando regularmente a escola.

Segundo Rizzini (2008) a elite não tem interesse em estimular a classe trabalhadora à tomada de consciência crítica acerca de seus direitos, pois tal fato implicaria no mínimo em uma dificuldade de controle e coerção social dos trabalhadores. Assim podemos perceber que inserir precocemente crianças e adolescentes nessa dinâmica de exploração faz parte também de um processo de "moldagem", de discipliná-los desde cedo para que eles não tenham contato com o trabalho formalizado e se adaptem facilmente à lógica exploratória posta, sem a consolidação do processo político-ideológico de resistência e de luta por melhores condições de vida, saúde e trabalho, a tendência é aceitar aquilo que está posto, visto que é a única realidade que passam a conhecer.

REFERÊNCIAS

ABRINQ.CADERNO LEGISLATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**.** 3ª ed.Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, 2016.

ALVES, G. TRABALHO E MUNDIALIZAÇÃODO CAPITALA NOVA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NAERA DA GLOBALIZAÇÃO. 2º Ed. Praxis Londrina 1999.

ALVES, G. **DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. (org). A **DIALÉTICA DO TRABALHO**.São Paulo: Expressão Popular, 2004

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A Sociedade Dos Adoecimentos no Trabalho. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº123, p. 407-27, jul./set. De 2015.

BRASIL. LEI N.8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 09 de Set. de 2015.

IBGE. INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponivel em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351620&idtema=118&search=sao-paulo|franca|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm-> Acesso em: 27 de jul de 2017.

LAISNER, R. C. MUSTAFA, P. S. PAVARINA, P. R. J. P. **DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE: pesquisa de condições de vida e pobreza em Franca/SP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LOURENÇO, E. A. S.; **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO INFORMAL E INVISIBILIDADE SOCIAL DOTRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Serviço Social e Soc. São Paulo, n. 118, p. 249-317, abr/jun. 2014

_____. FILHO, Marcos Antônio Limonti. **A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DOMICIALIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR CALÇADISTA: um olhar para a realidade do processo de trabalho e saúde nas bancas de pespontos em calçados, no município de Franca/SP**. In: IX Seminário de Saúde do Trabalhador. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS- UNESP-Franca, SP. Anais: CDROM. ISSN 21784817; 2015.

PADILHA, M. D. **CRIANÇA NÃO DEVE TRABALHAR: a análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e repercussão na sociabilidade das famílias participantes**. Recife: Editora da UFPE, 2005.

PINTO, G. A. **A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3ªed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

NAVARRO, V. L. **TRABALHO E TRABALHADORES DO CALÇADO: A INDUSTRIA CAÇADISTA DE FRANCA (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETTO, J. P. **INTRODUÇÃO AO MÉTODO DE MARX**. 1ªED. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2011.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti/peti>. Acesso em: 03 de Dez. de 2015.

RIZZINI, I. **O SÉCULO PERDIDO: raízes históricas das políticas publicas para infância no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, C. CURSO DE DIREITO DO SERVIÇO SOCIAL. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2014.

EIXO 2: AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA QUE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ACESSE A ALIMENTAÇÃO

Meimei Alessandra de Oliveira*

meimei_jf@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo pretende analisar os desafios que a população em situação de rua (PSR) enfrenta para que tenha garantido o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A Alimentação foi instituída como um direito constitucional, e o Brasil dispõem de Política e Sistema Nacional que articulam um conjunto de programas em diferentes políticas. No entanto, PSR enfrenta inúmeras dificuldades para acessar tais programas e ter acesso á uma alimentação adequada. Iremos refletir como os princípios do DHAA, SAN e Soberania Alimentar podem contribuir para transformar, abrir possibilidades para o acesso à alimentação das PSR.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Soberania Alimentar. Segurança Alimentar e Direito Humano a Alimentação.

EL DERECHO HUMANO A LA ALIMENTACIÓN ADECUADA, SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL Y SOBERANÍA ALIMENTARIA: CAMINOS POSIBLES PARA QUE LA POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE ACCESE A ALIMENTACIÓN

RESUMEN: *El artículo pretende investigar los desafíos que la población en situación de calle (PSR) enfrenta para que tenga garantizado el derecho humano la alimentación adecuada (DHAA) y la seguridad alimentar y nutricional (SAN). La alimentación fue intituida, como un derecho constitucional en Brasil que dispone políticas y sistemas nacional que articulan un conjunto de programas de diferentes políticas. Sin embargo (PSR) enfrenta numerosas dificuldades para acceder a estos programas y obtener una alimentación adecuada. Vamos a reflejar con los princípios (DHAA) y (SAN) y la soberanía alimentar pueden contribuir para cambiar y abrir posibilidasea para el acceso a alimentación (PSR).*

Palabras clave: *Población en situación de calle, Soberanía alimentar, seguridad de alimentos y derecho humano, alimentación.*

INTRODUÇÃO

A inquietação que nos conduziu à análise aqui desenvolvida foi constatar por meio de minha trajetória como assistente social, trabalhando há 10 anos com a temática população em situação de rua, e atualmente através

* Mestranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF, especialista em Planejamento e Gestão Social e Graduada em Serviço Social pela UFJF),Bolsista CAPES. Universidade Federal Fluminense.

de minha vinculação profissional ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, inspecionando equipamentos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que milhares de pessoas vivem em situação de rua e estão todos os dias sendo privadas de direitos primordiais, incluindo o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) garantido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) instituída no Brasil. Segundo a LOSAN, a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Esse direito ainda não é garantido de forma universal no país, uma vez que deparamo-nos diariamente com pessoas revirando latões, rasgando sacos de lixo, pedindo para que alguém pague um alimento ou esperando por sobras de pratos dos restaurantes em meio a moscas e mau cheiro, para matar a fome. São pessoas que vivenciam a fome cotidianamente, estigmatizadas como expressão máxima da pobreza e vivem em constante situação de insegurança alimentar (IA). Tal situação vem sendo pouco analisada por estudos acadêmicos, haja vista a carência de produções bibliográficas que retratem a subalimentação que a população em situação de rua vem sofrendo no Brasil.

A população em situação de rua é um grupo que expressa em parte à realidade sócio urbana das grandes e médias capitais do Brasil e dá indícios sobre as configurações do fenômeno da exclusão social no Brasil contemporâneo, bem como do alcance das Políticas Públicas (Escorel, 1999). No caso do presente estudo, o foco recai sobre a distância, as barreiras, até mesmo intransponíveis, dessa população para acessar permanentemente uma alimentação saudável, adequada às suas necessidades, sem comprometer o acesso a outras necessidades e também poder decidir o que e como comer, além de conhecer a origem do seu alimento (Brasil, 2006).

Vivemos um momento histórico marcado pelo fenômeno da globalização econômica e implementação de políticas neoliberais (Tavares, 2000) e, em decorrência da agudização da "questão social" (Iamamoto, 2001), o morador de rua constitui-se em expressão da perversidade desse processo.

Sendo assim, o artigo parte do pressuposto que as características e a heterogeneidade da população que vive em situação de rua e os múltiplos desafios de viver nessas condições, incluindo as barreiras para o acesso à alimentação, somadas a escassez e a falta de adequação das políticas públicas para atender as múltiplas necessidades dessa população, dificultam, ou mesmo inviabilizam, o acesso a uma alimentação adequada, impactando diretamente em sua condição de Insegurança Alimentar (IA). As ações previstas no último Plano Nacional de SAN (Brasil, 2006) indicam um conjunto de medidas necessárias para garantia do DHAA, que incluem desde mudanças no modelo produtivo na direção de práticas agroecológicas, combate à fome por meio de ações de acesso alimentar, prevenção e controle de doenças relacionadas com a nutrição, acesso aos direitos, distribuição mais igualitária da renda bem como o acesso equitativo as políticas públicas.

A partir desses elementos, buscaremos entender os desafios para que a população em situação de rua tenha o DHAA, a SAN e a Soberania Alimentar garantido. Para tal serão analisados dados secundários da Pesquisa Nacional das Pessoas em Situação de Rua (MDS/2008); e documentos por meio da revisão bibliográfica e análise documental da legislação existente e dos dados secundários existentes.

A pesquisa inclui: (1) levantamento junto às bases de dados de estudos acadêmicos, especialmente o banco de resumos de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO); (2) pesquisa dos portais e sítios eletrônicos de órgãos de governo tais como: o JUSBRASIL; o sítio eletrônico do MDSA; sítio eletrônico do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA); o Portal de legislações, visando mapear legislações, normas e resoluções pertinentes ao objeto de estudo. (3) análise das características da população que vivem em situação de rua com base em pesquisa de estudos populacionais, tais como os disponibilizados no CENSO SUAS (MDS/2015); nas estatísticas relacionadas à pessoa em situação de rua com enfoque maior no Estado do Rio de Janeiro; a Pesquisa Nacional das Pessoas em Situação de Rua (MDS/2008); nas pesquisas da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/ MDSA (MDS/2016); nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE) especialmente na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD (PNAD/2016); nos estudos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA(IPEA/2016); no

Portal Brasileiro de Dados do Governo - DADOS.GOV(Dados Gov/2017) e nos dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional - Mapa SAN 2015 (MDS/2015).

1 DESENVOLVIMENTO

2 QUEM É A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

No Brasil há um crescente contingente de pessoas vivendo em situação de rua e estima-se que haja um acirramento desse problema estrutural com o agravamento das condições de miserabilidade, da condução histórica da desigualdade social, da crise econômica atual e, mais recentemente, do crescimento do número de usuários de crack (Brasil, 2008b). Os dados divulgados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro apontam que em 2013 havia 5.580 pessoas em situação de rua e em 2015 este número saltou para 14.035 pessoas. A comparação com a cidade de São Paulo, tendo como referência os dados do resultado do censo de 2015 divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas- FIPE e Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social – SMADS da Prefeitura de São Paulo, indica que em 2011 eram 14.478 pessoas vivendo em situação de rua e em 2015 passaram a ser 15.905. Destacamos ainda que a rede de atendimento de São Paulo tem uma cobertura de 8.570 vagas para acolhimento, já no Rio de Janeiro a rede oferta menos de 4.000 (quatro mil) vagas (Fipe, 2015; SMASDH,2016).

A exclusão social engloba diferentes fatores, tais como: a dificuldade de participação na vida, no trabalho, a precariedade da habitação, a falta de acesso à educação, à alimentação adequada, qualidade de vida digna e dificuldade de acesso aos serviços de saúde, ou seja, engloba várias dimensões da precariedade econômica e social que desencadeiam uma espiral viciosa de produção de mais exclusão. Trata-se de um processo dinâmico, multidimensional, que gera um número significativo de situações consequentes para os indivíduos e grupos que se encontram excluídos dos direitos de integração social e de identidade (SAWAIA, 2009).

A população de rua pode ser entendida como um conjunto de pessoas sem trabalho e casa que utilizam a rua como espaço de sobrevivência e moradia (SILVA, 2009). A Política Nacional para Inclusão

Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a) define esse grupo populacional como:

> [...] heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.(BRASIL, 2008 a)

A definição de população em situação de rua que a política nacional apresenta é bem abrangente e contempla algumas características comuns desse grupo tão heterogêneo. O tempo de permanência nas ruas não é um critério para caracterizar a população em situação de rua, e a concepção que norteia essa política considera a transitoriedade dessa dinâmica denotada no termo "situação de rua".

Como fonte importante de mapeamento e caracterização desse grupo populacional destaca-se a primeira e única Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua[1], realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre 2007-2008 em 71 municípios com população total superior a 300 mil habitantes. Este estudo identificou a diversidade desse grupo no que se refere ao perfil socioeconômico e educacional; trajetória de rua (razões de ida à rua, deslocamentos, entre outros); histórico de internação em instituições; pernoite, vínculos familiares e trabalho; acesso à alimentação, serviços e cidadania; discriminações sofridas; participação em movimentos sociais (BRASIL, 2008b).

Em resumo, a pesquisa indica como principais características das pessoas que vivem em situação de rua que: 82% dessa população são do sexo masculino; 53% possui idade entre 25 e 44 anos; 67% são negros; 70,9% exerce alguma atividade (como por exemplo: catadores de lixo, guardadores de automóvel, vendedores de sucata ou ajudantes de obras) e 47,7% já teve trabalho de carteira assinada; 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; 69,6% têm por hábito dormir nas ruas, sendo que cerca de 30% o faz há mais de cinco anos; 22,1% costuma

[1] Este foi o primeiro e único grande estudo até o presente momento de caráter nacional em que o governo federal se embasou para reformular e sistematizar políticas públicas intersetoriais para a inclusão de pessoas em situação de rua. Também serviu para estimular a realização de outros censos municipais e distritais e induzir novos caminhos de entendimento e abordagem dos problemas sociais inerentes.

dormir em albergues ou em outras instituições; 95,5% não participam de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possuem qualquer documento de identificação e 61,6% não votam.

Destacamos que 88,5% não são atingidos pela cobertura dos programas governamentais, dado que ressaltamos tendo em vista que a quase totalidade da população em situação de rua não vem tendo acesso aos programas governamentais. Este público alvo não é público prioritário das políticas públicas? Outro dado de extrema importância para nossa análise é que 19% da população pesquisada não consegue se alimentar todos os dias, estes dados reforçam a necessidade de se estudar o acesso à alimentação por este segmento. Ademais, o estudo apontou como principais razões que levam essas pessoas a se encontrarem em situação de rua: o alcoolismo e as drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%) [2] (BRASIL, 2008b). Essa caracterização indica os possíveis desafios para que essa população acesse os programas que potencialmente impactariam sua alimentação.

3 BARREIRAS PARA GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO, A SEGURANÇA ALIMENTAR E A SOBERANIA ALIMENTAR PARA OS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA

Os direitos humanos são os que a condição humana, pelo simples fato de nascer, já te garante. São indivisíveis, exclusivos, inalienáveis, ou seja, não podem ser retirados nem cedidos por ninguém. O direito humano garante as condições para manter uma vida digna, que inclui o acesso à alimentação e a água. O Direito Humano à Alimentação (DHAA), que possui todas essas prerrogativas, foi ratificado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos contendo duas dimensões indissociáveis: (1) o direito de estar livre da fome e (2) o direito à alimentação adequada. Entre as obrigações dos Estados no que diz respeito ao acesso a alimentação estão as de respeitar, proteger, promover e prover alimentos a indivíduos ou grupos incapazes de obtê-los por conta própria (LEÃO, 2013).

O conceito de SAN apresentado anteriormente indica que a alimentação deve ser: *Suficiente* e *adequada* para atender a demanda da

[2] Frise-se que os referidos dados podem ter sofrido alteração, pois há um interstício de mais de 10 anos até a presente data e durante esse intervalo o número de pessoas em situação de rua pode ter aumentado assim como há possibilidade da oferta de cobertura dos programas governamentais. Cumpre salientar que não houve outro estudo dessa abrangência sobre a temática.

população, em termos de *quantidade e qualidade*; *equitativas* para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, haja vista manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população; *disponibilidade* de alimentos saudáveis, *condições de preparo, consumo, e higiene* que garantam o valor nutricional. Além do direito a saúde que inclui o acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e resolutiva e com prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais (Artigo 3º, Lei 11.346/2006).

A LOSAN também indica o conceito de Soberania Alimentar como balizador da Política de SAN, destacando que cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

Ainda que o conceito de soberania alimentar seja muito utilizado no campo, ele tem impacto direto nas cidades e essa perspectiva diferenciada vai na contra mão do mercado, colocando no centro da discussão as políticas alimentares o que possibilita acesso a alimentação de qualidade a todos de acordo com as necessidades econômicas e culturais dos cidadãos. A soberania alimentar vai ao encontro da reflexão do acesso a alimentação para população em situação de rua e nesse sentido, a forma como se organiza o comércio internacional, por exemplo, não prioriza a alimentação das populações e não contribui para a erradicação da fome no mundo (VIA CAMPESIANA, 2003). A soberania alimentar implica no (1) direito dos campesinos de produzirem alimentos, assim como no direito dos consumidores de decidirem o que consumir; (2) e na participação de povos na definição das políticas agrárias.

Verificamos que no Brasil temos inúmeros mecanismos: não faltam normas, leis, assinatura de tratados, onde temos clareza do DHAA, a exemplo temos a Constituição em seu artigo 6º que prevê a alimentação como direito fundamental, a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, no seu artigo 2ª, parágrafo 2º, que coloca como obrigação o poder público criar mecanismos para exigir esse direito humano fundamental. A constituição também coloca as obrigações do Estado, leis como CONSEA, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Estatuto do Idoso e a Política Nacional para pessoa em Situação de Rua (Leão, 2013).

No que diz respeito às políticas públicas que poderiam facilitar o acesso a alimentação, temos, os restaurantes populares, espalhados em cidades grandes e médias do Brasil, em sua maioria não possuem políticas de gratuidade que possibilitariam a acesso a população de rua, ou seja, sem dinheiro não podem frequentar os restaurantes populares[3]. Estão excluídos também do acesso às cestas básicas oferecidos por instituições governamentais e filantrópicas que não atende à demanda da população de rua por não possuir um lugar para preparar a alimentação. Essa população também não pertence à esfera escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar e, por último, a população de rua não está inserida no mercado de trabalho, não fazem parte da agricultura familiar e não acessam o Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Os três conceitos citados acima, (o DHAA, o SAN e a Soberania Alimentar) fundamentam direitos que não são vivenciados pelas pessoas em situação de rua. A Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua indica que 19% da população pesquisada não consegue se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) e 79,6% consegue fazer ao menos uma refeição por dia, sendo que 27,4% compram comida com seu próprio dinheiro. Além disso, as condições por meio das quais essa população por vezes acessa sua alimentação violam o DHAA uma vez que incluem desde a comida doada ao final do dia por restaurantes, até o consumo de alimento do lixo e a pedir esmolas para conseguir comprar algo para matar a fome.

No que diz respeito a "cozinhar nas ruas" e todos os desafios inerentes ao preparo dos alimentos, são diversos os fatores que indicam os desafios para a garantia do DHAA e da SAN, a começar por onde obter os alimentos. Segundo Kunz, Heckert e Carvalho (2014) os produtos para o cozimento são "mangueados" em supermercados, açougues, peixarias, padarias e feiras livres. As famílias "acendem a lata", ou seja, ligam de forma improvisada um fogareiro no qual o fogo vem da lenha, carvão, ou álcool de posto de gasolina e cozinham em panelas improvisadas. São utilizados para proteger o fogo do vento os "muros" que podem ser restos

[3] Restaurantes Populares são Unidades de Alimentação e Nutrição que têm como princípios fundamentais a produção e a distribuição de refeições saudáveis, com alto valor nutricional, a preços acessíveis, para as pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e que devem localizar-se preferencialmente em grandes centros urbanos de cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes. (disponível em: http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/restaurante-popular/gestor/restaurantes-populare).

de construção como tijolos e paralelepípedos. Os autores relatam algumas receitas improvisadas na rua, tais como: a pelanca, o pé de galinha, as sobras e restos de comida. Isso nos faz questionar o direito à alimentação de qualidade para essas pessoas que vivem nas ruas.

> Vimos também que os moradores de rua inventam receitas com os diversos alimentos mangueados. Restos e sobras de comida podem ser transformados em refeições e, segundo eles, fica muito saboroso. A pelanca frita (pedaços de carnes com gordura de carne de boi e/ou de frango) tanto pode incrementar o feijão como uma farofa. Outras receitas são reinventadas nas ruas como a canja de pé de galinha feita por Elisa, o café ralo que a "dama limpinha" nos ensinou, como também o miojo no bafo, receita fornecida por Elisa. A hora da alimentação na rua também pode se constituir num momento de festa, seja para comemorar um casamento, um aniversário ou apenas comemorar o encontro entre os iguais (KUNZ, HECKERT e CARVALHO, 2014, p.930).

Destacamos mais uma barreira que a população em situação de rua enfrenta, apontada na Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua, que é o impedimento de entrar em locais e estabelecimentos comerciais (31,8%), Shopping Center (31,8%), transporte coletivo (29,85), bancos (26,7%), órgãos públicos (21,7%), receber atendimento na rede de saúde (18,4%) e tirar documentos (13,9%). Os impedimentos ocorrem devido às múltiplas discriminações sofridas, a autora Silva (2006) indica que as dificuldades de acesso ocorrem quando o corpo técnico encontra-se despreparado para atender de forma receptiva esta população. O atendimento na porta de entrada nem sempre é feito pela equipe técnica especializada, muitas das vezes são funcionários de segundo grau ou agentes de portarias que não compreendem a abrangência da questão social que perpassa a vivência da situação de rua.

A fim de ilustrar a temática explorada, destacamos o depoimento concedido ao estudo "modos de vidas das pessoas em situação de rua" por uma pessoa que vive em situação de rua e faz menção a dificuldade dessa população de acessar a alimentação, que chega ao limite da necessidade de sobrevivência e que leva a buscar a alimentação no lixo:

> Comer do lixo, no começo é muito difícil, chorei a primeira vez que precisei fazer isso, lembrava da vida que tinha vivido e daquela condição que eu estava naquele momento. Mas, depois virou um costume quase natural, rasgava sacolas de lixo que ficavam dentro de caçambas próximo a rodoviária,

também buscava os lixo de restaurante e lanchonete (KUNZ, HECKERT e CARVALHO,2014,p.931).

CONCLUSÃO

Observamos inúmeras violações ao DHAA a SAN e a Soberania Alimentar, tais como: ter o poder de escolha do que se vai comer, o que comer, onde comer, as condições de higiene do alimento, a própria disponibilidade diária do alimento, o não comprometimento da escassa renda com a alimentação, o preparo, a procedência do alimento, tudo isso faz com que os três conceitos ilustrados acima estejam extremamente distantes do cotidiano de vida das pessoas em situação de rua.

Torna-se relevante a percepção desses sujeitos excluídos como portadores de historicidade e demandas sociais, repletos de direitos que são cotidianamente violados, são expressão radical da questão social e demonstram um capitalismo que pratica violência e degrada a vida destes sujeitos que são: estigmatizados; enfrentam cotidianamente preconceitos; vítimas da naturalização do não acesso a alimentação repeitando o DHAA, a SAN e a Soberania Alimentar e vítimas das inúmeras tentativas dos gestores de esconder e mascarar a realidade da população em situação de rua.

A legislação brasileira indica que o Estado tem obrigação de garantir o respeito, a proteção, a promoção e o provimento dos direitos humanos a todos, inclusive a pessoa em situação de rua, por meio da atuação dos seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário), porém nos deparamos cotidianamente com a violação do direito humano a alimentação.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária que tenha como princípio a exigibilidade do DHAA, da SAN e da Soberania Alimentar, direitos que podem ser exigidos através das políticas públicas, programas e projetos garantidores de direitos com possibilidade de concretização do direito humano a alimentação.

Um dos possíveis mecanismos que consideramos importante na construção da exigibilidade do direito ao acesso a alimentação é o empoderamento da população em situação de rua, através de fóruns, espaços de controle social, proposição de políticas públicas para esse segmento, órgãos de defesa dos direitos que realizem a disseminação de informações de modo a incentivar que este público venha a buscar formas de acessar esses direitos, inclusive considerando meios judiciais para a concretização do DHAA, SAN e da Soberania Alimentar para pessoas

em situação de rua. Desta forma, poderemos alcançar uma sociedade mais justa, igualitária, garantidora de direitos, com a possibilidade de concretização do direito à alimentação, na qual o centro das discussões estejam nas políticas públicas voltadas para a alimentação de todos, independente das condições econômicas e que o acesso, as possibilidades de escolha e as características culturais sejam mantidas cotidianamente na alimentação das pessoas em situação de rua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome -MDS.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2008a.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.** Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua.Sumário Executivo de Fortaleza. Brasília: MDS/META, mar. 2008b.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal / Secretaria Especial de Informática, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislação/>.Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**.Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em :<http://http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues > Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

_____. **Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009** também cria o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasilia,2009.

Brasil. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.** Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019. Brasília: CAISAN, 2016a, 68 p.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. **Soberania Alimentar.** In: CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: Indicadores e monitoramento, da constituição de 1998 aos dias atuais. Brasília, 2010.

ESCOREL. S. **Vidas ao Léu**: Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro, ed. Fiocruz, 1999.

FIPE - **Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas**. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo. 2015. < Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626 > Acesso em: 15 de dezembro 2016.

FORO MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Malí. Declaração de Nyélény. Disponível em: http:// www.nyeleni.org/spip.php?article327. Acesso em: 1° nov. 2012.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, n. 3, p. 9-31. jan./jun. 2001.

KUNZ, G. S.;

HECKERT, A. L. and CARVALHO, S. V.

Modos de vida da população em situação de r**ua:** inventando táticas nas ruas de Vitória/ES.

Fractal, Rev. Psicol.[online]. 2014, vol.26, n.3, pp.919-942.

LEÃO, M. (org). **O direito humano a alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

SAWAIA, B.**As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petropólis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez,2009.

TAVARES, L. O que é o ajuste neoliberal. In: _____. **Os custos sociais e o ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-22.

A CENTRALIDADE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DIVERSOS NAS RELAÇÕES SOCIO-ECOLÓGICAS DA AGROECOLOGIA

Vitor Moretti Zonetti*

vitormz@gmail.com

RESUMO: Os sistemas agrários diversos cumprem papel central no processo de construção da agroecologia. Porém, há sistemas também diversos que não corroboram com este projeto de recampesinização. Como base empírica, dois territórios, um camponês e outro empresarial, foram analisados por meio da observação não participante para o presente desenvolvimento teórico. Em ambos os casos a biodiversidade determina e é determinada pelas intenções econômicas da produção de forma dialética e que concomitantemente reflete a dimensão social da agricultura. A agroecologia, portanto, surge como um projeto de campesinato capaz de emancipar não somente a dimensão social mas também a dimensão ecológica da renda capitalizada.

Palavras-chave: agroecologia. Agroecossistemas. Ecologismo. Recampesinização. Soberania alimentar.

LA CENTRALIDAD DE LOS SISTEMAS AGRARIOS DIVERSOS EN LAS RELACIONES SOCIO-ECOLÓGICAS DE LA AGROECOLOGÍA

RESUMEN: *Los sistemas agrarios diversos compren un papel central en lo proceso de construcción de la agroecología. Sin embargo, hay sistemas también diversos que no están de acuerdo con el proyecto de recampesinización. Como base empírica, dos territorios, un campesino y otro empresarial, fueron investigados por lo medio de la observación no participante para el propuesto desarrollo teórico. En ambos casos la biodiversidad determina y es determinada por las intenciones económicas de producción de modo dialectico y reflete la dimensión social de la agricultura de modo concomitante. La agroecología, por lo tanto, surge como un proyecto campesino capaz de emancipar no solamente la dimensión social pero también la dimensión ecológica de la renda capitalizada.*

Palabras clave: *Agroecología. Agroecosistemas. Ecologismo. Recampesinización. Soberanía.*

INTRODUÇÃO

Considerável parte da literatura científica sobre a agroecologia aborda a mesma como um projeto de agricultura advindo de populações tradicionais e comunidades camponesas de todo o mundo e que se contrapõe a agricultura industrial capitalista. No entanto, é de suma importância elucidar a os motivos da agroecologia, seu surgimento e como, de fato, esta pode ser definida conceitualmente.

* Assistente Social graduado pela Universidade Estadual Paulista e mestrando em Sustentabilidade pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Wezel et al. (2009) descreve um breve histórico da agroecologia citando seu surgimento há mais de 80 anos na literatura científica culminando na sua atual concepção de que a agroecologia pode ser considerada um movimento, bem como, uma prática de agricultura (WEZEL et al. 2009). Dividido em dois tempos históricos fundamentais, a chamada "velha agroecologia" se deu no período entre 1930 e 1960, quando o debate entorno da agroecologia apresentava concepções como a aplicação de processos ecológicos na prática agrícola em culminandona denominação de ecologia cultivável. Neste aspecto, o conceito em formação levava consigo características sobre o solo, ambiente e o clima. (WEZEL et al. 2009)

Já o período entre os anos de 1970 e 2000 a agroecologia se desenvolveu como uma resposta às intensas pesquisas realizadas em países em desenvolvimento de climas tropical e subtropical impulsionadas pela Revolução Verde, por este motivo o período foi marcado com grande interesse pela ótica ecológica da agricultura. Foi nesse período que a concepção de agroecossistemas emerge sendo considerado 'ecossistemas domesticados' ao mesmo tempo que agroecologia alcança patamares de discussão que aborda não somente o sistema produtivo em si, mas também a sua cadeia produtiva global, distribuição e consumo. (WEZEL et al. 2009)

A partir deste debate, fica evidente que os sistemas produtivos cumprem um papel central na discussão científica da agroecologia, por isso, a necessidade em se compreender seus funcionamentos. Consequentemente, as diversas definições da agroecologia são alicerçadas seguindo seu arranjo interno produtivo a partir dos 'sistemas agrícolas diversos' (DFS)[1] (KREMEN, ILES e BACON, 2012). Os sistemas agrícolas podem ser considerados diversos quando "intencionalmente incluem uma biodiversidade funcional em múltiplos espaços e escalas temporais, através de práticas tradicionais ou via conhecimento científico agroecológico" [2] (KREMEN, ILES e BACON, 2012, p.44). Nestes sistemas a biodiversidade se faz presente para promover serviços ecossistêmicos por meio de associação de culturas.

> Por culturas, significamos culturas anuais ou perenes, incluindo árvores. Na escala de campo, o sistema agrícola

[1] Tradução livre do conceito original "Diversified Farming Systems" realizada pelo presente autor.

[2] Tradução livre realizada pelo presente autor da citação original "intentionally includes functional biodiversity at multiple spatial and/or temporal scales, through practices developed via traditional and/or agroecological scientific knowledge".

> diverso pode incluir policulturas, plantações não agrícolas como tiras de insetos, integração de gado ou peixe com culturas (sistemas de cultivo mistos) e/ou rotação de culturas ou gado ao longo do tempo, incluindo culturas de cobertura e pastoreio rotativo. Em todo o campo, o DFS pode incorporar plantações não agrícolas em fronteiras de campo, como cercas vivas e sebes. Na escala da paisagem, o DFS pode incluir comunidades naturais ou seminaturais de plantas e animais dentro da paisagem/região cultivada, como campos de pousio, tampões ripários, pastagens, prados, bosques, lagos, pântanos, córregos, rios e lagos ou suas combinações. [3] (KREMEN, ILES e BACON, 2012, p.44)

Como derivação do arcabouço conceitual sobre sistemas agrícolas diversos, o termo 'sistemas agroflorestais' (SAFs) tem sido utilizado como uma das bases produtivas mais centrais da agroecologia (ALTIERI, 2012). Nesta, a biodiversidade cumpre um papel crucial pela capacidade de criar a resiliência necessária para o sistema agrícola se reproduzir ao longo de tempo sem a necessidade de insumos externos, quando associada com intuito de produzir alimentos juntos a serviços ecossistêmicos. Vide a definição promovida pelo ICRAF - *International Centre for Research in Agroforestry:*

> Agrofloresta é um nome coletivo para sistemas de uso da terra e tecnologias nas quais culturas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, bambu, etc) são deliberadamente usadas na mesma área de unidade administrativa que plantações agrícolas e animais, na forma de arranjo espacial ou sequência temporal. Em sistemas agroflorestais há ambas interações

[3] Tradução livre realizada pelo presente autor da citação original "By crops, we mean either annual or perennial crops, including tree crops. At the field scale, DFS may include polycultures, noncrop plantings such as insectary strips, integration of livestock or fish with crops (mixed cropping systems), and/or rotation of crops or livestock over time, including cover cropping and rotational grazing. Around the field, DFS may incorporate noncrop plantings on field borders such as living fences and hedgerows. At the landscape scale, DFS may include natural or semi-natural communities of plants and animals within the cropped landscape/region, such as fallow fields, riparian buffers, pastures, meadows, woodlots, ponds, marshes, streams, rivers, and lakes, or combinations thereof.".

> ecológicas e econômicas entre os diferentes componentes. [4] (LUNDGREN e RAINTREE, 1982 apud. Nair, 1993)

A denominação agrofloresta ou sistemas agroflorestais ganha mais detalhamento seguindo sua estrutura. Os sistemas podem ser intitulados (1) agrossilviculturais quando há a presença de culturas anuais e florestais; (2) silvipastoris quando a floresta se direcionada para produção de madeira, alimento e forragem simultaneamente a criação de animais domésticos; (3) agrossilvipastoris para a produção de culturas agrícolas, florestais e criação de animais domésticos; e (4) sistemas de produção florestal de múltiplo uso onde as culturas perenes são regeneradas e manejadas para a produção de madeira, folhas e frutos para alimentação e forragem. (ALTIERI, 2012)

Ainda na definição de sistemas agrícolas diversos, a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária possui sua própria concepção intitulada iLPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (Embrapa Pecuária Sudeste, 2014), na qual possui as mesmas subdivisões, bem como, as intenções produtivas como apontada por Altieri (2012). No entanto, a iLPF se difere da denominação de sistemas agrícolas diversos uma vez que não se contrapõe a utilização de insumos industrializados e ainda incentiva a produção agrícola de *commodities*.

No contexto das definições dos sistemas produtivos agrários que intencionam a diversificação da produção de alimentos associadas a culturas perenes e domesticação de animais, aponta-se que a dimensão social da agroecologia deriva diretamente da sua relação com os sistema produtivo (van der Ploeg, 2014, KREMEN, ILES e BACON, 2012). Reforça-se, portanto, as diferenças substanciais entre a agricultura camponesa e tradicional, a agricultura empresarial e a agricultura industrial, bem como, suas distintas formas de relação entre a dimensão sócio-ecológica e o sistema produtivo.

Vale a apontar que a concepção de agricultura abordada no presente trabalho se define como processos de ocupação territorial do espaço rural e não somente como modo de plantio (SUZUKI, 2007). No caso do Brasil, especificamente, as relações de escravidão nos períodos colonial e imperial, posteriormente o colonato e a renda capitalizada na

[4] Tradução livre realizada pelo presente autor da citação original "Agroforestry is a collective name for land-use systems and technologies where woody perennials (trees, shrubs, palms, bamboos, etc.) are deliberately used on the same land-management units as agricultural crops and/or animals, in some form of spatial arrangement or temporal sequence. In agroforestry systems there are both ecological and economical interactions between the different components".

terra a partir da metade do século XIX (MARTINS, 2017) e finalmente a Revolução Verde no século XX (SUZUKI, 2007), demonstra o incessante movimento da produção e reprodução capitalista se cristalizando nas relações de trabalho, na absolutização da propriedade privada e sequencialmente em imperativos tecnológicos como meras extensões do capital. (MARTINS, 2017)

A partir de tais preposições, intenciona-se desenvolver teoricamente a relação entre as dimensões ecológica e social a partir da literatura cientifica acerca da agroecologia pautando-se em duas bases empíricas. A primeira se dá no âmbito de um núcleo familiar integrante da Cooperafloresta, situada no Quilombo Terra Seca no município da Barra do Turvo, no Estado de São Paulo. Já a segunda propriedade é a Fazendo Nelson Guerreiro, situada no município de Brotas, também no interior de São Paulo.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Metodologia

As visitas realizadas ao núcleo familiar integrante da COOPERAFLORESTA e ao Sítio Nelson Guerreiro se deram como parte da disciplina de Sistemas Agroflorestais oferecida pela ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da USP – Universidade de São Paulo cursada pelo presente autor no primeiro semestre de 2017 durante seu curso de mestrado. Tais visitas foram de grande valia para a elaboração do presente ensaio teórico que vão ao encontro da dissertação em processo de elaboração

Para se obter tais dados expostos, foi utilizado a participação não participante com perguntas informais aos responsáveis (MARCONI E LAKATOS, 2003). Além disso, a análise documental (MARCONI E LAKATOS, 2003) foi utilizado para identificação mais precisa de apreensões que passaram desapercebidas nos dias das visitas. Páginas da internet, pesquisas e documentos oficiais serviram de base documental. A visita a Cooperafloresta foi realizada nos dias 12, 13 e 14 de Maio de 2017 enquanto o Sítio Nelson Guerreiro foi visitado no dia 21 de Junho de 2017.

1.2 A agricultura agroecológica da Cooperafloresta

A propriedade integrante da Cooperafloresta que é uma base empírica para a presente discussão teórica acerca das relações sócio-ecológicas a partir de um sistema agrícola diverso, apresenta características de alta produtividade econômica. Seu território é dividido em um pequeno espaço reservado para uma casa modesta com um banheiro, uma cozinha, dois quartos, uma pequena sala e uma varanda, outro pequeno espaço foi direcionado para uma casa de madeira construída na ocupação desta propriedade e o restante da área ocupada pela agrofloresta.

Como caracterização do objeto analisado, é válido citar que a Cooperafloresta é uma cooperativa de agricultores familiares situada nos municípios de Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul, no Estado do Paraná, e que abrange também diversos remanescentes de quilombos. A cooperativa é composta por 110 famílias organizadas em 22 grupos, totalizando 322 pessoas inseridas neste arranjo social (COOPERAFLORESTA, 2017). O núcleo familiar visitado está situada na comunidade quilombola Terra Seca na Barra do Turvo e é constituído por dois adultos (um homem e uma mulher) com seus três filhos sendo somente um maior de idade. A mulher em questão é tataraneta do fundador da comunidade e herdou a terra de sua mãe que mora numa casa vizinha a sua propriedade. Sua chácara, como denominado pelo casal, possui 0,5 alqueire de extensão, ou seja, 12.500m^2.

Foi identificado que a produção agroflorestal se divide em 45 culturas. As alimentícias são: banana maçã, banana caturra, banana prata, banana ouro, banana pão, abacate, jaca, limão lima, limão Taiti, limão galego, laranja Bahia, laranja cristal, mexerica, cajá manga, cajá mirim, fruta-do-conde, lima da pérsia, carambola, pitanga, goiaba, manga, ameixa, cará, cana-de-açúcar, juçara, pupunha, mandioca, inhame, gengibre, açafrão e café. As árvores plantadas para manejo e adubo são: coloral, jambolão, leucênia, santa bárbara, angico, jaborandi, embaúba, canjuva, tapiá, vassoureira e alelueira. Já a produção de cobertura para solo se utiliza das seguintes culturas: capim mombaça, margaridão e humu bravo. Além disso, alguns animais domésticos são criados como: porcos, galinhas, patos e um cavalo.

A descrição do cultivo nos limites desta unidade familiar é necessária para apontar que a mesma segue o desenho de sistemas agroflorestais como é proposta pela Cooperafloresta. Altieri (2012) aponta

que a disposição das culturas num sistema agroflorestal deve seguir as necessidades locais mas, via de regra, estes sistemas contém consigo características natas que foram observadas na propriedade em questão e comentada pelos seus moradores, como:

> consórcio de espécies arbóreas com culturas agrícolas anuais, sendo ambas plantadas simultaneamente, (...) faixas de cerca de 1m em florestas primárias ou secundárias a intervalos convenientes e plantio de algumas espécies agrícolas perenes tolerantes ao sombreamento, (...) práticas de manejo, como raleamento e poda para permitir maior penetração da luz até o chão, (...) em área montanhosas, determinar espécies de árvores que podem ser plantadas em linhas perpendiculares ao sentido de declividade. (ALTIERI, 2012, p. 296)

Com esta maior caracterização dos sistemas agroflorestais realizados pela Cooperafloresta, é válido apontar que a escolha dos locais de plantio seguem tanto a escolha do espaço de construção das casas como a fertilidade do solo. As agroflorestas foram instaladas em florestas secundárias que se encontravam em estágio de regeneração natural, intituladas de capoeiras. Estas são predominantes na paisagem das unidades familiares da Cooperafloresta sendo valoradas como importantes espaços de regeneração do ambiente natural com a dispersão de sementes e habitats para animais polinizadores. (AMARAL-SILVA et al. 2014)

A biodiversidade da Cooperafloresta encontra consolidada não somente na esfera da diversidade de culturas mas, também, na utilidade econômica da mesma ao passo que os produtos provenientes são direcionada à venda por meio da cooperativa. Além disso, a proteção de florestas secundárias, promove a regeneração ambiental que terá benefícios a longo prazo, sem a utilização de insumos externos (AMARAL-SILVA et al. 2014), principalmente químicos, fazendo deste território se enquadrar nos aspectos da agroecologia enquanto transição para uma agricultura sustentável (ALTIERI, 2012; CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

2 A AGRICULTURA EMPRESARIAL DO SÍTIO NELSON GUERREIRO

O Sítio Nelson Guerreiro é uma propriedade privada herdada pela filha do ex-proprietário que dá nome ao sítio. A propriedade é base de estudos da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias onde é implementado sistemas do tipo iLPF – Integração

Lavoura-Pecuária-Floresta com sua grande parte de sua produção direcionada ao mercado de *commodities* e algumas culturas direcionadas ao consumidor final (EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE, 2012). O sítio possui 135,5 alqueires de extensão, ou seja, 3.387.500 m^2 (EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE, 2012)

Em cartilhas publicadas pela Embrapa sobre o iLPF os agricultores são incentivados a realizar pesquisas de mercado para alocarem seus produtos, ou seja, o mercado e a aceitação dos produtos são determinantes para a produção agrícola. "A escolha dos componentes para o sistema – espécies de árvores, espécies agrícolas e espécies animais – dependem da existência de mercado, além da adequação agronômica e zootécnica das espécies." (EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE, 2014)

Consequentemente, a biodiversidade de um iLPF está totalmente anexada as demandas de mercado e, sobretudo, voltada a produção de *commodities* por meio da associação de clones de eucalipto, pasto para bovinos e pouca diversidade de produção anual. No caso do Sítio Nelson Guerreio, o iLPF se caracteriza como silvipastoril ao produzir eucalipto consorciados com pasto para a criação de bovinos com rotatividade de culturas anuais como milho e laranja. Além disso, foi observado diversas relações de assalariamento na propriedade, significando desprovimento de meios de produção por parte dos trabalhadores contratados.

3 DISCUSSÃO

Diante do controle da biodiversidade enquanto poder de decisão sobre o que plantar e como conciliar a floresta com culturas agrárias pela posse dos meios de produção para tal, a resiliência dos camponeses inseridos no âmbito da Cooperafloresta, mesmo se situando em uma região de altos índices de pobreza no Estado de São Paulo, se encontra fortalecida perante a ofensiva da agricultura industrial capitalista (van der PLOEG, 2014). A resiliência camponesa é caracterizada pelo fato de se alicerçar estruturalmente na sociedade como um todo, ou seja, a partir do fato que seus produtos são direcionados à alimentação da população em geral a sua dependência do mercado de *commodities* é muito baixa ou praticamente inexistente (van der PLOEG, 2014).

O fato de não dependerem de insumos provenientes da agricultura industrial e não terem seu trabalho e seus meios de produção funcionando como capital alicerçado nos mercados centrais, a volatilidade perante as

crises cíclicas do capital diminui substancialmente. “Como dito antes, a política econômica agrária não é sempre suficiente para entender a resiliência da realidade camponesa. Os camponeses não pagam pela sua autonomia (e a resiliência que isto traz), eles se beneficiam disto” (van der PLOEG, 2014, p. 1012).

A agroecologia enquanto um projeto de transição da dependência de insumos advindos da agricultura industrial capitalista (CAPORAL e COSTABEBER, 2002) e saídas de produtos cristalizadas pelos impérios alimentícios (van der PLOEG, 2014) para uma agricultura sustentável, traz consigo a revitalização da classe camponesa. Neste contexto o território material da Cooperafloresta se caracteriza como um ‘espaço de resistência’ frente ao ‘espaço de dominação’ do agronegócio (ROSSET e TORRES, 2015).

Em contrapartida, o Sítio Nelson Guerreiro se demonstra mais sucessível a dominação da agricultura industrial ao cultivar produtos que tem sua origem na racionalidade do mercado, portanto, caracterizados como capital. Sendo assim, este cede espaço não somente do território material mas também do território imaterial com um sistema produtivo que se utiliza de tecnologias advindas da Revolução Verde e como base de investigações científicas para tais objetivos, mesmo que tenha uma produção agrícola diversificada e não monocultural. (ROSSET e TORRES, 2015)

Sobre estes fundamentos é possível caracterizar os camponeses da Cooperafloresta como protagonistas do processo de recampesinização (ROSSET e TORRES, 2015). Este processo é caracterizado pela autonomia sobre os meios de produção – principalmente sobre a terra em que habitam – poder de inovação de tecnologia agrícola utilizada, independência de insumos sejam químicos ou maquinarias advindos das grandes redes corporativas e por praticarem uma agricultura de base agroecológica (ROSSET e TORRES, 2015).

Ainda no contexto dos sistemas agrários diversos como técnicas de produção agrícola, é importante discutir a centralidade da produtividade quando estes sistemas são comparados a agricultura industrial. É necessário especificar se a produtividade se pauta na produtividade do trabalho, produtividade da terra ou na produtividade total, ou seja, a terra e trabalho combinados. É justamente nesta combinação de fatores pautadas numa economia de escala que demonstra a fragilidade da economia política agrária em resolver isoladamente o desenvolvimento da agricultura. (van der PLOEG, 2014)

> "A economia política basicamente percebe o crescimento agrícola (em todas as suas formas) como um derivado do processo de desenvolvimento tecnológico que tem origem na ciência e é transferido para a agricultura através de extensões e atividades da agroindústria. Assim, a origem do crescimento é considerado exógeno ao setor agrícola: ele reside em outro lugar."[5] (van der PLOEG, 2014, p. 1003)

Este outro lugar é evidentemente cristalizado por meio da agricultura capitalista que inclusive tem o trabalho humano como *commodities* por meio de suas relações de trabalho. Por outro lado, há a agricultura camponesa que no balanço geral da produção agrária possui menores níveis de produtividade quando comparada a agricultura industrial capitalista e a agricultura empresarial. No entanto, quando se considera a produção da terra, os camponeses atingem patamares superiores por unidade produtiva. (van der PLOEG, 2014)

A discussão acerca da produtividade é refletida, portanto, na 'relação inversa' da economia política agrária, na qual, quanto maior a unidade produtiva menor seu potencial de produção e quanto menor a unidade produtiva direcionada pelo campesinato, maior a produtividade (van der PLOEG, 2014). Neste sentido, van der Ploeg (2014) ainda aponta que a valoração da produção em si tem deixado escapar estudos mais profundos sobre a dimensão social da produção da agricultura camponesa.

É justamente neste contexto da produtividade e a relação social acerca dos meios de produção, mais precisamente na posse da terra, que se encaixa o processo de agricultura agroecológica. A biodiversidade em sistemas agrários diversos, mais precisamente alocados nos sistemas agroflorestais advindos de territórios camponeses tem oferecido maior autonomia dos sujeitos sociais perante aos insumos das corporações, aumento significativo na diversificação da produção, bem como, assegurado a sustentabilidade ambiental ao passo que mantém sistemas florestais se regenerarem ao invés de coibirem determinados processos naturais. (WEZEL et al. 2015)

[5] Tradução livre realizada pelo presente autor da citação original (...) "political economy basically perceives agricultural growth (in whatever form) as being derivate of processes of technological development that originate in Science and which are transmitted towards the agricultural sector through extension and/or the activities of agro-industries. Thus, the origins of growth are considered to be exogenous to the agricultural sector: they reside elsewhere.".

CONCLUSÃO

O presente trabalho não intenciona esgotar a discussão sobre as relações sócio-ecológicas a partir do processo produtivo agroecológico, e sim apontar preposições teóricas para aprofundamento em pesquisas futuras. No entanto, a partir das duas bases empíricas utilizadas e da literatura científica internacional consolidada acerca da agroecologia, fica evidente o papel central do sistema produtivo agrário como caminho para a independência de insumos e saídas impostas pelos impérios alimentares.

É intencional elucidar que a biodiversidade dos sistemas agrários diversos estão intimamente ligados ao destino dos produtos resultantes, bem como, ao valor de uso dos mesmos. A agricultura camponesa da Cooperafloresta produz uma grande diversidade de alimentos que terá a população em geral como seu destino final, enquanto o Sítio Nelson Guerreio produz insumos industriais como o eucalipto e cria animais domésticos como bovinos para serem vendidos a outras empresas em 'circuitos adicionais' (van der PLOEG, 2014) de escoamento dos produtos.

Resulta-se, portanto, que tanto a agricultura camponesa quanto as agriculturas empresarial e capitalista podem utilizar sistemas agrários diversos e que a biodiversidade está estritamente relacionada a esfera econômica. Sendo assim, se os meios de produção estiverem cumprindo o papel de renda capitalizada como abordado por Martins (2017), a diversidade cumprirá somente um valor de troca, enquanto a biodiversidade utilizada de forma independente ao capital, cumprirá com seu valor de uso e promoverá maior resiliência sócio-ecológica fortalecendo o projeto agroecológico.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.**São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. A., TOLEDO, V. M. **The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants.***The Journal os Peasants Studies*. v. 38, n. 3, p. 587-612, 2014.

AMARAL-SILVA, J. et al. **Conservação ambiental forte alcançada através de sistemas agroflorestais multiestratificados**. 2- Restauração de paisagens degradadas por meio agroflorestas. Cadernos de Agroecologia. Dourados, v. 9, n. 4, p. 2-11, 2014.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia.***Agroecologia e desenvolvimento rural*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 20002.

COOPERAFLORESTA, **Quem somos.** Disponível em: <http://www.cooperafloresta.com>. Acesso em: 18 Jul. 2017.

GUERREIRO, M. F. EL AL. **INTRODUÇÃO DE ÁRVORES EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BIOMA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO SUDESTE.** SÃO CARLOS: EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE, 2014.

KREMEN, C., A. ILES, BACON, C. **Diversified farming systems: an agroecological, systems-bades alternative to modern industrial agriculture.***Ecology and Society*. v. 17, 2012.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NICODEMO, M. L. F. et al. **Adequação ambiental e sistemas silvipastoris em propriedades pecuárias de São Paulo. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2012.** Disponível em: <http://www.cppse.embrapa.br/sites/default/les/principal/publicacao/Documentos107.pdf >Acesso em: 18 Jul. 2017.

ROSSET, P. M., TORRES, M. M. E**. Rural social movements and agroecology: context, theory and process.***Ecology and Society*. v. 17, 2012.

ROSSET, P. M., TORRES, M. M. E**. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales.***Estudios Sociales*. v. 47, p. 275- 299, 2016.

SUZUKI, J. C. **Campo e cidade no Brasil: transformações sociespaciais e dificuldades de conceituação.***Revista Nera*. v. 10, n. 10, p. 134-150. 2007

VAN DER PLOEG, J.D. **Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty.** ***The Journal os Peasants Studies*****.** v. 41, p. 999-1030, 2014.

WEZEL et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for sustainable development.** v. 29, p. 503-515, 2009.

WEZEL et al. **Agroecology territories: places for sustainable agricultural and food systems and biodiversity conservation.***The Journal os Peasants Studies*. v. 40, p. 132-144, 2016.

EXTENSÃO COMUNICATIVA E POPULAR E O DEBATE SOBRE AGROECOLOGIA: A INTERLOCUÇÃO DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ (NATRA)

Raquel Santos Sant' Ana*
raquelssfranca@yahoo.com.br
Debora de Oliveira Carvalho**
deboraoc2012@gmail.com
Isabella Leonel Ferreira Saraiva***
isa_leonelferreira@hotmail.com
Onilda Alves do Carmo****
onildalves@uol.com.br

RESUMO: Este artigo dialoga com o tema da agroecologia a partir da inserção do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) nesse debate. Entendemos que a disputa da Universidade e da produção do conhecimento tem direcionado a pesquisa e a extensão para saberes e ações voltadas para a reprodução do projeto hegemônico do capital. O debate sobre agroecologia construído pelo NATRA vai em direção contrária: propõe o respeito e a troca de saberes entre a universidade e os sujeitos envolvidos e busca sustentar a viabilidade econômica, social e política de uma nova forma de produção agrícola que respeite a natureza e os trabalhadores. No texto será apresentado a atuação do NATRA, grupo interdisciplinar que faz extensão universitária,comunicativa e popular, e sua interlocução com a agroecologia. Como aproximação inicial com o tema da agroecologia, o Grupo apresenta um debate epistemológico a partir de seu referencial teórico: a teoria social de Marx. Para além do debate teórico, o grupo tem conhecido experiências de agricultura de base agroecológica e envidado esforços para a realização da Feira da Reforma Agrária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, conforme será descrito a seguir.

Palavras-chave: Extensão universitária. Agroecologia. Teoria Social de Marx; Produção do conhecimento. Questão Agrária.

* Professora Drª do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca e coordenadora do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

** Graduanda no curso de Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca e integrante do grupo de extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

*** Graduanda no curso de Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca e integrante do grupo de extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

**** Professora Drª do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca e coordenadora do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

EXTENSIÓN COMUNICATIVA Y POPULAR Y EL DEBATE SOBRE AGROECOLOGÍA: LA INTERLOCUCIÓN DEL NÚCLEO AGRARIO TIERRA Y RAIZ (NATRA)

RESUMEN: *Este artículo dialoga con el tema de la agroecología a partir de la inserción del Núcleo Agrario Terra e Raíz (NATRA) en este debate. Entendemos que la disputa de la Universidad y de la producción de conocimiento ha dirigido la investigación y la extensión para saberes y acciones orientadas a la reproducción del proyecto hegemónico del capital. El debate sobre la agroecología construido por el NATRAva en dirección contraria: propone el respeto y el intercambio de saberes entre la universidad y los sujetos participantes y busca sostener la viabilidad económica, social y política de una nueva forma de producción agrícola que respete la naturaleza y los trabajadores. En el texto se presentará la actuación del NATRA, grupo interdisciplinar que hace extensión universitaria, comunicativa y popular, y su articulación con la agroecología. Como aproximación inicial con el tema de la agroecología, el Grupo presenta un debate epistemológico a partir de su referencial teórico: la teoría social de Marx. Además del debate teórico, el grupo ha conocido experiencias de agricultura de base agroecológica y se ha esforzado para la realización de la Feria de Reforma Agraria en la Facultad de Ciencias Humanas e Sociales, conforme se describe a seguir.*

Palabras clave: *Extensión Universitaria. Agroecología. Teoría Social de Marx. Producción del conocimiento. Cuestión Agraria.*

INTRODUÇÃO

O Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) é um grupo de extensão interdisciplinar que atua na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca - UNESP, desde 1996. Ao longo de sua trajetória teve a participação de estudantes de diversas áreas, mas o grupo é, e sempre foi, majoritariamente composto por profissionais e estudantes da área de humanidades, principalmente dos cursos presentes no campus, quais sejam: História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais. Atualmente possui cerca de 26 integrantes: duas professoras coordenadoras e 24 estudantes de graduação e 1 de pós-graduação.

Com o objetivo de fortalecer a luta pela terra e os movimentos sociais rurais da região – em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, o NATRA desenvolveu diversos projetos em diferentes assentamentos e acampamentos do estado de São Paulo, principalmente na região de Franca e Ribeirão Preto. Para isso realizou ações muito diversas, mas sempre com ênfase em cultura e educação devido à formação dos estudantes envolvidos.

Em 2017, o grupo inicia um novo desafio: discutir o tema da agroecologia e desenvolver ações de fortalecimento dos/as trabalhadores/as rurais do assentamento 17 de Abril de Restinga, SP por meio de atividades ligadas à escoação da produção.

Essa nova área de atuação junto aos produtores rurais do assentamento e o debate sobre agroecologia não substituiu outras ações do grupo voltadas para a educação e debate sobre as Relações de Gênero, mas procura ampliar a interlocução do NATRA com o debate sobre o modelo de desenvolvimento agrícola e, também, garantir maior proximidade com o saber camponês.

É importante destacar que todas as ações desenvolvidas pelo Núcleo têm como referência a extensão popular e comunicativa que, caracteriza-se por uma visão horizontal e compartilhada dos saberes e ações dos sujeitos envolvidos no trabalho a ser desenvolvido.

A aproximação com o debate agroecológico ainda está em seu início e aguarda os recursos para definir a amplitude dos trabalhos a serem desenvolvidos de acordo com as possibilidades de financiamento. Algumas ações, no entanto, já estão em curso: o debate sobre o atual modelo de desenvolvimento agrícola e os paradigmas dos estudos de agroecologia, a interlocução do tema com os movimentos sociais e outros sujeitos envolvidos, soberania alimentar e temas correlatos conforme será descrito a seguir. Além dessa interlocução apresentaremos ainda o trabalho desenvolvido pelo grupo para viabilizar a feira da Reforma Agrária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca, SP.

1 A TEORIA MARXIANA E O DEBATE SOBRE AGROECOLOGIA

A produção do conhecimento científico é algo que envolve saberes técnicos das diferentes áreas do conhecimento, mas como afirma Lukács: a apropriação desse conhecimento e mesmo seus pressupostos filosóficos e epistemológicos devem ser debatidos e colocados em evidência.

À medida que a ciência é construção histórica, também ela é permeada por interesses que extravasam o nível técnico e imediato que, muitas vezes, aparece como evidência na produção do conhecimento. No entanto, como o homem é um ser histórico e que tem na sua ação uma intencionalidade política, isso interfere nos pressupostos filosóficos e epistemológicos dos quais se parte na produção do conhecimento.

> A especificidade entre essência e fenômeno no ser social chega até o agir interessado; e quando esse, como é habitual, se apoio em interesses de grupos sociais é fácil que a ciência perca seu papel de controle torne-se ao contrário,

> o instrumento com o qual se cobre, e se faz desaparecer a essência. (LUKACS, 1979, p.26)

Os referenciais teóricos que subsidiam a produção de conhecimento sobre a realidade social e a superação da ordem capitalista têm na teoria social de Marx um referencial fundamental. Esta possui três pilares: a teoria do valor trabalho, a teoria da revolução e a perspectiva de totalidade dada pelo método materialista histórico.

Segundo esse referencial a superação do capitalismo é fundamental, pois essa ordem social tem como base fundamental a exploração do homem pelo homem dada pela relação de assalariamento que, de um lado permite a extração da mais valia dos trabalhadores e, de outro permite que a riqueza construída socialmente possa ser apropriada de maneira individualizada pelos detentores dos meios de produção. À medida que essa é uma relação fundante e ineliminável do capitalismo, se quisermos pensar em igualdade e equidade social, teremos que romper com esse sistema, pois, para além da exploração e até para que ela seja aceita, essa ordem social provoca a alienação do trabalho e, consequentemente, a reificação do homem.

A lógica capitalista por seu impulso expansionista vai se espraiando por todos os interstícios da vida humana. Marx (1988), já anunciava no século XIX a subordinação da agricultura a lógica do capital e a transformação da natureza em mercadoria, sujeita às mesmas regras de mercado e, portanto, a inviabilidade desse sistema a longo prazo – fato esse que hoje se torna evidente em âmbito planetário. Daí a necessidade da revolução como horizonte fundamental de superação do capitalismo. Os motivos para pensar a superação do capital estão exatamente na sua inviabilidade histórica e política no sentido de permitir o desenvolvimento máximo da potência humana, aliás, pelo contrário: a alienação e reificação vão se tornando cada vez mais intensificadas. Mészaros destaca:

> Com relação a sua orientação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação [...] Sob condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para esse sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. (MÉSZÁROS, 2002, P.100)

A teoria da revolução aponta acima de tudo algo fundamental: a impossibilidade histórica de consertar os desvios e excessos do capital e a necessidade da classe trabalhadora lutar para superar esse sistema e

instaurar uma transição socialista que possa vir a construir uma ordem social comunista que promova o desenvolvimento máximo da potência humana.

A teoria marxiana tem na perspectiva de totalidade um elemento fundamental, pois é ela que permite a apreensão dos aspectos que não estão no âmbito imediato, mas que são fundamentais para entender os elementos fundantes da realidade na qual estamos inseridos. Paulo Netto (2009, p 691) citando Lukács afirma que na teoria marxiana não existe determinismos, a única ortodoxia necessária é com relação ao método, visto que é exatamente ele que permite acrescentar novos elementos ao referencial teórico a partir do movimento da realidade e sua permanente construção histórica.

Quando se trata do debate sobre a questão agrária a contribuição da teoria marxiana para a análise da destrutividade do capital é algo presente em diversas análises. O mesmo não ocorre quando se discute a necessidade de uma perspectiva agroecológica, onde a necessária integração homem natureza é buscada, via de regra, em aportes da teoria sistêmica. Ocorre que quando esta abordagem é utilizada, a sustentabilidade buscada na relação com a natureza traz embutida a crítica a monocultura e as técnicas da revolução verde, mas do ponto de vista dos seus pressupostos filosóficos trabalha com a possibilidade de mudanças dentro de um todo já dado, ou seja, a ordem do capital.

A defesa que fazemos no grupo é que a teoria marxiana nos permite uma perspectiva de totalidade e isso é fundamental para pensar agroecologia. O debate sobre sustentabilidade quando realizado na perspectiva do método marxiano evidencia a impossibilidade de sua efetivação nessa ordem sócio metabólica. Porém, traz à tona, também, que isso não inviabiliza a luta por transições parciais, que ainda que não tenham a potência de reverter a ordem social, contribuem efetivamente para a construção de uma nova ideologia do homem e sua relação com a natureza e isso é fundamental no processo de disputa hegemônica do modelo agrícola.

Defendemos que a disputa pela hegemonia pressupõe o debate epistemológico sobre a produção do conhecimento, porém mais importante que os componentes ecléticos que tem caracterizado o debate atual, é o fato dele colocar em pauta a necessidade da relação com a terra e com o trabalho estar assentada em novas bases que se sustentam sobre o respeito a natureza e ao trabalhador, e não sobre os pressupostos atuais voltados para o lucro do capital.

Esse debate aponta a necessidade de seguir avançando na produção de conhecimento e na luta política, reconhecendo a importância da ciência e de outros saberes na construção das bases da agroecologia, uma ciência repleta de potências cada vez mais ampliadas para pensar que outra sociabilidade é possível, necessária e urgente.

2 A APROXIMAÇÃO DO NATRA COM A AGROECOLOGIA

O NATRA atualmente é organizado em três grupos denominados de coletivos: de Educação, de Gênero e de Produção.

O Coletivo de produção – que será aqui abordado –, nasceu em 2017 e é composto por 13 estudantes dos quatro cursos presentes na universidade e coordenado por uma docente do Departamento de Serviço Social. O coletivo foi criado com o propósito de realizar estudos e, consequentemente, discussões sobre a agroecologia tanto em âmbito acadêmico quanto em conjunto com a comunidade assentada da região de Franca e Ribeirão Preto, valorizando assim os diversos tipos de saberes. Ademais, o grupo como um todo tem trabalhado em conjunto com os/as trabalhadores/as do assentamento 17 de Abril de Restinga, SP para realizar a Feira da Reforma Agrária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca.

Ogrupo iniciou os estudos sobre o tema da agroecologia a partir do debate sobre o atual modelo de desenvolvimento agrícola, hoje conhecido como agronegócio, a fim de apresentar suas inviabilidades e contradições e que devido a suas características demonstra a necessidade de uma transição agroecológica de nossa agricultura.

O atual modelo de desenvolvimento de agricultura, em sua totalidade é baseado na monocultura e preza por uma produção em larga escala voltada para o mercado externo. Essa prática é recorrente no Brasil, visto que grande parte de suas terras cultivadas é utilizada para plantar cana-de-açúcar, soja e milho e outros produtos que depois são exportados para outros países, em sua maioria para China e para a Europa.

Para sustentar a produção em larga escala de um único produto é necessário o uso de venenos em grandes proporções, e isto se intensifica com a utilização das sementes transgênicas. Nesse sentido, é importante ressaltar que esse modelo carrega consigo grandes contradições, pois tanto a monocultura quanto os agrotóxicos – com a contaminação do ar, das águas e dos solos – comprometem a biodiversidade dos biomas existentes

no Brasil e no planeta o quetem desencadeado um processo de padronização da alimentação dos povos.

Ademais, é possível afirmar que esse modelo introduzido no Brasil, com a chamada revolução verde na década de 1970, além de apresentar essas características citadas anteriormente também trouxe uma mecanização do campo criando uma agricultura sem agricultores.[1]

Pode-se dizer então, que, o agronegócio se torna inviável na medida em que se fundamenta em uma produção alimentar baseada em venenos em nome dos monocultivos e, consequentemente, elimina a diversidade da natureza, padroniza a alimentação de seus consumidores e expulsa os agricultores do campo – elimina sua cultura e saberes construídos ao longo da história da humanidade.

Após essa discussão, o Coletivo de Produção do NATRA iniciou seus estudos mais diretamente voltados para a agroecologia. Esses estudos nos ajudaram a compreender que a agroecologia é uma ciência capaz de "dar suporte a uma transição a estilos de agricultura sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável"(CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 270).

A agroecologia

> é uma ciência que reúne conhecimentos de várias disciplinas, assim como conhecimentos e saberes dos agricultores e que tem suas orientações para além de aspectos tecnológicos, por incorporar variáveis socioeconômicas, culturais, políticas, culturais, ambientais e éticas da sustentabilidade" (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 270-276).

Portanto, a agroecologia não se preocupa apenas em salvar o meio ambiente, mas sim trazer uma luta política e econômica contra o agronegócio.

Os conhecimentos adquiridos nesses estudos foram compartilhados com o grupo, onde foi possível apreender que para haver uma transformação agroecológica de nossa agricultura é necessário que se fortaleça cada vez mais a discussão e defesa pela agroecologia.

---

[1] SORIANO, Rafael. Defender a agroecologia é defender novo modelo econômico e político. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/07/24/defender-a-agroecologia-e-defender-novo-modelo-economico-e-politico-afirma-sem-terra.html>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Em um movimento de ir além dos estudos teóricos, como descritos anteriormente, o grupo realizou duas visitas de campo em dois assentamentos da região, no qual a temática sobre agroecologia foi o enfoque.

Uma das visitas foi realizada no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto, SP com o objetivo de buscar a troca de saberes entre a comunidade da luta pela terra e o NATRA. Essa atividade teve a participação de membros de todos os Coletivos, procurando alcançar a construção de um saber horizontal e assim avançar nos estudos agroecológicos.

O assentamento Mário Lago, tido como referência latino-americana em produção agroecológica, reafirma uma forma alternativa de cultivo sustentável em uma região tomada em sua maior parte pelo agronegócio da cana-de-açúcar.

Fomos a três Sistemas Agroflorestais (SAFs), onde desde o início pode-se notar o comprometimento de toda a comunidade local em desenvolver-se em conjunto com um modelo sustentável de agricultura. Cada lote tinha uma particularidade, pois agroecologia envolve a produção de um sistema que busca fortalecer seus protagonistas, prezando a questão sociocultural dos indivíduos, construindo-se a partir do compartilhamento dos saberes técnicos e populares de seus membros, tornando assim o cultivo rico em diversidade, tendo grande variedade e quantidade de alimentos, sem o uso de agroquímicos e contrapondo-se, assim, a justificativa produtivista do agronegócio.

A conexão do trabalhador do campo com sua produção, observada nas visitas a campo, chamou a atenção do grupo, que, então, compreendeu a agricultura como processo social, tendo impacto direto na construção, do ser social e na formação das relações, uma vez que muitos dos assentados fizeram depoimentos mostrando como suas vidas mudaram durante e depois da transição para o modelo agroecológico. Foi ficando evidente para a comunidade como era falsa a necessidade de utilização de agroquímicos, o aumento da produtividade e a organização dos participantes para garantir o escoamento de seus produtos e a socialização dos saberes entre os SAFs.

Portanto, além de proporcionar o contato com a comunidade e a construção de um conhecimento popular, técnico e agroecológico, a visita fomentou união do NATRA como grupo e sua relação com os/as trabalhadores/as.

Já a segunda visita foi realizada no assentamento 17 de Abril de Restinga, SP, assentamento que o grupo já desenvolve algumas ações

na área da cultura e educação[2]. Essa visita fez parte do segundo dia do Seminário Nacional sobre o Programa Ecoforte[3] – evento organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nesse dia houve a visita a dois lotes do assentamento contemplados pelo programa Ecoforte, onde os produtores rurais desses lotes descreveram a experiência do processo de construção dos (SAFs) – o tipo de adubo, irrigação e a diversidade das plantações – e o detalhamento do processo de transição agroecológica, visto que segundo os produtores antes eles utilizavam venenos em suas produções. Portanto, foi possível perceber que nesses lotes os SAFs já estavam em andamento com mudas de árvores frutíferas, legumes e raízes consorciados. Ademais, há outros três lotes que construíram SAFs, sendo que todos eles estão sendo financiados pelo programa Ecoforte na compra das mudas, no sistema de irrigação e no projeto de plantação, além de contar com o auxílio de agrônomos e estagiários para desenvolver os projetos nos terrenos. O programa tem como objetivo nesses projetos recuperar a biodiversidade e fortalecer uma transição agroecológica no assentamento [4].

Dessa forma, essa visita foi fundamental para o grupo compreendero funcionamento da construção dos SAFs e, como se tem dado o processo de transição agroecológica no assentamento, dado que esse é princípio fundamental da agroecologia.

A partir desse processo preparatório, o NATRA em agosto irá chamar a comunidade unespiana e outros sujeitos sociais e políticos para a o início do Núcleo de Agroecologia e Direitos Humanos, cujo foco será pensar a agroecologia e sua interlocução com a área das humanidades.

---

[2] Atualmente, o NATRA desenvolve atividades na escola Leonor Mendes de Barros – do primeiro ao quinto ano – no assentamento 17 de Abril, com intuito de fortalecer a identidade camponesa das crianças e, consequentemente, a educação do campo, onde as atividades desenvolvidas são estudas e preparadas pelo Coletivo de Educação do NATRA. Porém, ao longo de seus 20 anos o grupo, já desenvolveu outras atividades no assentamento, como oficinas de gênero, cinema da terra, atividades voltadas para a informática e entre outras.

[3] O programa Ecoforte faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que foi inaugurado no ano de 2014 no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, tendo como financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

[4] DOLCE, Julia. Assentamento do MST é fortalecido pelo programa Ecoforte. Disponível em: <http://www..mst.org.br/2012/07/07/assentamento-do-mst-e-fortalecido-pelo-programa-ecoforte.html>. Acesso em: 17 de jun. 2017.

3 A FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA NO CAMPUS DA UNESP DE FRANCA.

Em conjunto com os/as trabalhadores/as do assentamento 17 de Abril de Restinga, o Núcleo Agrário Terra e Raiz está articulando a realização da Feira da Reforma Agrária na Faculdade de Ciência Humanas e Sociais de Franca. Os objetivos principais são: garantir um espaço de escoação da produção da agricultura familiar, e viabilizar o acesso a alimentação saudável por parte da comunidade acadêmica e da população do entorno. Os desdobramentos para a realização dessa atividade que é aparentemente muito simples, ainda estão em curso com entraves que só as motivações políticas e as características do atual modelo de universidade podem justificá-los.

A reforma agrária por ser uma política de desenvolvimento, deve viabilizar a reprodução dos assentados como pequenos produtores. No entanto, a atual conjuntura política nacional, que desencadeou a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e sua fusão com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), resultando assim no atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, representa um retrocesso significativo e sugere o desmonte dos programas de fortalecimento da agricultura familiar bem como os programas de créditos aos pequenos agricultores. Tal desmonte pode ser ilustrado pelos cortes anunciados ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que atingiram milhares de famílias de pequenos agricultores [5]. Sendo assim, a Feira da Reforma Agrária a ser realizada na universidade se coloca como alternativa de fortalecimento dos pequenos produtores assentados, já que garante espaço público para escoação da produção, gerando renda, aumentando e fortalecendo a participação social, a produção sustentável e a ampliação da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as do campo.

É notório ressaltar que a agricultura familiar enfrenta grandes dificuldades frente ao agronegócio, modelo de produção que recebe maiores investimentos, créditos e tem maior aceitação no mercado. Devido ao uso de agrotóxicos e outros químicos, e também a transgenia, o agronegócio produz e oferece ao mercado alimentos que atingem uma apresentação que beira a perfeição, com tamanhos e cores atraentes aos olhos do consumidor,

[5] De acordo com o texto publicado pela assessoria da deputada estadual Marcia Lia, do PT, em 17 de junho de 2016. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=372484>. Acesso em: 17 de jun. 2017.

obtendo grande aceitação e maior competitividade. No entanto, como já é sabido e discutido por inúmeros estudos, estes produtos carregam altos índices de químicos e agrotóxicos, cuja ingestão é relacionada ao aumento da chance de desenvolvimento de diversas doenças, dentre elas, o câncer (PIGNATI, 2014).

Os camponeses e agricultores familiares trabalham com grande diversidade de cultura e com manejos que nem sempre incluem o uso intensivo de veneno. A pluriatividade em si, contrapondo-se a monocultura promove uma relação diferenciada com o ambiente. No assentamento 17 de Abril alguns produtores já estão produzindo com manejos agroecológicos, o que garante a qualidade do produto a ser ofertado na feira. No entanto, tendo em vista que nem todos os agricultores do assentamento produzem de forma agroecológicao grupo acredita que a realização da feira na faculdade pode ser uma oportunidade para estabelecer esse debate com os agricultores.

Além disso, é necessário que o meio urbano participe da discussão a respeito do que é produzido no campo, pois disso depende a qualidade do alimento consumido nas cidades e se faz necessário uma conscientização e aproximação dos trabalhadores do campo com os da cidade, a fim de viabilizar a troca de conhecimentos e experiências, bem como o entendimento do processo de preparação da terra, plantio, colheita, até chegar às mesas como alimento a ser desfrutado.

A proposta ainda inclui a inserção e o fortalecimento da discussão de gênero no cenário da agricultura e a divisão de trabalho no espaço rural, fortalecendo a identidade da mulher enquanto produtora também no espaço da feira.

A partir disso, as ações teóricas e práticas do Núcleo ficaram na responsabilidade inicial do Coletivo de Produção do NATRA, que compartilha com os outros Coletivos os debates a respeito da importância e do impacto político e social de auxiliar a constituição de uma feira de reforma agrária dentro de uma universidade pública.

Nas primeiras ações o grupo como um todo se articulou com os trabalhadores do Assentamento 17 de Abril para dialogar com a Direção do campus, ocasião em que foi apresentado o projeto da feira no início do semestre de 2017. É importante ressaltar que o grupo executou essa ação sob as orientações das representantes institucionais da universidade. Porém, a diretora se mostrou contrária à realização desta atividade, alegando impedimentos institucionais da universidade para comercializar alimentos.

Nesse sentido, a fim de socializar com a comunidade acadêmica a relevância da feira, em conjunto com o assentamento 17 de Abril realizamos uma distribuição de alimentos, que assim como a feira, teve o intuito de trazer o diálogo entre as comunidades do campo e universitária, levantar a discussão da segurança alimentar com alimentos advindos de manuseios agroecológicos e de tal modo mobilizar apoio para que a feira possa se efetivar. O retorno da distribuição foi extremamente positivo, houve grande interesse dos estudantes, funcionários e docentes em apoiar a causa, repensar hábitos alimentares e diálogo comunicativo e popular com a comunidade rural.

Durante o primeiro semestre de 2017 o coletivo de produção também se aproximou da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS) da região de Franca, que auxiliou na construção dos saberes e contribuiu para o fortalecimento do NATRA e sua relação com a comunidade e com os aspectos burocráticos, que envolvem uma estrutura e discussão política. Também nesse semestre iniciamos a participação no Grupo Integrador em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP (GISSAN/UNESP).

Na continuidade do diálogo com a Direção do campus para viabilizar a feira o grupo apresentou um parecer jurídico da Universidade autorizando a realização da feira em outro campus da UNESP; ainda assim, a diretora solicitou outro parecer específico para a realização nesse campus. Após esperar o retorno da direção onde se passaram dois meses, o grupo partiu para uma nova ação: organizou um "abaixo-assinado" em defesa da realização da feira e que está sendo passado nas salas e departamentos da Universidade. O documento possui mais de 300 assinaturas e ainda em processo de busca de novas adesões. Essa experiência inicial, no entanto, mostrou o apoio e a compreensão da comunidade acadêmica a respeito da realização da feira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputada Universidade Pública e da produção científica compõe o processo de embate dos diferentes projetos societários em curso. A hegemonia do projeto do capital irá rebater diretamente dentro das universidades e na própria ciência, pois esta ainda que reclame o status da neutralidade em algumas áreas, na realidade, como construção histórica, traz as marcas dos sujeitos que a constroem.

O debate da questão agrária requer uma percepção crítica da realidade para que possa superar o enfoque tradicional hegemônico das ciências agrárias que direcionam as pesquisas e a produção do conhecimento para viabilizar um modelo de agricultura voltado para a produção em larga escala de um único produto, com uso intensivo de agrotóxicos, sementes transgênicas, com utilização de maquinário pesado e trabalho precário.

O debate sobre agroecologia coloca-se exatamente em contraposição ao modelo hegemônico vigente e, ainda com diferentes enfoques, busca trazer para o cenário a necessidade e a viabilidade de pensar modelos de agricultura sustentáveis do ponto de vista produtivo, econômico e social.

O NATRA, grupo que há mais de 20 anos promove o debate sobre a questão agrária e os movimentos sociais a partir de uma perspectiva classista, tem uma tradição de realização de trabalhos junto às comunidades assentadas e acampadas com uma metodologia freiriana, onde a extensão se efetiva como troca de saberes e enriquecimento mútuos dos diferentes sujeitos envolvidos. Essa perspectiva dialoga diretamente com o debate da agroecologia que pressupõe esse respeito e essa troca de saberes. A consolidação desse debate no âmbito do grupo, do campus e da universidade na realidade evidencia a disputa realizada dentro do espaço universitário por aqueles/aquelas que para além de fazer ciência, almejam uma sociedade mais justa e igualitária e uma Universidade democrática e popular.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L.(Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, 2015, p. 263-283.

LUKACS, G. **Ontologia do ser socia**l: Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Ciências Humanas. 1979.

MARX, K. **O Capital.** Volume V. São Paulo: Nova Cultural. 1988. Coleção os Economistas.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

PAULO NETO, J. Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasilia: CFESS/ABEPSS, 2009.

PIGNATI, W.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, A. C.**Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros.**Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 19, p. 4669-4678, 2014.

DOLCE, J. Assentamento do MST é fortalecido pelo programa Ecoforte. Disponível em: <http://www..mst.org.br/2012/07/07/assentamento-do-mst-e-fortalecido-pelo-programa-ecoforte.html>. Acesso em: 17 de jun. 2017.

SORIANO, R. Defender a agroecologia é defender novo modelo econômico e político. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/07/24/defender-a-agroecologia-e-defender-novo-modelo-economico-e-politico-afirma-sem-terra.html>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Cortes no PAA atingem 25 mil famílias agricultoras. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=372484>. Acesso em: 17 de jun. 2017.

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS: RESGATE, VALORIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMO FORMAS DE GARANTIR A SOBERANIA ALIMENTAR

Iasmin Odahra Fernandes Coelho*

Iodara.fernandes@gmail.com

RESUMO: A valorização e resgate dos saberes das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) têm importante papel na manutenção da Soberania Alimentar enquanto direito fundamental. Neste trabalho, busca-se diferenciar duas vertentes de importante atuação, a primeira evidenciando a necessidade urgente de conservar conhecimentos de comunidades e agricultores tradicionais sobre estas plantas, para que não corram o risco de extinguir-se, e a segunda explanando a necessidade de fomentar criação de mercado e escoamento de tais alimentos de modo a garantir que sejam comercializáveis, em contraponto à agricultura hegemônica.

Palavras-chave: Agroecologia. Direitos Universais. Alimentação

PLANTAS ALIMENTICIAS NO CONVENCIONALES: RESCATE, VALORIZACIÓN Y UTILIZACIÓN COMO FORMAS DE GARANTIZAR LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

RESUMEN: *La valorización y rescate de los saberes de las Plantas Alimenticias No Convencionales (PANCS) tienen un importante papel en el mantenimiento de la Soberanía Alimentaria como derecho fundamental. En este trabajo, se busca diferenciar dos vertientes de importante actuación, la primera evidenciando la necesidad urgente de conservar conocimientos de comunidades y agricultores tradicionales sobre estas plantas, para que no corran el riesgo de extinguirse, y la segunda explicando la necesidad de fomentar La creación de mercado y la salida de dichos alimentos para garantizar que sean comercializables, en contraposición a la agricultura hegemónica.*

Palabras clave: *Agroecología. Derechos Universales. Alimentación.*

INTRODUÇÃO

Na realidade agrícola pós Revolução Verde, a homogeneização dos hábitos alimentares é fato perceptível em regiões distintas do mundo, ocasionando a crescente deterioração da diversidade alimentar e agrícola (MEIRELLES, 2004). Almeida (2004), põe em foco a relevância das técnicas de diferentes povos, conservando a biodiversidade local em relação estreita e direta com a respectiva agricultura, mostrando que, ao extinguir a agrobiodiversidade própria em detrimento de cultivos massificados e exóticos, também se destrói a identidade da população rural.

Desta forma, recuperar e fomentar o conhecimento e manejo dessas plantas, as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS), cujo

* Discente do curso de Agroecologia na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

uso foi sendo deixado de lado em detrimento de poucas espécies cultivadas em larga escala, é fortalecer a Soberania Alimentar.

1 DESENVOLVIMENTO

Nesse sentido, a discussão sobre as PANCS se mostra extremamente necessária em dois vieses: a) como forma de resgate e valorização dos saberes e sabores dos agricultores tradicionais, urgente em um momento histórico onde "a desconsideração do saber-fazer tradicional facilita a aceitação do modelo cientificista e a consequente submissão do camponês" (DE BIASE, 2011); e b) de maneira "a cultivar, selecionar e domesticar espécies até então desprezadas ou subutilizadas como alimento" (KINUPP, 2007, p. 10), diversificando a oferta de alimentos no mercado, tornando-os mais acessíveis e explorando seu grande potencial nutritivo, fato que colabora até mesmo para o fortalecimento de uma agricultura de base agroecológica que, segundo Meirelles (2004) contribuiria para a permanência da população rural em seus locais de origem e também

para o já dito acesso a alimentos de boa qualidade nutritiva, como forma de garantir esse direito universal dos povos.

No Brasil, as duas linhas discutidas anteriormente ainda não alcançaram grandes proporções e, neste sentido, Kinupp (2007), esclarece que o homem moderno optou por especializar ao invés de diversificar a sua alimentação, afirmação que explica o fato de ser tão difícil encontrar alimentos diferentes daqueles que a população já está acostumada – visto que os agricultores dificilmente investirão em uma cultura sem escoamento garantido.

Porém, como nos mostra Kinupp (2009), essa visão poder ser transitória, uma vez que espécies atualmente vistas como culturas agronômicas tratadas como "mato" até muito pouco tempo, do mesmo modo que as PANCS são tidas hoje, e outras que foram muito usadas com o tempo caíram em desuso.

CONCLUSÃO

Para que as PANCS saiam do quase esquecimento em que se encontram e voltem a estar em voga e presentes no dia-a-dia, Kinupp (2007) mostra que se faz necessária a naturalização de tal conhecimento, não como solução total para o problema, mas como forma de iniciar uma

movimentação maior no sentido de trazê-las de volta à vida cotidiana. É importante que "além dos manejos sustentáveis, cultivos, pesquisas e marketing das espécies promissoras há, (…) a necessidade de preços competitivos, de controle de qualidade dos produtos e de produção em maior escala, criando assim as demandas e os mercados" (KINUPP, 2009, p. 3), de modo a evidenciar que este é um trabalho com a necessidade de um enfoque sistêmico, visão ampla e força de vontade para quebrar paradigmas e reconstruir relações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. **Revalorizando a agrobiodiversidade**. Revista Agriculturas**,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.4-5, nov. 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v1-n1-revalorizando-a-agrobiodiversidade/revalorizando-a-agrobiodiversidade/>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BREDARIOL, L. R. **Levantamento e caracterização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC'S) espontâneas presentes em um sistema agroflorestal no município de Rio Claro-SP.** 2015. 45 f. Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/139038>. Acesso em 23 jun. 2017.

BIASE, L. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 4-36, dec. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/128>. Acesso em: 20 jun. 2017.

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs): uma Riqueza Negligenciada.** In: 61ª Reunião Anual da SBPC. Anais (online). SBPC: Manaus, 2009. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/mesas_redondas/MR_ValdelyKinupp.pdf>. Acesso em 20 jun. 2017.

KINUPP, V. F..**Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS.** 2007. 562 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, Faculdade de Agronomia, Porto Alegre, 2007. Cap. 1. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/12870>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, Agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas,**

Rio de Janeiro, v. 0, n. 1, p.11-14, set. 2004. Disponível em: <http://orgprints.org/21244/1/Meirelles_soberania.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017

AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO: A AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO PARA A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E BUSCA DA SOBERANIA ALIMENTAR

Gil Ramos de Carvalho Neto*
gilrcneto@yahoo.com.br
Elisabete Maníglia**
manigliaelisabete@gmail.com

RESUMO: A agricultura é fundamental para a alimentação humana. Com o passar dos séculos, as crises agrárias modificaram as características da produção majoritária, tornando-a mais lesiva ao meio ambiente, excludente em relação às pessoas e insegura quanto às características dos alimentos. A agroecologia é uma proposta que permite ajustar esse cenário, promovendo os direitos fundamentais do homem e possibilitando a efetivação da soberania alimentar.

Palavras-chave: Direito à alimentação. Produção agrícola; Segurança alimentar; Soberania alimentar.

AGRICULTURA Y ALIMENTACIÓN: LA AGROECOLOGÍA COMO INSTRUMENTO PARA LA GARANTÍA DE DERECHOS FUNDAMENTALES Y BÚSQUEDA DE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

RESUMEN: *La agricultura es fundamental para la alimentación humana. Con el paso de los siglos, las crisis agrarias modificaron las características de la producción mayoritaria, haciéndola más perjudicial para el medio ambiente, excluyente en relación a las personas e insegura en cuanto a las características de los alimentos. La agroecología es una propuesta que permite ajustar ese escenario, promoviendo los derechos fundamentales del hombre y posibilitando la efectividad de la soberanía alimentaria.*

Palabras clave: *Derecho a la alimentación; Producción agrícola; Seguridad alimentaria; Soberanía alimentaria.*

INTRODUÇÃO

A história da agricultura revela todo o esforço e o engenho da humanidade em sua busca por aprimorar o conhecimento sobre as plantas e sobre as técnicas necessárias à sua produção em escala, de forma que a colheita seja suficiente para alimentar o grupo social pretendido.

* Mestrando em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Franca/SP e docente no curso de Administração na FACEP - Faculdade Centro Paulista de Ibitinga.

** Livre docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e foi professora adjunta de Direito Agrário e Direito Ambiental da UNESP. Atualmente é professora titular do programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP.

Essa história teve altos e baixos, de acordo com a própria evolução da humanidade, com a ocorrência de revoluções agrícolas periódicas e crises a elas intercaladas. Após a segunda Revolução Agrícola da modernidade, que incorporou as principais conquistas da Revolução Industrial, a agricultura acaba por ter um enorme ganho de produtividade – especialmente após os anos 1960/1970, mas as diretrizes propostas pela Revolução Verde ocasionaram diversos problemas ambientais, sociais e econômicos.

Dentre as propostas de agricultura alternativa, já existentes desde o início do século XX, a agroecologia é uma que se destaca. A preocupação com os aspectos sociais e ambientais da agricultura, bem como a utilização de uma base científica para lidar corretamente com os agroecossistemas, faz dela um dos modelos mais adequados para alcançar a efetividade dos direitos fundamentais dos brasileiros, bem como a soberania alimentar nacional.

1 DA AGRICULTURA À AGROECOLOGIA

O cultivo de plantas sempre esteve ligado, em maior ou menor escala, à necessidade alimentar do homem. Inicialmente a espécie humana era do tipo caçadora-coletora, ou seja, dependia de mudanças periódicas de local para continuar obtendo sua subsistência junto à natureza. Porém, o homem passa a ter sua fixação geográfica garantida a partir da descoberta de que as sementes das plantas poderiam ser colocadas no solo, germinar, crescer e frutificar. A espécie pôde deixar de se preocupar com a busca nômade por alimentação, afinal a cultura de grãos e plantas em local propício e que poderia ser escolhido pelo próprio homem resolveu a questão alimentar para seus semelhantes.

Uma vez que a fonte de alimentos estava inicialmente garantida, o homem pôde formar grupos maiores de semelhantes e, ainda, desenvolver melhor as maneiras de produzir vegetais visando seu próprio sustento. Para isso, foi necessária a domesticação de certas plantas como algumas espécies de trigo, batata, quinoa, abóbora e girassol, de acordo com sua disponibilidade nas diferentes regiões do planeta onde se estabeleceram grupos humanos, ao que se chamou Revolução Agrícola Neolítica (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 102-103).

Durante o passar dos séculos, seguiram-se outras revoluções agrícolas: a primeira Revolução Agrícola da Modernidade (utilização de campos sem pousio e com novas culturas nas rotações de solos cultivados,

além do uso de rebanhos para tração e fertilização) e a segunda Revolução Agrícola da Modernidade, que incorporou a motorização, a mecanização, a fertilização mineral, a seleção e a especialização relacionadas aos cultivos, cujos desdobramentos são os que ainda se fazem presentes na agricultura atual.

Assim, percebe-se que o avanço do conhecimento científico e das aplicações tecnológicas foram efetivamente aplicados na agricultura – especialmente a partir do final do século XIX e, de maneira mais intensa, após a Segunda Guerra Mundial – com ganhos incríveis de produtividade, mas com a geração de problemas econômicos, ambientais e sociais. A poluição por agrotóxicos, a desertificação de solos, o desemprego, o êxodo rural e a especialização exacerbada dos cultivos são alguns dos efeitos indesejados da produção agrícola nos moldes atuais.

Com a caracterização desses problemas, movimentos sociais em prol de uma agricultura alternativa deixaram de suscitar um discurso opositor de que a adesão a tal proposta seria uma volta ao passado. Movimentos favoráveis a uma agricultura não-convencional existem desde o início da agricultura nos moldes convencionais/industriais – datam do início do século XX – mas se intensificaram a partir dos anos 1960/1970, a partir da adoção dos postulados da Revolução Verde no meio agrícola.

Dentre as diferentes formas de agricultura não-convencional, podem ser mencionados a agricultura orgânica/biológica, a agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, agricultura natural, permacultura, agricultura regenerativa e a agroecologia. Tal variedade demonstra que há opções para uma alternativa ao modelo atual. Dentre todas elas, destaca-se a agroecologia por sua preocupação com os aspectos sociais e também com os socioambientais, tratando-se assim de um paradigma emergente (JESUS, 2005, p. 39-40).

A agroecologia, embora tenha sua origem ideológica no início do século XX, tem sido conceitualmente e estruturalmente formulada especialmente a partir da década de 1980. O emprego mais antigo do termo dizia respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de determinada cultura, em função das características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento. A partir da década de 1980, o termo adquire outra conotação: apresenta, através de uma base científica, uma série de princípios e metodologias para lidar com os agroecossistemas – que são os sistemas ecológicos alterados

pelo homem para produção de bens necessários à sua sobrevivência (FEIDEN, 2005, p. 53 e 61).

A agroecologia veio para responder aos anseios por um suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa e também para responder aos críticos que as consideravam como uma volta ao passado na agricultura (ASSIS, 2005, p. 178). Embora ela tenha origem parecida com a da agricultura orgânica, não são exatamente sinônimas: a agroecologia possui limites teóricos bem definidos e pretende que o encaminhamento da agricultura respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza àquela, enquanto a agricultura orgânica considera mais o contexto social em que a produção está inserida (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 73).

A produção agroecológica não faz uso de agrotóxicos nos processos de produção e de processamento do alimento e opta por adubos naturais – que geralmente resultam de outras atividades realizadas, como a criação de animais (DAMO, 2012, p. 142). Outras características relevantes para o meio ambiente são a substituição das monoculturas pelo modelo de consórcio entre espécies vegetais; a utilização adequada do solo; a criação de microclimas favoráveis ao plantio e o controle biológico de pragas (DAMO, 2012, p. 142-144).

Além dos benefícios evidentes à saúde pelo fato de se ter uma alimentação cujos componentes não foram submetidos à aplicação de agrotóxicos e que foram adubados naturalmente, a agroecologia também contribui nessa seara por se inserir em um processo educativo de apoio à emancipação alimentar dos sujeitos, ao se libertarem da pressão de consumo imposta pelo modelo de agricultura convencional e poderem determinar sua própria alimentação (DAMO, 2012, p. 144). Essa última contribuição vem de encontro com a ideia de soberania alimentar.

2 CONSTRUÇÃO CONCEITUAL: DA SEGURANÇA ALIMENTAR À SOBERANIA ALIMENTAR

As dificuldades da humanidade em garantir sua própria alimentação em razão de crises agrárias despertaram preocupações em âmbito global, além da busca pela superação do problema.

A segurança alimentar teve seu conceito construído ao longo do século XX, especialmente com os problemas de produção agrícola decorrentes da Primeira Guerra Mundial – razões que, inclusive, levaram

ao surgimento do Direito Agrário – e cujo detalhamento variou conforme a evolução do entendimento sobre o direito humano à alimentação.

Inicialmente, a ideia de segurança alimentar era relacionada aos aspectos de segurança nacional de cada país, bem como à capacidade de os países alimentarem toda a sua população. A principal ferramenta utilizada para viabilizar a alimentação nesses moldes era a assistência alimentar – com a utilização de excedentes de alimentos – que exigia uma política de estocagem estratégica de gêneros alimentares pelas nações para que a mesma fosse possível.

As guerras mundiais afetaram a produção agrícola de muitos países, o que resultou no crescimento do comércio internacional de alimentos. De forma a possibilitar uma destinação a algumas substâncias químicas empregadas nos grandes conflitos mundiais do início do século XX, passou-se a empregá-los na indústria alimentar. Todo esse novo cenário evidenciou as disparidades nas legislações nacionais que tratavam da matéria alimentar, questão que precisava ser discutida – até mesmo porque a adesão à utilização dos químicos na agricultura era uma novidade. Em consequência, a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), integrantes da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), fizeram as primeiras reuniões conjuntas em 1950 para tratar do tema (WOLFF, 2015). A partir de então, a segurança alimentar agrega um enfoque sanitário ao seu conceito.

Nos anos 1970, a ocorrência de nova crise alimentar gerou o entendimento de que segurança alimentar seria uma questão ligada à produção de alimentos e não ao direito à alimentação. Essa visão tem inspiração nitidamente produtivista e neomalthusiana (VALENTE, 2002, p. 41).

Na mesma época, a FAO passou a liderar os debates internacionais sobre alimentação, o que permitiu o alargamento da concepção de segurança alimentar para além das questões sanitária e de abastecimento. A Conferência Mundial sobre a Alimentação de 1974, promovida pela entidade, reconheceu o problema da fome como resultado de circunstâncias históricas. No final dessa década, a produção de alimentos volta a aumentar e o planeta passa a perceber que a fome é um problema de acesso aos gêneros alimentares, e não de sua produção. O aumento da população não mais preocupava, pois havia formas de produzir muito e também avanços tecnológicos constantes (MANIGLIA, 2009, p. 126).

Em 1983, a FAO apresentou um novo conceito de segurança alimentar, baseado em três objetivos: oferta adequada de alimentos,

estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e segurança no acesso aos alimentos ofertados. O Banco Mundial, em 1986, apresentou uma definição de segurança alimentar como sendo "o acesso por parte de todos, todo o tempo, a quantidades suficientes de alimentos para levar uma vida ativa e saudável" (MANIGLIA, 2009, p. 126).

Na década de 1990, com o surgimento e incorporação do conceito de sustentabilidade nas discussões sobre meio ambiente, o conceito de segurança alimentar foi novamente alterado. Incorporaram-se ao conceito, dentre outras questões, noções de alimento seguro, qualidade do alimento e informações sobre os alimentos. O direito à alimentação, a partir de então, começou a se inserir no contexto do direito à vida, à dignidade e à autodeterminação, dentre outras necessidades básicas do ser humano (MANIGLIA, 2009, p. 126).

O Brasil iniciou tardiamente sua preocupação com a segurança alimentar. As lutas sociais decorrentes das opções econômicas feitas pelos Planos de Desenvolvimento dos anos 1970 despertaram os governantes para as questões da fome e da miséria e, em 1985, o Ministério da Agricultura utiliza pela primeira vez o termo no documento "Segurança Alimentar: proposta de uma política de combate à fome". O objetivo brasileiro, inicialmente, era o mesmo da comunidade internacional à época: atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos (GRASSI NETO, 2013).

A conquista não esfriou os ânimos dos movimentos sociais, que continuaram sua luta contra a fome e a miséria no Brasil. Somando-se a iniciativas civis, como a Ação pela Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida, do sociólogo Herbert de Souza, os primeiros anos da década de 1990 acabaram por ser o marco do início de uma política de segurança alimentar brasileira. O governo Itamar Franco (1992-1994) efetuou o mapeamento da fome no país por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

O CONSEA foi um dos principais responsáveis pela inclusão, de forma efetiva, da segurança alimentar na agenda política brasileira (VALENTE, 2002, p.45). Ainda assim, o conselho chegou a ser extinto em no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), sendo substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária – que não manteve o foco na questão alimentar. Somente com a mudança de governo o CONSEA foi recriado, retomando-se a política de combate à fome e de segurança alimentar no Brasil através do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

O CONSEA promoveu a retomada e continuidade dos eventos e debates sobre as questões alimentares e, em decorrência dos mesmos, foi construído um conceito de segurança alimentar brasileiro. Este conceito foi incluído na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006) e consta do artigo 3º, que diz

> A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A construção do conceito de segurança alimentar no âmbito internacional, aliada à forma como o setor agroalimentar foi se estruturando, gerou debates de movimentos sociais quanto aos rumos da alimentação no globo. Os resultados de tais debates viriam resultar na conceituação de soberania alimentar.

Na década de 1990, surgiram os primeiros sinais de busca por estabelecer um conceito concorrente com a segurança alimentar, quando da realização da II Conferência da Via Campesina, realizada em Tlaxcala (México), no mês de abril de 1996. Sessenta e nove organizações políticas de 37 países participaram desse evento. No mesmo período do evento, ocorreu o massacre de 19 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado do Carajás, no estado do Pará (Brasil) – a comoção internacional decorrente acabou por favorecer a difusão do ideário que futuramente geraria o conceito de soberania alimentar e também o aumento do debate sobre os males do momento de desenvolvimento em andamento (ALEM *et al*, 2015).

O debate a partir de então se norteou pela perda da capacidade dos governos nacionais de elaborar e promover um conjunto de políticas públicas agrícolas e alimentares capazes de garantir a segurança alimentar de suas populações, no contexto da progressiva internacionalização da economia imposta pela globalização (VALENTE, 2002a, p. 116).

A Via Campesina – organização popular internacional – veio a ser a responsável pela elaboração do conceito de soberania alimentar. De acordo com Vieira:

> [...] o conceito de soberania alimentar surgiu em contraposição à ideia de segurança alimentar defendida pela FAO e por ONGs internacionais, segundo a qual deveria ser produzida em cada país uma quantidade suficiente de alimentos e esta

> alimentação básica deveria estar à disposição de todos os indivíduos. No conceito de soberania alimentar, igualmente importante é o tipo de alimentação que é produzida, como ela é produzida e em que escala. (VIEIRA, 2014, p. 7)

Assim, a soberania alimentar, segundo Meirelles (2004, p. 1) incorpora várias dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – que estão relacionadas a diversas questões, como: ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis.

Para Alem *et al* (2015), os dois conceitos mencionados divergem em razão da forma que motivou o seu surgimento. O conceito de segurança alimentar, mais amplo e antigo, surgiu em razão das condições criadas pelo aparecimento de um paradigma tecnológico, relacionado à existência de oligopólios. Já a formulação do conceito de soberania alimentar envolveu os movimentos sociais, setores das camadas mais populares e outros atores sociais pelo planeta.

Dessa forma, o conceito é uma espécie de "guarda-chuva" que inclui a ideia de segurança alimentar, já que também se discute sobre a quantidade básica de alimentos *per capita*, mas a extrapola, uma vez que ainda debate as condições de produção e as escolhas coletivas com relação à alimentação dos povos (VIEIRA, 2014).

Assim, o conceito de soberania alimentar veio do debate dos diferentes atores sociais e movimentos sociais do planeta e inclui a preocupação com a segurança alimentar, mas também busca atenção para o tipo de alimentação que é produzida, bem como a forma pela qual essa alimentação é produzida e em que escala isso ocorre.

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS AO CENÁRIO DA ALIMENTAÇÃO

Para que se possa falar em direitos fundamentais, uma vez que estes são decorrentes dos direitos humanos, foi necessário inicialmente o estabelecimento de um regime internacional para a proteção dos direitos humanos, o que se efetivou com a positivação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Esse regime internacional se tornou possível em razão da determinação da humanidade em evitar as atrocidades que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O Direito Internacional, a partir de então, condicionou os Estados soberanos a observarem tais garantias supranacionais, cenário ratificado com a positivação de normativa mais específica sobre os direitos em questão – o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ambos em 1966 (BOSSELMANN, 2015). O Brasil ratificou os pactos acima mencionados, incorporando-os à legislação pátria por meio de decretos legislativos.

Esses direitos são considerados universais – em razão de se aplicarem a todos os seres humanos, bem como indivisíveis. De acordo com o conjunto de tais normas, para Valente (2002, p. 40) cabe às sociedades humanas, sob a responsabilidade estatal, cumprir as obrigações de respeitar, proteger e realizar os direitos humanos de cidadãos e grupos populacionais residentes em seu território.

Ocorre que os direitos humanos se diferenciam dos direitos fundamentais, de acordo com a doutrina. Os direitos humanos são os direitos que possuem validade universal, reconhecidos por meio de tratados e inerentes ao ser humano, enquanto os direitos fundamentais são aqueles que são reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de um país.

Nesse contexto, importante frisar que o direito à alimentação adequada é considerado como sendo um direito humano – contemplado no artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que afirma:

> Artigo 25
>
> 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, **inclusive alimentação** *(grifo nosso)*, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (UNICEF, online)

Reforçando tal disposição universal, o Pacto também prevê a alimentação como direito humano nos seguintes termos:

> ARTIGO 11
>
> 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, **inclusive à alimentação**, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria continua de suas

> condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.
>
> 2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o **direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome**, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para:
>
> a) Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais;
>
> b) Assegurar uma repartição eqüitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios (grifos nossos). (BRASIL, 1992)

A relevância de tal direito, porém, é tão grande que o legislador brasileiro também o reconheceu como sendo um direito fundamental, incluindo-o no capítulo dos direitos sociais da Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 90/2015, conforme segue (BRASIL, 1988):

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifo nosso).

Pelo conjunto das normas apresentadas, assim, percebe-se que o direito à alimentação é, simultaneamente, direito humano e direito fundamental da República Federativa do Brasil. Trata-se de direito fundamental de segunda geração – direitos sociais – que pressupõe uma prestação positiva por parte do Estado, de forma direta ou indireta, possibilitando melhores condições de vida aos mais necessitados, inseridos em situações sociais desiguais. Liga-se, assim, ao princípio da igualdade (SILVA, 2009, p. 286-287).

Existem outros direitos fundamentais que estão ligados à temática da alimentação sustentável. O direito à vida – pressuposto mínimo para que se possa fazer opção por formas de se alimentar e escolher de onde obter seu alimento – é o principal deles. O direito à saúde, outro dos direitos fundamentais de segunda geração, também é muito relevante na seara alimentar. Na terceira geração de direitos fundamentais, também há aqueles direitos que são relevantes para o cenário de produção de alimentos – como o direito ao meio ambiente e o direito ao desenvolvimento.

Uma produção agrícola que permita atender à necessidade alimentar, possibilitando a realização dos direitos à vida e à alimentação adequada, bem como à saúde, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento, é aquela que permitirá que os fundamentos da República Federativa do Brasil sejam atendidos – dentre eles, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho.

CONCLUSÕES

Ainda nos dias atuais, para que a humanidade produza eficazmente o seu alimento é necessário fazer opção por uma forma de produção agrícola que seja efetivada na prática. A produção de um alimento saudável e seguro deve levar em consideração as características técnicas aplicadas no processo produtivo.

Uma opção pela agroecologia terá implicações na garantia de direitos humanos e de direitos fundamentais. Por sua própria estruturação – permitir uma produção que mantenha um agroecossistema sustentável, alguns direitos fundamentais serão resguardados. A colheita agrícola será obtida sem a utilização de químicos e com maior inclusão social na produção, o que contribui para a efetivação dos direitos à saúde e ao trabalho. As técnicas utilizadas serão cientificamente selecionadas, o que permite que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seja respeitado. Ao respeitar todos esses direitos fundamentais mencionados, o direito fundamental à vida – com o cumprimento do fundamento republicano de dignidade da pessoa humana – também será atendido. E a disseminação dessa forma de produção contribuirá também para o direito ao desenvolvimento (sustentável, inclusive).

Quanto aos postulados da segurança alimentar e nutricional, a agroecologia pode contribuir para o direito à alimentação adequada do homem – uma vez que lhe permitirá o acesso a alimentos de qualidade

nos termos do conceito de SAN e respeitando suas disposições. Por sua vez, quanto à soberania alimentar, além do respeito aos pontos em que esta coincide com aquele outro conceito, a agroecologia também permite a conservação e controle da base genética do sistema alimentar e possibilita relações comerciais mais justas e solidárias em torno do alimento. Evidencia-se que a dignidade da pessoa humana estará garantida – a alimentação será adequada e segura, atendendo à sustentabilidade e contribuindo para um país mais independente dos interesses das multinacionais alimentares.

REFERÊNCIAS

ALEM, D. ; OLIVEIRA, G. G. ; OLIVEIRA, J. ; IMBIRUSSÚ, E.. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. XX Encontro Nacional de Economia Política. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_oliveira_seguranca_alimentar.pdf.

ASSIS, R. L. Agroecologia: visão histórica e perspectivas no Brasil. In: AQUINO, Adriana Maria de; _____. **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 173-184.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente.** Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

BOSSELMANN, K. **O princípio da sustentabilidade:** transformando direito e governança. Tradução: Phillip Gil França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 24 jul. 2015.

_____. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm**>. Acesso em 24 jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm**>. Acesso em: jul. 2017.

DAMO, A. Algumas considerações sobre agroecologia e produção orgânica de alimentos. **Ambiente & Educação.** Rio Grande, v. 17, p. 139-154, 2012.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (Ed). **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 49-70.

GRASSI NETO, R. **Segurança alimentar:** da produção agrária à proteção do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional. História e Filosofia. In: AQUINO, A. M. ; ASSIS, R. L. (Ed). **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 21-48.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: Agriculturas. Vol. 1, nº 0, setembro de 2004, págs. 11-14. Disponível em: http://orgprints.org/21244/1/Meirelles_soberania.pdf. Acesso em 24 jul. 2017.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 32. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

UNICEF. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 24 jul. 2017.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: _____. (Org.). **Direito humano à alimentação:** desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002. p.37-70.

_____. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: _____. (Org.). **Direito humano à alimentação:** desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002. p.103-136.

VIEIRA, F. B. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf. Acesso em 24 jul. 2017.

WOLFF, Ana Carolina. **Direito à soberania alimentar e ao patrimônio cultural:** perspectivas para uma alimentação identitária. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

EIXO 3: AGRONEGÓCIO E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA SOCIAL, NA SAÚDE E NO TRABALHO

A PRIVATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL E SUA FUNCIONALIDADE AO AGRONEGÓCIO NO CAPITALISMO MULTINACIONALIZADO: AS CONTROVÉRSIAS DO ESTADO, CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO, TERRA E DIREITO

Maria das Graças Osório P. Lustosa*

mariagracas@id.uff.br

RESUMO: Este trabalho propõe contribuir ao debate sobre as tendências do padrão de desenvolvimento agrário no Brasil, tendo como foco as alterações recentes das relações de propriedade da terra,seus impactos ao trabalho e a produção agrícola. Confrontam-se a ampliação da privatização das terras por capitais estrangeiros com as condições de produção,reprodução e o direito à terra entre os sujeitos aí inseridos. Considera-se que as condições diferenciadas e desiguais no usufruto dessas estratégias são permeadas por contradições colocando em questão o modelo de reforma agrária como política pública,donde as controvérsias da privatização/internacionalização de terras provocam desafio sao conhecimento social.

Palavras-chave: Privatização. Internacionalização da Propriedade. Estado. Trabalho. Reforma Agrária.

LA PRIVATIZACIÓN DE LA TIERRA EN BRASIL Y SU FUNCIONALIDAD AL AGRONEGOCIO EN EL CAPITALISMO MULTINACIONALIZADO: LAS CONTROVERSIAS DEL ESTADO, CONTRARREFORMA AGRARIA DE MERCADO, TIERRA Y DERECHO

RESUMEN: *Este trabajopropone contribuir al debate sobre lastendenciasdelpatrón de desarrolloagrarioen Brasil, teniendo como foco lasalteracionesrecientes de las relaciones de propiedad de latierra, sus impactos al trabajo y laproducción agrícola. Se enfrentan a laampliación de la privatización de lastierras por capitalesextranjerosconlas condiciones de producción, reproducción y elderecho a latierra entre lossujetosallí insertados. Se considera que las condiciones diferenciadas y desiguales enelusufructo de esasestrategiasestán impregnadas por contradiccionesponiendoencuestiónel modelo de reforma agraria como política pública, de donde lascontroversias de laprivatización / internacionalización de tierrasprovocandesafíos al conocimiento social.*

Palabras clave: *Privatización. Internacionalización de la Propiedad. Estado. Trabajo. Reforma Agraria.*

INTRODUÇÃO

As sociedades capitalistas, tanto as avançadas desde os anos de 1970, como as situadas na periferia do sistema do capital como o Brasil, a partir dos anos de 1990 vivenciam contextos de expressivas mudanças

* Professora Associada (Aposentada) UFF-ESS Niterói/R.J. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Desenvolvimento Regional – PPGSSDR.

na regulação de suas estruturas físico-geográficas que repercutem nas esferas sociais, econômicas, políticas,atingindo, de forma diferenciada, os segmentos que atuam no setor rural, os trabalhadores e os proprietários de terras. Tais mudanças se manifestam nas formas desiguais e discrepantes no direito à propriedade de terras, os sistemas de produção e as relações sociais. De modo especial, os trabalhadores rurais os quais se deparam com obstáculos ao acesso à terra, cujas razões são dissimuladas nos propósitos da"modernização agrária",agravadas nas décadas recentes, diante das relações multinacionalizadas da propriedade.

A análise acerca dessas tendências do padrão de desenvolvimento rural no Brasil, tem como foco as relações de propriedade e de produção, e seu significado as classes rurais, aos trabalhadores, especialmente os latifundiários ligados ao agronegócio, somados ao uso dos "demais acessórios"[1] a exploração da terra, para os objetivos de reprodução do capitalismo monopolista; a água, vegetação, etc. Como sinalizou Karl Marx no Livro três de O Capital, conforme veremos a seguir.

Tal exegese nos remete, ainda que de forma breve, examinarmos aspectos da gênese das formas de apropriação das terras no Brasil, visto as desigualdades entre os sujeitos ali inseridos. Assim, o florescimento e recrudescimento desses fatos em áreas rurais do país,visto à ampliação da apropriação de terras por interesse de capitais estrangeirosa expansão de "commodities agrícolas mostram que este fato não se constitui uma novidade do Brasil moderno, como veremos a seguir.

Esta análise se apóia no materialismo histórico-crítico e provém de pesquisas sobre as reconfigurações da questão agrária brasileira denotando certas particularidades da formação sócio-histórica brasileira, à indissociável relação da totalidade social e os três fatores de produção, terra, trabalho e capital, envolvendo o Estado as classes sociais. A hipótese aqui proposta tem por base que: a distribuição desigual da terra privilegia mais os interesses econômicos do agronegócio com vistas à extração de renda e excedentes, em detrimento da reforma agrária proposta pelos trabalhadores, e agravam as desigualdades e os direitos sociais.

Assim, constata-se que, a distribuição da propriedade da terra no Brasil mantém um modelo desigual e concentrador de terras desde o período colonial. Naquele contexto foi criado o primeiro instrumento jurídico- formal de regularização da terra no país,através da Lei de Terras

[1] MARX, K. Livro III de O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo Global da Produção Capitalista. Livro 3 Vol. VI. P. 707.

no ano de 1850, sendo promulgada pelos donos de terras e senhores de escravos. Tal instrumento transferiu ao âmbito particular, o domínio e a posse da terra, considerado como direito absoluto, daí o fundamento da histórica de legitimação do latifúndio brasileiro e razão das dificuldades de atribuir à terra sua função social. (MARTINS, 2000, p. 123). Séculos depois foi promulgada a criação do Estatuto da Terra em 1964, através da Lei 4.505 de 30 de novembro de 1964, na qual foram definidas as funções da política fundiária brasileira, fato este que,segundo Martins representava naquela conjuntura, uma primeira ação de "[...] retomada do domínio das terras por parte do Estado"[2]. (MARINS, 2000,Idem, p.123). Conforme reconheceram os trabalhadores, a referida Lei mais parecia favorecer,embora de forma dissimulada, os interesses capital, por sua vez, apontava para uma espécie de sintonia entre o desenvolvimento dos setores rural com o urbano. Mas, o foco na industrialização do país, nada mais era, do que o intento em alinhar o desenvolvimento do processo de industrialização e agricultura.

Como nos mostra a análise de Abramovay, depois dos anos de 1964, o capitalismo do Brasil se desenvolveu como nunca, e este avanço na própria agricultura foi mais acelerado do que em qualquer outro momento da história, sem reforma agrária, visto que "a burguesia não apoiou a reforma agrária". (ABRAMOVAY, 1986, Idem p. 14) Para este autor,

> [...] a pequena produção seria instalada num processo reformista, na medida em que esta é que estaria especialmente voltada a [...]produção de alimentos", e poderia contribuir "[...] se não, reverteria, pelo menos interromperia o processo do êxodo rural. (ABRAMOVAY, Idem, pag. 16)

Desde a aprovação do Estatuto da Terra em 1964 intensificaram-se no Brasil o interesse pela propriedade privada, daí"[...] o processo de monopolização da terra por grandes latifundiários, empresas de capitais estrangeiros e nacionais, davam início à chamada contrarreforma agrária [...]". (IANNI, 1981, p. 23).O Estado, além do Estatuto criou outras instituições e instrumentos burocráticos voltadas a modernizar a estrutura agrária e evitar conflitos no campo, mas, sua proposta era mesmo aumentar a produtividade agrícola e a criação de uma classe média rural de perfil empresarial.

[2] Os inúmeros estudos que tratam dos desdobramentos históricos sobre a criação e o cumprimento desses instrumentos jurídicos sobre a propriedade da terra no Brasil, além dos limites deste ensaio dispensam alongamentos desta discussão.

Contudo, outro fenômeno ressurge nas últimas décadas, mas, com outra roupagem: ampla internacionalização das terras brasileiras. Este teve origem no governo militar, entre os anos de 1964 e 1971, décadas da criação e a homologação da "A Lei nº 5.709/71 que consagrava todas as restrições e aberturas para o capital estrangeiro chegar à propriedade da terra no Brasil" "[...]. No entanto, diz Oliveira, esta Lei também permitia cometer fraudes, ou seja, ultrapassar os limites da própria lei". (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Atualmente, há uma intensificação da internacionalização da propriedade privada da terra,cuja reedição no Brasil[3], da apropriação, domínio e o comando de capitais privados nacionais e estrangeiros combinam dois fatores agrários de produção,no entanto, este não se restringe aterra, inclui a produção e a exploração/extração de outros fatores naturais criadores de riquezas: água, vegetação, minerais,etc"acessórios dela"[4]das relações de produção(MARX, 1991, p.706-7). Assim, o interesse dos capitalistas não se restringe a apropriação da terra, como parece, em sua imediaticidade. Ou seja, a terra serve aos interesses do capital financeiro que, através da captura da renda e do excedente econômico, ultrapassam os limites físico-geográficos dos espaços rurais. Soma-se à produção de excedentes, a circulação das mercadorias em âmbito mundial, cujo fundamento teórico Marx constatou como a "[...] moderna forma de propriedade fundiária, "[...] oriundas da aplicação do capital na agricultura". (MARX, 1991, p. 706).

Portanto, em tempos de crises do sistema capitalista é impossível dissociar esses fatos, das relações sociais e de produção, comas formas de intervenção do Estado nos setores da economia agrária,donde as reformas estruturais equivalem as imposições do capitalismo financeiro multinacionalizado, à busca a extração do lucro e excedentes econômicos. Evidencia-se aqui a atenção à prevalência do setor agrário no país, em

[3] Existem no Congresso brasileiro, além de projetos de Lei, as"MPs, a 756 e a 758 – ampliam as possibilidades de exploração em terras da Amazônia, e do estado do Pará".Disponível:https://www.cartacapital.com.br/politica/mps-756-e-758-ampliam-exploracao-na- amazonia-entendas. Extraído em 19/5/2017. Além destas, a "MP759destinada a entregar 88 milhões de hectares ao mercado imobiliário, e criar um mercado privado de terras"Disponível em https://www.cartacapital.com.br/politica/a-mp-759-coloca-o-brasil-a-venda. Extraído em 19/05/2017.

[4] Os grifos são meus. Ver essa concepção dos acessórios da terra na explicação de Karl Marx sobre o conceito de terra para apreender a finalidade e o significado da renda fundiária no capitalismo, conforme o Livro 3 de O Capital, Vol. VI Capítulo XXXVII.

tempos de crise, quando: por um lado, a intensificação dos conflitos[5]entre os trabalhadores rurais sem-terra e os grandes proprietários, onde os primeiros lutam e questionam o recuo crescente da reforma agrária como política de Estado. Em contrapartida, pesquisas mostram um avanço exponencial de apropriação da propriedade da terra por capitalistas estrangeiros e nacionais, além de fusões e aquisições não apenas de terras, mas, de grandes conglomerados de indústrias capitalistas sulcroalcooleiras, de energéticos do agronegócio,etc.,ligados à produção de monoculturas, em especial,da cana-de-açúcar,que se efetivam além de outras regiões, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso[6]. Latifundiários e usineiros beneficiam-se com a concessão de grandes extensões de terras nas regiões brasileiras[7], destinadas ao desenvolvimento do sistema de produção de monoculturas, especialmente, nos setores acima citados.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Breves apontamentos históricos sobre as relações de propriedade no Brasil

A História do Brasil foi construída desde a colonização, como uma história em que sempre faltou terra para aqueles que dela precisam para sobreviver. Nos anos de 1960 Caio Prado em seu estudo intitulado Contribuição para a análise da Questão Agrária já mostrava que "[...] mais da metade da população do país dependiam para seu sustento, da

[5] Segundo OLIVEIRA, em 2015, o número total de ocorrências de conflitos no campo foi 1.217, contra 1.286 em 2014, e, envolveu mais de 816 mil pessoas. Os assassinatos foram 50 ante os 36 casos de 2014, portanto, aumento de 39%, embora, tenha diminuído um pouco o número de conflitos. Assim continua ampliando-se a barbárie no campo brasileiro". (OLIVEIRA, 2015, p. 33).

[6] Verificar principalmente os trabalhos de Ariovaldo Umbelino, Sabrina Cruz, Raquel Sant'Ana.

[7] O crescimento da apropriação de terras por capitais estrangeiros vem desde os tempos da ditadura, quando da criação da Lei 5.709 criada para essa finalidade. Oliveira registrou a existência dessa apropriação ocorrida entre os anos de 1964-1970. Em sua síntese, mostra que a CPI criada pelos militares para identificar quem eram esses proprietários estrangeiros, mostrou que "(...) mais de 20 milhões de hectares de terras brasileiras, mais de 15 milhões se encontrava na Amazônia pertenciam a grupos estrangeiros. Afirma o autor,"(...)uma superfície do tamanho de Estados brasileiros) pertenciam a estrangeiros". (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

utilização da terra, ou seja, naquele tempo eram 30 milhões de brasileiros"[8]. (PRADO Jr.1979, pag. 15).

Formavam-se ali a histórica distribuição desigual da propriedade da terra, afora a obtenção das terras mais favoráveis e com recursos naturais de mais qualidade, como água, vegetação, etc, para os latifundiários. Além dos que não possuíam terra alguma. Isso significa que a terra sempre foi tratada na história sem qualquer ligação com os sujeitos humanos que nela trabalhavam e dela tiravam seu sustento e de sua família. Mas, esses fatos ainda são insuficientes para explicar a lógica de reprodução capitalista, no que se refere a relação entre o desenvolvimento da produção e seus impactos às classes trabalhadoras, especialmente, em relação as condições de produção e reprodução destas. Como percebeu Marx sobre essas contradições, em sua crítica afirmou que, "está na natureza da produção capitalista o decréscimo contínuo da população agrícola em relação á não agrícola" (LUSTOSA, 2012, Apud MARX, p.131). Isso significa que na divisão social do trabalho na produção capitalista, em particular, na agricultura, a lógica do sistema de produção de mercadorias implica na redução de capital variável, exigindo assim a ampliação de "[...] novas terras [...], a despeito do crescimento da população não agrícola"[9]. Assim, países como o Brasil tem como característica fundiária um alto índice de concentração da terra, e tendência a garantir a produção agrícola à exportação de mercadorias, atribuindo valor a esta produção na agricultura. Mas, quais os impactos ao trabalho e a relação deste com as desigualdades de classes sociais?

A intensificação dessa lógica decorre das transformações capitalistas, em especial,da contrarreforma do Estado nos anos 90comimpactos negativos sobre o mundo do trabalho. A expressão maior dessas relações fundiárias traduz-se na evidência do esgotamento das condições de reprodução da pequena produção familiar em áreas rurais, face a redução desses segmentos nessas áreas. Atualmente "o Brasil possui 15% de população rural (ou 35% de acordo com os conceitos da nova ruralidade), a agricultura familiar ocupa 24,3% da área agricultável,

[8] Para Prado o Recenseamento de 1950 mostrou que no Brasil, "85 % dos pequenos estabelecimentos ocupavam somente 17% da área recenseada, isto é, menos de 100 ha, e os médios produtores correspondiam a 6% do total ocupavam 8% da área, com tamanho entre 100 e 200. Os grandes produtores apenas a 9% ocupavam 75% do total dos estabelecimentos, com áreas constituídas por 200 ha e mais.

[9] Ver MARX, K. Livro 3 Vol. VI. P. 730-31.

produz 70% dos alimentos consumidos e emprega 74,4% dos trabalhadores rurais"[10].

Constata-se que a reestruturação produtiva sob o comando do capital agrário multinacionalizado reitera a histórica configuração de um país com alta concentração da propriedade fundiária."Entre 2003-2010 as grandes propriedades aumentaram sua área de 92,1 milhões de hectares, passando de 146,8 milhões de hectares em 2003 para 238,9 milhões de hectares em 2010". (OLIVEIRA, 2015, p. 31-32) Segundo o DIEESE,"o Índice de Gini que mede a concentração fundiária, passou de 0,836, em 1995/96, para 0,849, em 2006"[11].

A história mostra que desde o descobrimento do Brasil, os colonizadores já reconheciam nas características da estrutura físico-geográfica das terras brasileiras, em sus condições climáticas sua vocação à exploração do sistema de monoculturas, especialmente, a exploração de cana- de açúcar. Tais bases afloraram a instalação do trabalho escravo no país, precedido pelo trabalho dos povos nativos e os indígenas. (PRADO,1998, p. 32-34). Como sinalizou Caio Prado, a terra ali se constituía um dos recursos naturais, determinantes à apropriação de um território fecundo à exploração dos negócios mercantis à cana de açúcar, um setor que apresentava amplo valor comercial em países da Europa (PRADO, Idem, Op. Cit).Este autor mostrou que o regime de propriedade no Brasil, baseado em vastas extensões de terras férteis destinavam-se às grandes plantações como exigia o cultivo da cana- de açúcar, condição natural que consagrou ao longo do desenvolvimento da história do país,um tipo de "[...] exploração agrária "[...]cuja característica essencial, é a utilização da "grande propriedade". (PRADO, 1998, Idem, pag. 33). Não é objeto desta discussão adentrar num exame cronológico sobre essa vocação. Mas, apenas pontuar que,essa combinação entre a grande propriedade e o sistema de produção de monocultura são fatores centrais às particularidades do capitalismo agrário na formação social brasileira.

Verifica-se que a expansão de capitais estrangeiros no país e a aquisição de terras, a partir dos anos de 1990guarda significados importantes ás apreensão das mudanças no mundo do trabalho e suas refrações a questão

[10] Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-fim-da-reforma-agraria, acesso em 19/5/2017.Economia. Campo.O fim da reforma agrária? Gustavo Noronha* — publicado 20/04/2017.

[11] Cap. 6 pag. DIEESE, SPPE-FAT. O trabalho no meio rural In: A Situação do Trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>.

social. Como afirma Oliveira, a partir dos governos militares "[...] nos últimos 50 anos no Brasil, iniciava-se [...] a venda de terras para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras na segunda metade da década de 1960, quando mais de 28 milhões de hectares foram transacionados, na maioria das vezes, de forma ilícita". Este ideário defendia a integração do país ás economias externas dando início ao projeto de internacionalização da Amazônia, período no qual houve a implantação de grandes investimentos fundiários com capitais externos e nacionais (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

> A busca por terras cresceu em todo o mundo. Até 2008, dados do Banco Mundial mostram que a comercialização global de terras aumentou em 4 milhões de hectares por ano. Segundo o banco, já foram mais de 56 milhões de hectares agrícolas comercializados entre os anos de 2007 e 2008, a maior parte concentrada na África, cerca de 70% (CHOMA, 2017).12

Nos anos de 1990 efetivaram-se os ajustes estruturais, e entram em cena as reformas institucionais, como a deliberação do poder de regulação do Estado e a abertura cada vez maior da economia brasileira, a entrada de capitais internacionais, a quebra de barreiras à importação de mercadorias e a ampliação do comércio externo com a instalação de empresas multinacionais. Decorre aí a ampliação de capitais financeiros estrangeiros à aquisição de terras, numa gradativa inserção do mercado nos negócios da reforma agrária. Ampliam-se os mecanismos para compra e aquisição dos imóveis rurais por parte de empresas estrangeiras com a utilização de capitais externos para a exploração do agronegócio. Conforme matéria publicada na Revista Carta Capital.

> Não houve ativo com maior valorização nos últimos dez anos. Entre 2009 e 2014, os preços médios de terra no Brasil cresceram 95%. No Centro-Oeste, 130%. A isso não faltou o auxílio luxuoso e esperto de pandeiros do setor financeiro, sempre de olho em barbadas[13].

[12] Disponível em:< http://www.pstu.org.br/liberacao-da-compra-de-terras-para-capital-estrangeiro-e-entreguismo/>. Acesso em: 19 de maio de2017. Liberação da compra de terras para capital estrangeiro é entreguismo. Por Jeferson Choma, da redação - 21/02/2017.

[13] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/cresce-a-pressao-contra-pl-que-limita-a-compra-de-terras-por-estrangeiros-1955.html>. Acesso em: 19 de maio de 2017. Economia. Opinião. Cresce a pressão contra PL que limita a compra de terras por estrangeiros. Por Rui Daher — publicado 11/09/2015.

Considera-se não apenas o aumento da concentração da terra, mas, a reboque desta, cresce o domínio da produção, por esses capitais e o agronegócio. Esses investimentos têm crescido principalmente, do Nordeste, onde "[...] cerca de R$15 bilhões de reais para construção de usinas, fusões e aquisições". (Idem, p. 130). E na atualidade, " a participação do capital estrangeiro na produção de cana no país é de cerca de 30% lembrando que em 2000 essa participação era de 1% apenas. (CRUZ, 2017, p.132).A desregulamentação do papel do Estado na economia, deu lugar a ampliação do mercado nos negócios da terra, em contrapartida, restauram-se o livre cambismo deixando em aberto às liberdades do mercado, a regulação dos preços internacionais e das "commodities" (DELGADO, 1999, p 234). Surgem facilidades aos capitais financeiros estrangeiros que operam nos negócios agrários, antes, uma função pública, largamente exercida pelo Estado e que redefinem os critérios para definição dos índices de produtividade (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

1.2 O papel do Estado e as lutas dos trabalhadores pela terra: breves reflexões

Assim sendo, observa-se que o recuo na realização da política de Reforma Agrária desde o governo de FHC não apenas deu lugar a expansão da ocupação ilegal das terras, mas, vem se efetivando a reforma agrária de mercado exigida pelo BIRD, cujo modelo opera em vista do desmonte das políticas do anterior "padrão desenvolvimentista", voltado à eliminação "[...] do uso da propriedade da terra como "reserva de valor"[14]. Na verdade essas estratégias buscavam consolidar as reformas estruturais, tendo como um dos seus pontos de ataque, aniquilaras históricas relações de propriedade reguladas pelo Estado. Assim,repassam aos mercados os mecanismos políticos e institucionais para consolidar tais reformas no setor rural: a descentralização da reforma agrária e o mercado de terras nos municípios. Conforme Pereira, "[...] os objetivos da agenda agrária do BIRD desde meados dos anos 90, [...] de um lado, a constituição de um arranjo institucional de *administração de terras*[15]; de outro a implementação de um modelo de acesso à terra alternativo à reforma agrária" (PEREIRA, 2006, p. 20).

[14] Ver Pereira, Capturando a Terra: Banco Mundial e Políticas Fundiárias, 2006, p. 18-19. Os grifos são do original.

[15] PEREIRA, 2006, p. 20. Os Grifos são do original.

Esse padrão de distribuição da propriedade comandado, em boa parte,pelos organismos internacionais promove mudanças substantivas na regulação fundiária do Estado, a "reforma agrária redistributiva" [16]com desapropriação de terras. Modelo este muito criticado pelos trabalhadores sem terra que, pressionam suas denúncias das formas injustas e desiguais de apropriação de terras, que para estes, mais beneficiavam o latifúndio. No entanto, questiona-se os elos de sustentação dos interesses do mercado e o simultâneo desaquecimento da política de reforma agrária, além do recuo expressivo da luta social dos trabalhadores pela reforma agrária. Tais fatos seguem-se de ações criminalizadoras do Estado contra os movimentos sociais. Assim, a despolitização da luta social,no avesso da reforma agrária,no limite, deu lugar a expansão ainda maior,aos negócios agrários e aos ganhos da produção do agronegócio, daí, um paradoxo: a reforma agrária de mercado sinalizava o interesse à desconcentração da propriedade, e,"[...] passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado". (PEREIRA, 2006, p. 22).Assim, obscurecendo a influência do Estado, quando faz valer a contrarreforma Reforma Agrária de Mercado, ea mercantilização da terra. Daí, a validez da crítica à ofensiva econômica e política aos imperativos do capitalismo financeiro multinacionalizado. O Estado em suas controvérsias ás relações com os segmentos sociais reedita ações que agravam a superexploração do trabalho, favorece o agronegócio à corrida a extração de excedentes econômicos, renda e lucros da terra.

Conforme Martins, desde a abolição do regime da escravatura, na transição para a propriedade fundiária, as instituições jurídicas dificultavam a realização de uma Reforma Agrária, como a cobrança de altos preços pela renda da terra exigida pelos proprietários. (MARTINS, 2000, p. 125). Essa discussão aponta outro fator,não menos importante, o direito desigual de propriedade da terra entre os segmentos rurais. No contexto de internacionalização da propriedade da terra, o governo ofusca suas alianças com as elites agrárias, face a desimportância da reforma agrária nos moldes tradicionais reivindicada pelos trabalhadores à busca de justiça social e o direito à terra. Contudo, desde o advento do Estatuto da Terra o Estado produziu uma "[...] legislação ambígua "[...] para dividir os proprietários e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional", embora o Estatuto da Terra constasse os critérios de desapropriações bastante precisos". (MARTINS, 1994, p. 78). Para Martins, as contribuições do Estado ocorreram à provisão dos direitos

[16] PEREIRA, Idem, p. 22.

a propriedade, diante do histórico equívoco jurídico quanto as relações entre os bens de natureza pública e privada no Brasil, que surgiram no tempo da Colônia. Para ele o Estado exerce um papel importante na criação de instrumentos jurídicos de regulamentação do direito de propriedade, cuja ação do Estado se destaca uma discussão da política Agrária no Brasil. Nas palavras de Martins: "[...] a Reforma Agrária se torna parte da ação do Estado, que reconhece a precedência das funções e dos interesses sociais e do Estado em relação ao direito de propriedade". Por meio da União, o Estado retira direitos territoriais do particular e os entrega à sociedade". (MARTINS, Pag. 124).

Entretanto, a política de reforma agrária no Século XXI opera reformas no papel do Estado. Este aprofunda suas relações econômicas com a burguesia capitalista financeira, num processo de integração da economia que integra o capital em escala mundial. Criaram-se empresas e grandes corporações etc, com influências em todos os setores do sistema produtivo e da economia. Como diz Oliveira, se reportando as mudanças na esfera da produção impostas pelo BIRD[17], a "ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo", onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível". (OLIVEIRA, 2012, p. 3).Interessa aqui apenas destacar que, na "[...] Agenda de reformas de segunda geração do BIRD" a "liberalização dos mercados de terras" formava a base central (PEREIRA, Idem p.16). Nas palavras do autor,

> [...]o estímulo à mercantilização total do acesso à terra rural, a ser viabilizada por mudanças institucionais e legais com o objetivo de elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo da força de trabalho no campo, atrair o capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre ao regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial-financeira. (PEREIRA, 2006, Idem, p. 16)

Em contrapartida, como vimos neste trabalho, desde os anos de 1990, a contrarreforma do Estado, trouxe um avanço exponencial do

[17] O conjunto de reformas estruturais do BIRD, no Pós-Consenso de Whashington ao final no início do referido século, incluía na reforma do Estado no ítem 9 a "modernização" do instrumental jurídico e repressivo à segurança dos direitos de propriedade". (PEREIRA,2006,p.15). Visando o desenvolvimento da "(...)América Latina e do Caribe, a reforma do Estado tinha como propósito transformá-lo numa agência mais funcional á globalização financeira, neutralizar tensões sociais mais emergentes "(...) e aprofundar a liberalização das economias domésticas" (Idem, p. 16). Impulsionava assim, as relações de dominação das classes dominantes.

agronegócio[18], além do aumento do domínio das terras pelos capitalistas estrangeiros, favoreceu a exploração de sistemas produtivos de monoculturas como a cana de açúcar destinada a produção de açúcar e de Etanol destinados à exportação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o desenvolvimento das relações de propriedade efetuadas no modelo de reforma agrária de mercado tem beneficiado muito mais os interesses do agronegócio, em detrimento de políticas agrárias e agrícolas necessárias ao desenvolvimento da pequena produção. Uma dessas expressões têm sido o crescimento econômico e o domínio dos capitais internacionais, não apenas das terras, mas, o controle dos negócios da produção agrícola, da renda fundiária e dos excedentes econômicos ao agronegócio. Em contrapartida a aparente desmobilização da luta social e a despolitização da reforma agrária redistributiva, ocorrem a despeito da regulação de terras pelo mercado e o BIRD. Em acordo Pereira,o padrão "desapropriacionista e redistributivo" foi substituído pela reforma agrária de mercado que, em tese,se explicam na crítica à economia política clássica.

Assim, essas determinações se mantêm daí, a emergência de novas avaliações frente ao anacronismo agrário, econômico e político, no que afeta a realidade dos trabalhadores pobres exigindo confrontar-se o lema dominante atual de que para os trabalhadores destinam-se a inserção em "[...] programas "sociais[19]" voltados a aliviar a pobreza de maneira focalizada, especialmente em países ou regiões onde as tensões no campo possam ameaçar ou comprometer a "governabilidade"[20] das "democracias de mercado"(PEREIRA, 2006, p. 16).

Essa combinação de grandes corporações financeiras entre capitais internacionais e nacionais em especial no setor sulcroalcooleiro

[18] Conforme Oliveira, a Lei 5.709/1971 nos anos 90 sofreu modificações da CGU Consultoria geral da União que autorizava pessoas estrangeiras a adquirir terras no país e que"(...) vigorou até 2010, sendo depois substituído pelo Parecer CGU/AGU Nº 01/2008-RVJ/10. Essa passou a requer o controle pelo INCRA das terras adquiridas por estrangeiros". Essas medidas reduziram a apropriação das terras, mas, "com a modificação gerada nos anos 90, o número de imóveis de estrangeiros aumentou chegando em 2007, a 33.219 ocupando área de 3,833 milhões de hectares. Em 2009, o número de imóveis era de 34.371 e a área de 4,348 milhões de hectares". (OLIVEIRA, 2010. Dossiê. AGRÁRIA, S.P. p. 19).

[19] PEREIRA, 2006, p. 16. Os grifos são do original.

[20] Idem, Os Grifos são do original.

confirma a lógica de concentração e centralização de capitais.(CRUZ, 2017, p. 132). Essa reorganização da propriedade privada da terra em países em desenvolvimento indica maior controle burocrático pelo mercado de terras sob o comando do "capital rentista multinacionalizado" em favor do agronegócio, em detrimento da pequena produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. Desenvolvimento capitalista e democracia. In: **Reforma Agrária da Nova República: contradições e alternativas**. Laurindo L. (Org.).São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

CRUZ, S. A. F. S. **Migrantes Temporários da Cana de Alagoas: homens de vida amarga no doce rio de açúcar e álcool.** Tese de doutorado defendida em 27 de abril de 2017. R.J – UERJ.

DELGADO, G. C. **Desenvolvimento em Debate. Especialização primária como limite ao desenvolvimento**.Vol. 1 Nº 2. P. 11-125, Janeiro/Abril –Maio/Agosto 2010.

IANNI, O.**A Ditadura do Grande Capital.** S.Paulo: Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

LUSTOSA, M. das G. O. P. **Reforma Agrária à Brasileira: Política Social e Pobreza**. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

MARTINS, J. de S.**Reforma Agrária o Impossível Diálogo**. S. P. Editora da USP, Universidade de São Paulo, 2000.

MARX, K. O Capital. **Crítica da Economia Política. O Processo Global da Produção Capitalista. Livro 3 Vol. VI**, Parte Sexta. Cap. XXXVII.Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991

OLIVEIRA, A. U.**Conflitos no Campo – Brasil 2015**[Coord. Antonio Canuto; Cássia,

R. S. L; Tiago V. P. Andrade- Goiania: CPT-Nacional Brasil, 2015.

_____ A QUESTÃO DA AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS NO BRASIL - um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010

R. S. L; Tiago V. P. Andrade . **A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. In: Estudos Avançados. Dossiê desenvolvimento Rural. Vol. I nº 1 (1987) S. Paulo: IEA, 1987.

SANT'ANNA, R. S. **Trabalho Bruto no Canavial. Questão Agrária, Assistência e Serviço Social**. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

SITES

<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-mp-759-coloca-o-brasil-a-venda>

<http://www.pstu.org.br/liberacao-da-compra-de-terras-para-capital-estrangeiro-e-entreguismo/>

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-fim-da-reforma-agraria>

<https://www.cartacapital.com.br/economia/cresce-a-pressao-contra-pl-que-limita-a-compra-de-terras-por-estrangeiros-1955.html;>

<www.dieese.org.br>

O SETOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE: UM DEBATE A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA

Roberto José de Brito Neto*
betorjbn@hotmail.com
Laís Bianca Palagano Zanin**
lais_aja@hotmail.com
Juliana Cristina Teixeira Domingues***
julianadomingues77@gmail.com
Agência de Fomento: Fundação Araucária

RESUMO: Este estudo analisa o setor sucroenergético brasileiro, enfatizando o estado do Paraná, e tem como objetivo a análise do Plano Nacional de Agroenergia (PNA) e suas propostas de ampliação do desenvolvimento. Esta pesquisa focaliza-se em três de todas as propostas elucidadas pelo PNA, denominadas no texto por notas. Sendo estas, a primeira referente a participação do Setor no Balanço Energético Nacional; a segunda, apresenta os indicadores de mercado de trabalho sucroenergético; E, a terceira, os índices de desenvolvimento social e humano. Sendo assim, verificou-se após todas as analises, que nenhuma das categorias demonstradas acima tiveram resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Setor Sucroenergético. Plano Nacional de Agroenergia. Agricultura de Energia.

EL SECTOR SUCROENERGÉTICO PARANAENSE: UN DEBATE A PARTIR DEL PLAN NACIONAL DE AGROENERGÍA

RESUMEN: *Este estudio analiza el sector sucroenergético brasileño, enfatizando el estado de Paraná, y tiene como objetivo el análisis del Plan Nacional de Agroenergía (PNA) y sus propuestas de ampliación del desarrollo. Esta investigación se centra en tres de todas las propuestas elucidadas por el PNA, denominadas en el texto por notas. Siendo estas, la primera referente a la participación del Sector en el Balance Energético Nacional; La segunda, presenta los indicadores de mercado de trabajo sucroenergético; Y, la tercera, los índices de desarrollo social y humano. Por lo tanto, se verificó después de todos los análisis, que ninguna de las categorías demostradas anteriormente tuvieron resultados satisfactorios.*

Palabras clave: *Sector Sucroenergético. Plan Nacional de Agroenergía. Agricultura de Energía.*

* Discente do 4° ano de Serviço Social. Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

** Discente do 4° ano de Serviço Social. Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

*** Professora Doutora do Colegiado de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. .

INTRODUÇÃO[1]

Hodiernamente, a busca por alternativas energéticas que possam substituir fontes de energia não renováveis, detém a atenção no mundo científico, sendo assim, esta pesquisa se insere no cerne desta questão. Tendo como objetivo central apresentar após o fim do período estipulado para a execução do Plano Nacional de Agroenergia (PNA), estabelecido entre o quinquênio 2006-2011, os resultados iniciais em relação a três categorias específicas, as quais foram denominadas neste trabalho como notas: participação do setor sucroenergético paranaense no Balanço Energético Nacional (BEN); indicadores sociais em relação ao mercado de trabalho sucroenergético; e parâmetros de desenvolvimento social e humano no estado do Paraná. Isto porque, na contemporaneidade, dentro de uma conjuntura nacional, o setor encontra-se entre os gigantes mundiais no tocante da produção sucroenergética, chegando a produzir, na safra 2016/2017, aproximadamente 632,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, movimentando a fabricação de 37,5 milhões de toneladas de açúcar e 26,6 bilhões de litros de etanol (MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO-MAPA, 2017).

Dentro desta conjuntura discussões a cerca: questão ambiental, diminuição de plantio de culturas relacionadas à segurança alimentar e consolidação de grandes latifúndios, colocam em contradição a ideia de desenvolvimento social contidas no referido documento, além do mais, as características relacionadas ao setor sucroenergético, como por exemplo, a utilização de uma vasta extensão territorial, aliança com o grande capital, substituição de lavouras alimentícias por energéticas, trabalho degradante via corte de cana-de-açúcar, reforçam estes questionamentos (DOMINGUES, 2014).

Para alcançar tal objetivo, além desta parte introdutória, o trabalho foi dividido em outras três partes, denominadas: ***O setor sucroenergético brasileiro: do Proálcool ao plano nacional de agroenergia – PNA;*** *A ascenção do setor sucroenergético no Paraná: um recorte do histórico do setor paranaense*, e por ultimo, os *resultados*, apresentados a seguir.

[1] Os dados desse artigo já foram previamente discutidos em outros eventos científicos e estão disponíveis em www.fecilcam.br. Nessa versão, foram acrescentadas novas informações e atualizações a respeito do tema.

1 O SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO: DO PROALCOOL AO PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA

No Brasil, a cana-de-açúcar foi introduzida na primeira metade do século XVI, e em menos de vinte anos a cultura se espalhou por todo litoral brasileiro, de forma a transformar o país ainda no período colonial, no maior produtor de açúcar mundial. Sendo assim, o açúcar tornou-se o produto mais importante da economia colonial, desenvolvendo o chamado "ciclo do açúcar" (VIEIRA; LIMA; BRAGA, 2007).

Contudo, o histórico de sucesso do setor sucroenergético brasileiro, assim como a posição que este se encontra na atualidade, remete-nos há quatro décadas com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL).

Segundo SHIKIDA e BACHA (1999), a grande crise do petróleo, que aconteceu na década de 70, gerou um "gargalo" no processo produtivo possibilitando um ambiente favorável ao surgimento de novas matrizes energéticas (SHIKIDA; BACHA, 1999). Neste caso, foram criados e apresentados alguns programas que possibilitavam na operacionalização destas novas vertentes energéticas, dentre elas, o Proóleo (Óleo diesel), o Procarvão (Óleo combustível) e o Proálcool. Entretanto, decorrente de uma crise interna do setor sucroenergético, gerada pela instabilidade no mercado externo açucareiro, a notoriedade em torno do Proálcool foi eminente (OHASHI, 2008).

Então, em 1975, para suprir os problemas econômicos provenientes da grande crise do petróleo, o Proálcool foi estruturado. Este tinha o objetivo de realizar concessões e subsídios fiscais, que favoreciam tanto as indústrias canavieiras quanto à agricultura (MOREIRA; TARGINO, 2009).

Este programa basicamente dividiu-se em três fases distintas, a primeira fase, referiu-se ao álcool anidro, e tinha como objetivo a mistura deste com gasolina. Foram utilizados nesta primeira fase, que durou de 1975 a 1979, US$ 1,019 bilhões, destes investimentos cerca de US$ 770 milhões foram advindas de recursos públicos, e cerca de US$ 249 milhões foram investidos pelo setor privado. O montante total foi destinado basicamente na infraestrutura da indústria canavieira, no que se refere a sua modernização, ampliação e até mesmo em novas unidades de produção (SHIKIDA; BACHA, 1999). A segunda fase, por sua vez, era relacionada ao álcool hidratado que seria utilizado como combustível exclusivo nos automóveis, tendo isto em vista, esta ultima fase tinha como alvo produzir

uma frota de veículos movidos somente a álcool (OHASHI, 2008). Este novo momento iniciou-se em 1980 e teve duração de cinco anos, com um aumento nos seus investimentos de 530%, chegado ao montante de US$ 5,406 bilhões, deste capital 56% foram destinados pelo setor Publico. Além dos investimentos realizados pelo estado, houve também, grandes estímulos ao uso do veiculo movido exclusivamente a álcool, através de incentivos fiscais, além de ser definida a obrigatoriedade da adição de 22% de Álcool anidro na composição da gasolina. Contudo, a ultima fase do Proálcool datada de 1986 a 1995 apresentou uma acentuada desaceleração em relação a outras fases demonstradas a cima. Os investimentos diminuíram para a cifra de U$ 0, 511 bilhões, sendo que destes, o maior numero foi proveniente do setor privado, que representa cerca de 61% dos investimentos (SHIKIDA; BACHA, 1999).

Frente à apatia dos investimentos estatais, oque de fato já sinalizava uma desregulamentação em torno ao setor sucroenergético, acabou por "desmotivar" a produção de cana-de-açúcar, e, ao adentrar a ultima década do século XX, os baixos preços do barril do petróleo, causaram uma dissolução nas justificativas que ainda sustentava as relações de corporativismo em torno do Proálcool, iniciando um lento processo de desregulamentação do setor, cominando no mesmo lastro temporal o fim do programa (SHIKIDA; BACHA, 1999).

Diante disto, pressionado pelos mecanismos internacionais e pela baixa lucratividade do setor sucroenergético o Estado brasileiro, sob a égide neoliberal, rompe toda a forma de regulação com as indústrias canavieiras, deixando-a sob a regulamentação do mercado. Dentro dos novos moldes capitalistas, a indústria canavieira, se adapta ao livre mercado e volta a crescer, adentrando o novo milênio em um grande momento expansivo (SHIKIDA; BACHA, 1999).

Na primeira década do novo milênio, inerente ao processo de desregulamentação, a entrada da iniciativa privada começa a acontecer por meio da implantação de multinacionais em solo brasileiros. Esta presença se caracteriza de duas formas, sendo, pela compra de unidades indústrias relacionada ao setor; e, por meio de pregões em bolsas de valores.

Tendo em vista a experiência apresentado pelo Brasil, o grande território para expansão da cultura, mão-de-obra abundante, baixo custo de produção, especulações financeiras em torno das commodities agrícolas, as exigências internacionais relacionadas aos setores ambientais, ligados ao protocolo de Quioto, somados ao agravamento dos conflitos no oriente

médio, o qual detém quase 80% das reservas petrolíferas do mundo, fazem com que o setor sucroenergético brasileiro se torne um dos novos filões financeiros do mercado capitalista (DOMINGUES, 2014).

Perante o bom momento setorial, o Brasil vislumbra na indústria canavieira, um potencial de desenvolvimento econômico, e novamente, a exemplo do PROÁLCOOL, firma parceria com a o setor sucroenergético e automobilístico, aumentando novamente a adição de álcool anidro na gasolina, e criando uma nova versão de carros movidos a álcool, com a tecnologia *flexfuel* (DOMINGUES, 2014).

Dentro desta conjuntura, com todo o crescimento apresentado pelo setor sucroenergético, ligando aos interesses econômicos frente à indústria canavieira e os vários novos produtos oferecidos por esta[2], em especial, o álcool combustível, alavancaram a criação em 2005, do Plano Nacional de Agroenergia (PNA), este tratava-se de múltiplas estratégias pautadas na missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do setor em beneficio a sociedade brasileira, dando suporte a políticas públicas voltadas a inclusão social. Perante seu caráter consolidado, o setor em tela reuni características que o qualificam a liderar mundialmente à agricultura de energia e o mercado de biocombustível, favorecendo um grande crescimento econômico ao Brasil. (DOMINGUES, 2014).

Os objetivos apresentados neste plano são: assegurar o aumento da participação de energia renováveis no balanço Energético Nacional (BEN); garantir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, baseados na expansão da agricultura de energia; expandir as oportunidades de emprego ligadas ao setor, inclusive relacionado aos pequenos produtores; ajudar no comprimento do compromisso brasileiro perante ao Protocolo de Quioto e criar mecanismos para aumentar o mercado interno de biocombustível, garantindo a liderança setorial do Brasil, no que tange as quatro vertentes expostas no documento, sendo estas: Etanol e cogeração de energia provenientes da cana-de-açúcar; Biodiesel de fontes lipídicas; biomassa florestal; e resíduos e dejetos agropecuários e agroindustriais. Todavia, com atuações conectadas ao meio ambiente, a economia e ao

[2] No início do novo milênio, o setor sucroenergético, caracterizou-se pelo salto de qualidade em relação a gama de produtos oferecidos pela indústria canavieira, além da produção, já consolidada, de açúcar e álcool, outros produtos como: bioplástico a partir de química fina, resinas especiais, embalagens, querosene para a aviação e bioeletrecidade através do bagaço da cana-de-açúcar, deram grande destaque ao setor nacional (DOMINGUES, 2014, P. 45).

desenvolvimento social, além de ações que alavanquem a substituição de fontes fosseis, por fontes ligadas a agricultura de energia (PNA, 2006).

Contudo as críticas relacionadas a este documento são rígidas, Carvalho e Marin (2008), por exemplo, elucidam:

> Nesse programa são apresentadas e problematizadas as questões que justificam a retomada dessa política pelo Estado. As justificativas para a produção de biocombústivel estão relacionadas ao ideário do tão propalado "desenvolvimento sustentável", utilizado para camuflar seus reais objetivos e, com isso, receber a aprovação da sociedade ao programa (CARVALHO e MARIN, 2008, S/P).

Domingues (2014), deixa sua contribuição, dizendo:

> [...] torna-se evidente a opção do Estado brasileiro com relação aos rumos que a política agrícola nacional vem assumindo na manutenção dos modos de produção do capitalismo contemporâneo, fundamentados especialmente na mundialização do capital e *commodities* agrícolas (mercadorias primárias para a industrialização) em detrimento à agricultura familiar, ao agravamento da questão agrária e aos problemas relacionados ao assalariamento do trabalhador rural. Esse posicionamento político perante o grande capital é um fenômeno histórico, principalmente com relação à agricultura, a qual sempre foi responsável por manter o equilíbrio na balança comercial nacional. Neste contexto, alguns setores agrícolas tornam-se cruciais para a manutenção desse *status quo*, como é o caso do Setor Sucroenergético (DOMINGUES, 2014, P. 46-47).

Sem contar todos os questionamentos em torno da expansão das lavouras agroenergética, que podem chegar a afetar outras tipos de culturas que são relacionadas à segurança alimentar do país, além do caráter especulativo que o capital exerce sob o setor, deixando claro os reais interesses em expandir o setor sucroenergético e que não estão ligados aos objetivos de cunho social expostos pelo plano (OLIVEIRA, 2012).

E assim funda-se o objetivo deste trabalho, pois oque esperar deste plano diante de tantas criticas e contradições? Antes de demostrar os resultados segue um estudo sobre o setor sucroenergético paranaense, tendo em vista esta como território escolhido para a pesquisa dos resultados da pesquisa

2 A ASCENSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO PARANÁ: UM RECORTE DO HISTÓRICO DO SETOR PARANAENSE

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES,1983), os primeiros registros de produção de cana-de-açúcar em escala industrial e empresas canavieiras no Estado do Paraná, remontam a década de 40. Todavia, a expressividade em torno do setor sucroenergético paranaense, mais precisamente na produção de matéria prima relacionado ao este, em comparação com o cenário nacional era quase nula. Contudo, esta inexpressividade se transformou radicalmente com a implantação do Proálcool (VIEIRA; LIMA; BRAGA, 2007).

O Paraná, até metade da década de 70 tinha como principal produção agrícola a cafeicultura, após a geada negra de 1975, ampliou o espaço para novas culturas de plantio, dentre elas: a cana-de-açúcar. A partir desta perspectiva, muda-se o perfil agrícola paranaense.

Dentre os estados brasileiros que mais alocaram recursos e projetos referenciados ao Proálcool (SHIKIDA; BACHA, 1999), o Paraná se destaca com 6,6% e 7,9% respectivamente, sendo assim, passa de uma representatividade inexpressiva até final dos anos 60, para um crescimento produtivo impressionante, chegando a conquistar o segundo lugar na produção nacional, perdendo apenas para São Paulo, logo após os primeiros investimentos realizados pelo Proálcool (VIEIRA; LIMA; BRAGA, 2007). Entre as regiões paranaenses que mais detinham investimentos relacionados ao setor, encontravam-se a região Noroeste e Norte, posto que as indústrias se instalavam nas regiões onde já existiam uma iniciativa ao cultivo de cana em grande escala, facilitando o escoamento e barateando dos custos, e onde já havia a tradição industrial relacionado ao setor (IPARDES, 1983).

Em 1979, com o segundo choque do petróleo, houve um grande aumento sobre a nova alternativa energética, haja vista, que o preço do barril de petróleo permanecia em patamares acima de US$ 20. Este fato foi um estimulo ao Proálcool a nível nacional, e acabou por consolidar também a produção do setor sucroenergético paranaense (OHASHI, 2008).

Após a desregulamentação do setor, já mencionado acima, assim como exemplo de outros estados do país, os produtores paranaense passaram a desenvolver alternativas visando aumentar sua capacidade produtiva, via eficiência técnica, modernização, estruturas organizacionais, e, principalmente buscando novos mecanismos de coordenação, como por exemplo, o Alcopar, procurando manter uma condição *sinequa*

non, para a sobrevivência no mercado sucroenergético (SHIKIDA; AZEVEDO; VIAN, 2011).

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017), atualmente o Estado é o quinto maior produtor de cana-de-açucar, com uma área de cultivo de aproximadamente 627 mil hectares (IBGE, 2015), contando com um parque industrial de 30 unidades produtoras de açúcar e álcool. Destas unidades, são associadas ao Alcopar às unidades de Astorga, Bandeirantes, Cidade Gaúcha,**Colorado,** Florestópolis, Ibaiti, Ivaté Jacarezinho, Jandaia do Sul, Jussara, Marialva, Maringá, Moreira Sales, Nova América da Colina, Nova Londrina, Paranacity, Porecatu, Rondon, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Tapejara, Terra Rica e Umuarama. Refletindo economicamente em aproximadamente 145 municípios (ALCOPAR, 2017).

3 RESULTADOS

Diante deste contexto, a problemática da pesquisa se apresenta nos seguintes questionamentos: Quais os resultados obtidos no Estado do Paraná ao terminado do quinquênio 2006-2011 estabelecidos pelo Plano Nacional de Agroenergia, referentes a: participação do Setor Sucroenergético no Balanço Energético do Paraná; os indicadores sociais em relação ao mercado de trabalho sucroenergético e o Índice de Desenvolvimento social e humano Paranaense relacionado ao setor?

3.1 Primeira nota: Participação do setor sucroenergético no Balanço Energético do Paraná.

O objetivo deste tópico é apresentar os resultados referentes aos índices de participação da biomassa de cana-de-açúcar, no balanço energético paranaense, observando se houve um aumento na produção desta matriz, sendo que um dos objetivos do PNA foi: "Assegurar o aumento da participação de energias renováveis no Balanço Energético Nacional (BEN)" (PNA, 2006, p. 8). De acordo com o plano, o etanol, assim como as outras três vertentes, seriam estimuladas a crescer gradativamente, objetivando a diminuição da utilização de fontes de energia não renováveis, como por exemplo, o petróleo (PNA, 2006).

Para obtenção do resultado do tópico em tela, foram realizadas pesquisas e sistematizações de dados, do documento: Balanço Energético

do Paraná, correspondente aos anos de 1980, 1990, 2000, 2006, 2007, 2008 e 2009[3]. Disponibilizado pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Sendo assim, como apresenta o Balanço Energético do Paraná (2010), verifica-se a soberania da produção de energia renovável no estado, representando aproximadamente 94% da produção paranaense, oque corresponde uma media de 13.233 tep[4] no quinquênio 2006 a 2011, estipulado pelo PNA.

A matriz oriunda da cana-de-açúcar, dentro deste mesmo período, apresentou um crescimento significativo, sendo que, logo em 2006, teve um aumento produtivo de 53,3% comparado com o ano de 2000. Os anos seguintes apresentaram um crescimento linear, como objetivava plano em questão. Este aumento, possibilitou que a biomassa de cana-de-açúcar se torna-se responsável por aproximadamente 24% da composição de produção de renovável do estado do Paraná entre 2006 a 2009, ficando atrás apenas da energia hidráulica que assume a liderança na produção de energia renovável do estado, dada a disponibilidade do recurso natural para esta fonte. (COPEL, 2010).

Contudo, na contramão do que se esperava do PNA, os índices apresentados acima, não pode ser considerado significativos a ponto de diminuir mesmo que gradativamente a utilização de outras fontes de energia não renováveis, pois, ao analisar a oferta interna do estado do Paraná, nota-se que o crescimento da utilização de petróleo no mesmo período também sofre um crescimento linear, bem como, a utilização de gás natural. Neste contexto, verifica-se que o setor não está avançando em relação ao objetivo proposto pelo PNA, assegurando o aumento da participação de energia renovável no Balanço energético estadual a ponto de diminuir a utilização de fontes não renováveis de energia.

Um outro fator que se deve levar em consideração, é que mesmo o Paraná sendo um dos gigantes da produção sucroenergética brasileira, este não chegou a representar 10% da produção de energia oriunda da cana de açúcar, em âmbito nacional, produzindo apenas uma media de 7,7% da produção brasileira de energia renovável oriunda da cana. (MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA, 2015).

---

[3] O objetivo primeiro da pesquisa seria analisar todo o período do quinquênio do plano, referente a 2006 a 2011, porem a COPEL dispõem apenas dos balanços das décadas citadas acima, não abrangendo o ano de 2011.

[4] Toneladas equivalentes em petróleo;'.

3.2 Segunda nota: Indicativos de mercado de trabalho sucroenergético

Tendo em vista o objetivo "criar oportunidades de expansão de emprego e de geração de renda [...], com mais participação dos pequenos produtores" (PNA, 2006. P 8), Este tópico objetiva, apresentar os resultados que indicam a oferta de postos de trabalho referentes ao setor canavieiro paranaense, tendo como analise o crescimento deste entre os anos de 2006 a 2011.

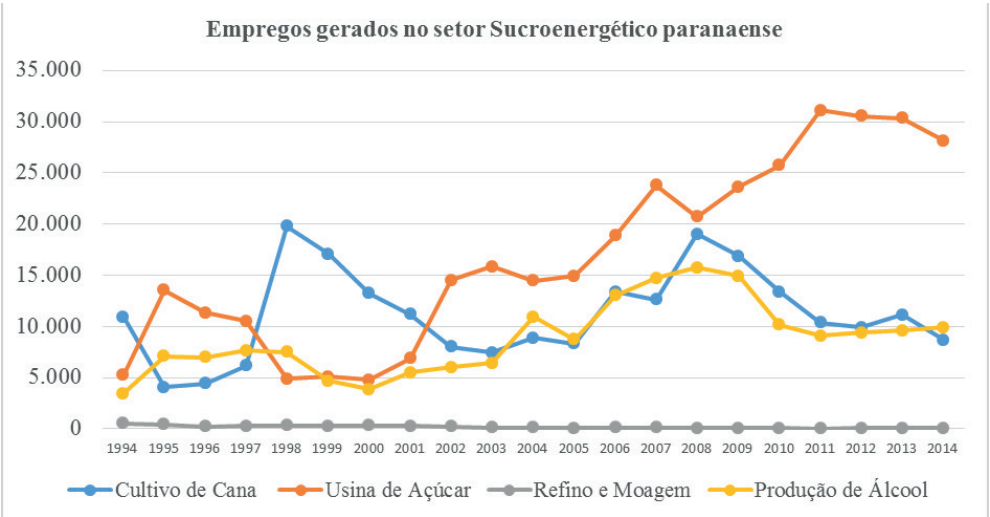
A partir deste propósito, para chegar aos resultados esta pesquisa usou de ferramentas oferecidas pelo Ministério de Trabalho e Emprego (TEM) por meio do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), onde através do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), foi possibilitado o acesso a informações referentes as categorias relacionadas ao setor, entre elas: Classe 01139 – Cultivo de cana-de-açúcar; Classe 15610 – Usinas de Açúcar; Classe 15628 – Refino e Moagem de Açúcar; Classe 23400 – Produção de Álcool.

Sendo assim, os resultados a seguir demonstram que ao observar o número total de empregos gerados pelo setor sucroenergético paranaense, nota-se, que dentro da linha temporal estudada na pesquisa[5], os empregos cresceram consideravelmente no quinquênio do PNA, passando de 32.063 postos em 2005 para 45.431 no primeiro ano do plano, seguido por 51.291, 55.531, 55.490, 39.169 e 41.506 respectivamente aos anos seguintes do quinquênio.

Porem quando analisado as categorias em particular, percebe-se que há um crescimento maior nas atividades vinculadas a mão-de-obra especializada, demostrando um caráter não linear de crescimento de empregos relacionados ao setor canavieiro paranaense.

[5] Foi realizado um recorte temporal de 1994 a 2015.

Gráfico 1: Números de empregos gerados no setor sucroenergético paranaense, dos anos de 2006 a 2011



Fonte: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET
(Elaboração própria)

Como mostra o gráfico 1, ocorreu um crescimento em três das quatro categorias estudadas, referentes a transição de 2005 a 2006, sendo: cultivo de cana-de-açúcar, usinas de açúcar e produção de álcool. Não há crescimento considerável na categoria refino e moagem de açúcar, pelo contrário, em todo o quinquênio referenciado no plano, ao invés de obter aumento, esta categoria perde significativamente postos de trabalho.

Nos anos seguintes, mas especifico após o ano de 2008, a um decline em duas categorias, Cultivo de cana-de-açúcar e Produção de Álcool, as quais junto a Refino e Moagem de Açúcar perdem campo de emprego gradativamente até o fim do plano em 2011.

Já a categoria Usina de Açúcar, cresce em todo o quinquênio estipulado, apenas tem um queda no ano de 2008, porem volta a crescer até o último ano do PNA.

O problema está no fato que ao analisar o gráfico 2, verifica-se que a maior perda de postos de trabalho refere-se ao cultivo de cana, onde se concentram os trabalhadores vinculados ao meio rural. Esses trabalhadores são representados em sua maioria por bóias-frias e pequenos produtores rurais, que foram absorvidos pelo setor sucronergético na década de 70 após o declínio do café. A eliminação destes postos de trabalho sem a

reabsorção por outros setores pode ocasionar problemas significativos no meio rural a médio e longo prazo. Isso só demostra que o aumento de postos de trabalho só ocorreu, de fato nos campos especializados, como por exemplo, dentro de usinas de açúcar, havendo uma forte diminuição nos de referência agrícola. Dessa forma, ao levar em consideração o objetivo específico do PNA demostrado neste tópico, verifica-se que no estado do Paraná esse objetivo tem se apresentado falido.

3.3 Terceira nota: O índice de desenvolvimento social e humano paranaense relacionado ao setor sucroenergético.

Este último tópico tem como finalidade, analisar o desenvolvimento humano nas regiões onde estão presentes as indústrias sucroenergéticas, observando se houve resultados referentes ao caráter esboçado no PNA, sobre a inclusão social. Faz-se necessário dizer que a ferramenta usada para analisar tal inclusão, está relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM). Este índice é estabelecido pela média de três categorias, sendo estas: Renda, Longevidade e Educação e é disponibilizado através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foram utilizados os *rankings* municipais de três décadas, 1991, 2000 e 2010.

Para chegarmos no resultado a seguir, a pesquisa observou o IDHM das cidades onde o setor sucroenergético está consolidado, sendo estas, oriundas das mesorregiões região norte e noroeste do estado, já esboçado neste trabalho, no tópico: *A ascensão do setor sucroenergético no paraná: um recorte do histórico do setor paranaense,* e contrapôs com os índices de desenvolvimento, de cidades com o mesmo porte, onde não existe indústria canavieira, e onde os identificadores de plantio de cana-de-açúcar são quase nulos.

Quando contrapostas, nenhuma das 30 cidades sedes do setor sucroenergético, tiveram desempenho sequer igual aos das cidades onde não existe empresas canavieiras. As cidades onde o setor é quase nulo tiveram índices de crescimento de IDMH maiores dentro dos anos referentes ao quinquênio estipulado pelo plano. Ou seja, o crescimento do IDMH das cidades paranaenses não está ligado ao setor sucroenergético, pois se estivesse, os municípios sedes teriam taxas de crescimento maiores do que os outros municípios. Sendo assim, fica nítido que está última nota,

assim como as duas anteriores, obteve resultados negativos, se rebatidos aos objetivos centrais do Plano nacional de Agroenergia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode notar, esta pesquisa demostra, o quanto os objetivos propostos pelo documento em tela, não foram bem sucedidos, no estado do Paraná, seja por uma fragilidade em sua criação, ou superficialidade no que se refere ao assunto. Entretanto, deve-se levar em consideração, que recursos públicos foram investidos neste plano, e não houve um retorno à sociedade em geral, a não ser aos grandes empresários do setor sucroenergético. Sendo assim, o que mais fica nítido, é um grande interesse econômico do sistema capitalista para com o setor sucroenergetico, como um todo, pois como já demostrado, este se tornou um grande filão financeiro, dado o seu valor especulativo. Estudos em âmbito nacional, já foram realizadas, e os resultados também não foram satisfatório, como demostra DOMIGUES (2014). Por conseguinte, esta conjuntura, coloca em cheque a criação do PNA, e o resultados negativos, em âmbito nacional e estadual, demostram o real papel do estado brasileiro como peça chave na manutenção do sistema econômico atual, traçando um paralelo exploratório abusivo entorno do setor sucroenergético exatamente igual ao processo que o setor agrícola nacional vem sofrendo, desde os primórdios de sua história.

REFERÊNCIAS

ALCOPAR, Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná. 2017. Disponível em: http://www.alcopar.org.br/. Acesso em: 03 de Janeiro de 2017.

BRASIL,Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011.** 2° ed. Revisada. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília/DF, 2006.

_____**,** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Produção Brasileira de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol.** 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>. Acesso em: março de 2017.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no**

Brasil (PNUD). Disponível em: http://www.br.undp.org/. Acesso em janeiro de 2017.

CARVALHO, S. P.; MARIN, J. O. B. **As Contradições Presentes no Discurso do Atual Programa Nacional de Agroenergia.** XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco, 2008.

COPEL, Companhia Paranaense de Energia. **Balanço Energético do Paraná 2010**. Disponível em:

<http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/balanco_energetico_do_parana-2010-ano_base_2009/$FILE/Balanco_Energetico_do_Parana-2010-Ano_Base_2009.pdf>.

DOMINGUES, J. C. T.Três Notas em relação ao Setor Sucroenergético Brasileiro, tendo como referência o Plano Nacional de Agroenergia. 2014. 258 f., Tese (Doutorado), Universidade de Pisa, Pisa, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia. P. 1- 15. 2012.

SHIKIDA, P. F. A.; AZEVEDO, P. F.; VIAN, C. E. de F. Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas. RESR, vol. 49, n°3, P. 599- 628. Piracicaba/sp, 2011.

_____.; BACHA, C. J. C.**Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995.** Revista Brasileira de Economia**,** Rio de Janeiro, p. 69- 89, Jan/Mar 1999.

VIEIRA, M. C. A.; LIMA, J. F.; BRAGA, N. M.**Setor Sucroalcooleiro Brasileiro**: Evolução e Perspectivas. Banco do Desenvolvimento- BNDES. 2007.

AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E VIDA DAS (OS) TRABALHADORAS (ES) NA AGRICULTURA CAFEEIRA COM A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

Élica Batista dos Santos*
lksantos8@gmail.com
Edvânia Ângela de Souza Lourenço**
edvaniaangela@hotmail.com
Agência Financiadora: FAPESP.

RESUMO: Este estudo reflete o desenvolvimento da cafeicultura e as transformações nas relações de trabalho e saúde das (os) trabalhadoras(es) nesse setor com a inserção do agronegócio no Brasil. Para tanto, discute-se a importância da produção do café para a formação socioeconomia brasileira, a expansão do agronegócio no país e suas consequências. A metodologia está alicerçada em estudos bibliográficos e análises de documentos tais como reportagens, jornais impressos e *on line,* entre outros. Espera-se com esta discussão compreender as relações sociais de trabalho e de saúde que permeiam o ambiente laboral na cafeicultura nos dias atuais.

Palavras- chave: Cafeicultura. Saúde do Trabalhador Rural. Agronegócio.

LAS TRANSFORMACIONES EN LAS RELACIONES DE TRABAJO Y VIDA DE LAS TRABAJADORAS (ES) EN LA AGRICULTURA CAFEEIRA CON LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO

RESUMEN: *Este estudio refleja el desarrollo de la cafeicultura y las transformaciones en las relaciones de trabajo y salud de las o las trabajadoras en ese sector con la inserción del agronegocio en Brasil. Para ello, se discute la importancia de la producción del café para la formación socioeconómica brasileña, la expansión del agronegocio en el país y sus consecuencias. La metodología está fundamentada en estudios bibliográficos y análisis de documentos tales como reportajes, periódicos impresos y on line, entre otros. Se espera con esta discusión comprender las relaciones sociales de trabajo y de salud que permean el ambiente laboral en la cafeicultura en los días actuales.*

Palabras clave: *Cafeicultura. Salud del Trabajador Rural. Agronegocio.*

---

* Graduanda de Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca.

** Orientadora, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-câmpus de Franca (1994); Mestrado (2004) e Doutorado em Serviço Social (2009) pela mesma Universidade. Tem pós doutorado pela Universidade de Havana, Departamento de Sociologia, Cuba. Atualmente é pós doutoranda no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de São Paulo - UNIFESP. É docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, câmpus de Franca/SP. Tem experiência na área de Saúde do Trabalhador, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, saúde do trabalhador, trabalho e SUS.

INTRODUÇÃO

O consumo regular de café é um hábito presente no cotidiano dos brasileiros. A pesquisa realizada no período de novembro de 2014 à outubro de 2015 pela Euromonitor, contratada pela Associação Brasileira da Industria do Café (ABIC), mostrou que o café é consumido por 80% das famílias no país. Uma outra pesquisa da ABIC (2010) revelou que o consumo do café é sempre extremamente associado com sensações positivas: ele anima, levanta, liga e melhora de humor (ABIC, 2010, p.15).

Diante desses dados apresentados, podemos afirmar que desde a sua chegada no Brasil o café continua agradando o paladar da maioria dos brasileiros. No entanto, a sua importância vai além de um simples item presente na mesa dos lares brasileiros. A produção do café tem uma grande importância na formação socioeconômica e na política do país. Veras (2002,p.22) destaca que a partir do século XIX- quando a produção do café já havia superado a produção do algodão e da cana-de-açúcar- a cultura do café "passou a influenciar as vidas de milhões de pessoas". O autor ainda acrescenta que,

> A história da cafeicultura envolve mudanças ecológicas, demográficas, sociais, econômicas e políticas. Está relacionada à derrubada de grandes extensões de floresta nativa. Ao trabalho escravo dos africanos. A sangrentos conflitos de terra, que vitimaram índios e posseiros. Às migrações de europeus e japoneses. O "ouro verde" expandiu fronteiras agrícolas, construiu fortunas e ergueu cidades. Gerou muitos empregos nas zonas rurais (VERAS, 2002, p. 22).

A trajetória do café até as terras brasileiras, de acordo com a Associação Brasileira da Industria do Café (ABIC), é descrita em relatos extravagantes, tendo em comum a figura de Francisco de Melo Palheta como o responsável por introduzir as primeiras sementes no Pará, no ano de 1727 no estado do Pará. Entretanto a cultura da agricultura cafeeira foi pouco disseminado nas terras paraenses, sendo levada, anos seguintes para o Maranhão, e em seguida para para Bahia e para o estado do Rio de Janeiro, onde espalhou-se pela Serra do Mar, chegando a atingir, por volta do século XIX, o Vale do Paraíba. Após chegar no estado de São Paulo, o café espalhou-se pela região sudeste e sul, passando a ser cultivado nos estados de Minas Gerais, Espirito Santo e Paraná.

Atualmente o Brasil é o maior produtor e exportador de café e segundo maior consumidor do produto no mundo, o produto, no Brasil,

figura entre os dez principais setores exportadores, estando na 5ª posição. Segundo o Balanço Comercial do Agronegócio, em dezembro de 2016, o produto representou 9,8% das exportações brasileiras, movimentando o montante de US$ 600,74milhões (BRASIL, 2017). Entretanto, no começo de 2016 a revista eletrônica Rede Brasil Atual publicou o relatório da ONG dinamarquesa Danwatch, evidenciando a existência de graves problemas trabalhistas na produção do café brasileiro, o uso indiscriminado de agrotóxicos perigosos e o emprego de mão de obra infantil. Segundo o relatório "alguns dos produtos usados em lavoras de café brasileiras são tão tóxicos que o mero contato com a pele pode levar ao óbito". O Conselho Nacional do Café (CNC) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) repudiaram o relatório da Danwatch, qualificando-o como sensacionalista (REDE ATUAL BRASIL,2016).

A declaração do CNC e da CNA não é nenhuma surpresa. No Brasil o Agronegócio é propagando pela mídia como a solução mágica para o país, sem desvelar os impactos que esta modernização da agricultura tem para a população do campo, no que diz respeito as relações de trabalho e de vida, assim como para toda população consumidora dos alimentos produzidos. O que interessa é o lucro, independentemente dos impactos que a ganância pelo capital da minoria da população formada pelos grandes produtores possa causar na vida de milhões de pessoas.

Outro fato que auxilia pra expansão do agronegócio no país é a a forte presença da bancada ruralista no Congresso Nacional, que defende seus interesses econômicos visando a maximização dos lucros em detrimento da produção saudável de alimentos e da exploração da força de trabalho dos(as) trabalhadores(as). Segundo Fernandes (1974, p.45) a minoria detentora do poder "encara a si própria e a seus interesses como se a Nação real começasse e terminasse nela. Por isso, seus interesses particulares são confundidos com os "interesses da Nação" e resolvidos desse modo". O autor ainda acrescenta que […] uma ordem social que se alicerça sobre uma estrutura de poder econômico, social e político desigual tende a conferir peso diverso às diferentes classes (FERNANDES, 1974, p.47).

Nesse sentido, o presente texto propõe, nas próximas, linhas uma discussão acerca do desenvolvimento da agricultura cafeeira e as transformações nas relações de trabalho e saúde das(os) trabalhadoras(es) nesse setor com a implantação do agronegócio.

1 A PRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

O café conquistou não só os brasileiros, mas o mundo, e no ano de 1840 torna-se o principal produto de exportação do Brasil, além de ser consumido, também, em larga escala no país (ABIC, 2009). O café foi responsável por 60% da exportação, seguido de 12% do açúcar e de 10% do algodão (CARVALHO, 2001, p.54). O aumento na produção desse produto para a exportação, proporcionou condições básicas para a industrialização brasileira, e consequentemente, um novo ciclo econômico no país Já nas primeiras décadas do século XX, o estado de São Paulo era o maior produtor de café do país, o que possibilitou a formação de uma elite agrária representada pelos "barões do café", que acumulavam poder econômico e político influenciando fortemente a política nacional. Assim, o país era governado pelo acordo político entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, a República Velha ou política do café com leite, na qual a alternância da presidência ficava somente entre esses dois estados.

A produção do café gerou riquezas o que possibilitou o desenvolvimento de muitas regiões e sua industrialização, como a criação de uma rede ferroviária, asfaltamento de estradas e energia elétrica. Lapa afirma,

> […] não é difícil demonstrar a permanente dependência do setor industrial em relação ao setor cafeeiro, tendo este criado uma infra-estrutura de crédito, comércio, transportes e comunicações utilizados pela indústria, além de oferecer o capital financeiro, gerado pelo seu próprio processo de acumulação, para muitos originária (LAPA, 1986, p. 34).

Ribeiro destaca também que os donos das grandes fazendas "[…] investiram no processo de industrialização, principalmente na região sudeste, que recebeu trabalhadores de diferentes regiões do país" (2014, p.48). Entretanto, não houve o mesmo investimento para garantir melhorias nas condições de trabalho e de vida dos (as) trabalhadores (as), que representavam uma grande parcela da população. Florestan Fernandes destaca que os fazendeiros centralizaram-se "[…] no trabalho escravo e na dominação patrimonialista, solapou de várias maneiras o desenvolvimento histórico-social desse processo" (1976, p.63).

O investimento no aperfeiçoamento de novas técnicas de trabalho e no processo de industrialização, justifica-se pela busca incansável dos grandes proprietários de terra em aumentar a sua riqueza, para isso,

optaram pela exploração da força de trabalho dos (as) trabalhadores (as). Ora, a rentabilidade da grande exploração rural- e é disso que se trata- não tem relação necessária com a melhoria das condições de trabalho (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 28).

A formação das grandes fazendas de café foi marcada pela grilagem. Bernardo Mançano Fernandes (2001) em seu artigo "*Brasil: 500 anos de luta pela terra*", publicado pela Revista de Cultura Vozes, afirma que os fazendeiros apropriaram-se das terras "[…] por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores". A atividade exercida pelo "grileiro" fazia com o que "[…] terras cada vez maiores, que pertenciam aos estados, foram apropriadas, sendo indevidamente registradas e legalizadas" (VALENTIM, 2016, p. 67). Assim, na tentativa de romper com essa estrutura perversa de poder dos latifundiários, os camponeses se organizaram e por meio da luta pela terra e resistência travaram inúmeros conflitos com os grandes proprietários na busca de promover uma distribuição justa de terras.

As formas de enfrentamento foram diversas, a migração, também, foi usada pelos camponeses como forma de sobrevivência e de resistência dos mandos dos "coronéis". Esses enfrentamentos foram de extrema violência aos povos do campo, causando a morte, e até mesmo, o massacre dos (as) trabalhadores (as). Os camponeses e os (as) trabalhadores (as), ao longo de toda a história do Brasil, até nos dia de hoje, foram simplesmente ignorados pelo Estado, pois este foi e ainda continua sendo omisso nos casos de massacre dos povos do campo,

> Quando o Estado torna-se omisso diante dos conflitos, não cumpre seu papel de garantir direitos, de fiscalizar, de punir os culpados, ou noutra direção, favorece o avanço dos interesses capitalistas, ele se torna responsável pelos conflitos. A consequência disso é o aumento da perseguição por milicias privadas, capangagem, jagunçada, ligadas aos latifundiários, às empresas e, por vezes, perseguições feita até mesmo por pessoas ligadas aos órgãos públicos e à polícia, culminando em expulsões, despejos forçados, assassinatos, criminilização dos movimentos sociais e um clima de insegurança no campo (VALENTIM, 2016, p. 70-71).

É importante trazer esse breve contexto de luta pela terra, da formação das grandes fazendas com a expropriação de terra dos camponeses para compreender os mecanismos de exploração da força de trabalho dos (as) trabalhadores (as), dos quais se constituem, em sua maioria, de

pequenos proprietários e/ou descendentes destes, que tiveram as suas terras expropriadas. Valentim (2016) pondera que em toda a história do processo de formação do latifúndio diante do enfrentamento e resistência dos (as) trabalhadores (as) do campo, na luta por justiça na distribuição das terras, marcada pelo derramamento de sangue desses, indicaria a realidade da questão agrária.

Lutar por melhores condições de vida e de trabalho dos (as) trabalhadores (as) é fundamental para a construção da consciência social, do direito, da justiça social e da dignidade humana. A população rural, muitas vezes, está esquecida pelo Estado, assim, é deixada às margens das políticas públicas.

Na atualidade, os trabalhadores rurais constituem um público, geralmente, residente nas periferias urbanas das pequenas cidades, e fazem trabalhos temporários e sazonais na agricultura. Mas já foi muito diferente, até meados do século XX, os trabalhadores residiam nas fazendas, através do sistema de colonatos, onde a aglomeração permitia organização política e lutas por melhores condições de vida e trabalho. Com a expropriação de suas terras a população do campo dirigiram-se para as cidades,

> […] onde foram engrossar as favelas, as periferias, tornando-se dependentes de novas formas de trabalho, que lhes asseguraram renumerações, geralmente, apenas nos dias em que trabalham. São os "bóias-frias", trabalhadores volantes que em certas áreas chegam a predominar na produção cafeeira (LAPA, 1983, p.70).

O cultivo do café, como foi já destacado, é de grande importância para a economia nacional, empregando um número significativo de trabalhadores (as), fazendo-se necessário um estudo acerca das condições em que encontram-se esses (as) trabalhadores (as). No entanto, mesmo o café sendo de tamanha importância para a economia brasileira, as condições de trabalho dos (as) trabalhadores (as) da agricultura cafeeira, assim como nas demais agriculturas (milho, soja, cana de açúcar, etc.) são precárias. Dias ressalta que "[…] o sucesso dos indicadores econômicos não se reflete nos indicadores sociais e menos ainda, das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores do campo ou da degradação ambiental" (2006, p.2).

> À medida que um país avança em uma escala de desenvolvimento econômico e social, a dimensão local dos problemas de saúde e ambiente originados nos processos produtivos é superada, tornando mais evidentes situações de ordem regional e global, como os acidentes de trabalho,

> os acidentes industriais ampliados, as contaminações transfronteiriças e a exposição dos grupos populacionais humanos a contaminantes químicos, entre outros (PERES, 2009,p.1996).

Na citação acima podemos evidenciar a valorização do setor econômico em detrimento da saúde do trabalhador rural. Portanto é fundamental colocar a necessidade de se considerar os problemas de saúde e a maneira como está organizado o trabalho rural, assim como os impactos para o meio ambiente no sistema capitalista, que segundo Florestan Fernandes (1975, p.304) é um sistema que "[…] associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro".

Peres (2009, p.1997) destaca que o aumento da produção é "suportado pelo implemento de novas tecnologias de produção, em especial agentes químicos utilizados tanto para o controle e o combate a pragas quanto para o estímulo do crescimento de plantas e frutos". O Brasil, desde a Revolução Verde- que tornou a produção agrícola um padrão único voltado para a produção em massa de produtos com alta rentabilidade com a utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos- vem investindo em alta tecnologia para a manutenção dos elevados índices de produtividade. No entanto, o alto desempenho em produtividade dado pela implementação tecnológica, que mistifica o lugar do trabalho na produção da riqueza, tem convivido com as diversas formas de superexploração do trabalhador (FIRMIANO, 2011, p.65).

O Brasil foi considerado pela Organização Internacional do Café, o principal organismo intergovernamental a serviço do café, como sendo seu maior contribuinte das receitas financeiras da OIC. Segundo o Conselho de Exportadores de Café do Brasil (CECAFE)[1], o país foi considerado, no ano de 2016, como "[…] o maior produtor e exportador de café do mundo e cultiva duas espécies de café: Coffea Arabica e Coffea Canephora".

Todos os dados demostrados acima indicam a valorização do café brasileiro pelo mundo, entretanto, quando se verifica as condições de

[1] O CECAFÉ, Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, originou-se da fusão de duas entidades representativas do setor exportador: Associação Brasileira dos Exportadores de Café (ABECAFÉ) e Federação Brasileira dos Exportadores de Café (FEBEC). Sua missão é representar e promover o desenvolvimento do setor exportador de café no âmbito nacional e internacional, por meio de ações estratégicas e jurídicas, intercâmbio e inteligência de informações do setor, e execução de projetos de cidadania e responsabilidade social que fortaleçam a imagem de sustentabilidade dos cafés do Brasil. Disponível em http://www.cecafe.com.br/. Acesso out. 2016.

trabalho e de vida dos (as) trabalhadores (as), que garantem o café na mesa de milhões de pessoas, percebe-se o quanto esses sujeitos são desvalorizados.

2 O MUNDO DO CAPITAL: O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA CAFEEIRA

O mundo do trabalho tem sofrido, nas últimas décadas, constantes transformações em decorrência da globalização, e as consequências são os impactos diretamente na saúde das (os) trabalhadoras (es). Diante desse contexto, a saúde desses sujeitos têm sido foco de atenção dos estudiosos, fazendo com que fosse desenvolvida várias reflexões críticas em relação a organização do trabalho e o rebatimentos na saúde e nas condições de vida da classe trabalhadora.

> Os anos 80 podem ser considerados a "década das inovações capitalistas", da flexibilização da produção, da "especialização flexível", da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como *just–in–time* / *Kan–ban*, CCQ's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. Na verdade, foi a década de impulso da acumulação flexível, do novo complexo de reestruturaçào produtiva, cujo "momento predominante" é o toyotismo(ALVES, 1999 P.81).

Nesse sentido, o trabalho se caracteriza pela produção em massa, pela precarização, pela exploração da força de trabalho, pelo avanço da tecnologia, entre outros fatores; se distanciando da concepção de Marx que diz que o trabalho é, antes de tudo,

> […] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com natureza. Defronta-se com a natureza como usam das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2003,p.202).

As transformações no mundo do trabalho tiveram impactos tanto na àrea urbana quanto na área rural. Nesse texto nos limitaremos a discutir as mudanças nas relações de trabalho do universo agrário. O trabalho rural

possui uma importante característica, da qual se diferencia do trabalho urbano, pois ele depende das condições climáticas para ser realizado. Suas tarefas e ritmos são desenvolvidas de maneiras diferentes ao longo de todo o processo agrícola, dependendo das forças da natureza, para que assim, diminua o risco de prejudicar a plantação, ou até mesmo, para evitar a perda total do plantio.

Na década de 1970 o Banco Mundial promoveu programas de desenvolvimento em áreas rurais, assim o governo brasileiro e de outros países da América Latina, começaram a trabalhar na inclusão de práticas de manejo para o trabalho no campo e com as águas, incluindo pequenos agricultores com o objetivo de responder os rebatimentos na vida e trabalho da população, e os impactos ambientais causados pela modernização da agricultura. Entretanto, tempos depois, sob a perspectiva neoliberal, que se inseriu no país desde a década de 1990, houve uma transformação intensa no modo de produção do campo. A expansão do capital cria novos valores e necessidades sustentados na valorização do individualismo (TARDELI; MENDONÇA,2011,p.77).

A produção na grande parte da zona rural do país mudou o modelo de produção tradicional, que baseava-se na agricultura familiar, para a agroindústria de exportação.

> Movidos pela necessidade intrínseca de expansão permanente do capital, os processos de produção e consumo tendem a promover profundas transformações nos territórios em que se inserem, produzindo conflitos socioambientais, além da utilização de matérias e energia às vezes não renováveis; a degradação do ambiente, como o desmatamento e a desertificação; a contaminação da água, do solo, do ar, da biota e dos alimentos por substâncias químicas, como os agrotóxicos, ou riscos tecnológicos de natureza física; a mudança de padrões culturais, valores, hábitos, além da alteração de paisagens de importantes significado cultural para as populações tradicionais, entre outros (RIGOTTO; TEIXEIRA,2009, p. 79-80 apud. TARDELI; MENDONÇA,2011, p.77).

O Agronegócio se expandiu por todo território brasileiro, centrado na monocultura para exportação e tendo como consequências à exploração da força de trabalho dos trabalhadores rurais e a degradação do meio ambiente. Além disso, o uso intenso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos traz danos à saúde humana. Os trabalhadores que aplicam o produto nas

plantações são a categoria mais afetada pela aplicação indiscriminada de agrotóxicos, mas os impactos para à saúde atingem também todos os consumidores de tais alimentos, ocasionando intoxicações alimentares, problemas respiratórios, entre outros, podendo levar a pessoa a orbito. Mesmo diante das problemáticas causadas pelo agrotóxico o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Na matéria de Fernando Carneiro (2017) intitulada "O retrocesso no controle dos agrotóxicos no Brasil" publicado em abril no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), nos deparamos com o alerta do autor sobre a articulação entre a ANVISA, o IBGE e o Congresso Nacional com a bancada ruralista para a manutenção do consumo de agrotóxicos no país. Carneiro destaca,

> Para tornar o quadro ainda mais grave, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), juntamente com representantes das industrias de agrotóxicos estão elaborando uma proposta de Medida Provisória (MP) onde é previsto que agrotóxicos que causem efeitos crônicos como o câncer, distúrbios hormonais e reprodutivos ou malformações possam ser comercializados no Brasil (CARNEIRO, 2017).

As transformações ocorridas no campo, em virtude do sistema capitalista e do agronegócio, provocou mudanças significativas nas relações de trabalho e de vida da população do campo, assim como os impactos na saúde de todos os brasileiros e no meio ambiente. O sistema capitalista transformou o espaço agrário em ferramenta de ampliação do capital e de dominação da classe dominante, deixando claro seu objetivo: a maximização do lucro, mesmo que para isso milhões de vidas sejam destruídas.

> Ciência e tecnologia passam a assumir a condição de novos salvadores da humanidade; entidades que irão resolver todos os problemas gerados por ela ao longo de sua história, através de novos produtos, como defensivos virais, kits para diagnóstico de doenças de plantas, vacinas; ou através das áreas de melhoramento genético, aperfeiçoamento de variedades de plantas; ou, ainda, no campo da engenharia genética, como as sementes geneticamente modificadas pela biotecnologia, os chamados transgênicos (FIRMIANO, 2011, p.68).

Por trás da propaganda positiva que tem circulado por todo país por meio dos grandes veículos de comunicação, o Agronegócio esconde

denúncias de trabalhadoras(es) em condições de trabalho análogas a escravo, o uso indiscriminado de agrotóxicos totalmente maléficos a saúde humana, além da degradação do meio ambiente e do ecossistema presente nas regiões próximas as plantações e/ou criações.

Na cafeicultura, e em outras agriculturas, os fatores determinantes de risco na utilização de produtos químicos "referem-se ao uso inadequado, à toxicidade elevada de alguns, à não utilização e/ou utilização incorreta de equipamentos de proteção individual e à deficiência estrutural da vigilância em saúde" (MELLO, SILVA, 2013, p.610).

O Ministério Público do Trabalho em Bauru (SP) vistoriou as condições de trabalho em fazendas de café da região de Marília no ano de 2013, na operação intitulada "Café Amargo" foram encontradas várias irregularidades, como falta de equipamentos de proteção e manuseio incorreto no armazenamento e descarte de embalagens de agrotóxicos. Em 2016 foram registradas denúncias relacionadas ao trabalho análogo ao escravo utilizado por fazendas de café no sul de Minas Gerais, segundo o procurador Carlos Andrade (MG), representante do Ministério Público do Trabalho infelizmente ainda se encontra na cultura do café os mesmos mecanismos de 100 anos na contratação de trabalhadores com desrespeito à legislação. "As condições de produção completamente diferente do início do século passado. As empresas têm que acompanhar a evolução dos direitos trabalhistas e respeito aos direitos humanos e coibir a jornada exaustiva, o trabalho degradante e forçado e a servidão por dívida".

A precariedade dos mecanismos de vigilância das fazendas produtoras de café, assim como as de outras commodities é um problema que requer maior atenção do governo brasileiro. A lógica do agronegócio coloca em risco a vida de milhões de pessoas, desde o trabalhador que manuseia os produtos químicos e tem sua força de trabalho explorada, até o consumidor que compra os alimentos contaminados por agrotóxicos.

CONCLUSÃO

No Brasil, por ter uma forte história com a produção agrícola, que permanece até os dias atuais, existe milhares de trabalhadoras(es) que vê na venda da sua força de trabalho a única forma de sobreviver. As condições de trabalho a qual esses trabalhadores estam submetidos levantam várias questões a serem discutidas e investigadas.

Este trabalho configura-se na perspectiva da denúncia da exploração da força de trabalho dos indivíduos envolvidos, e do não acesso dos direitos trabalhistas e sociais. Embora na Constituição Federal de 1988 houve uma equiparação entre o trabalho urbano e rural, contudo na área rural há maior desrespeito e maior dificuldade de fiscalização, até pelos próprios problemas relacionados a sazonalidade e distância das entidades legisladoras das fazendas.

Assim o presente texto buscou contribuir, também, para apreensão do conhecimento das transformações nas relações de trabalho e vida das(os) trabalhadoras(es) rural do setor cafeeiro com a expansão do Agronegócio, apontando, também, os impactos para a saúde dessa população, assim como para a saúde humana no geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.**Trabalho e Mundializaçãodo CapitalA Nova Degradação do Trabalho naEra da Globalização**2º Edição Praxis, Londrina 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC). **A História do Café:** origem e trajetória. Café editora, Chapecó/SC, 2009. Disponível em http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38 Acesso em: jul.2016.

_____.**Tendências de consumo de café**- VII, 2010. Disponível em http://www.abic.com.br/publique/media/EST_PESQTendenciasConsumo2010.pdf. Acesso em 16 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.**Café no Brasil**. Brasília, 2017. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira Acesso em 11 jul.2017.

CARNEIRO, F. **O retrocesso no controle dos agrotóxicos no Brasil**. 2017. Disponivel em https://www.abrasco.org.br/site/noticias/ecologia-e-meio-ambiente/o-retrocesso-no-controle-dos-agrotoxicos-no-brasil/28221/# Acesso em 16 jun.2017.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAS, E. C. **Saúde do Trabalhador Rural- RENAST**. Org. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro. 2006. Disponível em http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/saude-trabalhador-rural.pdf Acesso em: nov. 2016.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Petropólis. Revista de Cultura Vozes, 2001.

FERNANDES, F. **Mudanças Sociais no Brasil**- aspectos do desenvolvimento da sociedade brsileira. Difusão Européia do Livros, São Paulo, 1974.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 2º ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1976.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a devastação da vida**. In: SANT'ANA; CARMO; LOURENÇO. (Org.). Questão agrária e saúde dos trabalhadores: desafios para o século XXI . Franca: Cultura Acadêmica, 2011. p. 61-74.

LAPA, J. R. A. A economia cafeeira. Editora Brasiliense. 2º ed. São Paulo. 1986.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra.**São Paulo. Hucitec. 1986.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e capital:** salário, preço e lucro. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

_____**O capital:** crítica da economia política. 11. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. L. 1. V. 1.

MISTRO, J. C. **A cultura do café**. São Paulo.Instituto Agronomico (IAC/APTA), 2012.

MOREIRA, A. C. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Panorama Rural; Magma Editora Cultural, 2007

NAKATANI, P. FALEIROS, R. N. VARGAS, Neide César (Org.). **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2012.

NAKAGAWARA, Y. **Café, do colonato ao bóia-fria**. Semina: Ci. Soc./ Hum., Londrina, v. 15, n.3, p.270-279, set. 1994.

PERES, F. **Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro** . Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz. 2009. p.1995-2004.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

REDE ATUAL BRASIL. **Café amargo**. Disponivel em http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/03/cafe-amargo-4963.html Acesso em 22 abr. 2017.

SANDALJ, V.; ECCARDI, F.; QUENTAL, Raffaella de Filippis. **O café:** ambientes e diversidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

SILVA, M. A. M.**Errantes do fim do século.** São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

TARDELI, E.A.; MENDONÇA, H.M. A contribuição das indústrias de agrotóxicos à destrutividade do capitalismo. In: SANT'ANA; CARMO; LOURENÇO. (Org.). Questão agrária e saúde dos trabalhadores: desafios para o século XXI . Franca: Cultura Acadêmica, 2011. p. 75-84.

VALENTIM, T.(Org.). **A questão agrária brasileira e os conflitos no campo**. São Paulo: Paulus, 2016.

VERAS, D. **Café do Brasil:** O sabor amargo da crise. Florianópolis Gráfica Agnus,2002.

AGRONEGÓCIO E AGROECOLOGIA: DUAS MATRIZES DE PRODUÇÃO EM CONFLITO NO CAMPO BRASILEIRO

Ilena Felipe Barros*
ilenafb@hotmail.com
Kleber Andolfato de Oliveira**
kleberandolfato@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento do agronegócio no Brasil e sua incursão sobre a terra, concentrando a propriedade fundiária, destruindo o meio ambiente, destituindo culturas e povos originários;no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. Versa também sobre a matriz de produção agroecológica sendo uma alternativa para sobrevivência dos povos, da biodiversidade, da natureza; dos recursos naturais e da soberania alimentar. Esse artigo origina-se de teses doutoramento do/a autor/a e de uma revisão de literatura sobre a questão agrária brasileira na atualidade, a partir de autores clássicos e contemporâneos.

Palavras chaves: Agronegócio. Agroecologia. Capital financeiro. Concentração fundiária. Soberania alimentar.

AGRONEGOCIO Y AGROECOLOGÍA: DOS MATRICES DE PRODUCCIÓN EN CONFLICTO EN EL CAMPO BRASILEÑO

RESUMEN: *El artículo tiene por objetivo analizar el desarrollo del agronegocio en Brasil y suincursión sobre latierra, concentrando lapropiedad agraria, destruyendo el medio ambiente, destituyendo culturas y pueblosoriginarios; Enel sentido de producir a escala global bajo lasreglasdel mercado y de laacumulación. Versa también sobre la matriz de producción agroecológica siendo una alternativa para lasupervivencia de lospueblos, de labiodiversidad, de lanaturaleza; De los recursos naturales y de la soberanía alimentaria. Este artículo se origina de tesis doctoral del autor / a y de una revisión de literatura sobre la cuestión agraria brasileña en la actualidad, a partir de autores clásicos y contemporáneos.*

Palabras clave: *Agronegocio. Agroecología. Capital financiero. Concentración de latierra. Soberanía alimentaria.*

INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado tem importância para apreender o movimento do capital financeiro sobre a terra, sendo o maior inimigo

* Doutora em Serviço Social; Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora Pedagógica do PRONERA/ INCRA/UFRN/MST.ilenafb@hotmail.com.

** Doutor em Agronomia (Horticultura); Docente do Centro Multidisciplinar da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta; kleberandolfato@yahoo.com.br.

do desenvolvimento da agroecologia no Brasil. Essa realidade faz parte da atual conjuntura no campo brasileiro. Assim, buscaram-se as análises do desenvolvimento do capital financeiro da agricultura a partir da modernização conservadora realizada na década de 1970, suas conseqüências na atualidade e a instalação das bases para a produção agrícola de *commodities*, em escala global, sob a égide do mercado e da acumulação.

Em função do movimento de expansão do capital financeiro sobre todos os setores da economia, identifica-se, na atualidade, a existência de dois modelos de agricultura, que estão em disputa no cenário brasileiro. De um lado o agronegócio ou *agribusiness*, representado pela burguesia agrária e articulado ao capital financeiro internacional; e do outro a agricultura camponesa com base na produção agroecológica de alimentos, sustentada pelos/as trabalhadores/as rurais assentados, sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Agronegócio em debate: agricultura capitalizada e concentração fundiária1

Nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. No caso específico da agricultura, o capital financeiro tem controlado a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Destaca-se nesse cenário a aquisição de empresas de diferentes ramos da produção agrícola, por bancos com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas que tiveram um investimento de um capital acumulado que estava fora dos processos agrícolas, contribuindo para dominarem a produção, o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos, as ferramentas, etc. Em segundo lugar, essas empresas, fortalecidas pelo capital financeiro e favorecidas pela dolarização da economia mundial, entraram nas economias nacionais e adquiriram as

[1] O debate sobre agronegócio apresentado nesse artigo foi publicado na revista Serviço Social e Sociedade, 131, jan/abr 2018, e é resultado da pesquisa realizada para a tese de uma das autoras. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br.

empresas e a produção agrícola local. Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido às normas e regras impostas pelas IFMs (especialmente o Banco Mundial, FMI e OMC) quanto à produção e comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos.

Nessa dinâmica do capital financeiro na agricultura, há, ainda, uma forte dependência quanto ao crédito bancário e à industrialização. Esses créditos financiam o domínio da agricultura pela indústria em todo mundo. Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista.

Com a crise do capital em 2008, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos foram aplicar seus capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas.

Como afirma Stédile (2013),

> Esses capitais financeiros se dirigiam às bolsas de mercadorias agrícolas e de minérios para aplicar seus ativos e assim especular no mercado futuro ou simplesmente transformar o dinheiro em mercadorias futuras. Esse movimento gerou uma elevação exagerada nos preços dos produtos agrícolas negociados pelas empresas nas bolsas mundiais de mercadorias [...] eles são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas. (STEDILE, 2013, p. 23)

Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentraram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. A concentração da produção agrícola atinge um

pequeno número de proprietários de terra articulados com as empresas. No Brasil, "[...] 10% de todos os estabelecimentos agrícolas do país controlam 80% do valor da produção". (STEDILE, 2013, p. 25)

Essas empresas estrangeiras expandem seus negócios na agricultura capitalista controlando um volume significativo de hectares de terras no Brasil, tendo como prioridade a produção de soja em todas as regiões do Brasil; a cana-de-açúcar no centro-sudeste; a celulose no sul da Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul; madeira para carvão na região Norte e Minas Gerais; frutas irrigadas no semiárido; camarão em cativeiro no litoral do Nordeste; pecuária nas regiões degradadas e fronteiras agrícolas; algodão no Centro Oeste. (STEDILE, 2013, p. 29)

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando às condições macroeconômicas favoráveis a expansão do agronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária.

A partir de 2008, a crise internacional afeta a economia brasileira pela enorme fuga de capital e altera a política econômica, forçando modificações do sistema cambial. A política de comércio exterior se transforma e a estratégia encontrada é gerar saldos comerciais e suprir o déficit da conta corrente. Volta-se então, para investimento em exportações de produtos agrícolas e minerais. Dessa forma, a agricultura capitalista, sob a forma do agronegócio, é fundamental para capturar o excedente econômico e recuperar a economia brasileira.

Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999/2002), os investimentos no agronegócio são reforçados através das seguintes iniciativas: a) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; b) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA), operando em sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; c) uma regulação frouxa do mercado de terras, de modo a deixar fora o controle público às terras devolutas, mais aquelas que declaram não cumprir a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; d) a mudança da política cambial torna a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional a estratégia de ajustamento macroeconômico; e) a provisão de

crédito rural nos Planos Safra é retomada em vigor no período de 2003-2010. (DELGADO, 2013, p.64-65)

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível, em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da superexploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Exemplo disso são as empresas estabelecidas no Brasil produtoras de cana-de-açúcar, fruticultura, soja, pecuária, arroz, etc.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (2016) revelam que 751 trabalhadores em situação de escravidão, destes 544 resgatados. Dos69 Conflitos Trabalhistas no campo, 68 são por trabalho escravo e 1 por superexploração. Mesmo com as denúncias, a bancada ruralista no Congresso Nacional tem conseguido, por dentro do Estado, a redução significativa no número de Auditores Fiscais do Trabalho e um corte drástico dos recursos para a realização das operações de fiscalização.

> O lema ruralista é destruir as possibilidades de realização da reforma agrária (e, se possível, reverter as experiências já consolidadas),barrar a demarcação de terras indígenas e quilombolas (e, se possível, abrir espaço nas terras já demarcadas à exploração econômica pelo grande capital), implodir a legislação trabalhista e a previdência rural. (CPT, 2017, p.12)

De acordo, ainda, com os dados da Comissão Pastoral da Terra (2016), entre 2003 e 2005 o número total de conflitos por terra foi mais elevado, 2003 – 1.335 / 2004 – 1.398 / 2005 – 1.304 devido ao maior número de ocupações/retomadas e acampamentos. Já nos últimos anos a ocorrência de conflitos tem aumentado, sendo 2015- 998 e 2016 - 1.295. Da mesma forma aumentou a violência: 12.829 famílias despejadas (Despejo é uma ação da polícia, em cumprimento a mandado judicial);17.447 famílias estiveram sob a mira de pistoleiros; 31.278 viveram sob ameaças de serem despejadas; 21.006 sofreram ameaças ou tentativas de expulsão; 3.827 famílias tiveram suas casas destruídas; 4.611 tiveram roças destruídas; 3.071 tiveram outros bens destruídos. Isso em se tratando

de conflito por terra, ainda há as incidências de conflitos por água e em territórios de povos indígenas.

Essa voracidade do capital sobre a agricultura tem provocado a expropriação, violência, criminalização de movimentos sociais no campo e o aquecimento no mercado de terras no Brasil, exatamente, nas áreas que concentram a monocultura, o latifúndio e o agronegócio. Quando o capital se apropria da terra, este o faz num processo de concentração da riqueza que tem na propriedade privada da terra um caráter rentista, próprio do desenvolvimento capitalista brasileiro. Desse modo,

> Ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peoagem e suas diferentes formas de "escravidão pela dívida" etc., todas necessárias a sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2010, p. 287).

Ressalta-se que, desde a ditadura militar, os governos brasileiros vêm investindo na agricultura, através da expansão de complexos agroindustriais, articulado com o capital financeiro internacional. Já nesse período, ocorre um processo de articulação entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito a agricultura e a agroindústria e a propriedade fundiária no sentido de estruturar e sustentar a modernização conservadora da agricultura. Nesse sentido, "[...] o mercado de terras e o crédito rural, sob o patrocínio do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura" (DELGADO, 2013, p. 60-61)

É nesse momento em que o capital aplicado à terra proporciona a acumulação desse mesmo capital, tendo a renda da terra como elemento fundante para sua reprodução. Seguindo a mesma lógica, o sistema de crédito rural para a agricultura contribuiu para construção de complexos agroindustriais e para cumprir a função do capital em ampliar as taxas de lucro, agora em variados setores e ramos da produção agrícola.

No atual modelo de agricultura brasileira, o agronegócio se constitui uma das estratégias da política macroeconômica do governo federal. Como nos informa Bruno (2009)

> O agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação. (BRUNO, 2009, p. 114)

No mercado mundial do agronegócio, o Brasil precisa exportar e importar, mesmo que tenha condições favoráveis para produzir aquilo que importa. Os capitalistas internacionais se beneficiam e aumentam seus lucros com as exportações. O Brasil tem um lugar privilegiado no mundo capitalizado, sendo um dos principais fornecedores e exportadores de alimentos, minério de ferro, aviões, produtos florestais (celulose, papel, madeira e seus derivados).

De acordo com a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), o superávit da balança comercial na próxima safra (2017/2018) é o mais importante para além das questões ambientais e trabalhistas que envolvem a produção de monocultura capitalizada.

> o agronegócio tem sido o responsável pelo superávit da balança comercial, gerador de empregos, e fator irrigante de toda uma nova sociedade que se espraia pelo interior do País. O que chamo de "Brasilzão". Tivemos uma queda na safra de grãos 2016/2017, predominantemente pelo fator clima, no qual recuamos para cerca de 190 milhões de toneladas. Porém, as perspectivas da nova safra, 2017/2018 apontam para uma super safra, acima de 2013 milhões de toneladas de grãos. (TELON, José Luiz, ABAG, 2017)

O agronegócio está representado no latifúndio e na monocultura, sustentados pelas empresas multinacionais que controlam a terra, os recursos naturais, as sementes e a força de trabalho. Nessa lógica de produção, há um uso intensivo de mecanização, que expulsa força de trabalho para aumentar a produtividade do trabalho agrícola, cujo sentido é de uma agricultura sem trabalhadores rurais. Também é reconhecido o uso abusivo de agrotóxicos, como forma de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho, à base de venenos, sem nenhum controle, causando todo tipo de degradação do meio ambiente, destruindo a fertilidade natural do solo e seus micro-organismos, contaminando as águas dos lençóis freáticos e a atmosfera. Incluindo a destruição do território e da cultura dos povos originários.

1.2 - Agroecologia: o modelo alternativo de desenvolvimento do campo e valorização do território[2]

Existe atualmente certo consenso no que tange a classificação dos modelos de produção agrícola encontrados no território brasileiro. Consideram-se dois modelos como sendo os que abrangem as diversas técnicas e formas de manejo, o modelo convencional e o modelo alternativo de produção.

O modelo convencional recebe também por muitos pesquisadores o título de "agricultura moderna", este termo surgiu das técnicas agrícolas conhecidas e descritas como "pacote tecnológico", como o uso de variedades de alto rendimento, cultivadas necessariamente a partir da aplicação intensiva de adubação química, combinado à aplicação sistemática de agrotóxicos, em processos de trabalho majoritariamente mecanizados (ALTAFIN,1999).

Alguns autores como, Altieri (2002; 2012) Balestro e Sauer (2013) afirmam em seus estudos que, o padrão convencional de agricultura tem se mostrado insustentável, não só pelo aumento da pobreza e o aprofundamento das desigualdades, mas também pelos impactos ambientais negativos causados pelo desmatamento continuado, pela redução dos padrões de diversidade preexistentes, pela intensa degradação dos solos agrícolas e contaminação química dos recursos naturais, entre tantos outros impactos (ALTIERI, 2002, p.8).

Diante da problemática da desordem econômica, social e ambiental oriundas de um modelo de produção com a lógica de exploração ao máximo da natureza e sem observar os limites de sua utilização, surge um movimento chamado "alternativo", justamente para contrapor esta lógica e este modelo de produção. O modelo chamado de alternativo tem como premissas a utilização de métodos e técnicas que respeitam os limites da natureza, pouca ou nenhuma dependência de agrotóxicos e troca de saberes científicos com saberes locais desenvolvidos pelos agricultores (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

De modo geral, a agricultura alternativa visa trabalhar com o conceito de agricultura sustentável que se apresenta como uma resposta relativamente recente para o declínio a qualidade dos recursos naturais e da base produtiva da agricultura moderna (ALTIERI 1998; 2012). A questão

[2] O debate sobre agroecologia apresentado nesse item é resultado da tee de doutorado de um dos autores do artigo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br.

da produção agrícola deixou de ser puramente técnica para se tornar em uma questão mais complexa, que é caracterizado pelas dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais, éticas e econômicas, justamente o oposto do modelo convencionado "agronegócio" apresentados anteriormente.

Carmo (2008) concebe a agroecologia como uma nova abordagem científica, multidimensional, ao passo que busca outros aportes disciplinares para desenvolver sua dimensão teórica possuindo como eixo central de estudo o agroecossistemas. Ademais, segundo informa Altieri (1998), o objetivo principal da agroecologia é trabalhar com sistemas agrícolas complexos no qual as interações ecológicas entre os componentes biológicos criem fertilidade ao solo, a produtividade e a proteção das plantas.

Elencada como uma ciência inovadora, a agroecologia, por sua vez, busca dinamizar a visão interdisciplinar e participativa como uma cadeia integradora de sistemas de conhecimento coletivo. Nesse enfoque, essa ciência reconstrói modelos teóricos e metodológicos específicos embasados nas experiências substanciadas por diferentes atores sociais envolvidos nas práticas de cultura da terra.

Nesse sentido, a abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores à direcionar o olhar investigativo nas práticas tradicionais dos agricultores resgatando o conhecimento para desenvolver projetos sustentáveis com a mínima dependência de componentes químicos externos.

Ressalta-se também que existe uma relação bem estreita da agroecologia com o conceito de desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade. Esta relação esta pautada na ideia de que o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado, segundo alguns autores, para causar de forma proposital uma discussão e reflexão mais aprimorada sobre este conceito (ALTIERI, 2012). Além disso, as bandeiras do desenvolvimento sustentável também são e estão relacionadas com os olhares da agroecologia para com os agroecossistemas.

Segundo Camargo (2008), o desenvolvimento sustentável tem como objetivo atingir parâmetros desejáveis na economia, no equilíbrio ambiental e na dimensão social, todavia, existem parâmetros hoje também apontados como desejáveis de dimensões éticas, políticas e culturais. A agroecologia anda pelo mesmo caminho, objetiva atender as demandas econômicas, de forma a gerar qualidade de vida, diminuindo as mazelas sociais, garantindo acesso às políticas públicas e de justiça social, respeitando os conhecimentos tradicionais e culturais dos atores

envolvidos, garantindo uma produção limpa e que esteja em sinergia com o meio ambiente.

Neste sentido, a agroecologia apresenta-se como movimento contrário as mazelas do agronegócio. Os valores e princípios agroecológicos não atendem aos interesses do grande capital. Obviamente, este conflito de interesses coloca a agroecologia como uma ciência e um movimento em processos contínuos de superação, haja vista a necessidade de demonstrar que é possível derrubar o modelo de agricultura advindo das idéias e motivações da chamada "*Revolução Verde*".

Amorozzo (2014) chega a discutir em seus trabalhos, em especial no texto "Quem vai ficar pra cuidar da roça?", suas preocupações em relação a todos esses conhecimentos que existem nas roças mais simples e tradicionais, roças tradicionalmente familiares, modelos que o agronegócio pretende superar. É bem sabido que estes conhecimentos tradicionais estão extremamente relacionados com a preservação e conservação genética e cultural de diversas populações indígenas e agrícolas tradicionais. A autora aponta sobre o desinteresse dos indivíduos mais novos e da deficiência dos detentores do conhecimento de manejo em garantir e perpetuar seus conhecimentos. Ora, sabe-se que muitos são os fatores que podem contribuir para este processo de erosão cultural e genética. Em se tratando da erosão cultural, neste caso, os motivos se apresentam no fascínio que os grandes centros, as novas tecnologias e a qualidade de vida urbana oferecem e certamente a transformação da agricultura.

A garantia de acesso aos serviços públicos, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e florestais deve ser pauta de políticas públicas compromissadas com a garantia de perpetuação e preservação destes conhecimentos, além claro, de compromissos com a diminuição de mazelas sociais como o êxodo rural, o crescimento desordenado dos grandes centros que recebem estas populações sem planejamento adequado, a diminuição da criminalidade, entre outros, e obviamente, o mercado consumidor e a mídia assumem papel importante na mudança de valores e na discussão destes assuntos pela sociedade.

Diante disso, se faz necessário uma revalorização do rural. Na Agricultura um novo processo de mudança de valores está ocorrendo atualmente. É chamado por alguns autores como um processo de "revalorização" do rural. (SCHENEIDER,1999). Segundo alguns autores, esse termo, "revalorização", caracteriza uma nova forma dever o rural, o mesmo rural que dentro da visão produtivista geralmente é

entendido como uma fonte de exploração dos recursos com o objetivo de aumento da produtividade sem muitas vezes considerar o uso adequado dos recursos naturais.

Na agroecologia, as questões que envolvem a revalorização do rural e o desenvolvimento do território, tendo em vista a economia territorial de Bernard Pecqueur (2002) parece fornecer elementos de análise dos mais fecundos para desenvolver um tipo de interpretação pertinente aqui. Este autor aponta para a história particular de um território como fonte de criação de bens e serviços territorializados, ou seja, invenções apoiadas em especificidades territoriais. Estas idéias podem ser interpretadas de tal maneira a propor que a análise dos processos sociais pode se alimentar da identificação dos aspectos reconhecidos, potenciais ou latentes que favoreçam a emergência das singularidades e das tipicidades dos territórios. Quer dizer, trata-se de discutir em que medida os atores locais se mobilizam e se articulam para fazer valer as diferenças, aquilo que lhes torna distintos em relação a outras realidades humanas.

A agroecologia e os estudos territoriais se voltam assim para a identificação das atividades, pensamentos, projetos individuais e coletivos que favoreçam o florescimento das específicas vocações ecológicas e culturais do território. Trata-se de considerar os aspectos que possam ser favoráveis ao despertar destas vocações, o que, em maior ou menos medida, pode conferir consistência a um desenvolvimento territorial promissor, inovador e sustentável.

A qualidade do desenvolvimento, desta maneira, está vinculada à tipicidade, à diversidade, à originalidade, ao bem estar social, à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. Nesta ótica, o desenvolvimento territorial deve ser, portanto, considerado como resultante de projetos voltados para a construção de recursos específicos e distintivos. O reconhecimento e valorização dos múltiplos papéis da agricultura podem ser então apropriados indicadores de uma percepção favorável a processos de especificação do território e neste aspecto a agroecologia se torna uma importante aliada para um modelo de desenvolvimento que esteja alinhado ao desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível afirmar que as transformações na agricultura nas últimas décadas têm causado um padrão de desenvolvimento

que compromete a vida humana, a natureza e os ecossistemas. Dessa forma, a agroecologia é um modelo alternativo ao desmonte da vida no planeta provocado pelo agronegócio e todas as suas ramificações em todos os setores da agricultura e da indústria.

A agroecologia se baseia em novas relações sociais e de produção que elimina a exploração, a concentração fundiária, o trabalho escravo, a dominação dos recursos naturais para fins de acumulação de capital, os agrotóxicos e as sementes transgênicas, a opressão e alienação dos/as trabalhadores/as rurais, entre outros.

Assim, a agroecologia contribui para produção de alimentos saudáveis, garantindo o princípio da soberania alimentar e do trabalho cooperativo, como mutirões e agroindústrias familiares, próximo ao local da produção agrícola e sob o controle dos trabalhadores/as rurais.É necessário considerar as técnicas agroecológicas de produção de alimentos e abolir a mecanização exagerada que exaure a riqueza do solo. As máquinas agrícolas devem ser apropriadas a cada contexto socioambiental, visando a produtividade ambientalmente sustentável.

Todos os bens da natureza devem estar a serviço da vida sustentável do planeta e dos povos. A terra, a água e as florestas nativas devem ser tratadas como direito de todos os povos e não mercadoria e nem objeto de apropriação privada. As sementes são patrimônio da cultura dos povos campesinos e devem estar a serviço da saúde e da alimentação, sendo respeitada a biodiversidade dos biomas regionais, para que todos/as possam fazer uso delas, sem o controle econômico de empresas privadas do capital internacional.

Em tempos de capital financeiro e expansão do agrohidronegócio sobre o campo brasileiro, atingindo significativamente os territórios dos povos campesinos, ressalta-se as ações de resistência e organização política em defesa de uma reforma agrária popular com base numa produção agroecológica e respeito aos territórios e culturas dos povos do campo.

Finalizamos ressaltando um trecho do documento final do Encontro Unitário dos Povos do Campo, das Águas e da Floresta. “Não nos deixaremos curvar pelo avanço insaciável do capitalismo com seu cortejo de políticas governamentais nefastas e genocidas. Território não se negocia, não se vende, não se troca. É o espaço sagrado, onde fazemos

crescer a vida, nossa cultura e jeito de viver, nos organizar, ser livres e felizes. Território livre, já!"[3]

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I.G. **Diagnóstico rural participativo no desenvolvimento local sustentável**. Brasília, 1999. (Mimeo).

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: agropecuária, 2002. 592 p.

_____, M. **Agroecologia:** A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável. 1.ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS,1998.

AMOROZO MCM. 2012. Diversidade agrícola em um cenário rural em transformação: será que vai ficar alguém para cuidar da roça? In: Ming LC, Amorozo MCM e Kffuri CW (Orgs.). **Agrobiodiversidade no Brasil**: experiências e caminhos da pesquisa. Volume 6. Recife: Nuppea, 2012.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.;

BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia**: os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARROS, Ilena Felipe. Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação da UFPE. Recife/PE, 2014, 323 p.

BRUNO, R. **Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

[3] Trecho do documento final do Seminário "Os Territórios Tradicionais e o Estado brasileiro", realizado no âmbito do Encontro Unitário dos Povos do Campo, das Águas e da Floresta e promovido pela articulação das pastorais do campo, em Luziânia/GO, fevereiro de 2013.

CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. 160 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A..**Agroecologia e Extensão Rural:** contribuições para promoção do desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, M. S. do. **Agroecologia:** Novos caminhos para a agricultura familiar. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, São Paulo, p. 28-40, 2008.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, 2017.

DELGADO, G. da C. **Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000**. IN: STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000**. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e ContrareformaAgrária no Governo Lula.** IN: **Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Kleber A. **Etnobotânica, agroecologia e modelos alternativos em horticultura:** análise de conteúdo da mídia impressa. Tese de Doutorado defendida no programa de Pós-Graduação da UNESP. Botucatu/SP, 2015, 111 p.

PECQUEUR, B. (2005). **O desenvolvimento territorial:** uma nova abordagem dos

processos de desenvolvimento para os países do Sul, Raízes, vol. 4, n. 1 e 2, Campina Grande/ PB: UFCG, pp. 10-22.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999. 208 p.

STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000**. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TELON, J. L. **Agronegócio em 2017: além da economia**. Disponível em http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-agronegocio-em-2017. Acesso em 13/05/2017.

EIXO 4: AGRICULTURA FAMILIAR- CAMPONESA OS DESAFIOS E SUA VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA

AGRICULTURA CAMPONESA E AGROECOLOGIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS A PARTIR DE UMA VIVÊNCIA JUNTO AO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES/ES.

Gabriela Abrahão Masson*
Gabriela@professoragabriela.com.br
Ari Zabin**
arizabin@gmail.com
Renan de Morais Martins***
renaddm@gmail.com
Elaine Teresinha Gonçalves Silva****
elaine_teres@hotmail.com

RESUMO: Este relato de experiência é fruto de uma vivencia e de reflexões teórico práticas realizadas junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo. Durante o trabalho de campo realizado foi possível aprender a diversidade de produtos que a agricultura camponesa impulsiona, bem como o quanto a transição agroecológica é um processo que não só beneficia as famílias como também o meio ambiente. Concluímos o quanto a reforma agrária ainda se constituí uma realidade premente no Brasil, e a agricultura camponesa ainda não se constitui uma prioridade do Estado brasileiro, que historicamente privilegiou o agronegócio.

Palavras-chave: Agricultura camponesa - Movimento de Pequenos Agricultores – agronegócio – exploração – trabalho.

AGRICULTURA CAMPESINA Y AGROECOLOGÍA: APROXIMACIONES TEÓRICO-PRÁCTICAS A PARTIR DE UNA VIVENCIA JUNTO AL MOVIMIENTO DE LOS PEQUEÑOS AGRICULTORES / ES.

RESUMEN: *Este relato de experiencia es fruto de una vivencia y de reflexiones teórico prácticas realizadas junto al Movimiento de los Pequeños Agricultores en el Espíritu Santo. Durante el trabajo de campo realizado fue posible aprender la diversidad de productos que la agricultura campesina impulsa, así como cuánto la transición agroecológica es un proceso que no sólo beneficia a las familias, sino también al medio ambiente. Concluimos cuánto la reforma agraria todavía se constituye una realidad apremiada en Brasil, y la agricultura campesina aún no se constituye una prioridad del Estado brasileño, que históricamente privilegió el agronegocio.*

Palabras clave: *Agricultura campesina - Movimiento de Pequeños Agricultores - agronegocio - explotación - trabajo*

* Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

** Discente da Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM).

*** Discente da Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM).

**** Discente da Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM).

INTRODUÇÃO

A atual configuração da questão agrária brasileira nos remete ao (re) descobrimento do Brasil pela invasão dos colonizadores portugueses que iniciaram o processo de expropriação e apropriação de nosso território, já que até então não haviam "donos", mas sim os habitantes nativos (índios). Devido a sua grande extensão territorial, a coroa portuguesa destinou extensas áreas de terra (denominadas capitanias hereditárias) a donatários que eram membros da nobreza portuguesa. Estes, por sua vez, tinham o direito de repartir as terras em parcelas chamadas sesmarias, que originaram os grandes latifúndios de terra facilitados pelo trabalho escravo e negro. Com a abolição da escravatura, os negros libertos necessitavam de terras para trabalhar e assim prover a subsistência, no entanto não foram absorvidos pelo mercado de trabalho brasileiro o que os levou a migração para as periferias dos centros urbanos. A opção engendrada foi a incorporação da força de trabalho dos camponeses europeus pauperizados, que chegaram ao Brasil e se instalaram no comércio e nas fazendas. (STÉDILE, 2011).

Em 1850 temos a primeira Lei de Terras, que definiu que somente se tornavam donos da terra quem pudesse pagar determinado valor à Coroa e legalizar o processo em cartório, discriminando assim os pobres e escravos libertos, pois estes não possuíam recursos para a compra.Com o decorrer do tempo, estas grandes propriedades foram sendo repassadas para filhos e parentes, mas sempre permanecendo como grandes latifúndios; produzindo café, cana-de-açúcar e criação de gado.

Pela primeira vez, em 1946, ouvimos falar em reforma agrária no Brasil, por meio da "Nova Assembleia Nacional Constituinte". Entretanto, deputados conservadores em aliança com a burguesia nacional da época barraram o projeto. Data desta mesma década a intensificação de vários conflitos que ocorreram em todo o país envolvendo camponeses, a luta por uma reforma agrária e o direito à terra. Porém, o projeto de reforma agrária foi totalmente desmantelado com o golpe militar de 1964 e diversos líderes sindicais e sujeitos ligados aos movimentos de luta pela terra foram presos e/ou executados.

Somente na década de 1980 as lutas pela terra foram retomadas fortemente e ressurgem na conjuntura política brasileira, com o apoio da Pastoral da Terra (ala progressista da Igreja Católica). Esse processo culminou na criação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Cascavel no Paraná em 1984, com militantes/

representantes de 16 estados brasileiros. A partir de então também observamos a criação de diversos movimentos sociais que atuam junto ao questionamento da questão agrária, seja por meio da ocupação de terras para a criação de projetos de assentamentos rurais ou por meio da organização e mobilização em torno da agricultura camponesa/ familiar, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por exemplo. Se "Ocupar, Produzir e Resistir" é o direcionamento político que perpassa a organização e luta do MST em torno da questão agrária por meio da ocupação de terras em todo o território brasileiro; "Organizar, Produzir e Alimentar" é a estratégia política que direciona o MPA na realidade que observamos e acompanhamos junto ao trabalho de campo em São Gabriel da Palha/ES, em julho de 2017.

O MPA e outros diversos movimentos sociais contra hegemônicos se organizam em torno da agricultura camponesa que impulsiona a produção e comercialização de alimentos com base no trabalho familiar e na produção livre de agrotóxicos e fertilizantes, sendo que a transição agroecológica a estratégia de produção para muitos deles. Entendemos a "transição ou ruptura agroecológica", nos marcos desta reflexão, como a passagem de um processo de reprodução social completamente insustentável no longo prazo histórico para outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo. (MESZÁROS, 2007). Desta forma, os movimentos sociais brasileiros como o MST e MPA se organizam, mobilizam e lutam em torno do questionamento do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira calcado no agronegócio, que não prioriza a diversificação das culturas e o respeito ao meio ambiente. Sendo assim, possuem na transição agroecologia uma estratégia de organização da produção.

Cabe destacar que mesmo a Constituição Federal de 1988 preconizando e estabelecendo a função social da terra, a política de reforma agrária brasileira não ultrapassou a elaboração de dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (1985 e 2003), não houve uma redemocratização do acesso à terra no país por parte do Estado brasileiro, e se há alguma distribuição ela está atrelada a luta dos movimentos sociais.

O Plano Safra da Agricultura Familiar apesar de contar com recursos ínfimos, comparados aos investidos no Plano Safra voltado para médios e grandes produtores, possui dois programas de compras governamentais: Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA teve

seu surgimento inscrito em um dos quatro eixos, de fortalecimento da agricultura familiar, do Programa Fome Zero de Lula, lançado em 2003, e foi gestado pelo Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) até 2006.

Na atualidade, é um relevante instrumento para a política agrícola e para a política de segurança alimentar, ainda vigente e tem o objetivo de fortalecer a agricultura camponesa/familiar por meio da compra de alimentos para doação a instituições sociais que trabalham com populações pauperizadas, ou como dispõe o artigo 19 da Lei n° 10.696, de 02 de julho de 2003, "pessoas em situação de insegurança alimentar":

> Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura família, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003, on-line).

O programa é regulamentado pelo Decreto n° 7.775, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012), e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Suas finalidades vão desde o fortalecimento da agricultura familiar à garantia de alimentação em quantidade e qualidade a populações em situação de pobreza e "insegurança alimentar" até o estímulo à produção orgânica e agroecológica, conforme o artigo 2° do decreto:

> I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
>
> II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
>
> III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
>
> IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

> V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
>
> VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
>
> VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
>
> VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
>
> IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012, on-line).

Tendo em vista toda a complexidade que perpassa a questão agrária brasileira, a tentativa inócua dos governos em mitigá-la e a diversidade das lutas que perpassam a constituição dos movimentos sociais no Brasil, professoras dos cursos de Geografia e Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e discentes dos respectivos cursos realizaram trabalho de campo entre os dias 05 a 09 de Julho de 2017, no noroeste do estado do Espírito Santo em cidades, comunidades onde a agricultura camponesa/ familiar são consolidadas pelo MPA e o agronegócio em torno da extração de granito é massivo e explorador.

A partir desta contradição o objetivo deste trabalho, portanto é uma reflexão teórico prática acerca de temáticas que perpassam a formação profissional em Serviço Social e a luta pela da terra, os movimentos sociais, a agroecologia, o campesinato, agricultura camponesa, e a agricultura patronal/ agronegócio em torno da mineração na região capixaba.

1 DESENVOLVIMENTO

O trabalho de campo iniciou-se com a visita à Escola Família Agrícola do Bley, na cidade de São Gabriel da Palha/ES.Na escola, conhecemos um pouco da história da região e da escola: aspectos socioeconômicos, culturais e políticos. O modelo da Escola da Família Agrícola (EFA), que está no estado do Espírito Santo desde 1960, sendo fruto do movimento de resistência do MPA na região, pois a ausência de escolas do campo e para o campo naquela região era latente. O MPA movimento de maior expressão na região visitada, surgiu por volta de 1996

no Rio Grande do Sul, devido a três grandes dilemas que as famílias do campo enfrentavam naquela época como o descaso dos governos federal, estaduais e municipais em relação as políticas públicas para os pequenos produtores, a crise sindical do campo e a seca que na época atingiu várias regiões brasileiras.

Atualmente a escola é composta por alunos de dez municípios da região de São Gabriel da Palha e, desde 2001, além dos cursos técnicos é ofertado Ensino Médio. Um dos diferenciais da Escola Família Agrícola do Bley concerne à organização dos alunos e alunas organizativa, pois as famílias dos mesmos participam ativamente dos processos decisórios, por meio de comissões e assembleias. Segundo as exposições que tivemos tudo que diz respeito a EFA é discutido e deliberado coletivamente, como exemplo observamos a "Festa Junina dos Amigos" onde tudo foi organizado pela comunidade. Além disso, os (as) alunos (as) se auto organizam para realizar as tarefas diárias no espaço escolar, como limpeza, alimentação e cuidados com o ambiente escolar.

Outro ponto que merece destaque é o modelo pedagógico implementado na EFA: a "Pedagogia de Alternância", que tem como princípios básicos a educação calcada na experiência, nas vivências, na realidade dos camponeses; a gestão compartilhada e a primazia da vida sobre a escola. Os alunos (as) têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e Médio, além de diversas outras voltadas à agricultura camponesa e agropecuária, ou seja a realidade em que cada um está inscrito. Quando retornam para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que apreenderam na escola em hortas, pomares e/ou criações. A formação se dá de forma abrangente: 322 horas de estágio que levam em consideração elementos sociais, climáticos, produtivos, técnicas agrícolas, pesquisas científicas, vivências realizadas nas comunidades locais, etc. Cabe destacar que cerca de 80% dos alunos são filhos de camponeses, o que acaba contribuído para essa pedagogia.

Em 2001, a partir de um processo de revisão foram decididos os novos rumos das EFAs: a agricultura, a educação e a gestão baseadas na agroecologia. Assim, alunos (as) do ensino médio desde então possuem a certificação técnica em agropecuária com ênfase em agroecologia), sendo que ao término do curso devem apresentar um trabalho de conclusão que leve em consideração os aspectos econômicos, sociais e políticos, tendo como base teórico-filosófica a agroecologia. Nesse sentido, pode-se afirmar que o projeto pedagógico da escola em questão constitui-se como

contra-hegemônico, pois, apesar de não ser dominante, busca romper com as limitações presentes nos métodos de ensino tradicionais, apesar das EFAs possuírem muitos desafios no pleito de recursos públicos para investimento nesses espaços.

Como sabemos o Brasil, sobretudo algumas regiões se transformaram em um vasto território voltado para as plantações de mono cultivos para exportação de commodities: cana-de-açúcar, soja, sorgo, milho, entre outros a agropecuária e recursos naturais como nossos minérios, água, madeira. A produção massiva de gêneros alimentícios também é um setor muito lucrativo para vastas extensões de terras, sobretudo para aqueles que utilizam fertilizantes e agrotóxicos para acelerar o processo e lidar com pragas. Os mercados, em sua grande maioria, acabam vendendo produtos de baixa qualidade, repletos de agrotóxicos, oriundos das grandes empresas, a preços baixos; o que acaba dificultando a escoação dos alimentos saudáveis produzidos pelos camponeses.

Aqueles que resistem este processo, lutam contra um mercado altamente competitivo, que muitas vezes impulsiona a comercialização dos produtos a preços muito baixos. Por isso uma das estratégias do MPA de São Gabriel da Palha foi a criação da Associação, segundo relatos dos trabalhadores, pois foi uma das estratégias de lutar contra um dos principais desafios postos às famílias camponesas, a comercialização dos alimentos produzidos.

Nesse sentido, o movimento faz um contraponto com o agronegócio e vem mantendo uma articulação com outras organizações do campo e da cidade alternativas, no que tange ao processo de produção e comercialização dos alimentos (através da participação e criação de/em feiras livres, mercado popular, cesta cheia, venda direta, políticas públicas) – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros.

Atualmente o MPA está presente em 17 estados brasileiros. Na região de São Gabriel da Palha/ ES, que é marcada pela presença de minifúndios até alguns atrás cultivava-se praticamente as monoculturas de café e arroz, sendo que devido à crise hídrica já que estas duas culturas dependem de muita água, houve uma fase de transição, em que o MPA contribuiu significativamente por meio da organização dos camponeses para a produção de hortifrútis por meio da agroecologia.

De acordo com a cartilha do Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular do MPA,

> [...] a agroecologia representa uma base científica e técnica para qualificar os sistemas camponeses de produção, eliminar o uso de agrotóxicos, superar as cadeias produtivas, construir a soberania alimentar, proporcionar autonomia das famílias camponesas e fazer enfrentamento ao agronegócio. Assim para o MPA a agroecologia tem um significado produtivo prático, mas também um significado político e ideológico, fazendo parte da luta de classes no campo e na cidade. Explicou sobre a dificuldade em iniciar o processo de transição para a produção agroecológica devido a resistência por parte dos vizinhos que ainda persistem em utilizar inseticidas em suas lavouras. O mesmo demonstra em suas palavras que tem plena consciência dos benefícios da agroecologia, principalmente no âmbito da saúde, de se alimentar com alimentos isentos de agrotóxicos (MPA, 2012, p.7).

De acordo com o Plano Camponês a Agroecologia possui um "significado produtivo prático, político e ideológico", sendo que presenciamos este significado na visita a uma família no Centro de Formação Camponês. Conhecemos, observamos e ouvimos relatos de experiência de um camponês que trabalha na produção de uma diversidade de hortifrútis (que também conhecemos) para o sustendo de sua família, além de comercializar o excedente nas feiras e no mercado popular da cidade. Sua organicidade com o MPA foi construída na década de 1990, sendo que o mesmo já foi da base nacional do movimento e na atualidade se encontra junto a sua família produzindo e aprimorando tudo que aprendeu com a militância.

Conhecemos também o Mercado Popular que é mantido pelos produtores camponeses ligados ao MPA, onde são comercializados os alimentos oriundos da produção da comunidade local. Este mercado é fruto de muita luta e resistência dos pequenos produtores da região, os quais, antes da criação do mesmo, não tinham um local fixo para escoar a produção. Há cerca de 250 famílias cadastradas para a entregas de produtos mais diversos como: hortifrúti, legumes, verduras, quitandas, doces, mel, queijos, leite, manteigas, ovos e a Cachaça Crioula.

A Cachaça Crioula é produzida na micro usina de biomassa São José, no município de Águia Branca, sendo um produto do MPA. A micro usina também é fruto da mobilização coletiva de camponeses e camponesas ligadas ao MPA, que em 2014 criaram a Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Espírito Santo (CPC). No espaço é produzido atualmente cachaça, açúcar mascavo, rapadura e

etanol. O processo de produção é feito com resíduo zero, onde subprodutos da produção de cachaça se transformam em etanol, ração animal e adubos orgânicos, criando assim um ciclo equilibrado.

No município de Barra de São Francisco, visitamos uma mineradora de extração de rochas de granito, fomos recebidos pelo gerente da mineradora. Após algumas explicações teóricas, nos deslocamos até o ponto de extração propriamente dito, onde havia dois funcionários (que não utilizavam o Equipamento de Proteção Individual completo) executando o trabalho de corte da rocha para posterior explosão do bloco. Percebemos o quanto os trabalhadores, todos homens, e natureza são expropriados e agredidos naquele processo de trabalho, sendo que montanhas desaparecem para a retirada de blocos de granito. Sem contar a exorbitante utilização de água utilizada para poder executar o corte das rochas, por meio de alta tecnologia. A maior parte dessa água retorna contaminada com resíduos tóxicos para o leito dos córregos da região, que não são tratados.

Apesar de alguns avanços obtidos por meio de novas tecnologias e equipamentos e EPI, as condições de trabalho na pedreira ainda são precárias e insalubres. Reivindicar melhores condições de trabalho e salário, não faz parte da realidade daqueles trabalhadores, que nos relataram estar muito bem empregados, pois caso não queiram todos os dias há pessoas a procura de trabalho na pedreira.

Sobre esse processo, Netto (2012) afirma que:

> [...] os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto da sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital – com os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo).
>
> O chamado "mercado de trabalho" vem sendo radicalmente reestruturado – e todas as "inovações" levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da "informalidade". (NETTO, 2012, p. 420)

Posteriormente, em uma roda de conversa com outros funcionários da mineradora, foram expostas as questões relacionadas ao trabalho na região. Acidentes, doenças crônicas causadas pela insalubridade nos

espaços de trabalho, ausência de direitos trabalhistas, entre outros pontos foram elencados pelos trabalhadores. A realidade do campesinato nessa região se difere de São Gabriel da Palha, já que aqui os camponeses fizeram contratos de uso e retirada das rochas; com isso, os mesmos foram trabalhar nas mineradoras, ganhando em média R$2.000,00 mensais. Nesse processo, abandonaram todo e qualquer plantio nas suas terras e começaram a fazer suas compras básicas no comércio local.

De acordo com os relatos, o poder público municipal não garante políticas públicas para a população dos distritos, onde estão instaladas as mineradoras. Exemplo disso é localidade onde almoçamos, que está instalada às margens de um rio e toda a rede de esgoto doméstica é lançada diretamente em seu leito; causando grande impacto ambiental.

Posteriormente fomos conhecer a empresa de serraria da região, onde os blocos de granito chegam em formato "bruto" para serem serradas em lâminas e recebem o tratamento de polimento para serem comercializados. As informações repassadas dão conta que 20% do material é comercializado internamente no Brasil, e o restante (80%) da produção é destinado à exportação para países como Japão, Itália, China, EUA, entre outros. Portanto, a riqueza socialmente construída pela nossa força de trabalho, extraída e explorada da natureza, não permanece no Brasil, sendo apropriada privadamente pelo ramo do agronegócio dos minérios no mercado internacional.

Na serraria há uma forte exploração da força de trabalho, já que a empresa funciona 24 horas por dia. Muitos trabalhadores têm jornadas de trabalho de 12x36 horas, em um ambiente onde a presença de pó – por conta da serragem dos blocos de granito - é muito alta. Percebemos o quanto a mais valia absoluta e relativa é uma constante para a família que detém todo o processo produtivo do granito, bem como o quanto esse processo de produção e concentração de riqueza é contraditório e gerador de desigualdades sociais na cidade.

Nessa direção, podemos afirmar, conforme salienta Soares (2009), que o processo produtivo de hoje não é nenhuma novidade no capitalismo dependente brasileiro que não eliminou a questão agrária, pois:

> [...] a dominância do modelo agroexportador resulta da conjunção de uma série de fatores de produção a baixo custo, especialmente a força de trabalho, que possibilitavam a produção de matérias-primas relativamente baratas.

> Assim, esses produtos podiam ser vendidos, no mercado internacional, por preços satisfatórios para quem os produzia e, também, para quem os comprava – no caso, os países capitalistas centrais que tinham, nesse mecanismo de acesso a matérias-primas, um dos fatores que proporcionavam a elevação das taxas de lucro. Na medida em que essa complementariedade era lucrativa para as classes produtoras de ambas as partes, formava um "complexo integrado" entre imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo. (SOARES, 2009, p. 45)

Para finalizar o trabalho de campo, nos deslocamos para a EFA de Barra de São Francisco, que foi fundada em 1992. Diferente da escola do Bley, esta é gestada pelo poder público municipal. Com a entrada das mineradoras no ramo do agronegócio no município e consequente mudança da dinâmica social local, a escola não teve mais força política para sustentar a pedagogia da alternância, pois o MPA foi enfraquecido. Uma das monitoras da escola relatou que diversos camponeses deixaram de produzir alimentos, e começaram a trabalhar nas mineradoras que chegaram ao município. Em decorrência da mudança cultural ocorrida no município, após a instalação das mineradoras, nos dias atuais a escola tem mais procura por alunos que não são filhos de camponeses, mas que enxergam no modelo de escola agrícola, um potencial educativo.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, podemos afirmar que o trabalho de campo em questão foi extremamente intenso e essencial para apreendermos de forma mais ampliada e crítica a dinâmica contraditória e as correlações de forças presentes entre a agricultura camponesa e o agronegócio, neste caso no ramo do extrativismo mineral

Ficou notório o quanto o Estado tem um lado bem definido nesse processo, já que as grandes empresas são as mais beneficiadas pelas medidas e ausências governamentais no processo de fiscalização da extração do minério. Enquanto aos camponeses resta a exploração do trabalho, a dificuldade em permanecer e produzir na terra e de comercializar os produtos; a ausência de políticas públicas voltadas para a realidade do camponês; a falta de assistência técnica nas pequenas propriedades rurais.

Apesar desses desafios, os camponeses vêm forjando, de forma organizada, intensa e resistente, lutas cotidianas e potentes,

contrapondo as barreiras impostas pelo capital, com o intuito de ampliar as inúmeras conquistas históricas até aqui obtidas. Entre essas conquistas, podemos citar os créditos subsidiados, as moradias, os programas de comercialização (PAA e PNAE), feiras livres, mercado popular, micro usinas de biomassa, agroindústrias, organização da produção por meio do trabalho de forma cooperada entre as famílias camponesas, banco de sementes crioulas, a ampliação das escolas agrícolas com viés popular e não tradicional, entre outras.

Os avanços no campo da produção agroecológica na região, impulsionados pelo MPA são nítidos e grandiosos. Há em São Gabriel da Palha um processo de soberania alimentar sendo construído por meio da produção de alimentos saudáveis e respeito à natureza. Tais experiências e conquistas das famílias camponesas no Espírito Santo e em diversos outros pontos do país devem ser tomadas como horizontes de resistência e luta, nos prospectando para outra concepção de agricultura e de sociedade

É preciso quebrar a hegemonia do agronegócio e criar instrumentos que visem o fortalecimento da agricultora camponesa. E, nesse sentido, a organização dos trabalhadores tem papel central. A mobilização e articulação política são elementos essenciais para que a luta no campo continue avançando a passos largos, contra o agronegócio e em favor da agricultura camponesa.

Notamos que a atuação profissional de assistentes sociais no âmbito da organização e contribuição para a construção da consciência de classe, da classe trabalhadora, mais especificadamente dos camponeses, é imprescindível para o fortalecimento dos interesses destes sujeitos.

Pois, conforme afirma Cardoso (2009) constituem possibilidades de atuação do assistente social nos processos de organização e formação da classe trabalhadora:

> [...] 1) a participação no desenvolvimento de propostas de formação político-organizativa, que possibilite a essas classes a apreensão crítica das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes às sociedades capitalistas; a criação de formas próprias de reprodução e de resistência no enfrentamento cotidiano com os interesses das classes adversárias e a construção de formas de superação da opressão por essas classes; 2) desenvolvimento de propostas eminentemente educativas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e de processos de constituição ideológica das classes subalternas na luta pela

> construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade. (CARDOSO, 2009, p. 23)

Portanto, cabe aos profissionais do Serviço Social e áreas afins, que trabalham e lutam por uma sociabilidade justa, a articulação junto aos movimentos sociais e camponeses em defesa da reforma agrária e da agricultura camponesa de transição agroecológica. É nosso dever ético político compor grupos de estudos sobre formação política no campo; produzir e socializar conhecimentos na área; ampliar e fortalecer a mobilização desses sujeitos, historicamente negligenciados e criminalizados pelo Estado e sociedade. A realização desta vivência proporcionada por uma universidade pública, evidenciou para nós que a luta pela terra, a agroecologia, a soberania alimentar e a agricultura camponesa dialogam com o Projeto Ético Político do Serviço Social**.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n° 7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art.19 da Lei n°10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.**Diário Oficial da União**,Brasília, 4 jul. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____ . Decreto n° 7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art.19 da Lei n°10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.**Diário Oficial da União**,Brasília, 4 jul. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

NETTO, José Paulo. **Crise do Capital e Consequências Societárias.** In – Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.111, p. 413-429, jul/set, 2012.

CARDOSO, Franci Gomes & LOPES, Josefa Batista. **O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora.** IN CFESS-ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

MPA. **Plano Camponês:** Da Agricultura Camponesa para toda a sociedade. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Espírito Santo. 2012.

STEDILE, J. P, (Org). **A Questão Agrária no Brasil (O Debate Tradicional: 1500-1960).** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: UMA FERRAMENTA DE VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DOS/AS TRABALHADORES/AS DO CAMPO*[1]

Magaly Nunes de Gois**
magalyngois@gmail.com

RESUMO: A educação que chega ao campo, a Educação Rural, não considera as especificidades do campo e é uma versão piorada, precarizada da educação urbana. Com a concepção de que a educação é um direito e a "escola é necessária à luta", trabalhadores/as rurais vêm historicamente lutando para construir e consolidar uma educação socialmente referenciada nas realidades e nos interesses dos/das mesmos/as. Historicizar e problematizar sobre a Educação Rural e a Educação no e do Campo no Brasil como uma ferramenta necessária a viabilização da vida econômica, política e social dos/as trabalhadores/as do campo constitui o objetivo do presente trabalho.

Palavras-chave: Educação rural. Educação no e do campo. Estado. Movimentos Sociais e sindicais

EDUCACIÓN EN EL Y DEL CAMPO: UNA HERRAMIENTA DE VIABILIZACIÓN ECONÓMICA, POLÍTICA Y SOCIAL DE LOS/LAS TRABAJADORES / AS DEL CAMPO

RESUMEN: *La educación que llega al campo, la Educación Rural, no considera las especificidades del campo y es una versión empeorada, precarizada de la educación urbana. Con la concepción de que la educación es un derecho y la "escuela es necesaria a la lucha", trabajadores/as rurales vienen históricamente luchando para construir y consolidar una educación socialmente referenciada en las realidades y en los intereses de los mismos. Problematizar sobre la Educación Rural y la Educación del Campo en el Brasil como una herramienta necesaria para la viabilidad de la vida económica, política y social de los/as trabajadores/as del campo, es el objetivo del presente trabajo.*

Palabras clave: *Educación Rural. Educación en el Campo. Estado. Movimientos Sociales y Sindicale*

INTRODUÇÃO

Historicamente as populações do campo têm menos acesso às políticas públicas. Isso se dá como consequência do modelo de desenvolvimento que privilegia o urbano e as atividades industriais e subordina o campo à cidade; da pouca presença e/ou ausência do Estado no

* Trabalho construído a partir de minha tese de doutorado intitulada "Participação e controle social dos movimentos sociais e sindicais na educação do campo: um estudo no estado de Sergipe", defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

** Membro do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE) e dos grupos de Estudo e Pesquisa Educação e Movimentos Sociais e Trabalho; Questão Social e Movimentos Sociais (GETEQ) e assistente social da PRONESE. Universidade Federal de Sergipe (UFS).

campo e da concepção e implementação de políticas públicas socialmente referenciadas na vida urbana, nas demandas da cidade e nos interesses da reprodução do capital, portanto, inadequadas às necessidades de reprodução da vida do campo, tanto na dimensão econômica (produtiva) quanto, social e cultural.

A educação que chega aos/as trabalhadores/as rurais, além de desconsiderar as especificidades do campo, é uma versão piorada, precarizada da educação urbana. A denominada educação rural contribui historicamente para a construção de uma identidade inferiorizada do homem do campo, o famoso "Jeca Tatu" (FIOD, 2009), e do próprio campo; para a concepção das atividades produtivas, representadas pelo trabalho na lavoura e/ou na roça, como de menor valor social e econômico, menor complexidade, portanto de menor exigência de conhecimento e de formação profissional, além de cristalizar a visão de que tem que estudar para sair do campo, "precisa-se estudar para deixar de puxar a enxada" (SOUZA, 2004), e não para construir outro campo, o campo dos/as trabalhadores/as rurais.

Os/as trabalhadores/as do campo foram vistos pela política de Educação quando o Estado os/as percebeu como força de trabalho necessária à introdução e consolidação do capitalismo no campo e, como toda a educação brasileira, sofre influência do Banco Mundial que orienta, melhor dizendo, determina o "investimento em programas educacionais no campo que proporcione aos trabalhadores/as acessar empregos assalariados no campo em atividades agrícolas e não agrícolas, bem como dispor de conhecimento que possibilite a migração dos mais jovens em busca de empregos [...]", como afirma Filho (2013, p. 41).

Portanto, a educação e a escola chegam ao campo com a finalidade de assegurar aos/as trabalhadores/as rurais a formação mínima exigida pelas atividades modernas capitalistas.

> Mediatizado por uma escolaridade omissa, inadequada e ineficaz, sem uma política educacional específica, porém intimamente atrelada às manifestações do mercado – na maioria das vezes sob o manto de projetos especiais de atendimento social – o campesinato e a escola rural brasileira não descortinaram suas possibilidades e prerrogativas, permanecendo, de certa forma, à margem do processo civilizatório global (LEITE, 1999, p. 80)

Com a concepção de que a educação é um direito e a "escola é necessária à luta" (MST/2016), trabalhadores/as rurais, representados/

as por movimentos sociais e sindicais, vêm desde a década de 1950 lutando para superar a educação rural e para construir e consolidar uma educação socialmente referenciada nas realidades e nos interesses dos mesmos, em contraposição ao adestramento, disciplinarização, treinamento e docilização dos indivíduos, características da educação formal, tanto urbana como rural, que tem sido historicamente ofertada aos/as trabalhadores/as, desde a colonização, por meio da educação jesuítica e da adoção pela elite portuguesa de uma educação para a domesticação, para a submissão, para o homem-objeto em detrimento de uma ação para a liberdade, para o homem-sujeito até os tempos atuais, por meio das políticas educacionais dos organismos multilaterais, a serviço do capital que corrobora para a submissão da cultura do silêncio imposta pela cultura dominante burguesa e pelos interesses do capitalismo central aos povos dos países do capitalismo periférico.

Assim, movimentos sociais e sindicais almejam uma educação que é meio e instrumento de formação técnica, política e revolucionária, portanto, "capaz de valorizar os saberes e práticas sociais oriundas da cultura de quem vive e trabalha no campo, por meio de aprendizagem e não subalternidade do campo à cidade" (JESUS, 2008, p. 155). Enfim, uma educação que possibilite a superação da concepção de que

> para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não precisa de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados para não levar manta na feira, não precisa de muitas letras [...] a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler (ARROYO, 1999, p. 16-17).

Historicizar e problematizar a educação rural e a Educação **no** e **do** Campo no Brasil como uma ferramenta necessária a viabilização da vida econômica, política e social dos/as trabalhadores/as do campo constitui o objetivo do presente trabalho.

1 EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO NO BRASIL: PERCURSOS DE UMA CAMINHADA EM (DES) CONSTRUÇÃO

A realidade de inclusão marginal e de pouco ou nenhum acesso aos direitos levou os/as trabalhadores/as rurais a construírem uma série de estratégias e táticas para enfrentamento da concentração da propriedade privada da terra, da renda e de poder e das condições de dominação e

exploração postas e impostas pelo capital e Estado, na condição de representante dos interesses majoritários dos capitalistas, ou seja, de "comitê dos interesses da burguesia" (MARX e ENGLES, 1998).

No cotidiano de luta os movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade representam, defendem e negociam a formulação e implementação de políticas públicas socialmente referenciadas que possibilitem o enfrentamento das expressões da questão agrária, a presença do Estado no campo - por meio da oferta e do acesso à terra, água, crédito, assessoria técnica, formação sócio-política, comercialização, educação, habitação, trabalho, lazer, seguridade social - e a permanência dos/as trabalhadores/as rurais no campo.

Para tanto, segundo Mészáros,

> Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de 'contrainternalização', coerente e sustentada, que não se esgote na *negação* – não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento – e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente *concretamente sustentável* ao que já existe [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 56, grifos do autor)

No conjunto de políticas públicas e sociais, a Educação é uma ferramenta imprescindível à "contrainternacionalização" e a implantação do socialismo - alternativa ao capitalismo (MÉSZÁROS, 2008) por possibilitar o acesso ao conhecimento científico (letrado), domínio da escrita e da leitura vigentes, a informação e a formação.

No caso da Educação **no** e **do** Campo, a possibilidade real de construção de um projeto de Educação voltada para a formação técnica, sócio-política e revolucionária, de sujeitos políticos com capacidade de fazer uma leitura crítica da realidade, de compreender as contradições do Estado e da sociedade capitalista e, de construir alternativas de superação dessa realidade, ou seja, de construir uma Educação dos/as trabalhadores/as enquanto uma ferramenta de viabilização econômica, social, política e cultural para além do capital, parafraseando Mészáros, em contraposição ao modelo de educação dominante - a educação burguesa e urbana -, configurada no campo pela Educação Rural, cujos programas e projetos são concebidos e implementados na perspectiva, única e exclusiva, da Educação como direito e nos marcos da sociedade capitalista.

Mas, quais são as razões/fundamentos que os/as defensores/as da Educação **no** e **do** Campo apresentam para se contrapor a Educação Rural?

Uma das razões está na luta por uma educação que não esteja tão somente **para** o campo e **no** campo, mas que seja essencialmente **do** campo, ou seja, na defesa de uma Educação **no** Campo e **do** Campo.

A Educação **para** e **no** Campo é uma expressão da política educacional desenvolvida pelo Estado em parceria com o capital internacional, na concepção da Educação Rural e nas perspectivas da educação como extensão rural e do ruralismo pedagógico[1], portanto, consiste na extensão de modelos, conteúdos e métodos pedagógicos urbanos, concebidos de forma centralizada e autoritária, que não reconhece e respeita as especificidades e particularidades dos processos sociais, produtivos, simbólicos e culturais da vida do campo (FRIGOTTO, 2010).

"**No campo**" porque os/as trabalhadores/as do campo têm direito de estudar e de ser educado onde vivem e moram, sem serem obrigados/as a se deslocarem compulsoriamente, por longos e cansativos trajetos, em transportes inadequados e precários para estudarem em escolas situadas, na maioria das situações, nas cidades, sedes de seus municípios ou em outras cidades, denominadas de cidades polos dos territórios, portanto, escolas localizadas na área urbana.

"**Do campo**" porque os/as trabalhadores/as do campo têm o direito a uma educação concebida a partir da realidade e da diversidade do campo, que considere a cultura, a identidade, a história e as necessidades humanas e sociais dos povos do campo, implementada por meio de políticas públicas, construídas com participação efetiva e real dos sujeitos que demandam e exigem a Educação no e do campo. "Trata-se, portanto, de uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo, que combine pedagogias de maneira a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria [...] (MUNARIM, 2010, p. 12).

Arroyo, Caldart e Molina (2011) e Arroyo (2012) destacam 5 (cinco) pontos que são marcantes na trajetória da Educação Rural que devem ser conhecidos, enfrentados e superados pelos sujeitos[2] que fazem a Educação **no** e **do** Campo: silenciamento, esquecimento e, até certo

[1] "Movimento que discutiu, elaborou e divulgou proposições para a educação escolar das populações rurais. O Movimento Ruralista tinha como centralidade acentuar a educação como possibilidade de garantir a fixação do homem no campo [...] O ideário do ruralismo foi tão hegemônico que conseguiu reunir representantes dos setores agrários e industriais. Contou com o apoio de educadores, políticos e religiosos dentre outros [...]" (ROCHA, 2010, p. 130). Segundo Maia (1982, p. 27), "o ruralismo pedagógico propunha uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a 'fixação' do homem ao campo".

[2] Educadores/as, educandos/as, movimentos sociais e sindicais, professores/as de IES.

ponto, o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais[3]; o olhar negativo, preconceituoso sobre o campo, os setores populares, os trabalhadores/as e seus filhos, ou seja, o campo como lugar atrasado, inferior e arcaico; o clamor da terra, representado pelas lutas dos sujeitos do campo por visibilidade, reconhecimento, direitos e em defesa de políticas públicas de Educação **no** e **do** Campo, como direito do/a trabalhador/a e dever do Estado; a usurpação e a negação de direitos; o distanciamento da educação e da escola da realidade do campo, a educação urbanocêntrica que nega o direito a uma educação pública, universal e de qualidade e produz, reproduz e naturaliza o analfabetismo.

Santos (2012) ao analisar a trajetória histórica da Educação do Campo afirma que esta é permeada por 3 (três) grandes desafios, além do desafio posto por Arroyo, Caldart e Molina (2011) e Arroyo (2012):

> O primeiro deles é assegurar o direito de acesso dos camponeses ao conhecimento, como instrumento político fundamental para a ruptura da sua histórica condição de subordinação frente ao capital. O segundo desafio diz respeito ao direito à diferença. Que os novos sujeitos políticos camponeses que emergiram das novas lutas surgidas neste final/início de século – da questão agrária, do debate sobre um novo modelo de agricultura articulado com a questão ambiental – sejam reconhecidos pelas suas práticas e pelo acúmulo de conhecimento construído no âmbito de suas organizações e movimentos sociais, e identificados nas políticas educacionais como portadores de tal patrimônio cultural [...] O terceiro desafio é trabalhar um novo projeto que no campo da elaboração e da disseminação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, rompa com o paradigma hegemônico do capital na educação. Rompa, portanto, com a racionalidade instrumental nos processos educativo – escolares (p.36)

A Educação Rural tem por objetivo a formação de uma mão de obra técnica, instrumental e utilitarista, de um/a trabalhador/a com competência para servir e desempenhar as atividades capitalistas desenvolvidas no campo, sem perder de vista a inserção desse trabalhador/a no mundo de trabalho urbano.

[3] Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2011, p 8), "[...] somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar do campo".

Em contraposição, a Educação **no** e **do** Campo luta pela construção e efetivação de estratégias e ações que preparem sujeitos políticos revolucionários, uma classe revolucionária, porém a concretização desta Educação esbarra na institucionalidade burguesa e na escola capitalista que além de não questionarem, defendem o agronegócio, a descampinização, a estrangeirização, a inserção de atividades não agrícolas no campo (pluriatividades) e, como não poderia ser diferente, defendem a formação de mão de obra para o desenvolvimento, consolidação e avanço dessas atividades que contribuem para a não democratização e universalização do acesso à terra, a não realização da reforma agrária e para retirada das possibilidades de realização da Educação **no** e **do** Campo como uma estratégia de educação revolucionária.

Para dar conta e enfrentar essa realidade a Educação **no** e **do** Campo é concebida como uma prática educativa que possibilita a emancipação política envolvendo ações formais (alfabetização a pós-graduação) executadas no âmbito do sistema escolar público; ações não formais desenvolvidas por instituições de assistência técnica e extensão rural e ações informais realizadas na família, comunidade, manifestações culturais, meios de comunicação e no trabalho (SILVA, 2010).

A Educação **no** e **do** Campo parte da concepção do campo "como um lugar de vida, de morar, de trabalhar, de ser feliz, lugar de construção de identidades (que tem particularidades e referências identitárias)" (SILVA, 2010, p. 80); tem por princípios político-pedagógicos: escola para a intervenção social; educação como emancipação dos sujeitos; educação para o desenvolvimento sustentável e solidário; educação como ação cultural; produção, socialização e confronto de saberes; descentralização, transparência e gestão compartilhada.

Além dos princípios político-pedagógicos a Educação do Campo possui 4 (quatro) pilares centrais: consistente base teórica tendo em vista que "a escola tem a função social de garantir o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade e o currículo como programa de vida, o que significa elevar a capacidade teórica dos estudantes, garantindo-lhes as ferramentas de pensamento para compreender, explicar e agir revolucionariamente no mundo" (TAFARREL, 2012, p. 254-255); consciência de classe, construída na luta cotidiana para transformar a classe em si em classe para si; formação política "expressa na política cotidiana, na pequena e na grande política, de acordo com os interesses da classe trabalhadora" (TAFARREL, 2012, p. 255) e organização

revolucionária "iniciada na escola com a autodeterminação dos estudantes, o coletivo, o fomento de outros valores que não os individualistas e egoístas do capitalismo, mas, sim, o planejamento segundo valores socialistas, dos coletivos organizados para o trabalho socialmente útil" (TAFARREL, 2012, p. 255).

Neste sentido, toda ação educativa desenvolvida entre os povos do campo, "que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas [...]"[4] e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas desses espaços e dessas populações: seus conhecimentos, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida, configura-se Educação **no** e **do** Campo. Uma educação cuja aprendizagem é a própria vida (MÉSZÁROS, 2008).

2 CICLOS DA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO NA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A Educação **no** e **do** Campo possui, em sua trajetória histórica, quatro ciclos, segundo Santos (2012) e Rocha (2014). O primeiro tem por característica as lutas pela Reforma Agrária e as experiências de Educação **no** e **do** Campo desencadeadas pelos movimentos sociais e sindicais nos anos finais de 1990 e iniciais de 2000.

As experiências educativas desenvolvidas pelo MST, CONTAG, União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil (UNEFAB) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR); a experiência acumulada pela Pedagogia da Alternância; a realização, em 1997, do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), sob a coordenação do MST, em parceria com a UNB, UNICEF, UNESCO e a CNBB; da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (I CNEC), em 1998, considerada por Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 16), "[...] uma espécie de 'batismo coletivo' da luta dos movimentos sociais e das educadoras e educadores do campo pelo direito à educação", e as ações desencadeadas e protagonizadas pela Articulação Nacional por uma Educação do Campo e pelo Movimento Nacional de Educação do Campo são o solo e as sementes que produziram

[4] Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

a primeira experiência pública de Educação **no** e **do** Campo com a perspectiva de enfrentar e superar os baixos indicadores educacionais do campo, em particular o analfabetismo: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998 ainda em vigência, mesmo que sob fortes tensões (CALDART; PEREIRA, ALENTEJANO e FRIGOTTO, 2012).

Todas essas ações são ferramentas essenciais à luta pela Reforma Agrária, oferta e garantia de acesso à educação pública pelos/as trabalhadores/as rurais, fortalecimento da concepção de que os processos educativos estão para além da escola e a apropriação dos direitos historicamente negados a classe trabalhadora.

O segundo ciclo tem por marcas a realização dos 25 (vinte e cinco) Seminários Estaduais de Educação do Campo; a criação da RESAB e dos Fóruns e Comitês Estaduais de Educação do Campo, "[...] como espaço de articulação das políticas públicas no estado e de uma aproximação mais evidente e organizada dos sujeitos envolvidos no debate da educação na reivindicação de políticas públicas para educação do campo" (ROCHA, 2014, p. 208).

A aprovação, em 2002, do parecer nº 36/2001 que trata do texto-base do Projeto de Resolução que fixa as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo e da Resolução CNE/CEB nº 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo; a realização do II Seminário Nacional Por uma Educação do Campo, em 2002; a criação do Grupo Permanente de Trabalho (GTP) de Educação do Campo, em 2003; o envolvimento de outros movimentos camponeses – MPA, MAB e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) -; a realização da II CNEC, em 2004; a incorporação da formação em nível superior no âmbito do PRONERA; a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004; a realização do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, em 2005 e; a entrada do Estado em cena, via MEC/SECAD/Coordenação Geral Educação do Campo, secretarias estaduais e municipais de educação, com a tarefa de construir uma política nacional de educação do campo demarcam o terceiro ciclo.

Rocha (2014, p. 209) afirma que "a unificação dos espaços de estratégias de luta pela educação do campo – entre Movimentos do campo e o Estado – é fator inovador na educação do campo no terceiro ciclo [...]". A entrada da Educação do Campo na esfera do Estado não deixa

de ser uma conquista dos/as trabalhadores/as, porém pode significar um enquadramento e estreitamento à realidade das políticas públicas estatais.

Neste ciclo, o mais longo de todos, também são criados: o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO), em 2005, com início em 2006, através da implantação de um projeto piloto desenvolvido por quatro universidades federais[5]: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), UFS e Universidade de Brasília **(**UnB**)**, indicadas por movimentos sociais ligados à Educação do Campo "[...] na audiência em que se apresentou a proposta da política a este coletivo" (MOLINA, 2015, p. 151), como uma política nacional de formação inicial e continuada para os professores da educação do campo; o Programa Saberes da Terra com o objetivo de elevar o nível de escolarização dos jovens do campo e proporcionar uma qualificação social e profissional nos anos finais do ensino fundamental e; a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), em 2007.

No quarto ciclo temos como marcas a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 2/2008[6]; a realização do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo; a aprovação da lei nº 11.947/2009 que determina a compra, por parte dos poderes públicos, de no mínimo 30% da merenda escolar do/as agricultores/as familiares; criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC); a assinatura do Decreto nº 7.352/2010[7], o "Decreto da Educação do Campo" (MUNARIM, 2014); a aprovação da resolução CNE/CEB nº 4/2010[8], em 2010; a transformação da SECAD na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2011; a aprovação da lei nº 12.995/2012[9]; a criação do PRONACAMPO, em 2012; a Portaria Ministerial nº 86/2013 que institui,

[5] A escolha da UFMG, UFBA, UFS e UNB deve-se ao acúmulo de conhecimento por parte dessas IES decorrente de três experiências: oferta de cursos de formação de educadores/as do campo; implantação de licenciaturas por área de conhecimento e gestão de programas e projetos de Educação do Campo compartilhada com os sujeitos do campo e suas representações, os movimentos sociais e sindicais. (MOLINA, 2015; JESUS, 2009).

[6] Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

[7] Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA como política pública. .

[8] Institui a Educação do Campo como modalidade, nos artigos 35 e 36 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica como modalidade de.

[9] Dispõe sobre o apoio técnico e/ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

oficialmente, o PRONACAMPO; a Portaria Ministerial nº 579/2013 que institui a Escola da Terra, uma das ações do PRONACAMPO; Portaria Ministerial nº 674/2013 que institui a Comissão Nacional de Educação do Campo; a lei nº 12.960/2014[10] que disciplina o fechamento das escolas do campo; e a instituição do Grupo de Trabalho de Políticas de Fortalecimento da Educação do Campo, em 2015.

Nos 4 (quatro) ciclos e nos 18 (dezoito) anos de caminhada da Educação do Campo os movimentos sociais e sindicais, os/as educandos/as, os/as educadores/as e as IES aprenderam e ainda estão aprendendo várias lições na luta pela construção de uma Educação no e do Campo.

3 LIÇÕES APRENDIDAS

Na luta pela construção e fortalecimento da concepção de que os/as trabalhadores/as do campo têm direito à Educação no e do campo e à escola pública, de qualidade e gratuita a classe trabalhadora tem apreendido a seguintes lições: a escola não move o campo, mas o campo não se move sem escola; sem estudo não vamos a lugar algum; a escola do campo tem que ser feita pelos/as trabalhadores/as rurais, organizados e em movimento; quando a escola trabalha a raiz e o projeto das lutas sociais ela contribui para a formação dos lutadores do povo e há uma relação direta entre os objetivos das organizações dos/as trabalhadores/as e o valor da escola pelos que fazem as organizações e as lutas sociais empreendidas pelos/as trabalhadores/as do campo. Lição traduzida por Caldart da seguinte forma:

> quanto mais amplos são os objetivos de uma organização maior é a valorização da escola pelos seus sujeitos [...] Quanto mais largo o horizonte para a qual olhamos, mais conseguimos enxergar a dimensão e o tempo da luta que nos aguarda [...] De um modo geral, quanto mais conscientes do tamanho da luta que têm pela frente, e menos presos ao objetivo imediato de resolver o seu problema individual de não ter terra, mais os sem terra valorizam e se dispõem a ocupar e a ocupar-se da escola, seja a de seus filhos, seja a sua própria. (CALDART, 2000, p. 70-71-72)

Essas lições estão contribuindo para o fortalecimento da concepção de que não é possível "implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo [...] (CALDART, 2000, p.

[10] Altera o artigo 28 da lei nº 9.394/96 para disciplinar o fechamento de escolas do campo, indígena e quilombolas.

62) e que a escola ao trabalhar em seus projetos político-pedagógicos os interesses, a política, a cultura, a memória, a identidade dos diversos grupos de trabalhadores/as que fazem o campo brasileiro, terá o jeito do campo e incorporará as formas de organização e de trabalho dos povos do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação básica e movimento social do campo. In: ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M.**A Educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica no Campo, 1999. (Coleção Por uma educação básica do campo, n. 2).

_____. Os movimentos sociais reeducam a educação. In: ALVARENGA, M. S. NASCIMENTO, R. E., NOBRE, D., ALENTEJANO, P. R. R.(orgs.). **Educação popular, movimentos sociais e formação de professores**: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIM, C., CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica no Campo, 2000. (Coleção Por uma educação básica do campo, n. 3).

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Nabuco, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C.; CALDART, R. S., JESUS, S. M. S.0. A. de. O Popular e a educação do campo. In: FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo (org.). **O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

FILHO, E. da S.R..**Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o Combate á Pobreza Rural - os casos do MST, CONTAg e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013. (Coleção CLACSO- CROP).

FIOD, E. G. M.l. Educação do Campo e transição social. In: AUED, B. W.; VENDRAMINI, C. R. (orgs.). **Educação do Campo**: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular, 2009.

FRIGOTTO, G.. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, S.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

JESUS, S. M. S. A. de. Princípios teóricos da proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo: UFS e UNB. In: CRUZ, M. H. S. (org.). **Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação.** Aracaju: Editora UFS, 2008.

_____. As fronteiras entre o rural e o urbano na construção da educação popular. In: NEVES, P. S. C. (org.). **Educação e Cidadania**: questões contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, S. C.**Escola rural:** urbanização e políticas públicas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 70).

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? In: **Revista Em Aberto**, ano 1, n. 9, p. 27-33, setembro de 1982.

MARX, K.; ENGELS, F.**Manifesto do Partido Comunista.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

MÉSZÁROS, I.**A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Biotempo, 2008.

_____. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de Educação do Campo. MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010.

_____. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e possibilidades. In: **Educação em Revista**, n. 85, p. 145-166. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

MUNARIM, A., BELTRAME, S., CONDE, S. F., PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

ROCHA, M. I.A.. Formação de docentes para atuação nas escolas do campo: lições aprendidas com as escolas normais rurais.

MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

ROCHA, E. N.**Das práticas educativas às Políticas Públicas**: tramas e artimanhas pela Educação do Campo. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, C. A.**Educação do campo e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Liber Livro; Editora da UNB, 2012.

SILVA, M. S. Tentava de construir uma teoria pedagógica sistêmica para impregnar o mundo de sentido: Saber, Querer, Sentir e Poder. In: LUNAS, A. da C.; ROCHA, E. N. (Orgs.). **Práticas pedagógicas e formação de educadores/as do campo**: caderno pedagógico da Educação do Campo. Brasília: Dupligráfica, 2010.

SOUZA, M. M. de. A Educação do Campo no contexto da Amazônia. In: ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M. C.; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. et al (orgs.). **A educação na reforma agrária em perspectiva**: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

TAFFAREL, C. Z. Políticas públicas, educação do campo e formação de professores para a escola do campo. In: ALVARENGA, M. S.; NASCIMENTO, R. E.; NOBRE, D.; ALENTEJANO, P. R. R. (orgs.). **Educação popular, movimentos sociais e formação de professores**: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CAMPESINATO MINEIRO EM QUESTÃO: DILEMAS E DESAFIOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PRODUZIDOS NO ASSENTAMENTO RURAL DANDARA, UBERABA- MG

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha*

janaina.vinha@uftm.edu.br

RESUMO: O movimento de territorialização do agronegócio impacta as formas socioespaciais de organização do **uso** da terra, principalmente na produção de gêneros alimentícios, das quais a agricultura camponesa é grande responsável. Diante desse panorama, este trabalho discute as problemáticas que envolvem a produção e comercialização de alimentos no assentamento rural Dandara, localizado no município de Uberaba (MG). Para tanto, uma ampla revisão bibliográfica, o levantamento e tabulação de informações e trabalho de campo foram procedimentos metodológicos empregados neste estudo. As reflexões apresentadas evidenciam uma crise alimentar em contraponto com a diversificação produtiva de alimentos existente no assentamento rural. Apesar das dificuldades enfrentadas na produção e comercialização, a lógica camponesa tem o potencial de produzir alimentos para o abastecimento da população local e garantir a soberania alimentar.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Produção de alimentos; Agronegócio; Assentamentos rurais.

CAMPESINATO MINERO EN CUESTIÓN: DILEMAS Y DESAFÍOS DE LA PRODUCCIÓN Y COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS PRODUCIDOS EN EL ASENTAMIENTO RURAL DANDARA, UBERABA-MG

RESUMEN: *El movimiento de territorialización del agronegocio impacta las formas socioespaciales de organización del uso de la tierra, principalmente en la producción de géneros alimenticios, de los cuales la agricultura campesina es grande responsable. Ante este panorama, este trabajo discute las problemáticas que involucran la producción y comercialización de alimentos en el asentamiento rural Dandara, ubicado en el municipio de Uberaba (MG). Para ello, una amplia revisión bibliográfica, el levantamiento y tabulación de informaciones y trabajo de campo fueron procedimientos metodológicos empleados para este estudio. Las reflexiones presentadas evidencian una crisis alimentaria en contrapunto con la diversificación productiva de alimentos existente en el asentamiento. A pesar de las dificultades enfrentadas en la producción y comercialización, la lógica campesina tiene el potencial de producir alimentos para el abastecimiento de la población local y de garantir la soberania alimentaria.*

Palabras clave: *Agricultura campesina; Producción de alimentos; Agronegocios; Asentamientos rurales.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda duas questões que envolvem um dos principais impasses da agricultura camponesa praticada nos assentamentos

* Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triangulo Mineiro. E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br.

rurais: a produção e comercialização de alimentos. Considera-se que ambas são cruciais para o processo de (re)produção social do campesinato. A discussão pauta-se no intenso processo de territorialização do agronegócio frente à expansão do setor sucroalcooleiro na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG). O movimento de territorialização do agronegócio impacta as formas socioespaciais de organização do uso da terra, principalmente na produção de gêneros alimentícios das quais a agricultura camponesa é a grande responsável. Diante desse panorama, o presente trabalho traz considerações à respeito dos dilemas que envolvem a produção e comercialização de alimentos no assentamento rural Dandara, localizado no município de Uberaba (MG). Para tanto, uma ampla revisão bibliográfica, o levantamento e tabulação de informações e trabalho de campo foram procedimentos metodológicos empregados.

Além desta secção introdutória e das considerações finais, o presente texto está organizado em duas partes. A primeira discute algumas questões para o entendimento da atual questão agrária que confingura a mesorregião mineira, com destaque para as disputas entre o agronegócio e a agricultura camponesa; a segunda parte problematiza a produção e a comercialização de alimentos no assentamento rural Dandara, Uberaba (MG), refletindo a crise alimentar vivenciada na mesorregião.

1 AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA CAMPONESA, CRISE E SOBERANIA ALIMENTAR: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA MINEIRA

A partir da nova caracterização da fase capitalista no final do século XX, o agronegócio tornou antiga as análises baseadas na clássica divisão das atividades econômicas nos setores primário, secundário e terciário. Fundado no acúmulo e expansão do capital e na mercantilização da terra, o agronegócio constitui-se num complexo de sistemas que envolve agricultura, indústria, mercado e finanças. É um modelo de desenvolvimento econômico controlado por grandes corporações transnacionais (FERNANDES; WELCH, 2008) que engloba toda a atividade econômica - produção, estocagem, transformação, distribuição, transportes, comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos. O agronegócio, dentre outras características, é marcado pelo plantio de monoculturas em escalas de áreas cada vez maiores, pela tecnificação intensa da agricultura, pelo tratamento abusivo dos recursos naturais e pela produção voltada, exclusivamente,

à fins comerciais internos e externos que visam a acumulação e expansão contínua do capital sem precentes. É um modelo que deu continuidade ao processo de modernização dolorosa/conservadora dos anos 1950, o qual troxue profundas modificações na base técnica e produtiva da agricultura e preservou e acentuou as desigualdades sociais no campo.

Diferente do latifúndio improdutivo, o agronegócio não significa, apenas, a concentração fundiária. Controla, além do território, as tecnologias e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2008). O agronegócio utiliza do campesinato para a gerência deste sistema, sendo a subalternidade, a expropriação e a expulsão elementos que compõem o processo de territorialização do agronegócio no Brasil (FERNANDES; WELCH, 2008). Sualógica está fundamentada na concentração e acumulação do capital e na exploração da terra e do trabalho camponês.

A monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1999), compreendida por Fernandes (2009) como territorialização do agronegócio, interpreta o campo diante da desterritorialização e exploração do campesinato em todo o mundo. Esses dois movimentos trazem a perspectiva *desigual e contraditória* do desenvolvimento do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 1999). A (re)produção de capital no campo se dá de duas formas: relações capitalistas e *relações não-capitalistas* (MARTINS, 1981), sendo a segunda mediada pelas relações camponesas de produção. Tal questão será melhor debatida na próxima secção do texto.

A territorialização da agricultura capitalista agrava a situação da estrutura fundiária brasileira. Segundo o DATALUTA (2015), o Brasil apresentou, em 2014, 0,860 no Índice Gini, o que revela uma concentração de terras que varia de forte a muito forte (0,701 a 0,900). É evidente que a gênese dos problemas fundiários no Brasil é fruto de um processo da construção histórica da formação da propriedade que inicia-se sob a égide do processo de colonização invasora. Portugal, cuja base da ordem feudal em 1500 detinha-se ao monopólio territorial, transplantou para a América a mesma lógica. Assm, o monopólio dos meios de produção, neste caso o monopólio da terra, foi responsável pelo início dos latifúndios no país (GUIMARÃES, 1989).

Tal como o Brasil, a estrutura fundiária de Minas Gerais é concentrada. As mesorregiões que apresentam as maiores desigualdades na distribuição fundiária são Norte de Minas e Noroeste de Minas. O Vale do Jequitinhonha, a região metropolitana de Belo Horizonte, o Vale do Mucuri e a Central mineira também apresentam desigual estrutura fundiária, com

concentração que varia de forte a muito forte (0,701 a 0,900) nos anos de 2003 e 2011 em várias das microrregiões (CLEPS JUNIOR; FREITAS; VICTOR, 2014). Nas mesorregiões Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, o agronegócio se apropria do território através do plantio extensivo de eucaliptos e pinus, empreendidos pela agricultura e pecuária patronal (CLEPS JUNIOR; FREITAS; VICTOR, 2014).

Em Uberaba, a situação da estrutura fundiária também é desigual. Apesar de representar pouco mais de 6% dos imóveis rurais considerados grandes propriedades, estes detêm o controle de quase 44% das terras ocupadas no município (áreas acima de 500 ha). Já os minifúndios correspondem a cerca de 30% dos imóveis rurais, ocupando, apenas, 1,8% da área (MASSON, 2016).

A territorialização do agronegócio desterritorializa a produção camponesa que, aliada à falta de políticas públicas, revela um cenário de grande ameaça a soberania alimentar no Brasil. Assiste-se uma inversão de valores que direciona a produção agrícola para a exportação de *commodities* e de agroenergia. Aliada à forte manipulação midiática, difundem-se informações alienadoras sobre a origem e a qualidade dos alimentos consumidos, ocultando a origem e lógica produtiva camponesa, vendendo uma ideia de miserabilidade e de baixa produtividade dessa agricultura.

A desigual distribuição fundiária no campo mineiro é fruto das transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo que remonta séculos. Com o declínio da mineração no final do século XVIII, a atividade econômica que passou a forjar as condições necessárias para o processo de ocupação do estado foi a agropecuária, que a partir dos anos 1930, desempenhou grande relevância na expansão urbana-industrial de São Paulo. Já nas décadas de 1950 e 1960, a região contou com o apoio do Estado, entidade responsável pela implantação de infraestrutura e incentivos que subsidiaram o aquecimento capitalista, sobretudo junto aos processos de modernização agrária e de industrialização no campo. Neste momento, houve a integração de inúmeras áreas do Cerrado mineiro ao processo produtivo. Tal ocupação, empreendida no período da ditadura militar, visou o desenvolvimento industrial e a expansão da fronteira agrícola direcionado a agricultura patronal.

Os efeitos proporcionados pelo processo de modernização dolorosa/conservadora ainda persistem na configuração socioespacial da região. A mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ocupa posição de destaque no cenário agropecuário estadual e nacional.

O agronegócio exporta produtos como açúcar, café, milho, soja e seus derivados, sendo significativa a produção e a exportação de produtos nos setores avícola, bovino e suíno. Em Uberaba, o agronegócio constitui-se em modelo hegemônico de desenvolvimento territorial para o campo. A introdução da pecuária extensiva do gado Zebu no final do século XIX e início do XX fez do município referência mundial na criação e aprimoramento genético. A Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) é considerada o maior centro de registro genealógico de gado Zebu do mundo.

Entre 2012 e 2015, o agronegócio apresentou um crescimento de mais de 12% na expansão da sua área no munnicípio, enquanto as culturas agrícolas cultivadas pela agricultura camponesa diminuíram cerca de 15% (MASSON, 2016). A produção de diversas culturas, como o abacaxi, alho, arroz, batata-doce, ervilha, tomate não existem no município. A batata-inglesa, a cebola, o feijão, o girassol e a mandioca (que desapareceu em 2014) são as únicas culturas, além da soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar, presentes na lavoura temporária do município. A produção dessas *commodities* englobou cerca de 95% da área plantada e colhida referente a lavoura temporária de Uberaba em 2014. As culturas de cana-de-açúcar, milho, soja, sorgo e café são as únicas que não apresentaram diminuição nas lavouras em Uberaba no período de 2012-2014. A cana-de-açúcar obteve o exorbitante crescimento de 35% e o sorgo apresentou crescimento de mais de 56 % em 2014 (MASSON, 2016).

A partir dos anos 2000 observa-se na região a massiva e crescente implantação de usinas sucroalcooleiras e a consequente territorialização do capital no campo, em que transnacionais do agronegócio passaram a controlar os sistemas deste complexo. Minas Gerais apresentou 855,3 mil hectares de área plantada de cana-de-açúcar na safra 2016/2017, uma diminuição de 1,3% em relação a safra 2015/2016. O leve declínio de 0,5% também foi observado na produção, com 64.639,7 mil toneladas, entretanto, a produtividade aumentou 0,9% na safra 2016/2017, com 75.580 kg/ha. Um dos fatores para alta da produtividade está na qualidade da cana, que aumentou a quantidade de açúcares na planta (CONAB, 2016).

Vivencia-se um momento histórico de mudança paradigmática: do petróleo para a era dos biocombustíveis e da agroenergia. A agroenergia é proposta como solução para a crise global, que passa a ignorar os efeitos ofensivos e subversivos dessa lógica. A soberania alimentar dos povos e das nações é afetada, trazendo impactos socioambientais, econômicos,

sociais e culturais, que favorecem, mais uma vez, o projeto de expansão do capital. É uma proposta que tem o pretexto de ser "renovável", servindo para "renovar" o discurso do agronegócio, pressionando por uma demanda industrial de cultivos energéticos.

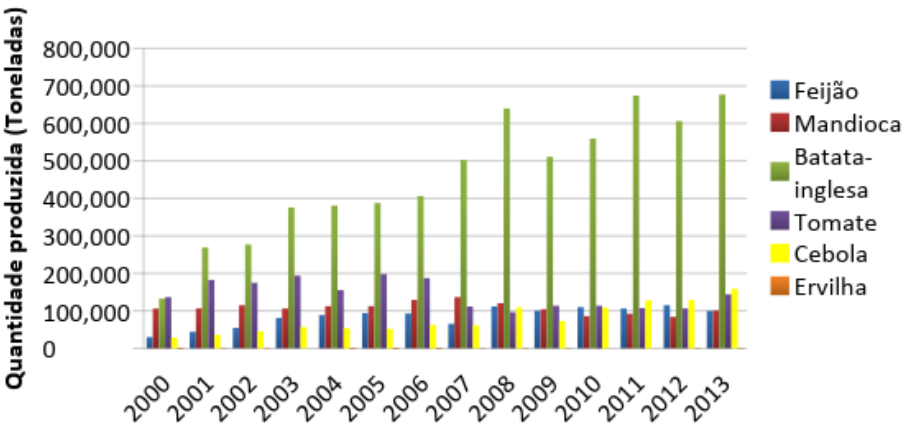
No estado de Minas Gerais, hoje, estão instaladas 42 usinas de etanol e açúcar (UNICA, 2017). Por apresentar topografia e clima adequados para o cultivo da cultura, só no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba há 25 unidades, ou seja, a região concentra mais da metade das usinas do Estado, distribuídas em mais de 20 cidades (NOVA CANA, 2016).

A territorialização do setor na região possui importância estratégica para a expansão do agronegócio. O agronegócio situa-se no chamado Polígono do Agrohidronegócio, área onde a mesorregião se localiza, usurpando água de centenas de milhares de trabalhadores e abastecendo sistemas de irrigação de lavouras comerciais, como a soja, o milho e recentemente a cana-de-açúcar. O processo de expansão do agronegócio se consolida territorialmente em várias porções do espaço, conciliando os interesses em controlar as melhores terras e o acesso à água (CLEPS JUNIOR; CARVALHO; FREITAS, 2012). Assim, além da territorialização, o agronegócio também interfere no controle hídrico.

2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM UM CENÁRIO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: DILEMAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO RURAL DANDARA, UBERABA (MG)

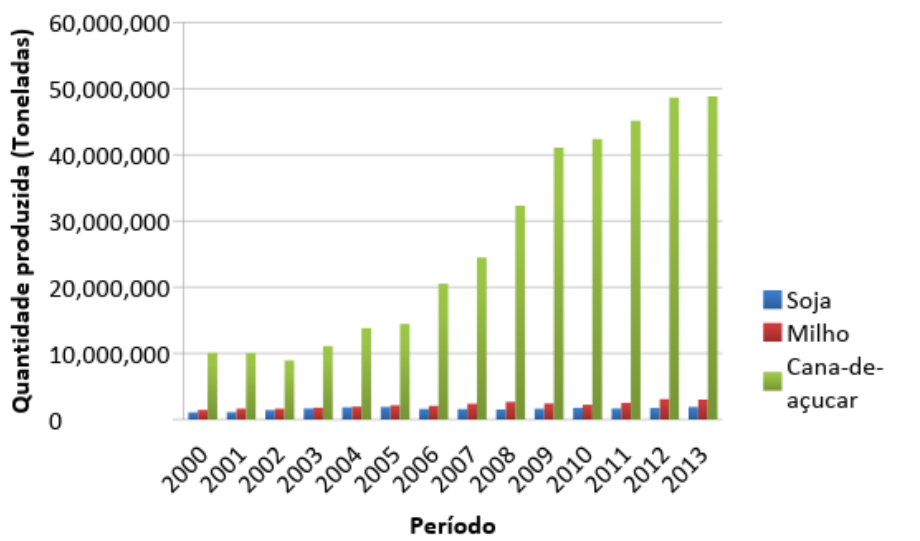
Ao estudar a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nota-se a disparidade no uso do solo e dos recursos naturais para a produção de *commodities* em detrimento da produção de alimentos.Abaixo são apresentados dois gráficos que apontam algumas pistas sobre a situação alimentar na região (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Quantidade produzida de alimentos - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG (2000-2013)



Fonte: SIDRA/IBGE (2015)

Gráfico 2 - Quantidade produzida de *commodities* - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG (2000-2013)



Fonte: SIDRA/IBGE (2015)

De acordo com o gráfico 1, pode-se observar a quantidade de alimentos produzida na mesorregião durante o período de 2000-2013. Constatamos que, em geral, esse tipo de produção sofreu declínio, como é o caso das culturas do tomate e da mandioca. Por outro lado, no gráfico 2, verifica-se que a produção da cana-de-açúcar alcança a faixa de milhões de toneladas desde o primeiro ano da pesquisa até o ano de 2013, apresentando exorbitante crescimento. A cana-de-açúcar, desde o período colonial no Brasil, teve forte papel na produção agrícola nacional, e desde então, o país têm assumido o posto de maior exportador. Tal condição também revela uma questão preocupante, já que é necessário que seja priorizado a produção de gêneros alimentícios - realizada pelo campesinato e não pelo agronegócio.

A disparidade exaltada ilustra dois modelos distintos de desenvolvimento territorial que estão em disputa no campo brasileiro: a agricultura camponesa, cuja produção destina-se à produção de alimentos, e a agricultura capitalista, representada pelo agronegócio e pela produção de *commodities*. Marcado por relações sociais distintas, o território é um espaço em constante disputa. A conflitualidade de classes e o enfrentamento territorial e político entre o agronegócio e o campesinato é marcado pela contradição, por paradoxos insolúveis registrados ao longo da história, no qual predomina a territorialização do capital e a desterritorialização/reterritorialização do campesinato (FERNANDES, 2008). Conflitualidade e desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, a modificação das paisagens e dos mercados e a reinvenção de costumes e dos modos de vida (FERNANDES, 2008).

A situação da mesorregião é reflexo do que Porto-Gonçalves e Alentejano (2008) verificaram quando analisaram a crise alimentar no Brasil. O aumento da produção de carnes implica no aumento da demanda de grãos (milho e soja) para a alimentação animal e na disputa de terras para produção de alimentos para grupos humanos e animais.

Sobre a crise alimentar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Porto-Gonçalves e Alentejano (2008) afirmam que:

> A substituição de plantios de arroz, feijão e milho por plantios de cana está ocorrendo em várias regiões, como o oeste paulista, o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás. Isto, de um lado, provoca a pura e simples redução da oferta destes alimentos, mas de outro provoca também o deslocamento destas culturas para terras de pior qualidade e mais distantes dos principais mercados consumidores, o que significa

> aumento dos preços, dados os maiores custos de produção e frete (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2008, p. 7).

Brito e Reis (2012) discutiram a espacialização da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG entre 1999-2008, e indicaram que as áreas ocupadas por essa cultura localizam-se, predominantemente, próximas aos rios Grande e Paranaíba, cursos d`água em que os solos são mais férteis. As áreas incorporadas pelo cultivo da cana-de-açúcar indicam uma conversão de uso do solo com a substituição de áreas agrícolas, atingindo 28% da cana sobre agricultura e de 70% da cana sobre as áreas de pastagem. A mesma dinâmica foi apontada por Porto e Alentejano (2008) em escala nacional, onde constatou-se a substituição de pastagens pelo cultivo de cana, fato que têm deslocado o gado para a as regiões Centro-Oeste e Amazônia**.** Embora impacte em menor grau a produção de alimentos, a porcentagem de quase 30% não pode ser desprezada, mas deve ser tomada como alerta aos modelos de desenvolvimento territoriais impostos ao campo brasileiro.

Mitidiero Junior e Barbosa (2016), em estudo recente, apontam que a agricultura camponesa é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Os dados revelam que os alimentos presentes no dia a dia da mesa dos brasileiros são produzidos em pequenos estabelecimentos rurais – com até 200 hectares. Inúmeras espécies de feijão são cultivadas principalmente pelos pequenos – quase 89% do feijão-preto e do feijão-fradinho, por exemplo. O arroz em casca tem grande participação dos grandes – aqueles com propriedades acima de 1.000 hectares -, com 30% do total, contudo, os pequenos ainda representam pouco mais de 42%. A produção de alface, repolho, berinjela, pimenta, mandioca, cebola e abobrinha representam mais de 90% da produção. A agricultura camponesa também é responsável por mais de 80% da produção de carnes e aves, quase 40% da produção de suínos e 39% da de bovinos.

Tais dados demonstram a inegável importância da agricultura camponesa para a garantia da soberania alimentar e da vida nas cidades. Com uma população mundial que poderá chegar a 9 bilhões até 2050, a demanda por alimentos impõe o desafio de aumentar a produção agrícola no planeta. Preconizar a agricultura camponesa é uma das diretrizes propostas da FAO, ao entender que esta possui papel fundamental na promoção da segurança/soberania alimentar.

O conceito de soberania alimentar trata sobre o direito dos povos e/ou países de decidir sobre suas próprias políticas de agricultura e

alimentação, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento e, assim, assegurar o direito de cada nação de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva[1]. Com o processo de territorialização da cana na região, a soberania alimentar é ameaçada, já que tanto a produção como a área plantada dessa *commoditie* ganham cada vez mais espaço, como já foi devidamente abordado.

Desde 1996, a Via Campesina promove e defende a soberania alimentar como uma proposta estratégica, cujos objetivos lutam contra as políticas neoliberais e instituições financeiras, constituindo-se numa forma de organizar a produção e o consumo de alimentos de acordo com as necessidades e ao atendimento local. É importante, como propõe a FAO, visibilizar a agricultura camponesa, evidenciando o seu importante papel para o mundo ao fornecer alimentos, pois: colabora com uma sociedade mais equilibrada ecologicamente; atua de forma menos exploratória, por meio de uma relação de respeito com a natureza; e cultiva alimentos saudáveis, assumindo uma conduta ética.

Dentre outras formas, a soberania alimentar pode ser viabilizada através da implantação de uma política de reforma agrária progressista. O que se tem hoje no Brasil é uma política de assentamentos sob o nome de reforma agrária, também denominada de reforma agrária conservadora por Carter e Carvalho (2010). Dos 411 assentamentos rurais criados em Minas Gerais até o ano de 2014, 87 estão situados no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba (DATALUTA, 2015), sendo esta a região do Estado em que a luta pela terra é mais latente. Assim, embora reconhecida como região com forte presença do agronegócio, a reforma agrária é velada pela pujança da agricultura capitalista, erguida como símbolo de progresso, avanço e modernidade.

A maioria dos assentamentos da região possui como atividade produtiva predominante a pecuária leiteira e a agropecuária, além de hortaliças e frutas (GOMES, 2004). Em Uberaba, por exemplo, os assentados[2] produzem frutas em 70% dos lotes, criam aves e suínos em 60%, além de produzir uma grande variedade de hortaliças, verduras e tubérculos. Há também os produtos processados derivados do leite, como o queijo, presente em 40% dos lotes (MASSON, 2016).

O assentamento rural Dandara foi criado em 2005 no município de Uberaba e possui área total de cerca de 480 hectares. Os lotes possuem

[1] Ver em www.viacampesina.org.

[2] Assentamentos Tereza do Cedro e Dandara, Uberaba (MG).

entre 10 e 15 hectares. O processo de luta pela terra iniciou-se na antiga fazenda São Sebastião Tijuco, sob a organização social e política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A ocupação foi realizada no ano de 2005, e a fazenda foi desapropriada pelo Incra devido a degradação ambiental que a área vinha sofrendo. Embora ocupação e assentamento tenham nascido no mesmo ano, os processos de luta e enfrentamento não foram fáceis para os sujeitos envolvidos. As famílias assentadas já participavam de outros processos de luta empreendidos pelo MST anteriormente da conquista do território, ou seja, já reivindicam a política de reforma agrária em outros lugares.

O assentamento rural é compreendido como um território construído por relações sociais camponesas, conquistado através de um processo de lutas, enfrentamentos e resistências. Está em permanente disputa com os interesses da agricultura patronal que, como visto, se territorializam amplamente na região. Território porque é marcado por relações de poder edificadas pelo campesinato, classe em si e para si que possui um conjunto de relações sociais distintas daquelas praticadas pelas relações ditadas e germinadas pelo agronegócio.

O território de um assentamento rural pode ser interpretado pela sua (FERNANDES, 2008) multidimensionalidade. Neste estudo, por restringir a análise nos dilemas e desafios da produção e comercialização de alimentos, foi dado foco à dimensão econômica, elemento importante para a (re)criação do campesinato.

O assentamento Dandara possui capacidade para 16 famílias, todavia, atualmente vivem apenas 10 nos lotes. A produção é diversificada, e conta com famílias dedicadas à produção de leite, ovo, queijo, mussarela de búfalo, frango, carne de porco, pimenta, legumes, frutas e verduras. Quase todos esses produtos são comercializados pelas famílias. Há uma Associação dos Assentados pela Reforma Agrária Dandara, fundada em 2006 e uma indústria de laticínios de mussarela de búfala em um dos lotes do assentamento. Contudo, a condição da família desse lote é diferenciada das demais, já que ela não era integrante do MST, mas trabalhava para o ex-proprietário da fazenda, o que a levou a acessar crédito e efetuar a compra das búfalas já existentes (MASSON, 2016).

Apesar da comercialização da mussarela, frango, leite, queijo, ovos e pimenta, atualmente a maioria é destinada ao auto-consumo das famílias, já que os assentados relataram inúmeros problemas. Dentre eles, o mais recente e preocupante é a ausência de assistência técnica

aos assentamentos do município. Segundo as famílias entrevistadas, a Agrolago, instituição responsável, suspendeu sua atuação no assentamento este ano, fato que dificulta e agrava a condição financeira e a reprodução econômica e social camponesa dos assentados.

Outro problema sinalizado foi a ausência do serviço prestado pela prefeitura do município, o qual também foi suspenso por prazo indeterminado. A atividade de arar a terra era feito por máquinas pelo poder público local, contudo, em virtude da crise econômica enfrentada, as máquinas passaram a não executar mais a atividades no assentamento, o que também gerou empecilhos para a reprodução econômica e social dos assentados. O transporte para o escoamento dos produtos destaca-se como mais um problema. Os altos preços praticados pela cobrança deste serviço impedem que a produção seja comercializada, encarecendo os preços e impossibilitando a geração de renda para as famílias.

Diante das precárias condições no que diz respeito à produção, muitas famílias recorrem ao trabalho assalariado junto à fazendas nas proximidades do lote. Outras são beneficiárias da previdência social (aposentadas ou deficientes) ou desempenham o trabalho acessório, como a venda de artigos de crochê para agregar na renda familiar.

Apesar dos problemas exaltados, compreende-se o potencial e a própria organização produtiva dos lotes como elemento que vem permitindo a reprodução social e econômica camponesa e que possui o potencial de garantir a soberania alimentar. Além disso, há de se considerar o auto consumo familiar, já que hortaliças, frutas e legumes são cultivos que garantem a alimentação diária das famílias, fazendo com que poucos itens sejam adquiridos fora do lote. Esta condição auxilia a reprodução social e econômica das famílias, uma vez que as despesas com a alimentação são substancialmente reduzidas do orçamento mensal.

Diferente da lógica da agricultura capitalista, a lógica camponesa baseia-se na policultura, voltada ao abastecimento do mercado interno e alimentício. O que deve ser concebido para o entendimento agricultura camponesa é que ela não preconiza, essencialmente, o mercado, não produz uma única cultura e nem utiliza predominantemente insumos externos. Sua produção é voltada, sobretudo, ao cultivo de alimentos sadios, a diversidade e o uso múltiplo dos recursos naturais, tal como evidenciado no assentamento Dandara. A agricultura camponesa foca suas ações na satisfação de suas necessidades básicas, ao contrário do agronegócio, e luta para assegurar a sociobiodiversidade, a policultura e a produção de

alimentos sem a adição de transgênicos e do uso intensivo e abusivo de agrotóxicos (STEDILE, 2006).

A característica fundamental da agricultura camponesa reside na relação social mediada pelo trabalho familiar, em que a renda obtida não tem sua essência regulada pela necessidade de lucro do capital e não advém da exploração capitalista sobre um trabalhador expropriado (MARTINS, 1991).Assim, apesar das dificuldades enfrentadas na produção e comercialização de alimentos, a lógica camponesa no assentamento é capaz de promover a produção de alimentos para a população local e alimentar o núcleo familiar, demanda da qual o agronegócio não se preocupa. São famílias como a do assentamento Dandara que garantem a alimentação diárias de milhões e brasileiros.

O campesinato constitui-se como um grupo social que, além das relações sociais em que está envolvido, tem o território como espaço de (re)produção social baseado em relações não-capitalistas. O capital se desenvolve de forma contraditória e combinada (OLIVEIRA, 1999), criando e recriando relações não-capitalistas de produção no campo através da subordinação da renda da terra ao capital. Assim, mesmo sem ser os donos, a agricultura capitalista expropria a renda da terra dos camponeses, subordinando-os a sua produção: nos insumos - adubos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes -, no direcionamento dos créditos, controle da circulação e preço de mercado, estabelecendo relação de dependência.

Em meio às adversidades apontadas, a agricultura camponesa resiste frente à territorialização do agronegócio, disputando territórios e gerando conflitualidades. Como um território conquistado, o assentamento ainda permanece em intensas disputas e carece de políticas públicas, assistência técnica e projetos que, de fato, priorizem a agricultura camponesa como modelo de desenvolvimento territorial para o campo. Os dilemas elancados aqui não encerram a questão, apenas alertam para a importância que a agricultura camponesa representa tanto para o campo como para a cidade, sobretudo no que tange a produção de alimentos. É necessária a realização de uma política de reforma agrária progressista que tenha no horizonte a agricultura camponesa e distribuição de terras que altere significativamente a estrutura fundiária do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões aqui apresentadas, nos deparamos com a avassaladora territorialização da agricultura capitalista no campo mineiro, voltada à mercantilização de *commodities,* em especial a cana, impactando a produção de alimentos e comprometendo a reprodução social e econômica do campesinato na mesorregião. Observa-se a diminuição/estagnação da produção de alguns gêneros alimentícios e o elevado crescimento da cultura da cana na região, o que evidencia, com nítida clareza, que o modelo de desenvolvimento territorial adotado para o campo no Brasil é o agronegócio.

Por outro lado, a agricultura camponesa, representada aqui pelas famílias do assentamento Dandara, são sujeitos que estabelecem relações completamente distintas do agronegócio e apresentam o potencial de garantir a soberania alimentar. Em seus territórios, a produção de alimentos é priorizada, e mesmo com as dificuldades e problemáticas enfrentadas, resistem. Resistem porque se constituem enquanto classe camponesa e compartilham de um modo de vida camponês, em que o conjunto de práticas e valores estão nucleados na família, na terra e no trabalho, construídos em torno da solidariedade com a comunidade, e não estão edificadas no mundo do capital. Assim, tanto a produção como a comercialização para o mercado capitalista constituem suas relações, mas não se configuram como únicas dimensões de suas vidas. Isso não quer dizer que refletir sobre os dilemas aqui expostos não seja importante, pelo contrário, mas busca evidenciar uma outra lógica que preconiza a vida, o ser humano e o bem estar da natureza.

REFERÊNCIAS

BRITO, J. L. S.; REIS, L. N. G. MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE CONVERSÃO DO USO DA TERRA PARA CANADE-AÇÚCAR NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA-MG POR MEIO DE IMAGENS TM/LANDSAT. Revista Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 13, n. 41, p. 170-186, 2012.

CARTER, M.; CARVALHO, H. M. A LUTA NA TERRA: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564 p. p. 287-330.

CLEPS, J.; CARVALHO, L.; FREITAS, R. L. A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO E O AGROHIDRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAIBA.Revista Pegada, vol. 13 n. 1 p. 168-191, 2012.

_____, J.; FREITAS, R. L.; VICTOR, F. B. REFORMA AGRÁRIA E AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO EM MINAS GERAIS: 25 anos de lutas e resistências. In.: In: VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos (et al). **DA TALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014, p. 191-215.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_09_11_10_51_14_boletim_cana_portugues_-_2o_lev_-_15-16.pdf. Acessado em 27 de nov. 2015.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E GESTÃO DE CONFLITOS NO BRASIL.** 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

_____, B. M. ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____, B. M.; WELCH, C. CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DA LARANJA NOS EUA E BRASIL. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org..). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso e Expressão Popular, 2008, p. 45-70.

_____, B. M. (et al.). RELATÓRIO DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA 2015. Presidente Prudente: Unesp, 2016.

GUIMARÃES, A. P. **QUATRO SÉCULOS DE LATIFÚNDIO**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IBGE. PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=2&z=t&o=11&u1=1&u2=28&u3=1&u4=28&u5=1&u6=1>. Acesso em: Junho de 2016.

IBGE. MINAS GERAIS – LAVOURA TEMPORÁRIA 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=lavouratemporaria2014> Acesso em: Junho de 2016.

MARTINS, J. S. **O CATIVEIRO DA TERRA**. 2 ed. São Paulo: LECH, 1981.

_____, J. S. EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MASSON, G. A. **A REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO: Análise a partir dos Assentamentos Rurais "Tereza do Cedro" e "Dandara" no município de Uberaba/MG**. 2016. 407 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

MITIDIER, M. A.; BARBOSA, H. J. N. **Quem produz comida para os brasileiros?** 10 anos do Censo Agropecuário 2006, feliz aniversário campesinato. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA**).** Ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2016.

OLIVEIRA, A. U. A GEOGRAFIA AGRÁRIA E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS RECENTES NO CAMPO BRASILEIRO. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

PORTO, C. W.; ALENTEJANO, P. GEOGRAFIA AGRÁRIA DA CRISE DOS ALIMENTOS NO BRASIL. Encontro Latino Americano, 2008. Disponível em :< http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografia bloque2_3.pdf

STEDILE, J. P. (Org.). **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

UNICA (2016). O LUGAR DA CANA. UNIÃO DA INDUSTRIA E CANA-DE-AÇÚCAR. Disponível em: <http://www.unica.com.br/na-midia/29063662920352970 16/o-lugar-da-cana/> Acesso em: Julho de 2016.

OS DESAFIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARA SUA VIABILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Lívia Hernandes Carvalho*
liviah.carvalho@gmail.com

RESUMO: Os assentamentos rurais oriundos da política pública de reforma agrária são espaços de inclusão que devolvem ao sujeito possibilidades de produção, moradia, alimentação, trabalho etc. Todavia, a fixação nesse território obriga o assentamento ao fortalecimento com outras políticas públicas para que se configure como uma estratégia de desenvolvimento rural frente ao modelo de desenvolvimento agrário utilizado no Brasil desde sua colonização. Para que consigam se viabilizar, somente serão fortalecidos quando ocorrer mudanças na política de distribuição de terra, na política econômica, na assistência técnica prestada aos produtores e no sistema de crédito, o que gerará novas formas de produção e de melhores condições de vida no espaço agrário brasileiro.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Desafios. Viabilização.

LOS DESAFÍOS EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES PARA SU VIABILIZACIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMEN: *Los asentamientosrurales oriundos de la política pública de reforma agraria sonespacios de inclusión que devuelven al sujetoposibilidades de producción, vivienda, alimentación, trabajo, etc. Sin embargo, lafijacióneneseterritorioobligaelasentamiento al fortalecimientoconotras políticas públicas para que se configure como una estrategia de desarrollo rural frente al modelo de desarrolloagrario utilizado en Brasil desde sucolonización. Para que se puedan viabilizar, sólo se fortalecerán cuando se produzcancambiosenla política de distribución de tierras, enla política económica, enlaasistencia técnica prestada a losproductores y enel sistema de crédito, lo que generaránuevas formas de producción y de mejores condiciones de vida enelespacioEnel marco de la reforma agraria.*

Palabras clave: *Asentamientos rurales. Los desafios. De lapoblación.*

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira expressa um conjunto de problemas relacionados à propriedade da terra, consequentemente a concentração de sua estrutura, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão de trabalhadores rurais: camponeses e assalariados, à luta pela terra, pela reforma agrária, à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento, a qualidade de vida e dignidade humana, compreendendo as dimensões econômica, política e social (FERNANDES, 2001).

Ainda, questão agrária está relacionada ao fato de que a grande maioria da população rural brasileira se encontra privada da disposição de terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Trata-se de considerável parcela da população rural que,

* Professora Doutora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se por a serviço dos grandes proprietários. As condições em que se realiza esse fornecimento de força de trabalho configuram o essencial das relações de produção e trabalho vigentes na economia agrária brasileira.

É, pois, nesse contexto que no Brasil, desde a década de 1980, os movimentos sociais de luta pelo acesso à terra levaram as autoridades governamentais a implantar projetos de assentamento de famílias, visando promover o desenvolvimento da pequena produção e romper o círculo de pobreza, melhorando as condições de vida dos assentados, pela possibilidade de geração de emprego, renda e moradia.

1 DESENVOLVIMENTO

Os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases mais equitativas. Estes, ainda não são os espaços ideais, mas revelam que esta inclusão dá-se não somente porque devolve ou oferece ao sujeito, pela primeira vez, um meio de produção, mas porque, com esta, vem também a moradia, a alimentação, o trabalho e muitas outras oportunidades de escolha para seu futuro e de seus filhos (CARVALHO, 2013).

Estes espaços materializaram-se como territórios de luta pela terra, sendo inegáveis os benefícios que a inserção dos assentamentos tem proporcionado, tanto no campo, como na cidade, melhorando significativamente a qualidade de vida das famílias assentadas.

> Apesar de os assentamentos serem uma realização do Estado, eles se constituem como espaço de existência camponesa, e os assentados constituem pela sua luta e resistência os sujeitos do processo social e político. Esses assentamentos não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária; são também o lugar do debate político, no qual discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas; são um espaço de ações coletivas em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas por uma identidade construída no processo de luta pela terra e representam conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade. Em cada assentamento, a forma social da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do

> próprio grupo. No momento em que a luta pela terra cede ao espaço da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de "sem-terra" se transformaram em "assentados" (CARVALHO, 2008, p.67-8).

Pode-se citar também que além de mais uma forma de organização da produção agropecuária, os assentamentos rurais criaram novas dinâmicas socioeconômicas para os pequenos municípios desenvolverem uma rede de relações entre o campo e a cidade, fortalecendo os vínculos produtivos, comerciais e pessoais entre estes dois espaços.

Ao serem implantados, os assentamentos rurais organizam uma forma de produção diferente daquela que vinha sendo realizada nas grandes propriedades, além de propiciarem uma reorganização para este espaço rural que vai se refletir no espaço urbano através da procura pelos assentados de produtos e da utilização de serviços públicos e equipamentos urbanos. Este processo desencadeia novos efeitos sociais e econômicos que provocarão uma dinamização da relação campo-cidade.

Assim, a partir da implantação e processo de consolidação dos assentamentos, ocorrem transformações consideráveis dentro de uma perspectiva local e regional, culminando com a dinamização da relação campo-cidade (LEITE et al, 2004; CARVALHO, 2013). Visto dessa maneira, os assentamentos rurais ocupam um espaço cada vez maior na dinamização regional e local, proporcionado não uma alteração profunda na estrutura fundiária, mas sim uma reestruturação fundiária nos pequenos municípios em que estão implantados.

Apesar das particularidades que envolvem cada assentamento, estes guardam diversas características em comum, como por exemplo, a história de exploração e expropriação a que as famílias de determinada região sofreram até chegar à intensificação dos conflitos fundiários, identificando nessa conjuntura a latente questão agrária existente no território brasileiro.

Nesse contexto, Leite et al (2004) destaca que a implementação dos assentamentos, no Brasil, não decorre de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento da população rural, mas sim de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da década de 1980.

Neves (1997 apud SANT´ANA, 2003) também vai na mesma direção quando coloca que a política brasileira de implantação de assentamentos rurais pode ser caracterizada como uma "reforma agrária

em migalhas", pois, na maioria dos casos, trata-se de pequenas áreas reformadas mediante a pressão dos movimentos sociais, estando localizadas em regiões dominadas por estruturas fundiária muito concentradas.

No caso específico do Estado de São Paulo, por exemplo, as lutas sociais que levaram à formação dos assentamentos também são decorrentes de conflitos pela posse da terra[1] e das relações de trabalho.

Assim, não se pode dizer, contudo, que ocorreu um processo efetivo de reforma agrária no Brasil. Quando muito, houve mudanças no local e em algumas regiões, como é o caso dos pequenos municípios da região de Andradina[2], por exemplo, em que ocorreu a implantação de um maior número de assentamentos rurais, mas sem deixar de citar, que houve também uma grande expansão da cana de açúcar, sendo esse, um processo que se encontra em movimento e que pode gerar implicações diretas sobre à reforma agrária, na medida em que a tendência é intensificar a demanda por mais terra com a concentração fundiária, o que tende a gerar reflexos que já podem ser observados sobre a reforma agrária da região.

Sobre a expansão da plantação de cana de açúcar, Carvalho (2008), afirma que os impactos já são constatáveis na concentração da terra, na desagregação dos territórios camponeses, no aumento da exploração dos assalariados rurais, na contaminação e na degradação do meio ambiente; no aumento real da emissão de gás carbônico; na desnacionalização das empresas rurais e das agroindústrias; na afirmação da dependência da economia do país à exportação de *commodities,* além de afirmar um modelo econômico de concentração e centralização da renda e da riqueza no campo. A área plantada com cana está provocando uma reorganização do uso da terra agricultável no país, assim como exercendo forte pressão para o desmatamento dos biomas da floresta amazônica, mata atlântica, pantanal e cerrados. E, mais, irradia seu modelo de reprodução para diversos países da América Latina.

Nesse contexto Duval et al (2008) ressalta que a fixação no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macro

[1] No maior estudo sobre os assentamentos realizados no Brasil, Leite et al constatam que 90% do assentamentos são resultado de conflitos agrários. A este respeito ver: LEITE, S. HEREDIA, B. MEDEIROS, L. PALMEIRA, M. CINTRÃO, R. (orgs.) Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

[2] A região de Andradina e os assentamentos rurais pertentes a ela foi estudo de Carvalho (2013) em sua tese de Doutorado.

envolvente e o enreda na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra.

Sobre esse assunto, Oliveira (2003), por exemplo, destaca que o aumento da área ocupada com a cana pode gerar implicações diretas na constituição de novos assentamentos, e até mesmo alterações no que se refere à dinâmica dos assentamentos já constituídos – considerando que a cada nova safra, suas áreas passam a ficar cada vez mais imersas em um "mar de cana".

Assim, nesses espaços onde a questão agrária se faz presente, verifica-se que a luta dos pequenos agricultores para se estabelecer no campo é, antes de tudo, uma demonstração de resistência contra a expropriação de suas terras, fenômeno esse não exclusivo de algumas regiões, mas de todo Brasil:

Portanto, no que diz respeito às dificuldades que os assentados têm para se fixar na terra, estas são muitas, que vão desde à falta de infraestrutura, como dificuldade de acesso ao crédito, insuficiente assistência técnica, baixo nível de organização dos produtores e a vulnerabilidade no momento de adquirir e realizar a venda de insumos. No entanto, a produção é expressiva e destina-se tanto ao auto consumo (que tem base em princípios agroecológicos) quanto ao mercado.

O destaque para a produção nesses assentamentos é a atividade leiteira que propicia a maior renda aos assentados, sendo o leite entregue aos pequenos laticínios, à Nestlé, ou vendido diretamente nas cidades pelos próprios agricultores (CARVALHO, 2013). Os produtos de origem animal representam a principal atividade geradora de renda nos assentamentos (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003; SANT´ANA et al, 2007).

Assim, embora as famílias produzam basicamente para seu próprio sustento e utilizem técnicas nem sempre avançadas, a produção realizada nesses espaços têm contribuído para a ampliação do número produzido de algodão, milho, mandioca, arroz, feijão e leite, contribuindo para a expansão da produção agrícola regional, ao propiciar a dinamização da economia e contribuir para a elevação da oferta de alimentos e de outros produtos agrícolas, bem como reduz a necessidade da aquisição de produtos no mercado, especialmente de alimentos, estando os assentados em melhor situação do que se encontravam antes do assentamento

(CARVALHO, 2013). Contudo, de acordo com Hespanhol, Costa e Espírito Santo (2003, p. 121):

> [...] tanto os assentados quanto os reassentados e os demais pequenos produtores rurais da região de Andradina necessitam de assistência e estímulo por parte do poder público, para ampliarem a produção destinada a autosubsistência e ao mercado. É fundamental que o poder público estimule os produtores rurais a se organizarem em associações, empresas comunitárias, cooperativas e a agregarem valor aos produtos gerados, libertando-os da exploração exercida pelos atravessadores quando da comercialização de seus produtos. A organização e a cooperação entre os pequenos produtores rurais, com o apoio efetivo do poder público, propicia a apropriação da riqueza gerada, o que contribui para elevação da qualidade de vida. (HESPANHOL, COSTA e ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 121)

Ainda, deve-se ressaltar, que mesmo que minimamente, os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia (que hoje é pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural), da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências.

No entanto, na maioria dos casos, são agricultores pobres, com baixa ou nenhuma capacidade própria de investir em melhorias de seu lote. O que podem fazer raramente vai além do uso da mão-de-obra familiar para tratar minimamente a terra conquistada. E, para piorar a situação, os assentamentos geralmente ocupam áreas que apresentam condições estruturais precárias.

Para ilustrar essas situações, conforme foi destacado nas pesquisas por Morais (1996) e Lopes (2001), nos assentamentos rurais no estado de Sergipe, os autores concluíram que "[...] os recursos disponibilizados e realmente aplicados não foram suficientes para atender as demandas das famílias de agricultores assentados. Ambos os estudos destacaram a demora na liberação dos recursos e as dificuldades dos agricultores para acessar o crédito" (apud BRUNO; DIAS, 2004, p. 19).

Romano e Buarque (2001, p. 23) estudando o caso do Nordeste Brasileiro afirmam que o volume de recursos destinados aos pequenos agricultores, inclusive para os assentados, é historicamente pequeno "[...]

se comparado com o destinado para outros atores agrários e agroindustriais, e ainda para outros atores de outros setores da economia".

Além da insuficiência dos recursos, tanto Bittencourt e colaboradores (1998) quanto Cordeiro e colaboradores (2001) relatam, em seus estudos, [...] "a demora no acesso dos agricultores ao crédito e o descompasso entre os processos administrativo-burocráticos e as necessidades dos processos sociais de produção agrícola" (apud BRUNO; DIAS, 2004, p. 19).

Ainda, existem situações que os créditos do INCRA somente chegam aos agricultores após ano, ou anos da sua instalação nos assentamentos, fato que determina, para muitos, a impossibilidade de permanência na terra. Os autores acima relatam que o acesso ao crédito é, em muitas situações, apenas parcial. O problema da falta de acesso ao crédito por parte dos agricultores assentados é também evidenciado nos estudos de Herediaet al (2002).

Nesse contexto, a insuficiência dos recursos que chegam aos agricultores tem reflexo direto sobre a sua capacidade de pagamento. Se não há dinheiro suficiente para financiar melhorias estruturais ou custear a produção, os projetos se tornam economicamente inviáveis. Por conta do baixo nível de capitalização prévia dos agricultores e da insuficiência dos financiamentos destinados à estruturação dos assentamentos, uma parcela importante dos recursos dos projetos é destinada à montagem de infraestrutura básica, que não gera renda em curto prazo e que, por isso, depende de uma estratégia de contínuo acesso a novos recursos, geralmente inexistentes (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 1999). Uma das consequências, como identificaram Bittencourt e colaboradores (1998) em Minas Gerais, foi o levado índice de inadimplência (apud BRUNO; DIAS, 2004, p. 20).

Com relação ao papel desempenhado pelo INCRA na gestão dos processos de contratação dos créditos, o estudo de Silva e colaboradores (1995) aponta a timidez de suas ações, caracterizadas pela baixa capacidade operacional.

Quanto aos agricultores assentados, Rezende (1999) avalia que sua condição socioeconômica anterior à entrada no programa de reforma agrária é, em si, um limite à obtenção de bons resultados na utilização dos recursos de financiamento e crédito, desdobrando-se em desvios na finalidade de aplicação dos recursos e em uma baixa capacidade de pagamento da dívida assumida.

É, pois, nesse contexto, que a falta de políticas públicas complementares e de crédito rural coloca os agricultores assentados a enfrentar a terra quase sempre em condições precárias para o cultivo. Como os recursos para investir na estruturação básica dos assentamentos são escassos ou mal empregados, o pouco que conseguem para financiar os projetos técnicos é dividido com a tarefa de criar condições mínimas de infraestrutura: estradas de acesso e escoamento da produção, energia elétrica e distribuição de água.

Não se está aqui dizendo, sob hipótese alguma, que os assentamentos rurais não são viáveis social, politica e economicamente. Mas sim que existem limites e desafios à sua implantação e efetivação, já que as políticas públicas[3] existentes nesses espaços são extremamente insuficientes e mal aplicadas por parte do poder público.

Sobre esse assunto, Lowi (1972) descreve que apolítica pública pode assumir vários formatos e que elas serão formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social dentro do contexto capitalista, no qual a análise do Estado deve ser a partir de uma perspectiva de classe, onde conflitos ocorrem, já que em seu interior estão presentes interesses referentes à acumulação do capital e às reivindicações dos trabalhadores.

Portanto, o entendimento dos modelos e das teorias deve possibilitar ao analista melhor compreender o problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública. Assim, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente e, os critérios que devem nortear, no momento de se estabelecer as prioridades, dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda, por exemplo, de um agente social para outro (RODRÍGUEZ; ARDID, 1996).

Por isso, as políticas públicas de interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, rumo à conversão em uma política pública igualitária.

[3] Conceituar as políticas públicas pressupõe uma capacidade mínima do Estado de conseguir planificar suas ações, seja do ponto do vista técnico da gestão ou do ponto de vista político.

Nesse contexto, importa destacar, que para além da crescente sofisticação na produção de conhecimento em políticas públicas é fundamental se referir principalmente às chamadas "questões de fundo", que se estabelece entre o Estado e as políticas públicas que este implementa em uma determinada sociedade, e em um determinado período histórico. E, dentro desse contexto, está incluída a discussão sobre a política pública de reforma agrária, em disputa por interesses hegemônicos que estão no poder e que são contrários a sua efetivação[4], o que ilustra como o Estado trata a questão da desigualdade e, consequentemente, a implantação de políticas públicas para a minimização dos efeitos nefastos do capitalismo.

Assim, a questão agrária se mantém como uma questão fundamental para o país. Tanto a política agrária, propriamente dita, transformada em uma política menor do governo, encarregada da instalação e gerenciamento de assentamentos rurais, sem metas sociais ou econômicas claramente definidas, nem as chamadas políticas de combate à fome, têm enfrentado o conhecido "problema social da terra" (PRADO JÚNIOR, 1979). Esta recusa dos sucessivos governos após o fim do regime militar, bem como os conflitos sociais no seio da sociedade, tornam a exigência de uma reforma agrária cada dia mais premente.

No entanto, a questão da agricultura no Brasil é: como pode o recurso público ser entregue a agentes econômicos que não cumprem as exigências sociais básicas, os direitos trabalhistas e o princípio constitucional da função social da terra?

Esta constatação é mais um desafio prático-político de enfrentamento dos preconceitos da mídia e do poder econômico dos interesses privatistas, que está no campo das denúncias, do enfrentamento com os interesses privatistas, economicamente e politicamente minoritários, mas com alto poder de influência na esfera política e na opinião pública devido aos recursos que têm para investir na mídia e mesmo na corrupção eleitoral e política.

Assim, longe de cumprir a função social da terra, prevista pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) que determina a desapropriação das propriedades que utilizam de forma inadequada os recursos naturais, que são improdutivas, degradam o ambiente e impõem condições de

[4] É aqui, que se destaca a dimensão política do Estado no sentido da compreensão de suas funções no capitalismo contemporâneo. Para Offe (1984), o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto e, no desenvolvimento do processo de acumulação capitalista.

trabalho escravo, o agronegócio transformado em ícone do Governo Lula, de acordo com Sérgio Souza:

> [...] suplanta o atraso e a violência pelo empreendedorismo - com uma roupagem moderna e discurso da inclusão, da eficiência e da competitividade, em que o uso da terra à exaustão passa a ser sinônimo de produtividade – [...] na perspectiva de certo crescimento econômico no campo brasileiro. (SOUZA, 2007, p. 3)

Sampaio (2003) avalia que nenhuma dessas consequências, econômica e socialmente indesejáveis, pode ser eliminada sem que o Estado intervenha diretamente na desconcentração da propriedade da terra, pois as relações econômicas, sociais, políticas e culturais que decorrem da estrutura agrária e condicionam o comportamento dos produtores e da população do campo são fortemente influenciadas pela forma como se distribui a propriedade da terra, e a forma como esta se distribui é o que determina a estrutura.

Nesse sentido, Carvalho (2005) observa que os denominados programas de reforma agrária do governo federal, neste passado recente da história do Brasil, tornaram-se, quando muito, políticas de caráter compensatório e populista. Segundo o autor, sequer foram implantados conforme o previsto ou, quando o foram, rapidamente se esvaíram pela pressão política em favor dos interesses das classes dominantes.

Ainda de acordo com o autor acima, a reforma agrária constitui um dos pilares para o desenvolvimento social baseado nas características aqui apontadas como alternativas ao modelo vigente, ressaltando-se que seus objetivos básicos são assegurar trabalho, renda, cultura e cidadania a toda a população do campo.

É nesse contexto, que se destaca para esta trajetória de luta e resistência, a formação dos assentamentos rurais, que redefinem em seu cotidiano as práticas sociais, fazendo enfrentamento ao modelo de produção hegemônico e assumindo o trabalho como categoria central para o desenvolvimento dos sujeitos.

Uma legítima reforma agrária somente será feita com uma maior valorização do papel da agricultura familiar, o que exige mudanças profundas tanto na política oficial de redistribuição da terra, quanto na política econômica, na assistência técnica aos produtores e no sistema de crédito. Os assentamentos rurais passariam a ser mais que uma alternativa para a miséria e a fome. Tal como se configuram atualmente, são um fato

histórico recente na luta pela terra no Brasil e têm contribuído, mesmo que minimamente, para levar uma parcela dos trabalhadores agrícolas a retornarem para o espaço rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os assentamentos rurais é de extrema importância para que se análise a política pública de reforma agrária vigente no Brasil e seus desdobramentos. Com isso, para que estes espaços de trabalho, renda e formas de produzir sustentavelmente, com base na agroecologia, se consolidem se faz latente a mudança de alguns aspectos, além dos listados no decorrer do texto descrito acima.

A primeira delas e de imediato é uma política de crédito/ financiamento na época apropriada, pois é possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, bem como tem interrompido iniciativas e provocado desânimo generalizado. Não se trata apenas de ter a linha de crédito: trata-se de fazer com que o recurso seja liberado na época certa, particularmente no plantio, principalmente em regiões com restrições climáticas.

A segunda questão diz respeito à assistência técnica, que conforme vários estudos indicam que tem sido bastante precário o apoio técnico dado pelos órgãos públicos às iniciativas dos assentados, seja quanto às culturas, seja quanto às criações.

Evidentemente, é recomendável que tais iniciativas sejam feitas já com o apoio de técnicos e profissionais daqueles órgãos, mas nem sempre isto acontece ou é possível. Muitas vezes, tem-se constatado o contrário: os técnicos recomendam algumas produções, geralmente associadas à projetos de viabilidade econômica, elaborados com falhas de orientação e especificações insuficientes, o que redunda, em pouco tempo, em fracassos que se tornam tanto mais catastróficos quanto mais recursos financiados estiverem envolvidos. O mais importante é que, uma vez iniciada uma cultura ou criação, elas sejam acompanhadas de perto, monitoradas e, principalmente, haja rapidez de indicação para alternativas de eliminação de pragas e doenças, de adequação do meio físico às exigências técnico-produtivas.

A terceira questão diz respeito a uma indispensável política de apoio à comercialização/escoamento da produção. As políticas de apoio devem dizer respeito tanto aos equipamentos necessários à comercialização, como aos serviços a ela relacionados (existência de demandas alternativas, carências momentâneas, etc). Isto geralmente possibilita a obtenção de preços mais remuneradores e uma comercialização mais flexível. Um equipamento geralmente muito necessário é o caminhão para transporte dos bens, algo de difícil realização pelos assentados.

A quarta questão pode ser chamada de administrativa, mas que engloba tanto a dimensão legal/jurídica como fiscalizatória. As principais atribuições dessa política dizem respeito à necessidade de um acompanhamento sistemático de técnicos do INCRA (ou ITESP) para manter o órgão informado da realidade de cada lote, especialmente quanto à atualização da situação de sua posse, bem como de seu uso pelo assentado. Se a legislação permite ou prevê, não faz sentido a demora da mudança de responsável/beneficiário do programa de reforma agrária que o Governo Federal (ou Estadual) implementa. Em outras palavras, a regularização da posse deve ser mais ágil, mais flexível e mais atualizada.

Esses quatro fatores somados poderão permitir que tanto o preço dos produtos vendidos, como a renda oriunda do lote, melhore as condições de vida dos assentados em todas as suas necessidades dentro do lote e fora dele. Para isso, a identificação e a caracterização de regiões rurais são essenciais para o incentivo à agricultura camponesa, que é o modelo de agricultura capaz de contribuir para a reversão do quadro atual, que vise minimizar e melhorar os problemas decorrentes da questão agrária.

Assim, não se pode admitir, que os planos de Reforma Agrária no país se resumam apenas à políticas de distribuição de lotes de terras e de créditos insuficientes. De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (2004), é necessário alertar que para que haja sucesso nos assentamentos rurais, nas pequenas propriedades, onde se pratica a agricultura familiar, é preciso que se pense em políticas públicas efetivas que sejam capazes de garantir as necessidades reais de reprodução social e material das famílias envolvidas nesses processos. Para que isso seja possível é de fundamental importância que as particularidades e as experiências dos atores envolvidos na luta pela terra sejam a base para a construção dos projetos desenvolvidos

pelo governo na ocasião da implantação dos assentamentos, bem como na assistência prestada aos pequenos produtores.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. PROCERA: impactos produtivos e capacidade de pagamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

BRUNO, R. A. L; DIAS, M. M. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil:** relatório de consultoria. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_274.pdf?file_id=4301721>. Acesso em: abr. 2017.

CARVALHO, L. H. **As Condições de Vida dos Assentados da Região de Andradina:** a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária. 2013. 230f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca 2013.

_____. **A Trajetória de Vida dos Assentados de Primavera e Belo Monte.** 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca 2008.

CARVALHO, H. M..**O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DUVAL, H. C. et al. Produção de Autoconsumo em Assentamentos Rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento. In: **Anais...**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

HEREDIA, B. et al. **Os impactos regionais da reforma agrária:** um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA: Ed. UFRRJ: PPGAS/MN: Ed. UFRJ, 2002. (Relatório resumo executivo).

HESPANHOL, A.N., COSTA, Vera Mariza H. de Miranda, ESPÍRITO SANTO, C. R.. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (Org.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Araraquara: Ed. UNIARA; Campinas: Ed. FEAGRI: Ed. UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.

LEITE, S. P. et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2004.

LOPES, E. S. A. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local:** dimensões econômicas e sociopolíticas e redes sociais no campo sergipano. 2000. 400 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LOWI, T. J. Four systems of policy, politics, and choice.**Public Administration Review,** Washington, v. 32, p. 298-310, 1972.

MORAIS, J. E. **O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA – e sua aplicação em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1996. (Relatório de Pesquisa).

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRADO , C. J. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

REZENDE, G. C.**Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA):** institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para debate, 648).

RODRÍGUEZ, A; ARDID, C. Psicologia social y políticas públicas. In: ÁLVARO, J.L.; GARRIDO, Alicia; RAMON TORREGROSA, Jose. (Org.). **Psicologia social aplicada**. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

ROMANO, J. O.; BUARQUE, C. M. **Crédito e gênero no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2001.

SAMPAIO, P. A. et al. **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, DF, 2003.

SANT'ANA, A. L. et al. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da região de Andradina. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas: FEAGRI: Ed. UNICAMP, 2003.

_____. et al. Estratégias de produção e comercialização dos assentados da região de Andradina – SP. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 37, n. 5, p. 29-31, maio 2007.

SILVA, L. S. et al. **Crédito rural para assentamentos de reforma agrária em Pernambuco:** uma análise preliminar das operações ocorridas no período de 1986 a 1994. Recife: MAARA/INCRA, 1995.

SOUZA, S. P.**Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas:** o caso dos município de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS: AVANÇOS E DESAFIOS DO PRODUTOR FAMILIAR AO ACESSO DO PRONAF

Andrieli Silvana Panaczewicz*
andrieli_pcz@hotmail.com
Elizete Conceição da Silva**
elizetecsilva2007@gmail.com

RESUMO: O artigo, fruto de pesquisa de iniciação científica, busca enfatizar os avanços e desafios ao acesso do produtor rural familiar às políticas públicas agrárias, com ênfase ao Pronaf, marco importante na luta de reconhecimento da pequena produção familiar, que desencadeou a emergência de outras políticas. O trabalho e produção dessa categoria alimenta boa parte das famílias de nosso país, e é o cultivo gerado por ela que assegura a demanda de produtos do mercado interno. Assim, a análise aponta que as políticas públicas agrárias voltadas a esse segmento são imprescindíveis para superar toda e qualquer forma de exclusão do campo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Agricultura familiar. Pronaf. Desenvolvimento rural

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRARIAS: AVANCES Y DESAFÍOS DEL PRODUCTOR FAMILIAR AL ACCESO DEL PRONAF

RESUMEN: *El artículo, fruto de investigación de iniciación científica, busca enfatizar los avances y desafíos al acceso del productor rural familiar a las políticas públicas agrarias, con énfasis en el Pronaf, hito importante en la lucha de reconocimiento de la pequeña producción familiar, que desencadenó la emergencia de otras políticas. El trabajo y producción de esa categoría alimenta buena parte de las familias de nuestro país, y es el cultivo generado por ella que asegura la demanda de subsidios del mercado interno. Así, el análisis apunta que las políticas públicas agrarias dirigidas a ese segmento son imprescindibles para burlar toda y cualquier forma de exclusión del campo.*

Palabras clave: *políticas públicas, agricultura familiar, Pronaf, desarrollo rural*

INTRODUÇÃO

Apesar da importância da agricultura familiar brasileira, historicamente, este setor foi excluído das políticas públicas, uma vez que os recursos estatais foram direcionados às grandes propriedades monocultoras de produtos destinados à exportação. Considera-se que o Brasil tem na relação: terra - trabalhador rural familiar - agricultura - agronegócios uma dependência econômica, sendo que, graças ao homem do campo, o qual investe recursos e esforços, que há a relevante e imprescindível produção

* Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Professora Dra. do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

de alimentos e matéria-prima fundamental para a maioria dos produtos industrializados voltados ao mercado/consumo.

O trabalho, empenho e produção dos pequenos agricultores rurais familiares brasileiros alimentam boa parte das famílias de nosso país, o que gera uma grande importância econômica destes. Seja plantando, arroz, feijão, trigo, batata, verduras, banana, dentre tantos outros produtos agrícolas, é o cultivo em pequena escala que garante a subsistência de várias famílias (produtoras ou não) e assegura a alta demanda de subsídios do mercado interno. É preciso destacar a coragem corporativa dos pequenos produtores rurais familiares já que eles trabalham em meio a dezenas de adversidades.

Uma política pública que atenda as especificidades desse segmento rural brasileiro se torna assim indispensável. Prova disso é o Pronaf, um dos mais importantes programas de desenvolvimento rural, presente até hoje, que representa um marco importante na luta de reconhecimento da pequena produção familiar e que desencadeou a emergência de outras políticas. Sendo a intervenção real do Estado, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) datado em 1995/1996, nasceu como resultado de muitas lutas de trabalhadores rurais em prol do estabelecimento de políticas para propiciar meios de fortalecer a pequena produção agrícola brasileira.

Desse modo, o trabalho aborda o produtor rural familiar brasileiro, e a essencialidade de políticas públicas voltadas a essa categoria, principalmente o Pronaf, que marca o reconhecimento da mesma.

É inegável assim, a necessidade de políticas públicas eficazes e pertinentes voltadas a essa categoria que visem a extinção das desigualdades, o desenvolvimento familiar, a retração de êxodos rurais, dentre outros.

1 DESENVOLVIMENTO

2 O MUNDO RURAL BRASILEIRO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

A terra e as questões agrárias no Brasil ocupavam e ocupam um papel significativo ao longo da história. Mais da metade do território nacional são áreas não urbanizadas e é nesse perímetro que se encontra o agronegócio nacional e também a pequena produção rural responsável por 75% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros. Mas, além disso, sejam,

em questões econômicas, sociais, políticas ou culturais, o mundo agrário tem grande significado no que diz respeito a toda a história brasileira.

Como afirma Ianni (2004):

> É possível dizer que todos os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária (...) (p.7).

Anteriormente a 1930, o foco da estrutura econômica brasileira caracterizava-se por uma dependência das exportações agrícolas. A produção objetivava a exportação e a relação internacional. O foco muda após 1930 devido à crise internacional e a crise da superprodução do café brasileiro.

Até este período a população rural não passava de um conjunto de trabalhadores marginalizados na dinâmica da economia agrária que privilegiava a grande exploração centrada na grande lavoura e nos grandes proprietários de terra (IANNI, 2004). Os trabalhadores rurais eram um acessório em prol do desenvolvimento agrário, considerado somente por seu papel econômico.

Para Silva (2008), todo o processo de metamorfose das questões agrárias ocorridas no Brasil transformou as relações de trabalho no meio rural. A população rural surgiu condicionada à lógica da exploração da terra, resultante de um modo geral, do "retalhamento" da grande propriedade, que perdeu sua principal razão de existência quando não pode ser aproveitada pela grande exploração.

Ainda de acordo com Silva (2008), bem como ao referenciar-se ao pensamento de Caio Prado, ressalta que:

> Em relação à agricultura de subsistência, local de atuação do pequeno produtor, seu aparecimento ocorreu no interior da grande lavoura. Para Caio Prado, a grande exploração foi constituída em regra com bastante autonomia no que diz respeito a subsistência alimentar daqueles que em seu interior habitavam e trabalhavam. As culturas alimentares foram praticadas nos mesmos terrenos dedicadas a cultura principal ou em terras destinadas especialmente a elas (p. 81).

E ainda,

> Nessas circunstâncias, o aparecimento da pequena propriedade ocorreu em função do principal setor agropecuário, ou seja, da grande exploração, que direta ou indiretamente, mas sempre de maneira decisiva, influenciou

> a constituição e evolução do setor secundário das atividades rurais (...) (p. 81).

A partir das colocações do autor, fica claro que o nascimento da pequena produção rural esteve condicionado aos latifúndios, principalmente o cafeeiro.

Com toda a transformação ocorrida no mundo rural e com sua "modernização" a partir da década de (19)60, o trabalhador rural que de sol a sol derramou e derrama seu suor nessa atividade, ainda desempenha um importante e fundamental papel que não pode ser desconsiderado e nem substituído, apesar de historicamente estar à margem das relações de produção do campo.

Constata-se que o Brasil tem na relação: terra - trabalhador rural - agricultura - agronegócios uma dependência econômica, sendo, graças ao homem do campo, o qual investe recursos e esforço, que há essa atividade tão importante que é a produção de alimentos e matéria-prima fundamental para a maioria dos produtos industrializados voltados ao consumo.

Até o início do século XX, a grande maioria da produção agrícola era desprovida de suporte tecnológico avançado, e a pouca tecnologia usada (de baixa sofisticação) voltava-se às grandes propriedades agrícolas e, eram restritas a alguns cultivos como o café, já que este foi por muito tempo o principal produto brasileiro da economia de exportação[1]. A pequena propriedade rural, na qual a família que nela residia produzia para consumo próprio e para o sustento dos mesmos, era totalmente excluída desse contexto.

> Somente depois da segunda Grande Guerra, quando se tornou impossível negar a existência de "dois mundos" – um desenvolvido e outro não -, é que a preocupação com o crescimento econômico e a distribuição da renda voltou a ter destaque entre os economistas ocidentais. Como a estereotipização do subdesenvolvimento mostrava uma economia onde o setor industrial era incipiente e o setor agrícola "atrasado", ganharam destaque os modelos dualistas

[1] "Embora a modernização viesse se processando desde o pós guerra, a tecnologia agrícola utilizada na maior parte do país ainda era bastante rudimentar até meados da década de 60. Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul eram as principais exceções, concentrando, por exemplo, 44% e 25%, respectivamente de todos os tratores do país. Mas nessa fase, anterior a expansão do parque industrial, a proporção de todos os estabelecimentos que dispunham de alguma maquinaria moderna era muito pequena (..)" (MARTINE, 1991, p. 9).

> que procuravam mostrar um antagonismo entre ambos (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 17).

Muitos autores chamam esse processo de inserção da tecnologia no campo visando um desenvolvimento econômico, de "modernização conservadora", pois o propósito desse era um desenvolvimento de uma forma ampla, contudo, o estímulo à produção agrícola veio acompanhado de uma maior concentração de terra, desigualdades sociais e êxodos rurais, ou seja, uma modernização na qual os pequenos produtores familiares não tiveram muito a seu favor. Segundo Palmeira (1989),

> Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu à taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (...) (p. 87).

Constata se que o cultivo das grandes lavouras/ latifúndios era privilegiado em detrimento ao do pequeno produtor já que o projeto de industrialização ocorria por meio daqueles latifúndios. O pequeno produtor rural, apesar de ter suma importância, foi excluído das políticas públicas e incentivos agrícolas, uma vez que os recursos estatais eram direcionados às grandes propriedades monocultoras de produtos destinados à exportação, e posteriormente a produtos destinados ao abastecimento do mercado nacional.

Desse modo, os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram a reprodução da grande propriedade, fazendo com que a pequena produção rural familiar ocupasse um lugar subalterno na sociedade (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Para Priori (2012),

> Houve, dessa forma, uma 'modernização desigual e conservadora' da agricultura brasileira, com destaque para a preferência na contemplação dos programas do governo a grandes proprietários de terras, o direcionamento de uma economia agrícola para a exportação e a prioridade de aplicação das políticas governamentais para a agricultura nas regiões mais desenvolvidas do país (PRIORI, 2012, p. 120).

Apesar das movimentações e da alteração de posição dos representantes da agricultura perante ao Estado, propondo a construção de

políticas públicas eficientes à categoria, o que prevaleceu foi o interesse patronal rural. Somente a partir de meados da década de (19)90 é que a pequena produção rural familiar foi reconhecida como categoria social e começaria a sair das margens de ação do Estado brasileiro para habitar um pequeno espaço de reconhecimento. Isso se iniciou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a qual reconheceu direitos, incitou novos espaços de participação social e, consolidou um regime democrático (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Uma política pública, segundo Secchi (2010), corresponde a resposta para enfrentar um problema.[2]

> (...) uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010, p. 2).

Para o autor, a essência das políticas públicas é o problema público e, o que as define ou não como tal é a intenção de responder e/ou enfrentar o problema. Diante do problema o Estado necessita se posicionar e implantar projetos, por intermédio de programas e de ações voltadas para determinados setores específicos da sociedade; para o alcance de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Em outras palavras pode-se dizer que as políticas públicas são entendidas como o conjunto de planos e programas de ação voltados à intervenção social, cultural, étnica ou econômica orientados a resolver um determinado problema traçando diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos e/ou privados, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais previstos, e assegurados na Constituição Federal (SECCHI, 2010).

Especificamente em relação ao desenvolvimento rural familiar, constata se que apesar da diversidade cultural, social e econômica da pequena produção rural familiar brasileira, a formulação de políticas públicas para esse setor foi sempre negligenciada, principalmente no período pós-guerra, no qual essa formulação objetivou-se por uma modernização da produção agrícola e agropecuária que veio a se tornar um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

---

[2] Ver Secchi p, 34.

Para Junqueira *et al* (2008),

> (...) Aliada à falta de assistência do poder público, o processo de modernização da agricultura, agravou o problema de exclusão, contribuindo para permanência dos problemas sociais no campo e aprofundando ainda mais as desigualdades sociais (...) (JUNQUEIRA *et al*, 2008, p. 162).

Desse modo, ao entender a pequena produção familiar como a combinação da posse dos meios de produção e a realização do trabalho, não havendo separação entre gestão da propriedade e execução do trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família (JUNQUEIRA *et al*, 2008) e, diante da história do setor agrícola brasileiro, bem como suas particularidades e problemas enfrentados pelos pequenos produtores familiares, é inegável a necessidade de políticas públicas eficazes e pertinentes que visem a extinção das desigualdades, o desenvolvimento familiar, a retração de êxodos rurais, dentre outros.

Assim, uma política pública que atenda as especificidades desse segmento rural brasileiro se torna indispensável. A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar é que se compõem a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento, e consequentemente pode-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira (JUNQUEIRA *et al*, 2008).

De acordo com a Lei n° 11.326, de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais,

> (...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (LEI Nº 11.326, 2006).

Assim, ao mesmo tempo em que é unidade de produção, um estabelecimento familiar é unidade de consumo (JUNQUEIRA *et al*, 2008).

Sob o entendimento de políticas públicas para o meio rural brasileiro, é necessário considerar o projeto de sociedade que se quer viabilizar.

> (...) Quando se quer inserir o campesinato no mercado, que rege a sociedade de consumo, afirma-se a hegemonia do capitalismo. Mas, se os órgãos e os programas criados a partir das políticas públicas para a agricultura familiar gerassem uma série de iniciativas que apoiassem, em âmbito local e regional, a implantação e o desenvolvimento de atividades baseadas em valores, princípios, enfoques, métodos e propostas produtivas próprias do campesinato, tornando-o como sujeito central do processo, estar-se-ia gerando um novo modelo de desenvolvimento social para o Brasil (RIBEIRO e DIAS, 2013, p. 83).

Para os autores as políticas de desenvolvimento rural, instituídas a partir da década de (19)90 tinham um caráter de preconização às formas de acesso à renda e as oportunidades de crescimento pelo viés da reprodução do capital, ou seja, se pautavam na reprodução do processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro. E ainda, o discurso do Estado, de melhoria na produção e na renda das famílias agricultoras, escondiam intenções políticas, como a negação da reforma agrária.

Em tempos atuais,

> O governo federal administra diversas políticas públicas que atendem aos agricultores familiares espalhados pelo território brasileiro. Por causa das inúmeras particularidades do setor, essas políticas se desdobram em diversos programas, que podem assumir diferentes características, de acordo com o perfil, a região ou a atividade produtiva que o agricultor desenvolve (GALINDO *et al*, 2015, p. 7).

Diante desse cenário há a necessidade de olhar minuciosamente sobre em qual base estão sustentadas as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural agrário brasileiro como um todo, principalmente no que concerne à produção familiar rural.

Entende-se que as políticas públicas e programas para tal segmento devem constituir-se como imprescindíveis para burlar toda e qualquer forma de exclusão no campo, considerando as particularidades inerentes a ela, de modo a fortalecer a produção familiar a que é dedicada.

2.1 Pronaf: um marco de reconhecimento

Um dos mais importantes programas de desenvolvimento rural, presente até hoje, que representa um marco importante na luta de reconhecimento da pequena produção familiar e que desencadeou a emergência de outras políticas, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) datado de 1995/1996. Como resultado de muitas lutas de trabalhadores rurais em prol da importância de estabelecer políticas para propiciar meios de fortalecimento da pequena produção agrícola brasileira, o programa é a intervenção real do Estado.

> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído oficialmente através do Decreto Presidencial n.º 1.946, de 28 de junho de 1996, sendo concebido com a finalidade de "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda" (MA/SDR/DATER, 1996, p. 24). Desse ano em diante esse programa se firmou como a principal política pública adotada pelo governo brasileiro para apoiar as formas familiares de produção e trabalho no meio rural (AQUINO, 2009, p.5).

O Pronaf passou por algumas modificações ao longo de seu surgimento, década de (19)90 até os dias atuais. Em 1996, sua atuação era limitada aos produtores com propriedades que obtinham níveis maiores de produtividade, ou seja, os produtores "periféricos", de renda monetária menor, não faziam parte do público preferencial.

Apesar das controvérsias e negativas a respeito do surgimento e atuação inicial do PRONAF, não se pode negar o quão importante instrumento ele foi, seja no marco da produção familiar rural a partir da década de (19)90, e/ou seja no reconhecimento do segmento por parte do Estado. Schneider e Aquino (2015) destacam que "sua missão fundamental seria combater as desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura do país" (p. 54).

O programa apresenta alguns conflitos como: ter sido instituído não apenas como um programa de financiamento de créditos, mas visar também fortalecer, valorizar e integrar no agronegócio o homem do campo, no entanto não abarca aos pequenos produtores de forma igualitária.

Schneider e Aquino (2010), que analisaram os doze primeiros anos de implantação dessa política pública, afirmam que:

> (...) o PRONAF se transformou em um importante instrumento de financiamento público para os agricultores familiares do Brasil. Contudo, o modelo de distribuição e aplicação dos recursos do programa apresenta um viés concentrador, setorial e produtivista (SCHNEIDER e AQUINO, 2010, p.1).

Para os autores o programa deixa a desejar quando, apesar de desempenhar um significativo e importante papel no desenvolvimento rural brasileiro, baseia sua trajetória na 'pequena empresa familiar' integrada nas cadeias produtivas do agronegócio, tendo uma tendência a privilegiar os agricultores mais capitalizados, acarretando assim em uma política de crédito que, ao invés de reduzir as desigualdades regionais e sociais contribui ao seu acirramento.

O processo de desenvolvimento do PRONAF foi marcado por avanços, retrocessos, ganhando novos moldes. Desse modo, cabe questionar até que ponto esse programa de incentivo voltado ao pequeno produtor rural familiar está realmente abarcando-os e até que ponto as medidas adotadas alcançam a agricultura familiar na sua real necessidade, visando a diversificação das atividades e de fonte de renda das próprias famílias produtoras com o intuito de garantir sua sobrevivência e a reprodução social, buscando a supressão das desigualdades no campo.

Analisada em um âmbito geral, não se nega o potencial socioeconômico dessa política pública. Entretanto,

> (...) é necessário sublinhar que a política de crédito do Pronaf, a despeito dos seus impactos positivos na esfera econômica, não tem sido capaz de estimular uma mudança efetiva nas características do padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no meio rural brasileiro (...) (SCHNEIDER e AQUINO 2015, p. 70).

De acordo com pesquisas realizadas sobre a distribuição dos recursos do Pronaf, constatou-se que o mesmo não está sendo repartido de forma homogênea.

> (...) Uma análise pormenorizada dos beneficiários que acessam o crédito assim como a finalidade a que se destina, revela que ao longo de sua trajetória de quase duas décadas, o Pronaf foi se inclinando para um certo tipo de agricultor

> familiar, que se situa nas regiões sul e sudeste do Brasil e está fortemente dedicado à produção de commodities. A maioria dos agricultores familiares do Brasil, no entanto, fica a margem e não é contemplada, malgrado os esforços e mesmo o discurso em torno da necessidade de desconcentração do programa (SCHNEIDER e AQUINO, 2015, p. 76).

Dentro do exposto fica claro a dificuldade do programa em converter com efetividade ações voltadas ao desenvolvimento rural. Schneider e Aquino (2015) afirmam que o Pronaf-crédito pende a massificar a cada ano os números de contratos ao invés de promover o uso dessa política, ou seja, ele preconiza a quantidade de produtores que recebem o crédito e não o que alterou na vida do produtor e de seus familiares quando o acessaram. Outro problema apontado é que, por muitas vezes o programa não se baseia na diversificação das atividades da produção familiar, tão pouco na manutenção da família produtora no campo, ou no seu "desenvolvimento" regional e local, mas sim, em uma visão empreendedora especializada em atividades agrícolas integradas em cadeias produtivas do agronegócio. Em outras palavras, associa-se o bemestar dos habitantes do meio rural ao crescimento exclusivo de atividades agropecuárias, fruto da herança histórica da política de modernização adotada nas décadas de 1960/1970.

CONCLUSÃO

A cada ano, o Plano Safra da Agricultura Familiar reforça o movimento de reconhecimento deste segmento e de suas especificidades, iniciado em meados da década de (19)90. Prova disso, por exemplo, são as várias linhas de financiamento do PRONAF que foram criadas: Pronaf Mulher, Jovem, Agroindústria, Agroecologia, Semiárido, Floresta, Eco, Turismo Rural, Pesca, entre outros, aumentando o público abarcado.

Desse modo, o conjunto de programas e políticas públicas destinados a produção rural familiar no Brasil, vem apoiando a produção dos agricultores familiares, responsáveis por mais de 70% da produção dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros. Isso favorece o desenvolvimento local e regional, traz dinamismo e melhorias na qualidade de vida dos produtores dos municípios e das comunidades rurais, o que contribui significativamente para o desenvolvimento rural do país como um todo.

Todavia, diante dos avanços nas políticas públicas e programas em prol dos agricultores familiares, existem questões desafiadoras ainda presentes no sentido de contemplar as especificidades da agricultura

familiar brasileira. Se por um lado é importante que cada vez mais uma maior diversidade da agricultura familiar seja contemplada pelo PRONAF e pelos demais programas, por outro, é preciso atentar-se para que esta ampliação não favoreça somente os agricultores familiares mais capitalizados. E ainda, o acesso rápido e prático as políticas públicas agrárias se torna um quesito fundamental para que se reduza e/ou elimine todo e qualquer tipo de exclusão.

São muitos os desafios a serem enfrentados para consolidar as políticas públicas que sejam ferramentas eficazes de inclusão, de fortalecimento e de permanência no campo, e que considerem as particularidades da categoria.

Por meio de princípios sólidos, com identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar é que se compõem a base de um projeto de desenvolvimento para este segmento rural que ao longo do tempo foi esquecido e, pode-se implementar políticas públicas para a efetivação da agricultura familiar fortalecida e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. **Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica**. Rio Grande do Norte, 2009.

_____, J. R.; SCHNEIDER, S. **(Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdades social no Brasil rural.** Natal, 2010.

_____, J. R. de; SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro:** avanços, contradições e desafios para o futuro In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs). Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRJ, 2015, p. 53-77.

GALINDO, E.; RESENDE, G.; CASTRO, C.; CRAVO, T. A. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**: uma avaliação de seus impactos regionais. Brasília: Ipea, 2015.

IANNI, O.**Origens do estado agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F.de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** Londrina: Semina, v. 29, n. 2, jul./dez. 2008.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> acesso 11 jun 2017, as 10:37 horas.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola**: a quem beneficia? São Paulo: Lua Nova, 1991.

OLIVEIRA, A. U..**Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. São Paulo: Estudos avançados, 1989.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPOLITO, Silvia Maria. **A modernização do campo e o êxodo rural**. Eduem, Maringá. 2012.

RANGEL, I. **Questão Agrária, Industrialização e crise urbana no Brasil.** (org) José Graziano da Silva. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. S. **Políticas públicas para a agricultura familiar:** o PAA e o PNPB. Fortaleza: Mercator, v. 12, n. 27, jan./abr. 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: cencage learning, 2010.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, R. O**. A questão agrária brasileira em debate (1958-1964):** as perspectivas de Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães. 2008. 137 f. dissertação (mestrado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: RESR, v. 52, 2014.

REFLEXÕES TEÓRICO PRÁTICAS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA VIVÊNCIA JUNTO AO MOVIMENTO SOCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Gabriela Abrahão Masson*
gabriela@professoragabriela.com.br
Thaynara Morais de Oliveira**
tha-morais@hotmail.com
Paula Regina Mota Lourenço***
paularlmota@hotmail.com

RESUMO: Este relato de experiência problematiza a relação contraditória entre a agricultura patronal/agronegócio e a agricultura camponesa, bem como as condições de trabalho no campo a partir da vivência proporcionada pelo trabalho de campo realizado na região Noroeste do Espírito Santo (ES) no mês de julho de 2017. Para tanto, refletimos sobre: a apropriação do território brasileiro calcada na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho; a realidade de organização e luta do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Enquanto discentes em formação, concluímos o quanto é dever ético político da categoria profissional atuar junto ao fortalecimento dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Agricultura camponesa. Movimento de Pequenos Agricultores. Agronegócio. Exploração. Trabalho.

REFLEXIONES TEÓRICAS PRÁCTICAS SOBRE LA AGRICULTURA CAMPESINA Y MOVIMIENTOS SOCIALES: UNA VIVENCIA JUNTO AL MOVIMIENTO SOCIAL DE LOS PEQUEÑOS AGRICULTORES EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO POR ESTUDIANTES DE SERVICIO SOCIAL

RESUMEN: *Este relato de experiencia problematiza la relación contradictoria entre la agricultura patronal / agronegocio y la agricultura campesina, así como las condiciones de trabajo en el campo a partir de la vivencia proporcionada por el trabajo de campo realizado en la región Noroeste de Espírito Santo (ES) en el mes de julio De 2017. Para ello, reflexionamos sobre: la apropiación del territorio brasileño calcada en la explotación de los recursos naturales y de la fuerza de trabajo; La realidad de organización y lucha del Movimiento de los Pequeños Agricultores (MPA). Como discentes en formación, concluimos cuánto es deber ético político de la categoría profesional actuar junto al fortalecimiento de los movimientos sociales.*

Palabras clave: *Agricultura campesina. Movimiento de Pequeños Agricultores. Agronegocio. Explotación. Trabajo.*

* Docente da Universidade Federal do Triangulo Mineiro.

** Discente da Universidade Federal do Triangulo Mineiro.

*** Discente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triangulo Mineiro.

INTRODUÇÃO

A presente reflexão teórico prática é um "relato de experiência" advindo do Trabalho de Campo realizado junto a disciplina de Movimentos Sociais e Realidade Local e Regional do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - MG. O campo foi realizado entre os dias 05/07/2017 a 09/07/207 na Região Noroeste do Espírito Santo, nos municípios de São Gabriel da Palha e Barra de São Francisco. O objetivo foi conhecer e investigar o processo de luta pela terra por meio da atuação dos movimentos sociais na construção do território camponês, especificamente o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que se organiza e mobiliza em torno da agricultura camponesa.

A vivência se deu a partir da carga prática da disciplina, juntamente com os discentes do curso de Geografia da UFTM, todo trabalho de campo foi acompanhado e orientado pelas docentes do curso de Serviço Social e Geografia. O trabalho interdisciplinar é rico para a formação em Serviço Social, pois entendemos sua importância na articulação de saberes entre as diversas categorias diante da especialização do trabalho promovida pelo modo de produção capitalista. Foram muitas as contribuições dos discentes e docente de Geografia Agrária, que partilharam apreensões da realidade social a partir de uma perspectiva crítica, principalmente em um contexto onde o individualismo acadêmico perpassa a Universidade. A partilha dos saberes foi profícua para a construção do direcionamento profissional junto a outras profissões que partilham dos mesmos princípio éticos políticos do Serviço Social.

No dia 06/07/2017 visitamos a Escola Família Agrícola do Bley localizada no município de São Gabriel da Palha, onde tivemos contato com profissionais, dentre eles educadores da escola, uma Assistente Social que atua junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores e o técnico agrônomo que trabalha na região. Também participamos da festa junina, organizada pelos parceiros da escola. No dia 07/07/2017 visitamos uma propriedade agroecológica na comunidade do Bley, inserida no Centro de Formação Camponês (construído pelo MPA e parceira com o governo federal) e posteriormente nos dirigimos ao Mercado Popular de Alimentos, localizado na cidade, onde são comercializados os produtos produzidos pelas famílias camponesas da região. Essas famílias também são militantes do MPA e se organizam por meio da Associação dos Pequenos Agricultores.

Em seguida, visitamos um micro usina de biomassa de cana de açúcar do MPA na Comunidade Águia Branca.

No dia 08/07/2017 nos deslocamos para a cidade Barra de São Francisco, onde visitamos a atividade de mineração em uma pedreira de granito, seguida do beneficiamento do mesmo em uma serraria em que nos foi apresentado os processos de corte e tratamento do granito. Durante o dia também nos reunimos com alguns moradores e trabalhadores da Comunidade de São Francisco para um diálogo sobre as contradições advindas da atividade de mineração e do processo de trabalho, a partir da ótica dos mesmos. Para concluirmos a atividade de campo, fomos à EFA de Barra de São Francisco, onde junto aos educadores foi realizada uma roda de conversas para reflexões acerca do processo como um todo.

A luta pela terra e pela permanência na mesma possui diversas configurações no cenário brasileiro, até mesmo porque somos um país territorialmente extenso com formações sociais, culturais, econômicas e políticas muito diversas. No entanto, a concentração de terras é estrutural a nossa formação sócio histórica, e significa para o Brasil a produção e reprodução da desigualdade social, fundada na questão agrária enquanto manifestação da questão social. Este entendimento perpassou as reflexões de nossa vivencia, tendo em vista que a compreensão acerca da questão agrária é imprescindível para o entendimento da particularidade da questão social no Brasil, bem como para o processo de formação profissional em Serviço Social.

Assim, para refletirmos sobre o significado da visita de campo no estado do Espírito Santo, é importante pontuar que o Brasil é o país que ocupa o segundo lugar em concentração de terras, perdendo somente para o Paraguai (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010).

A concentração de terras – propriedade privada - acompanha toda a formação sócio histórica do Brasil, estando presente desde o processo de colonização, segundo Stedile (2012) a concentração fundiária brasileira foi movida sob a égide da produção agrícola agroexportadora, então capitaneada pela hegemonia do capital mercantil europeu, que diante da fertilidade de nossas terras e dos recursos naturais aqui existentes, engendrou o processo de exploração e produção por meio da instalação das capitanias hereditárias para fins de exportação para o mercado europeu, conforme destaca:

> Tal modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o

> abastecimento do mercado europeu, foi denominado pelos nossos historiadores de modelo agroexportador. A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo que era produzido em nosso território. (STEDILE, 2012a, p. 22).

Não existia propriedade individual da terra, pois esta pertencia à Coroa Portuguesa que até 1850 a distribuía a posse para quem tivesse disponibilidade de capitais e o compromisso de produzir para o mercado europeu. Os donatários, assim chamados os nobres portugueses responsáveis pelas capitanias, tinham autorização para entregar as parcelas de terra, as "sesmarias", às pessoas com direito a produção (uso). Tal ciclo ainda evidencia que para ter acesso à terra era essencial ser amigo do rei e pertencer à nobreza, diferentemente da Europa e Estados Unidos da América (EUA) (GORENDER, 2012; STEDILE, 1997, 2012).

Com o fim das capitanias hereditárias, processo que pode ser delineado a partir de 1759, a Coroa portuguesa edificou-se como a única autoridade na colônia brasileira. Dessa forma, até 1822, ano da proclamação da independência, a questão da terra ficou à mercê de uma regulamentação. Este hiato em nossa história e a liberdade com que as sesmarias foram concedidas provocou a constituição dos enormes latifúndios que ocupavam todas as regiões mais importantes economicamente.

O marco legal decretado pelo Império Brasileiro, sob a regência de Dom Pedro II, foi a 1º Lei de Terras no Brasil, a Lei nº 601 de 1850, que nos termos de Stedile (2012a, p. 25) significou o "batistério do latifúndio no Brasil", regulamentando e consolidando o modelo da grande propriedade rural brasileira, o "latifúndio da monocultura extensiva para exportação". Tal legislação restringiu o direito a posse da terra aos ex-escravos, aos brasileiros pobres, aos posseiros e imigrantes, restando a estes o trabalho assalariado nos latifúndios. Desta forma, o direito à terra estava restrito àqueles que, por meio da compra, legalizassem-nas em cartório, mediante o pagamento de uma quantia estipulada pela Coroa. Ou seja, quem comprava terras no Brasil? Esta lei discrimina os pobres e impediu os negros escravos libertos de se tornarem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam condições objetivas para adquirir parcelas de terra da Coroa.

Neste contexto, diante pressões inglesas para substituição da mão de obra escrava pela assalariada no Brasil; o que já havia sido feito na maioria dos países ingleses e americanos; juntamente e sobretudo com a

força da própria organização dos negros escravizados nos Quilombos[], em 1888, foi promulgada a Lei Áurea no Brasil, que no plano legal sinalizou o fim da escravidão em território brasileiro.

Foram libertos 2 milhões de negros escravizados, que sem alternativas e desempregados, migraram para cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador em busca de sobrevivência e subsistência, a fim de vender a força de trabalho, então livre. A mão de obra negra e liberta não foi incorporada ao mercado de trabalho brasileiro, já que a saída estratégica adotada pela Coroa foi sua substituição pela mão de obra imigrante que ancorou no Brasil diante o avanço do capitalismo industrial no final do século XX na Europa. Segundo Stedile (2012, p. 27):"[...] a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhões de camponeses pobres da Europa", que aqui se estabeleceram em sistema de colonato[3], começando a formar o que Ianni (2012) denomina como "campesinato" brasileiro, que vai se alastrar nas fazendas de café, então instituídas no Brasil.

A industrialização do campo guiado pelo modelo burguês de desenvolvimento das forças produtivas, em um contexto de golpe de Estado de 1964 fortaleceu o pacto entre agricultura e capital, subordinando mais ainda a terra e a produção camponesa aos interesses do mercado. A exploração do campo foi intensificada desde os recursos naturais aos camponeses que foram expulsos de suas terras ou explorados ainda mais pelos grandes latifundiários e grileiros de terras.

> O maior impacto das transformações operadas no campo foi a aceleração das migrações para os grandes centros industriais, provocada pela tecnificação do trabalho agrícola e pela criação da agroindústria. Isso levou à concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e atraiu investimentos estrangeiros. As agroindústrias precisavam cada vez mais de terras e, para isso, milhões de camponeses vinham sendo expulsos da terra e migravam para as periferias das grandes capitais. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 209)

A concentração fundiária brasileira tem se intensificado diante de fatores determinantes como a expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo; a discrepância no acesso a recursos públicos para aplicação nas atividades agrícolas entre campesinato e agronegócio; o controle estrangeiro de terras brasileiras, devido a facilidade de compra e venda dessas terras; a internacionalização da agricultura brasileira, entre diversos

outros. Ou seja, segundo Alentejano (2011), a concentração fundiária não é algo novo na história brasileira, mas se ressignifica a cada momento.

A intensificação do latifúndio enquanto estratégia de produção é evidente em grande parte do território brasileira, e a agricultura patronal/ agronegócio desponta no mercado nacional e internacional monopolizando as terras e os recursos naturais. Essa lógica é centrada no desenvolvimento de um modelo capitalista de agricultura, que tem seu monopólio não apenas na territorialização do campo, mas também em todo o processo econômico, político e social. Diferente do latifúndio improdutivo, o agronegócio não significa, apenas, a concentração fundiária, mas o controle do território, das tecnológicas e das políticas de crédito estatais para o desenvolvimento. A intensificação da visão do agronegócio, enquanto estratégia de desenvolvimento como mera mercadoria para valor de troca acarretou e acarreta cada vez mais na diminuição expressiva e no aumento dos preços nos alimentos básicos para a população.

Em contraponto a esse modelo, existem os movimentos sociais que atuam em prol de um modelo de desenvolvimento para o campo, pautado não somente nas relações capitalistas de produção. Os movimentos camponeses, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST) e MAP ao rejeitarem o modelo de agricultura imposto pelo mercado, agronegócio, têm se constituído como sujeitos políticos na recriação e na garantia de existência do campesinato, bem como na luta pela soberania alimentar de uma nação, conforme:

> Ao contrário da segurança alimentar, entendida aqui como política compensatório que garante parcialmente alimentos industrializados para as populações pobres, a soberania alimentar é concebida como política que recupera o poder da produção e consumo local de alimentos saudáveis às famílias camponesas, indígenas e quilombolas e que não utilizam agrotóxicos ou sejam de origem transgênica. Luta ao favor dos direitos dos povos de uso da terra, dos territórios, da água, de controle das sementes e da biodiversidade, sendo a reforma agraria uma política defendida como prioridade para a Via Campesina (VINHA, SCHIAVINATO 2015, pag. 187).

Aqui se faz importante diferenciar agricultura familiar e camponesa, e o debate teórico e político que gira em torno do significado social que estes conceitos carregam. A agricultura familiar é baseada em relações familiares de produção, assim como o campesinato. No entanto, a agricultura camponesa e a soberania alimentar são estratégias políticas

e ideológicas que fortalecem a luta do campesinato na construção de um território soberano, em que a reforma agrária seja uma prioridade de governo e não uma política compensatória tão impulsionada pela agricultura familiar.

Entendemos que o campesinato representa a luta e o embate contra o capital, e não uma forma menos desenvolvida de se produzir. A agricultura camponesa tem base no trabalho familiar para a subsistência e não visa somente o mercado e o lucro, como também o abastecimento da nação. Sua produção diversificada prevê a redução progressiva de agrotóxicos e fertilizantes, com aproveitamento do solo adotando técnicas de plantio e colheita condizentes com a preservação do meio ambiente.

Portanto, a luz deste referencial teórico, seguiremos o relato e a reflexão teórico prática do tralhado de campo, entendendo que a realização do mesmo fortalece a perspectiva de uma Universidade pública comprometida com a construção de saberes críticos que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa.

1 DESENVOLVIMENTO

Os camponeses que tivemos a oportunidade de conhecer no Noroeste do Espírito Santo, são majoritariamente descendentes de alemães, poloneses e italianos. Eles se instalaram em São Gabriel da Palha a partir da década de 1920 em busca de terras adaptáveis aos tratos agrícolas, sendo que ocuparam a região e nela se fixaram. A partir de então organizaram seus próprios modos de vida e produção, calcados na agricultura camponesa. Na atualidade cerca de 250 famílias estão organizadas e mobilizadas em torno do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O Movimento de Pequenos Agricultores é um movimento social, cultural, econômico e político organizado por famílias camponesas. A luta do MPA é constante e organizada com a estratégia bem definida que: "[...] é produzir alimento saudável para todos os trabalhadores do Brasil" (MPA, 2013, pág. 07). O Plano Camponês é um projeto estratégico do movimento que parte do Campo para a cidade, advindo de uma construção coletiva. O posicionamento político expresso no Plano sintetiza a oposição do MPA a agricultura patronal/ agronegócio e a ideologia da segurança alimentar, que por sua vez que se instala nos centros urbanos como forma e discurso do abastecimento da população. A aliança entre camponeses e trabalhadores

urbanos organizados e em luta é a direção estratégica do movimento, sendo assim o pilar fundamental para a construção da soberania alimentar.

Os encontros com os militantes desse movimento nos possibilitaram a aproximação direta com a realidade camponesa e sua luta política diária de enfrentamento ao agronegócio, que é um dos principais causadores de impactos ambientais e pela não realização da reforma agrária, enquanto política pública. Foi de suma importância conhecer como se dá a produção dos alimentos no Centro de Formação Camponês que tem por base a agroecologia, prática de agricultura em que os recursos naturais são priorizados, inclusive o calendário lunar, conforme um camponês informou. Ou seja, observamos um progressivo processo de produção que respeita os limites da natureza, com redução expressiva de fertilizantes e agrotóxicos, bem como uma organização produtiva com base no trabalho familiar. O excedente produzido por sua vez é comercializado, já que a produção é voltada para o consumo das famílias. Ou seja, enquanto assistentes sociais em formação presenciamos que o MPA possui características de um movimento contra hegemônico, nos termos de Montaño; Duriguetto (2010) neste caso contra os moldes da agricultura baseada em larga escala, voltada para o mercado de commodities.

O MPA estabeleceu diversas parcerias no município e região, uma destas é junto a Escola Família Agrícola (EFA), onde os filhos dos e das camponesas estudam. A EFA é uma Escola do Campo advinda de um projeto que surgiu na França em 1935, ligado à igreja Católica e no Brasil em 1969 a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e da Teologia da Libertação (apoio e conscientização da Igreja Católica). A Escola Família Agrícola do Córrego Bley existe há 45 anos e possui 230 estudantes matriculados de 10 comunidades rurais nas circunstâncias de São Gabriel da Palha.

Segundo os monitores da escola (educadores) em rodas de conversas realizadas durante o trabalho de campo, o objetivo das EFAs é proporcionar aos jovens do meio rural uma educação a partir de suas respectivas realidades, da vida familiar e comunitária. O método de aprendizagem é a pedagogia da Alternância, em que os alunos passam uma semana no espaço escolar e posteriormente nos espaços familiares inseridos nas atividades sócio ocupacionais, com o intuito de apreensão e assimilação dos conteúdos acadêmicos a partir da realidade, especificamente a camponesa, condizente ao campo. Observamos e acompanhamos que o trabalho realizado na EFA tem gestão compartilhada

junto às famílias camponesas que participam das atividades construídas e propostas pela escola.

No EFA a divisão das atividades entre homens e mulheres acontece de forma igualitária, o que pode nos levou a refletir o quanto esse processo pode vir a contribuir para a desconstrução de papéis historicamente construídos e atribuídos aos homens e mulheres e consequente uma relação entre os mesmos calcada no respeito à diversidade.

O papel das mulheres no abastecimento e na produção de alimentos tem o mesmo peso do que o homem, pois além da força de trabalho, a mulher camponesa militante também faz parte da estratégia de luta do feminismo revolucionário popular. Assim, no desafio da construção de novas relações de gênero, as mulheres das famílias camponesas fazem parte dos processos organizativos e políticos dos movimentos sociais do campo, contribuindo à uma perspectiva camponesa e popular. Refletimos e problematizamos que a igualdade de gêneros ainda é um horizonte de luta e mobilização que necessita ser pautado no interior dos movimentos sociais. A luta pela emancipação das mulheres tem que estar lado a lado na luta pela reforma agrária, contra o agronegócio e contra o modelo capitalista da sociedade.

Visitamos o mercado municipal do MPA, localizado no centro da cidade de São Gabriel da Palha, onde é comercializado a produção das famílias que são associadas na Associação dos Pequenos Agricultores. O mercado e as feiras livres são formas de escoamento da produção dos camponeses, como também estratégias de luta na região por uma alimentação saudável, livre de fertilizantes e agrotóxicos, ou seja de fortalecimento da agricultura camponesa, enquanto estratégia de desenvolvimento de um território.

Os produtos do mercado são bem diversificados, encontramos desde hortaliças, verduras, frutas, grãos, à frios, queijo, quitandas e mel. Diante dos desafios para a comercialização, temos a cultura dos alimentos esteticamente perfeitos, que são muitas vezes associados erroneamente a ideia de melhor qualidade e benefício à saúde. A produção agroecológica é pautada em uma relação de respeito à natureza e na redução progressiva do uso de fertilizantes e agrotóxicos, no entanto trazem condicionantes para estética do alimento, que é uma das exigências impostas pelos consumidores na hora da compra, consequência da lógica capitalista que é voltada para a obtenção de lucros.

Além das dificuldades de todo o processo de produção, o espaço utilizado pelo MPA para escoamento de seus produtos foi garantido através de muita luta e resistência. A confiança da população pelos produtos é construída e fortalecida cotidianamente, e aos poucos vai-se aumentando o número de consumidores, assim como a construção da consciência dos mesmos sobre o consumo e distribuição que a agricultura camponesa pode viabilizar.

Outro espaço de visita proporcionado pelo trabalho de campo foi a micro usina de biomassa de Águia Branca, que se configura como uma das estratégias de diversificação da produção dos camponeses. O processo produtivo respeita o tempo da cana de açúcar, que no local pode ser transformada em cachaça, rapadura e açúcar mascavo. A cachaça Crioula, produzida no local, tem ótimas referências em todo o país e internacionalmente. A construção do alambique contou com recursos de emendas parlamentares para a sua construção. Neste momento, refletimos o quanto é crucial para os movimentos sociais a articulação junto a movimentos partidários que defendem e entendem a organização e luta dos mesmos.

Já na cidade Barra de São Francisco realizamos a visita junto a atividade de mineração na pedreira de granito e ao Parque Industrial de um Grupo que atua na região há mais de vinte anos, extraindo, processando e industrializando tal rocha. A exploração do granito expressou para nós a dimensão mais perversa do avanço do agronegócio na região, neste caso em torno da mineração, já que na região do Triângulo Mineiro o mesmo é calcado no cultivo extensivo de cana de açúcar, grãos e na agropecuária. O processo de trabalho que envolve a extração da rocha da natureza é composto por tecnologias internacionais e força de trabalho pouco qualificada, explorada e mal remunerada. No Parque Industrial o trabalho morto também envolve muito investimento do Grupo em alta tecnologia, o trabalho vivo segundo o gerente que nos acompanhou na visita tem sido progressivamente substituído pelas máquinas.

A apropriação da vida pelo capital e a contradição capital e trabalho e suas expressões também é evidenciada pelo abandono da agricultura camponesa nas comunidades de Barra de São Francisco, uma vez que a degradação dos rios e nascentes é intensa, bem como do solo e do ar. Neste processo produtivo os camponeses são submetidos a uma proletarização, embora as pedreiras atuam com baixa incorporação de força de trabalho, o que em grande medida determina o desemprego estrutural na região. Um dos moradores da comunidade em que estivemos mencionou o quanto é

evidente o crescimento das empresas e a degradação do meio ambiente, bem como das condições de vida dos camponeses da região. Refletindo sobre a aproximação com as realidades relatadas foi possível apreender o quanto a identidade de classe, bem como a organização de sujeitos coletivos são imprescindíveis para a construção de processos contra hegemônicos a centralização e concentração do capital.

A luta dos movimentos sociais, que a partir de cada realidade se organizam, mobilizam contra a ordem do capital necessita cada vez mais estar no horizonte de atuação do Assistente Social, pois juntamente aos movimentos sociais que partilham dos princípios éticos políticos da profissão poderemos construir uma sociedade onde a justiça social seja uma condição e não uma utopia. Pois,

> Estes movimentos têm no acesso à terra, melhores condições de produção, trabalho e moradia, enfim, de reprodução da vida camponesa e urbana, como fonte e condição de sua existência. É através da luta que estes sujeitos organizados transformam e dão novos significados aos espaços e suas relações, constroem e reconstroem novos territórios e territorialidades (SILVA, online, p. 03).

2 CONCLUSÕES

Historicamente o Brasil se caracterizou pela desigualdade do acesso à terra, por um processo de exclusão de nativos, negros e pobres, da classe trabalhadora e pelo uso da propriedade privada para a exploração da vida humana. O monopólio da agricultura brasileira calcada no agronegócio tem se tecnificado, se especializado cada vez mais de acordo com as exigências internacionais da Revolução Verde, voltada para o mercado internacional de commodities

Através da realização deste trabalho de campo, ficou ainda mais visível para nós, enquanto assistentes sociais em formação como a expansão do modo capitalista de produção em escala mundial controla as formas de produção no campo e na cidade, redefinindo as relações de trabalho e apropriação dos espaços e territórios, tendo como base a geração de renda para o capital. (SILVA, online)

A agricultura camponesa, como observado, diante de todos os limites colocados para seu fortalecimento e reprodução, tem se articulado e construído estratégias para seu fortalecimento. A questão agrária como

fundadora da questão social no Brasil, evidencia a importância da luta dos movimentos sociais contra o capital nesta direção.

A agricultura camponesa e o agronegócio se diferem economicamente e socialmente, reafirmados por forças sociais e políticas antagônicas. Os movimentos sociais além de lutarem pela reforma agrária, como por exemplo o MST, também atuam na perspectiva do confronto contra o agronegócio, trazendo a visão clássica de produção cuja base produtiva é o campesinato. O agronegócio dá prioridade às monoculturas em grande escala, por meio da expulsão do homem do campo com a mecanização, do uso de agrotóxicos sem responsabilidade e da agressão ao ambiente (STEDILE, 2007). Foi possível notar claramente a diferença da vida do trabalhador e trabalhadoras camponeses e do trabalhador das pedreiras onde só trabalham homens. No campesinato homens e mulheres buscam trabalhar juntos para a satisfação de necessidades sociais da família, comercializando junto ao mercado municipal o excedente da produção que aufira renda para a família. O trabalho na pedreira é exclusivamente masculino, ou seja não há divisão sexual do trabalho na mesma, além de ser um ambiente inóspito e perigoso a saúde dos trabalhadores que se submetem a uma jornada de trabalho rígida, controlada e exploradora para a satisfação das necessidades sociais de seus familiares.

Como Assistentes Sociais em formação, é de extrema importância a apreensão de que teoria e prática não se separam. O trabalho de campo nos possibilitou essa compreensão, pois com as aproximações com diversos sujeitos e suas realidades, foi-se tornando mais nítido o que debatemos em sala de aula. O trabalho de campo para além das contribuições à formação profissional, também agregou em nossa vida pessoal, pois foi possível desconstruir preconceitos e reconstruir valores éticos inclusive em consonância ao Projeto Ético Político do Serviço Social. A formação e trabalho profissional em Serviço Social necessita cada vez mais ter como horizonte a articulação junto aos movimentos sociais que diariamente se organizam e mobilizam pela construção de uma sociabilidade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI: uma abordagem a partir da Geografia**. Terra Livre, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

CARTILHA MPA: ORGANIZANDO AS FAMÍLIAS PARA A LUTA E ABRINDO NOVAS CONQUISTAS, novembro, 2013.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **ESTADO, CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2010

GOMES, N. A. SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: confluências e desafios. In: **Simpósio Brasileiro de Assistentes Sociais**, 4, 2016.

MARTINS, J. S. **CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL:as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GORENDER, J. A forma plantagem de organização da produção escravista. In.: STEDILE (Org.). **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: o debate na esquerda 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2012. p. 147-176.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In.: STEDILE (Org.). **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: o debate na esquerda 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2012. p. 127-146.

ROOS, D. **A DISPUTA PELO TERRITÓRIO: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Presidente Prudente, 2012.

SILVA, H. C. G. M. **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO E DA CIDADE: das ações conjuntas à conquista do território**. Disponível em: enga.com.br

STEDILE, J. P. REFORMA AGRÁRIA, POR JUSTIÇA E SOBERANIA POPULAR. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 jun. 2007, p. A3.

STEDILE, J. P. Programa agrário da campanha presidencial do PT – 2002: Programa Vida Digna no campo. In.: _____. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL:programas de reforma agrária** – 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 3, 2012. p. 211-232.

VINHA, J. F. S. C.; SCHIAVINATTO, M. **SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITÓRIOS CAMPONESES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA**). Revista Nera, n. 26, p. 183-203, 2015.

A COMUNICAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO DEBATE DA SOBERANIA ALIMENTAR

Maiara Batista da Silva*
maiara_spma@hotmail.com
Mariana Suzano da Fonseca Amorim**
marianasuzano.fa@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar a experiência do eixo de comunicação de um projeto de extensão universitária. O projeto, que alia ensino, pesquisa e extensão tem como eixo norteador o debate sobre a questão agrária e os movimentos sociais do campo. A necessidade de criação do eixo se vê alicerçada enquanto estratégia para diminuir a distância cultural e política que foi criada entre o campo e a cidade e auxiliar na construção de uma aliança camponesa e operária por Soberania Alimentar.

Palavras-chave: Comunicação Popular. Questão Agrária. Soberania Alimentar. Campesinato.

LA COMUNICACIÓN POPULAR COMO ESTRATEGIA POLITICA EN EL DEBATE DE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

RESUMEN: *El siguiente trabajo desea presentar la experiencia de eje de comunicación de un proyecto de extensión universitaria. El proyecto, que combina enseñanza, investigación y extensión tiene como eje orientador el debate sobre la cuestión agraria y los movimientos sociales del campo. La necesidad de creación del eje se ve cimentada como estrategia para disminuir la distancia cultural y política que fue creada entre el campo u la ciudad y auxiliar em la construcción de una alianza campesina y operaria por Soberania Alimentaria.*

Palabras clave: *Comunicación Popular. Cuestión Agraria. Soberanía Alimentaria. Campesinato.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar a experiência realizada pelo eixo de comunicação de um projeto de extensão, que atende a assentados da reforma agrária. O eixo, que é norteado pelo debate sobre a questão agrária e os movimentos sociais do campo, tem como área de atuação a baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Região que tem se tornado nos últimos anos alvo da especulação imobiliária em função de sua localização privilegiada, o que deixa as áreas agrárias cada vez mais vulneráveis.

* Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do projeto de extensão "Assentados da Reforma Agrária e Universidade".

** Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do projeto de extensão "Assentados da Reforma Agrária e Universidade". Bolsista PROFAEX, Cnpq.

A construção do projeto, por meio de assessoria, se dá junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que emerge na década de 1990 e tem como objetivo

> a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais. (MPA, 2017).

Por meio de aproximações sucessivas ao movimento, seus membros e ao território em que se inserem, as demandas e possibilidades de atuação foram tomando corpo. Hoje o grupo, composto majoritariamente por estudantes de Serviço Social, auxilia o diálogo do movimento com os trabalhadores urbanos por meio de feiras e debates no espaço universitário, e na construção e organização da cesta camponesa de alimentos saudáveis.

A necessidade da criação de um eixo de comunicação para a atuação se insere em consonância a um dos objetivos do movimento que é esse resgate da identidade e cultura camponesas e vai além, é entendida como uma estratégia contra hegemônica para aproximação do campo à cidade e auxílio para a construção de uma aliança entre os trabalhadores de ambos os espaços. Essa aliança é realizada entre o que lhes é comum, sua condição de trabalhador e a comida, logo, a estratégia se insere também sobre a circulação de alimentos da agricultura camponesa, referenciada no modelo agroecológico.

É sob essa perspectiva que o eixo tem caminhado em sua atuação e serão expostos neste trabalho quais foram os meios utilizados para a viabilização desses objetivos, analisando seus resultados e desdobramentos.

1 A COMUNICAÇÃO POPULAR ENQUANTO ESTRATÉGIA POLÍTICA

O pensar sobre a comunicação se desdobra a partir da compreensão que a comunicação é, assim como as terras, algo apropriado somente por pequena parcela da sociedade, que tem como objetivo difundir seus ideais e reforçar o processo de alienação, colaborando para a manutenção e legitimação da ordem capitalista. Em contrapartida a essa concepção hegemônica, a comunicação popular surge em defesa da democratização dos meios de comunicação, na construção de uma nova forma de linguagem,

feita do povo para o povo, afinal quem melhor que o povo pra falar de sua própria realidade?

A comunicação popular serve como estratégia contra hegemônica, capaz de desmitificar o senso comum criado e reproduzido sobre o que é o campo, o camponês e suas pautas. Afirmar a importância da apropriação dos meios de comunicação, na tomada de voz popular, produz um conteúdo que tem como objetivo socializar informações e vivências e contribuir para a formação de meios que consigam alcançar os moradores da cidade.

Construir um acervo capaz de registrar a memória e a experiência de organização política e produtiva das famílias do movimento e permitir um contato mais próximo da realidade do campo à cidade por meio da alimentação se coloca como uma estratégia que desmonta a distância cultural e política que foi criada entre estes e auxilia na construção de uma aliança entre trabalhadores rurais e urbanos, em vistas da Soberania Alimentar.

A partir disso, o projeto, que é constituído por alunos de Serviço Social, viu a necessidade de formular uma agenda de formação acerca de técnicas e teorias relacionadas à comunicação popular. A metodologia para apreensão de conteúdos que não são específicos da atuação profissional do assistente social se deu por meio de estudos bibliográficos em grupo e com o apoio de profissionais das áreas de rádio, edição, roteiro e fotografia, o grupo realizou oficinas dentro da universidade, o que possibilitou uma maior apropriação de conteúdos que permitiram a construção de um grupo de comunicação dentro do projeto. Além disso, todas as demais atividades do grupo de extensão como debates, oficinas, idas a campo são registradas e publicizadas por meio de página em rede social, buscando inserir o tema da questão agrária em todos os espaços.

Viu-se que a partir das plataformas virtuais seria possível traçar um plano que possibilitasse viabilizar as questões políticas e econômicas acerca das atividades e das demandas do MPA. Construímos um site (plataforma de circulação de alimentos da agricultura camponesa) que viabiliza a distribuição das cestas camponesas, compostas por produtos agroecológicos advindos das famílias que fazem parte do movimento. A cesta é organizada em núcleos de consumo, constituídos no espaço urbano em nove locais, oito na cidade do Rio de Janeiro e um em Niterói, que se articulam pelo site. As entregas ocorrem quinzenalmente e é por meio desta iniciativa que se torna possível construir um vínculo político com o movimento, além de garantir continuidade e comprometimento com a compra dos produtos, diferente de outras estratégias de circulação como

as feiras, que tem um processo de compra espontânea. A plataforma é um instrumento utilizado para a compra dos produtos e um canal que potencializa a informação sobre os alimentos e seus produtores. Com o apoio de fotografias, textos e vídeos informamos sobre o modo de produção camponês realizado no assentamento. O site conta ainda com uma agenda que tem como estratégia socializar atividades do movimento, como feiras, oficinas de formação, eventos e mutirões, sendo o último uma ação de grande potencialidade para estreitar o contato entre os trabalhadores urbanos e rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe da experiência supracitada é uma potencial estratégia de viabilização econômica, social e política da agricultura camponesa, à medida que facilita a circulação de alimentos saudáveis a parcelas que não teriam acesso e insere no debate questões importantes acerca da questão agrária e agroecologia, em vistas de garantir o direito aos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. O estreitamento da relação entre os trabalhadores urbanos e rurais, e o vínculo político que se cria entre eles por meio das atividades já referidas, é um dos grandes frutos deste processo, que segue se desenvolvendo.

Como produto do trabalho de assessoria, vimos nascer um Plano de Comunicação Camponês, construído agora pelo próprio MPA e pelos trabalhadores urbanos comprometidos com o movimento, com o objetivo de formação e criação de estratégias de atuação entendendo a comunicação popular como um instrumento político. Este Plano é construído e avaliado por meio das chamadas “cirandas de comunicação”, metodologia de construção coletiva entre o projeto de extensão e o movimento. A aproximação do Movimento à Universidade, permite uma troca dos saberes profícua, desencadeando numa estratégia política e popular que busca dialogar com diversos setores da sociedade.

2 REFERÊNCIAS

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES BRASIL. História. Disponível em: http://mpabrasil.org.br/. Acesso em: 28 jun. 2017.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES BRASIL, Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade. Disponível em: http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/. Acesso em: 28 jun. 2017.

EIXO 5 : QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

INDÚSTRIA MINERAL, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÃO POPULAR NO SEMIÁRIDO CEARENSE

Iara Vanessa Fraga de Santana*
iarafragas@yahoo.com.br

RESUMO: As reflexões que seguem são fruto do trabalho de dissertação aliada à militância junto ao Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM no Sertão Central cearense onde comunidades camponesas sofrem desde 2007 com as ameaças do Consórcio Santa Quitéria, que propõem explorar urânio e fosfato da jazida de Itataia, por um período de 20 (vinte) anos. E no Sertão dos Inhamuns, comunidades do entorno da Mineradora de ferro, Golbest, presente no município de Quiterianópolis, sofrem com os impactos da atividade mineral desde o início dos anos 2000. Este trabalho se propõe a discutir as contradições da indústria mineral nos territórios camponeses.

Palavras-chave: Conflito Socioambiental; Mineração; Comunidades Caponesas.

INDUSTRIA MINERAL, IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES Y ORGANIZACIÓN POPULAR EN EL SEMIÁRIDO CEARENSE

RESUMEN: *Las reflexiones que siguen son fruto del trabajo de disertación aliada a la militancia junto al Movimiento por la Soberanía Popular en la Minería - MAM en el Sertão Central cearense donde comunidades campesinas sufren desde 2007 con las amenazas del Consorcio Santa Quitéria, que proponen explotar uranio y fosfato del yacimiento Itataia, por un período de 20 (veinte) años. En el Sertão de los Inhamuns, comunidades del entorno de la Mineradora de hierro, Golbest, presente en el municipio de Quiterianópolis, sufren con los impactos de la actividad mineral desde el inicio de los años 2000. Este trabajo se propone a discutir las contradicciones de la industria minera en los territorios campesinos.*

Palabras clave: *Conflicto Socioambiental; Minería; Comunidades Capellanes.*

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se movimenta numa fração do território capitalista situado no sertão nordestino, mais precisamente em duas regiões do semiárido cearense. No município de Santa Quitéria, Sertão Central cearense, trabalhamos com as mulheres da Agrovila Mata Fresca, Assentamento Juá, como fruto da dissertação do mestrado. No Sertão do Inhamuns iniciamos um trabalho de militância a partir do MAM com as comunidades camponesas de Besouro e Bandarro, pertencentes ao município de Quiterianópolis; ambos territórios em conflito socioambiental com a indústria da mineração.

Antes de caracterizarmos esses territórios e refletirmos sobre esses conflitos consideramos pertinente relembrar a formação territorial

* Pós-Graduanda pela Universidade Federal de Pernambuco.

brasileira. Essa, por sua vez, ocorreu sob o suor e o sangue dos povos originários/indígenas e negros da África, principalmente num processo de expansão do capitalismo europeu que realizou genocídio, etnocídio desses (as) sujeitos (as). A acumulação primitiva[1] levada a cabo pela burguesia do século XVI expropriou, explorou o território e os povos do campo de toda América Latina, em princípio as especiarias, depois o açúcar. Seguindo, temos o primeiro ciclo da mineração: o ciclo do ouro no século XVII.

A descoberta do ouro e da prata na América, a extirpação, a escravização e o enterro nas minas das populações indígenas desse continente, os primórdios da conquista e saque da Índia e a conversão da África numa reserva para a caça comercial de negros são, todas, coisas que caracterizam o alvorecer da era da produção capitalista. Estes comportamentos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva. (MARX *apud* FOSTER, 2005, p. 24).

Posteriormente, outras necessidades externas surgiram, como a produção do café, algodão, carne de charque, voltadas para exportação, sempre sob uma estrutura agrária concentrada, na forma de latifúndios e ao mesmo tempo na resistência camponesa. As centenas de comunidades quilombolas existentes no Brasil, bem como outras insurreições, revoltas, exemplificam as diversas formas de resistência que sempre existiram nesse país.

Portanto tomamos como base da nossa compreensão a constituição agrária do Brasil, considerando sua condição de república colonizada, cuja história sempre fora contada pelo colonizador e que deu invisibilidade ao conflito permanente entre proprietários de terras e camponeses/as. Considerando ainda sua divisão geográfica interna desigual, mais especificamente o nordeste brasileiro e a política de reforma agrária com os assentamentos rurais e a forte contribuição das ligas camponesas do MST a partir de meados do século XX.

Na contemporaneidade temos a terra e "as gentes" (MARÉS, 2003) deste país sendo abruptamente expropriada para atender o mercado

[1] Presente no Capítulo XXIV do Livro 1, O Capital, Marx nos afirma que a origem do modo de produção capitalista deveu-se a um violento processo de separação do povo camponês da terra e dos seus meios de trabalho e de expropriação desses, tendo consequência o surgimento do proletariado, de uma massa de camponeses sem terra e trabalho, dando origem ás primeiras formas de acumulação por parte da burguesia nascente que é a base do capitalismo que temos hoje.

exportador de *commodities*[2]de soja, milho, ferro, aço, etc. "Existem 57 bolsas de commodities pelo mundo, sendo a New York Mercantile Exchange (NYMEX) a maior delas. As bolsas de commodities comercializam insumos energéticos,produtos agrícolas e minerais". (ZONTA e TROCATE, 2015,p.76). Concomitante ao processo de commoditização e exploração do trabalho, também foram e estão sendo exportados nosso ar, nossa terra fértil, nossa água, nossa energia.

Subsidia ainda nossas reflexões as análises de que o final do século XX e início do século XXI inauguram uma "nova" fase da história brasileira, a chamada era neoliberal. Desde então o Brasil adota políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial a fim de superar o endividamento externo e avançar no desenvolvimento (DUPAS, 2002). Apesar de os investimentos estrangeiros terem logrado êxito, em termos de lucro, temporariamente, "enquanto perduravam as privatizações e um quadro internacional favorável" (DUPAS, 2005), o que assistimos é o capital financeiro internacional se propagar avassaladoramente, não alterando significativamente o Produto Interno Bruto – PIB da região, visto que "o PIB per capita teve sua média reduzindo-se de 1% para próximo de zero em 2002". (DUPAS, 2005).

O agronegócio e a empresa mineral têm sido, desse modo, os principais motores de movimentação da economia brasileira nas últimas quatro décadas. Esta se faz persistir nesse território e nos outros países da América Latina, resguardadas suas particularidades,"um quadro grave e crescente de miserabilidade de suas sociedades, incentivando indiretamente, a médio e longo prazo, parcelas crescentes da sociedade a utilizarem mecanismos alternativos de sociabilidade". (DUPAS, OLIVEIRA *apud* DUPAS, 2004).

Por fim deveremos problematizar o lugar que a mineração na economia latino-americana com recorte da realidade do semiárido cearense. Situá-la geopoliticamente, assim como evidenciar os processos de resistência e as especificidades da mineração de urânio, fosfato e ferro.

[2] "A economista Amyra El Khalili define a comoditização da natureza como o processo que transforma um bem comum em bem privado. Uma matéria-prima se torna commoditiy após passar por um processo de padronização baseado em critérios impostos por multinacionais e governos". (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 41).

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Consórcio Santa Quitéria: ameaça ao modo de vida camponês.

Conforme o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – RIMA, entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA em 2014, o Consórcio Santa Quitéria, projeta minerar por um período de 20 anos urânio que é associado ao fosfato da Mina de Itataia. Essa jazida está localizada numa bela cadeia de montanhas chamada e Serra do Céu, entre os municípios de Itatira e Santa Quitéria, sertão central cearense.

Na jazida de Itataia urânio está consorciado ao fosfato. Esse segunda separado do urânio, será beneficiado para obtenção do ácido fosfórico, substância muito utilizada na produção de fertilizantes e ração animal. A meta é alcançar uma produção anual de 1.050.000 toneladas de derivados de fosfato. Já a produção do urânio deverá chegar a 1.600 toneladas anuais. "Estão previstos quatro carregamentos de urânio por ano, sendo que cada carregamento contará com 25 contêineres de 15 toneladas cada um. Cada contêiner terá aproximadamente 10 tambores de 200 litros com cerca de 400kg de urânio". (EIA Consórcio Santa Quitéria, Volume I, 2014, p.242 apud TRAMAS, 2014).

São 220km entre Santa Quitéria e Fortaleza pela CE-257, passando por pelo menos cinco municípios de grande porte. De acordo a representação do Núcleo TRAMAS, da Universidade Federal do Ceará – UFC, entregue em 2014 ao Ministério Público Federal, o EIA/RIMA não apresenta um plano de segurança para o transporte do concentrado de urânio. Além do "yellow cake" outros materiais para operação da indústria serão transportados de Fortaleza para Santa Quitéria e mesmo o Consórcio apontando a necessidade de reforma das rodovias não apresentam nada relacionados a possíveis riscos de acidentes no percurso.

Esse empreendimento, "Trata-se de um Complexo Mínero Industrial, ou seja, um projeto que faz tanto a exploração quanto o beneficiamento do minério, que nesse caso é o fosfato associado ao urânio, chamado colofanito." (RIMA, 2014, p.6)

Em consonância com o RIMA o empreendimento terá 25 meses para instalação e construção do complexo que ocupará 394,93 hectares de vegetação nativa e contará com uma média de 900 trabalhadores

nesta primeira fase. Demandará ainda 30.000 litros de água potável por dia nesta fase. Para a fase de operação a água deverá vir através de uma adutora do Açude Edson Queiroz. Quanto à lavra, será a "céu aberto e em cava, gerando minério e estéril". "A extração deverá ser feita por meio de bancadas de até 10m de altura". (RIMA, 2014, p19)

Ainda de acordo com o RIMA constituem o empreendimento duas unidades industriais (Unidade de Fosfato e Unidade de Urânio), uma pilha de estéril (substâncias minerais sem aproveitamento econômico com a capacidade de armazenar 26 milhões de metros cúbicos), e outra de fosfogesso (um subproduto da indústria do fertilizante), uma barragem de rejeitos que será construída abaixo do Rio Quixaba (material restante do processo de beneficiamento que não é aproveitado, com capacidade de armazenar 8 milhões de metros cúbicos), além de estruturas de apoio.

Todo esse complexo devastará a "paisagem diversificada, com morros, serrotes e áreas planas, cavernas e bastante vegetação de caatinga". (RIMA, 2014) Ademais encontramos no RIMA (2014) além da caracterização do empreendimento, das características da paisagem, biomas e um sucinto e incompleto estudo da radiação. O Relatório também apresenta as áreas de influência do Consórcio. Identifica apenas as comunidades de Riacho das Pedras, Morrinhos, Queimadas, Lagoa do Mato e a sede de Itatira como Área Diretamente Afetada. No mesmo estudo encontramos durante todo o texto afirmações que invisibilizam as comunidades camponesas e sua condição socioeconômica. Em várias passagens do RIMA, reiteram que há pouca densidade populacional na região e que o modo de vida dos/as agricultores/as da região é precário, que a produção do campo é apenas de subsistência e com nenhuma influência na economia local.

Porém o Núcleo TRAMAS identificou 156 comunidades no entorno da jazida sob influência direta da exploração mineral. (MELO, 2015). A ausência de mais de 100 localidades no RIMA é mais uma das inúmeras irregularidades demonstradas e entregue através de uma representação ao Ministério Público Federal, também em 2014, por aquele mesmo Núcleo.

Todas essas comunidades são camponesas, vivem da agricultura e da criação, acessam políticas públicas do Estado e realizam outros serviços para consolidarem sua renda e movimentarem a economia local. Apesar de os empreendedores afirmarem a necessidade de empregos gerados pela

mineração para melhoria de vida da população de Santa Quitéria e Itatira, a cultura local é de luta pela terra para trabalho no campo.

A mesma representação denuncia a ausência de autorização arqueológica, haja vista a região acolher 76 cavernas sendo 7 dessas classificadas como de alta relevância. O EIA não realiza estudo aprofundado do patrimônio arqueológico da região nem solicita autorização do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A Representação aponta ainda irregularidades referentes à violações do direito à informação, a participação e à saúde. O Relatório também não explicita como dar-se-á a separação entre o urânio e o fosfato nem comprova a viabilidade hídrica para o empreendimento.

Sobre isso justificamos o nosso trabalho com as mulheres do Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, haja vista esse se encontrar às margens do Açude Edson Queiroz, que deve abastecer o Consórcio Santa Quitéria e que, portanto, é área direta de influência da indústria mineral. Importante destacar que é também no território nordestino que se encontra a segunda experiência de exploração de urânio do Brasil. No município de Caetité, sudoeste baiano, desde os anos 2000. A primeira exploração do urânio foi em Poços de Caldas, Minas Gerais.

Assim como não podemos negar a dupla condição de subalternidade e principal fonte de lucro da América Latina para com o mundo europeu e norte americano, faz-se necessário evidenciar relação semelhante estabelecida ao longo da história, entre norte e nordeste e as outras regiões brasileiras.

Em se tratando de nordeste e sudeste, por exemplo, vimos em Smith (apud ARAÚJO, 2006) que desde as sesmarias tivemos uma estrutura agrária desigual. No nordeste tínhamos uma relação combinada entre os sesmeiros e os posseiros. Relações essas de compadrio e patronagem, que "favoreceram rapidamente o processo de reconhecimento das propriedades da terra", poucas terras devolutas, "terras fechadas", diferente do sudeste, cujas concessões de sesmarias não tiveram o mesmo peso que no nordeste, em razão de parte das terras ocupadas terem se formado entre 1822 e 1850, período de suspensão das sesmarias pela coroa portuguesa, o que fez do sudeste uma região com bastante terras devolutas atraindo a imigração européia (ARAUJO, 2006, p. 236).

A luta por terra e território foi regra nesta região. Os vários conflitos camponeses e a atuação das ligas camponesas são exemplos disso. No Ceará não foi diferente e a conquista do Assentamento Juá há 18 anos

significa a saída de camponeses/as da histórica condição de moradores/as de fazendeiros, para condição de assentados/as da reforma agrária.

Em consonância com Feliciano (2003) observamos que contraditoriamente o capitalismo, ao mesmo tempo em que desterritorializa e ameaça a vida camponesa, "recria as unidades camponesas no Brasil, nesse caso pela implantação de assentamentos rurais" (FELICIANO, 2003 *apud* LOPES e ALENCAR, 2014, p. 33).

Portanto os assentamentos são espaços construídos historicamente e disputados territorialmente, lugar onde a espacialidade e a territorialidade camponesa se re (organiza). "(...) Os assentamentos são como espaços/territórios da reterritorialização do campesinato ou, como escreve Miranda (1998, p.23), 'eles representam a recampenização daquelas famílias que, em algum momento da vida, tiveram que se distanciar da terra" (LOPES e ALENCAR, 2014, p. 35).

Conforme identificamos na pesquisa de mestrado os/as assentados/as da Agrovila Mata Fresca, Assentamento Juá, reproduzem a vida camponesa a partir do cultivo da terra, da criação de animais e atividades complementares, sendo algumas realizadas na sede do município de Santa Quitéria, que afirmam sua vida no campo.

Com o Consórcio Santa Quitéria esse modo de vida passa a ser ameaçado. Tais ameaças vão desde os mitos e/ou ausência de informações sobre a mineração de urânio e fosfato até o risco de contaminação do ar, do solo e das águas, caso o Consórcio seja executado. Os/As assentadas da Agrovila Mata Fresca não só resistem, reagem à territorialidade do capital expressa, nesse caso, através da mineração de urânio e fosfato, mas eles/as re-existem, forjam outra sociabilidade contrária aquela. "(...) Mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existe, logo resisto. R-Existo". (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47).

1.2 Mineração de ferro e os impactos socioambientais às comunidades camponesas de Quiterianópolis

Aproximamo-nos das comunidades Besouro e Bandarro através do trabalho de base realizado pelo MAM no Estado do Ceará. O MAM está sendo articulado desde 2012 a partir dos conflitos com a indústria da mineração em Carajás, no Pará. Organização forjada com a solidariedade

do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST atualmente está presente em 9 Estados do país, ampliando articulações com países da América Latina a partir da Via Campesina. Tem como tarefa norteadora contribuir com o poder de decisão das comunidades ameaçadas pela mineração e com a organização popular e política das mesmas no enfrentamento á essa expressão do grande capital.

As comunidades supracitadas pertencem ao município de Quiterianópolis, Sertão dos Inhamuns do Ceará. Afirmam que ainda na década de 1950 foram iniciada as primeiras pesquisas no território, mas somente na década de 1980 que a mineradora Libra iniciou a extração de ferro. Naquele momento ainda de forma manual e sem grandes impactos de acordo com os/as camponeses/as da região que perdurou até o início dos anos 2000. A partir de 2010 a jazida passou a ser explorada pela empresa Golbest pertencente a um grupo chinês.

Assim como observamos em outros territórios invadidos pela indústria mineral, nas comunidades de Besouro e Bandarro, essa empresa ofereceu várias benfeitorias para as comunidades, dentre elas desenvolvimento para a região, emprego e renda. Rigotto (2008) afirma que a ideologia do desenvolvimento ganha força com a revolução industrial. Essa noção é inerente à história do ocidente moderno e coincide com a expansão da burguesia no século XIV. Essa ideologia acompanha muitos dos processos de entrada da indústria mineral nos territórios.

Durante os nossos encontros com essas comunidades os/as camponeses/as afirmaram que o período de funcionamento da Golbest, de 2010 a 2014 e no ano de 2015 por dois meses, todo seu modo de vida foi modificado, incluindo a paisagem, o plantio, a saúde e as relações de trabalho. Alguns camponeses perderam seu plantio de côco, de banana, laranja e o pasto em razão da poeira advinda da exploração da mina que podia alcançar uma média de 12 quilômetros e que fica a poucos metros da rodovia e das comunidades.

Também ouvimos relatos relacionados a promessas feitas pela empresa. Uma dela foi a de um sugador que só funcionou por 15 dias. Também prometeram às comunidades atendimento médico e reforma das casas rachadas em razão das explosões, mas nenhuma desses compromissos foram honrados pela empresa.

Dessa forma observamos como a apropriação da natureza feita pelos/as camponeses/as é diametralmente oposta a realizada pelos capitalistas, neste caso empresário da mineração. Para Foladori (2001), o

cerne da questão ambiental não está nesta dicotomia ser humano-natureza, mas sim nas contradições internas à espécie humana. De fato, ao longo da história nós fomos dominando, transformando a natureza a fim de produzir as necessidades que foram sendo criadas. Porém "A sociedade humana não se relaciona com seu entorno de maneira homogênea, como faz qualquer outra espécie viva" (FOLADORI, 2001, p.205)

Na sociedade capitalista, de classes "(...) o acesso á natureza por quem representa a propriedade da terra e das fábricas e por quem somente dispõe de sua força de trabalho para viver não é o mesmo". (FOLADORI, 2001, p.207) Portanto, apesar de haver uma tendência de os seres humanos serem responsabilizados pela atual crise ambiental, sabemos que há uma classe que orienta a "da produção até a obtenção do lucro, em detrimento da satisfação das necessidades sociais" de outra classe social. O que torna algumas interpretações ecológicas da relação sociedade-natureza, equivocadas. Não foram os/as camponeses/as das comunidades de Besouro e Bandarro que escolheram explorar o minério de ferro no seu território, foram as empresas transnacionais e a política de commodities brasileira. Marx (1852) já sinalizava essa realidade de acordo com Foster (2005)

> O problema central reside nas relações sociais de produção. A instrução de salvaguardar o planeta para as próximas gerações não cobre um sexto da população mundial que está subnutria e talvez nem consiga produzir futuras gerações, tampouco um quarto da população mundial considerada pobre pelas Nações Unidas e que está prioritariamente preocupada com sua própria sobrevivência. Segundo informe do PNUD de 1997, a quantidade de pobres aumentou em 900 milhões nos últimos 50 anos e passou de 17% a 23% a população mundial. Aí estão as relações sociais e a causa da crise ambiental. (FOLADORI, 2001, p.209)

Tudo isso pra dizer que o adoecimento das populações camponesas, a contaminação das suas produções agrícolas, das águas, do solo, do subsolo, dos ventos no território invadido pela mineração e as transformações que esta indústria faz são consequências das determinações econômicas capitalistas, "(...) da utilização de capital de maneira intensiva, pilhando as riquezas naturais, e até da exploração e/ou apropriação monopólica de certas partes do planeta." (FOLADORI, 2001, p. 210)

Numa perspectiva de ruptura com o "sistema sociometabólico do capital", Lowy (2005) propõe uma ruptura radical com a linearidade

da ideologia do progresso, do desenvolvimento e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização moderna.

Esse reflete sobre a relação do socialismo com a ecologia e afirma a necessidade de uma "ética ecossocialista" onde a mudança da relação ser humano-natureza, das formas de produção e distribuição, são repletas de solidariedade, liberdade, igualdade considerando as reais necessidades humanas. (LOWY, 2005)

Vemos, portanto, que o debate socioambiental é fundante para compreensão da questão mineral. Estamos debatendo que "[...] a sociedade que esbanja riqueza é, ao mesmo tempo, uma usina de miseráveis" (SILVA, 2010, p.99). Ainda em consonância com Silva,

> O fim do século XX e o século em curso revelam para a humanidade toda a força destrutiva do sistema do capital ao mesmo tempo que oferece uma demonstração das potencialidades humanas e da complexa sociabilidade que engendrou, cujas implicações mais evidentes são, a um só tempo, a crescente diferenciação do homem ante a natureza e a reafirmação de sua dependência em relação àquela. (SILVA, 2010, p. 65)

Diante de todas essas contradições o MAM tem construído incidências relacionadas a extração do minério feito pela Golbest, bem como tem contribuído nos processos de organização das comunidades.

CONCLUSÃO

Considerando a centralidade da mineração na economia brasileira, "são dois mil e vinte municípios mineradores que recebem a Contribuição Financeira para Exploração Mineral (CFEM), imposto pago pelas mineradoras". (ZONTA; TROCATE, 2015, p.12). Em 2006 o minério de ferro passou a ser o principal produto da exportação brasileira, com 6,49% das vendas, sendo o mercado asiático o principal demandante. Em 2008 a China representava 68% da demanda global de minério de ferro e representou 38% da receita da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, correspondendo a 56,8% dos embarques de minério de ferro e pelotas. A companhia Vale do Rio Doce é segunda maior empresa mineradora do mundo, explorando minério em 22 países e foi em 2013 a principal exportadora do Brasil, alcançando um lucro de US$ 26,5 bilhões (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 45). A CVRD é a expressão da transnacionalização

da economia e da financeirização das *commodities*, ao lado de outras empresas transnacionais de extração mineral.

Ao passo em que a CVRD aumenta sua produção e lucro, bate também recordes com o número de conflitos socioambientais pelo mundo, encontra-se em quinto lugar, atrás apenas de quatro empresas de petróleo. "A mineração é a atividade econômica que mais causa conflitos no mundo, num total de 211 conflitos, seguido pelo acesso à terra, com 184 conflitos". (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 49) Conforme os mesmo autores a Estrada Ferro Carajás, situada no estado do Pará, afeta a vida de um milhão de pessoas, sendo que 172 pessoas morreram até o ano de 2012 por atropelamentos. Em Moçambique a Vale removeu 760 famílias entre os anos de 2009 e 2010, com a instalação da mina de Moatize.

Portanto é fundamental fortalecer a organização popular no enfrentamento a essa indústria, sendo um MAM um instrumento para isso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.B.C. **SOCIABILIDADE NO ASSENTAMENTO RURAL DE SANTANA-CE: terra e trabalho na construção do ser social**. Tese (Doutorado) UFC, FACED, Fortaleza, 2006.

BATISTA, S. C. **CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM QUESTÃO: DO CHÃO, DO ALTO, DAS REPRESENTAÇÕES**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2014. (Tese)

BORDA, O. F. ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA PARTICIPANTE:considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R.A PESQUISA PARTICIPANTE E A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. IN: BRANDÃO, C. R.; STRECK, Danilo R. (organizadores) **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias Et Letras, 2006.

DESCHA. RELATORIA DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE. RELATÓRIO DA MISSÃO CAETITÉ: Violações de Direitos Humanos no Ciclo Nuclear**.** Plataforma Descha Brasil. Curitiba. 2011.

DUPAS, G.; OLIVEIRA, F. V. Uma visão estrutural da dinâmica econômica da América Latina. IN DUPAS, Gilberto (coordenador) **AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

FERNANDES, F. **A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HAGUETTE, T.M.F. **METODOLOGIAS QUALITATIVAS NA SOCIOLOGIA**.3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LESSA, S. PARA COMPREENDER A ONTOLOGIA DE LUKÁCS. Consulta realizada em novembro de 2014. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/files/Ikursk3edV2.pdf>.

LOWY, M. **Ecologia e socialismo**. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção questões da nossa época; v.125)

MALERBA, J. (ORG). **DIFERENTES FORMAS DE DIZER NÃO: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral.** 1ªEd. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MARÉS, C. F. **A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA.** Sérgio Antonio Fabris Editor. - Porto Alegre, RS, 2003.

MARX, K.**O CAPITAL: Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. CAP XXIV. Editora Nova Cultura Ltda. São Paulo, 1996.

MELO, R. D. **RISCOS AMBIENTAIS E PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO: estudo de caso do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará**. 2015. Dissertação. Universidade Federal do Ceará.

MÉSZÁROS, I. **PARA ALÉM DO CAPITAL**. Rumo a uma teoria da transição. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

MONTEZUMA, T. F. **LICENCIAR E SILENCIAR: ANÁLISE DO CONFLITO AMBIENTAL NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PROJETO SANTA QUITÉRIA**. 2015. Dissertação. Universidade Federal do Ceará.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **ECONOMIA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA**. 2ª ED. – SÃO PAULO: CORTEZ, 2007 (BIBLIOTECA BÁSICA DO SERVIÇO SOCIAL)

OLIVEIRA, A. U. **MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.** 1ªEd. – São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PORTO, M.F.S; FINAMORE, R.: CHAREYON, B. RELATÓRIO PRELIMINAR JUSTIÇA AMBIENTAL E MINERAÇÃO DE URÂNIO EM CAETITÉ: AVALIAÇÃO Crítica da Gestão Ambiental e dos Impactos à Saúde da População. Fiocruz. Criirad. 2014.

PORTO, C.W. Espaço e Poder em Questão: uma perspectiva desde a subalternidade. IN: **A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais**. ORGS. MITIDIERO JR, M.A; GARCIA, M.F; VIANA, P.C.G. Outras Expressões. São Paulo. 2015.

RIGOTTO, R. M. **DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE E SAÚDE: IMPLICAÇÕES DA (DES)LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL**.Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

SILVA, M. G. **QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM DESAFIO ÉTICO-POLÍTICO AO SERVIÇO SOCIAL.** São Paulo: Cortez, 2010.

STÉDILE, J. P. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O DEBATE TRADICIONAL 1500-1960** (ORG) 1ªEd – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O CAMPONÊS: UM TRABALHADOR PARA O CAPITAL**. Artigo consultado em julho de 2014.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (ORGS). **A QUESTÃO MINERAL NO BRASIL**. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. – Marabá, PA: Editorial Iguana,2015.

QUESTÃO AGRÁRIA E PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL: HISTÓRIA DE LUTAS E CONFLITOS

Marize Rauber Engelbrecht*

omarize@hotmail.com

RESUMO: O presente ensaio é resultado de pesquisa bibliográfica que trata da questão agrária e formação da propriedade privada no Brasil desde o período colonial até o momento atual, historicamente permeada por lutas e conflitos. O conteúdo expresso neste estudo apresenta o desenvolvimento histórico da propriedade privada da terra e a questão agrária enquanto resultado da contradição estrutural do capitalismo. Esta vem sendo construída e reconstruída no processo constante de conflito entre camponeses e latifundiários. Este ensaio faz parte dos estudos realizados enquanto participante no Grupo de pesquisa de Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão social e do Grupo de Políticas Ambientais.

Palavras-chave: Questão agrária; propriedade privada; conflitos; lutas.

CUESTIÓN AGRARIA Y PROPRIEDAD PRIVADA IN BRASIL: HISTORIA DE LUCHAS Y CONFLICTOS

RESUMEN: *El presente ensayo es resultado de investigación bibliográfica que trata de la cuestión agraria y formación de la propiedad privada en Brasil desde el periodo colonial hasta el momento actual, históricamente permeada por luchas y conflictos. El contenido expreso en este estudio presenta el desarrollo histórico de la propiedad privada de la tierra y la cuestión agraria como resultado de la contradicción estructural del capitalismo. Esta sigue siendo construida y re-construida en el proceso constante de conflicto entre campesinos y terratenientes. Este ensayo hace parte de los estudios realizados encuentro participante no grupo de investigación de Fundamentos del Servicio Social: Trabajo y Cuestión Social y del Grupo de Políticas Ambientales.*

Palabras clave: *Cuestión agraria***;** *propiedad privada; conflictos; luchas.*

INTRODUÇÃO

Compreender a questão agrária[1] é um dos maiores desafios para os estudiosos devido à amplitude e complexidade que este tema apresenta. Diante de várias leituras e produção de conhecimento constroem-se diferentes paradigmas que projetam visões de mundo e decorrente dos métodos de estudos e referenciais teóricos, os cientistas vão compondo suas análises que influenciam e determinam as compreensões do problema da questão agrária.

* Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, campus Toledo.

[1] O conteúdo expresso neste artigo foi publicado parcialmente no livro intitulado "25 Anos do Curso de Serviço Social da Unioeste: Diálogos e Reflexões no contexto dos Direitos Humanos". Cascavel/PR: Edunioeste, 2013.

A questão agrária não é um enigma, mas sua compreensão é possível desde que seja analisada em sua essência, em que se deve reconhecer e revelar seus limites em um campo de possibilidades que exija postura objetiva no seu tratamento, conforme destaca Fernandes (2004).

Como a questão agrária está presente historicamente há séculos, ou seja, desde que o Brasil foi colonizado, pode até não querer vê-la ou encobrir parte da realidade, mas se descortina cotidianamente quando vislumbram-se as relações que ocorrem no campo-cidade, tais como: manifestações, ocupações, acampamentos nas estradas, praças e, com maior frequência, nas assembleias estaduais e congresso federal. "Também se apresenta no agronegócio, nas "c*ommodities*" nas teses, livros, relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade" (FERNANDES, 2004, p.04).

Neste sentido, o artigo objetiva apresentar algumas reflexões sobre o desenvolvimento histórico da questão agrária no Brasil, reconstruindo brevemente sua trajetória até o atual contexto, explicitando que a questão agrária é um tema atual e pertinente, porém, permeado pela conflitualidade. Nesse percurso, o texto vai abordar inicialmente a formação do desenvolvimento histórico da propriedade privada e seus atores em cena, camponeses e latifundiários.

1 FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NO BRASIL

A terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito longe se achavam os seus donos de suspeitar que alguém pudesse ter a pretensão de transformá-la em propriedade privada, muito menos em transformá-la em uma mercadoria que, mesmo sem produzir nada enriquece o proprietário. Com os tripulantes da frota de Cabral, com seus contatos iniciais a vida tranquila e a índole pacífica das pessoas que aqui viviam foi suficiente para lançar as bases entre os povos do velho e do novo mundo. Por muitos anos adiante, houve o resgate das riquezas da terra e o aliciamento da mão-de-obra nativa, dando prova de eficácia à coroa real.

O latifúndio colonial, bem como, o sistema escravista de plantação, durante 388 anos impediram que as massas humanas oprimidas que vegetavam nas proximidades das sesmarias ou se agregavam nos engenhos e fazendas tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. E quando o fizeram

foram expulsas devido à dilatação dos cultivos ou a criação dos grandes senhores (GUIMARÃES, 1989).

O autor vem afirmar que caso o latifundiário concedia pequenos pedaços de terra para uma produção voltada ao seu próprio consumo era com a finalidade de mantê-las subjugadas como reserva de mão de obra, dentro ou nas proximidades das terras do latifundiário.

O aparecimento da pequena propriedade no Brasil, como instituição consolidada foi após a introdução dos imigrantes europeus nas regiões meridionais, em 1808, com a finalidade inicial de formar núcleos de produção de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos. No entanto, vale destacar que anterior a essa etapa tinha a gestação da classe camponesa composta por trabalhadores do campo que sofreram um longo processo de espoliação, cujas consequências foram a incorporação nos engenhos de açúcar de uma multidão considerada trabalhadores livres miseráveis que viviam no interior das fazendas, denominados agregados (GUIMARÃES, 1989).

Esses trabalhadores aparecem no quadro rural desprovidos de todos os meios de produção e sem qualquer função importante na estrutura produtiva. No entanto, o contingente numeroso de brancos e mestiços quase escravos foi em grande parte, um produto das manifestações da luta de classes. "Esta luta entre as classes do trabalho e a aristocracia territorial prolonga-se por muito tempo" (POMBO, *apud* GUIMARÃES, 1989, p.106)

Neste sentido, Guimarães (1989) afirma que estes agregados ou os considerados pequenos sesmeiros, fabricavam aguardente nas *engenhocas* e também faziam a farinha, isto nos fins do século XVII. No entanto, ao perceber que o produto começava a ter aceitação, impôs-se penas severas aos senhores de engenho que fabricavam aguardente. Esta proibição não atingiria o senhor do engenho que produzia açúcar, mas o pequeno lavrador que deveria só fazer farinha ou plantar cana para os engenhos reais e deixar de produzir a aguardente.

Abolidas as *engenhocas* e impedidos de cuidar de mais de uma cultura, restava vender as roças aos fabricantes de açúcar e ficar vivendo como rendeiros e, os que não tinham a confiança do senhor do engenho para esta função, ficaram na condição de agregado sob a proteção do senhor, conforme destaca Guimarães (1989).

Desta maneira, evoluiu a espoliação dos pequenos e médios lavradores em proveito dos latifúndios. Porém, há muitas versões equivocadas que situam o aparecimento da pequena propriedade como um

produto exclusivo da "largueza da visão" das classes dominantes com a colonização estrangeira instituída ao Sul durante o século XIX, ou outra versão injustificável de que a "formação da pequena propriedade retardou por causa da "indolência" das populações nativas ou de sua "incapacidade" para o trabalho" (GUIMARÃES, 1989, p. 109).

Estas concepções implicaram a negação do papel dinâmico da luta de classes e fizeram com que a classe camponesa batalhasse obstinadamente contra seus inimigos, para que pudessem emergir definitivamente na vida rural brasileira.

No Brasil, segundo Guimarães (1989) tem-se uma particularidade do desenvolvimento histórico da propriedade, isto é, enquanto em outros continentes a propriedade latifundiária surge e se desenvolve sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa, em nosso país, ocorre o contrário; a propriedade latifundiária foi implantada primeiro e a pequena propriedade camponesa vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompor-se.

No argumento de Guimarães (1989) a "colonização sistemática" conforme postulados de E.G. Wakefield - teorizador do colonialismo britânico - fundava-se no princípio de que as terras virgens não deviam ser postas ao alcance das populações pobres por preços baixos e acessíveis, porque senão os homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes ao invés de serem trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. Dessa forma, assegurava reserva de braços disponíveis para o trabalho rural e estabeleciam um preço "suficientemente alto" para que a terra não pudesse ser adquirida com facilidade pelos pobres do campo.

> Marx dedicou um capítulo de *O Capital* ao teorizador do colonialismo britânico se referindo nos seguintes termos " E. G. Wakefield, tem o grande mérito, não de haver descoberto algo novo sobre as colônias, mas de ter revelado nestas a verdade sobre as relações capitalistas da mãe-pátria . (...) Antes de mais nada, Wakiefield descobriu nas colônias que possuir dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não dá a um homem o caráter de capitalista se lhe falta um complemento – o trabalhador assalariado - em que o outro homem é forçado a vender-se voluntariamente. Descobriu assim, que o capital em vez de ser uma coisa, é uma relação social entre pessoas, relação esta que se estabelece por intermédio das coisas'. (MARX, *apud* GUIMARÃES,1989, p.112).

Como ressalta Guimarães (1989), à medida que a propriedade territorial foi perdendo a condição original de doação privilegiada, para adquirir qualidades mercantis e converterem-se em valor negociável, as ideias de "colonização sistemática" ingressam no patrimônio jurídicos da classe dos senhores rurais corporificando-se afinal, na legislação do Império, aproximadamente em 1842.

Estes aspectos, segundo o autor, mostram que desde os primórdios construíram-se barreiras que obstavam a fixação à terra dos cultivadores carentes de recursos, incorporando a figura do *posseiro* ou *intruso*, principalmente o posseiro ou intruso nativo, que enfrentava o poder latifundiário quando nenhuma lei o protegia e amparava.

Uma vez que estes sujeitos ficam desprotegidos da lei, a *posse* passa a ser a arma estratégica de maior alcance e eficácia na batalha secular de luta contra o monopólio da terra. Estes *intrusos e posseiros* foram os precursores da pequena propriedade camponesa, porém não legitimados ou reconhecidos como "donos" de propriedade.

No que tange aos *posseiros,* afirma Guimarães (1989) estes são considerados ocupantes de terra sem título legal e que não estão lutando dentro de um marco de legalidade que tivesse deixado de ser observado pelo Estado, ou seja, lutam contra um tipo de legalidade que garante a prepotência e a impunidade de grileiros e fazendeiros aos quais dá condição de regularizarem com mais facilidade do que os trabalhadores a situação das terras que disputam.

Na luta dos posseiros o conflito não envolve as relações sociais na produção, nem envolve direta e imediatamente as relações de produção e nem envolve o produto do trabalho. A luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento da produção, que é a terra. Envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é a *exploração*, mas a *expropriação.*

> Os conflitos pela terra vêm de "fora" para "dentro", ou seja, elas não nascem diretamente do interior das relações sociais do camponês, do posseiro [...] dependem de fatores "externos" à família camponesa, ou melhor, externo às relações imediata e visíveis. Dependem de circunstâncias e fatores que só através de muitas mediações se apresentam na realidade do posseiro. Por isso é que entram na vida desse trabalhador através das contradições da propriedade e não através das contradições da produção. Isso não quer dizer que o posseiro não esteja envolvido em relações de

> exploração. Ele está, mas por meio de mecanismos da circulação da mercadoria, que produz, cujas determinações históricas, aliás, são diversas das da mercadoria produzida por uma empresa capitalista (MARTINS, 1984, p. 95).

Portanto, a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o sistema latifundiário foi a *posse*, a ocupação extralegal do território conquistada na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores.

A ocupação extralegal foi o instrumento que abriu caminho à pequena propriedade no país, foi o precedente histórico que tornou possível a existência em bases estáveis das unidades agrícolas menores, cultivadas pelos camponeses com a ajuda de suas famílias.

Essa abordagem vem reforçar que o processo colonizador tem tido uma continuidade, ou seja, o conjunto de elementos da formação histórica marca a trajetória do desenvolvimento do país e que, desde o "período do descobrimento aos dias atuais algumas marcas permanecem intactas e atuando, inclusive, no sentido de perpetuar esse processo" (MATTEI, 2013, p. 16).

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A PERMANENTE CONFLITUALIDADE

Compreender a questão agrária, segundo Sampaio Junior (2013), é compreender as causas da extrema pobreza do homem do campo e para ter este entendimento o problema requer uma perspectiva de totalidade. Esta leitura exige situar a questão agrária dentro da sociedade e da economia brasileira desvendando o papel da estrutura agrária no padrão de acumulação e dominação do capitalismo, portanto, a "questão agrária requer definir a relação entre pobreza no campo, desenvolvimento capitalista e integração nacional" (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p. 30).

Para este entendimento, o autor descreve sinteticamente que a questão agrária na história do Brasil se coloca da seguinte maneira: a) a monarquia preservou a estrutura da sociedade colonial em que escravidão e latifúndio foi revitalizado; b) a abolição da escravidão foi feita dos brancos para os brancos – lenta, segura e gradual – generalizando o trabalho assalariado. Processo que permitiu ao negro ficar livre do amo, mas a terra permanecendo privilégio dos homens ricos, tendo como principal

instrumento a Lei de Terras e, por fim; c) a ditadura do grande capital com o golpe militar de 1964, que consolida o latifúndio como base do padrão de acumulação no campo e de dominação. Este momento histórico impõe uma ressignificação da questão agrária pelo instrumento legal do Estatuto da Terra, determinado pela burguesia, fazendo com que o problema estratégica de acesso a terra e superação da pobreza no campo deixassem de ser um problema do desenvolvimento capitalista para se transformar num problema de segurança nacional, em outras palavras, deixa de ser tratado como problema de colonização, para eventualmente ser tratado como assentamento (SAMPAIO JR., 2013).

Assim, fica explícito que a questão agrária nasce da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Esta desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos produzidos pela diferenciação econômica dos agricultores por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Devido a isso, a questão agrária gera continuamente conflitualidade porque se torna movimento de destruição e recriação de relações sociais (FERNANDES, 2004).

Nesta perspectiva, Fernandes (2004) explicita que a questão do conflito só pode ser compreendida no movimento da contradição entre capital e trabalho. O autor apresenta considerações sobre a questão agrária do ponto de vista da conflitualidade do capital com os camponeses, ou seja, a questão agrária vem sendo construída e reconstruída no processo constante do conflito com a população que vive na área rural.

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. Para Fernandes (2004), desde o seu reconhecimento enquanto categoria analítica a questão agrária é composta da contradição e do paradoxo que revelam sua complexidade, contradição esta que se apresenta na estrutura do modo de produção capitalista e o paradoxo no próprio movimento da questão agrária, portanto, a conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea dessas relações sociais, em outras palavras, a conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural.

> A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a

> transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p. 06).

É nesta dimensão que o autor vem afirmar que a questão agrária não é um problema em si, mas é um problema da contradição inerente do capitalismo que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo e, como a contradição impossibilita a superação da questão agrária, gera-se assim, o paradoxo que alimenta a própria contradição.

Desta forma, a questão agrária é compreendida enquanto um movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, sendo estes inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção, como enfatiza Fernandes (2001).

Demonstra-se a partir desta reflexão, que se pode distender ou tensionar a questão agrária, bem como, sua forma de administrá-la a partir de um modelo de desenvolvimento. Historicamente tem-se observado na realidade brasileira que o modelo adotado aumentou a conflitualidade por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Fernandes (2001) destaca que se atente para a história brasileira quando esta nos ensina que na conflitualidade da questão agrária não existe trégua perene nem rendição total entre as duas classes antagônicas, camponeses e latifundiários, mas há transigência e intolerância, ou seja, na "luta de classes não há empate" (CFESS, 2017,s/p).

Há de se afirmar que o Brasil nasce e se desenvolve subordinado aos interesses dos capitais internacionais em que o capital estrangeiro desde o início teve um papel preponderante nas atividades econômicas exercendo poderosa predominância na débil burguesia que aqui se formou (MAZZEO, 1995).

Diante da afirmação de que a questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo, o conjunto dos problemas é constante, pode-se amenizá-los diminuir suas escalas, mas não é possível solucioná-las totalmente. As políticas sociais são consideradas um recurso em que são possíveis algumas medidas para amenizar a intensidade dos problemas que podem diminuir através do controle político, a violência das desigualdades (FERNANDES, 2001).

Neste sentido, o autor salienta que a força com que a questão agrária brasileira ressurge através da conflitualidade constante – visível ou camuflada - vem sendo cada vez mais agravada pelo modo como tem se expandido as relações capitalistas de produção no campo. Isto se expressa ao ver que, ao mesmo tempo em que o país tem conseguido aumentar a produção agropecuária, tem causado impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da população rural.

Fernandes (2001) ressalta que os problemas referentes à questão agrária estão relacionados essencialmente à propriedade da terra e, consequentemente, à concentração da estrutura fundiária, como também aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais, tais como: a luta pela terra, pela reforma agrária, a violência contra os trabalhadores, à produção abastecimento e segurança alimentar, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e suas exigências tecnológicas, as políticas agrícolas e o mercado, ao campo e a cidade, qualidade de vida e dignidade humana. Enfim, por tudo isso a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

Alguns destes fatores citados são decorrentes do principal agravante da questão agrária, a "modernização" tecnológica na agricultura, que tem provocado mudanças profundas na economia agrícola criando novas configurações no campo. Por meio desta modernização, os proprietários passaram a dar um destino rentável e capitalizado as terras e uma decorrente expulsão dos moradores das fazendas, retirando as terras que os trabalhadores usavam para produzir seus próprios alimentos .

A modernização tecnológica induzida pela intervenção do Estado, demonstrada por Martins (1997) intensificou o processo de inserção da agricultura dos países subdesenvolvidos na economia mundial, constituída de inovações técnicas voltadas para a produção de exportáveis, o que acabou por reduzir a produção interna de alimentos.

> A modernização da agricultura, a transformação das áreas de agricultura de exportação como o café, em áreas de pastagem ou de produção de alimentos, alterou significativamente este quadro. A modernização tecnológica limitou a demanda de mão-de-obra a apenas momentos específicos do processo de trabalho agrícola, como a colheita de café e o corte de cana. As pastagens, mesmo não modernizadas, reduziram drasticamente a necessidade de trabalhadores a um pequeno número de empregados. (MARTINS, 1997, p.57).

Desde então, as dificuldades de realocação da mão-de-obra expulsa e excedente geram pobreza e miséria no campo e na cidade privando-os de condições dignas de vida, porém, é relevante ressaltar que estes acontecimentos não tem sido desprovido de lutas e resistências, tendo permanentemente tensões, expulsões e invasões no campo, expressando a conflitualidade (FERNANDES, 2004).

Em síntese, pode-se afirmar que a questão agrária é uma expressão dos conflitos presentes na relação contraditória entre capital e trabalho, uma refração da ”questão social”. Entendendo que o próprio desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente a “questão social” em que diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”, esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo em que não se suprime a primeira conservando–se o segundo (NETTO, 2001).

De forma objetiva, nas palavras de Prado Jr. a questão agrária refere-se a uma “deplorável miséria material e moral da população trabalhadora do campo brasileiro” (2007, p.01).

Assim, a questão agrária brasileira se constituiu em um processo de “continuidade dos mecanismos de interdição do acesso à terra por parte das populações pobres, que dependem de recursos financeiros elevados para obtê-la, recursos que não têm; e, ao mesmo tempo, a grande propriedade já não precisa, senão muito limitadamente, dessa mão-de-obra” (MARTINS,1997, p.51).

Desta forma, a reação dos pobres do campo tem sido a luta e o conflito como instrumentos incessantes para o acesso a terra, ou como diz Sampaio Jr., “buscam um lugar ao sol” (2013, p.33).

CONCLUSÃO

O que constitui a questão agrária no Brasil não está apenas em sua causa, na concentração fundiária, mas está também nas consequências sociais urbanas. Neste sentido, é uma questão agrária porque há uma concentração da propriedade da terra nas mãos de uma população muito diminuta de grandes proprietários em que usam as terras estimuladas pelo Estado, por meio de tecnologia sofisticada, altas financiamentos subsidiados, incentivos fiscais, anistia ou protelamento do pagamento de

dívidas, etc. Também utilizam a terra como reserva de valor, como meio de especulação, sendo um meio de vida das elites que tem sido mais rentistas do que produtivas.

Afirma-se assim, que o caráter especulativo que assumiu a propriedade fundiária no Brasil foi reforçado pela política de subsídios e incentivos fiscais, em que o título de propriedade é documento suficiente para assegurar crédito gratuito ou barato e até mesmo o incentivo de doações financeiras. Assim, "o Estado foi profundamente envolvido como gestor dessa política de redistribuição de recursos públicos para o setor privado, de recursos dos setores sociais para os setores ricos e poderosos da população" (MARTINS, 1997, p.52).

Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos produtores perdem ou deixam a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho em favor das grandes propriedades. Processo conduzido por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais com amplos incentivos do próprio Estado, expressando a decisão da burguesia em defender a qualquer custo a reprodução do latifundiário, acelerando assim, a expropriação e a exploração dos pequenos agricultores.

Por fim, se os grandes proprietários não foram convencidos pelas elites a abrir mão de seus privilégios em favor do interesse do país, as vítimas desse regime iníquo de propriedade também não serão convencidos a aceitar como fato natural a miséria e a exclusão.

REFERÊNCIAS

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), 2017. 15 de maio – Dia do Assistente Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/dia-doa-assistente-social. Acesso em: 26 mai. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Revista NERA.** Universidade Estadual de São Paulo: Presidente Prudente, 2004.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos.. Formação da pequena propriedade: posseiros e intrusos (1963). In: WELCH, Clifford (e outros). **Camponeses brasileiros**. v.1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NERA, 2009.

PRADO Jr. Caio. **A questão agrária**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 1983.

_____. **A questão agrária brasileira e o papel questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis:Insular, 2013.

MAZZEO, Antônio. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da "Questão Social". **Revista Temporalis**, nº3, ano II, Brasília:ABEPSS, janeiro a junho, 2001.

PRADO Jr. Caio. **A questão agrária**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e sua situação atual. In: MATTEI, Lauro (org) **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis:Insular, 2013.

WELCH, Clifford A. e FERNANDES, Bernardo M. **Agricultura e mercado**: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. Presidente Prudente: Digit, 2008.

do MST. Petrópolis: Vozes, 1984.

MATTEI, Lauro. Questão agrária, desenvolvimento e pertinência da reforma agrária no Brasil contemporâneo. In: MATTEI, Lauro (org)

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Dislaine Sousa de Sá*
dislaineufs@hotmail.com
Josiane Soares Santos**
josisoares@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho é fruto de pesquisa cujo objetivo foi analisar a produção científica acerca da questão agrária no Serviço Social brasileiro. A pesquisa sustentou-se Materialismo Histórico Dialético e caracterizou-se como bibliográfica. Neste trabalho expõe-se o trecho que pretende situar o contexto histórico no qual emerge o Serviço Social com vistas a compreender de que modo a questão agrária se insere enquanto demanda para a profissão. Sua relevância advém da necessidade de aprofundar o debate sobre a temática no âmbito da profissão, de maneira a contribuir para qualificar o exercício profissional, bem como suscitar outras discussões pertinentes.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão Agrária. Produção do conhecimento.

LA CUESTIÓN AGRARIA EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DEL SERVICIO SOCIAL

RESUMEN: *El presente trabajo es fruto de una investigación cuyo objetivo fue analizar la producción científica acerca de la cuestión agraria en el Servicio Social brasileño. La investigación se sostuvo materialismo histórico dialéctico y se caracterizó como bibliográfica. En este trabajo se expone el trecho que pretende situar el contexto histórico en el que emerge el Servicio Social con miras a comprender de qué modo la cuestión agraria se inserta como demanda para la profesión. Su relevancia viene de la necesidad de profundizar el debate sobre la temática en el tema el ámbito de la profesión, de manera que contribuya a calificar el ejercicio profesional, así como suscitar otros debates pertinentes.*

Palabras clave: *Servicio Social.Cuestión Agraria. Producción del conocimiento.*

INTRODUÇÃO

A questão agrária é, sem dúvida, uma das questões que apresenta grande complexidade no Brasil desde o período colonial, sobretudo após a instituição das sesmarias e da Lei nº 601 – Lei de Terras de 1850. A doação de grandes extensões de terras, denominadas como sesmarias e a promulgação da Lei de Terras, foram fatores essenciais para a constituição e o agravamento da concentração da estrutura fundiária que se apresenta na contemporaneidade. (STÉDILE, 2011).

* Bacharela em Serviço Social/UFS.

** Docente na graduação e pós-graduação do Departamento de Serviço Social – DSS/UFS; Membro de Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas/UFS (GEPEM/UFS).

Considerando que o Serviço Social intervém diretamente nas expressões da questão social, faz-se necessário compreender as relações que permeiam a questão agrária, manifestada através da interdição do acesso à terra, alimentação inadequada, precárias condições de saneamento, dentre outros. Tal cenário evidencia a necessária importância da pesquisa e produção de conhecimentos sobre a questão agrária por parte do Serviço Social, uma vez que a mesma se constitui como uma das demandas presentes em espaços sócio-ocupacionais nos quais historicamente a profissão atua. Essa necessidade se relaciona com a de qualificar suas ações e, ao mesmo tempo, ampliar a visibilidade sobre a questão para a sociedade como um todo.

Afirma-se, portanto, a relevância de aprofundar o debate sobre a questão agrária no âmbito da formação profissional e exercício profissional, com vistas a desvelar os limites, possibilidades e desafios, além de contribuir para o fortalecimento do debate acerca da temática no âmbito da categoria. Considera-se que estas mediações podem contribuir para a construção do projeto societário que possibilite a emancipação humana, coadunando com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Desse modo, os elementos a seguir abordam a atuação do Serviço Social no âmbito da questão agrária, de modo a situar a produção científica da profissão sobre a temática na última década em um dos principais eventos da categoria, a saber, Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

1 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: A IMPORTÂNCIA DA ATITUDE INVESTIGATIVA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social está vinculado ao surgimento de grandes corporações empresariais ligadas ao setor da indústria e comércio, que visavam a elevação do nível cultural dos trabalhadores, a fim de adequá-los às exigências apresentadas pelo capitalismo em expansão. A criação do SESI, por exemplo, se enquadra na articulação entre empresariado e Estado, buscando o reordenamento de uma série de questões relacionadas ao cenário político-econômico internacional do pós-guerra. "[...] Procura-se definir alternativas e uma programação a longo prazo para, com subsídio estatal, reorientar o aprofundamento capitalista dentro da conjuntura nacional e internacional que se delineia.". (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 285).

As primeiras décadas do século XX no Brasil são palco do enfrentamento da "questão social" associado ao prosseguimento da industrialização, superação do "atraso" e "racionalização" da agricultura, com vistas ao fortalecimento do mercado interno. A preocupação central desse fortalecimento girava em torno da necessária integração entre urbano e rural a fim de compor este mercado e, para alcançar tal objetivo, coube ao Estado a adoção de algumas iniciativas: extensão rural da educação; barateamento dos produtos agrícolas, por meio da "racionalização" da agricultura e ampliação da previdência social, que possibilitaria o aumento do nível de renda da população.

A proposta de "superação do subdesenvolvimento" forneceu as condições concretas para o engendramento da ideologia desenvolvimentista. Segundo Iamamoto e Carvalho, "a ideologia desenvolvimentista, em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta do crescimento econômico acelerado, continuado e auto sustentado." (2012, p. 359). Para superar o estágio de "atraso" e o subdesenvolvimento, a introdução do capital estrangeiro no país era vista positivamente avaliada, sendo o auxílio internacional considerado imprescindível para expansão econômica, a qual traria prosperidade e possibilitaria a eliminação da pobreza.

Implementado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), após a II Guerra Mundial, o Desenvolvimento de Comunidade (DC)[1] "[...] é postulado num momento histórico em que as grandes potências – Estados Unidos e Rússia – deflagram a 'guerra fria' pela conquista do primado econômico, político e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado.". (AMMANN, 2003, p. 29). Nesta direção, a compreensão das origens do DC supõe mediações mais amplas que correspondem à conjuntura histórica internacional. Os interesses das grandes potências tinham como foco principalmente o desenvolvimento da agricultura para o progresso do país e a superação do analfabetismo que dominava o meio rural no Brasil. Sendo assim, a educação dos adultos,

> [...] passara a ser considerada como um requisito indispensável a uma melhor organização e reorganização

[1] O DC define-se como um "processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capaçitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país" Cf. (AMMANN, 2003, p. 32). É essa concepção de caráter funcionalista que fundamentou a política desenvolvimentista no Brasil. .

> social com sentido democrático e como recurso social da maior importância para desenvolver entre as populações adultas "marginalizadas" o sentido do ajustamento social. (AMMANN, 2003, p. 38).

A consolidação do bloco socialista e seu avanço nos países orientais alertava para o perigo do mesmo atingir os países em desenvolvimento. Sob o argumento de que nas regiões pobres a propaganda comunista alcança uma maior receptividade, o Estado norte-americano instituiu uma série de recomendações ao Estado brasileiro, objetivando conter o suposto avanço comunista no país. Tais recomendações foram materializadas mediante a implementação de programas de assistência técnica destinados aos países pobres, principalmente àqueles localizados na América Latina. (AMMANN, 2003).

Considerando também que na década de 1950 a predominância do analfabetismo apresentava-se como obstáculo para o progresso nacional, o incremento da educação nas áreas rurais representava a minimização dos "problemas sociais" do campo, haja vista que nessas regiões se concentrava um maior contingente de analfabetos. Observa-se que a divulgação/fomento dos programas do DC, aliado à aproximação da ONU com a profissão, possibilitou a abertura de um novo espaço ocupacional ao Serviço Social frente às demandas provenientes do campo. Entre os anos de 1945 e 1961 ocorrem, no Brasil, congressos e seminários que reuniram os principais representantes das entidades do Serviço Social, para discutir desafios da formação e legitimação da profissão no âmbito do DC. Surgem também, nesse período, a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR). É neste contexto que "[...] o Serviço Social se interioriza, acompanhando o caminho das grandes instituições, a modernização das administrações municipais, e o surgimento de novos programas voltados para as populações rurais.". (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 363).

A intervenção do Serviço Social nesse período histórico pautava-se na aliança entre

educação e assistencialismo, por meio da execução dos projetos de educação de base no campo, vinculados à ideologia desenvolvimentista. Ao adotar a perspectiva modernizante, o assistente social deveria atuar no sentido de contribuir para o desenvolvimento do espírito solidário e cooperativo do homem rural e, de maneira simultânea, mantinha a

hegemonia desenvolvimentista e impulsionava o crescimento agrícola. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Todavia, as manifestações que eclodiram no final de 1950 e início dos anos de 1960, traziam questões fundamentais ao clamarem por reformas estruturais e, sobretudo, questionarem o projeto de desenvolvimento vigente no país. Dentre essas questões, destacam-se: a luta pela reforma urbana e agrária, pela participação da população nos processos decisórios da sociedade, distribuição da riqueza socialmente produzida etc. Conforme Ammann, "os anos 1960-63 representam, em particular, um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais [operários, estudantes, camponeses, professores] na luta pelas reformas de estrutura."(2003, p. 57). Santos, destaca que

> Outras medidas incluídas nas reformas de base eram a regulação das remessas de lucro para o exterior e a extensão do monopólio do petróleo. [...] muito embora ficasse fácil de identificar que tais medidas não visavam a implantação do socialismo – como o acusaram as forças que o interromperam para instalar a ditadura militar em 1964 – o simples fato de pretenderem mexer na estrutura distributiva de renda para atenuar as desigualdades, impediram sua concretização. Ademais, o período é marcado por uma intensificação das lutas sociais que já vinham de períodos anteriores, comandadas por estudantes, movimentos católicos de esquerda e pelas ligas camponesas. (SANTOS, 2012, p. 85)

Além das ligas camponesas e dos Sindicatos Rurais, proliferam-se outros movimentos da cidade e do campo, a saber: Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular, Ação Popular, Centros Populares, entre outros. Registra-se também a criação do MEB, instituído pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) e a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da educação, considerados fundamentais para a política de redemocratização do sistema educacional.

É evidente que essas transformações políticas contribuíram para uma nova abordagem do Desenvolvimento de Comunidade, uma vez que o vínculo estabelecido com o Serviço Social possibilitou que as influências do posicionamento do movimento progressista da igreja católica incidissem sobre o as práticas do DC. Nesse contexto, assistentes sociais se inserem no processo de mobilização e desenvolvem ações

voltadas para a alfabetização[2], pautadas também na reflexão crítica em parceria com o MEB. A Educação Popular, na perspectiva de Paulo Freire (2014), é caracterizada como um processo educativo de "conscientização e libertação do oprimido", por meio da participação e construção de saberes que possibilitem a transformação do sujeito e da sociedade[3]. Porém, as manifestações ocorridas nesse período foram duramente reprimidas após a instauração do Golpe Militar, em 1964. (ABREU, 2002).

Como reação à onda de mobilizações da primeira metade dos anos 1960, a América Latina foi alvo de sucessivos golpes ditatoriais, pelos quais se assegurava o projeto de expansão do capitalismo monopolista.

Com esse pequeno intercurso histórico, queremos fazer notar a questão agrária como parte das demandas que atravessam o mercado de trabalho do assistente social e demonstrar que, na medida em que se constitui como campo interventivo, tornou-se objeto de pesquisa para o Serviço Social. Isso decorre da necessária articulação entre intervenção e investigação, uma vez que ao agir na realidade concreta o assistente social deve estabelecer mediações para conhecê-la e compreendê-la. Nesse sentido, a pesquisa constitui-se como elemento estruturante e transversal tanto na formação, quanto no exercício profissional, pois permite a mediação entre universalidade e singularidade para desvendar a particularidade dos fenômenos sociais, de modo a alcançar a sua essência. Segundo Pontes, o Serviço Social

> [...] é uma das profissões inscritas na divisão sóciotécnica do trabalho na ordem social capitalista madura e caracteriza-se por ser uma *profissão interventiva*. Por isso necessita, além de *conhecer a realidade* na sua complexidade, criar meios para *transformá-la* na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-la cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais em que atuam. (PONTES, 2000, p. 43, grifos do autor)

---

[2] De acordo com Ammann (2003), envolvem-se em atividade de animação popular e sindicalização dos trabalhadores rurais. A outra parcela dos profissionais integra-se aos trabalhos de cultura popular elaborado por Paulo Freire, ainda que marcado por um ecletismo singular.

[3] Paulo Freire, não obstante a sua enorme contribuição, foi muito criticado por essa visão carregada de certa dose de idealismo, ingenuidade, politicismo. Acreditava que bastava trabalhar as consciências para transformar os sujeitos e a realidade.

Durante determinado período a formação do Serviço Social, em virtude de seu caráter interventivo, priorizou substantivamente a dimensão técnico-operativa, em detrimento da discussão sobre os aportes teórico-metodológicos e/ou ético-políticos.

O recurso à teoria social de Marx é determinante no sentido de contribuir para alteração do caráter puramente de agente técnico que permeou a profissão em sua gênese e primeiras décadas de existência, indicando uma nova perspectiva na qual o assistente social coloca-se como protagonista voltado para o reconhecimento sócio-políticos da realidade social e profissional o que, por sua vez, passa a abarcar exigências teóricas mais rigorosas.

Isso significou o rompimento com a postura positivista e neotomista que dissociava o pensar e o agir e que durante décadas foi hegemônica no Serviço Social. Dessa forma, "[...] laicizado e diferenciado, o Serviço Social que atravessa os anos oitenta – com mais fidelidade que em qualquer outro momento da história no Brasil – expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira.". (NETTO, 2011, p. 307).

O giro dado pela profissão na década de 1980 propiciou um grande investimento e incentivo na pesquisa, tendo como intuito o seu reconhecimento na área das ciências sociais, além da compreensão da pesquisa como partícipe da formação e do exercício profissional. A produção do conhecimento na área do Serviço Social inicia-se mais sistematicamente na década de 1970, com a expansão dos cursos de graduação e a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em plena vigência da ditadura militar. Esse período histórico foi marcado pela implementação da Reforma do Ensino Superior proposta pelos militares cujo propósito de formar profissionais, era voltado às exigências do novo modelo econômico da "modernização conservadora". Gradativamente, têm-se o crescimento da oferta dos cursos de graduação em todo país, ao mesmo tempo em que emergem os cursos de pós-graduação. Assim, "os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para produção de conhecimentos e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica.". (KAMEYAMA, 1998, p. 3).

Partindo da premissa de que a pós-graduação constitui-se enquanto espaço privilegiado na produção de conhecimento, haja vista que o contínuo ato de pesquisar permite o desvelamento dos fenômenos sociais apresentados na sociedade burguesa, como também uma melhor

compreensão e qualificação da intervenção profissional, faz-se necessário destacar a importância da produção do conhecimento para o Serviço Social.

A Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 explicita que no cumprimento das suas atribuições e competências "[...] exige[-se que] o assistente social [torne] a pesquisa um elemento constitutivo de seu trabalho profissional, como precondição do exercício profissional competente e qualificado." (GUERRA, 2010, p. 3). É sabido que o Serviço Social se caracteriza por conter uma dimensão interventiva e esta é que, num determinado direcionamento demanda, ao mesmo tempo, requer afirmação da dimensão investigativa.

Ao interferir na realidade social, o assistente social precisa conhecê-la em sua totalidade, com vistas atuar com competência e qualidade. Para isso, é preciso dispor de um arcabouço teórico e metodológico crítico que direcione as ações profissionais desempenhadas cotidianamente. É nesse escopo que a produção de conhecimento, seja na área da pós-graduação e/ou até mesmo nas pesquisas realizadas no exercício profissional, é tida como possibilidade concreta de qualificar a intervenção profissional, contribuindo para a viabilização de direitos e emancipação dos sujeitos. (GUERRA, 2010). O duplo caráter da profissão é apontado por Mota (2013, p. 18) quando reconhece a possibilidade de tratar o Serviço Social a partir de duas dimensões que são constitutivas e inerentes: como profissão e área de conhecimento.

Todas essas observações levaram a trabalhar a hipótese de que o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão[4].

Assim, compreende-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte integrante do exercício profissional do assistente social. É através dessa postura que o assistente social consegue compreender a dinâmica da realidade social, superando a superficialidade dos fenômenos. Ao primar pela postura investigativa, o profissional de Serviço Social passa a ter clareza dos desafios, limites e possibilidades de sua atuação, identificando

[4] Conteúdo retirado do seguinte artigo:MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013 – p.18.

com criticidade as transformações ocorridas no mundo do trabalho e os rebatimentos para o exercício profissional. No entanto,

> Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais. Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais. (GUERRA, 2010, p. 3).

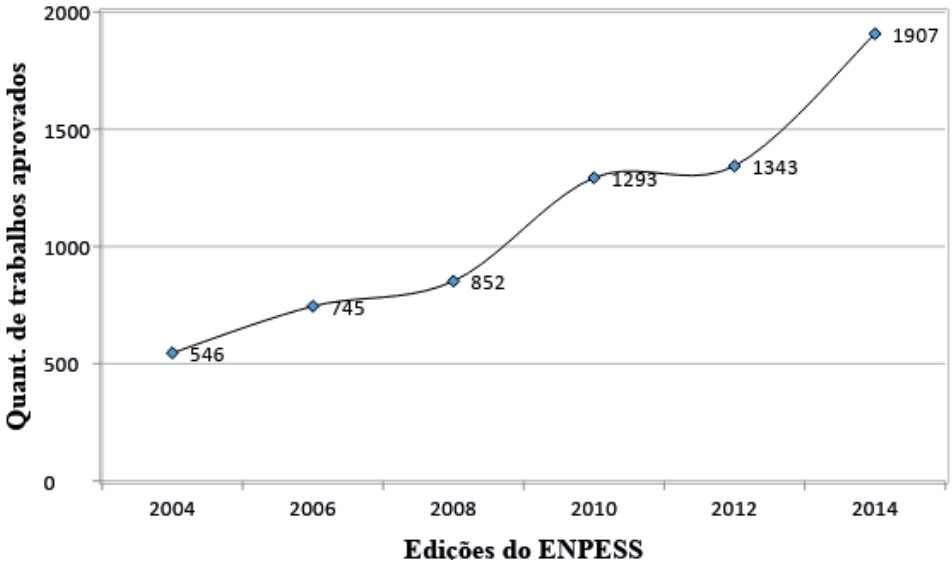
Nesta toada, a questão agrária constitui-se como uma das áreas de intervenção e investigação do Serviço Social, como dito anteriormente, donde o profissional busca dar resolutividade às demandas apresentadas através da formulação e implementação de programas e projetos sociais que devem partir do conhecimento concreto da realidade.

1.1 Características gerais da produção científica sobre questão agrária publicadas no ENPESS no último decênio

Para analisar a produção de conhecimento sobre a questão agrária, utilizou-se como referência de coleta de dados as produções sobre a temática publicadas nas últimas cinco edições (2004; 2006; 2008; 2010; 2012; 2014), do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). O material de pesquisa refere-se ao IX, X, XI, XII, XIII e XIV ENPESS, os quais foram realizados em Porto Alegre, Recife, São Luís, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Natal, respectivamente.

Quando comparamos o número de artigos publicados no ENPESS de 2004 e no ENPESS de 2014 verifica-se que no período em questão houve um significativo crescimento quantitativo no que diz respeito à produção de conhecimento do Serviço Social nas mais variadas temáticas. Na edição de 2014, têm-se um quantitativo de artigos aprovados (1.907) aproximadamente quatro vezes maior do que em 2004 (546).O gráfico a seguir demonstra o crescimento da produção apresentada no ENPESS.

Gráfico 1 – Trabalhos aprovados nas cinco últimas edições do ENPESS.



Fonte: Anais dos ENPESS. Elaboração própria.

Ao realizar a soma desses dados observamos que totalizam 6.686 trabalhos publicados, cabendo destacar nesse universo que apenas 77[5] foram apresentados no eixo da questão agrária, o que demonstra que a necessidade de ampliação da produção de conhecimento sobre essa temática no Serviço Social. Conforme Lusa, "o debate sobre a questão rural e sua relação com o Serviço Social configura-se como um desafio objetivo se considerados os temas mais correntes no âmbito das investigações e do exercício profissional na contemporaneidade." (2011, p. 1).

Apesar disso, esse eixo acompanhou, com algumas particularidades, a tendência geral de crescimento da quantidade de trabalhos aprovados. Isso porque ocorreu um movimento de oscilação em que aumenta e diminui a quantidade de trabalhos apresentados no último decênio. A título de exemplo, a edição de 2014 teve um decréscimo de aproximadamente 63% quando comparado com o quantitativo de trabalhos, referentes à temática, aceitos na edição de 2012.

[5] Importante destacar sobre a necessidade de retirar dois artigos científicos do quadro de análise referentes à edição do ENPESS de 2006, uma vez que nos anais não constavam a publicação na íntegra destes trabalhos.

Após a apresentação geral do universo da pesquisa apresentam-se, a seguir, os dados referentes ao objetivo específico "Identificar os objetos de estudo que tem permeado as produções científicas e, especificamente, se são produções ligadas ao exercício profissional do Serviço Social e/ ou se são decorrentes de produções de profissionais inseridos no meio acadêmico". Esta categorização possibilita quantificar as produções relacionadas a experiências do exercício profissional e também aquelas decorrentes de pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico conforme dispostas na tabela abaixo:

Edições do ENPESS	Número de produções vinculadas ao exercício profissional	Número de produções oriundas do meio acadêmico	TOTAL
IX ENPESS – 2004	---	05	05
X ENPESS – 2006	01	03	04
XI ENPESS – 2008	---	14	14
XII ENPESS – 2010	---	14	14
XIII ENPESS – 2012	01	27	28
IX ENPESS – 2014	01	09	10
06 edições	03	72	75

Fonte: Anais dos ENPESS. Elaboração própria.

Quanto à coleta destes dados sobre a vinculação das produções, merece destaque a dificuldade para categorizá-los, uma vez que nem todos os trabalhos publicados nos anais das edições do evento apresentam a identificação institucional do/s autor/autores – dado considerado relevante para identificar a origem da produção. Além disso, avalia-se que mesmo nos casos em que estão disponíveis os dados de vínculo institucional, não se poderia trabalhar somente com isso para identificar a origem dos artigos, tendo em vista a possibilidade de existirem profissionais inseridos de maneira simultânea em experiências de trabalho com a questão agrária e na pós-graduação, por exemplo. A partir disso, decidiu-se utilizar a análise do conteúdo desses trabalhos como parâmetro de identificação.

Nota-se que em sua grande maioria, as produções sobre questão agrária no Serviço Social decorrem da experiência acadêmica e, em algumas destas, possuem vinculação com atividades interventivas nas áreas rurais. Identifica-se nesse conjunto, a presença de pesquisas de cunho teórico e empírico; pesquisas de mestrado em andamento e/ou finalizadas;

reflexões oriundas de disciplinas; relatos e discussões provenientes de experiências de estágio.

Levanta-se algumas possíveis hipóteses para entender o quadro da incipiente produção vinculada diretamente ao exercício profissional. A primeira corresponde à natureza em si do evento, pois o ENPESS é um evento de *pesquisadores*. Atualmente é caracterizado como um dos mais importantes eventos científicos da categoria, constituindo-se espaço privilegiado que visa contribuir para o debate político-acadêmico e, sobretudo, de comunicação dos resultados de pesquisas e produções desenvolvidas no ambiente acadêmico. Há que se considerar ainda a consolidação recente dos grupos de pesquisa sobre a questão agrária.

Ainda em relação ao tipo de evento e sua organização é importante ter em vista que podem existir reflexões sobre a atuação profissional relacionadas à questão agrária publicadas em outros eixos temáticos, a exemplo do eixo específico das políticas sociais, e não necessariamente no eixo que discute a questão agrária. Supondo que existam estas situações, as mesmas não puderam ser identificadas na presente pesquisa, uma vez que metodologicamente seu propósito deteve-se na análise sobre o eixo da questão agrária. Desta forma, pretende-se chamar atenção para o fato de que o número de trabalhos publicados em torno de experiências de exercício profissional com a questão agrária nas edições de ENPESS analisadas pode ser maior do que o encontrado na presente pesquisa, considerando-se a possibilidade de compreender a questão agrária como parte de um tema tratado por várias políticas sociais e, portanto, destas reflexões estarem publicadas a partir da centralidade das políticas sociais e não da questão agrária como eixo.

CONCLUSÃO

A proposta assumida buscou contribuir para uma melhor compreensão acerca da relação entre questão agrária e Serviço Social, dando ênfase para a produção científica sobre o tema na última década. Para tanto, retomou-se um breve percurso histórico sobre a atuação profissional no âmbito da questão agrária. A partir da reconfiguração da produção do conhecimento no interior do Serviço Social essa temática, assim como outras que transversalizam o exercício profissional, assume dupla dimensão, pois, ao ser objeto de intervenção, torna-se necessário tomá-lo também em sua dimensão investigativa.

Essa análise possibilitou identificar um crescimento significativo do número de publicações vinculadas à temática no período em pauta. No entanto, apesar disso, o total de artigos encontrados nas cinco edições tem um significado pouco expressivo diante do universo geral de publicações do ENPESS. Corroborando com o pensamento de Lusa (2011), esse quantitativo demonstra a real necessidade de aprofundar o debate no âmbito das investigações e do exercício profissional.

Foi possível identificar ainda a maior parte da produção científica analisada sobre questão agrária no Serviço Social decorre da experiência acadêmica e, em algumas destas, possuem vinculação com atividades interventivas nas áreas rurais. Cabe destacar que esse dado é aproximativo uma vez que nem todos os trabalhos publicados nos anais das edições do ENPESS apresentam a identificação institucional do/s autor/autores.

Por fim, enfatiza-se que para além da importância de aprofundar a discussão sobre a questão agrária no universo acadêmico é preciso que esse conhecimento extrapole este espaço, tornando-se presente e fomentado também no exercício profissional. São muitas as atualizações das expressões da questão agrária no capitalismo contemporâneo e sua compreensão é considerada estratégica para superação de ações imediatistas e tecnicistas, tão reiteradamente reproduzidas no exercício profissional desses tempos de crise.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Assistentes Social no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Colaboradores Rosa Prédes et al. Brasília: CFESS, 2005.

COSTA, L. R. S. T. **As expressões da dimensão investigativa do Serviço Social brasileiro**: um estudo a partir de produções científicas (2000-2013). Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**.3. ed.São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 37. ed São Paulo: Cortez, 2012.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997) In: **Caderno ABESS**, São Paulo, nº 8, 1998.

LUSA, M. G. Questão rural e exercício profissional: demandas para o Serviço Social. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas (Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital)**. São Luís Maranhão, 2011.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálysis**, vol. 16, Florianópolis, 2013, p. 17-27.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**:uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua aproximação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, J. S. **Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional, 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IMPORTÂNCIA DE UM TRABALHO DE RESISTÊNCIA AO USO CAPITALISTA NA BACIA DO ALTO PARAGUAI (BAP)

Enilda Maria Lemos*

enildalemos1@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho chama a atenção para o uso capitalista da Bacia do Alto Paraguai (BAP) e para a necessidade de compreender que a "razão dialética" orienta um projeto de sociedade alternativo em contraposição à sociabilidade burguesa orientada pela "razão instrumental". A partir disso, mostra a relevância de um trabalho de resistência crítica à implantação de projetos capitalistas na Bacia do Alto Paraguai (BAP). Então, aponta para um trabalho de leitura da sociedade para além das aparências e indica que o movimento ambientalista em qualquer de suas vertentes oferece um campo para o serviço social e outras profissões atuarem.

Palavras-chave: Projetos capitalistas na BAP; Resistência crítica; Movimento ambientalista; Serviço Social.

LA IMPORTANCIA DE UN TRABAJO DE RESISTENCIA AL USO CAPITALISTA EN LA CUENCA DEL ALTO PARAGUAY (BAP)

RESUMEN: *El presente trabajo llama la atención para el uso capitalista de la Cuenca del Alto Paraguay (CAP) y para la necesidad de comprender que, la "razón dialéctica" orienta un proyecto de sociedad alternativo en contraposición a la sociabilidad burguesa orientada por la "razón instrumental". A partir de ahí, demuestra la relevancia de un trabajo de resistencia crítica hacia la implantación de proyectos capitalistas en la Cuenca del Alto Paraguay (CAP). Siendo así, se dibuja como un trabajo de lectura de la sociedad, mucho más allá de las apariencias e indica que el movimiento ambientalista, en cualquiera de sus vertientes, ofrece un campo para que el servicio social y otras profesiones puedan actuar.*

Palabras clave: *Proyectos capitalistas en la CAP; Resistencia crítica; Movimiento ambientalista; Servicio Social.*

INTRODUÇÃO

O processo de destruição ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul (MS) se dá em dois biomas que atravessam o seu território: o cerrado que fica de um lado da Serra de Maracaju e o pantanal, do outro lado desta mesma Serra. Segundo Faria, Nicola (2017, on-line) "[...] o Pantanal, a maior planície alagável do mundo, é o elo entre as duas maiores bacias da América do Sul: a do Prata e a Amazônica [...]."O pantanal está situado "[...] na parte alta da Bacia do rio Paraguai [...]": os seus quase 210 mil quilômetros quadrados estão assim distribuídos: "[...] 70% estão no Brasil

* Professora no curso de serviço social semi-presencial da Universidade Anhanguera Uniderp de Campo Grande (MS).

(nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), 20% na Bolívia e 10% no Paraguai" (FARIA; NICOLA, 2017, on-line).

O agronegócio tem atraído investimentos para o cerrado e para o pantanal criando facilidades mercadológicas para o etanol e o açúcar, o milho, a soja, entre outros. A cana-de-açúcar que é fortemente explorada no estado de São Paulo (SP) está expandindo suas fronteiras para o estado de MS. Ainda que as terras para as usinas sucroalcooleiras, hoje, não sejam as da planície, mas as do cerrado e as do planalto, os elementos naturais da parte alta da Bacia do Alto Paraguai (BAP) possuem elos com os elementos naturais da planície pantaneira. Se isto não for levado em conta poderá causar estragos na planície. Nessas terras também o capital cria estratégias para aumentar o seu lucro. À medida em que o capital vem fazendo investidas no Pantanal de Mato Grosso do Sul (Pantanal/MS) nasce e renasce a resistência ambientalista, como foi o movimento ambientalista contra usinas de álcool no Pantanal/MS.

Pretendemos destacar alguns elementos da "razão instrumental" e da "razão dialética" para entendermos a força dos investimentos capitalista. A partir disso, o objetivo deste trabalho é chamar a atenção para a direção social das lutas ambientalistas na BAP.

1 A PRODUÇÃO MERCADOLÓGICA DA CANA-DE-AÇÚCAR

Como se sabe, a sobrevivência humana está ligada ao intercâmbio que o trabalho faz entre o homem e a natureza; esse intercâmbio tanto pode estar voltado para a produção para o consumo como para o mercado. Na comercialização de produtos de uma horta de verduras e frutas a renda pode ser revertida para a família e/ou para o grupo que se dedica ao seu cultivo. Esse processo visa o consumo. Já no uso mercadológico da natureza, o capital se apropria da riqueza produzida socialmente com tecnologias para potencializar o aproveitamento do solo, deixando marcas profundas na natureza e nos trabalhadores e trabalhadoras. Muitas dessas marcas são irrecuperáveis em razão do seu potencial destrutivo. A natureza que já foi tema de poemas que lhe renderam homenagens, hoje, está passando por processos destrutivos de tal sorte que as mais sofisticadas tecnologias não tem conseguido segurar a força dos desastres naturais. É o que ocorre com a produção sucroalcooleira.

As tecnologias, a exploração da natureza e da força de trabalho imprimem o caráter de mercadoria na produção na indústria

sucroalcooleira e em outras práticas do agronegócio. O solo do estado de MS possui características favoráveis ao cultivo da lavoura canavieira, segundo estudiosos é menos vulnerável às intempéries climáticas. Por outro lado, fazendeiros têm arrendado parte de suas terras para produtores de cana-de-açúcar.

Quando a cana-de-açúcar é cultivada para fins de mercado, na sua produção está expressa a exploração de trabalhadores e trabalhadoras, lembrando que eles/elas aumentam as fileiras dos miseráveis que vão perdendo seus postos de trabalho pela sofisticação tecnológica e por desgaste físico. Assim, o produtor sucroalcooleiro conta com a eficiência da máquina e a diminuição das despesas sociais com o trabalho. Além disso, ele pode se beneficiar da flexibilização e da sua precarização do trabalho.

A usina sucroalcooleira produz o etanol e o açúcar para o mercado e a energia para o consumo da indústria e/ou para a comercialização do excedente. Esses fatores servem de atrativo para os empresários da cana-de-açúcar e concorrem para a efetivação de subsídios do governo.

No estado de MS, enquanto a produção canavieira no cerrado quase não encontra barreiras da parte da sociedade civil, a produção de cana-de-açúcar no Pantanal/MS tem provocado resistência por parte do movimento ambientalista, considerando que as terras pantaneiras não se limitam, apenas à planície, mas, incorporam as terras do planalto; isto quer dizer que a planície e o planalto requisitam a proteção ambiental.

Faremos um breve comentário acerca do projeto da modernidade que nos ajudará a compreender as manifestações sociais e ambientalistas na ordem capitalista.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DA MODERNIDADE

Procuramos, então, em alguns elementos da história da filosofia burguesa entender os dois projetos da modernidade. Antes, é preciso dizer, que faremos uma pequena alusão aos textos de Guerra (2017, on-line) que tratam da "razão instrumental" e da "razão dialética", de Guerra (2011); de Netto (1994) que faz observações acerca da razão moderna e ao texto de Coutinho que discute os projetos da modernidade; não se trata de um estudo aprofundado.

Coutinho distingue dois momentos na história da filosofia burguesa. Um deles abrange o período que se estende do renascimento até

Hegel. Este momento é percebido como "[...] um movimento progressista [...]" (1972, p.7) que criou o projeto da modernidade. Guerra diz que à razão moderna "[...] é tributada a possibilidade de fornecer o arsenal necessário ao conhecimento da realidade objetiva [...]." (2011, p. 42). Este é o projeto de sociedade que tem seu fundamento na "razão dialética" e com o qual a burguesia reuniu as forças sociais para tomar o poder. Sobre a "razão dialética"; é preciso dizer que esta é a razão que vê o homem como sujeito que faz mudanças.

O projeto da modernidade se sustentou em três pilastras que compõem as categorias nucleares: "o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética". Segundo Guerra a "razão dialética" é "[...] o mais alto nível de razão e como tal, crítica e emancipatória". Essa é a razão humana, aquela que "[...] incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância" (on-line, p. 14, nota de rodapé n. 8). O humanismo entende o homem como um ser autocriativo porque ele se cria a si mesmo, logo, não há uma visão de uma espiritualidade acima do homem. O historicismo mostra que a realidade é construída ontologicamente, tem o seu modo de ser, mas, que esse mesmo homem é considerado sujeito enquanto interfere na realidade.

Entretanto, este projeto da modernidade se enfraqueceu e deu lugar ao projeto de sociedade que se conformou na razão abstrato-formal e no irracionalismo. É o outro momento que segundo Coutinho ocorreu "[...] por volta de 1830-1848 [...] " e fez uma ruptura "[...] com as conquistas do período anterior[...]" fundando a racionalidade formal-abstrata e a irracionalidade (1972, p. 7). Para Guerra houve o "[...] afastamento da reflexão ontológica [...]" (2011, p. 55) que deixou de lado a discussão ontológica baseada na realidade social. Quem instituiu "o paradigma da racionalidade formal-abstrata na análise das esturutras sociais" foi Durkheim, um pensador ilustre do positivismo, conforme indica Guerra (2011, p. 57). Ainda sobre Durkheim, a mesma pesquisadora acrescenta que "[...] suas concepções teóricas e metodológicas encerram a pretensão, não apenas de estabelecer uma explicação totalizadora da sociedade, mas, sobretudo de *orientar uma programática de ação sobre a sociedade*." (2011, p. 57). Esse tipo de análise serve à sociabilidade burguesa que utiliza a "razão instrumental" e que, segundo Guerra, se limita "[...] a operações formal-abstratas e à praticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional

à reprodução social da ordem burguesa" (2017, on-line, p. 14, nota de rodapé n. 7). Portanto, ela dá suporte para as representações falsas da realidade, culpabilizando trabalhadores e trabalhadoras da ocorrência de danos ambientais e sociais. De acordo com esta orientação a reforma da previdência e trabalhista não diz que pretende aumentar recursos para pagar os juros da dívida externa. Na conjuntura atual, as redes sociais desempenham um papel fundamental na mobilização da sociedade; por sua parte, sabemos quanto é forte o poder da mídia para fazer a população incorporar discursos que defendem interesses dominantes.

O projeto que a burguesia levou à frente deixou de lado as contradições e concentrou as oportunidades em alguns sujeitos ou em algumas classes, esfacelando o projeto original da modernidade. Este projeto deu a direção da sociabilidade burguesa que passou a operar "[...] com os extremos deformantes, da singularidade e da universalidade". (LUKÁCZ, 1978, p. 118). Isto explica que sem buscar as contradições o pensamento fica no âmbito dos fragmentos sociais.

Segundo Lukácz Marx e Engels "[...] indicam um movimento irresistível, uma aspiração progressiva que conduz do puramente singular ao universal através do particular" (1978, p. 102). O fato na sua singularidade não mostra as suas complexidades e passa uma compreensão "deformada"; isto é, as mediações ali presentes encobrem as determinações do fato e não deixam ver o fato para além do seu imediatismo. Para Lukácz "[...] se se considera unilateralmente, ou de um modo puramente formal, este movimento, chega-se necessariamente a falsos resultados." (1978, p. 102). Então, o estudo do movimento contra as tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS, em si mesmo, não fornece um conteúdo de análise na perspectiva da totalidade; não busca as mediações do capital ali presentes. Assim, como as lutas contra as hidrelétricas, a hidrovia, entre outras.

Netto diz que "[...] a razão moderna implicou a recuperação da conquista da filosofia clássica [...]" e rompeu com a reflexão medieval que subordinava "[...] a filosofia à teologia." (1994, p. 28). No seu projeto original "[...] a burguesia, expressa na sua luta contra o A*nsien Régime* [grifo do autor], os valores mais avançados e altos do conjunto da sociedade." Coutinho se refere a este período como sendo a "[...] época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social." (1972, p. 8). O projeto original da burguesia não se deixa levar mais por explicações divinas, mas, por explicações racionais e se funda na "razão dialética".

Os pesquisadores mencionados nos mostram quão cuidadosas/cuidadosos devemos ser quando vamos pesquisar e no exercício profissional, ainda que não tenhamos um aprofundamento teórico necessário. Os problemas sociais e ambientais que resultam do antagonismo de classe nos impõem a tarefa de colocá-los às claras, indo na contramão do projeto de sociedade da burguesia; este se orienta pela "razão instrumental", realça a aparência dos fatos e não permite a apreensão dos seus determinantes. Somente a "razão dialética" fornece elementos para analisar um fato buscando as suas determinações na produção social e na apropriação particular da riqueza que o trabalho produz. Isso é desafiante numa sociedade que está em movimento e que apresenta cada vez mais mediações que precisam ser decifradas e, a partir deste trabalho, construir alternativas. .

Trazendo os fundamentos teóricos para a produção canavieira em MS, como em outros territórios, o consumidor, seja ele uma empresa, seja ele o cidadão comum, ao comprar o etanol, o açúcar e/ou a energia, não se preocupa ou não consegue perceber as relações de exploração do trabalho e da natureza. Por outro lado, trabalhadores/trabalhadoras que ali colocam o seu esforço físico e mental, não usufruem do que produzem. Não interessa para a produção capitalista que trabalhadoras/trabalhadores conversem sobre essas coisas, isto porque pode despertar o desejo de eles/elas se organizarem politicamente ao se darem conta de que a produção é socializada e a apropriação do trabalho que foi produzido é particular.

O agronegócio canavieiro organiza informações que mostram parte dos elementos que compõem o processo de produção canavieira. Isto porque na sociabilidade burguesa o processo de trabalho é fracionado, de tal sorte que trabalhadores/trabalhadoras sequer conhecem por inteiro o processo produtivo, como era o processo de trabalho original, no qual a produção material é acompanhada de um trabalho educativo. É o que explica Valente:

> Esse processo de criação e transmissão contínuas do conhecimento, conforma aquilo que chamamos de processo cultural. Tal processo é inseparável da condição social do homem. Porque se transforma ao longo do tempo é histórico e por ser comum a todos, é considerado universal. Porque implica o conhecimento e o aprendizado é um processo educacional. (VALENTE, 1999, p. 16)

Se o processo cultural é plasmado pela criação e transmissão de conhecimento, pode-se dizer que o processo de trabalho educativo do

agronegócio canavieiro configura relações que desvinculam a produção da cana-de-açúcar da educação. Elas são pensadas em momentos diferentes, como atividade à parte, separada da produção material. Vemos, então, que o processo de trabalho canavieiro desempenha a função de transformar a natureza em uma mercadoria, produzida na relação social que explora o trabalho e a natureza. O vínculo da educação com a cultura vem desde a criação do fogo, com o qual o homem passou a cozinhar alimentos e a se proteger do frio. Isso trouxe mudanças para o cotidiano gerando um novo conhecimento. Em conseqüência, esse novo conhecimento foi transmitido para outras gerações.

Então, a produção material implica também em educação e cultura posto que todas elas fazem parte do mesmo processo de produção. O que acontece na sociabilidade burguesa é que no modo de produção capitalista todo o processo de trabalho está voltado para o lucro. O ensino a distância com seu potencial de abrangência mediado por tecnologias, permite que a aula de um professor faça chegar o conhecimento a lugares antes não atingidos. Isso barateia o custo da educação gerando altos lucros para empresários o que faz com que a educação exerça a sua função mercadológica. Por aí a educação e a cultura receberem adornos do capital.

A partir dessas breves considerações sobre a "razão instrumental" e a "razão dialética", a produção material, a educação e a cultura, tentaremos trazer alguns elementos que rebatem no processo de resistência aos projetos capitalista na BAP.

3 IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLETIVO NA RESISTÊNCIA AOS PROJETOS CAPITALISTAS NA BAP

Como é de conhecimento, a BAP tem sido alvo do agronegócio em diferentes tipos de monoculturas que seguem o padrão destrutivo de produção, Uma das formas de desviar a atenção da sociedade da destrutividade inerente ao modo de produzir capitalista é chamar as pessoas para participarem de ações locais. Mészáros denomina de "[...] slogan pense globalmente e aja localmente" (2003, p. 48). Segundo ele "[...] não é possível negar a importância potencial da ação local adequada [...]," (2003, p. 48) contudo, não se pode negar também que o realce às ações locais tem a intenção de atribuir às pessoas uma responsabilidade que não é delas. O que a população recebe são informações que provocam adesão da sociedade a projetos que beneficiam a agricultura internacional.

São informações que se orientam pela "razão instrumental" e que não mostram o que acontece, apenas, os fatos na sua superficialidade.

Segundo Marx o trabalho que faz o intercâmbio "[...] entre homem e natureza [...]" é "[...] condição de existência do homem." (1985, p. 50). Se o processo de trabalho permanecesse na sua forma original, o intercâmbio entre o homem e a natureza no Pantanal, no Cerrado, entre outros biomas, seria feito visando a coletividade. Ocorre que na sociabilidade burguesa a ciência e a tecnologia aplicadas na natureza objetivam o lucro. Mészáros destaca que um cientista liberal se preocupou com a "[...] forma em que é produzido e utilizado o conhecimento científico em geral na nossa ordem social." (2003, p. 84). Como exemplo Mészáros cita a "[...] produção dos alimentos geneticamente modificados por gigantes transnacionais americanos, como a Monsanto [...]" e que o governo norte-americano quer "[...] forçar eternamente os agricultores de todo o mundo a comprar sementes não renováveis da Monsanto – o domínio absoluto para os Estados Unidos no campo da agricultura." (2003, p. 51). Em MS, o milho, a soja e a cana-de-açúcar, são lavouras predominantes que são cultivadas no padrão do agronegócio.

O trabalho de homens e mulheres que destinam uma parte de sua produção agrícola para o consumo familiar difere muito do trabalho agrícola das monoculturas. A produção para o consumo mexe com a natureza sem destruir. Assim, o discurso que alardeia a relação harmoniosa entre sociedade e natureza faz sentido para o agronegócio que precisa afirmar para a sociedade que o seu padrão de produzir se preocupa com medidas voltadas para a sociedade e para o meio ambiente. São discursos que servem para justificar e manter o modelo de produção agrícola. Propostas de hidrelétricas, hidrovias, usinas sucroalcooleiras, entre outros projetos para a BAP, podem trazer impactos que aceleram a degradação ambiental, uma vez que não respeitam as características humanas e nem as da natureza.

Então, é necessário que haja uma mobilização maciça de movimentos sociais e movimentos ambientalistas voltada para uma resistência mais crítica contra a implantação de grandes projetos na BAP. O capital está sempre na iminência de investir; onde tiver terra e vegetação para explorar, a produção capitalista está presente sem considerar os prejuízos para a vida. A força do agronegócio é tal que a agricultura não é organizada, apenas, no âmbito governamental, muito menos no local; ela é definida no âmbito internacional, como já foi dito.

Nesse modelo de produção, podemos perceber que a resistência ambientalista e social consegue sensibilizar a população e segmentos sociais, como foram as lutas contra a implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS (1979-1982; 2003,2005, 2009); a resistência empreendida nessas lutas já mostrou que trouxe ganhos sociais e ambientais, ainda que estes ganhos sejam mínimos. Visto assim, o movimento ambientalista em qualquer de suas vertentes também oferece um campo para o serviço social e outras profissões atuarem.

Ao serviço social cabe procurar apreender as mediações do capital e também criar estratégias de luta em defesa de alternativas a este modelo de produção. Pontes diz que '"[...]*o profissional de Serviço Social atua com e nas mediações"'* [grifo do autor]. Ele não é "[...] um mediador no fazer do Serviço Social, [...] mas sim, é um *articulador e potencializador de mediações"* [grifo do autor] (2010, p. 177). O serviço social na sua dimensão educativa poderá contribuir e fortalecer estratégias de mudanças no rumo das políticas agrícolas, sociais, econômicas e culturais, tendo como horizonte um projeto de sociedade de interesses coletivos. O projeto ético-político do serviço social dá a direção do projeto de sociedade que queremos construir, uma sociedade que prioriza a agricultura voltada para o consumo. Com base nisso, esse projeto de sociedade não permite que o uso da BAP se restrinja aos capitalistas, requerendo um esforço coletivo de profissionais de todas as áreas para o enfrentamento da questão ambiental.

O que o pesquisador Mészáros (2002) diz acerca da questão ambiental é primordial para entendermos que a questão ambiental não pode ser vista em si mesma. Mészáros põe às claras que "[...] nenhuma 'questão única' pode, realisticamente, ser considerada a 'única questão'." (2002, p. 95). Pesquisadores que seguem essa interpretação compartilham do entendimento de que a questão social está pautada no antagonismo entre classes expresso nas desigualdades que se originam na socialização da produção e na apropriação particular daquilo que o trabalho produziu.

A sociabilidade burguesa apresenta mediações indecifráveis que não se deixam ver nas mobilizações sociais, na resistência às usinas de álcool no Pantanal/MS e em outras manifestações da sociedade. É importante, então, um esforço coletivo e contínuo de todas as profissões que atuam pela efetivação das políticas públicas e que são comprometidas com um projeto alternativo de sociedade. O serviço social no seu arcabouço teórico e metodológico defende ações que procuram "mudanças substantivas"; isto é, o que importa é lutar por uma forma de sociedade,

como diz Mészáros, que é "[...] baseada na *igualdade substantiva*" [grifo do autor] (2003, p.106). O que temos é que a igualdade de direitos quase sempre fica no plano formal e não garante a igualdade efetiva, até porque a "igualdade substantiva" pressupõe um outro tipo de organização social que não a capitalista. A sociabilidade burguesa implementa ações para que cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras, na condição de empregado, subempregado, desempregado, não se reconheçam sequer como portadores de direitos.

Ao que parece, os movimentos de resistência aos projetos capitalistas na BAP não se reconhecem nas mediações dos determinantes da exploração da natureza e de trabalho na agroindústria, bem como na expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios quando elas obstaculizam empreendimentos. Os movimentos são orientados pela "razão instrumental" realizando ações e combates que não ferem interesses das forças conservadoras dominantes; portanto, são funcionais ao agronegócio e ao governo. Se os movimentos se orientassem pela "razão dialética" promoveriam debates críticos em contraposição ao controle das mentes. O que deve ser problematizado com as/os ambientalistas é: se os movimentos vão restringir a sua luta às respostas articuladas pelas forças conservadoras dominantes ou se eles vão, a partir daí, construir lutas no horizonte de uma sociabilidade que não oprime e não explora.

O acesso à informação que chega à população, em geral, é a que vem pela TV Globo e outras mídias. Durante as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS a sociedade ficou sabendo da ameaça à vida humana e do Pantanal/MS, mas, cessada a luta, cessou a conversa sobre o tema. Então, os movimentos de resistência aos projetos de usinas de álcool no Pantanal/MS, não fornecem um conteúdo político que reafirma que a destruição da natureza e do ser humano se intensificam; isto é, as imprevisibilidades do capital não promovem desenvolvimento sustentável e sim destrutividade. Temos que pensar em estratégias de enfrentamento aos projetos mercadológicos na BAP junto com os movimentos em defesa da agroecologia, da agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante dizer que o contato com os pesquisadores que discutem a "razão dialética" e a "razão instrumental" foi essencial para

abrir novos caminhos de compreensão da realidade socioambiental e de construção de um trabalho de resistência crítica. Na verdade esses dois componentes ajudam a reconhecer que a dimensão socioambiental proposta pelos princípios de educação ambiental está de acordo com a "razão instrumental"; isto quer dizer que a "razão instrumental" orienta projetos, ações que procuram manter a sociabilidade burguesa. No entanto, a resistências de trabalhadores/trabalhadoras conquistou direitos não medindo esforços para lutarem pela coletividade.

Mesmo sem o aprofundamento teórico necessário para compreendermos profundamente a "razão instrumental" e a "razão dialética", os elementos aqui colocados tiveram a intenção de mostrar a distinção entre o projeto original da modernidade e o projeto que a burguesia assumiu. Também, colocar em relevo a necessidade de procurar no pensamento daqueles pesquisadores, que deixaram o seu legado nas suas produções teóricas, os fundamentos para a construção de estratégias de enfrentamento aos projetos de produção capitalista na BAP. E, chamar a atenção para a direção social das lutas ambientalistas na BAP.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. O problema da razão na filosofia burguesa. In: **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972, p. 7-46.

FARIA, A.; NICOLA, R..**Pantanal**. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Canal/Pantanal/260>. Acesso em maio 2017.

GUERRA, Y.. Razão e modernidade. In: **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2011, p. 42-100.

_____.**A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <:http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>. Acesso em 14 maio 2017.

LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo dialético. In: **introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 73-122.

MARX, K. A mercadoria. In: **O capital: crítica à economia política**: o processo de produção do capital. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, t. 1, cap. 13, p. 45-86.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Traduzido por Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: edit. Unicamp, 2002, p. 94-132.

_____. A fase potencialmente fatal do imperialismo. In: **O século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 33-79.

_____.Os desafios históricos diante do movimento socialista. In: **O século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003, 81-106.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Serviço social&sociedade**. Revista quadrimestral de serviço social. ano 15, n. 44., abr 1994. São Paulo: Cortez, 1994.

PONTES, R. N. Reflexões sobre a contribuição teórica da mediação para a intervenção do serviço social. In: **Mediação e serviço social**. 7 ed.São Paulo: Cortez, 2010, p. 153-185.

VALENTE, A. L. Conceitos fundamentais. In: **Educação e diversidade cultural**: um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999, p. 13-25.

OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA COMO LOCUS DE MATERIALIZAÇÃO DA LUTA DO MST: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁXIS DO (A) ASSISTENTE SOCIAL

José Filho Araújo Santos*

josefilhodesantana@gmail.com

RESUMO: A presente análise busca discutir a constituição da questão agrária enquanto expressão da questão social, tendo nos assentamentos de reforma agrária, a materialização da luta mobilizada pelo Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra (MST). Terreno entranhado pelos condicionantes da lógica societária capitalista, com a sua manifestação corrosiva no agronegócio, que promove rebatimentos deletérios na produção da vida ambiental e material do camponês. O que coloca a necessidade de apreensão da temática, do ponto de vista da sua totalidade, em meio às dimensões do agrário, ambiental e urbano e as suas implicações para a práxis do (a) Assistente Social.

Palavras-chave: Questão Agrária; Ambiental; Assentamentos; MST; Serviço Social.

LOS ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA COMO LOCOS DE MATERIALIZACIÓN DE LA LUCHA DEL MST: IMPLICACIONES PARA LA PRAXIS DEL (A) ASISTENTE SOCIAL

RESUMEN: *El presente análisis busca discutir la constitución de la cuestión agraria como expresión de la cuestión social, teniendo en los asentamientos de reforma agraria, la materialización de la lucha movilizada por el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST). En el caso de los campesinos, la mayoría de las personas que viven en el país. Lo que plantea la necesidad de aprehensión de la temática, desde el punto de vista de su totalidad, en medio de las dimensiones del agrario, ambiental y urbano y sus implicaciones para la praxis del asistente social.*

Palabras clave: *Cuestión Agraria; Ambiental; Asentamientos; MST; Servicio Social.*

INTRODUÇÃO[1]

A questão agrária enquanto desdobramento da luta pela terra e das condições objetivas e subjetivas de permanência no território camponês, revela as contradições sociais da sociabilidade capitalista, que investe neste contexto na ampliação das possibilidades e estratégias de obtenção ampliada da expropriação e da mais valia, devastando a dimensão humana, social e ambiental.

* Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. (Universidade Estadual do Ceará).

[1] Parte da reflexão que se expressa neste artigo foi apresentada na III Jornada de Direitos Sociais e Serviço Social da Organização Potere AS de Fortaleza/CE no eixo de Direitos Sociais, Participação Popular e Movimentos Sociais.

Os assentamentos de reforma agrária tem se constituído como locus originário de novas relações sociais com a terra e com os processos de produção agrícola. São espaços de sociabilidade erguidos a partir da luta social de classes, tendo como referência a luta dos (as) camponeses organizados (as) pelo Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra.

Nestes espaços, a luta pela terra se amplia a partir das plataformas de lutas organizadas e registradas historicamente na agenda de lutas do MST, que vem compreendendo a reforma agrária para além do acesso a terras, apreendendo que é preciso mobilizar articulações entre campo e cidade, na construção de um novo modelo agrícola e agrário para o campo brasileiro, que tenha como premissa o enfrentamento a lógica contundente do capital monopolista com viés financeiro. Que mercantiliza a vida e suas expressões humanas, tornando-a coisificada e reificada sob os pressupostos do lucro, sua retenção, comercialização e circulação. Sua face, mais perversa tem se materializado com a ofensiva do agro, hidro e minério negócio, assumido por inúmeras corporações capitalista que fundam suas estratégias no processo de extração e exportação de matérias primas, dando forma aos commodites e sua forma valor.

Os assentamentos de reforma agrária, enquanto materialidade da luta e da processualidade sócio-histórica do Movimento dos Sem Terra, sinaliza elementos que apresenta a organização dos (as) trabalhadores (as) em torno de condições substantivas de vida humana digna, que possibilite o desenvolvimento das potencialidades integrais do ser social, e, sobretudo dos espaços de formação humana. Nesta dinâmica, as contradições próprias da sociedade capitalista marca a trajetória de lutas dos (as) assentados (as) da reforma agrária que mobilizados (as) em torno de um projeto de campo (território) e sociedade, almejam construir nos territórios conquistados o desenvolvimento do território camponês que respalde as necessidades humanas e sociais do conjunto dos (as) trabalhadores (as) que no processo se inserem e participam.

Deste feito, entender, a questão agrária enquanto expressão do acirramento da luta de classes por meio do embate capital x trabalho, é fundamental para ampliar as análises e reflexões que a categoria profissional vem elaborando em torno desta temática, assim como, a organização do debate, que se funda numa perspectiva de totalidade, quando entende que a questão agrária, urbana e ambiental são unidades diversas que se imbricam no processo de conformação das relações sociais e econômicas

de produção e reprodução social. Entendemos ainda, que "o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual." (MARX, 1959, p. 52)

1 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA COMO LOCUS DE MATERIALIZAÇÃO DA LUTA DO MST: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL

O rearranjo das forças dominantes no território camponês demarca a luta travada entre capital e trabalho na ampliação da expropriação dos recursos naturais, assim como, do solo, água, minério, e os processos de produção e manejo com a terra. Tem acento marcado no Agronegócio que tem se formulado por meio da junção de um conjunto de corporações capitalistas internacionais e nacionais.

O enfrentamento da questão agrária enquanto possibilidade de desenvolvimento da burguesia nacional e internacional centrado no modelo clássico de distribuição de terras vêm ao longo dos anos, sendo denunciada pelo Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra, como não adequado ao modelo de desenvolvimento discutido pelo movimento, que reúne esforços e articulações no contraponto a lógica supressora da vida, construindo uma plataforma de luta que se firma na Reforma Agrária Popular, enquanto projeto de classe, contraposto ao projeto hegemônico do capital no campo e suas inflexões. Este projeto se coloca em confronto as todas as expressões e artimanhas de captura da vida e sua mercantilização. Compreendendo que é fundamental estabelecer uma aliança campo e cidade, com vistas à construção de outro modelo agrícola e agrário para o campo brasileiro, que tenha como matriz: agroecologia, os saberes populares, as relações de gênero, as lutas sociais, a cultura e a história.

Demarca ainda, a relação com a terra na produção de alimentos e a qualidade dos alimentos, enquanto dinâmica que deva permitir a soberania popular e o refutamento ao agronegócio e suas formulações corrosivas, como: agrotóxicos e transgênicos. Haja vista, que a "comida se transforma numa mera mercadoria, o que traz consequências incalculáveis para os hábitos alimentares, a cultura e a saúde humana." (BEZERRA, 2014, p. 140).

O ataque ao campesinato sinaliza o desafio que é a construção dos assentamentos de reforma agrária, enquanto território que possibilite ensaiar, desde a produção, a socialização da riqueza coletivamente produzida, e as condições materiais e subjetivas de usufruto, apropriação e conhecimento dos processos que participam. Afirmando a consciência

de classe, a identidade e o pertencimento ao trajeto sócio-histórico que informa o desvelamento das desigualdades sociais. Na maioria das realidades, os assentamentos de reforma agrária, detém a posse da terra de maneira, coletiva e constitui formas de produção cooperada, tendo uma Cooperativa coletiva e/ou associação que determinam em regimento as formas de viver e conviver na terra, sendo esta feita e aprovada no coletivo dos assentamentos. Assim como, regimes de produção agrícola na terra que adotam o sistema misto, parte das terras, são divididas entre os assentados (as) que passam a ter uma propriedade particular, que se assenta no processo de posse total coletiva da terra, tendo entre os hectares de terra, um maior volume destinado à produção coletiva, que coloca em dinâmica o trabalho cooperado, entre os sujeitos que passam a ser administrados nesta instância de organização.[2]

A questão agrária como uma expressão da questão social expressa a expropriação tanto da riqueza ambiental, como da riqueza socialmente produzida e dos territórios, marcados pela devastação tecnológica e química dos interesses soberbos do grande capital.

> A questão agrária reflete ainda, a exploração do trabalhador camponês pelo capital internacional, sua expulsão do território, e o exponenciamento das desigualdades sociais que passam a ser vividas no território urbano. Destruição ambiental e erosão das fontes genéticas com matriz orgânica. Hegemonia do capital financeiro, na apropriação das terras, bens agrícolas e sua produção e comercialização. Controle da cadeira produtiva (BEZERRA, 2014, p. 140)

Este controle explicita apropriação gradual dos elementos difusores de uma hegemonia agrícola comercial, que transmuta a terra, o ambiente, as relações e a maneira de produzir, com forma mecanicista e corrosiva, com vistas, a produção em larga escala, o que se dar com o aporte de uma estrutura tecnológica e práticas padronizadas, que se fermentam com os insumos agroquímicos e as sementes transgênicas, o que põe em xeque a biodiversidade e a fecundidade dos solos, água e do ambiente natural de produção.

---

[2] Vale destacar que as relações de propriedade nas áreas desapropriadas demonstram diferenças das relações predominantes, pois, no âmbito local, especialmente nos territórios com maior referência no MST, ainda há coexistência do trabalho coletivo, realizado em áreas instituídas entre os (as) próprios(as) trabalhadores(as) como de uso coletivo, com o individual ou familiar.(PEREIRA, 2016, p.200)

> O controle, por parte destas empresas, não se restringe à questão da propriedade da terra, mas também de minérios, água, biodiversidade, fontes de energia etc. além disso, vários elementos demonstram também a hegemonia destas empresas sobre o conhecimento científicos, a pesquisa e as tecnologias aplicadas à agricultura. Esse modelo se apresenta como único, o mais moderno e o mais barato para a produção de alimentos, desprezando todo o conhecimento do saber popular e da agroecologia. (BEZERRA, 2014, p.141)

O que impõe a perda da soberania dos povos, desnacionalização das terras brasileiras, a expulsão dos camponeses do seu território, identidade e processo sócio-histórico; Promoção do adoecimento da população, tanto com a investida esfumaçadora dos agrotóxicos, como no consumo e acesso alimentos com grande volume de substâncias químicas; Fechamento de escolas no Campo; Os conflitos agrários e a violência que cresce no confronto e resistência dos(as) trabalhadores (as) com as corporações e o latifúndio, um de tipo novo, outro de base escravocrata, coronelialista e parternalista e que se mesclam; um processo de substituição do humano pelo tecnológico, o que sinaliza uma produção agrícola sem a presença de agricultores; ausência de políticas públicas do estado que fomente a produção agrícola orgânica e agroecológica que tenha assento numa matriz produtiva que respeite os saberes populares, a relação com a terra e o ambiente por meio de uma política pública de Assistência Técnica de Extensão Rural.

A expulsão dos trabalhadores do campo aumenta a população das periferias e das cidades, sem alternativa de emprego e renda, desabitando o campo, deixando não apenas o território, mas a identidade, pertença e relações sociais culturais, para adentrar numa outra dinâmica sociocultural, que se encontra submetida aos mesmos ditames e imposições do capital financeiro. (BEZERRA, 2014).

Formula-se, portanto uma interlocução entre as dimensões do agrário, urbano e ambiental, que abre um universo amplo de lutas e demandas que passa fundamentalmente pelo acesso a terra, soberania popular, defesa do território e produção de alimentos saudáveis, assim como, ter acesso à educação do/no campo, trabalho, produção, sementes crioulas, cooperativa, comercialização, cultura, arte, espiritualidade, trabalho coletivo e igualdade de gênero. O que vai se materializa no cotidiano dos Assentamentos de Reforma Agrária a partir das políticas públicas, o que compõem apenas um dos caminhos de enfrentamento para a desigualdade

econômica e política brasileira, sobretudo no campo, mas sem elas parece-nos impossível potencializar os assentamentos conquistados pelo MST. (BEZERRA, 2014, p. 148)

Aflorar a consciência de classe, e germinar o novo que organiza e mobiliza os sujeitos coletivos é reunir forças contra a exploração imperialista e suas refrações corrosivas na dinâmica social. O que demanda unidade política entre campo e cidade, e vinculação com outros países e movimentos que encampam a luta contra a lógica do capital, internacionalizando a luta, e criando agendas comuns de enfrentamentos, com vistas a superar os localismos.

> Urbano, rural e agrário precisam ser compreendidos como um todo diverso e contraditório, com particularidades que convergem, ou devem convergir, para as expressões da questão social no interior da ordem do capital e para os processos de resistência que os trabalhadores têm historicamente buscado construir em sua constituição enquanto classe social em luta em diferentes territórios. (BEZERRA, 2014, p. 138)

O cotidiano dos assentamentos retroalimenta a perspectiva de classe, e estabelece proposições de enfrentamento coletivas. Apesar dos assentamentos, reverberarem a materialidade do acirramento das classes, estes espaços, necessitam, assertivamente do conjunto dos direitos sociais e humanos, para assegurarem substancialmente as condições básicas de produção e reprodução humana e social. O que coloca a estes sujeitos, os elementos formativos e configuradores do estado burguês e neoliberal. A própria política de reforma agrária, e do assentamento, se realiza, partindo das premissas deste projeto societário, o acontecimento da conquista da terra, não representa a conquista dos demais direitos, por isso, o MST vem sinalizando que a reforma agrária popular, é uma dinâmica em luta permanente, para garantir o acesso ao conjunto dos direitos e das respostas às necessidades básicas.

Nisto, consideramos que o cotidiano, ainda que seja de uma construção política e orgânica dos sujeitos coletivos, reflete ao campo da "singularidade e sua reprodução, ele é campo de formas de objetivação nas quais o homem produz e responde às suas necessidades de existência, produzindo-a e reproduzindo-a – donde a vida cotidiana constituir-se pelas objetivações genéricas em si." (GUAZZELO e ADRIANO, 2014, p. 217). Com assimilação do ser e de sua singularidade movida no cotidiano sob o prisma da dimensão ontológica e histórica das relações circunscritas

na processualidade da vida. O que informa que neste mesmo ambiente a "heterogeneidade, a hierarquia, o pragmatismo, a espontaneidade, o imediatismo, a imitação, a ultrageneralização, a entonação. (GUAZZELI e ADRIANO, 2014, p. 215 apud HELLER, 2000) podem se tornar elementos presentes para significar a conformação e passivização dos sujeitos.[3]

Entretanto os assentamentos de reforma agrária, tem se imbuído de conteúdos históricos, e políticos que reforçam as trincheiras de luta pelo acesso, à terra, moradia, trabalho, produção, formação, e libertação dos ranços opressores e subordinadores das relações humanas emancipatórias. Ainda que o cotidiano se realize como ambiente imediato, que responde pelo espaço e tempo em que os sujeitos singulares se apropriam do mundo, neste se fundamenta [...] a objetivação da singularidade na vida cotidiana. A apropriação – e a intervenção, obviamente – do "pequeno mundo" pelos homens singulares torna-se assim uma de suas principais formas de objetivação na vida cotidiana, cabendo apreender os conteúdos concretos e sócio-históricos que o definem (o "pequeno mundo") como tarefa para qualquer apreensão cotidianidade de um dado tempo e espaço histórico. (GUAZZELO e ADRIANO, 2014, p. 217)

A luta do MST vem organizando amplas lutas reivindicatórias em torno da questão agrária e agrícola, com empenho de realizar nos assentamentos, o desenvolvimento do território camponês, ancorado na pedagogia destas lutas, que reafirma a práxis política deste movimento, na leitura e intervenção na/da sociabilidade capitalista e no posicionamento neoliberal do estado.

Nisto, apreendemos que no contexto dos assentamentos, as políticas sociais públicas se delineiam como possibilidades efetivas de fortalecer o projeto político defendido pelo Movimento, quando responde pelas necessidades sociais, e contribui, ainda que não integralmente e universalmente, nas condições materiais de vida dos camponeses Sem Terra. Que acessam benefícios, projetos e programas sociais, e que numa perspectiva pedagógica compreende a dimensão do direito e da sua realização.

[3] Para evitarmos o idealismo e o fatalismo, é possível observar que, nos assentamentos de influência doST, as experiências que se desencadearam após a desapropriação da terra, o rompimento da dominação do antigo patrão e da sujeição imposta por este, provocaram mudanças que, unanimemente, favoreceram a construção de uma relativa autonomia e de uma concepção de mundo mais crítica, muito embora predominem "no senso comum os elementos 'realistas', materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta" (PEREIRA, 2016, p. 16 apud GRAMSCI,2006, p.115).

> Num assentamento sem terra, é um cenário privilegiado para observar que as expressões da "questão social" e os seus sujeitos só aparecem passivos, despidos de conflitos coletivos e formatados para serem enquadrados nas inúmeras exigências individualizantes das políticas sociais pelo efeito de um árduo e cotidiano trabalho de disciplinamento social. Por isso é também um cenário privilegiado para apreender o significado das lutas coletivas para a conquista dessas políticas sociais na perspectiva da ampliação da cidadania dos subalternos. (MARRO, 2014, p. 284)

2 APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

O desdobramento dos assentamentos de reforma agrária enquanto espaço de materialização da luta dos camponeses em confronto com estado, manifesta uma das expressões da questão social e agrária. Que conflui para elucidar as relações orgânicas e combativas da luta social.

> Acampamentos e assentamentos sem terra são cenários de um segmento da classe que ensaia, nestes territórios, tentativas de reprodução da sua existência na contramão das amarras do agronegócio. São também espaços onde se experimenta a organização de relações sociais em tensão com a miséria das relações próprias desta ordem social, ou também a construção de outras referências de socialização política que não reproduzem a separação/alienação das próprias capacidades coletivas de intervenção nos rumos da vida social. (MARRO, 2014, p. 284)

Pensar atuação profissional dos assistentes sociais no contexto das demandas e necessidades sociais apresentadas pelos assentamentos é construir mediações teórico-práticas que contribua para desvelar as questões de subordinação e expropriação do território camponês as determinações do agronegócio e do capital financeiro, que marca o processo de luta pela terra, e nesta, as relações de produção, a permanência nos territórios, a identidade e a formação da consciência Sem Terra. O Serviço Social particulariza-se no movimento do real totalizante da práxis a partir das mediações que determinam a sua institucionalização e desenvolvimento como um tipo de prática de cunho eminentemente socioeducativo, no enfrentamento da questão social pelas classes sociais em confronto. (LOPES, ABREU E CARDOSO, 2014, p. 196)

> A função pedagógica que exerce na dimensão interventiva apresenta-se diversificada pelos vínculos contraditórios que estabelece com os projetos societários das classes sociais que na sociedade disputam a hegemonia e materializa-se por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos interventivos. Tais processos, sob a forma da prestação de serviços de ordem material e ideológica, incidem na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição da profissão. Através do exercício desta função, a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional. (LOPES, ABREU e CARDOSO, 2014, p. 199)

Nesta seara profissional, que reclama a compreensão dos Assistentes Sociais, visto que a maioria dos profissionais atua em municípios de base agrícola e de pequeno porte, e que recebem cotidianamente demandas próprias e provenientes dos assentamentos de reforma agrária, é fulcral apreensão totalizante do movimento do real e seus nexos, buscando ampliar o acesso a direitos, e, sobretudo, o enfrentamento das necessidades destes sujeitos históricos e políticos. Considerando como afirmou Iamamoto (2009) é na tensão entre a (re) produção da desigualdade e produção da rebeldia e resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos [...] (p. 160) O que coloca a necessidade de "[...] reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização política de segmentos e grupos sociais subalternos [...]" (IAMAMOTO, 2009, p. 200). Tendo, nos assentamentos de reforma agrária, ou respondendo a demandas individuais destes sujeitos, condições sedimentares para um trabalho formativo, socializador e político do ponto de vista do acesso à cidadania substantiva, socialização da política, e fortalecimento das lutas em torno do acesso à riqueza socialmente produzida.

Destarte, ainda se coloca desafios para as entidades política-organizativas da categorial profissional acerca de como vêm introduzindo e construindo o debate e a reflexão da questão agrária, urbana e ambiental no processo de formação e atuação profissional. Nisto, localizamos que na formação, existe já uma base analítica e conceitual que incide na compreensão da questão agrária, quando colocam nos núcleos de fundamentação da formação profissional os fundamentos das particularidades da formação

brasileira, entre outros debates e constituições curriculares que privilegiam o debate entorno da temática, assim como, o Grupo de Pesquisa e Trabalho em Questão Agrária, Urbana e Ambiental vinculado a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que reúne pesquisadores e estudiosos do tema tomando enquanto particularidade a formação e atuação profissional do Assistente Social. Além do apoio, e lutas do conjunto CFESS-CRESS as bandeiras da Reforma Agrária, Urbana, Ambiental, em unidade com os diversos movimentos sociais que lutam a partir destas trincheiras.

Assim nossas ações profissionais, não devem ficar enclausuradas no conjunto de instrumentais, cartilhas e manuais, buscando adesão passiva e a individualização dos sujeitos sociais, o que reforça a subalternidade política e ideológica dos sujeitos, enquanto meio de fortalecimento da hegemonia burguesa do capital. Nossos desafios se colocam na atenção de construímos estratégias pedagógicas e mobilizadoras, de uma práxis que possa abrir o estímulo à organização política e participativa dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, C. S.A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, M. B.;

DURIGUETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessáriaSão Paulo: Cortez, 2014.

_____.Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-ano 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessáriaSão Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, B. M; STÉDILE, J.P. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação PerseuAbramo, 2005.

GUAZZELI, A.; ADRIANO, A. L.Cotidiano, Serviço Social e sua dimensão ideopolítica: prospectivas de ação. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessáriaSão Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, J. B.; ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G.O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessáriaSão Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea.** Direitos e Competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

MARRO, Katia Iris. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária.São Paulo: Cortez, 2014.

MST. **Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no atual contexto.** São Paulo: MST, 2009.

PEREIRA, E. M.**E nos sonhos que fui sonhando, as visões seclareando: hegemonia e luta pela terra no Brasil.**R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 194-203, jul./set. 2016

SANT'ANA. R. S.A realidade agrária e o trabalho do Assistente Social na interface com os assentamentos rurais**.** In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária São Paulo: Cortez, 2014.

ATIVIDADE CIENTÍFICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEU COMPROMISSO SOCIAL EM FACE DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

Layla Gomes da Silva*
laylagsilva@hotmail.com
Suenya Santos da Cruz**
suenyasantos@id.uff.br

RESUMO: Este trabalho visa apresentar um projeto de inovação tecnológica, apontando seus objetivos frente à universidade e movimentos camponeses. A partir dos anos 2000 no estado do Rio de Janeiro, observa-se predominância de projetos de desenvolvimento, que tiveram impactos socioambientais e no processo de desagriculturação, intensificando os conflitos no campo. Nesse sentido, por meio de elaboração de material audiovisual, este projeto pretende identificar as contradições presentes nesses projetos de desenvolvimento e dar visibilidade às lutas dos movimentos camponeses no território fluminense, visto que são os mais afetados nesse processo.

Palavras-chave: Movimentos camponeses; Material audiovisual; Conflitos no campo.

ACTIVIDAD CIENTÍFICA DE INNOVACIÓN TECNOLÓGICA Y SU COMPROMISO SOCIAL EN RELACIÓN DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA

RESUMEN: *Este trabajo pretende presentar un proyecto de innovación tecnológica, apuntando sus objetivos frente a la universidad y movimientos campesinos. A partir de los años 2000 en el estado de Rio de Janeiro, se observa predominancia de proyectos de desarrollo, que tuvieron impactos socioambientales y en el proceso de reducción de la agricultura, intensificando los conflictos en el campo. En este sentido, por medio de la elaboración de material audiovisual, este proyecto pretende identificar las contradicciones presentes en esos proyectos de desarrollo y dar visibilidad a las luchas de los movimientos campesinos en el territorio fluminense, ya que son los más afectados en ese proceso.*

Palabras clave: *Movimientos campesinos; Material audiovisual; Conflictos en el campo.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentará de forma breve um projeto acadêmico-científico de inovação tecnológica, que teve início no segundo semestre do ano de 2016, estando atualmente em fase de finalização. O mesmo trata da produção de um material audiovisual que tem como base entrevistas feitas pela docente (coordenadora deste projeto de pesquisa), com lideranças de movimentos e organizações camponesas entre os anos

* Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense.

** Professora de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social.

de 2013 e 2015, durante o período de elaboração de sua tese de doutorado, dando origem a esse projeto de inovação tecnológica.

Entende-se o recurso audiovisual como importante elemento tecnológico de caráter didático-pedagógico, que contribui de forma efetiva no processo de aprendizagem e trocas de experiências. Esta ferramenta foi adotada por ser uma estratégia de comunicação com os diversos sujeitos da sociedade, facilitando a socialização de informações sobre a questão agrária atual e os movimentos camponeses no território fluminense.

O material audiovisual que vem sendo elaborado tem caráter reflexivo quanto aos projetos de desenvolvimento em curso no território fluminense que resultam em uma série de impactos socioambientais, aprofundando o processo de desagriculturação e aumentando os conflitos no meio rural, impactando principalmente os trabalhadores camponeses e comunidades tradicionais. Segundo Iamamoto, "essa sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia-a-dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública." (2008, p.118) Assim, é essencial apresentar ao conjunto da sociedade o papel exercido pelos movimentos camponeses, dando visibilidade às suas lutas por direitos, por terra e por uma nova sociabilidade.

Nessa perspectiva, o Serviço Social que entende a questão socioambiental como uma das expressões da questão social e por ter um projeto ético-político que se direciona às classes populares, procura meios de se inserir nos espaços com o fim de fortalecer as lutas do campesinato. É nesse âmbito que se insere este trabalho, para produzir um material audiovisual que dê visibilidade às lutas camponesas, compreendendo-as em suas bases para fortalecê-las, explicitando a atual dinâmica do do Rio de Janeiro, frente a seus projetos de desenvolvimento apoiados pelo Estado e suas graves consequências socioambientais.

1 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O projeto de inovação tecnológica cumpre alguns objetivos: dar voz e visibilidade às lutas camponesas no território fluminense; e, aproximar a área de conhecimento do Serviço Social da utilização de novas ferramentas de comunicação que auxiliem nos processos pedagógicos e de trocas de saberes e práticas dentro e fora da universidade.

O referencial teórico-metodológico se orienta pelo materialismo histórico dialético na perspectiva de compreender as contradições próprias do desenvolvimento capitalista e como estas se expressam na particularidade fluminense, observando-se a processualidade da luta de classes.

No que diz respeito à metodologia buscamos subsídio teórico-metodológico por meio de pesquisa e estudo bibliográfico sobre as temáticas: desenvolvimento, território, campesinato, agroecologia, emancipação, etc.. Já a pesquisa de campo recuperou a memória e o tempo presente das lutas camponesas no território fluminense por meio de suas lideranças, tendo sido entrevistados para o documentário: FETAG, CPT, MST, MPA, AARJ e MAB.

CONCLUSÕES FINAIS

Num cenário de aviltamento dos direitos sociais, com fortes impactos no meio rural por meio do recrudescimento do aumento da violência do campo,entendemos essa pesquisa como importante meio para dar visibilidade à luta dos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro, visto que há uma forte tentativa de silenciá-los, seja por meio da criminalização ou pela violência. O material audiovisual, por conseguir alcançar sujeitos de diferentes espaços, permitirá a compreensão dos reais impactos ambientais e sociais dos projetos de desenvolvimento em curso, reforçando a importância das lutas em prol de uma forma de produção sustentável e que seja contra o grande capital.

Dessa forma, entende-se que a área do Serviço Social, utilizando ferramentas de mídia, pode contribuir para o debate público sobre questão agrária e socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. dos S. Et al. O VÍDEO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DO OLHAR. Perspectivas Online, Florianópolis, vol. 3, nº 9, p.153 -174, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL** , "QUESTÃO SOCIAL" E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, n. 21, p.117-139, Julho de 2008.

QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: UMA INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO*[1]

Magaly Nunes de Gois**
magalyngois@gmail.com
Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus***
sonia.seano@gmail.com

RESUMO: A política de Educação do Campo constitui uma ferramenta que ultrapassa o limite do acesso à educação, por ter um compromisso com o enfrentamento e superação das expressões da questão agrária, ser parte da luta pela democratização e desconcentração da terra e pela presença do Estado no campo por meio de políticas públicas. Refletir sobre a indissociável relação entre a Questão Agrária e a Educação no e do Campo no Brasil e as conquistas alcançadas pelos/as trabalhadores/as rurais no que tange a construção e oferta de uma Educação socialmente referenciada na realidade do campo constituem os objetivos do presente trabalho.

Palavras-chave: Questão Agrária; Educação no e do Campo; Estado; Movimentos Sociais e Sindicais

CUESTIÓN AGRARIA Y EDUCACIÓN EN EL Y DEL CAMPO: UNA RELACIÓN INDISOCIABLE

RESUMEN: *La política de educación del campo constituye una herramienta que supera el límite del acceso a la educación, por tener un compromiso con el enfrentamiento y superación de las expresiones de la cuestión agraria, ser parte de la lucha por la democratización y desconcentración de la tierra y por la presencia del Estado en el campo por medio de políticas públicas. La reflexión sobre la inseparable relación entre la cuestión agraria y la educación en el campo y del campo en Brasil y las conquistas alcanzadas por los trabajadores/as rurales en lo que se refiere a la construcción y oferta de una educación socialmente referenciada en la realidad del campo, constituyen los objetivos del presente trabajo.*

Palabras clave: *Cuestión Agraria; Educación en el Campo y del Campo; Estado; Movimientos Sociales y Sindicales*

---

* Versão revista e ampliada do artigo "Educação do e no Campo: bandeira de luta dos movimentos sociais e sindicais do campo", apresentando no eixo Estado, Lutas Sociais e Políticas Públicas da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) e publicado nos Anais eletrônico da referida jornada, disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/anais-joinpp-2015.html.

** Membro do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE) e dos grupos de Estudo e Pesquisa Educação e Movimentos Sociais e Trabalho; Questão Social e Movimentos Sociais (GETEQ) e assistente social da PRONESE. Universidade Federal de Sergipe (UFS).

*** Professora do Departamento de Educação, coordenadora do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE) e líder do grupo de Estudo e Pesquisa Educação e Movimentos Sociais e Trabalho. Universidade Federal de Sergipe (UFS).

INTRODUÇÃO

A concentração da terra nas mãos de poucas pessoas é uma das raízes da questão agrária e uma característica do Brasil desde a colonização, período histórico em que os portugueses dividiram as terras em sesmarias, como uma forma de garantir o domínio sobre a colônia. "Por isso, marchou nossa colonização no sentido da grande propriedade: a fazenda, o engenho, o latifúndio [...]" (PEREIRA, 2005, p. 20).

Historicamente as populações do campo têm menos acesso às políticas públicas. Isso se dá como consequência do modelo de desenvolvimento que privilegia o urbano e as atividades industriais e subordina o campo à cidade; da pouca presença e/ou ausência do Estado no campo e da concepção e implementação de políticas públicas socialmente referenciadas na vida urbana, nas demandas da cidade e nos interesses da reprodução do capital, portanto, inadequadas às necessidades de reprodução da vida do campo, tanto na dimensão econômica (produtiva) quanto, social e cultural e ao enfrentamento e superação das expressões da questão agrária.

Considerando que a política educacional não foge a essa regra e que a Educação é uma ferramenta essencial no enfrentamento e superação das expressões da questão agrária, na luta pela democratização e desconcentração da terra e na construção de outro campo e de outra sociedade, os povos do campo[1] lutam pela efetivação de uma Educação no e do Campo.

Problematizar sobre a indissociável relação entre a Questão Agrária e a Educação no e do Campo configura o objetivo do presente trabalho. Para tanto, está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira traz algumas discussões sobre a questão agrária no Brasil. A segunda argumenta que a Educação no e do Campo é uma estratégia de enfrentamento da questão agrária. A terceira traça algumas conquistas alcançadas na luta pela construção e efetivação de uma Educação no e do Campo. As considerações apontam que os povos do campo têm muito a conquistar para a efetiva existência de uma política pública de Educação no e do Campo.

[1] Trabalhadores/as rurais, camponeses/as, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, seringueiros/as, castanheiros/as, quebradeiras de coco-de-babaçu, atingidos por barragens, fundo de pasto, pescadores/as artesanais, marisqueiras, sertanejos/as, faxinais, ciganos/as, pantaneiros/as, gerazeiros/as, caiçaras, pomerano/as, catadoras de mangaba.

1 QUESTÃO AGRÁRIA: ALGUMAS DISCUSSÕES

A concentração da terra nas mãos de poucas pessoas é uma das raízes da questão agrária e uma característica do Brasil desde a colonização, período histórico em que os portugueses dividiram as terras em sesmarias, como uma forma de garantir o domínio sobre a colônia. "Por isso, marchou nossa colonização no sentido da grande propriedade: a fazenda, o engenho, o latifúndio [...]" (PEREIRA, 2005, p. 20).

A questão agrária é uma particularidade da questão social "resultante do embate de classes advindo das relações capitalistas na agricultura [...] expressa os diferentes conflitos decorrentes do uso da terra e/ou da relação capital/trabalho desencadeados ou aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrário vigente [...]" (SANT' ANA, 2012, p. 152-153); uma questão residual da escravidão e do modelo de acumulação capitalista brasileiro, que tem por base a fusão entre a classe dos capitalistas - propriedade do capital - e a classe dos proprietários de terra - propriedade da terra (MARTINS, 2002); um produto do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo (FILHO, 2013) e; uma problemática típica do modo de produção capitalista (MARTINS, 2003).

Segundo Mattei (2013), a evolução da questão agrária na história do Brasil é marcada por uma sequência de oportunidades perdidas de resolver o problema agrário: a primeira, quando da emancipação, visto que a monarquia manteve a estrutura da sociedade colonial e o binômio escravidão e latifúndio foi revitalizado; a segunda, na abolição, pois a "solução para o problema da escravidão foi feita dos brancos para os brancos [...] A oligarquia resolveu todos os problemas dos fazendeiros, mas não resolveu os problemas dos negros [...] O negro ficou livre do amo, mas a terra permaneceu como privilégio dos homens ricos [...]" (MATTEI, 2013, p. 31); a terceira, no desfecho da revolução burguesa em meados do século XX, em função da consolidação do latifúndio e do impulso à industrialização, base do padrão de acumulação no campo e do padrão de dominação, respectivamente.

Desde a conquista pelos portugueses até a contemporaneidade pouca ou nenhuma alteração ocorreu no que diz respeito à distribuição da propriedade da terra.

> Desde a colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo o processo de industrialização vivenciado no século XX e ainda em curso, a questão agrária permaneceu

> quase que inalterada, a despeito de avanços decorrentes das crescentes contradições sociais e econômicas e da correlata violência verificadas no campo (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 214).

Seguindo essa direção e perspectiva histórica da questão agrária, a legislação direcionada à regulação da posse e uso da terra, estabelecida pelo Estado, além de não possibilitar a desconcentração da terra, impede que os/as trabalhadores/as rurais, que têm na terra sua atividade produtiva e reprodutiva, tenham acesso à mesma e possibilita a implantação de um regime de trabalho baseado no trabalho livre, a exemplo da lei da terra de 1850 que estabeleceu a compra e a venda como a principal maneira de adquirir a propriedade da terra, impossibilitou que os negros, a grande maioria ex-escravos, e os imigrantes usufruíssem a terra, por não possuírem recursos financeiros suficientes para comprá-la.

Com a introdução da mecanização e da industrialização no campo, nos anos 50 do século XX, há um aprofundamento da concentração fundiária, intensificação da expulsão dos/as trabalhadores/as rurais de suas terras, da expropriação da terra, dos instrumentos de trabalho e das condições de trabalhar a terra e a implantação do assalariamento, obrigando-os a viver como assalariados/as, no campo e na cidade, visto que

> O processo de industrialização e urbanização, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1980, causou uma grande transferência populacional do campo para as cidades, que foi impulsionada também pelo processo de modernização da agricultura, ocorrido com base em um modelo de desenvolvimento conservador que visou apenas ao aumento da produtividade agrícola em detrimento de questões estruturais, como a concentração fundiária e a democratização do acesso à terra (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 97).

A questão agrária é tratada na Constituição Federal de 1988 diretamente no Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica e Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, cujos artigos 170, 184 e 186 estabelecem como princípios de uma existência digna: soberania nacional, propriedade privada e função social da propriedade; a desapropriação por interesses social, para fins de reforma agrária, dos imóveis que não estejam cumprindo sua função social; o cumprimento da função social ocorre com o aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das

disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, respectivamente. O artigo 185 determina que as pequenas e médias propriedades rurais, cujos donos não tenham outro imóvel e as produtivas são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Na direção e compromisso econômico, político e social de manutenção do *status quo*, grande parte dos representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da classe dominante utilizam o texto constitucional de forma ardilosa com no mínimo dois objetivos: dificultar os processos de desapropriação de terra para fins de reforma agrária e manter a incansável defesa dos interesses dos capitalistas, especificamente dos latifundiários e dos representantes do agronegócio (SANT'ANA, 2012).

Alterar a estrutura fundiária e as precárias condições de vida dos que vivem no campo exige o fortalecimento do processo de organização política dos/as trabalhadores/as do campo envolvidos na luta pela Reforma Agrária e na construção e implementação de políticas públicas diferentes das que estão postas pelos governos neoliberais, incluído as políticas fundiária e de educação atuais, cuja lógica da primeira (Fundiária) "reside na conversão da terra como mercadoria, nos estímulos às políticas de arrendamento, na promoção de títulos alienáveis e na eliminação da posse comunitária [...]" (FILHO, 2013, p. 34) e, da segunda (Educação) no não reconhecimento do campo como espaço de vida e de trabalho, no esvaziamento do campo e na formação de mão de obra para as atividades capitalistas do campo (agronegócio) e da cidade.

É nesse contexto desigual e perverso para a classe trabalhadora aliado à concepção de que a luta pela Educação é a luta social pelo direito à Educação pública, uma condição para enfrentamento das expressões da questão agrária e fortalecimento da vida no campo, questões a seguir problematizadas.

2 EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

A política de Educação do Campo constitui para os/as trabalhadores/as rurais, movimentos sociais e sindicais e Institutos de Educação Superior (IES), envolvidos na luta pela Educação no e do campo, uma ferramenta que ultrapassa o limite do acesso à educação, por ter um compromisso com o enfrentamento e superação das expressões da

questão agrária e ser parte da luta pela democratização e desconcentração da terra, ou seja, pela Reforma Agrária, presença do Estado no campo por meio de políticas públicas, fim da violência no campo e por um novo modelo de desenvolvimento, questionando e confrontando os dois modelos de campo: "de um lado o agroexportador, baseado no latifúndio e no agronegócio; de outro, o da agricultura familiar, relacionado à agroecologia" (TAFARREL, 2012, p. 246).

Jesus ao analisar as experiências de Educação do Campo aponta para a relação entre a educação e as expressões da questão agrária e afirma que a proposta de educação defendida pelos movimentos sociais e sindicais em desenvolvimento no campo brasileiro deixa claro a urgência de construção de um outro projeto de nação, uma nação socialmente justa e ecologicamente sustentável.

> O desenvolvimento de processos educacionais que contribuam para explicar a realidade dos sujeitos que vivem no campo, bem como o compromisso com a construção de projetos sociais que visem a transformação do campo brasileiro, de modo que, os sujeitos possam ter uma vida digna, socialmente justa e ecologicamente sustentável. Por essa razão, a proposta de educação se articula à necessidade de redefinir as bases de um projeto de nação em que a redistribuição de terra, de renda, o acesso ao lazer, à saúde e, em especial a educação, sejam priorizados e entendidos como um direito (JESUS, 2008, p. 179).

Na mesma perspectiva de análise de Jesus (2008) e Taffarel (2012), Molina (2015) afirma que não é possível falar de Educação do Campo sem falar de questão agrária e da necessidade de enfrentamento e de superação da sociedade capitalista, portanto da construção de uma outra sociedade.

> Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida (MOLINA, 2015, p. 381).

A vinculação entre a Educação do Campo, o modelo de desenvolvimento, a luta pela reforma agrária e pela visibilidade do campo é também percebida por Santos e Rocha ao afirmarem: "No bojo de processos conflitivos de luta por terra e trabalho, os movimentos sociais e sindicais

do campo incorporam na sua pauta de luta pela terra, direitos sociais como saúde, moradia, lazer e educação para si e para seus filhos [...]" (2013, p. 84); "assim nasce à educação do campo, de uma tomada de posição contra uma lógica e um modelo de desenvolvimento que historicamente têm gerado desigualdades sociais, políticas, econômicas [...]" (2014, p. 180), respectivamente.

A luta do/as trabalhadores/as rurais sem terra pela desconcentração e democratização da terra e pela socialização da riqueza no campo é recheada de acontecimentos que envolvem a violência e uso da força e traz à tona a discussão sobre os direitos civis, políticos, econômicos e sociais, incluído a luta pelo acesso a uma Educação no Campo e do Campo. Mas, quais as conquistas alcançadas pelos/as trabalhadores/as na luta pela construção de uma Educação no e do Campo concebida como uma ferramenta essencial ao enfrentamento das expressões da questão agrária? Garimpar essas conquistas constitui a próxima tarefa.

3 EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO E QUESTÃO AGRÁRIA: O QUE CONQUISTAMOS

As lutas e embates históricos, protagonizados pelos movimentos sociais e sindicais rurais, pelos/as educadores/as e educandos/as das escolas localizadas no campo, especialmente as dos assentamentos da Reforma Agrária, por algumas universidades públicas (UNB, UFS, UFPA, UFBA, UFMG), pela Articulação Nacional por uma Educação do Campo e pelo FONEC aliado a experiência do Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária (PRONERA), foram essenciais para que a Educação do Campo entrasse nas pautas de discussões, negociações e de deliberações do MEC, do CNE e da CONAE 2014.

> A construção de políticas públicas como ação do Estado é fruto da luta e do embate entre as classes sociais [...] A cada momento, a depender das dinâmicas e opções conjunturais, a política educacional poderá avançar ou retroceder numa determinada direção e orientação política a partir do Estado e, a depender da correlação de forças que se estabelece na sociedade, poderá estar mais próxima ou mais distante dos anseios da classe trabalhadora (ROCHA, 2014, p. 58-61).

A construção e efetivação de uma Educação no e docampo implica, além da realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica no Campo (1998 e 2004), da aprovação e instituição das

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) - Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 -, da instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003 e da SECAD em 2004; a inclusão desta nos marcos legais que normatizam a Política de Educação no Brasil, ou seja, nas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN), nos Planos Nacionais de Educação (PNE), nas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e nas resoluções dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação; a criação de unidades orgânicas estaduais e municipais para coordenar a implementação da Educação no e do Campo.

Com a intencionalidade de verificar a presença da Educação do Campo no marco legal e na estrutura orgânica da política educacional brasileira, utilizei 4 (quatro) sementes no solo da Educação no e do Campo: as LDBs de 1961, 1971 e 1996; os PNEs 2001/2010 e 2014/2024; os *sites* do MEC e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; os *sites* dos conselhos nacional, estaduais e municipais de educação, sem perder de vista a concepção de que

> Muitas das ações do Estado que ultrapassam seu papel repressivo e ideológico, suas intervenções econômicas e sobretudo os compromissos materiais impostos pelas classes dominadas às classes dominantes, uma das razões do consentimento vêm inscrever-se no corpo da lei, fazendo parte de sua estrutura interna. A lei apenas engana ou encobre, reprime, obrigando a fazer ou proibindo. Também organiza e sanciona *direitos reais* das classes dominadas (claro que investidos na ideologia dominante e que estão longe de corresponder em sua aplicação à sua forma jurídica) e comporta os compromissos materiais impostos pelas lutas populares às classes dominantes. (POULANTZAS, 2000, p. 82, grifos do autor).

A primeira semente – as LDBs – possibilitou a colheita de alguns frutos. A primeira LDB, fixada pela lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, não trata da Educação no e do Campo, porém contêm 8 (oito) artigos

direcionados a Educação Rural[1], revelando "uma preocupação especial em promover a educação nas áreas rurais para frear a onda migratória que levava um grande contingente populacional do campo para as cidades, gerando problemas habitacionais e estimulando o crescimento dos cinturões de pobreza hoje existentes nos grandes centros urbanos" (BRASIL/MEC/SECAD, 2007a, p.16).

> Art. 20. Na organização do ensino primário e médio, a lei federal ou estadual atenderá: a) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais; Art. 31. As emprêsas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuíto para os seus servidores e os filhos desses; Art. 32. Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a freqüência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades; Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial; Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos; Art. 57. A formação de professôres, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio; Art. 79. As universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco: § 1º O Conselho Federal de Educação poderá dispensar, a seu critério, os requisitos mencionados no artigo acima, na criação de universidades rurais e outras de objetivo especializado e; Art. 105. Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona

[1] Segundo Wertheim e Bordenave (1981, p. 13-14), a educação rural tem por características: "[...] a) a educação rural que se oferece nas zonas rurais não corresponde às necessidades de seus habitantes; b) os conteúdos e métodos de ensino que caracterizam a educação nitidamente urbana são diretamente transpostas para as zonas rurais; c) o calendário escolar não atende às características da produção local; d) os problemas de evasão e de repetência são ainda mais graves do que aqueles encontrados na zona urbana, sendo também elevados os índices de analfabetismo; e) existe uma acentuada dicotomia entre a educação formal nas áreas rurais e os escassos programas de educação não-formal que se desenvolveu nesse meio; f) um grande número de professores das zonas rurais não completou seus estudos primários ou secundários, recebendo, além disso, uma remuneração muito baixa; g) a escola, estruturada de maneira muito semelhante à escola urbana, encontra-se quase que totalmente desvinculada da comunidade onde se insere [...]".

> rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais.

Na segunda LDB, lei nº 5.692/71, elaborada e sancionada em plena ditadura empresarial militar, 4 (quatro) questões merecem destaque: restrição da normatização das diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2º graus; exclusão do ensino superior; diminuição do número de artigos referentes à educação rural, apenas 4 (quatro) e; fortalecimento da "[...] ascendência dos meios de produção sobre a educação escolar, colocando como função central da escola a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação geral do indivíduo" (BRASIL/MEC/SECAD, 2007b, p.16). Essa concepção utilitarista da educação também estava presente na educação para as regiões rurais, cujos cursos e currículos eram direcionados para a formação de mão de obra necessária a produção agrícola capitalista.

> Art. 11. O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas; 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino; Art. 47. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º grau gratuito para seus empregados e o ensino dos filhos destes entre os sete e os quatorze anos ou a concorrer para esse fim mediante a contribuição do salário-educação, na forma estabelecida por lei; Art. 49. As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os seus empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a freqüência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades; Art. 51. Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências, no sentido de que instalem e mantenham, conforme dispuser o respectivo sistema e dentro das peculiaridades locais, receptores de rádio e televisão educativos para o seu pessoal.

A LDBN vigente, lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, contém, diretamente, um único artigo, o Art. 28, que trata sobre a oferta da educação básica para a população rural:

Os Art. 23 e 26 abrangem indiretamente a Educação no e do Campo ao preverem que o calendário escolar e os currículos da educação básica

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
>
> II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
>
> III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.
>
> *Parágrafo único.* O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria.

Devem adequar-se às peculiaridades locais e serem complementados por uma parte diversificada que dê conta das características e especificidades regionais e locais. Os Arts. 3º e 61 ao reconhecerem a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e a diferença, possibilitam

> definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A ideia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL/MEC/SECAD, 2007b, p. 16).

A colheita da segunda semente – os PNEs – foi mais produtiva, porém ainda distante do que é necessário para a construção e efetivação de uma Educação no e do Campo. O primeiro PNE, aprovado pela lei n. 12.172, de 9 de janeiro de 2001, fruto de um processo de negociação entre

a sociedade civil e o Estado e de pressões e acordos internacionais que visavam ampliação dos indicadores educacionais, incluindo a redução e extinção do analfabetismo, vigorou no período de 2001 a 2010.

O alcance de tais objetivos significava que a educação tinha que chegar a todos os cantos e recantos do país e que toda a população, independente se da cidade ou do campo, tinha que ser atendida, portanto, beneficiada com as ações de educação pública e/ou privada. Entretanto, segundo Munarim,

> esse PNE é um dos últimos atos de um período de muitas reformas educacionais – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) etc. – baseados em consenso imposto pelos organismos internacionais, mormente o Banco Mundial, aos países do capitalismo dependente como o Brasil. E as prescrições desses organismos orientavam-se, antes de tudo, pela racionalidade econômica que embasa o projeto dominante de desenvolvimento capitalista. (2011, p. 53)

Apesar de a população do campo vivenciar os mais baixos indicadores educacionais e que os ousados objetivos do PNE 2001/2010 só poderiam ser atingidos se a educação fosse direcionada para todos/as, incluindo os/as que estavam e os/as que não estavam na escola, tanto da área urbana como da rural, o mesmo contém somente 5 (cinco) metas exclusivas para a Educação no e do Campo – metas 17 e 25 da Educação Básica, 12 e 13 da Educação Tecnológica e Formação profissional e 26 do item Financiamento e Gestão -, número que confirma a prevalência da racionalidade econômica em detrimento do direito.

Cabe salientar que a existência do PNE e a inclusão dessas metas não asseguram sua implementação nem alteram a lógica e direção da política educacional porque "são peças burocráticas não cumpridas, tais| planos são exemplos de que, no Brasil, a educação nunca foi prioridade: basta ver os percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) destinados à consecução de suas metas, qualitativas ou quantitativas" (CONED, 1997, s/p); e "não romperam com a lógica neoliberal [...] estão a serviço da reforma do Estado e dos ditames do Banco Mundial e do FMI" (COSTA, NETO e SOUZA, 2009, p. 34).

No que tange a Educação do Campo, o PNE 2001/2010 constitui, segundo Munarim *et al* uma antipolítica pública de Educação no e do Campo.

> O PNE, conforme é de lei, foi iniciativa do Ministério da Educação, que o coordenou, mantendo-se quase

> absolutamente fechando às tentativas de influência e inclusão de propostas por parte do Movimento de Educação do Campo que se engendrava. Grosso modo, o PNE constitui-se numa antipolítica pública de educação do Campo na medida em que é unilateral e excludente. Todo o pouco que o PNE propõe referente ao rural é, pois, rejeitado pelos sujeitos que compõem o Movimento de Educação do Campo, seja porque são metas insuficientes, seja porque é o antípoda da qualidade por eles requerida [...] o PNE reflete exatamente a visão urbanocêntrica, aparente, preconceituosa e afirmadora das desigualdades sociais no campo, que sempre embasara as políticas educacionais brasileiras. (2009, p. 58)

O segundo PNE, aprovado pela lei 13.005/14, de 25 de junho de 2014 tem 9 (nove) diretrizes e 20 (vinte) metas para serem alcançadas. Dentre as 20 (vinte) metas, 11 (onze) contêm estratégias voltadas à Educação no e do Campo[2], realidade que demonstra uma ampliação da presença da Educação do Campo na política de educação.

Das 11 (onze) metas merecem destaque a Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE por possuir 2 (duas) estratégias direcionadas a Educação do Campo, Estratégias 6 e 10 e, a Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB, que contêm e 4 (quatro) estratégias com ações para a Educação do Campo, as Estratégias 3, 14, 26 e 27.

A pesquisa nos sites do MEC e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação nos anos de 2015 e 2016 - a terceira semente - possibilitou a colheita de 2 (dois) frutos: existência de unidades orgânicas para coordenar a Educação do Campo em 15 (quinze) estados - Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe -; processo de formação da Gerência de Educação do Campo no estado de Tocantins, a gerência de Educação do Campo está em processo de formação.

[2] Metas/Estratégias: 1/Estratégia 10; 2/Estratégias 6 e 10; 3/Estratégia 10; 5/ Estratégia 5; 6/ Estratégia 7; 7/ Estratégias 13, 14, 26 e 27; 10/ Estratégia 10; 11/ Estratégia 9; 12/ Estratégia 13; metas14 e 15/ Estratégia 5, respectivamente.

A quarta semente - pesquisa nos *sites* dos conselhos nacional, estaduais e municipais de educação dos 26 (vinte e seis) estados e do DF – possibilitou identificar a existência de 15 (quinze) estados com resoluções referentes à Educação do Campo (7 da região Nordeste, 3 do Centro-Oeste, 2 do Sul, 2 do Norte e 1 do Sudeste); 1 (um) com lei instituindo a política de Educação do Campo, o estado de Goiás, 2 (dois) com resolução sobre a Educação Indígena – Ceará e Paraíba, 1 (um) com resolução normatizando a concessão de funcionamento de cursos nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, o estado do Rio Grande do Sul; os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraíba regulamentaram a oferta da Educação do Campo e da Educação Indígena nas redes estaduais a partir de 2003, um ano após a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; os demais entre os anos 2009 e 2015 - 2009 (Ceará, Pernambuco e Acre), 2010 (Paraná e Sergipe), 2011 (Maranhão), 2013 (Goiás), 2014 (Alagoas e Amapá), 2015 (Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

Uma leitura crítica das LDBs, PNEs e Resoluções da Educação do Campo à luz das concepções e propostas de Educação no e do Campo dos movimentos sociais e sindicais, demonstra que a educação que chega ao campo ainda não atende aos interesses dos/as trabalhadores/as rurais; está distante da realidade educacional do campo; não atende às demandas educacionais dos movimentos sociais e sindicais do campo, não instrumentaliza os/as trabalhadores/as rurais para o conhecimento e enfrentamento das expressões da questão agrária e vem percorrendo uma caminhada de (des)construção da proposta de Educação no e do Campo construída pelos movimentos sociais e sindicais a partir da segunda metade dos anos 1990 (RIBEIRO, 2010; PIRES, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE TEMOS A CONQUISTAR NA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO E NA QUESTÃO AGRÁRIA

Sem perder de vista as conquistas alcançadas nos 18 (dezoito) anos de caminhada da Educação no e do Campo ainda temos muito a conquistar para a existência efetiva e real dos programas e projetos direcionados à Educação no e do Campo e para transformá-la em uma política pública em função de: a Educação e a escola que ainda estão no campo são a velha e conhecida Educação Rural; a educação é ofertada por meio de programas e projetos pontuais com ações desarticuladas e fragmentadas e sem garantia

de recursos; os conteúdos curriculares e material didático-pedagógico são distantes da realidade do campo e das expressões da questão agrária; as escolas são pequenas, sem estrutura, abandonadas e invisibilizadas pelo Estado; as portas do MEC ainda estão semiabertas para a Educação no e do Campo e; da permanência do fechamento das escolas do campo.

A materialização da Educação do Campo via programas e projetos, a pouca presença da Educação do Campo na legislação educacional e a inexistência de coordenação/gerência e de resoluções normatizando a Educação do Campo em todos os estados constituem *um solo fértil para a reprodução de uma concepção conservadora e urbanocêntrica do campo e da escola do campo que me* leva a concordar com Seganfredo (2014, p. 166), quando esta afirma que "a Educação do Campo corre sério risco de ser um simples remendo das políticas ditas 'públicas', ou seja, um reformismo educacional para compensar os direitos historicamente negados."

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 4024/61 –** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1961.

_____. **Lei nº. 5.692/71** – Fixa Diretrizes e Bases para Ensino de 1º e 2º Graus**.** Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1971.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988.

_____. **Lei n. 9.394** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996.

_____. **Lei n. 12.172** - Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, casa Civil, 2001.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 01/2002 -**Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: SECAD, Ministério da Educação, 2002.

_____. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: INEP/MEC, 2007a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Cadernos SECAD 2. Brasília: MEC/SECAD, 2007b.

BRASIL. **Lei n. 13.005/2014 -** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2014.

CONED. **Plano Nacional de Educação**: proposta da sociedade brasileira. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: www.fedepsp.org.br. Acesso em 30 de novembro de 2013.

COSTA, A.; NETO, E.; SOUZA, G. **A proletarização do professor**: neoliberalismo na educação. 2. Ed. São Paulo: Sundermann, 2009.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Coleção Vozes do Campo).

FILHO, E. S. R. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural - os casos do MST, CONTAg e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013. (Coleção CLACSO- CROP).

JESUS, S. M. S. A. Princípios teóricos da proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo: UFS e UNB. In: CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação.** Aracaju: Editora UFS, 2008.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, T. C. S. A questão agrária e a questão ambiental no Assentamento Jacaré-Curituba: questões de uma mesma problemática. In: SILVA, Tânia Elias Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju: FAPESE, 2003.

MATTEI, L. (Org.). **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo.** Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MOLINA, M. C**. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. In: Educação em Perspectiva, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul/dez, 2015. Disponível em: www.seer.ufv.br. Acesso em 4 de abril de 2016.

MUNARIM, A. Educação do campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. In**: Em Aberto**, v. 24, n. 85, p. 51-63, abril 2011.

MUNARIM, A.*et al*. Política pública de educação do campo: a articulação entre o Estado e a sociedade. In: AUED, Bernadete Wrublevski, VENDRAMINI, Célia Regina (orgs.). **Educação do Campo**: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular, 2009.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N., VARGAS, N. C. Histórico e os limites da Reforma Agrária na contemporaneidade brasileira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** nº 110, abril/junho 2012. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, A. A. **Além das cercas** ... Um olhar educativo sobre a reforma agrária. João Pessoas: Ideia, 2005.

PIRES, A. M. **Educação do Campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Educação em Direitos Humanos, v. 4).

POULANTZAS, N. **O Estado o Poder o Socialismo. 4ª Ed.** Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROCHA, E. N. **Das práticas educativas às Políticas Públicas**: tramas e artimanhas pela Educação do Campo. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, 2014.

SANT' ANA, R. S; **Trabalho Bruto no Canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M.**Educação do Campo uma política em construção: desafios para Sergipe e para o Brasil.** 2013. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SEGANFREDO, K. A.**Comitê Estadual de Educação do Campo:** a materialização da luta política no âmbito da Educação do Campo no Paraná.2014. 196 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, 2014.

TAFFAREL, C. Z. Políticas públicas, educação do campo e formação de professores para a escola do campo. In: ALVARENGA, M. S.; NASCIMENTO, R. E.; NOBRE, D.; ALENTEJANO, P. R. R. (orgs.). **Educação popular, movimentos sociais e formação de professores**: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel - 1951 a 1978. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985

WERTHEIM, J.; BORDENAVE, J. D. **Educação rural no terceiro mundo:experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

EIXO 6: GÊNERO E QUESTÃO AGRÁRIA

“LA LUCHA COMO MUJERES ZAPATISTAS QUE SOMOS”: AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS PAPEIS DE GÊNERO E AS MULHERES ZAPATISTAS

Júlia Machado Dias*

julia.macdias@gmail.com

RESUMO: Este artigo busca ter um olhar, ainda inicial, sobre a participação política das mulheres zapatistas. Analisando a Lei Revolucionária das Mulheres e o discurso “La visión de los Vencidos” do Subcomandante Galeano, buscaremos enxergar as transformações da imagem das mulheres nas comunidades em torno de construções sociais acerca dos seus papeis. As zapatistas se constroem enquanto sujeitos de direito em suas comunidades, enfrentando o machismo cotidiano destas e o capitalismo patriarcal neoliberal enquanto lutam pela autonomia e pela construção de um mundo em que o costume seja o respeito pelos direitos das mulheres e não justificativa para opressão e violência.

Palavras-chave: mulheres zapatistas; capitalismo patriarcal; EZLN.

“LA LUCHA COMO MUJERES ZAPATISTAS QUE SOMOS”: LAS RESIGNIFICACIONES DE LOS PAPELES DE GÉNERO Y LAS MUJERES ZAPATISTAS

RESUMEN: *Este artículo intenta tener una mirada, aún inicial, acerca de la participación política de las mujeres zapatistas. Analisando la Ley Revolucionaria de las Mujeres y el discurso “La visión de los Vencidos” del Supcomandante Galeano, buscaremos las transformaciones de la imagen de las mujeres en las comunidades alredor de construcciones sociales acerca de sus papeles. Las zapatistas se constroen como sujetos de derecho en sus comunidades, enfrentando el machismo cotidiano así como el capitalismo patriarcal neoliberal mientras luchan por la autonomía y por la construcción de un mundo en el que lo costumbre sea el respeto por los derechos de las mujeres y no justificativa para opressión y violencia.*

Palabras clave: *mujeres zapatistas; capitalismo patriarcal; EZLN.*

INTRODUÇÃO

“El que tenga ojos
que vea, el que tenga
oídos que escuche.”

A participação das mulheres indígenas e não indígenas no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se deu desde o início da organização do movimento. Antes mesmo do levante armado em 1 de janeiro de 1994, quando os e as zapatistas dizem publicamente “Já basta!”

* Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Especialização em Políticas Públicas e Justiça de Gênero em andamento pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

ao governo mexicano após uma consulta aos povos zapatistas organizados no sul do México, em Chiapas, a Comandanta Ramona aparecia como figura importante na construção do EZLN e em sua luta frente ao neoliberalismo e suas consequências para os e as indígenas.

Numa denúncia das mazelas do neoliberalismo, associado ao aniquilamento da humanidade através (mas não só) dos altos níveis de pobreza que produz através da privatização e desproteção dos meios públicos e bens necessários para vida, como a água, o EZLN resiste há mais de 20 anos na Selva Lacandona e reexiste em sua auto-organização, tendo a sociedade civil como esfera de atuação e não a inserção em partidos, numa recusa a este modelo de política hegemônico de cuja crise nasce o movimento.

O EZLN é um movimento que surge atrelado à história mexicana de exclusão e tentativa de assimilação dos povos indígenas. Em busca de vida digna e necessidades básicas como saúde, alimentação (estritamente ligada às questões de soberania alimentar), educação, trabalho e terra para promoverem o auto-sustento de suas comunidades e a autonomia quanto à forma única que estes povos possuem de se relacionar com a natureza (NASCIMENTO, 2012). Esta forma é em si uma resistência ao discurso universal resultante da modernidade assim como da busca pela construção de alternativas que tragam dignidade a esses povos.

As mulheres zapatistas pautam demandas específicas como do combate à violência contra as mulheres, da representatividade política e do casamento, filhos e sexualidade. Entretanto, veem como suas também as pautas acima destacadas, a partir das quais nota-se o atrelamento de suas demandas à família e melhores condições de vida, apontando que vivem sob o jugo de um "pesadelo triplo que obriga a uma rebelião tripla" enquanto mulheres, pobres e indígenas.

Lutam, por isso: contra as políticas neoliberais da década de 1990, em especial o NAFTA, que contribuem para a agudização da pobreza e de vulnerabilidade social; contra a governo mexicano que não dá soluções para suas necessidades urgentes; contra o capitalismo (que chamamos aqui de capitalismo patriarcal), que tem nas políticas neoliberais uma forma de se manifestar, o que as leva à construção de cooperativas de mulheres com vistas a alcançar a autonomia; e no seio de suas comunidades, contra o machismo que subalterniza as mulheres através dos chamados hábitos culturais e costumes (NASCIMENTO, 2012; VALADEZ, 2015; MORA, 2015).

A Lei Revolucionária das Mulheres foi o primeiro esforço de reunir as mulheres para um diálogo do qual resultariam suas demandas e a formalização de direitos promovidos por elas mesmas. A lei foi encaminhada para ser sancionada pela comunidade após um ano de trabalho, numa assembleia no dia 8 de março de 1993, dia internacional das mulheres e histórico de luta dos movimentos organizados por elas ao redor do mundo. Num espaço de decisão coletiva, reuniu-se mulheres de diferentes etnias como chol, kanjobal, tojolabal, tzeltal, tzotzil, zapoteco e zoque, mas não sem enfrentar resistência dos homens acerca do papel das mulheres indígenas como sujeito político, assumido e construído por elas mesmas (NASCIMENTO, 2012).

Santos (s.n.t.) chama de Epistemologias do Sul, que não é geográfico, mas anti-imperial por essência. Seu objetivo é oferecer um diagnóstico crítico do presente que tem como elemento constitutivo a possibIlidade de reconstruir, formular e legitimar alternativas para uma sociedade mais justa e livre. Nesse sentido, essas epistemologias são:

> (...) a reivindicação de novos processos de produção, de valorização de conhecimentos válidos, científicos e não científicos, e de novas relações entre diferentes tipos de conhecimento a partir das práticas das classes e grupos sociais que sofreram, de maneira sistemática, destruição, opressão e discriminação causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e todas as naturalizações da desigualdade em que se desdobraram; o valor de troca, a propriedade individual da terra, o sacrifício da mãe natureza, o racismo, o sexismo, o individualismo, o material acima do espiritual e todos os demais monocultivos da mente e da sociedade – econômicos, políticos e culturais – que tentam bloquear a imaginação emancipadora e sacrificar as alternativas (p. 16).

Por outro lado, os conhecimentos indígenas, assim como suas formas de organização social, relação com a natureza e com a vida, foram desprezados a partir da ciência positivista produzida no século XIX, cuja base está nas ideias Iluministas do século XVIII. A epistemologia positivista defende a separação entre sujeito e objeto, e a possibilidade de conhecer a realidade de forma objetiva, tal como ao mundo real. Impacto da Revolução Behaviorista nas Ciências Sociais, em que estava em debate a compreensão da realidade por métodos quantitativos e importados das Ciências Exatas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Nesse sentido, as mulheres zapatistas, ao propor uma ressignificação dos papéis de gênero dentro de suas culturas e comunidades visando garantir direitos sociais e reverter as desigualdades resultantes de uma tripla opressão (de gênero, classe e etnia), tem resistido desde a década de 1990 frente ao capitalismo patriarcal e aos monocultivos referidos por Boaventura. Nessa resistência e forma de re(e)sistência, isto é, de buscar existir de outras formas e ressignificar sua existência como posto pela sociedade, encontramos aquelas que mais que falar sobre formas emancipadoras constroem-nas e, por isso, vivem-nas cotidianamente.

Como disse o Subcomandante Galeano, se referindo ao que foi dito numa conversa por uma companheira do EZLN sobre as questões das mulheres nos Caracois: "se nos perguntarem, diremos que ainda falta". Nessa percepção da utopia como o que serve para que as zapatistas nunca deixem de caminhar, como nos ensinou Eduardo Galeano, este artigo busca olhar para a ressignificação dos papéis de gênero das mulheres zapatistas frente a elas mesmas e à suas culturas e comunidades.

Para isso, falaremos um pouco das diferentes frentes em que as mulheres zapatistas participam em suas comunidades, inserindo também o feminismo decolonial e socialista como lente de análise para olharmos para a Lei Revolucionária das Mulheres e o discurso do Subcomandante Galeano "La Visión de Los Vencidos", procurando apreender a ressignificação supracitada. Buscaremos, com isso, evidenciar a vivência zapatista em torno do que é tido como natural acerca das mulheres e a ressignificação pela via do evidenciamento daquilo que é nada mais que construções sociais sobre os papéis de gênero.

1 AS MULHERES ZAPATISTAS E A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Guiomar Rovira (1997) afirma que o contato dos indígenas com os europeus fez com que seu Deus de dualidade masculino e feminino passasse a ser apenas um, o homem, o Pai; e desde então uma mulher jamais ocuparia lugar igual ao homem. Nesse sentido, Priscila Nascimento (2012) aponta que a participação e luta das mulheres no movimento zapatista fez com que elas desconstruíssem a imagem passiva que tinham de si mesmas, fazendo com que "mulher indígena" adquirisse um *nós* ativo, sem um valor negativo, que de acordo com a autora repercutiria em suas demandas na década de 1990. A participação das mulheres indígenas

no zapatismo é vista por elas como uma forma de ter voz, possibilidade de dizer por elas mesmas.

Mesmo possuindo suas próprias demandas dentro do movimento, a luta das mulheres zapatistas é sempre pensada dentro da noção das culturas indígenas de Chiapas em que o coletivo tem peso maior que a noção de indivíduo. Algumas delas, enquanto mães, reivindicam saúde e educação para seus filhos; outras procuram alternativas fora da esfera e do trabalho doméstico. Todas essas mulheres tem identidade desconhecida, o que reforça a ideia de coletividade e a visão de mundo indígena de alteridade ao mesmo tempo em que busca proteger de medidas repressivas famílias e militantes do movimento. As zapatistas tem possibilidade de atuação em 4 frentes: como insurgentes; como milicianas; como membro do CCRI (Comitê Clandestino Revolucionário Indígena); nas bases de apoio e nas Juntas do Bom Governo[1] (NASCIMENTO, 2012).

Para as mulheres indígenas, o movimento zapatista aparece como forma de abrir novos mundos e de se apropriar de ferramentas como aprender a ler, escrever, entender sobre política, fortalecer o movimento e as demandas das mulheres. Suas críticas aos papeis de gênero impostos a elas em suas comunidades encontram espaço no zapatismo, onde as atividades são atribuídas de acordo com habilidade, competência e experiência. Nas comunidades indígenas de Chiapas as relações de gênero são altamente consolidadas de modo que mudanças recebem muita resistência, a que se soma uma forte divisão sexual do trabalho, a violência doméstica e o analfabetismo entre as mulheres (NASCIMENTO, 2012).

A partir da perspectiva do feminismo decolonial, tem-se a relevância da chamada interseccionalidade de colonialidades, em que gênero é analisado tendo em vista suas relações com raça e classe – muito parecido com a percepção das zapatistas acerca da opressão tripla que sofrem. Maria Lugones (2008, p. 81, tradução nossa) afirma que, "a interseccionalidade revela o que não se vê quando categorias como gênero e raça se conceitualizam como separadas uma da outra". Para a autora, existe um sistema moderno/colonial de gênero, em que pesa entender a natureza e o alcance das mudanças na estrutura social provenientes da constituição do capitalismo eurocentrado colonial/moderno. Essa constituição se deu a partir de processos heterogêneos, descontínuos e

[1] Criadas em 2003 para administrar e recuperar o controle sobre os projetos nacionais e internacionais que chegavam até eles, fazendo com que as comunidades tivessem autonomia para decidir, de acordo com as necessidades, que projetos e em que condições seriam realizados (ORNELAS, 2005 apud NASCIMENTO, 2012).

lentos totalmente permeados pela colonialidade do poder e produziu uma violenta inferiorização das mulheres colonizadas (LUGONES, 2008).

O patriarcado é um caso específico de relações de gênero que abrange a sociedade como um todo, começando pela família na esfera privada atingindo até o direito patriarcal que afeta a sociedade civil e o Estado. Por isso, Saffioti (2015) o trata como um recém-nascido e argumenta acerca da articulação entre os dois conceitos, uma vez que gênero demonstra as hierarquias entre as categorias de sexo, mas não visibiliza os perpetradores do controle e da violência, centrais na cultura gerada pela dominação-exploração[2] patriarcal. Eiseinstein (1979) traz a percepção dos sistemas capitalista e patriarcal como mutuamente dependentes ao definir este sistema como "patriarcado capitalista para enfatizar a relação dialética de reforço mútuo entre a estrutura capitalista de classe e a estruturação hierárquica sexual" (p. 5, tradução nossa).

O capitalismo se apropria da opressão das mulheres em seu benefício utilizando-se para isso da família, do casamento, da divisão sexual do trabalho e da sociedade. A formação deste sistema que, conforme o pensamento de Grosfoguel (2016), remonta ao contexto anterior à colonização, se reverbera nos dias de hoje através da co-constituição que possuem capitalismo e patriarcado enquanto estruturas que se beneficiam mutuamente. Eiseinstein (1979) entende o patriarcado como uma estrutura de poder que possui variações de acordo com o período histórico e as peculiaridades de cada sociedade, transformações que ocorrem com vistas a proteger a hierarquia sexual da sociedade, resultantes de anos de pressão ideológica. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho e a família são algumas das formas de garantir a continuidade dessas estruturas e, em consequência, das opressões de gênero, classe e raça:

(1) As mulheres estabilizam as estruturas patriarcais (a família, a dona de casa, a mãe, etc) preenchendo esses papéis. (2) Simultaneamente, as mulheres estão reproduzindo novos trabalhadores, tanto para a força de trabalho remunerada quanto para a não-remunerada. Elas cuidam dos

[2] A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papeis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos" (SAFFIOTI, 2015, p. 113).

homens e das crianças da sociedade. (3) Elas também trabalham por salários menores. (4) Elas estabilizam a economia através do seu papel como consumidoras. *Se um lado da produção é o consumo, o outro lado do capitalismo é o patriarcado* (EISEINSTEIN, 1979, p. 29, tradução nossa, grifos nossos).

A divisão sexual do trabalho[3] é considerada pela autora como o mecanismo básico de controle para a cultura patriarcal, utilizada pelo patriarcado para estabelecer o trabalho de reprodução. O trabalho doméstico (e, portanto, não remunerado) como tarefa exclusivamente feminina, quase que uma obrigação devido a sua função de reprodutoras. Este trabalho, além de mantenedor da desigualdade entre gêneros, é fundamental para a reprodução do sistema capitalista (EISEINSTEIN, 1979).

Isso posto, aponta-se para as culturas indígenas mexicanas da sujeição das mulheres aos interesses dos homens e da família, em que a mulher exerce os papéis de mãe, esposa, cozinheira e participante da casa dos sogros, que exercem uma relação de autoridade para com ela. Marcado pela divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres é visto como complementar ao trabalho masculino, o qual aparece como fundamental para a sobrevivência da família. Entretanto, as necessidades de comer e vestir, por exemplo, são realizados pelas mulheres, assim como o cuidado e o cultivo da terra – tarefas também fundamentais para a continuidade do núcleo familiar (ABRAMO, 2004; NASCIMENTO, 2012).

Além disso, os homens dessas comunidades possuem o dia de domingo para descanso, enquanto as mulheres trabalham sem folga por seu trabalho estar relacionado à subsistência e estabilidade familiares como é o caso da alimentação e do cuidado com os filhos. O trabalho desempenhado pela mulher rural, que envolve produção, elaboração, venda e carregamento de água, ocupa cerca de 16 horas de seu dia, sem contar com o trabalho do cuidado supracitado, de modo que a questão da alimentação é diretamente associada às mulheres. Elas tem trabalhado com projetos de moinhos coletivos como fonte de renda e de melhoria de sua condição de saúde (NASCIMENTO, 2012).

[3] Tal divisão é responsável pela hierarquização social entre papeis masculinos e femininos, que significa dizer que papeis, propósitos, atividades e inclusive o trabalho de cada uma e um são determinados pelo sexo, possuindo papel limitador também quanto aos desejos e aspirações das mulheres. A distinção biológica homem/mulher é utilizada, portanto, como meio de diferenciar funções sociais e o poder individual, o que torna sexo uma categoria com implicações políticas na vida das mulheres (EISEINSTEIN, 1979).

Isso porque a produção das tortilhas, alimento mais consumido nas comunidades, provoca problemas respiratórios e de coluna, de modo que os moinhos visam evitar que o trabalho seja feito em casa para serem feitos em lugares abertos, evitando também que a fuligem da lenha seja aspirada por elas. Os moinhos coletivos são também uma maneira de reivindicar o direito de se alimentar, assim como as iniciativas em torno da agroecologia também se tornaram. A pressão dentro do NAFTA pela transformação dos *ejidos*[4] em mercadoria, perdendo seu caráter de uso coletivo conquistado no contexto da Revolução Mexicana de 1910, além da redução de subsídios para a agricultura resultou num aumento de mortes provocadas pela fome em 641% de 1984 a 1994 (NASCIMENTO, 2012; VALADEZ, 2015; MORA, 2015).

A conexão da mulher com a alimentação se dá também pela associação em Chiapas da imagem das mulheres à ideia de fertilidade, associando-as à terra e até mesmo personificando-as em divindades femininas como a *Madre Tierra*. Essa perspectiva simbólica se relaciona à sobrevivência alimentar, e as zapatistas se autorrepresentam como mulheres de milho em resistência, demonstrando também a centralidade do milho por ser ele a base alimentar dos povos indígenas mexicanos. Tendo tudo isso em vista, a luta pela terra, que além de representar a sobrevivência alimentar se liga diretamente ao sistema de crenças e conhecimento indígenas, além de recurso sociocultural, tem significado específico para as mulheres (NASCIMENTO, 2012).

Isso resulta da opressão tripla denunciada pelas zapatistas: pobres e indígenas, enfrentam também empecilhos jurídicos enquanto mulheres na medida em que este sistema restringe a titularidade de propriedades de terras aos homens. Considera-se que uma propriedade administrada por uma mulher é mais vulnerável, havendo poucas possibilidades de financiamentos e empréstimos para este fim. Apenas homens podem ser titulares de *ejidos*, por serem considerados os chefes de família, além das normas comunitárias darem preferência aos homens para administrar os bens do casal (NASCIMENTO, 2012; VALADEZ, 2015).

Isso posto, passaremos agora a olhar para a Lei Revolucionária das Mulheres e o discurso "La Visión de Los Vencidos", buscando demonstrar algumas das ressignificações obtidas pelas mulheres zapatistas

[4] Propriedades rurais coletivas em que os povos indígenas são majoritariamente os que habitam e cultivam.

mesmo com a atuação da estrutura capitalista-patriarcal dentro e fora das comunidades zapatistas.

2 FRUTOS DA LUTA DAS ZAPATISTAS: A LEI REVOLUCIONÁRIA DAS MULHERES E O DISCURSO "LA VISIÓN DE LOS VENCIDOS"

As demandas das mulheres zapatistas foram sintetizadas na Lei Revolucionária em dez itens, em que elas tratam sobre diversos temas, entre eles a sua participação no EZLN, o que contribuiu para a consolidação deste espaço que foi conquistado por elas. A questão da violência é latente nas comunidades indígenas, reflexo do patriarcado, de modo que a lei traz para as mulheres a possibilidade de uma vida sem violência. Conforme abordado na seção anterior, as mulheres trazem suas demandas também em relação a seus filhos e filhas, além dos direitos básicos ao acesso à educação, saúde e liberdade de escolha de parceiro ou parceira e quanto ao matrimônio:

> 1. Las mujeres, sin importar su raza, credo o filiación política tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidade determinen.
>
> 2. Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.
>
> 3. Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueden tener y cuidar.
>
> 4. Las mujeres tienen derecho a participar en assuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democraticamente.
>
> 5. Las mujeres y sus hijos tienen derecho a atención primaria en su salud y alimentación.
>
> 6. Las mujeres tienen derecho a la educación.
>
> 7. Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.
>
> 8. Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada fisicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación será castigados severamente.

> 9. Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.
>
> 10. Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señalan las leyes y los reglamentos revolucionarios (ENLACE ZAPATISTA, 1993).

Na cultura dos povos das etnias de Chiapas a participação política das mulheres foi historicamente negada e construída como inexistente, por não poderem decidir sobre questões da comunidade nem falar sobre elas. A participação política das zapatistas e a criação da Lei Revolucionária das Mulheres mexe, portanto, com as estruturas patriarcais das comunidades, em que se utilizava dos costumes como legitimadores da opressão contra as mulheres, reivindicando, ao contrário, que o costume seja o respeito aos direitos das mulheres (NASCIMENTO, 2012).

Ao tratar dos direitos políticos das mulheres, confronta diretamente a cultura local e seu costume de exclusão delas da esfera política. Evidenciando o machismo das comunidades, os tópicos da lei trouxeram para discussão a igualdade entre homens e mulheres, assim como a capacidade que ambos tem de desempenhar as mesmas tarefas. Assim, confronta os papeis de gênero estabelecidos em torno das dicotomias masculino/feminino, e contribui para a construção da emancipação coletiva, e não da emancipação zapatista por meio da corroboração da subalternização das mulheres.

Nesse sentido, trazemos o discurso "La Visión de Los Vencidos", do Subcomandante Insurgente Galeano, no encontro zapatista El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista, realizado em maio de 2015. Nele, Galeano fala não pelas mulheres zapatistas, mas sobre elas e suas lutas; elas falam através dele. Galeano usa sua voz para evidenciar o processo de busca pela preservação dos privilégios pelos homens e de boicote da construção de autonomia e emancipação das zapatistas. Ao fazê-lo, aponta não só sobre o machismo como sobre as dificuldades que elas enfrentaram ao buscar vencê-lo: a resistência dos homens zapatistas em relação à luta das mulheres e à transgressão de papéis impostos pelo capitalismo patriarcal e também por eles.

Colocando a si mesmo e aos demais homens zapatistas como parte da continuidade deste sistema de gênero, Galeano evidencia o que muitas mulheres já buscaram falar e foram historicamente silenciadas com o argumento de que sua luta fragmenta a luta contra o capitalismo e

o racismo, por exemplo. Demonstra uma compreensão profunda sobre a opressão de gênero, o que é também um demonstrativo da histórica luta das mulheres zapatistas nas comunidades.

> Durante algum tempo coube a ele falar não pelas companheiras indígenas zapatistas, mas sobre elas e sua luta específica. Essas vezes, elas falavam através dele. Mal ou bem, isso corresponde a elas dizer. Se se sentiram representadas ou não, elas julgarão. Afortunadamente, agora e há muito anos, são as mesmas companheiras as que dizem sua palavra. Três gerações de zapatistas que lutam não só contra o sistema, mas contra nós. (...) ao contar nossa história, as companheiras tem sido generosas porque não disseram uma parte, ou apenas a mencionaram. Me refiro a nossa resistência como homens zapatistas. Nossa resistência contra elas. Nosso terror ao ver como iam rompendo moldes e esquemas, e iam saindo, sem pedir permissão, do papel que o sistema, mas não só o sistema, também nós, havíamos imposto a elas. Ao revisar nossa história, vejo que há aí uma derrota. Que os triunfos que apenas mencionaram, não só nem refletem palidamente as dificuldades e obstáculos que devem vencer, todos os dias e a todas as horas. Que falta deixar claro que lutaram também contra nós e que nos derrotaram. Por isso, por trás da sua história está também nossa visão, a visão dos vencidos. (...) como a hidra, estamos dispostos a recuperar nossa antiga posição, aproveitando qualquer resquício, qualquer signo de debilidade, qualquer sintoma de que abaixaram a guarda. E eu, que sintetizo melhor que ninguém o machismo e o sexismo zapatista, porque ele existe, como existe o machismo de esquerda e/ou o sexismo libertário, me coloco a pensar nas possibilidades que temos como gênero de recuperar o perdido. Mas se me pedem para fazer um esforço e remontar o início, a origem dessa genealogia terrível e maravilhosa, lhes diria que o assunto começou com as insurgentas. Essas companheiras, que na montanha (...) renunciaram a vida em e com família. Elas, que lutaram e lutam por isso e pelo que segue, porque se lhes perguntamos como veem o que foi feito, dirão: “bom sub, claro que te digo que falta”. Eu, quando há 31 anos chegou a um acampamento da montanha a primeira indígena insurgenta, senti (...) que, não com ela, mas com o que ela representava, chegava uma profecia. Nenhum homem poderá dizer nunca que te venceu, mas sim haverá quem possa dizê-lo (GALEANO, 2015).

As insurgentas ressignificam os papéis das mulheres ao se dedicarem à luta armada, construído socialmente como uma função dos homens que as mulheres não estariam aptas a desempenharem devido a uma suposta fragilidade e inferioridade de força em relação aos homens. Abdicam da construção de uma família e, a partir da análise de Eiseinstein (1979), infere-se que tal abdicação resulta, em certa medida, numa desestabilização das estruturas patriarcais por não cumprirem com os papéis de gênero que aqui abordamos como sendo socialmente construídos. O discurso de Galeano traz ainda a percepção de companheiras zapatistas sobre o papel dos homens na luta delas enquanto mulheres:

> (...) vocês [homens], frente a nossa luta, podem se colocar a modo ou não. Mas perceba que eu disse frente à luta, ou seja, não são parte de nossa luta. Por mais sensíveis e receptivos que sejam, não podem ser feministas. Porque nunca vão poder se colocar desse lado, nunca vão menstruar, nunca vão desejar ou temer engravidar, nunca vão parir, nunca vão padecer da menopausa, nunca vão sentir medo de sair na rua à plena luz do dia, de passar em frente a um grupo de homens, nunca vão nascer, crescer, viver com o temor que surge de ser o que se é. E não é que desejamos não ser mulheres, ou que maldigamos haver nascido mulheres e que teria sido melhor ter nascido homens. Não. *O que desejamos e lutamos é que possamos sê-lo sem que isso seja um pecado, uma falta, uma marca.* Algo que nos predestina a já estar sempre na defensiva, ou a ser vítimas diretas. Assim não me venham [dizer] que há homens feministas. (...) A companheira tinha lágrimas nos olhos, mas não eram lágrimas de uma vítima: eram de coragem, de raiva. (...) A companheira sequer pegou um lenço. Com a manga do braço limpou as lágrimas e continuou: sim, já sei que vai me dizer que a culpa é do pinche sistema capitalista. Mas também pinches vocês que nada fazem, que são unos dejados. Andam por aí dizendo que é muito importante lutar contra o sistema e vocês também são o pinche sistema. Vocês e nós também. Mas nós não andamos de dejadas, ao menos resistimos, vocês nem isso. Ao final disse à companheira que ia apresentar essas palavras no seminário, e se queria acrescentar algo mais (...). Ela pensou apenas uns segundos e disse: sim. Diga aos pinches homens que vão e xinguem seus pinches pais. Sim, seu pai, porque sua mãe não tem culpa de que sejam tão estúpidos (...) e só, porque tenho que ver dos Tercios Compas, e fazer a revista, subir os comunicados na página, transcrever a gravação, revisão do texto, artesanato, ir à reunião, à la chamba, a la

> hale, ao trabalho, à luta. Sempre à luta. (...) A companheira foi embora e eu me revisei para ver se não tinha nenhuma fratura ou hemorragia, se não tinha nenhuma ferida, se não havia perdido nada além da soberba. (...)

Este trecho compartilha muito sobre o que é ser mulher nas sociedades capitalistas patriarcais, em que aborda a realidade das mexicanas ao mesmo tempo em que evidencia as similaridades das mulheres no mundo todo. Sobre a marca que existe em ser mulher e as implicações do simples fato de sê-lo, algo que vinha sendo naturalizado e posto como estático, imutável. Tudo isso reforça tanto a importância da organização das mulheres, no campo e na cidade, como maneira de evidenciar e discutir sobre estes processos em nossas vidas e sobre maneiras de superá-los. Demonstra ainda que sua luta enquanto mulheres, além de não fragmentar a do EZLN, fortalece-as e em certa medida abriu possibilidades para elas como seres humanos, sem divisão de tarefas de mulheres e de homens. É possível dizer que as esquerdas mundiais tem muito a aprender com as mulheres zapatistas e com o próprio Subcomandante Galeano, em especial pelo respeito e admiração que ele possui por elas ao reconhecer tanto as estruturas de opressão de gênero quanto a luta das companheiras na construção de um mundo onde caibam todos os mundos – inclusive o das mulheres que não veem como sua obrigação serem mães e construir uma família ao moldes do capitalismo patriarcal.

CONCLUSÃO

> "(...) com isso fica demonstrado que os homens sempre tem a última palavra, e é: obrigado. Obrigado às insurgentas, às mulheres zapatistas, indígenas e não, obrigado às companheiras da Sexta, obrigado às companheiras que não são da Sexta, mas que igualmente lutam. Obrigado." (Subcomandante Insurgente Galeano)

Ao contrário da epígrafe acima, no texto atual é uma mulher que possui a última palavra, e é: obrigada. Faço meus os agradecimentos do Subcomandante Galeano e aproveito para também agradecê-lo pela compilação sobre a temática de gênero que, mesmo tendo sido lida por ele e não por uma Comandanta, por exemplo, nos traz elementos fundamentais que precisam ser compreendidos e debatidos de modo a avançar na luta pelos direitos das mulheres. São palavras que ele mesmo aponta como

fortes e dolorosas, mas que não poderia ser de outra forma, a opressão de gênero é uma marca e um fardo diário para todas nós: as que nos antecederam, as que resistem diariamente e as que ainda terão que resistir num futuro próximo – mas continuamos buscando fazer com que este futuro não perdure por muito tempo, assim como o presente.

E, se a muitas não foi possível nada além do silenciamento pela naturalização dos papéis de gênero e das mulheres como seres inferiores, incompletos, subalternizados, as mulheres zapatistas aparecem como uma força de esperança. Não para importarmos suas práticas desconsiderando as localidades e buscando obter os mesmos resultados, mas para nos lembrar de que é possível construir um mundo em que a hidra capitalista deixe de ser vista como a única forma de organização econômica possível, as mulheres tenham liberdade plena para serem o que sua imaginação permitir e os homens não sejam agressores em potencial e sim companheiros na construção deste novo mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Inserción Laboral de Las Mujeres en América Latina**: una Fuerza de Trabajo Secundaria?In: Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, Maio-Ago, 2004.

EISEINSTEIN, Z. Developing a Theory of Capitalist Patriarchy and Socialist Feminism. In: **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. Zillah Eiseinstein (org), New York: Westview Press, 1979.

ENLACE ZAPATISTA. **Ley Revolucionaria de las Mujeres**. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-revolucionaria-de-mujeres/>. Acesso em: 20/06/2017.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: Lugares, movimientos, vida, redes. Bogotá: Envión Editores, 2010.

GALEANO, S. I. **La Visión de los Vencidos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WfQA8AM9m-U>. Acesso em: 15/05/2017.

GROSFOGUEL, R. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistêmico e os Quatro Genocídios/Epistemicídios do Longo Século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set-dez, 2014.

_____. Colonialidad y género. In: **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, N. 9:, jul-dic, 2008.

MORA, M. Repensando la política y la descolonización en minúscula: reflexiones sobre la praxis feminista desde el zapatismo. In: **Más allá del feminismo**: caminos para andar. Márgara Millán (Coord). D.F., México, 2014.

NASCIMENTO, P. S. **Mulheres Zapatistas**: Poderes e Saberes. Uma Análise das Reivindicações das Mulheres Indígenas Mexicanas na Luta por Seus Direitos – Anos 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

NOGUEIRA, J. P. ; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro, Elsevier. 2005.

ROVIRA, G. **Mujeres de Maíz**. Mexico: ERA, 1997.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, B. S. **Introducción**: Las Epistemologías Del Sur. s.n.t.

VALADEZ, A. Saberes femeninos en el ámbito comunitario campesino. Contrahegemonía, defensa del território y lo cotidiano en la Lacadona. In: **Más allá del feminismo**: caminos para andar. Márgara Millán (Coord). D.F., México, 2014.

A QUESTÃO DE GÊNERO E A LUTA PELA TERRA: PERCEPÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA – MACAÉ/RJ

Lívia Leopoldino Vaz*
livialvaz@gmail.com

RESUMO: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra expressa, em sua organização, como a luta pela terra vincula-se à luta pelo fim de todas as formas de opressão na busca de uma nova forma de sociedade. Umas destas formas é a opressão de gênero. O presente artigo pretende apontar como a luta pela terra e o debate de gênero precisam ser interligados na perspectiva de luta do Movimento, trazendo elementos coletados na experiência extensionista desenvolvida no assentamento PDS Osvaldo de Oliveira.

Palavras-chave: luta pela terra; gênero; Movimento Sem Terra.

LA CUESTIÓN DE GÉNERO Y LA LUCHA POR LA TIERRA: PERCEPCIONES A PARTIR DE LA EXPERIENCIA EN EL ASENTAMIENTO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA - MACAÉ / RJ

RESUMEN: *El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra expresa, en su organización, cómo la lucha por la tierra se vincula a la lucha por el fin de todas las formas de opresión en la búsqueda de una nueva forma de sociedad. Una de estas formas es la opresión de género. El presente artículo pretende apuntar cómo la lucha por la tierra y el debate de género necesitan ser relacionados en la perspectiva de lucha del Movimiento, trayendo elementos recogidos en la experiencia extensionista desarrollada en el asentamiento PDS Osvaldo de Oliveira.*

Palabras clave: *lucha por la tierra, género, Movimiento Sin Tierra.*

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é sem dúvidas um dos mais expressivos e conhecidos dos movimentos sociais populares no país. O que talvez não seja tão conhecido pela ampla população, informada pela mídia apenas sobre ações pontuais sem mediação com a história do movimento e da própria história da luta pela terra no Brasil, são as perspectivas de transformação social que envolvem a luta do movimento.

A principal bandeira pela democratização da "propriedade da terra na sociedade [...] garantindo o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir" (MST, s/d) não está desvinculada de – e nem faria sentido sem – uma luta mais ampla por uma sociedade mais justa e igualitária. Sobre essa perspectiva, o movimento afirma que

* Discente pela Universidade Federal Fluminense.

> a luta pela transformação social significa transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. É a luta por uma sociedade mais justa e fraterna, que solucione os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano (MST, s/d).

Sendo assim, o movimento afirma entender que "a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo" (MST, s/d).É com a compreensão desse sentido mais amplo da organização e dos objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que poderemos ressaltar a importância do debate de gênero na luta pela terra. É a partir dessas afirmações que efervescem as preocupações a respeito da efetiva participação dessas mulheres no movimento: de como as relações desiguais de gênero vem afetando suas trajetórias. Relações desiguais essas que reproduzem opressões, que não cabem na luta do movimento.

O presente artigo pretende destacar a relevância do debate da questão de gênero na luta pela terra, apresentando vivências realizadas no Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Macaé-RJ.

A aproximação com este assentamento se deu por meio da participação como bolsista no programa de extensão que acompanha as famílias assentadas desde o período de acampamento. No ano que ingressei, iniciava-se um novo trabalho voltado para as mulheres do assentamento.

Durante o desenvolvimento deste trabalho pude notar, por meio das participações dessas mulheres do assentamento nas oficinas e pelos seus relatos, como as questões de gênero permeiam o seu cotidiano. Que, para além de seus ambientes familiares, essas questões se apresentavam também nas suas atuações enquanto militantes do movimento. Foi trocando experiências com essas mulheres de luta e que tanto me inspiraram, que me despertou a vontade de desenvolver um trabalho acerca do gênero em consonância com a luta pela terra como conclusão do meu processo de graduação. E é como parte integrante do processo deste trabalho que se construiu o artigo aqui apresentado.

1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Segundo Fernandes (2001a, p.25) "as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil". Num país invadido, escravizado, colonizado para a exploração e enriquecimento da sua metrópole até as últimas conseqüências, a luta pela terra sempre existiu nos nossos mais de 500 anos de história.

> Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativeiro, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativeiro da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2001b, p.1).

São exemplos desta luta "a Guerra de Canudos (1896-1897) no Nordeste; a Guerra do Contestado (1912-1916) no Sul; a Guerra do Formoso (1950- 1960), no Centro-Oeste" e a "organização das Ligas Camponesas, movimento surgido em meados da década de 1950, da luta de arrendatários pelo acesso à terra no interior de Pernambuco (Martins,1981)" (REIS, 2012, p. 90-91).

O aprofundamento da questão da terra no Brasil pode ser datada na segunda metade do século XIX, quando foi instituída a propriedade privada da terra no país. Aos escravos - agora em condições de trabalhadores livres - e aos imigrantes expulsos de suas terras, restou apenas a venda da sua força de trabalho a aqueles que dominaram as terras aproveitando-se de sua posição de poder. A constituição dos latifúndios que se seguiu se deu por meio dos "grileiros - verdadeiros traficantes de terra" que para formar as suas fazendas, apropriavam-se das terras por meio de subornos, documentos falsos e assassinato de trabalhadores rurais. A violência foi - e continua a ser - marca dos enfrentamentos ao latifúndio. E "a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária" no Brasil e a centralidade na luta pela terra. E na busca por terras e para se afastar da violenta apropriação que se instaurava, esses trabalhadores passaram a migrar e a "migração e a peregrinação como esperança de chegar à terra liberta, são marcas da história do campesinato brasileiro" (FERNANDES, 2001b, p 2-3).

Frente ao cenário de exploração, os trabalhadores da terra passaram a se organizar para o enfrentamento ao contexto e a conquista de seus direitos. Organizações mais contundentes em relação a essa luta começaram a surgir em meados do século XX, com as ligas camponesas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945, fruto da resistência dos trabalhadores à condição de assalariado, expropriação e expulsão da terra. Em 1954 essas ligas aparecem com nova força em Pernambuco e ganham espaço em outros estados do nordeste brasileiro. No final da década de 50 nasce no Rio Grande do Sul o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra); de 1940 à 1964 se alastraram os movimentos de resistência por Minas Gerias, Espírito Santo, Goiás, Paraná e Maranhão.

Com a ditadura militar, as condições miseráveis em que viviam os trabalhadores rurais e a concentração de terras e riquezas se agravaram imensamente. Com o governo dos militares "o Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários [...], agregou novos elementos à questão agrária, aumentado e expandido os conflitos, fazendo eclodir as lutas camponesas" (FERNANDES, 2001b, p.5). Aconteceu que a repressão dos militares teve efeito rebote: ao invés de extinguir o movimento camponês, as lutas efervesceram e se expandiram. E é diante desta realidade que, na década de 70, cresce significantemente a luta de trabalhadores sem terra no país. No reflexo do amadurecimento e necessidade dessa luta está o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra em Cascavel/PR, em 1984.

Ao longo dos seus anos de luta, o movimento foi se desenvolvendo, amadurecendo, se organizando em todas as regiões do país e construindo novas lutas e aprofundamentos necessários às lutas presentes desde o seu nascimento. Sobre o seu crescimento,

> ao longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: popular. Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos. Com isso, os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrária à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. Neste sentido, o MST

> está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária.
>
> [...] Certamente, continuaremos na luta, juntos, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, como é o sonho de todo brasileiro honesto e trabalhador (MST, s/d).

Exemplo deste novo programa agrícola com base agroecológica e popular é o Assentamento PDS[1] Osvaldo de Oliveira, sendo o primeiro assentamento deste modelo estado do Rio de Janeiro.

1.1 A luta pela terra no norte fluminense do estado do Rio de Janeiro e o Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra encontra-se organizado em todas as cinco regiões do país, num total de 24 estados. O Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira encontra-se na região norte-fluminense do estado do Rio de Janeiro, encontrando desafios particulares ao seu desenvolvimento.

Esta região é composta por duas microrregiões que agrupam nove municípios: Campos dos Goytacazes (que agrupa Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra) e Macaé (Macaé, Carapebus, Quissamã, e Conceição de Macabu).

Devido aos fatores favoráveis de sua localização geográfica, a atividade agrícola da região desenvolveu-se em larga escala com o monocultivo da cana de açúcar. Com a "subordinação da agricultura à indústria" (ALMEIRA, 2000; NEVES, 1997 apud MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA, 2017), com intensificação da mecanização, unidades de processamento e verticalização da produção impulsionou-se a concentração de terra nas mãos dos grandes fazendeiros e expropriação dos trabalhadores e camponeses, que fizeram da região "uma fonte de desigualdades e violências, mas também de organização, resistência e justiça" (MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA, 2017). Foi entre os municípios de Macaé e Conceição de Macabu que aconteceram as primeiras ocupações de terras dominadas por usinas no

[1] PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) é uma modalidade de assentamento em alternativa ao modelo convencional, com uma proposta diferenciada de matriz de produção, agroecológica, e ocupação em harmonia com o meio ambiente, apropriação coletiva da terra e proteção da mata" (FRAGA, 2014).

estado do Rio de Janeiro, o que impulsionou as demais manifestações da luta pela terra na região.

A situação da luta pela terra no norte fluminense é também reflexo do processo que se desencadeia em todo o estado fluminense: o alto índice de investimento do governo nas atividades que favorecem a urbanização e especulação imobiliária em detrimento das atividades agrícolas; uma política em desenvolvimento que prioriza projetos do capital industrial (vide Porto do Açu, Complexo logístico e industrial Farol-Barra do Furado; Arco Metropolitano, entre outros); alto índice de desmatamento e a contínua ampliação do agronegócio (OLIVEIRA, 2014).

Por isso, é de suma importância a resistência que os assentamentos e as mais diversas formas de luta pela terra representam frente a esse contexto. E o projeto de uma nova forma de assentamento como é o do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Osvaldo de Oliveira, representa ainda mais a relevância da organização popular diante dos desmandos do capital em curso no estado. Preocupado com a conservação e recuperação dos recursos naturais da localidade, com a agricultura familiar sem uso de agrotóxicos e respeitando o tempo natural da produção - e não o tempo da comercialização – todo o seu desenvolvimento foi de intensa luta.

O PDS Osvaldo de Oliveira é o primeiro assentamento em modelo agroecológico do estado do Rio de janeiro, localizado nas terras da antiga Fazenda Bom Jardim – classificado como propriedade grande improdutiva e situada numa região de conservação ambiental.

A primeira ocupação, com a participação de cerca de 300 famílias, ocorreu em 7 de setembro de 2010 com o objetivo de pressionar a desapropriação da terra pelo governo federal. Sofreram o primeiro despejo em 16 de novembro de 2010 pelo tensionamento causado pelos pedidos de reintegração de posse, passando então essas famílias a ocuparem a margem da BR101, onde permaneceram até dezembro de 2011. Com uma nova liminar, as famílias também foram expulsas da margem da rodovia e passaram a ocupar a margem da linha do trem na comunidade Califórnia, próxima a fronteira entre os municípios de Rio das Ostras e Macaé. Lá permaneceram até março de 2014, quando a situação da Fazenda Bom Jardim é regularizada e o Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira reconhecido pelo INCRA (idem).

Oliveira (2014) destaca em seus estudos que muitos são os desafios que se põem às famílias do assentamento:

> O primeiro que se coloca é o enfrentamento das condições desfavoráveis em que o Estado se encontra. Os desafios e perspectivas dizem respeito principalmente ao projeto de assentamento, sua estrutura física, a relação entre as famílias, as relações e o modo de produção, e o vínculo com a luta nessa nova realidade (OLIVEIRA, 2014, p.14).

Outra demanda que se mostra permanente, observada a partir das vivências no assentamento, é a necessidade do debate de gênero. Observa-se a reprodução de atitudes machistas, de opressões e desigualdades de gênero dentro da organicidade do assentamento. Assim como as próprias mulheres assentadas relatam, algumas se vêm com apenas duas funções "cozinha e enxada", que trabalham exaustivamente junto aos seus companheiros na produção e na volta pra casa apenas elas são responsáveis pelos afazeres domésticos; que quando se impõem de forma mais firme nos espaços de deliberação do assentamento são vistas como "mandonas", diferente do que ocorre com os homens; suas participações nas oficinas que realizamos com elas e até mesmo a freqüência na escola estão sujeitas as demandas domésticas – que poderiam ser realizadas por outros membros da família, mas se concentram como responsabilidade exclusiva delas.

Esta realidade me inquietou em refletir como a luta pela terra, que tem preceitos em uma sociedade mais justa e igualitária, que luta contra as injustiças e preconceitos, precisa se debruçar sobre as mais diversas formas de relação social que muitas vezes são naturalizadas, mas são frutos do modo de sociabilidade capitalista – fundamentada na exploração. O debate sobre essas relações – e aqui nos concentramos nas relações de gênero – são fundamentais para evitar a reprodução do que vai contra o que o próprio movimento luta.

2 GÊNERO E LUTA PELA TERRA

2.1 Desigualdade de gênero no contexto social

A história de lutas no Brasil é também a história de lutas das mulheres. Seja buscando especificamente por seu lugar de igualdade na sociedade junto às pautas da luta feminista ou unindo-se ao conjunto mais amplo da classe trabalhadora. As mulheres no Brasil, segundo Ferreira & Bonan (s/d), estiverem presentes nos movimentos populares do país desde as lutas coloniais, passando desde as linhas de frente dos movimentos pelo

fim da ditadura civil-militar, até os atuais movimentos de mulheres que lutam pelo fim da cultura do estupro.

Mas, apesar de sua representativa participação nos movimentos que lutam pelos direitos da população, seus alcances não foram os mesmos dos homens: ainda lidamos com uma sociedade onde as mulheres são oprimidas apenas por seu gênero. Em um balanço sobre a primeira década dos anos 2000, a ONU Mulheres Brasil divulgou que as mulheres ocupam apenas cerca de 10% dos cargos políticos; a taxa de desemprego delas é cerca de duas vezes maior do que a dos homens (diferença que aumenta se compararmos homens brancos e mulheres negras); o salário médio dos homens é 30% maior do que o das mulheres; comparadas aos homens, elas gastam mais do que o dobro do seu tempo com tarefas domésticas; e o Brasil é o sétimo país do mundo com o maior número de feminicídios[2] (chegando a marca de 50mil em 2012).

Esses dados estão inseridos em um modo de sociabilidade – capitalista – onde as relações desiguais de gênero se tornam funcionais ao desenvolvimento de sua exploração:

> A reprodução da sociedade capitalista (e da sociabilidade que lhe é inerente) supõe, além da exploração da força de trabalho da mulher enquanto parte da classe trabalhadora, sua utilização como instrumento da reprodução do capital na medida em que é designada para papéis de manutenção da força de trabalho masculina e reprodução biológica: com a falsa ideia de que a mulher se "liberta" ao se inserir no mercado de trabalho, o que realmente acontece é que esta se submete a uma dupla jornada de trabalho – na qual sua força de trabalho é explorada no mercado para a expropriação da mais-valia, mais a responsabilidade que lhe é designada pelos afazeres domésticos, podendo se tornar até tripla se somada ainda à responsabilidade pelo cuidado com os filhos (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2013 apud MARRO; VAZ, 2015, p.2).

E no cotidiano da mulher camponesa, essa exploração não se faz diferente. Como relatado pelas próprias mulheres do Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira, durante as atividades desenvolvidas pelo programa, muitas só se vêem com duas funções: "cozinha e enxada": após dias

[2] Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino" (GELEDÉS, 2016).

exaustivos, trabalhando lado a lado com seus companheiros na produção agrícola, ela ainda é responsável, e somente ela, por prover todos os afazeres domésticos e ainda preparar e servir comida para o marido e os filhos, após a jornada de trabalho.

Então, analisando esse contexto, levanto os seguintes questionamentos:Ao que essas mulheres estão sujeitas? Em que medida as opressões de gênero da esfera macro social interferem no seu protagonismo dentro do movimento (e as diferencia dos homens)? Em que medida os papéis sociais que são determinados a elas (afazeres domésticos, cuidado com os filhos e demais familiares) afetam as suas vidas e sua militância?E o que os movimentos que tem vistas à uma sociedade mais igualitária estão fazendo a respeito da questão de gênero?

Deve-se reconhecer o avanço do movimento em relação a esta questão ao instituir um setor de gênero, ao definir que nas instâncias de decisão um dos coordenadores seja uma mulher. Todavia, podemos destacar que mais do que um avanço, elas demonstram a necessidade do aprofundamento do debate de gênero e sua consonância com a luta pela terra.

2.2 O setor de gênero no MST

A constituição de um setor de gênero dentro do movimento já mostra por si só a importância do debate para a sua luta mais ampla.

O setor começa a se constituir no ano de 1996, quando os debates acerca do papel da mulher tanto na sociedade, quanto nas famílias e no movimento passam a ganhar espaço. Em 1999 são aprovadas as linhas políticas do Setor de Gênero do MST, que diz sobre as ações a serem tomadas por cada um dos militantes no interior das manifestações do movimento para construir relações mais igualitárias e que representaram um marco no reconhecimento da importância do "debate sobre as relações de gênero no interior do movimento, para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária" (FORCHESATTO; SANTIN, s/d, p.8).

Instituído em 2000 no Encontro Nacional do MST e fruto de um processo de lutas das mulheres sem-terra, o setor é uma ferramenta para "conquistarem mais oportunidades de serem dirigentes e militantes do movimento" (MST, 2010) e protagonizarem a luta que também travam: a luta pela terra. Dentre os objetivos do setor destacam-se: garantir que o debate de gênero perpasse todas as instâncias do movimento e que sua relevância seja considerada; apontar e questionar práticas e comportamentos que

reproduzam relações de opressão de gênero; produzir novos conhecimentos acerca do tema; propor formações e atividades que contribuam para o aprendizado sobre a questão; cobrar que as linhas políticas que permeiam a igualdade de gênero positivadas pelo movimento sejam de fato praticadas. Tudo isto com o objetivo de "desnaturalizar" tais relações desiguais entre os gêneros, indispensável para a construção de uma nova sociedade e para a total incorporação dessas mulheres na luta pela terra.

Apesar de caminhar para avanços na questão de gênero, não pode se considerar apenas o que é projetado para a luta. A realidade nos assentamentos mostra que as opressões de gênero, o machismo e o patriarcado estão muito enraizados. Assim como mostram Forchesatto e Santin (s/d) com o resultado de sua pesquisa, com a constituição dos assentamentos, as famílias vão se organizando mais em seus próprios núcleos e desenvolvendo suas atividades em suas próprias casas, momento em que começam a ficar mais evidentes a reprodução das relações desiguais de gênero, como a submissão da mulher a dupla jornada de trabalho.

E essa é a realidade vivenciada no Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira, que põe em cheque o limite do discurso e a necessidade de transformação das relações de poder dentro das organizações do assentamento, de modo que "essa individualização apresentada nas relações existentes nos assentamento vem contra os princípios propostos pelo MST e segue como um dos principais pontos de enfrentamento do movimento" (Ibid., p.12).

2.3 O trabalho com as mulheres do Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira e o enfrentamento à desigualdade de gênero

A partir das ações desenvolvidas pelo programa no assentamento, as mulheres foram manifestando um conjunto de demandas que envolviam questões de gênero. Reconhecendo a importância dessas demandas, o programa construiu um projeto que garantisse às mulheres do assentamento um espaço exclusivo para elas, para que construíssem o debate acerca das questões de gênero e também oficinas que ensinassem ofícios que pudessem ser revertidos em geração de renda, a fim de construir possibilidades de maior independência financeira, além de construir novos conhecimentos. O trabalho sempre se desenvolveu na perspectiva de fomentar possibilidades de organização dessas mulheres na busca por seus direitos e no combate

às relações desiguais socialmente construídas que oprimem as mulheres (MARRO e VAZ, 2015).

O trabalho começou a ser implementado em 2015, por meio de um esforço multidisciplinar de profissionais da educação, do Serviço Social e da Enfermagem, que tinham por objetivo atingir a totalidade das demandas dessas mulheres. Para isso, além da das oficinas de geração de renda e espaço de formação política e humana, o trabalho inclui: atenção à saúde da mulher – com foco nas demandas particulares da mulher do campo -; acesso às políticas públicas; e qualificação da participação delas nos espaços de debates de tais políticas, a fim de fortalecer o protagonismo e organização delas enquanto trabalhadoras sem terra.

Para isso, construiu-se uma metodologia para os encontros que pudesse dar conta da totalidade das demandas. Assim, as oficinas se davam em dois momentos diferentes. Primeiramente ocorriam atividades de aprendizagem de ofícios para novas formas de renda e organização de suas produções, que eram intercaladas com atividades voltadas para a cultura e lazer, atenção à saúde da mulher e o acesso às políticas públicas – sempre envolvendo a participação que parceiros que pudessem integrar o trabalho, como profissionais da rede pública de serviços. Dando continuidade ao trabalho, realizavam-se os momentos de formação política, onde - por meio de recursos audiovisuais, exibição de filmes, fotos, documentários, literatura, entre outros – fomentava-se o debate acerca das opressões de gênero, a violência contra a mulher e a reprodução do machismo no próprio assentamento, estabelecendo relações com suas histórias de vida enquanto mulheres e trabalhadores sem terra (MARRO e VAZ, 2015).

Identifico que a organização do trabalho com as mulheres neste formato foi fundamental para a luta dessas mulheres, dada que só a formação de uma nova consciência é capaz de produzir novas formas de construir uma sociedade livre de relações de exploração e opressão. E este é um trabalho constante mesmo para mulheres trabalhadoras inseridas em uma trajetória de lutas contra os desmandos de uma classe dominante.

Como Mirla Cisne (2014, p.22) nos esclarece que "não basta pertencermos a uma classe no sentido de origem e mesmo situação, temos que levar em consideração a ação e a consciência que possibilitam a identidade de uma determinada classe". Ou seja, o nascer dentro de uma determinada classe, por si só, não é suficiente para que o sujeito tome consciência de pertencimento a ela, entenda os conflitos em relação a

outra classe antagônica e dominante, e alinhe suas ideias na busca pela emancipação dos indivíduos.

Assim, a formação de uma consciência de classe na sociedade capitalista exige muito esforço para superar as barreiras das relações alienantes de trabalho e a ideologia dominante que está associada a ela, naturalizada e reproduzida pelos indivíduos em seu cotidiano. No caso das mulheres, essa dificuldade é duplamente reforçada, por ainda somar as dificuldades das desigualdades de gênero, que supõe a elas um determinado papel submisso.

Não podemos ainda negar que a classe não é homogênea, que é formada por frações de classe, sujeitos históricos e indivíduos aos quais são permeados por diferentes tipos de relações que o sujeito pode ter naturalizado – como os diferentes papéis socialmente determinados a homens e mulheres na sociedade patriarcal e machista que vivemos. O que imprime a classe recortes como "raça", etnia e gênero.

Assim, podemos compreender que não é por pertencer à classe trabalhadora – e mesmo se constituir em um movimento social consciente das lutas de classes – que os sujeitos estão imunes à reprodução de relações de opressão lógicas ao modo de produção capitalista. Assim como afirma a autora

> há expressões de hierarquia no interior da classe trabalhadora, advindas da própria forma de organização da sociedade. As diferenças hierárquicas que a constitui são apropriadas pelo capital na sua dinâmica de produção e reprodução de desigualdades associadas ao seu processo de acumulação. Dentre essas diferenças (transformadas em desigualdades na sociedade de classes) que compõe a classe trabalhadora, destacamos a do sexo (CISNE, 2014, p. 23).

Isso nos leva à consciência de que as relações de opressão de gênero são reproduzidas nas mais diversas instâncias da realidade. Mas é aqui que se constitui o questionamento central deste artigo: a contradição de um movimento de luta pela terra com horizonte na emancipação humana reproduzir relações de opressões contra a mulher que, em maior ou menor grau, "passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais" (SAFFIOTI, 1979, p.35 apud CISNE, 2014, p.27).

Não se trata aqui de fragmentar a classe trabalhadora em duas partes separadas – homens e mulheres – "trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que

a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes" (CISNE, 2014, p.26) e que, sem essa consciência, compromete-se a luta do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação no trabalho com essas mulheres trabalhadoras e de luta, a inserção em um movimento social de tamanha significância, a aproximação dos debates da luta pela terra, a questão agrária, e também dos debates de gênero e classe, foram de fundamental importância para a minha formação pessoal e profissional. Foi um processo intenso de aprendizado na troca constante com cada uma das companheiras (e companheiros) que me possibilita desenvolver ainda mais estudos e pesquisas de forma a contribuir com a luta coletiva desenvolvida no Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira.

O artigo aqui apresentado tem a pretensão de ser somente o início de um processo de estudo ainda em andamento, que pretende gerar conhecimento tanto para novos leitores que estejam de aproximando deste debate, mas acima de tudo, que sirva como fonte de estudo para as próprias mulheres e homens do Assentamento, a fim de fortalecerem a sua luta.

Pretende-se aprofundar, no processo de conclusão de graduação, o debate sobre a luta pela terra e quais características o horizonte na emancipação humana lhe imprime, o caráter social e de classe das relações de gênero, a fim de discutir como a luta pela terra e o debate de gênero necessariamente se perpassam e os reflexos deste debate na história de luta das companheiras do Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Parte da compreensão de que a luta pelo fim das opressões de gênero que sofrem as mulheres só faz sentido se associada à luta pela superação de um sistema de produção que oprime os trabalhadores e trabalhadoras como um todo. E que, então, a luta pela terra de um movimento com vistas à transformação social para uma forma mais justa e igualitária, não pode estar desvinculada do debate de gênero.

REFERÊNCIAS

CISNE, M. **FEMINISMO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO BRASIL**. Cortez Editora. São Paulo, 2014.

FERNANDES, B. M. **A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL**. Editora Vozes. 2 edição. Petrópolis, 2001a.

_____. **BRASIL: 500 ANOS DE LUTA PELA TERRA**.

Revista de Cultura Vozes. Março de 2001b. Disponível em: <www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>. Acessado em: junho de 2017.

FERREIRA, C. BONAN, Cl. Capítulo I - Movimentando-se nos Espaços da Política, da Economia, da Cultura e da Intimidade. In.: MULHERES E MOVIMENTOS. Aeroplano Editora e Consultoria Ltda. Rio de Janeiro. Sem data. Disponível em: http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_capitulos01.html. Acessado em: dezembro de 2016

FORCHESATTO, R.; SANTIN, M. A. V. ESPAÇOS DE PODER NOS ASSENTAMENTOS DO MST: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO. S/D.

FRAGA, D. R. **ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA: 4 ANOS DE LUTAS E UMA GRANDE CONQUISTA**. In: Boletim MST-RJ. Publicado em 15 de setembro de 2015. Disponível em: http://boletimmstrj.mst.org.br/assentamento-osvaldo-de-oliveira-4-anos-de-lutas-e-uma-grande-conquista/. Acessado em dezembro de 2016.

GELEDÉS – Instituto da mulher negra. FEMINICÍDIO. Publicado em 30 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.geledes.org.br/feminici%C2%ADdio/#gs.YAMtin8. Acessado em: dezembro de 2016.

MARRO, K. I. VAZ, L. L. **MARGARIDAS SEM-TERRA: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE MULHERES NO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA**. 20ª Semana de Extensão Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras. Rio das Ostras, 2015.

MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA. A LUTA PELA TERRA/TERRITÓRIO NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <http://www.porlatierra.org/casos/82>. 2017. Acessado em: junho de 2017.

MST; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.Site oficial.s/d. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acessado em: junho de 2017

MST; Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O SETOR DE GÊNERO DO MST. Março de 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acessado em: junho de 2017.

OLIVEIRA, D. M. S. C. **O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE ASSENTAMENTO: O CASO DO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA EM MACAÉ (RJ).** Universidade Federal Fluminense. Pólo Universitário de Rio das Ostras. Rio das Ostras, 2014.

REIS, R. R. **O DIREITO À TERRA COMO UM DIREITO HUMANO: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**. Revista Lua Nova. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000200004>. Acessado em: junho de 2017.

MULHERES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UM BREVE OLHAR ACERCA DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DAS EXPERIÊNCIAS ATUAIS

Iasmin Odahra Fernandes Coelho*
Iodara.fernandes@gmail.com
Natália Santos Lobo**
natasantoslobo@gmail.com
Tatiane dos Santos Ribeiro***
tatiris@gmail.com

RESUMO: As Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil já assumiram diversos formatos desde sua implantação. De uma política fortemente vinculada à Revolução Verde passou a abrir espaços, ainda que pontuais, para um pensamento alinhado ao que chamava-se de "agriculturas alternativas" e à Agroecologia. Em conjunto com esse movimento, o pensamento feminista voltado à questão de gênero no campo que se fez aliado dessas ações em algumas experiências descritas neste trabalho, tem se mostrado de grande significância para o desenvolvimento da agricultura ecológica e também uma ferramenta importante para o empoderamento de mulheres camponesas.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Agroecologia

MUJERES, ASISTENCIA TÉCNICA Y EXTENSIÓN RURAL: UNA BREVE MIRADA ACERCA DE LA CONSTRUCCIÓN HISTÓRICA Y DE LAS EXPERIENCIAS ACTUALES

RESUMEN: *Las Políticas Públicas de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) en Brasil ya han asumido diversos formatos desde suimplementación. De una política fuertemente vinculada a la Revolución Verde pasó a abrir espacios, aunque puntuales, para um pensamiento alineado a la Agroecología y al que se llamaba agriculturas alternativas. En conjunto com ese movimiento, el pensamiento feminista volcado a la cuestión de género en el campo se hizo aliado de esas acciones em algunas experiencias descritas en este trabajo, se ha mostrado de gran significancia para el desarrollo de la agricultura ecológica y también herramienta importante para el empoderamiento de mujeres campesinas.*

Palabras clave: *Género. Políticas Públicas. Agroecología.*

INTRODUÇÃO

A necessidade de se discutir e evidenciar a importância de ações das Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

* Discente da Faculdade Federal de São Carlos (UFScar).

** Discente da Faculdade Federal de São Carlos (UFScar).

*** Discente da Faculdade Federal de São Carlos (UFScar).

voltadas às mulheres do campo parte do fato de que mulheres fazem parte desta população camponesa e, também, são agricultoras, portanto devem ser incluídas nas ações políticas dos órgãos responsáveis por tais atividades. Para iniciar a discussão, é preciso compreender dois pontos imprescindíveis: a) o conceito de extensão rural, que não é auto explicativo e possui diferentes formas de abordagem que confluem entre si e deixam margem para ações e políticas de acordo com a maneira como a ATER é focada em diferentes governos (PEIXOTO, 2008), desde sua implantação no Brasil até os dias de hoje; e b) as relações de gênero no campo, onde o trabalho feminino é visto como "ajuda" e relegado aos ditos espaços "de dentro", sendo invisibilizado e, portanto, passível do não reconhecimento social (DE BIASE, 2007), não sendo visto como trabalho.

A ATER pode ser compreendida sob três diferentes óticas: como *processo,* tratando diretamente da comunicação de conhecimentos de natureza diversa, voltados aos campo e podendo ou não ser técnicos; como *instituições ou organizações estatais* ou não que prestam serviços voltados para o âmbito da ATER; e como *política pública,* cuja relação entre política e modelo de extensão rural resultante evidência, segundo privilégio ou não, a determinada forma de prestação de serviço pela sociedade ou Estado, o modelo eleito, podendo ser público ou privado (PEIXOTO, 2008), sendo essa última a abordagem utilizada como viés de discussão neste trabalho. Dessa forma, é de extrema importância demonstrar quão relevantes tais ações são para a construção e fortalecimento de uma agricultura familiar sustentável e justa para todos os envolvidos, dando ao agricultor familiar a chance real de obter mercado e de sobreviver em um ambiente agrícola onde, como nos mostra Pacheco (2002), a "produção dominante cria o imperativo da uniformidade, das monoculturas e do mercado", com grande dependência dos pacotes advindos das corporações farmacêuticas, agroquímicas e de petróleo que detinham o mercado de agrotóxicos desde os anos 1950, a partir da Revolução Verde.

Tal dependência foi fortemente fomentada pelo governo brasileiro por meio do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), que

> Participou ativamente, nas décadas de 50 a 70, da promoção da transição do País que, de francamente agrário, com a economia baseada na exportação principalmente de café, passou a industrial, com a adoção do modelo de desenvolvimento rural baseado na difusão de pacotes tecnológicos modernizantes. A modernização da agropecuária

> foi caracterizada pelo consumo de insumos e equipamentos industrializados. A mecanização intensiva liberou mão-de-obra rural para a indústria e construção civil. As políticas de pesquisa agropecuária, crédito rural e Ater foram voltadas para o fortalecimento desse modelo, e as estruturas político-econômicas favoreceram a produção em grande escala de matéria prima agropecuária, destinada à exportação ou à industrialização. (PEIXOTO, 2008. p. 24)

O modo de produção convencional agrícola baseado nas ideias advindas da Revolução Verde, fomentado nesse período pela ATER brasileira, que foi, segundo Vieira, Bernardo e Lourenzani (2015), moldada segundo o modelo norte americano de agronegócio e extensão rural, além de mecanizar e uniformizar a produção em grande escala, fez com que o trabalho da agricultura de subsistência do pequeno produtor fosse visto como obsoleto, frente às grandes tecnologias e vantagens advindas das técnicas nascidas na Revolução Verde. Desta forma,

> a desconsideração do saber-fazer tradicional facilita a aceitação do modelo cientificista e a consequente submissão do camponês. As técnicas modernas de produção agrícola e o resultado satisfatório em relação ao aumento dos índices de produção, simbolizam a superioridade da ciência moderna em relação aos conhecimentos tradicionais. A dominação ideológica do mercado capitalista conseguiu provocar o descrédito das populações tradicionais em relação às práticas produtivas construídas historicamente por eles próprios. (DE BIASE, 2007, p. 11)

É importante salientar que dentro da realidade do campo, onde o camponês foi e está, como evidenciado anteriormente, a todo tempo sendo subjugado frente às modernidades agrícolas, as mulheres camponesas, para além disso, somam a exposição diária à uma realidade que tem em si a herança colonial da dominação masculina e do patriarcado (DE BIASE, 2007). Dessa forma, faz-se necessária uma atuação da ATER de forma a fortalecer e dar visibilidade ao trabalho feminino, utilizando-se das políticas públicas como ferramenta de empoderamento e transformação, de modo a ressignificar o trabalho feminino e dar-lhe a importância merecida.

1 DESENVOLVIMENTO

Uma mudança é vista na atuação da ATER a partir da década de 1980, no período de redemocratização do país, com atenção especial

para o movimento de agriculturas alternativas que vem em contraponto às ações governamentais de fomento à agricultura convencional no modelo pós Revolução Verde, já que tomam forma nesse momento percepções e reivindicações evidenciando que "as transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na "modernização da agricultura", são eivadas de desigualdades e privilégios" (BALSAN, 2006, p. 125), revelando a desigualdade promovida pelo modelo de agricultura fomentado pelo governo e suas ações para com os agricultores.

Como forma de legitimar essa luta, diversas forças políticas, como movimentos sociais, pesquisadores, entidades e extensionistas intercedem em favor de uma agricultura pautada nos princípios da agroecologia, buscando apoio para a agricultura familiar como forma de validar suas contribuições sociais e ambientais para a sociedade como um todo (PACHECO, 2002). A discussão sobre agroecologia surge de maneira a validar esse discurso, uma vez que ampara uma forma de analisar criticamente "a agricultura convencional (no sentido da compreensão das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde),(...) na perspectiva da sustentabilidade" (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 16).

Percebe-se, a partir dessa discussão, uma atuação mais voltada ao movimento social extensionista, onde a Embrater opta por seguir um modelo de agricultura ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo e estimula, dentro do Sibrater, "ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância." (PEIXOTO, 2008, p. 24). É também a partir dessa década que as mulheres camponesas começam a se organizar em encontros a nível nacional, discutindo suas realidades e buscando evidenciar que "as lutas de gênero e classe são indissociáveis, estando presentes em todas as deliberações e ações na perspectiva de construção de uma nova sociedade, onde mulheres e homens sejam respeitados e valorizados" (CRUZ, 2013, p. 4).

Elas evidenciam que, ao desvalorizar a agricultura camponesa, colocando-a como ultrapassada e arcaica, todos os saberes tradicionais são relegados à uma visão subalterna em detrimento das novas e modernas tecnologias agrícolas, que deixam cada vez mais dependente o pequeno

agricultor, levando ao silenciamento e menosprezo das atividades ditas femininas, uma vez que:

> A agricultura moderna traz consigo algumas conseqüências importantes para o desequilíbrio social e de gênero dessas comunidades camponesas. A redução da propriedade, a inversão de valores e a desconsideração ao saber-fazer tradicional, podem ser comentadas como aspectos favoráveis à desvalorização dos espaços femininos. Em todos esses casos o agir social da mulher é substituído pelas facilidades oferecidas pelo mercado. (DE BIASE, 2007, p. 9)

Com isso, ações da ATER nos anos 90 começam a se pautar nas reivindicações e propostas vindas destes grupos ligados aos movimentos sociais de luta pela terra e também outras instituições e grupos parceiros. Peixoto (2008) mostra que as ações dos movimentos sindical e social propuseram uma nova categoria de análise que veio a influenciar toda a política de extensão rural da década: a de agricultor familiar.

Essa atuação, porém, mesmo com o olhar mais atento sobre a agricultura familiar, e talvez por não levar a fundo a discussão e necessidade de intervir na questão da desigualdade de gênero, ainda relega à mulher um lugar subalterno, o que Pacheco esclarece ao dizer que "constata-se que as mulheres em geral ou são excluídas ou têm participação minoritária e eventual nos cursos voltados para a capacitação e o aprofundamento de conhecimentos técnicos da produção agrícola ou agrosilvopastoril" (2002, p.18), e continua evidenciando a pequena parcela de mulheres que têm acesso ao crédito rural no país.

Aliando o discurso de luta contra a desigualdade de gênero e a favor de uma agricultura ecológica, o movimento de mulheres camponesas afirma que "o que está em jogo é a questão da construção de um novo modelo de agricultura (...) associado à proposta de outro projeto político para o país que contemple os interesses dos camponeses e não da agroindústria, do mercado¨ (CRUZ, 2013, p. 9), e com esse discurso entidades e órgãos governamentais ligados ao desenvolvimento rural no país voltam a atenção para o problema latente da questão de gênero no campo e as atuações, mesmo que inicialmente pontuais, passam a ser dirigidas para o público feminino como a "determinação do Incra, em 2001, de que no mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do Pronaf sejam destinados preferencialmente para as mulheres trabalhadoras rurais." (PACHECO, 2002, p. 12). No mesmo viés, ações de extensão rural e assistência técnica voltadas para mulheres, pela ATER, começam a surgir no país, percebendo

a demanda e crescente exigência por parte das mulheres camponesas de participarem ativamente da construção dessa nova agricultura familiar, enfrentando desafios e buscando espaço em meio às políticas de ação agrária no país, sabendo que tal caminho requer intervenção profunda, pois

> Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos — como terra e crédito — e capacitação técnica. (PACHECO, 2002, p. 25)

Alguns fatores intrínsecos à produção agroecológica atuam diretamente na melhoria de vida das mulheres rurais, como: a valorização das atividades geralmente desenvolvidas por mulheres, como as hortas, pomares, criação de pequenos animais etc; a transição agroecológica valoriza o cuidado com o meio ambiente e com os seres humanos, uma característica geralmente vinculada às mulheres, o que abre espaço para o questionamento de relações autoritárias; a viabilidade da transição agroecológica pressupõe a participação de toda a família, uma vez que exige a integração de todas as atividades, quebrando o monopólio gerencial masculino; nos último período, diversas entidades como ONGs, financiadoras, órgãos públicos e o próprio movimento organizado de mulheres rurais, começaram a exigir a presença de mulheres em maior número nos espaços de discussão como cursos e seminários; a participação das mulheres em espaços de comercialização, como as feiras, permite contato com pessoas de fora do seu convívio, o que propicia a aquisição de novos conhecimentos e habilidades e o reconhecimento do seu trabalho, fatores que atuam na elevação da autoestima; as mulheres podem obter renda permanente advinda de trabalho próprio, o que aumenta seu poder de barganha dentro da família e atua no aumento da autonomia (SILIPRANDI, 2009).

Partimos, nesse ponto da discussão, a evidenciar exemplos de programas de ATER brasileiros voltados às mulheres camponesas e buscando capacitar e promover a difusão da agricultura familiar baseando-se no desenvolvimento sustentável, como forma de pontuar ações favoráveis à ação feminina no campo como desafios, uma vez que tais ações necessitam que haja uma profunda "revisão de nossas categorias de análise, revisão de nossas práticas político-educativas e aprofundamento

das críticas às propostas de políticas públicas para elaboração de propostas alternativas" (PACHECO, 2002, p. 23)

Neste sentido, nota-se a existência de programas de assessoria no Brasil que se preocupam com a real inclusão do público feminino nesse tipo de serviço e que, notadamente, cumprem pelo menos duas funções: realizar o trabalho de assistência técnica e extensão voltados à produção, beneficiamento e comercialização da produção; ao mesmo tempo que se realizam esforços no sentido de fortalecer a auto-organização das mulheres para que elas, como sujeito coletivo, atuem em temas como a prevenção da violência doméstica e construção de autonomia, mais ligados ao campo do feminismo. Um exemplo disso é a experiência do Programa Mulheres e Agroecologia, promovido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), na criação da Caderneta Agroecológica, que visa quantificar o aporte econômico gerado pelo trabalho das mulheres. Ela é uma estratégia que visa explicitar e valorizar o trabalho das mulheres nos agroecossistemas (NETO et al, 2015).

"A caderneta vem para nos mostrar aquilo que a mulher acha que não faz. Quando a gente anota tudo o que produz e vê tudo o que deixa de comprar no mercado, a gente vê que não sabia que trabalhava. Eu chegava a falar: eu estou tão cansada e não fiz nada." Agricultora Maria da Conceição Caetano, de Acaiaca (MG) (NETO et al, 2015)

A Casa da Mulher do Nordeste também é um exemplo de instituição que atua na ATER voltada para as mulheres. A ONG busca fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres com base na agroecologia, no feminismo e na igualdade racial. Para isso, a assistência técnica é apenas uma das linhas estratégicas da CMN, conciliada com outras duas outras linhas estratégicas principais: "práticas educativas feministas", visando o fortalecimento da autonomia econômica e política das mulheres e "auto-organização, participação política e ativismo", que busca fazer com que as mulheres se construam enquanto sujeito coletivo em rede. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a CMN presta assessoria técnica a quintais agroecológicos urbanos e realiza oficinas sobre técnicas para melhorias na produção das mulheres, por exemplo, que são atividades mais intimamente ligados à produção agrícola, também realiza trabalhos como assessoria para a juventude na redução da exploração sexual de meninas no Recife e constrói eventos como a Escola Feminista de Formação Política, entendendo a questão da autonomia das mulheres como

algo complexo, que vai além do domínio de técnicas agrícolas (CASA DA MULHER DO NORDESTE, 2016).

Outro projeto da Casa da Mulher do Nordeste é o "Mulheres na Caatinga" que já adotou diversas ações na zona rural do bioma, dentre eles a construção de fogões agroecológicos no Assentamento Carnaúba do Ajudante, em Serra Talhada, no sertão do Pajeú no estado de Pernambuco. Esta ação veio no sentido de diminuir a retirada de lenha do bioma Caatinga, ao mesmo tempo que auxilia na melhoria da vida cotidiana das mulheres, diminuindo a quantidade de fumaça prejudicial à saúde produzida pelo fogão a lenha convencional e fazendo melhor aproveitamento da lenha que utiliza, o que evita que as mulheres tenham que andar longas distâncias para conseguir coletar grandes quantidades de madeira, cada vez mais escassas. A implementação dessa tecnologia social representa, na prática, uma diminuição no uso do fogão á gás para o preparo da comida, consideravelmente mais caro do que o fogão a lenha, o que muitas vezes pesava muito no orçamento das famílias. Além dessas facilidades, as mulheres do projeto também citaram que os homens da casa começaram a se apropriar mais do trabalho de feitio da comida diante da facilidade do uso do fogão agroecológico, que tem acendimento mais rápido em relação ao fogão a lenha convencional (AMORIM, 2016).

Na região Sudeste, mais especificamente no Vale do Ribeira, a Sempreviva Organização Feminista (SOF) também atua na construção de ATER exclusivamente para mulheres, trabalhando com 240 mulheres agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras e indígenas que produzem em todos municípios da região. A ONG não só presta assistência técnica, mas também busca fortalecer a participação das mulheres nas decisões sobre a política do local. Desde março de 2015, realiza trabalho de mobilização e identificação de mulheres rurais para participar da ATER, realizando reuniões e formando núcleos em diversos municípios da região. O acompanhamento é realizado por três técnicas que buscam criar ou fortalecer o trabalho em grupos, inclusive resgatando experiências vivenciadas anteriormente pelas mulheres e infraestruturas produtivas inativas (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2015).

O trabalho de ATER busca gerar uma compreensão dos territórios onde as mulheres produzem, o que inclui análises sobre as tarefas que elas realizam e quanto tempo cada uma delas toma, sobre o que é ser mulher no Vale do Ribeira, sobre a organização do trabalho e o que elas podem fazer para estabelecer novas formas de produção, consumo, trocas

e vendas etc. Para isso, são realizadas visitas técnicas para implantação de práticas agroecológicas e para o beneficiamento da produção; oficinas de gênero e feminismo; troca de vivências agroecológicas; elaboração de projetos para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2015).

CONCLUSÃO

A partir destas três experiências, que representam tantas outras atuações de instituições do Brasil que fazem trabalhos semelhantes à esses, podemos perceber uma tendência de pensamento nestes setores que compreendem que a agroecologia precisa ir além de práticas agropecuárias sustentáveis, compreendendo a importância do trabalho historicamente realizado pelas mulheres do campo. Para que isso aconteça, percebe-se a necessidade de olhares e discussões mais numerosas e mais a fundo sobre o tema, pois como diz Pacheco "há uma grande carência de estudos básicos a respeito do conhecimento, das experiências, dos papéis e da posição das mulheres no manejo dos agroecossistemas, com uma perspectiva agroecológica" (2002, p. 24).

Para que a contribuição das mulheres para a agroecologia seja efetiva é necessário que elas vivam em um mundo sem violência sexista, onde elas tenham autonomia sobre seus saberes e sobre o uso do seu tempo, que permita que elas realizem seus trabalhos e recebam o merecido reconhecimento por isso. Por este motivo, a partir desta perspectiva, entende-se que não é possível construir a agroecologia enquanto movimento transformador, que luta também por justiça social, sem assumir a luta das mulheres do campo em suas mais variadas dimensões, tendo o trabalho de ATER como ponto importante deste processo (GT DE MULHERES DA ANA, 2015).

REFERÊNCIAS

AMORIM, J. B. B. et al. **Mulheres e agroecologia: fogão agroecológico uma tecnologia de convivência com o Semiárido**.Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 10, n. 3, maio 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/18762>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia. Enfoque Científico e Estratégico.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável ,Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh. 2002. Pp. 13-16. Disponível em: <http://pvnocampo.com/agroecologia/agroecologia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Conheça a Casa da Mulher do Nordeste.** Disponível em: <https://issuu.com/cmnordeste/docs/relat__rio_institucional>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CRUZ, Teresa Almeida. **A caminhada de organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na luta em defesa da vida.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373238894_ARQUIVO_TextocompletoFG10.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017

BIASE, L. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. In: **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 7, p. 4-36, dec. 2007. ISSN 1808-1150. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/128>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GT DE MULHERES DA ANA. **A construção de uma agenda feminista na Agroecologia:As mulheres na construção da Economia Solidária e da Agroecologia**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. p. 67- 104.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GT Gênero- Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. (obra coletiva). Pp 138-163.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Série : Textos para discussão / Conleg. Brasília : Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/136891>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres é impulsionada pela SOF no Vale do Ribeira.** Disponível em: <http://www.sof.org.br/2015/05/11/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-para-mulheres-e-impulsionada-pela-sof-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.139-152, out. 2009.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H. C.; LOURENZANI, A. E. B. S. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na Agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-22, nov. 2015. ISSN 2448-0452. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br:8082/index.php/recodaf/article/view/7/11>. Acesso em: 25 Jun. 2017.

EIXO 7: QUESTÃO SOCIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS

AS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL": COMO A POPULAÇÃO DE RUA VEM TENDO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Meimei Alessandra de Oliveira*

meimei_jf@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo inscreve-se no rol de análises de como o poder público vem possibilitando o acesso da população de rua às políticas sociais de segurança alimentar e nutricional. Iremos apresentar algumas expressões da Questão Social nos dias atuais, através da População em Situação de Rua e a Insegurança Alimentar. O artigo vai analisar as privações que cotidianamente a população em situação de rua sofre e as possibilidades de diminuição das desigualdades através das políticas públicas.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Políticas Públicas e (In)Segurança Alimentar.

LAS EXPRESIONES DE LA "CUESTIÓN SOCIAL": COMO LA POBLACIÓN DE CALLE VIENE TENIENDO ACCESO A LAS POLÍTICAS SOCIALES DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL

RESUMEN: *Este artículo se inscribe en el rol de análisis de como el poder público viene posibilitando el acceso de la población de calle y las políticas sociales de seguridad alimentar y nutricional. Vamos presentar algunas expresiones de la cuestión social en los días actuales a través de la población en situación de calle y la inseguridad alimentar. El artículo analizará las privaciones que cotidianamente la población en situación de calle sufre y las posibilidades de diminuición de las desigualdades a través de las políticas públicas.*

Palabras clave: *Población en situación de calle, Políticas públicas y (In) Seguridad alimentar.*

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento histórico marcado pelo fenômeno da globalização econômica e com implementação de políticas neoliberais e, em decorrência da agudização da "questão social", o morador de rua constitui-se em expressão máxima desse processo. O número cada vez mais expressivo de pessoas vivendo em situação de rua, com privação de um direito primordial – a alimentação, nos leva ao desafio da investigação desta realidade. Comumente, nos deparamos com situações de pessoas revirando latões de lixo, pedindo para que alguém pague um alimento ou esperando por sobras de pratos dos restaurantes em meio a

* Mestranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF, especialista em Planejamento e Gestão Social e Graduada em Serviço Social pela UFJF), Bolsista CAPES.

moscas e mau cheiro para matar a fome. São pessoas que vivenciam a fome cotidianamente, sendo estigmatizadas como expressão máxima da pobreza e vivendo em constante situação de insegurança alimentar. Diante dessa realidade, devemos ressaltar que cabe ao Estado a garantia dos direitos desse público.

Para que seja possível desenvolver estratégias eficazes de investigação junto a este segmento é necessária uma avaliação mais profunda sobre suas características, histórias, valores, significados atribuídos e estratégias de sobrevivência[1]. Tal abordagem possibilita uma visão mais profunda e completa sobre a abrangência, qualitativa e quantitativa, das políticas sociais públicas de segurança alimentar e nutricional direcionadas para a população em situação de rua. São poucos os estudos com esta conotação, existindo omissão informativa de milhares de brasileiros nessa situação, apontando elementos dificultadores na proposição de políticas públicas para este segmento. Além das lacunas e carências bibliográficas, trabalhamos com a falta de uma conceitualização convergente da temática de segurança alimentar e nutricional entre os que atuam junto a essa população, além de dados insuficientes disponíveis.

A partir desses elementos, buscaremos entender a insegurança alimentar que a população em situação de rua vivencia, através da verificação do alcance que as políticas públicas voltadas para a alimentação deste segmento se materializam. E, ainda, desvendar como a população de rua vem tendo acesso aos meios de reivindicação dos direitos básicos.

Desta forma, buscaremos entender o morar na rua e o vivenciar da fome como expressões máxima da pobreza, enquanto manifestação aparente do agravamento da "questão social" e de como o poder público vem equacionando tal problema. É a possibilidade de procurar desvendar as "selvagens" repercussões do modo de produção capitalista.

A pesquisa proposta neste artigo é de caráter qualitativo e inclui um mapeamento bibliográfico de pesquisas, documentos governamentais e estudos populacionais.

O mapeamento bibliográfico tem como objetivos: identificar estudos existentes sobre o tema;compreender os desafios da população que vive em situação de rua e os desafios e estratégias de acesso à alimentação. A pesquisa bibliográfica inclui: (1) levantamento junto às bases de dados

[1] Por estratégias de sobrevivência entendemos o conjunto de formas concretas que a população, individual ou coletivamente, encontra para enfrentar a pobreza (YASBEK, 1993, p.45).

de estudos acadêmicos, especialmente o banco de resumos de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO); (2) pesquisa dos portais e sítios eletrônicos de órgãos de governo tais como: o JUSBRASIL; o sítio eletrônico do MDSA; sítio eletrônico do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA); o Portal de legislações, visando mapear legislações, normas e resoluções pertinentes ao objeto de estudo. (3) análise das características da população que vivem em situação de rua com base em pesquisa de estudos populacionais, tais como os disponibilizados no CENSO SUAS (MDS/2015); nas estatísticas relacionadas à pessoa em situação de rua com enfoque maior no Estado do Rio de Janeiro; a Pesquisa Nacional das Pessoas em Situação de Rua (MDS/2008); nas pesquisas da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/ MDSA (MDS/2016); nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE) especialmente na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD (PNAD/2016); nos estudos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA(IPEA/2016); no Portal Brasileiro de Dados do Governo - DADOS.GOV(Dados Gov/2017) e nos dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional - Mapa SAN 2015 (MDS/2015).

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Questão Social, Políticas Públicas e População em Situação de Rua

Entende-se por questão social, em seu sentido universal, o "conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho" (CERQUEIRA FILHO *apud* NETTO, 1987, p.77). Ou ainda segundo Iamamoto e Carvalho,

> a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. È a manifestação, do cotidiano da vida

> social, da contradição entre o proletariado e a burguesia. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1983, p.77)

É importante saber que a gênese da questão social está ligada ao processo de acumulação do capital. Marx, apesar de não ter usado o termo questão social, realiza sua análise através dos reflexos da acumulação, explicitando as condições de exploração e espoliação que o trabalhador sofre. Sintetizando, ainda que qualquer tentativa de síntese seja marcada por limites e imprecisões, cabe traçar breve esboço de alguns pontos importantes para uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Em decorrência do processo de acumulação verifica-se redução nos gastos com a força de trabalho e investimento maior nos meios de produção. O objetivo final do capitalista é aumentar o lucro, ou seja, houve alteração na composição orgânica do capital, com investimento no capital constante (máquinas e matéria prima etc.) e uma redução do capital variável, economia de força de trabalho viva e queda no valor dos salários. Tal processo se efetivou com a invenção de máquinas e equipamentos e a própria agilidade do homem em trabalhar, potencializando as forças produtivas, através da extração de maior quantidade de trabalho de um menor número de trabalhadores.

Neste cenário de alteração da composição orgânica do capital, cresce o número de pessoas que necessitam ser empregadas, na razão inversa do crescimento do capital. Tal fato implica na presença de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, considerando que,

> [...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo excedente (MARX, 1989, p.731).

É importante salientar que essa população trabalhadora excedente é necessária à acumulação. É ela a responsável pela concentração da riqueza e, por sua condição de existência, possibilita a obtenção de trabalhadores para serem explorados, além de favorecer o rebaixamento dos salários.

A condição de existência da superpopulação relativa segundo Marx (1989) se divide em trabalhadores que ora são repelidos, ora atraídos para o trabalho, porém se encontram aptos para o trabalho, enquadrados na categoria "flutuante". Outra categoria é a população "latente", na qual a maioria faz parte da população rural que se encontra em iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano, ficando à espera

de circunstâncias favoráveis a essa transferência. Finalmente, temos a população "estagnada", composta por um exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. É o reservatório inesgotável da força de trabalho e sua condição de vida situa-se abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora. Lembrando que, quanto mais cresce o número de trabalhadores supérfluos, consequentemente, aumenta a população estagnada, que "vegeta no inferno da indigência e do pauperismo" Marx (1989). Marx coloca que a própria população trabalhadora sustenta os que se encontram no pauperismo, no asilo dos inválidos. Esse segmento é o peso morto do exército ativo dos trabalhadores e do exército industrial de reserva. "O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior" (MARX, 1989, p.747).

Assim entendemos que alguns acumulam riquezas enquanto outros acumulam miséria, abundância para uns e falta para outros. Nas elucidações de Marx, a existência da questão social está no processo de acumulação do capital e na medida em que o capitalismo desenvolve as forças produtivas e reelabora formas diversificadas de extração de mais-valia, há o agravamento e acirramento da desigualdade social.

Diversos autores se colocam frente aos objetos: questão social, políticas públicas, segurança alimentar e população de rua. Com o intuito de buscar uma postura crítica acerca de tais ponderações, é interessante tecer algumas considerações, de certo contraditórias à Marx com relação à Castel (1997).

O autor supracitado aponta que a questão social foi explicitamente colocada pela primeira vez em 1830 como uma ameaça de fratura representada pelos proletariados não encaixados, integrados à sociedade:

> [...] é como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade existir com um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 1997, p.164)

Castel afirma que hoje temos uma nova questão social, que questiona a função integradora do trabalho na sociedade, sendo uma desmontagem desse sistema de proteção e garantias que foram vinculadas ao emprego, uma desestabilização primeiramente da ordem do trabalho. É

a transformação da sociedade salarial (salário e suas vantagens e proteção social) para desestabilizada, ou seja, o fim dos salários.

O autor coloca a presença de um segmento denominado "sobrantes", referindo-se aos que não tem lugar na sociedade. Resgatando Durkheim, o refino do conservadorismo, os "sobrantes", são aqueles que não estão integrados em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade. Pessoas que "foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos, indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados do circuito que lhes poderiam atribuir utilidade social" (Castel, 1997, p.181).

Para o mesmo autor (cit.) essa população não é funcional ao sistema. Sua perspectiva é reducionista, subjetiva e não leva em consideração a historicidade do modo de produção capitalista. Notamos que as políticas sociais vêm sendo efetivadas nesta lógica, sempre voltadas, de forma parcial para os "excluídos".

A categoria traçada por Castel, os "sobrantes", nos faz refletir sobre a situação da população de rua e vai de encontro ao que a tradição marxista, considerada, neste projeto, a mais pertinente para análise do objeto menciona. Nessa direção, buscamos um recurso metodológico sobre a ótica da totalidade e não temos como analisar a raiz do problema, sem apreender os aspectos históricos da acumulação de capital, da organização das classes sociais e do crescimento do exército industrial de reserva. Esta última categoria é extremamente funcional ao capitalismo uma vez que desenvolve a riqueza, permite que os salários permaneçam baixos e que a mais-valia seja mais apropriada. Além disso, o apontamento de Castel (1997), de uma "nova questão social", é passível de crítica. O que há na atualidade são manifestações contemporâneas do processo de acumulação de capital, assim como um acirramento da questão social, a partir da continuidade do conflito entre capital e trabalho.

Nos respaldamos em Netto (1992) e resgatamos o capitalismo monopolista para compreender o objeto de estudo na sua totalidade para que seja possível resgatar a história e os diferentes atores nela envolvidos.

> [...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demanda das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tencionado não só pelas exigências da ordem monopólica,

> mas pelos conflitos que esta faz dinamizar em toda escala societária (NETTO, 1992, p.25).

São nessas condições que as sequelas da questão social se tornam objetos de intervenção do Estado, tornando-se alvo das políticas sociais públicas.

> As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo repostas e formas de enfrentamento – em geral setorizadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 51).

É através das políticas sociais que o Estado burguês, no capitalismo monopolista, vai administrar as expressões da questão social. O Estado vai atuar fragmentando, parcializando a questão social que passa a não ser compreendida como um problema advindo da relação capital e trabalho, desconsiderando a raiz do problema. Cabe ressaltar que,

> [...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores (IAMAMOTO *apud* PASTORINI,1997, p.89).

Ocorre culpabilização do indivíduo pela sua situação de fracasso diante da afirmação de oportunidades iguais para todos. Os problemas sociais passam a ser vistos como problemas individuais, abrindo possibilidades para o Estado intervir de forma operativa e pontual nas refrações da questão social e vulnerabilizar os projetos societários de ruptura com o capitalismo. Os sujeitos são responsáveis pelo seu destino. Nesta perspectiva existe uma tendência a "psicologizar os problemas sociais".

As políticas sociais não são consideradas produtos fixos, como objetos reificados (coisificados), como algo independente e a-histórico (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.43), existindo relação conflitiva entre os diferentes atores. Segundo Pastorini (1997), não podemos avaliar a política social só considerando o seu produto final, o benefício ou serviço que o Estado presta. Faz-se necessário reconhecer a política social em sua totalidade, estudando a sua função social que é de gerar certa redistribuição dos recursos sociais, por um lado, prestando serviços sociais e assistenciais

e por outro outorgando um complemento salarial às populações carentes. Além da sua função econômica, que é de baratear a força de trabalho mediante a socialização dos custos da sua reprodução, contribuem com a reprodução da força de trabalho. Porém, são financiadas com recursos públicos, provenientes de impostos. Ao mesmo tempo em que favorecem a subordinação do trabalho ao capital, preservando e controlando a força de trabalho ocupada e excedente, servem também para a "adequação e controle" da futura mão-de-obra e atuam como instrumentos para enfrentar as tendências ao subconsumo.

Temos também a função política que é obter uma maior integração dos setores subalternos à vida política e social e, portanto, à ordem socioeconômica, estabelecendo assim padrões de participação. Acrescenta-se a perspectiva de Pastorine (1997) e Bering; Boschetti (2006) que colocam a dimensão cultural que está ligada as estratégias de hegemonia, significando configuração a partir de uma direção intelectual e moral, que está imbricada aos projetos societários com implicações para a concepção e a legitimidade de determinados padrões de proteção.

Além dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, precisamos nos ater aos três principais protagonistas: os capitalistas, o Estado e a classe trabalhadora. As políticas sociais assumem uma dualidade contraditória, pois mostram aos beneficiários uma imagem "redistributiva" e reparadora, enquanto paralelamente, desempenham para as classes dominantes, um papel de diminuição dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, socializando o que antes era um custo exclusivo do empregador. Assim, cumprem outra função, não menos importante, que é a de legitimação da ordem estabelecida e inibição de eventuais crises sociais.

A perspectiva marxista nos permite considerar os setores trabalhadores e as classes subalternas como atores sociais com iniciativas e não como meros beneficiários passivos de caridade pública. É uma relação processual entre sujeitos e grupos sociais em luta e nesta negociação "concedem" e "conquistam" ao mesmo tempo. Os diferentes grupos têm, portanto, ganhos e perdas.

É importante deixar claro que consideramos as políticas sociais um instrumento importante para efetivação de "alguns direitos" para os cidadãos, porém como nos coloca Montano (2012) as desigualdades no capitalismo não se resolvem apenas com as políticas sociais, as mesmas possuem a possibilidade de diminuir desigualdades mas não são capazes de

eliminar as desigualdades, as políticas sociais são naturais ao capitalismo são frutos de contradições.

Torna-se importante traçar uma reflexão acerca das políticas sociais nos dias atuais. O processo de acumulação do capital globalizado que vem sendo implementado por meio do neoliberalismo, através de um processo acelerado de privatização, desregulamentação financeira, abertura externa, desregulamentação, flexibilização das relações trabalhista e reestruturação das políticas sociais. As mesmas ficarão submetidas ao trinômio articulado do ideário neoliberal: privatização, focalização e a descentralização (BERING; BOSCHETTI, 2006). Nesse quadro, os direitos se perdem, aprofunda-se a separação entre público e privado, há um livre jogo das forças de mercado, predominam as grandes empresas a opção por privatizar as coisas públicas.

Tal conjuntura vem provocando um processo maciço de empobrecimento e destituição dos direitos trabalhistas e sociais, pela corrosão das políticas de proteção social e por mudanças no ideário político que gera o aumento das demandas pelas políticas públicas, visto que quanto mais evidente se tornam as expressões da questão social, mais se requisita a intervenção do Estado.

Verifica-se o desmonte do "*Welfare State*" [2], com redução do papel do Estado na proteção social, tornando-as seletivas e focalizadas. Há um crescente apelo à solidariedade da sociedade, com substituição do discurso da cidadania e dos direitos por um discurso humanitário da filantropia. Esta lógica que subordinou a política social aos ajustes econômicos e às regras de mercado moldou a política social brasileira a um perfil despolitizado, privatizado e refilantropizado. Há uma subordinação dessas, às políticas de ajuste da economia, suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. Soares sintetiza tais colocações:

> [...] o país foi pego no meio do caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social" (2000:35), num processo que foi atropelado pelo ajuste neoliberal, alimentado pelo drama crônico brasileiro tão bem apanhado por Fernandes (1987), no qual a heteronomia e o conservantismo político se combinam para delinear um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes, no qual a política social ocupa um

[2] Potyara Pereira esclarece que o Welfare State(Estado de Bem Estar) é o modelo estatal de intervenção na economia de mercado que , ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implentou e geriu sistemas de proteção.

> lugar concretamente secundário, à revelia dos discursos "neo-sociais" e dos solidarismos declarados (SOARES *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.159).

Vivencia-se a ampliação de programas compensatórios de transferência de renda, proposta que não rompe com a ótica da política seletiva e emergencial, com o desenvolvimento de ações de caráter paliativo, focalizados e sem inovações. Como é a forte tendência de *refilantropização da questão social* brasileira e *despolitização da política social*. Sem deixar de lado as importantes contribuições de Castel (1998), torna-se necessário assumir uma postura crítica acerca de algumas considerações: população de rua, fome e insegurança alimentar são expressões da "questão social", sendo um segmento afetado pela extrema pobreza não só no aspecto econômico, mas também no social e na distribuição da riqueza e da produção.

Bauman (2005) retrata como o capitalismo em seu estágio neoliberal impõe uma nova forma de organização social que traz mais incertezas, mais exploração e menos capacidade de organização para tentar modificar o atual modelo. Criam-se bolsões de pobreza e lugares onde as "vantagens" da modernidade líquida vão demorar a chegar. Segundo ele, enormes contingentes de seres humanos, destituídos de meios de sobrevivência em seus locais de origem, vagam hoje pelo mundo sem ter possibilidade de escolha nem perspectiva de vida decente. Existe uma parcela da população que dificilmente será incorporada ao sistema produtivo e não manterá qualquer tipo de relação estável.

1.2 População em situação de Rua e a Insegurança Alimentar

Como referência para se estudar população em situação de rua, temos o Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua[3][4], realizado em 2007-2008 em 71 municípios com população total superior a 300 mil, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em resumo as características são: 82% são do

[3] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Meta Instituto de Pesquisa de opinião. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua. Sumário Executivo de Fortaleza. Brasília: MDS/META, mar. 2008.

[4] Este foi o primeiro e único grande estudo de caráter nacional em que o Governo Federal se embasou para reformular e sistematizar políticas públicas intersetoriais para a inclusão de pessoas em situação de rua. Também serviu para estimular a realização de outros censos municipais e distritais.

sexo masculino; 53% possui idade entre 25 e 44 anos; 67% são negros; 70,9% exerce alguma atividade (como por exemplo: catadores de lixo, guardadores de automóvel, vendedores de sucata ou ajudantes de obras); 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; 69,6% têm por hábito dormir nas ruas, sendo que cerca de 30% o faz há mais de cinco anos; 22,1% costuma dormir em albergues ou em outras instituições; 95,5% não participam de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possui qualquer documento de identificação; 61,6% não votam; 88,5% não são atingidos pela cobertura dos programas governamentais.

Ademais, o estudo apontou como principais razões que levam essas pessoas a se encontrarem em situação de rua: o alcoolismo e as drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%) [5]. No que diz respeito à alimentação, nosso foco nesta proposta de estudo, destacamos:

> [...] a maioria dos entrevistados (79,6%) conseguia fazer ao menos uma refeição ao dia. Não conseguiam se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19% dos entrevistados. O segmento que se destacou negativamente em relação à alimentação foi o de pessoas que pediam dinheiro para sobreviver: 31,3% delas não se alimentavam todos os dias. (BRASIL, 2008)

A população em situação de rua permanece sofrendo uma dramática situação de insegurança alimentar, não dispondo da quantidade de calorias necessárias a sobrevivência humana. Trata-se de uma violação ao direito humano à alimentação adequada e isso ocorre quando as pessoas passam fome, estão desnutridas, perdem a sua cultura e ou não tem oportunidade de desenvolver hábitos alimentares saudáveis, estão desempregadas ou submetidas a subemprego; situações que as expõem a insegurança alimentar e nutricional (LEÃO, 2013).

Partimos da hipótese de que a população em situação de rua não está tendo acesso às políticas públicas que visam enfrentar a pobreza e a fome e, ainda, que este segmento não vem sendo inserido nas políticas públicas que combatem a insegurança alimentar. Podemos citar como exemplo a falta de documentação que inviabiliza o preenchimento do

[5] Os referidos dados podem ter sofrido alteração, pois há um interstício de mais de 5 anos até apresente data edurante esse intervalo o número de pessoas em situação de rua vem aumentado assim como há possibilidade da oferta de cobertura dos programas governamentais.

Cadastro Único[6], instrumento necessário para conquista do programa de transferência de renda - o Bolsa Família, que garantiria uma renda mínima que poderia permitir o acesso à alimentação.

Além disso, os restaurantes populares, espalhados em cidades grandes e médias do Brasil, em sua maioria não possuem políticas de gratuidade que possibilitariam a acesso a população de rua, ou seja, sem dinheiro não podem frequentar os restaurantes populares[7]. Estão excluídos também do acesso às cestas básicas oferecidos por instituições governamentais e filantrópicas que não atende à demanda da população de rua por não possuir um lugar para preparar a alimentação. Essa população também não pertence à esfera escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar e, por último, a população de rua não está inserida no mercado de trabalho, não fazem parte da agricultura familiar e não acessam o Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

2 CONCLUSÃO

A população em situação de rua em sua multidimensionalidade de problemas precisa ser vista como demandatária de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional de forma exclusiva, respeitando sua condição de pobreza extrema. Há um notório afastamento desta população da garantia dos direitos e da justiça social que tem em seu aparato legal o "direito humano à alimentação saudável". Nas palavras de Josué de Castro "a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento" (CASTRO, 2008, p.292).

Torna-se imperativo incluir na agenda das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, grupos populacionais que permanecem

[6] Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. (disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>).

[7] Restaurantes Populares são Unidades de Alimentação e Nutrição que têm como princípios fundamentais a produção e a distribuição de refeições saudáveis, com alto valor nutricional, a preços acessíveis, para as pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e que devem localizar-se preferencialmente em grandes centros urbanos de cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes. (disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/restaurante-popular/gestor/restaurantes-populare>).

em situação de insegurança alimentar grave, como a população em situação de rua. A forma como as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional estão sendo conduzidas no Brasil, não estão contemplando em seu planejamento a população em situação de rua que vivencia a fome e a pobreza. As violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por parte do Estado pode ser considerado negligência, mas a recusa em discutir tais questões por parte da sociedade também pode ser considerado como crime por preconceito e omissão.

REFERÊNCIAS

BAUMAM, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar,2005.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I..**Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua**. Brasília: MDS/META, mar. 2008.

CASTEL, R. **As transformações da questão social**. In: BELFIORE-WANDERLEY, M. São Paulo: Edutec, 1997, p. 161-190.

CASTRO, J. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

DIAS, A.T.T. **Comparando albergues públicos e filantrópicos**: apresentação de uma escala de avaliação objetiva dessas instituições. 1999. 70 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, n. 3, p. 9-31. jan./jun. 2001.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios. **Segurança Alimentar 2013.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2013>. Acesso em 13/09/2015.

LAURELL, A.C (Org.). Avançando em direção ao passado: a política social e o neo-liberalismo. In: _____. **Estado e política social no neo-liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 151-178.

MARX, K. A lei geral de acumulação capitalista. In: _____. **O capital**. Liv.1. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1989. v.1, cap. XXIII, p. 712-827.

MONTANO, C. N. Pobreza e Questão Social. Serviço Social e Sociedade,nº110. São Paulo.2012.

NETTO, J.P. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992. cap. I, p. 13-77.

PASTORINI, A. Quem mexe nos fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.53, p. 80-101, mar. 1997.

PRATES, J.C.; REIS, C.N.; ABREU, P.B. Metodologia de pesquisa para população de rua: alternativas de enfrentamento pelo poder local. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.64, p. 135-164, nov. 2000.

PEREIRA, P. A. P.**Politica Social:** Temas e Questões.3ª Ed. São Paulo: Cortez Editora.2011.

TAVARES, L. O que é o ajuste neoliberal. In: _____. **Os custos sociais e o ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-22.

YAZBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993. Cap. I e II, p. 35-82.

_____. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspec**. São Paulo, v.18, n. 2, p. 104-112, abr./jun. 2004.

ZALUAR, A.**População de rua quem é, como vive, como é vista**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DA PERSPECTIVA DO TRABALHO DIGNO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

Natália Raquel Niedermayer*
natalia.niedermayer@gmail.com
Ines Pastório**
inespastorio@gmail.com
Marli Renate Von Borstel Roesler***
marliroesler@hotmail.com
Dirceu Basso****
dirceu.basso@unila.edu.br

RESUMO: Este trabalho é resultado de revisão bibliográfica, tendo por finalidade discorrer sobre o desenvolvimento rural sustentável e desigualdades sociais a partir da perspectiva dos direitos e da promoção do trabalho digno no espaço rural. Neste sentido, se faz necessário discorrer sobre a sociedade globalizada, a questão do trabalho como fomentador do desenvolvimento sustentável, no contexto sócio histórico em tempos de crise da dinâmica da lógica do capital na sociedade globalizada. Concluindo-se que práticas socioeconômicas e ambientais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável podem contribuir para condições de trabalho digno, desenvolvimento individual e coletivo superando desta forma as desigualdades sociais.

Palavras chave: Trabalho digno. Desenvolvimento rural. Globalização.

DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE A PARTIR DE LA PERSPECTIVA DEL TRABAJO DIGNO EN LA SOCIEDAD GLOBALIZADA

RESUMEN: *Este trabajo es el resultado de la revisión bibliográfica, con el propósito de discurrir sobre el desarrollo rural sostenible y las desigualdades sociales desde la perspectiva de los derechos y la promoción del trabajo digno en el espacio rural. En este sentido, se hace necesario discurrir sobre la sociedad globalizada, la cuestión del trabajo como fomentador del desarrollo sostenible, en el contexto socio histórico en tiempos de crisis de la dinámica de la lógica del capital en la sociedad globalizada. Concluyendo que las prácticas socioeconómicas y ambientales en la perspectiva del desarrollo rural sostenible pueden contribuir a condiciones de trabajo digno, desarrollo individual y colectivo superando de esta forma las desigualdades sociales.*

Palabras clave: *Trabajo digno. Desarrollo Rural. Globalización.*

* UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

** UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

*** UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**** UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de abordar o desenvolvimento sustentável, como direito humano, conceituando-o de forma breve, trazendo a abordagem de alguns autores sobre o desenvolvimento rural sustentável e seus aspectos constituintes, como o acesso às políticas sociais, incluindo a reforma agrária.

Desta forma reduzindo as desigualdades sociais e possibilitando o desenvolvimento individual e coletivo, a partir da democracia participativa, que envolve os sujeitos nas decisões políticas da comunidade e território. E, que por sua vez, configura-se como um dos fatores para a sustentabilidade rural.

Na perspectiva marxista a sociedade não pode existir sem a natureza afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros em sociedade, e partir de então o desenvolvimento econômico e social, por meio das relações sociais e de trabalho e a produção do capital.

Essa relação de produção na perspectiva capitalista também ocorre no meio rural e transformam as relações sócio culturais e produtivas nesse espaço, trazendo com essas mudanças, desenvolvimento, mas também, desigualdades sociais até então não observadas no meio rural.

Consideramos a sociedade moderna enquanto processo que aprofunda as desigualdades sociais e precarizações do trabalho, no entanto, de acordo com Milton Santos, essa mesma sociedade cria condições para que grupos socais a transformem. Essa mesma sociedade globalizada que marginaliza cria condições de organização e resistência de grupos sociais, a exemplo, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Para o autor, no plano empírico há indícios da emergência de uma nova história através da enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes.

1 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A globalização é um fenômeno da modernidade e das relações socioeconômicas e culturais, dentro do modo de produção capitalista e que afeta todos os países do mundo direta ou indiretamente e diretamente a população em suas instancias coletivas e individuais. Neste sentido

Bauman (1999) em seu livro Globalização: As consequências humanas, descreve que, para algumas pessoas a globalização pode significar algo positivo, como um caminho de liberdade, mas, para outros, pode significar algo negativo, um destino indesejado e desumano.

Para Boaventura de Sousa Santos (2007, p.2) "a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival".

Para Santos a globalização é a expressão do fim do sistema nacional ou local onde já existem atividades humanas estruturadas, influencia e altera a cultura, os modos de produção, a economia e organização de grupos sociais, e impõe uma cultura que é considerada superior, mais desenvolvida. Para Santos, a globalização pode ser definida como

> Conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais. A desigualdade de poder no interior dessas relações (as trocas desiguais) afirma-se pelo modo como as entidades ou fenômenos dominantes se desvinculam dos seus âmbitos ou espaços e ritmos locais de origem, e, correspondentemente, pelo modo como as entidades ou fenômenos dominados, depois de desintegrados e desestruturados, são desvinculados aos seus âmbitos, espaços e ritmos locais de origem. (SANTOS, 2002, p. 85).

As relações na globalização são marcadas pela hegemonia, supremacia, ou seja, uma globalização de cima para baixo, processos verticalizados, prevalecendo desigualdade de poder, exploração do trabalho, enfraquecimento do poder do Estado, provocando a exclusão da população dos países mais pobres.

Sabemos que a realidade do sistema econômico no modo de produção capitalista possui uma dinâmica perversa que concentra a riqueza nas mãos de poucos, apropria-se privadamente toda riqueza socialmente produzida, enquanto a maioria vive em privação de liberdade como no aponta Sen (2010)

> Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por

> fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. (SEN, 2010, p.9)

Para Milton Santos (2004) a globalização é considerada como uma perversidade, o desemprego aumenta, as políticas sociais são precarizadas, a pobreza aprofunda-se diminuindo a qualidade de vida das pessoas, aumentando assim o processo de exclusão da população.

Para Hall (2003), quanto mais a vida social se torna mediada pela globalização, através de estilos, lugares, viagens, e principalmente pelas imagens da mídia pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades perdem seus vínculos de origens. Fragmentam-se as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Ocorrem mudanças nas identidades pessoais e sociais.

A sociedade moderna sofre constantes mudanças, sejam elas rápidas ou permanentes. É um processo sem fim de rupturas ao mesmo tempo em que sofre fragmentações internas. Esse processo é contraditório, composto por antagonismos sociais, disputas de poder e para Hall (2003) as identidades seguem esse mesmo movimento, esse mesmo jogo.

Beck (1998) acredita que a globalização é um sistema mundial capitalista que busca a desigualdade e o enfraquecimento do Estado-Nação. A ideologia da globalização se apresenta por meio do discurso da livre concorrência por meio da ausência do Estado nas relações econômicas, ou seja, como apolítica, mas na verdade a ideologia neoliberal é totalmente política. Para Escobar (2007, p.245) "*no es cultural ni políticamente inocente. Los servicios, sirven para gobernar*".

A globalização, de acordo com os autores, é representada pela hegemonia dos países dominantes, de sua cultura e de seu capital e tem por objetivo principal a desestruturação e enfraquecimento dos Estados e por consequência o enfraquecimento das identidades locais de sujeitos e grupos sócias e seus conhecimentos tradicionais.

Santos (2002) propõe atividades cosmopolitas, através de práticas e discursos de resistência, através de discursos contra hegemônicos, como os das redes de movimentos e associações indígenas, ecológicas ou de desenvolvimento alternativo, entre outros. É preciso dar voz à todos os sujeitos que ocupam os espaços, até mesmo na construção de políticas sociais. É necessário ouvir dos próprios sujeitos suas próprias demandas. Para

Escobar (2007) as práticas alternativas de resistência contra as intervenções dominantes devem ser as primeiras intervenções contra hegemônicas.

> Puede verse una forma de resistencia que se origina en el hecho evidente de la diferencia cultural. Las culturas campesinas latinoamericanas todavía muestran un significativo contraste evidente con las culturas dominantes de origen europeo, en términos de esquemas culturales y prácticas relativas a la tierra, el alimento y la economía. Este contraste es aún mayor en el caso de las culturas indígenas, Las diferencias culturales sirven como base para teorias y políticas de diversos tipos, en particular para las políticas de autoafirmación. (ESCOBAR, 2007, p. 286)

O atual processo de globalização hegemônica causa efeitos desastrosos sobre a capacidade decisória dos governos e grupos sociais, que nem sempre podem efetivar suas garantias constitucionais. Para Sen, 2010, é preciso atentar-se

> [...] particularmente para a expansão das "capacidades" [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam — e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. (SEN, 2010 p.10)

Escobar (2007) apresenta algumas alternativas necessárias para subverter este desenvolvimento globalizado, capitalista, desigual e violento.

> [...] la defensa de la diferencia cultural, como fuerza transformadora y transformada, no estática, y la valoración de necesidades y oportunidades económicas en términos que no sean solamente los de la ganancia y el mercado. La defensa de lo local como prerrequisito para articularse con lo global, la crítica de la propia situación, valores y prácticas de grupo como manera de clarificar y fortalecer la identidad, la oposición al desarrollo modernizante, y la formulación de visiones y propuestas concretas em el contexto de las restricciones vigentes parecen ser los elementos principales para la construcción colectiva de alternativas que dichos grupos están buscando (ESCOBAR, 2007, p. 378)

Assim as desigualdades vão se constituindo e permeando na estrutura socioeconômica da sociedade, afetando a vida de milhões de pessoas que ficam a margem do desenvolvimento, e dos serviços de

educação, saúde, cultura, das tecnologias ou de outros serviços necessários para o bem estar e que o desenvolvimento traz consigo, devendo estar disponível para que cada cidadão tenha a liberdade de acessá-lo sempre que necessário, e não depender de condições externas ou garantidos pelo Estado para acessar esses serviços.

2 O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

De acordo com Wanderley (2000)o rural possui relações sociais especificas, diferentes das relações urbanas. Mesmo estando integrados a estas, se mostra um espaço singular de vida no que diz respeito, "laços de pertencimento, de cultura, ao modo de vida e de reprodução social e econômica desta coletividade" (WAMMES, PASTÓRIO e ROESLER 2013, p. 4)

Neste sentido, destacamos que o rural também se desenvolve a partir do trabalho, que transforma homem e natureza concomitantemente. Segundo Lukács (2011), na perspectiva marxista a sociedade não pode existir sem a natureza. Afinal, é a natureza transformada pelo trabalho que propicia as condições da manutenção da vida dos membros em sociedade. E quando pensamos na manutenção da vida no meio rural a partir do trabalho, podemos perceber que por inúmeras vezes este, não se configura em um trabalho digno, pois não acontece de acordo com as possibilidades de segurança, produtividade, esforço e remuneração correspondente às necessidades familiares socioeconômicos. Levando subsequentemente, a jornadas de trabalho extenuantes e de baixa remuneração da mão-de-obra privando estas pessoas e membros famílias do acesso a serviços e bens minimamente necessários para uma vida digna a partir do trabalho.

Segundo Marx, o trabalho é que torna possível "a sobrevivência, o desenvolvimento, a apropriação e transformação do natural e a criação dos homens na sociedade" (1983, p. 288). Portanto, o trabalho é social, porque é produzido não para consumo individual do seu produtor, mas para a venda; é produzido para outros. É na troca que o valor se manifesta e leva-se a mudanças do modo de produção de mercadorias e nas relações de trabalho sendo nesse processo que surgem as questões sociais e a desigualdade social.

Porém, à medida que as relações de sociabilidade, no contexto do trabalho, vão avançando chegando ao modo de produção capitalista dos dias

atuais, ou seja, com o avanço da globalização e das mudanças tecnológicas, a exploração da mão-de-obra se intensifica e as condições dos trabalhadores ficam cada vez piores. Havendo agravamento das expressões da questão social expressas na situação de saúde, alimentação, condições de moradia, cidadania, permanência das desigualdades, do desemprego, dentre outros. Nesse contexto, o não acesso as políticas sociais, em particular as políticas públicas de desenvolvimento, mantêm inúmeras pessoas sem acesso aos bens e produtos originários deste desenvolvimento e das políticas sociais criadas para sanar as mazelas do desenvolvimento sob a hegemonia da lógica capitalista, que prevê a centralidade no desenvolvimento econômico, ficando o humano a deriva.

Nessa exigência do desenvolvimento econômico e, ainda, com a coisificação do trabalhador ocorre a perda dos valores humanos. A coisificação na dinâmica do trabalho nos leva ao adoecimento humano, de ordem física e mental do trabalhador.

A população do espaço rural, também está inserida na esfera da produção capitalista e precisam ter em sua propriedade, a partir de seu trabalho e da sociabilidade com os mercados remuneração da mão-de-obra para prover a subsistência da família.

Muitas vezes, essas famílias, vivem em condições precárias, principalmente quando detemos o olhar no agricultor familiar, cujas condições são muito mais difíceis em termos de recursos econômicos para o desenvolvimento de sua propriedade, e manutenção de suas necessidades pessoais e produtivas, caracterizando-se como desigualdades de acesso. (DARHENDORFE, 1992).

Essas desigualdades no contexto rural se apresentam inclusive nas dificuldades de acesso às políticas sociais básicas como residência digna, falta de transporte (particular e público), seja pelas condições de estradas, seja por transporte acessível, impossibilitando assim, entre outros aspectos, o acesso ao aperfeiçoamento profissional, à saúde e ao tratamento especializado em saúde mental.

Este não acesso, significando estar à margem de direitos fundamentais da pessoa humana, enfim a margem do desenvolvimento, individual e coletivo, excluídos assim do acesso a bens e serviços, impedidos ou pelo menos tendo retardado o desenvolvimento humano, social, cultural, produtivo e econômico da população no contexto rural.

A Organização das Nações Unidas- ONU, por meio da declaração sobre o direito ao desenvolvimento (1986) traz em seu artigo 1º que este é

um direito inalienável "do qual todos os seres humanos e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de gozar o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, [...]. (ONU, 1986, s/p).

Schneider (2007) coloca que o desenvolvimento é "um fenômeno de natureza social, pois existe como tal à medida que passa a ser percebido como uma situação que envolve uma determinada coletividade humana que realiza um conjunto de ações que produzem relações e interações práticas, normativas, cognitivas e simbólicas que visam o seu bem estar". (SCHNEIDER, 2007, p. 4).

O desenvolvimento, de acordo com Sen (2000), envolve fatores além da acumulação da riqueza e do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda que precisam ser levados em conta para tanto. O autor citado, afirma que "O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos." (idem, p. 6). Ou seja, a uma vida e trabalho dignos.

Schneider (2007) desenvolvimento implica em uma condição de bem-estar humana, garantia de liberdades individuais e respeito ao meio ambiente que é alcançada à medida que o resultado do crescimento econômico "prioriza a melhoria das condições sociais de vida da população" (VEIGA, 2006, p. 82, *apud* SCHNEIDER 2007, p. 3).

Neste sentido, Netto Oliveira (2013, p.12), destaca que o desenvolvimento "inclui elevação do bem estar conjunto da sociedade, envolvendo não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça distributiva, as liberdades políticas, o respeito aos direitos fundamentais, as oportunidades sociais, [...]." incluindo, segundo a autora, o enfoque "na erradicação da pobreza e da desigualdade".

Quando buscamos o desenvolvimento rural, de acordo com Schneider (2007, p.7), no Brasil, à ideia de que este é um "conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas às intervenções nas regiões mais pobres e atrasadas, especialmente o Nordeste."

Ainda, de acordo com o autor supracitado, o desenvolvimento rural passa a ter um enfoque diferenciado e mais desvinculado do estado a partir de mudanças ocorridas "no âmbito do Estado, da sociedade civil e, sobretudo, da compreensão que os estudiosos e analistas passam a difundir sobre o tema a partir de meados da década de 1990." (idem).

Schneider (2007) destaca que a compreensão e discussões acerca do desenvolvimento rural iniciaram umafastamento das políticas compensatórias da década de 1970, contudo ainda atreladas e direcionadas

pelas ações e intervenções governamentais "como a política de reforma agrária, crédito para agricultura familiar, apoio aos territórios rurais, estímulo a ações afirmativas para mulheres, aposentados, negros, etc". (SCHNEIDER, 2007, p.7)

Contudo, este desenvolvimento rural também precisa ser sustentável e levar em conta as condições e possibilidades de cada sujeito nesse contexto. Estando o desenvolvimento, de acordo com Roesler e Netto Oliveira (2013, p. 169), também relacionado ao direito fundamental das pessoas "ao meio ambiente sadio e equilibrado", ou seja, à preservação ambiental permitindo, portanto, a dignidade humana bem como as relações de trabalho digno desta população rural ou da unidade familiar produtiva.

O desenvolvimento sustentável, para Sachs (2008, p. 15), implica cinco pilares: social, ambiental, territorial econômico e político. Com base nesses pilares, que acredita-se estar diretamente relacionados às condições de dignidade humana. O desenvolvimento rural sustentável só pode se efetivar se garantida práticas socioambientais orientadas por um uma relação equilibrada entre homem e natureza, no qual a dimensão econômica possa estar de par a par com as relações socioambientais e políticas. Viabilizando, deste modo,uma vida digna, participativa, cidadã, o respeito às liberdades(individual e coletiva) e a preservação ambiental.

Para que possamos atingir o direito e promoção do desenvolvimento rural sustentável se faz necessário que possamos mudar conceitos socioculturais, políticos, ambientais e econômicos que perpassam a sociedade tanto no meio urbano quando no meio rural.

O desenvolvimento rural sustentável só pode se efetivar se, através de políticas sociais, forem garantidas práticas socioambientais norteadas por um uma relação de equilíbrio entre homem e natureza, no qual a dimensão econômica esteja no mesmo patamar de importância com as relações socioambientais e políticas. Deste modo, será garantida uma vida digna, participação social, o respeito às liberdades (individual e coletiva) e a preservação ambiental, diminuindo concomitantemente as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o desenvolvimento rural sustentável demanda uma presença do Estado para promover investimentos por meio de políticas públicas, com ênfase na educação e na promoção das

diversas capacidades dos atores sociais (SEN, 2000). Trata-se de ações que possibilitem o desenvolvimento do potencial humano, cultural, social, político e econômico da população do espaço rural. Deste modo, os atores sociais podem alcançar as chances de vida (DAHRENDORF, 1992) para poder construir seus projetos produtivos em condições de trabalho digno, diminuindo as desigualdades sociais e, tendo, contudo, um agir participativo e responsável pelo desenvolvimento individual e coletivo.

Desta maneira, ao olhar para a totalidade e as particularidades do meio rural e permitindo que os diversos projetos produtivos de vida e de produção possam manifestar-se em suas diversas racionalidades pode-se caminhar no sentido do desenvolvimento rural sustentável. A redução das desigualdades demanda que os atores sociais possam ter acesso o acesso a bens e serviços e condições de trabalho digno.

De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (2010) são propostas algumas ações na perspectiva de garantir o desenvolvimento sustentável a partir do trabalho justo, decente. Propõe- se apoiar projetos de desenvolvimento sustentável local e regional, voltados à redução das desigualdades, autonomia acesso aos direitos básicos, políticas de saúde, educação, meio ambiente e promoção à produção alimentar, geração de emprego e renda e políticas sociais geração de trabalho e renda alternativos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECK, U. ***Que és la Globalización?*** **Falácias Del globalismo, respuestas a la globalización**. Paidos. Barcelona, Buenos Aires, México, 1998.

BRASIL, **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ver. e atual. - - Brasília : SEDH/PR, 2010.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: Edusp, 1992.

ESCOBAR, A. **Lá invención del tercer mundo. Construcción y desconstrucción del desarollo**. Caracas, Venezuela, Edición Fundación Editorial el perro y la rana, Traducción de Diana Ochoa, 2007

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

LUKÁCS, G**. Ontologia do ser social.** O trabalho. Trad. Ivo Tonet. Texto mimiografado, 2011.

MARX, K. O capital. O Processo de valorização. In _____. **O Capital. Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Tomo 1, Cap.V.

NETTO OLIVEIRA, Luciana. Direitos Humanos e desenvolvimento: elementos para reflexão. **In**. VI Caderno de Serviço Social Direitos Humanos, Saberes e Exercício Profissional. VI Caderno de Serviço Social - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Campus de Toledo. Curso de Serviço Social. – n.1. - Cascavel, 1997, publicado em 2013.

ONU. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.** Adoptada pela resolução 41/128 da assembeia geral das naçoies Unidas, de 04 de dezembro de 1986. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_16/IIIPAG3_16_5.htm>. Acesso em: 13 de jun. 2017**.**

ROESLER, M. R. v. B.;OLIVEIRA, L. Direto Humano ao meio ambiente sadio e equilibrado**. In**. **25 anos do Curso de Serviço Social da Unioeste:** diálogos e reflexões no contexto dos direitos humanos/ organização de Diuslene Rodrigues Fabris, Eugenia Aparecida Cesconeto, India Nara Smaha, Ineiva Kreutz Louzada, Marli Renate von Borstel Roesler, Vera Lucia Martins e Zelimar Soares Bidarra. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

SANTOS, B. S. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo:Cortez, 2002.

_____. **As tensões da modernidade**. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura4.html. Acesso em 19 jun. 2017.

_____. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 63, 2002.p. 236-380.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** Versão Ampliada. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, H., 20-24 agosto, 2007. Disponível em: portal. mda.gov.br/o/884942. Acesso em: 15 de jun. 2017.

SEN, A.**Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

WAMMES, L. T.; PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. B. **O MEIO RURAL E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Disponível em: <http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/omeioruraleasnovasperspectivasparaodesenvolvimentosustent_avel.docvers_eoquasefinal1.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

WANDERLEY, M.N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Revista Desenvolvimento e meio ambiente. Editora da UFPR: 2000.

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: A LUTA NA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL E NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Daniella de Souza Santos Néspoli*
daninespoli@outlook.com
Lucilia Firmino Silva**
luviguaira@hotmail.com

RESUMO: Este artigo realiza uma análise sócio - histórica da formação da estrutura fundiária brasileira, e a influência do sistema escravista na questão agrária e também na questão étnico-racial. Reconhecendo que ambas são eixos fundantes no processo de desenvolvimento do sistema capitalista e basearam as relações de apropriação e acumulação de terras e exploração da mão-de-obra do povo negro escravizado. Este debate visa reconhecer a importância do processo de luta de classe na consolidação da sociedade brasileira, em que quilombolas e camponeses protagonizaram a luta por direitos, mas que contraditoriamente ainda permanecem na invisibilidade e na desigualdade no cenário das políticas públicas.

Palavras-Chave: Questão agrária, movimento sociais, questão étnico-racial e desigualdades sociais.

CUESTIÓN AGRARIA Y CUESTIÓN ÉTNICO-RACIAL: LA LUCHA EN LA FORMACIÓN SOCIO HISTÓRICA DE BRASIL Y EN EL ENFRENTAMIENTO DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES

RESUMEN: *Este artículo realiza un análisis socio histórico de la formación de la estructura agraria brasileña, y la influencia del sistema esclavista en la estructuración de las políticas de reforma agraria. Reconociendo que la cuestión étnico-racial es uno de los ejes fundantes en el proceso de desarrollo del sistema capitalista, que se ha estructurado con la colonización basada en las relaciones de apropiación y acumulación de tierras y explotación de mano de obra esclavizada. Este debate tiene por objeto reconocer la importancia del proceso de lucha de clases en la consolidación de la sociedad brasileña, en la que quilombolas y campesinos protagonizaron la lucha por derechos, pero que contradictoriamente aún permanecen en la invisibilidad y la desigualdad en el escenario de las políticas públicas.*

Palabras clave: *Cuestión agraria, movimiento social, cuestión étnico-racial y desigualdades*

INTRODUÇÃO

A história nos revela os pontos cruciais que contribuíram para formação da estrutura fundiária brasileira. Acreditamos que a estrutura

* Assistente Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Mestre em Serviço Social e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação UNESP-Franca.

** Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Aluna Especial no Doutorado na UNESP.

fundiária contemporânea é o reflexo do processo da colonização do Brasil, que teve início com a exploração, a ocupação e o povoamento do território brasileiro pelos portugueses. Processo que foi permeado pelo estímulo à grande propriedade, à monocultura, à exportação, e exploração e a desvalorização do homem que trabalha na terra. A exploração das riquezas naturais do País se deu por meio do regime escravocrata visando o abastecimento da metrópole portuguesa e mais tarde a produção para outros países, deu início a uma prática econômica vigente até aos dias atuais em que se privilegia o mercado externo em detrimento do mercado interno de acordo com Caio Prado Júnior (1977).

Sobre essa questão Gorender (2000) afirma que no Brasil para atender a necessidade do mercado europeu levou-se, a uma "exploração impiedosa" dos escravizados. Baseado neste modelo de sociedade e de economia, as legislações agrárias deste país, foram sendo instituídas sucessivamente de forma a privilegiar os interesses primeiramente da Coroa Portuguesa e sucessivamente das classes dominantes deste País. O regime da Sesmaria que perdurou por três séculos privilegiou um grupo minoritário de pessoas para o uso de grandes porções de terra. Com a proclamação da Independência e a aprovação da Constituição de 1824 institui-se a desapropriação e direito a propriedade, mas, apenas para o interesse do Estado. Sobre a Lei da Terra de nº. 601 em 1850, Silva (1999) afiança que, as terras ficam cativas nas mãos da Coroa Portuguesa e finaliza-se o regime das posses livres, só teriam acesso por meio de compra. As legislações agrárias no Brasil foram sendo instituídas constantemente subordinadas aos proprietários dos meios de produção agrícola e sob a égide do poder do Estado. A implacável pressão econômica internacional sobre o Brasil a Lei Áurea finaliza o regime servidão e garante a isenção dos escravocratas e do Império de qualquer responsabilidade sobre a diáspora dos africanos e seus descendentes escravizados neste País.

José Martins infere que "O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo (...)" (1995, p. 62). Neste raciocínio a primeira Constituição Republicana em 1891 declara que: "Art. 72 parágrafo 2º [...] A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza [...]" (BRASIL, 1824, online). No entanto Martins (1995) confirma que a primeira Constituição Republicana 1891 as oligarquias regionais- constituídas por grandes empresas e grandes fazendeiros- foram presenteadas em seus

Estados com grandes concessões de propriedades fundiárias, sendo que muitas empresas praticavam a especulação imobiliária.

A Constituição de 1934 permite a posse de terras e de acordo com Guimarães (1977) a partir daí vislumbra-se o acesso a terra e as invasões não tem como serem contidas. As Constituições de 1946 trazia no "art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos." (BRASIL, 1946), por meio de desapropriação que, de acordo com Martins (1995) era impossível ser executada. O golpe militar impede que as propostas de reforma agrária proposta por de João Goulart sejam efetivadas.

No final da década de 1970 o Governo criou incentivos fiscais e projeto de colonização, desta forma possibilitou o acúmulo de terras aos grandes grupos, econômicos, a expropriação de terras indígenas e, de pequenos posseiros. Os fatos nos faz recorrer a Guimarães (1977) quando afirma que no Brasil primeiro se constituiu a grande propriedade para posteriormente se implantar as pequenas e que, as últimas foram resultados de "lutas de classes". Segundo Oliveira e Stédile (2004) afirma que na década de 1980 ocorreu uma grande concentração de terras, resultado da entrada de empresas estrangeiras na produção agrícola- desnacionalização – e as propriedades de 120 milhões de hectares passaram para 150 milhões. Em contra partida as propriedades menores de 100 hectares diminuíram, sendo que nesse período desapareceram 1 milhão de pequenas propriedades.

A Constituição de 1988 trouxe a definição da função social da terra interesse social, protege a propriedade produtiva, o usucapião desta feita, com a exigência de cinco anos para comprovação de utilização da terra, e com a extensão de até cinquenta hectares (BRASIL, 1988). Estes fatos foram agravados ainda mais com o modelo agrícola se embasa no pensamento Neoliberal que vem permeando toda economia do país, e possibilita a união do grande capital nacional/internacional e latifundiários, este, privilegia o cultivo da monocultura e volta-se para o comércio exterior e permite a formação de monopólios da produção. Este fato tem provocado o aumento da pobreza para o trabalhador do campo, a expulsão do pequeno produtor que acaba por arrendar suas terras para a produção do agronegócio.

1 DESENVOLVIMENTO

Mediante aos desafios que estão postos no enfrentamento da desigualdade social em nosso país, reconhecemos que a questão agrária é eixo fundante para a compreensão crítica e propositiva na construção de um projeto político voltado para a inclusão e emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido também reconhecemos que outros eixos fundamentam a relação de opressão na formação da sociedade de classes capitalista bem como a questão de gênero e a questão étnico-racial. Sendo assim, esse estudo também busca evidenciar a importância de se identificar os desafios que estão postos para a questão étnico-racial na construção de um projeto popular de reforma agrária. Compreendendo que é fundamental, a construção de uma análise política das relações raciais em uma conjuntura de transformações, em que o enfrentamento dos conflitos étnico-raciais perpassa pela construção de um pensamento social sobre o racismo que dê conta de uma análise sócio-política e histórica, a qual evidencie a luta de classe no processo de formação e estruturação do capitalismo. Em uma perspectiva história e crítica sobre a questão étnico-racial, em que o olhar para o passado nos coloca desafios reais e concretos para o tempo presente. Octavio Ianni (2004), afirma que a questão racial modifica-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, porém reitera-se e coloca que a história do mundo moderno é também a história da questão racial, que faz parte dos dilemas da modernidade, como sucessão e multiplicação de xenofobias, etnicismos, intolerância, preconceitos, segregações, racismo e ideologias raciais no contexto mundial.

O Brasil foi à colônia de maior exploração da mão de obra compulsória africana: aproximadamente quarenta por cento do tráfico de escravos veio para o trabalho nos engenhos e na extração de minérios, gerando o maior núcleo populacional negro existente no período colonial. Ianni afirma que para se fundamentar e manter esse modelo de sociedade era necessário o contraste entre cativos e libertos, tornando a colônia uma organização político-econômica altamente articulada a um modelo social onde o poder era centralizado e determinava os controles das classes sociais por procedimentos de repressão e extrema violência. Essa lógica perdurou durante aproximadamente três séculos e sofreu algumas modificações, com a abolição da escravatura no final do século XIX, quando o modelo existente já não se adequava ao dinamismo mundial do capitalismo industrial. Segundo Ianni (1978), para compreender as novas

exigências desse sistema é necessário estudar a formação social escravista com toda sua complexidade política e econômica, não somente enquanto apêndice da ordem em expansão, portanto para ele as formações sociais baseadas no trabalho compulsório se desenvolveram no interior de um modelo econômico e social que fomenta a reprodução do capitalismo até os dias atuais, mantendo os mesmos critérios de exclusão e subordinação.

Na medida em que se apropria da cultura popular - espaço de resistência das classes subalternas - e sobrepõe-se a ela, impondo um modelo de viver forjado, submetido a uma "massificação" do capital. Ianni (1978) coloca a questão racial e a questão agrária como estruturas de exploração capitalista em um diálogo constante dentro do processo de formação das classes sociais no Brasil. Deixa evidente que elas determinaram nesse período escravista a condição social de grupos e famílias de pequenos produtores que ficaram à margem da economia canavieira e de trabalhadores escravos submetidos à alienação e exaustão no processo produtivo desse modelo.

Indo ao encontro com esse pensamento Guimarães (2002) aponta a importância de pesquisas que consigam elucidar o desenvolvimento da questão étnico - racial na formação da sociedade brasileira a partir das organizações de classes oprimidas pelo modelo dominante e que consiga traçar a partir desse olhar, a condição de exclusão de alguns grupos, não somente como uma imposição da realidade, mas também como uma escolha, como uma postura de resistência às formas de produção do latifúndio e das relações de trabalho opressoras. A importância de reconhecer a organização política dos negros quilombolas no período colonização do Brasil, pode também ser percebida nas colocações de Martins (1981). O autor relata que a história do país sempre foi narrada pelas classes dominantes, uma história de senhores e generais, não uma história de trabalhadores e rebeldes. Tanto negros como também camponeses livres tiveram durante muito tempo a sua participação política ignorada, contada pela versão burguesa, que deixou de evidenciar a consciência articulada, coletiva e diversificada dessas lutas em oposição ao sistema capitalista. Para o autor tudo que se associou a cultura e ao modo de vida do homem do campo na sociedade brasileira esteve durante muito tempo depreciado pelo entendimento que o colocou como "sujeito atrasado", distante e à margem do "mundo moderno", às vezes encarado como perigoso, outras vezes como incapaz. O sistema impôs como condição de inclusão no debate político sua "conscientização" e "aliança subordinada".

Martins (1981) afirma que essa maneira adotada para excluir o camponês vai além da marginalização das suas ações políticas, mas também da sua participação no processo histórico, como se a sua atuação não fosse essencial. A exclusão foi intensa, mas a opressão no seu processo de força contraditória fortaleceu a identificação da própria classe, tornando as lutas camponesas, dentro do cenário político nacional, referência de movimento social contraordem opressora capitalista. Ainda segundo Martins (1981), a aliança entre as reivindicações do escravo e dos camponeses livre intensifica-se depois da primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no país em 1850, a qual proibiu a abertura de novas posses estabeleceu que a aquisição de terras somente se desse pela compra.

Segundo Clóvis Moura (2000), movimentos sociais que surgiram no Brasil colônia ainda permanecem sem o reconhecimento do seu caráter político, sob a "penumbra" de uma representação mística e religiosa. Tanto Moura quanto Martins (1981) denunciam a ausência de estudos que consigam assimilar a relevância dessas organizações na formação da sociedade brasileira. Porém, o não reconhecimento político dos mecanismos de resistência elaborados por esses grupos escravizados e excluídos não se trata somente de um equívoco despretensioso cometido pelos estudos sociais e científicos. Na realidade é uma estratégia para ignorá-los e desconsiderá-los. Essas abordagens fortalecem interpretações elitistas em relação à dinâmica social nesses espaços de luta; trata-se de uma exclusão ideológica, profunda e violenta e que coloca inverdades sobre a realidade desses movimentos populares. Nesse sentido buscamos aqui dar ênfase ao estudo de Clóvis Moura, historiador e sociólogo que buscou à partir de um debate crítico sobre a questão étnico-racial, rompeu em suas pesquisas com a invisibilidade das lutas socais da população negra escravizada no processo de formação da sociedade brasileira.

A síntese do pensamento de Clóvis Moura aparece em sua obra **Dialética Radical do Brasil Negro (1994)** enquanto uma obra de reflexão sobre as relações raciais no país e principalmente como proposta teórico-conceitual importante para pensar o Brasil. Uma das inovações no pensamento de Moura aparecem principalmente na caracterização do período escravista, em que o intelectual identifica a escravização dos africanos no Brasil como um "modo de produção". Com o objetivo de analisar com profundidade o que significou o escravismo colonial, Moura (1988) dividiu esse período em dois momentos: escravismo pleno e o escravismo tardio. O primeiro compreende o ápice da escravidão, ou seja,

a fase em que ela estava fortemente estruturada e que somente as lutas escravas eram a oposição radical ao sistema, o outro período compreende o momento em que a escravidão já não se torna economicamente interessante para as metrópoles colonizadoras e engloba o interesses e envolvimento de vários setores da sociedade, que já não via mais a possibilidade de construir os ideais de modernidade dentro da estrutura arcaica escravocrata. Ele enfatiza que o escravismo e os ideais modernos se entrecruzaram e culminaram numa sociedade aparentemente moderna no aspecto econômico e tecnológico, mas que carregou fortemente o arcaísmo das relações sociais. Ao incorporar o marxismo em seus debates, Clóvis Moura representa a ação de rebeldia e resistência radical do negro a escravidão, e dá um enfoque expressivo ao movimento de "quilombagem", compreendida pelo autor como processo histórico de caráter coletivo, decorrente de ações contínuas e permanentes que se opuseram com as estruturas de domínio e poder social escravistas. Esse pensamento evidencia as contradições que fundamentam historicamente a formação da sociedade brasileira, em que "escravistas e escravos" aparecem mediadas pela opressão, força e violência. Segundo Moura, a condição de escravo é a condição de "mercadoria", destituído de qualquer direito, de qualquer condição de vida humana sendo somente uma propriedade particular de quem detém os meios de produção. Já a de negro livre era justamente aquele que conseguia se opor a essa estrutura de domínio, e a oposição não significava somente a fuga, pois fugir do sistema escravista era negação, mas era também proposição de uma maneira diferente de se estabelecer socialmente, de se articular e construir um novo modelo de organização social.

Para o autor o negro fugido era aquele rebelde solitário seu segundo estágio era justamente a socialização dessa revolta com outros negros fugidos, era a passagem de uma consciência individual de si próprio para a coletividade, de negro fugido para quilombola. Uma identidade que encontra uma consciência política que aponta a necessidade da organização, da articulação e da superação de estruturas econômicas, culturais e sociais impostas pelo escravismo, que determinam as relações de produção, de domínio e poder dessa sociedade, que estabelece um movimento social oposto à escravidão e de classe social. É nesse processo político de rebeldia que a "quilombagem" rompe bruscamente com o sistema escravista a medida que o escravo, mercadoria ao se tornar quilombola passa ser aquele

que se opõe, aquele que aterroriza e fragiliza o sistema, ou seja deixa de ser a coisa e se torna o outro ser e sujeito social.

Moura aponta que o que caracteriza fundamentalmente o período escravocrata na formação de nossa história social é a luta do escravo contra a dominação do Estado. Sendo esse o eixo contraditório decisório para a mudança social, mas muitas vezes ignorado pelo estudo de historiadores e sociólogos no Brasil. O autor ao apresentar essa contradição presente na postura do negro escravizado mediante ao sistema escravista, enfatiza que sua análise se distinguiu de uma tendência neoliberal que busca subestimar o conflito e supervalorizar a acomodação por parte da população negra escravizada, interpretando a mesma como estratégia de criar um espaço social, cultural e econômico próprio, em que a convivência com a classe escravista era negociada através de um acordo implícito no qual as contradições presentes na relação entre "senhores e escravos" eram superadas e substituídas pela convivência consensual e estável. Para Moura o conflito advindo dessas contradições é o elemento chave do dinamismo social do sistema escravista, portanto a estabilidade harmoniosa escravista defendida pela teoria neoliberal nega o processo dinâmico dessas relações, e também nega a representação da luta de classe nesse determinado momento histórico e consequentemente a participação das lutas escravas nas mudanças e transformações políticas da sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

A partir do que já foi anteriormente dito a história deste país se fundamenta com a história do povo negro, desta forma, não há como falar em Questão agrária, sem pensar em Questão étnico-racial e consequentemente as duas estão imbricadas na Questão social. Observa-se que nessas últimas décadas como resultado do processo de luta do movimento negro, ocorreram alguns avanços nas políticas públicas para a população negra; como a aprovação da lei 10.639 de 2003, a instituição do Estatuto da Igualdade Racial no ano de 2010, a destinação de 20% das vagas em concursos públicos para negros nas instituições federais (legislativo, judiciário e executivo), a destinação de Cotas em Instituições de Ensino Superior público por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para todos (PROUNI) que possibilita o acesso às Universidades particulares por meio de isenção de impostos. No entanto os avanços práticos nas políticas de acesso a terra, moradia,

trabalho, saúde, assistência social e educação ainda são ínfimos. A população negra somam-se 54% da população brasileira (IBGE, 2015), neste percentual apenas 12,8% chegam às universidades, contra 26,5% de brancos e, dos 10% mais pobres da população brasileira, os pretos e pardos constituía 75%. Quanto à população Quilombolas até 2008 estavam em 20 mil e destes, 80% viviam com renda de 1 a 2 salários mínimos (IBGE, 2010). O processo de expulsão do homem trabalhador do campo inicia-se com o povo negro no decorrer e no final do regime escravista que, deu continuidade ao processo de espoliação, exclusão desta população, empurrando-a para as margens da sociedade. Processa-se também, neste continuo cenário a invisibilidade desta população frente às políticas públicas focalizadas, privatizadas e descentralizadas que desconsideram as particularidades que envolvem as lutas e reinvindicações do movimento negro no país e, por conseguinte, diluindo assim, os estigmas sociais que envolvem o preconceito, a discriminação e o racismo, como se não fossem fatores excludentes nesta sociedade. Robert Castel (2008) chama a atenção para os "invalidados", do Sistema de produção Capitalista, aqueles que não terão utilidade para o mesmo. Castel alerta para esta lógica que produz desemprego e precarização nas relações de trabalho. Nesta conjuntura está a população negra que é vitimizada duplamente. Sobre esta questão traz-se a reflexão de Sarita Amaro (2005) que afirma que no Brasil a exclusão dos indivíduos se dá devido à cor da pele e a etnia, reforçando valores que depreciam e diminuem a pessoa com certo tipo de cor de pele.

A esse processo estigmatizador a autora denomina de racismo afiançando sua presença no cotidiano da população negra e se manifestando nas atitudes preconceituosas ou discriminativas. No tocante de tudo que foi discutido nesse trabalho dois pontos se sobressaem, a importância do reconhecimento do processo de lutas da população negra na formação histórica da sociedade brasileira e a invisibilidade da questão étnico-racial no processo de construção de um projeto político de transformação social. Sabemos que é responsabilidade de todas as Políticas públicas situar, prevenir, combater e reconhecer a questão étnico-racial, mas, deixemos aqui apontamentos para a categoria profissional do Serviço Social para o compromisso de reconhecer estes sujeitos históricos no seu processo de luta e resistência. Reconhecer que o projeto ético- político da categoria dos profissionais de Serviço Social precisa descortinar todo o processo histórico de luta e da realidade dessa população que durante séculos foram ideologicamente ignorados. Ressalta-se aqui responsabilidade que

o projeto profissional tem com a formulação e implementação de políticas públicas de direitos que identifiquem a questão étnico-racial como fator preponderante no processo de enfrentamento da desigualdade e na transformação social.

REFERÊNCIAS

AMARO, S. **A QUESTÃO RACIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: um debate emergente**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, n. 81, p. 58-81, mar. 2005.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824. 25 mar. 1824. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891). Diário Oficial, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937). Diário Oficial, Rio de Janeiro,10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

._____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). Diário Oficial, Rio de Janeiro,19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 22 dez. 2008.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (24 DE JANEIRO DE 1967) <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 20 de out. 2008

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (DE 05 DE OUTUBRO DE 1988). <http://

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em 20 de jul.2017.

CASTEL, R. AS ARMADILHAS DA EXCLUSÃO. DESIGUALDADE E A QUESTÃO SOCIAL/ORGS. Mariangela Belfiore-Wanderley,Lucia Bógus Carmelita Yazbek.-3 ed. Ver. E ampliada-São Paulo:EDUC,2008. p. p.21- 54.

DELGADO, G. **QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONFIGURAÇÃO ATUAL**. EDITADO POR LUIZ OCTÁVIO RAMOS FILHO E OSVALDO ALY JÚNIOR, - SÃO PAULO: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

GALEANO, E. **AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA**. Tradução de Galeano de Freitas, 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1981.

GORENDER, G. **BRASIL EM PRETO & BRANCO:o passado escravista que não passou**. Coord. Lourenço Dantas Mota. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000.(Livre pensar;4)

GUIMARÃES, A. P. **QUATRO SÉCULOS DE LATIFÚNDIOS**. Apresentação de Antônio Houaiss. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, v. 24).

IAMAMOTO, M. V. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO**. Temporalis, Brasília, DF, ano. 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001c.

IANNI,O. **O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL: estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 6-

_____. O negro e o socialismo. In: _____. et al**. O NEGRO E O SOCIALISMO**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. (Socialismo em discussão).

_____. **O. A RACIALIZAÇÃO DO MUNDO**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-23, maio 1996.

_____. **CLASSE E NAÇÃO**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **ESCRAVIDÃO E RACISMO**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 6-20, 1987.

MARTINS, J. S. **NÃO HÁ TERRA PARA PLANTAR NESTE VERÃO: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, J. S. . **OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL: AS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO E SEU LUGAR NO PROCESSO POLÍTICO**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, L. C. O. A RELAÇÃO ASSISTENTE SOCIAL-CLIENTE NA PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE, Franca, v. 1, p. 40-50, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas...12.../download>Acesso em :2017

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 2008/2009.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=54>. Acesso em: 28 abr. 2009.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em: <http://mme.gov.br>. Acesso em: 2007/2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 2007/2009.

_____.IBGE .Disponível em:Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>Acesso em: 2017

MOURA, C. **BRASIL: AS RAÍZES DO PROTESTO NEGRO.** São Paulo: Global, 1983.

_____. **DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO**. 2 Ed. Anita Garibald,2014.

_____. **HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **ORGANIZAÇÕES NEGRAS.** In: SINGER, P.; BRANT, V. (Org.) São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **OS QUILOMBOS E A REBELIÃO NEGRA**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, C. . **OS QUILOMBOS NA DINÂMICA SOCIAL DO BRASIL**. Maceió: Edufal, 2001.

_____. **REBELIÕES DA SENZALA.** 4º Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988.

_____. **SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. **SOCIOLOGIA POLÍTICA DA GUERRA CAMPONESA DE CANUDOS: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, A. U.; STÉDILE, J. P. O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária. In: FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2004, Rio de Janeiro. Cartilha. Rio de Janeiro: CONCRAB, 2004.

PRADO, C. J. **HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SILVA, M. A. M. Agronegócio: a reinvenção da colônia. In: _____.; ALVES, Francisco; PEREIRA, José Carlos Alves. (Org**.). Agrocombustíveis: solução? a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: Edunesp, 2008.

_____. **ERRANTES DO FIM DO SÉCULO**. São Paulo: Ed. Unesp,1999.

_____. **SE EU PUDESSE, EU QUEBRARIA TODAS AS MÁQUINAS**. Idéias, Campinas, ano 9, n. 2/ano 10, n. 1, p. 25-64, 2003.

QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: O RETRATO DE UM BRASIL MARCADO POR RESTRIÇÕES A LIBERDADES POSITIVAS

Ana Monteiro Costa*
ana.mc98@gmail.com
Daniela Dias Kühn**
Daniela.kuhn@ufrgs.br
Laura Maranhão Fernandes Torres***
lauramftorres@icloud.com

RESUMO: Tem-se por objetivo debater a necessidade de identificar a prática de uma política territorial como elemento importante e ativo para o processo de percepção e redução das desigualdades sociais e de identidade das comunidades quilombolas. Isso se mostra latente no momento atual, com aumento dos casos de conflitos, de mortes e agressões no meio rural e de ampliação da atuação da bancada ruralista em aprovação de legislação que enfraquece ainda mais o alcance dos direitos sociais aos negros e as negras do espaço rural.

Palavras-chave: Liberdades positivas; Visibilidade; Conflitos Agrários; Território Quilombola.

CUESTIÓN AGRARIA Y CONFLICTOS EN TERRITORIOS QUILOMBOLAS: EL RETRATO DE UN BRASIL MARCADO POR RESTRICCIONES A LIBERTADES POSITIVAS

RESUMEN: *Se tiene por objeto debatir la necesidad de identificar la práctica de una política territorial como elemento importante y activo para el proceso de percepción y reducción de las desigualdades sociales y de identidad de las comunidades quilombolas. Se muestra latente en el momento actual, con aumento de los casos de conflictos, de muertes y agresiones en el medio rural y de ampliación de la actuación de la bancada ruralista en aprobación de legislación que debilita aún más el alcance de los derechos sociales a los negros y las negras del espacio rural.*

Palabras clave: *Libertades positivas; Visibilidad; Los conflictos agrarios; Territorio Quilombola.*

INTRODUÇÃO

Para Gomes (2009), os quilombos, desde a sua concepção quando ainda vigorava a escravidão, eram uma forma de reterritorialização, com a construção de um território étnico e o restabelecimento da propriedade de seus próprios corpos. Segundo a autora, a manutenção da identidade

[1] Professora do Departamento de Economia da UFPE. Membro do Laboratório de Estudos do Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC/UFPE.

[2] Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. Professora permanente do Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS.

[3] Graduanda em Ciências Econômicas – UFPE.

quilombola está diretamente vinculada à garantia da titulação desses territórios[1]. Sua negação, através da Lei de Terras (1850), garantiu que o término da escravidão perpetuasse a condição de cativo a um poder, a uma exploração[2]. A cidadania, que passa a ser universalizada somente com a Constituição de 1988, ainda está longe de chegar aos homens e mulheres do espaço rural. Como aponta Houtzager (2004), eles são os últimos cidadãos. As populações tradicionais[3] permaneceram invisibilizadas e oprimidas, com respaldo estatal.

As políticas sociais são resultado da pressão popular, e surgem, no século XIX, do conflito capital trabalho (HÖFLING, 2001). Sua definição passa por conflitos e interesses diversos. Defendendo uma atuação voltada para a correção da desigualdade, a autora aponta que mais do que oferecer "serviços" sociais, o Estado deve construir direitos sociais. "É necessário lembrar que a realização da reforma agrária pelo Estado é preceito constitucional, portanto, **obrigação** do governo fazê-la, e, **direito** dos cidadãos em tê-la" (OLIVEIRA, p, 29, 2016, grifos nossos).

A reivindicação da demarcação de territórios quilombolas denunciava a ausência de cidadania e as várias maneiras de inferiorização da cultura dos negros, que enfrentou e enfrenta resistência pela parcela da população que se beneficia da sua exclusão. (...) "Inscrito nas Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 68 enfrentou grandes opositores na Câmara Federal e no Senado e levou quase 20 anos para ser regulamentado". (LEITE, p. 968-9, 2008). Ribeiro (2015, p. 14) ressalta que a reação dos parlamentares ruralistas sobre a conquista de direitos pelos remanescentes de quilombo é antes de tudo uma reação sobre um grupo que reivindica a posse da terra, que questiona a estrutura fundiária.

---

1 A(...) "a identidade quilombola está associada a elementos culturais, nacionais, translocais, linguísticos, simbólicos, bem como a formas próprias de apropriação e usos do território e de seus recursos" (GOMES, p. 35, 2009).

2 A Lei de 1850 atribuiu aos chamados "libertos", uma distinção que os deixou durante mais de um século de fora da categoria de "brasileiros" e da de "estrangeiros". É uma lei que inventa sujeitos, porém, com propósitos inversos, ou seja, para inserir barreiras que os impediram de regularizar suas terras nas mesmas condições que os demais". (LEITE, p. 23, 2010).

3 O debate sobre as populações tradicionais envolvem estilos de vida caracterizados por comunidades que apresentam relação predominante com a terra e a natureza, em contraste com o modo de vida caracterizado pelas relações de produção industriais. OS documentos do Estado brasileiro reconhecem entre essas populações agricultores familiares (sejam camponeses ou integrados), comunidades tradicionais extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, população atingida por barragens entre outras.

A constatação de que, ao longo do tempo, o conjunto de desigualdades sociais em diversos lugares não diminuiu apesar de políticas mais ou menos ativas no sentido de extinção dessas desigualdades, leva a busca por novos instrumentos para a realização das políticas públicas. Neste sentido, o objetivo desse trabalho é debater sobre a necessidade de retomada da discussão sobre a dívida histórica que se tem com os negros e as negras do espaço rural, a partir da sua invisibilidade por parte do Estado e da sociedade, bem como identificar a prática de uma política territorial como elemento importante e ativo para o processo de percepção e redução das desigualdades sociais e de identidade das comunidades quilombolas. Isso se mostra latente no momento atual, com aumento dos casos de conflitos, de mortes e agressões no meio rural e de ampliação da atuação da Bancada Ruralista em aprovação de legislação que enfraquece ainda mais o alcance dos direitos sociais aos negros e negras do espaço rural.

Para tanto, usamos como método de pesquisa a revisão bibliográfica e o levantamento de dados secundários sobre os conflitos territoriais envolvendo as comunidades quilombolas, divulgados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Também são usados fragmentos de depoimentos de quilombolas no evento realizado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, realizado no dia 23 de maio de 2017, em Brasília e divulgado pela CPT. A análise será feita a partir da percepção de que a garantia da liberdade positiva dos quilombolas, a autonomia de levarem a vida que desejam envolve a sua identidade, que é caracterizada a partir do território. Essa percepção envolve a construção e implementação de um tratamento desigual, considerando o processo histórico de brutal violência a que essas comunidades foram submetidas. Uu seja, para que haja igualdade, como resultado de correções das distorções historicamente reconhecidas, é necessário atender esse grupo de modo prioritário.

Dessa forma, a estrutura deste trabalho apresenta três momentos, além desta breve introdução, das considerações finais e da apresentação das referências. A seção 02 apresenta as teorias de Bobbio sobre igualdade e liberdade que visa suportar a análise sobre a necessidade de se defender a diferenciação do território quilombola que tem na sua regularização a garantia de visibilidade e a redução da vulnerabilidade das comunidades que neles vivem. A seguir, são apresentados os debates sobre a questão agrária e a cidadania em relação ao Estado. A questão quilombola e as especificidades do seu território são apresentadas na sequência. Faz-se isso por acreditar que mais do que mostrar por meio de dados a

situação desigual que os quilombolas enfrentam, é necessário analisar historicamente como isso se constitui e o que faz se perpetuar. Constatada essa relação, o trabalho apresenta a importância da análise dos conflitos no processo de reconhecimento dos territórios quilombolas, ressaltando que, considera-se o conceito de território de Milton Santos (2006?) , segundo o qual o espaço constitui-se e é constituído a partir da interação política e histórica da ocupação espacial. Sendo assim, esclarece-se a importância do lugar onde os vínculos e processos sociais ocorrem , demonstrando-se fundamentais para a compreensão e intervenção na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

1 JUSTIÇA COMO LIBERDADE POSITIVA

Bobbio indica um estado de igualdade como uma relação social e de liberdade como inerente ao ser. "O homem como pessoa – ou para ser considerado como pessoa – deve ser, enquanto indivíduo em sua singularidade, livre; enquanto ser social, deve estar com os demais indivíduos numa relação de igualdade". (p. 7, 1996). Ainda, há diferença axiológica no sentido de que a liberdade tem dois significados políticos, liberdades positivas e negativas, e isso traz ambiguidade ao termo. A determinação do conceito de igualdade precisa responder entre quem há igualdade e sob quais aspectos essa se estabelece, trata-se, então, de uma relação formal, uma qualidade da pessoa (física ou moral). A liberdade normalmente é tida como um valor individual, enquanto a igualdade é um valor social. Segundo Bobbio (1996), ambas se juntam necessariamente apenas na situação que se considera que os homens de um determinado grupo social deveriam ser igualmente livres. Assim, a liberdade e a igualdade são conceitualmente diferentes, apesar de aparecerem em termos ideológicos, em certas ocasiões, conjugadas.

A igualdade pode ser justa ou injusta, sendo a escolha do critério de justiça determinante para o fim da igualdade justa. Assim se estabelece a regra de justiça, segundo a qual se deve tratar os iguais de modo igual e os desiguais de modo desigual. Essa regra se estabelece após terem

sido resolvidos os problemas de justiça retributiva[4] e de convivência[5], ou seja, quando se instituiu que duas coisas podem ser consideradas equivalentes e quando duas pessoas podem ser consideradas equiparáveis. "Se não tivesse sido previamente estabelecido o modo como se deva ser tratada essa ou aquela categoria, não teria nenhum sentido afirmar que os pertencentes à categoria devam ser tratados de modo igual". (p. 21, 1996). Interessante que os negros rurais primeiro historicamente são tratados como coisas, não respondendo a posse da propriedade de seus corpos. Com a Abolição, retomam a posse legal de seus corpos, mas a econômica é suprimida pela posse restrita da terra. De 1888 a 1988 não existe nenhum tipo de menção legal sobre o direito de exercerem seu modo de vida em território quilombola. A partir daí, começa todo um debate que busca dificultar o reconhecimento dos territórios quilombolas sobre as consequências da desigualdade de tratamento como um modo de justificar legalmente a diferença racial. Considerando a construção histórica do acesso aos direitos, a pergunta que poderia ser formulada é um grupo que foi cruelmente diferenciado ao longo do tempo, poderia ser tratado de modo desigual para que seja restabelecido o critério, a regra de justiça?

Para Bobbio (1996), para a aplicação da lei, a relação entre o estabelecimento de justiça retributiva e da justiça atributiva estabelecem a igualdade social, enquanto a regra de justiça é o modo pelo qual o princípio de justiça deve ser aplicado. O meio mais imparcial para tal é a criação de leis gerais e abstratas, pelo poder legislativo da sociedade que estabelecem como devem ser tratadas as diversas categorias de sujeitos. Irônico perceber como os mecanismos de exercício da "justiça" expropriam os direitos conquistados pelos quilombolas. A igualdade de direito e a igualdade de fato se distinguem muito para esse grupo. "A igualdade nos direitos (ou dos direitos) significa algo mais do que a simples igualdade perante a lei enquanto exclusão de qualquer discriminação não justificada: significa o igual gozo, por parte dos cidadãos, de alguns direitos fundamentais constitucionalmente assegurados" (...). (p. 29, 1996). A cidadania seletiva

[4] Aquela na qual estamos diante de uma ação de dar (ou fazer), da qual se deva estabelecer a correspondência anterior com um ter ou posterior com um receber, de onde resulta a seqüência ter-dar-receber-ter". (BOBBIO, 1996, p. 16).

[5] Aquela na qual nos encontramos diante do problema de atribuir vantagens ou desvantagens, benefícios ou ônus, direitos e deveres (em termos jurídicos), a uma pluralidade de indivíduos pertencentes a uma determinada categoria". (BOBBIO, 1996, p. 17).

brasileira segue a lógica da garantia da igualdade perante a lei, mas a permanência da desigualdade no exercício da justiça.

Bobbio (1996) também aborda o princípio da igualdade de oportunidades, e isso acontece em meio à disputa social pelos recursos. "Desse modo, uma desigualdade torna-se um instrumento de igualdade pelo simples motivo de que corrige uma desigualdade anterior: a nova igualdade é o resultado da equiparação de duas desigualdades". (p. 32). O princípio de que a cada um deve ser dado os bens econômicos conforme as suas necessidades, parece ser o mais justo. No entanto, muitas vezes, os princípios de igualdade são revistos, imperando atos reacionários.

No que concerne à liberdade, essa pode ser negativa, por se caracterizar pela ausência de algo, quando se pode agir sem ser impedido e/ou não se age por constrangimento; ou positiva ocorre quando se tem a possibilidade de agir conforme o seu desejo, chamada por Bobbio (1996) como autodeterminação ou autonomia. A liberdade negativa concerne à ação e a liberdade positiva refere-se à vontade. A liberdade negativa normalmente se refere ao indivíduo, considerado como tendo valor nele mesmo, e que deve ter liberdade para exercer suas relações econômicas, sem intromissão, faz parte de uma concepção de que a sociedade é a soma de indivíduos, também chamada de liberdade do burguês, a medida que garante os gozos privados. Já a liberdade positiva é uma vontade coletiva, a autodeterminação do corpo social ao qual a pessoa pertence, também denominada de liberdade do cidadão, pois visa a distribuição do poder entre os cidadãos.

> "A liberdade na tradição liberal é individualista e encontra sua plena realização na redução a termos mínimos do poder coletivo, personificado historicamente pelo Estado; a liberdade da tradição libertária é comunitária e se realiza plenamente apenas na máxima distribuição do poder social, de modo a que todos participem dele em igual medida. A sociedade ideal dos primeiros é uma comunidade de indivíduos livres; a dos segundos é uma comunidade livre de indivíduos associados" (BOBBIO, 1996, p. 72)

A meta do desenvolvimento social deveria ser, então, a expansão da liberdade positiva.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E CIDADANIA: O ESTADO BRASILEIRO E OS DIREITOS DOS NEGROS NO ESPAÇO RURAL

O golpe militar de 1964 silenciou o debate sobre a questão agrária[6] brasileira e a agricultura passou a ser vista como um setor que deve promover o desenvolvimento da indústria, instrumentalizando, então, um processo de crescimento econômico. Modernizava-se, mantendo as relações sociais e a estrutura fundiária sem revisões. O fim do regime militar e a promulgação da Constituição de 1988 marcaram a retomada da questão agrária. Entretanto, as políticas agrícolas dos anos 1990, liberalistas, pautadas na desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, que promoviam o capital e o sistema financeiro internacional, mantiveram seu caráter conservador. O atendimento aos interesses do agronegócio permaneceu, porém, o modelo de desenvolvimento, apesar de conservar a hegemonia do crescimento, começou a ser revisto, principalmente nos anos 2000, seguindo uma construção teórica que colocava a dicotomia crescimento e igualdade, mas não incluía a equidade (DELGADO, 2001).

O desenvolvimento visto com justiça requer uma mudança de paradigma teórico que preveja o acesso de grupos sociais historicamente excluídos do processo produtivo e do sistema de proteção social, ou seja, que não foram beneficiados com o processo de crescimento produtivo. A revisão da noção de ruralidade (ABRAMOVAY, 2000; CARNEIRO, 1998), bem como da categoria de camponeses de agricultores familiares (WANDERLEY, 1996 e 2003), contribui para o entendimento da agricultura camponesa como um modo de vida, desvinculado da lógica capitalista e, como tal, para além do caráter produtivo e econômico, justificando, inclusive a incorporação de aspectos como a reciprocidade em políticas públicas de apoio a esse modo de vida (SABOURIN, 2012).

Apesar das políticas sociais terem se desenvolvido mais propriamente no pós Segunda Guerra, com a promoção do Estado de bem-estar, a preocupação com os pobres, ou sobre o que fazer com eles, é anterior. O capitalismo se consolida com os ideais de liberdade e igualdade, mas logo o capital descobre o perigo da reivindicação das massas. "A ambivalência reside no fato de, no campo jurídico-político, todos serem considerados livres e iguais, enquanto no campo econômico predominava uma profunda desigualdade material numa nova estratificação social"

[6] Que tinha como principais referências Ignácio Rangel, Caio Prado Jr.e Celso Furtado.

(CORRÊA e BORTOLOTI, p. 161, 2008). A defesa dos direitos sociais, da cidadania, passa pela redução das desigualdades próprias do capitalismo. A constituição da cidadania que marca uma interação entre Estado e população, pautada por direitos e deveres e passa pelo estabelecimento dos direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais.

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas votou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e colocou esses direitos como algo universal. (...) "O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância." (SANTOS, p. 19, 2012). No entanto, Alexy (1999) e Bobbio (2004) ressaltam que os direitos dos homens se tornam mais difíceis de concretização, quanto mais o discurso remete à necessidade de transformação estrutural. Daí a importância fundamental do Estado, resguardando e concretizando os direitos sociais.

Todavia, conforme Bobbio (2004), há conflito de interesses no estabelecimento desses direitos: "O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político" (BOBBIO, p. 23, 2004). Os direitos de liberdade prevêem que todos os seres humanos são iguais, não podendo ser negado a ser humano algum tais direitos. Essa universalidade não é característica dos direitos políticos e sociais, que visam contemplar grupos específicos. A abstração do sujeito humano encontra sua primeira especificação no cidadão, que passa a ter mais especificações, conforme suas necessidades: mulher, criança, idoso, entre outros. Isso ocorre principalmente no âmbito dos direitos sociais, e essa especificação é um avanço na designação dos direitos. Enquanto os direitos de liberdade surgem para limitar o poder do Estado, os direitos sociais exigem para a passagem da declaração para a efetiva realização uma ampliação dos poderes do Estado (BOBBIO, 2004).

A cidadania passa a se constituir primeiro com os direitos civis, mais amplos, apoiados em instituições do direito moderno e no sistema judicial que o aplica; os direitos políticos encontram uma resistência à universalização de que? dos direitos?, e contam com parlamentos, nos sistemas políticos e sistemas eleitorais em geral. Somente no pós Segunda Guerra que os direitos sociais passam a ser atendidos por um Estado

providente, por pressão da classe trabalhadora (SANTOS, 1991). Segundo Gomes (2009), no Brasil há três momentos no que tange o aparato do Estado aos quilombolas: durante o período de escravidão (1530-1888) se visava coibir coercitivamente a fuga; com abolição e a proclamação da República não existe uma legislação que defina a categoria quilombo, que ficam invisibilizados do espaço público; a visibilidade advém da luta dos movimentos sociais, a partir do artigo 68 da Constituição de 1988[7]. Assim, de 1888 a 1988, o Estado Brasileiro ignora o direito a territorialidade quilombolas.

3 TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Os quilombos caracterizam-se como um movimento de resistência à violência da escravidão e que busca resgatar a dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os descendentes dos ex-escravos.Caracteriza-se também como um movimento de luta pela terra e pela promoção da cidadania para a população negra do espaço rural. Temos ai uma conjunção de lutas: étnica e de homens e mulheres do espaço rural, que foram, como afirma Houtzager (2004), os "últimos cidadãos". Então, entende-se que os territórios quilombolas carregam uma luta que permeia a questão agrária e a luta pelos direitos dos negros e das negras e, só assim, compreende-se o enfrentamento que despertam por grupos que vêem na estrutura agrária e na exclusão da cidadania os alicerces fundamentais para manter o poder e a ampliação da reprodução do capital.

Os territórios quilombolas são a promoção da dignidade a aquele que foi cativo, coisificado, através da opressão e da violência. O fim oficial da escravidão não garantiu a liberdade dos "ex-escravos" que, privados do acesso à terra viram o poder dos "proprietários" seguir a mesma estrutura de exploração sobre outras designações. A luta pela demarcação dos territórios quilombolas está atrelada ao Movimento Negro, que ganhou força nos anos 1980, com a abertura política, e de luta pela visibilidade dos negros. "O fim do trabalho escravo, em 1888, não representou a liberdade dos negros. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário". (LEITE, p. 975, 2008)

[7] Conforme a Constituição de 1988, art. 68: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

O Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal promulgada em 1988, ano do centenário da abolição oficial da escravidão, afirma que: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". O Decreto Presidencial 4.887/2003 regulamenta o procedimento para "identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos[8]".

A população negra do espaço rural tinha a especificidade de exigir a garantia do seu território, e com o fortalecimento da sua demanda, com a agregação de mais grupos, o Movimento Quilombola ganhou autonomia frente ao Movimento Negro, com a criação de associações de remanescentes de quilombo regionais e locais e a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ, em 1996. (RIBEIRO, 2015). Nos 300 anos de comemoração de Zumbi de Palmares, em 1995, o debate sobre a redemocratização da terra se reacende. Em 1997, a Fundação Cultural Palmares começa a promoção do reconhecimento de 50 áreas quilombolas no país. Os territórios quilombolas são constituídos por um direito étnico-cultural que garante o reconhecimento, que não se estabelece de modo individual, mas sim comunitário. "(...) a terra passa ser o elemento que congrega o grupo e se fundamenta nas relações sociais" (RIOS, p. 74, 2006).

A isso é interessante ressaltar que a luta dos povos tradicionais pela terra não é idêntica àquela dos camponeses e, por isso, é uma luta identitária da terra. "Reiterando, no Brasil, a classe camponesa luta pelo acesso à terra ou para nela ficar, e os povos indígenas e quilombolas lutam pelas demarcações de seus territórios de vida" (OLIVEIRA, p. 39, 2016). Leite (2010) afirma que a identidade social quilombola envolve um conjunto de forças dinâmicas da sociedade e que não pode ser imputada de fora pra dentro, de modo estático e pré-determinado. Relaciona-se, portanto, com a auto identificação, uma autoafirmação diante da sociedade. O´Dwyer (2010) vê a identidade como resultado de experiências de vida compartilhadas, de uma trajetória comum e da continuidade enquanto grupo.

[8] Quilombo e liberdade são, portanto, contrafaces de uma mesma realidade histórica. De um lado, as situações de força arbitrária e incontestável em que os 'senhores' impunham a sua vontade por meio de atitudes explícitas ou dissimuladas, brandas ou violentas. De outro, as reações dos escravos e libertos, explícitas, sutis, violentas ou não, às diversas situações e regimes de autoridades". (LEITE, p. 966, 2008).

Gomes (2009) reconhece uma diversidade na interação dessas comunidades, tanto internamente, quanto com aqueles que se estabelecem ao seu redor, mas aquilo que é comum as comunidades é exatamente o uso comum das terras e dos recursos naturais, e a existência de uma identidade indissociável do território. É nesse espaço que ocorre um modo específico de produzir, de se relacionar, com a natureza e com as pessoas. Desse modo, a organização do uso da terra nos territórios quilombolas se dá de modo coletivo e é marcado por laços de solidariedade, em relações de parentesco e proximidade. O não reconhecimento do território fragiliza esses grupos em relação a sua identidade e os coloca como moradores de terras "invadidas", retirando-lhes a possibilidade de acesso à cidadania. Além disso, a posse da terra no Brasil é pautada no direito individual e esse não reconhecimento coletivo postergou ainda mais o reconhecimento de posse do território quilombola. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário desde 2002, é um dos principais apoios legais para a garantia dos direitos dos povos tradicionais, nos quais se incluem os quilombolas. Segundo Leite (2010), os conflitos pelos territórios quilombolas que hoje se colocam não são um fenômeno atual, mas resultado de séculos de história que se expõe a partir do seu estabelecimento jurídico-formal.

3.1 Conflitos agrários em territórios quilombolas

Apesar do reconhecimento constitucional do direito à titularidade da terra, os quilombolas têm enfrentado injustiças e perseguições para fazer com que essa conquista seja efetivada. Tanto o acesso à terra quanto à cidadania são barrados por aqueles que continuam ganhando com a sua fragilidade e submissão, ou que têm interesse nos seus territórios. Aquilo que era pra ser direito, passa a ser privilégio de uma minoria. Morte, tortura, ameaça, agressão são algumas das ações que ganham espaço na disputa sem visibilização. A violência é promovida e/ou permitida por um Estado que tem uma longa ficha criminal quando se analisam os direitos sociais do campo. De acordo com os dados da CPT, em 2016, foram registrados 61 assassinatos, o dobro da média de casos registrados nos últimos 10 anos. Em 2017, já foram 26 assassinatos registrados e alguns casos ainda sob investigação quanto a sua motivação[9].

[9] Nesta lista não constam os 10 posseiros executados pela polícia militar do Pará, em Pau D´Arco, no dia 24 de maio de 2017.

Os dados sobre conflitos agrários da CPT, computados desde 1985, mostram que em 31 anos, foram 1.834 assassinatos, destes somente 112 casos foram julgados, condenando 31 mandantes e 92 executores. Mas no último ano, 2016/2017, isso se intensificou. Dona Fátima[10], do Quilombo Ilha de São Vicente, TO, expressa o que vivencia enquanto quilombola no governo do período citado :

> "Agora, a gente sente que é como se alguém tivesse licença para nos caçar e nos matar. As violências não acontecem quando a gente se identifica como quilombola. Quando a gente diz isso, muitos até acham bonito. Mas quando digo que quero o território, que é meu por direito, aí a gente passa a incomodar, ser ameaçados, e os programas de proteção protegem cada vez menos. Regularizar nossos territórios é uma forma de amenizar as violências, mas não de cessá-las, porque a pressão sobre eles continua". "Mas nós vamos seguir lutando pelos nossos territórios, porque é assim que estamos protegendo também o Brasil. Somos guardiões desses espaços, desses territórios. Estamos aqui e sempre vamos denunciar, e o mundo vai ter que ouvir sim a voz dos marginalizados. Não nos calaremos". (FÁTIMA, 2016/2017)

Interessante que ela pontua que há uma admiração sobre ser quilombola, mas até o momento em que passa a reivindicar o seu direito sobre o território. Ficam mais claros os motivos em não mostrar e discutir essa realidade que pretende questionar interesses e privilégios estabelecidos. Para Leite (p. 19, 2010), a invisibilidade é o que estrutura a violação dos direitos humanos dos quilombolas, através da restrição do acesso à justiça, que se dá pelo Estado que usa da força repressiva e da exclusão aos direitos que existem no papel para expropriar os recursos que seriam da coletividade. A autora pontua que essa exclusão passa pela criação de uma série de mecanismos que, por uma Justiça seletiva, passam a expropriar os negros rurais dos seus territórios, em detrimento ao direito à propriedade, como expulsões e remoções, registros de terras devolutas do Estado, ações de divisões sobre inventários de terras deixadas a ex-escravos, invasões, cercamentos e resgates de terras por endividamentos.

Além da omissão, o Estado também promove a violência, como no caso do Quilombo dos Macacos, Bahia, onde a Marinha do Brasil

[10] Trechos das falas e dados utilizados presentes na reportagem de Cristiane Passos (CPT) e Tiago Miotto (CIMI): Acesso em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/3796-ato-denuncia-e-como-se-alguem-tivesse-licenca-para-nos-cacar-e-nos-matar>.

pretende colocar cercas para proibir o acesso dos quilombolas ao Rio dos Macacos, alegando ser uma área de defesa nacional. Mas é do rio que os quilombolas tiram o seu sustento. Segundo a quilombola Rosimeire dos Santos: "A Marinha quer colocar cercas na água para nos destruir". "Se fecharem o acesso, logo vão começar a sair caixões de dentro da nossa comunidade, porque não vamos aceitar".

Mas, esse Estado não é só eficiente promover a violência, mas bastante eficaz também em conter o pessoal que luta e defende a questão agrária. Segundo a CPT, o número de prisões que envolvem a questão agrária cresceu 185%, de 2016 para 2017. "A criminalização de certas práticas e grupos é a forma mais comumente usada para transformá-los em 'foras da lei' ", justificando com isto a sua exclusão social pela via da condenação penal. É desde esse lugar que muitas lideranças de grupos negros passaram a ser cassados, encurralados e banidos. (LEITE, p. 30, 2010). A autora coloca que o processo de lentidão na demarcação dos territórios gera incertezas. "Os passos percorridos de tramitação dos processos se rendem e se submetem à cultura cartorial, que foi montada pelos donatários e para atender a seus interesses. (LEITE, p. 31, 2010). Para Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão (MPF), há uma dívida para com os povos originários negada pelo Estado "Temos que lembrar a construção da nossa história, da falta de alteridade em relação aos povos originários, da escravidão e tantas outras mazelas, bem como a divisão das sesmarias. Parece que agora estamos voltando ao início da nossa história". Segundo os dados da CPT, no ano de 2016 foram registrados 143 conflitos agrários envolvendo quilombolas, destacando-se, na quantidade de conflitos, os estados do Maranhão, com 55 conflitos, o Tocantins, com 36 e a Bahia com 19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se considera a questão agrária e a desigualdade social, os quilombolas estão entre os mais vulneráveis no que tange os direitos sociais. Tem-se um processo de desenvolvimento que explora e penaliza, que conta, para tal, com a invisibilidade dessa população. A concepção da cidadania seletiva no Brasil foi mais uma manobra para expropriar o excedente do trabalho e pleitear a manutenção da submissão dos negros do espaço rural. Para que essa cidadania fosse plena, seria necessário acabar

com os privilégios hereditários e garantir o direito de exercer um modo de vida diferente da lógica capitalista de produção.

No entanto, ainda que se reconheça que a cidadania de fato não tenha chegado aos quilombolas, o último ano tem intensificado a supressão de direitos sociais, de conflitos agrários, de perseguição, criminalização e assassinatos. As liberdades são conquistadas e suprimidas ao longo do tempo, mediante lutas e concepções de sociedade. Bobbio (1996) pontua que não basta ser livre para ter poder, mas que todo poderoso obteve liberdade antes de ter poder. No Brasil, se vê a permanência da ausência de liberdade no meio rural, tanto do acesso à terra, quanto do acesso à cidadania. Quando se particulariza a análise para aquilo que acontece com os negros e negras do espaço rural, isso se intensifica fortemente. Não basta ser livre perante o Estado, se não há liberdade no seio da sociedade[11].

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. **FUNÇÕES E MEDIDAS DA RURALIDADE NO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO**. Texto para discussão n. 702. Rio de Janeiro, janeiro/2000. Ipea.

ALEXY, R.. **DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO**. Revista Dir. Adm. n. 217, jul./set., p. 55-66. Rio de Janeiro. 1999.

BOBBIO. N. **IGUALDADE E LIBERDADE**. Ediouro Publicações. Rio de Janeiro. 1996.

_____. **A ERA DOS DIREITOS**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2004

CARNEIRO, M. J..**RURALIDADE: novas identidades em construção**. Estudos, Sociedade e Agricultura. n. 11, outubro/1998. p. 63-75.

CORRÊA, D.; BORTOLOTI, J. C. K.. **O DESENVOLVIMENTO E AS PERSPECTIVAS DA CIDADANIA NO BRASIL**. DIREITO e Debate. Ano XVIII, n. 29, jan.-jun.. 2008

[11] A(...) O nível mais profundo em que se põe o problema se revela no fato de que as liberdades das quais os homem está privado na sociedade tecnocrática não são as liberdades civis ou políticas, mas é a liberdade humana no sentido amplo da palavra, a liberdade de se desenvolver todos os recursos da própria natureza". (BOBBIO, p. 87, 1996).

CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico,1988. 292 p.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. CONFLITOS NO CAMPO 2016. Goiânia, abril, 2017.

DELGADO, G. C..**EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO NO PÓS-GUERRA: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados. n. 43. 2001.

HÖFLING, E. M. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov.2001.

HOUTZAGER, P. P. **OS ÚLTIMOS CIDADÃOS: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995).** Globo. São Paulo, 2004.

GOMES, L. C. B. **JUSTIÇA SEJA FEITA: direito quilombola ao território**. Tese de doutorado em Ciência Política. UFMG. Belo Horizonte. 2009.

LEITE, I. B. HUMANIDADES INSURGENTES: conflitos e criminalização dos quilombos. p. 18-42. In: Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. v. 1, n. 2. UEA Edições. Manaus, 2010.

O'DWYER, E. C. TERRAS DE QUILOMBO NO BRASIL: direitos territoriais em construção. p. 42-49. In: Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. v. 1, n. 2. UEA Edições. Manaus, 2010.

SABOURIN, E..RECIPROCIDADE E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL. Ruris. v. 6, n. 2. Setembro/2012.

SANTOS, B. S. **SUBJECTIVIDADE, CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO**. Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 32. jun. 1991.

SANTOS, M. **1992: a redescoberta da natureza**. ESTUDOS AVANÇADOS. Volume 6, nº14. São Paulo: Editora da USP, 1992.

_____ **TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS: ENSAIOS SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____ **O ESPAÇO CIDADÃO**. Edusp. São Paulo. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO**. XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, outubro/1996. Anais.

_____. **AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: rupturas e continuidade. Estudos, Sociedade e Agricultura**. n. 21. Outubro/2003, p. 42-61.

TEXEIRA, S. M. F. **CIDADANIA, DIREITOS SOCIAIS E ESTADO**. Rev. Adm. Públ. ano 20. n. 4. out./dez. Rio de Janeiro. 1986.

EIXO 8: QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTOS POPULARES APORTES PARA O DEBATE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO ASSESSORIA INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE E CIDADANIA A MOVIMENTOS POPULARES

Maria Raimunda Penha Soares*
raysoares@hotmail.com
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa**
bethcarlavb@gmail.com
Suenya Santos da Cruz***
suenya_s@hotmail.com
Susana Maria Maia****
smmaia@yahoo.com.br
Ramiro Marcos Dulcich Piccolo*****
dramiro3@gmail.com

RESUMO: Este artigo trata de análise do papel da universidade pública, a partir da extensão universitária, frente a movimentos populares e comunidades tradicionais. As reflexões aqui desenvolvidas estão ancoradas na efetivação de propostas extensionistas articuladas no programa Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares, proposta interdisciplinar e pautada em perspectiva crítica da sociedade. Apresentaremos também informações sobre ações dos projetos a ele vinculados: Terra, saúde e direitos – extensão popular junto a movimentos sociais; Semeando vida digna e saúde no campo e na cidade – produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos e; Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: Universidade, Movimentos Populares, Extensão universitária.

* Professora associada do Curso de Serviço Social/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense.

** Professora associada do Curso de Enfermagem/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense.

*** Professora adjunta do Curso de Serviço Social/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense.

**** Professora assistente do Curso de Serviço Social/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense.

***** Professor associado do Curso de Serviço Social/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense..

UNIVERSIDAD PUBLICA Y MOVIMIENTOS POPULARES APORTES PARA EL DEBATE A PARTIR DE LA EXPERIENCIA DEL PROGRAMA DE EXTENSIÓN ASESORÍA INTERDISCIPLINARIA EN SALUD Y CIUDADANÍA A MOVIMIENTOS POPULARES

RESUMEN: *Este articulo trata del análisis del papel de la universidad pública a partir de la extensión universitaria con movimientos populares y comunidades tradicionales. Las reflexiones aquí desarrolladas están ancladas en la efectuación de propuestas extensionistas articuladas en el programa Asesoría Interdisciplinar en Salud y Ciudadanía a Movimientos Populares; una propuesta interdisciplinar pautada en una perspectiva critica de la sociedad. Presentamos también informaciones sobre las acciones de los proyectos a este vinculados: Tierra, Salud y Derechos: extensión popular junto a movimientos sociales; Sembrando vida digna y salud en el campo y en la ciudad: producción, circulación y consumo de alimentos agro-ecológicos e, Cuestiones étnico-raciales y vivencias en cultura afro-brasilera.*

Palabras clave: *Universidad, Movimientos Populares, Extensión Universitaria.*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma síntese da inserção de professores pesquisadores da Universidade Federal Fluminense/UFF, *campus* Rio das Ostras, através de ações extensionistas consolidadas no programa de extensão Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares e nos projetos a ele vinculados: Terra, saúde e direitos – extensão popular junto a movimentos sociais; Semeando vida digna e saúde no campo e na cidade – produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos e; Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira.

Partimos da premissa que a Universidade Pública pode contribuir com os processos organizativos das classes subalternas que sofrem os efeitos das políticas de concentração da riqueza que se alastram desde as últimas décadas, ampliando a desigualdade social, o desemprego e empobrecimento das massas trabalhadoras. Nesse sentido, é fundamental para os sujeitos coletivos que se dispõem a questionar esse estado de coisas, conhecer e discutir a realidade social do nosso país.

Os movimentos sociais e populares tem tido centralidade na resistência e denunciado o neoliberalismo desde a década de 1990, onde podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, com o movimento camponês acumula uma história de organização no enfrentamento do latifúndio (e das suas consequências degradantes na vida social, na natureza, na relação campo- cidade) e da sua expressão mais recente, o agronegócio. Por outro lado, as experiências

de arranjos produtivos a partir da produção agroecológica também tem se configurado como uma forma importante de resistência à imposição, pelo capital, de uma forma mercantil e autodestrutiva de produzir, fazer circular e consumir alimentos. Merece destaque também a organização e resistência cultural de comunidades tradicionais, em especial as quilombolas, que têm lutado constantemente para efetivar o direito à titulação de suas terras e às políticas públicas que garanta condições de vida digna aos quilombolas rurais e urbanos existentes no Brasil.

Frente a este cenário, observa- se um aumento da demanda dos movimentos sociais e populares e das comunidades tradicionais pela construção de parcerias com Universidades Públicas, nas diversas áreas do conhecimento. É nesta perspectiva que nos inserimos.

Do ponto de vista metodológico trabalhamos com referência em metodologias que valorizem a participação e fortalecimento político dos movimentos e comunidades com os quais dialogamos e supere a relação vertical que orienta muitas intervenções da universidade. A educação popular, neste sentido, é resgatada como uma proposta pedagógica e política onde a produção e apropriação de conhecimentos sobre a sociedade desigual em que vivemos, se direciona à transformação dessa realidade a partir do protagonismo dos sujeitos subalternos, considerando a importância do trabalho de base, a democratização do poder, a tomada de decisões coletivas, a autoorganização dos trabalhadores.

Se nas ações desenvolvidas com os movimentos populares e comunidades tradicionais temos encontrado elementos que reafirmam o compromisso social da universidade com a classe trabalhadora, numa perspectiva de transformação social, concomitantemente encontramos os germes necessários para a produção de outras relações sociais que superem tanto a produção e reprodução da materialidade fundada no capital quanto as relações de opressão que se afirmam nesta sociedade.

Apresentaremos a seguir algumas reflexões sofre a articulações possíveis entre universidade, movimentos populares e comunidades tradicionais, a partir do papel social das universidades e da extensão, bem como elementos de configuração do programa e projetos com os quais trabalhamos.

1 A UNIVERSIDADE PUBLICA PARA ALÉM DOS SEUS MUROS

1.1 O significado social e político da Universidade e da extensão universitária

De acordo com Chaui, desde seu surgimento no século XIII na Europa, a universidade se configurou como uma instituição social fundada em dois princípios: o reconhecimento público da sua legitimidade e das suas atribuições; e o principio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais. Enquanto instituição social, justamente por assentar a busca de legitimidade no espaço público, a universidade tende a universalizar suas ações e aspirações, suas políticas e prioridades investigativas, pois assume como seu significado social o enfrentamento das questões e contradições sociais mais expressivas, aquelas que afetam as maiorias sociais e prejudicam a qualidade de vida.

Da mesma forma, para a autora, a legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da autonomia do saber, em face do poder da religião e do poder do Estado. Portanto, essa instituição se constitui a partir de um conhecimento guiado pela sua própria lógica, por necessidades imanentes ao processo de conhecer, de saber, tanto do ponto de vista da sua construção, como da sua transmissão. Por isso, desde seu surgimento moderno, a universidade tornou-se inseparável de propostas de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos e a conquista da educação e cultura como direitos, a universidade tornou-se, também, uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber, seja para efetivá-las seja para opor-se a elas.

As atuais tendências neoliberais, hegemônicas em escala planetária, impõem uma lógica que entende a universidade como uma "organização social prestadora de serviços", cuja legitimidade passa a estar na sua eficácia para se adaptar ao meio, sua flexibilidade para acompanhar e estar em sintonia com as exigências de conhecimentos desse meio, porém sem questionar suas origens, nem suas finalidades.

A universidade entendida como organização social, abandona a perspectiva de universalidade, pois suas prioridades não estão pautadas pelos conflitos e contradições sociais mais expressivas; antes, pela sua capacidade de ter sucesso num ambiente cada vez mais exigente.

Assim, a sua vocação crítica, e universalizante, é coberta por uma razão instrumentalista e de curto prazo, que visa o interesse particular da própria organização universitária, no sentido do sucesso que possa obter a partir da sua produção e "oferta" acadêmica. De modo que, a universidade hoje sofre um processo de ressignificação do seu papel na sociedade: de ser uma instituição social encarregada de enfrentar, teórica e praticamente, os grandes problemas que afetam ao conjunto da sociedade, para uma organização produtiva que não se pergunta pelo seu significado social e tem como horizonte, antes de questionar os dados da realidade, se adaptar aos mesmos da melhor maneira, em função do êxito.

Todavia, este cenário atual se realiza num campo de conflitos, lutas e resistências, internas e externas. De fato, os últimos anos têm sido palco de intensas jornadas de defesa e construção de uma universidade que recupere seu sentido e horizonte universalista, bem como seu protagonismo social.

Nesse contexto, e como parte dessa resistência à universidade-organização e na luta por uma universidade pública socialmente referenciada, autônoma e crítica, se inscrevem diversas experiências de extensão universitária, que apontam na direção de recuperar e fazer prevalecer o interesse público e o espírito universalista na produção de conhecimentos. Pelo próprio caráter excludente da universidade brasileira, as práticas extensionistas têm servido como braços para imbuir a formação universitária na realidade social da qual é parte constitutiva, resistindo assim às tendências que hoje se afirmam como hegemônicas, que pensam a universidade em si mesma.

Uma grande variedade de programas e projetos de extensão, realizados junto a grupos sociais e movimentos populares das localidades onde a universidade se insere, vem resistindo ao des-financiamento e às tentativas de extinguir a principal conquista da universidade: a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nesse sentido, podemos afirmar que através da extensão universitária – e essa vinculada organicamente às atividades de ensino e pesquisa – pode se resistir às atuais tendências mercadológicas em curso na universidade, bem como construir germens de outra universidade, uma que paute sua atuação em iniciativas para enfrentar os problemas sociais mais urgentes do nosso tempo.

1.2 Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares

O Programa de extensão "'Assessoria Interdisciplinar em saúde e cidadania a movimentos populares" desenvolve atividades desde 2010, pela articulação de diversos conhecimentos, através de estratégia interdisciplinar, construídas em conjunto por alunos e professores dos cursos de Serviço Social e Enfermagem, para o trabalho com movimentos sociais do campo e da cidade, na perspectiva da defesa dos direitos humanos e da cidadania.

Em linhas gerais este programa tem como objetivo promover ações de extensão direcionadas à gestação de processos de formação política e humana, ações de saúde para militantes de movimentos sociais e populares, contribuindo para a qualificação da sua participação na vida política e na luta pela conquista de diversas reivindicações sociais relacionadas com a afirmação da sua cidadania. Propõe ainda contribuir com a articulação e visibilidade das ações de organização e resistência de grupos e comunidades quilombolas, movimentos sociais e populares, tanto rurais quanto urbanos. Para isso privilegiamos a articulação com outros centros de formação e educação popular (a exemplo da ENFF-Escola Nacional Florestan Fernandes), com movimentos sociais (MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Chega de Estupros[1]), com outros *campi* da UFF e outras universidades da região (UFRJ/*Campus* Macaé e UENF) na perspectiva da defesa dos direitos humanos e da cidadania, destacando-se ações de formação política; de resgate da cultura e de resistência sociocultural e de afirmação de uma concepção integral de saúde.

Temos alguns projetos interdisciplinares agregados ao programa como a "Semana de Cultura Afro-brasileira em Rio das Ostras" que existe desde 2011 e em 2017 desdobra-se no projeto "Questões Étnico-raciais e Vivências em Cultura Afro-brasileira em Rio das Ostras (2017)"; além dos projetos "Semeando Vida Digna em Saúde: produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos (2017)" e "Terra, Saúde e Direitos: extensão popular junto a movimentos sociais (2017)" sobre os quais falaremos no próximo item.

[1] Movimento social de atuação frente à violência contra as mulheres no município de Rio das Ostras.

As ações do programa são desenvolvidas, de forma prioritária, no assentamento Osvaldo de Oliveira/MST, no município de Macaé e no Quilombola de Machadinha no município de Quissamã na região norte do Estado do Rio de Janeiro pelos docentes e discentes dos cursos de Serviço Social e Enfermagem que compõem o programa.

No trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira[2] a equipe de docentes e estudantes se reúne para o planejamento de ações de acordo com a demanda levantada pelas famílias do assentamento, encaminhando ações e oficinas de formação política, de saúde, de cultura com temas relacionados à organicidade interna da comunidade a partir das necessidades e demandas observadas na relação que se constrói entre a Universidade e os diversos sujeitos envolvidos. Realizamos ao longo desses anos a construção de um conjunto de oficinas nos seguintes sub-eixos: (i) Grupo focal e diagnóstico participativo em saúde; (ii) Reflexões sobre o "espaço vivido" e o meio ambiente a partir da produção coletiva de fotografias; (iii) Saúde de crianças vulneráveis, prevenção e combate à verminoses: tratamento farmacológico, fitoterápico e práticas educativas; (iv) elaboração e aplicação de um questionário com o objetivo de reconhecer as famílias assentadas e a construção de um diagnóstico de saúde das mesmas. As oficinas da saúde foram desenvolvidas alternadamente com outras atividades dos distintos eixos do programa de extensão.

O trabalho de educação popular em saúde é outra das nossas frentes de trabalho, constituindo-se como um campo multidisciplinar para a construção de novos sentidos e práticas de saúde, buscando, através do diálogo e a troca de saberes entre a universidade e os movimentos sociais, uma maior autonomia no que diz respeito às condições de vida e de saúde das comunidades. A educação popular em saúde dialoga com a realidade local, considerando a singularidade dessas comunidades para atender as reais necessidades e problemas enfrentados. Nesse sentido, a partir da saúde, foi possível apreender importantes aspectos sociais sobre a

[2] Assentamento Osvaldo de Oliveira constitui o principal lócus de atuação do projeto de extensão de que trata este artigo. Cabe ressaltar que as famílias atualmente assentadas estiveram, desde 2010, na luta pela desapropriação de um latifúndio localizado na região de Córrego do Ouro, distrito do município de Macaé- RJ. No dia 01 de Março de 2014, foi dada a emissão de posse da terra pelo INCRA e as famílias do então Acampamento Osvaldo de Oliveira ocuparam a Fazenda, na qual permanecem até hoje no caminho para materialização de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). O PDS Osvaldo de Oliveira, reconhecido pelo INCRA em maio de 2014, é o primeiro assentamento em modelo agroecológico no estado do Rio de Janeiro e tem o objetivo de construir um assentamento que supõe a produção agroecológica e iniciativas de preservação ambiental.

comunidade, com idosos, adultos, jovens e crianças abrigados em barracos de lona; submetidos a péssimas condições de vida e alijados de diversos direitos civis e sociais, como os de proteção social. Desenvolvemos oficinas onde as temáticas das intervenções foram solicitadas pela comunidade tais como: manejo do lixo, higiene pessoal, qualidade e utilização da água, higiene corporal, sexualidade, abuso de álcool e violência doméstica. As oficinas de saúde têm sido promissoras para desenvolver junto à comunidade práticas promotoras de saúde orientadas à melhoria das suas condições de vida e à afirmação dos direitos sociais de cidadania.

Com a vinculação do projeto *Semeando Vida Digna*, as ações no assentamento se ampliarão no sentido de aprofundar o diálogo e a proposição sobre produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos com o intuito de assessorar ações que dizem respeito à cadeia alimentar, desde a produção ao consumo

As ações junto ao Quilombo Machadinha, desenvolvidas através do projeto *Questões Étnico-raciais e Vivencias em Cultura Afro-brasileira*, também no âmbito deste programa, indicam como transversal e necessária a inclusão da temática da questão racial no Brasil nas ações da Universidade em comunidades tradicionais e movimentos populares.

A seguir indicaremos alguns elementos sobre as temáticas/ categorias que compõe o arcabouço teórico do programa *Assessoria Interdisciplinar*, bem como objetivos principais dos projetos que a ele se vinculam.

1.3 Luta pela terra, agroecologia e questão étnico-racial: temáticas e ações transversais aos projetos de extensão vinculados ao programa Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares

A luta pela terra é central na organização dos movimentos populares e das comunidades tradicionais com as quais desenvolvemos ações de extensão no âmbito do programa e dos projetos aqui mencionados. Neste sentido, ações que fortaleçam os sujeitos desta luta e contribuam com a formação humana e cidadã fazem parte de nossas propostas de intervenção.

Em uma rápida incursão no cenário de luta no meio rural podemos observar o quanto os movimentos populares vêm sendo atacados em sua organização, em especial pelo avanço do agronegócio,

e necessitam de parcerias que fortaleçam suas reivindicações[3]. Por outro lado, as comunidades remanescentes de quilombo têm cada vez mais dificultada sua luta pela titulação de suas terras e o acesso a políticas públicas básicas.

No meio rural, o agronegócio expressa um modelo de desenvolvimento agrícola que, em nome de produzir alimentos baratos para os segmentos populacionais mais empobrecidos, omite sua verdadeira face. O seu crescimento, estimulado por políticas de governo, é proporcional ao crescimento dos conflitos agrários e riscos ambientais. Sua retórica é a de superar os avanços da Revolução Verde[4], modernizando ainda mais a agricultura. Tal processo se ancora no investimento em tecnologia para aumento da produtividade, associando o uso de agrotóxicos às sementes transgênicas. Contudo, devemos destacar que o uso de agrotóxicos em nossa agricultura não é um fato novo. O desenvolvimento agrícola mundial mudou radicalmente após a Segunda Guerra Mundial, baseando-se na monocultura de certos cultivos e no aumento do consumo de carne.

Assim, a lógica imposta pelo monopólio de terras e da tecnologia para a produção monocultora tem sido um fator agravante para o gradativo esvaziamento do campo brasileiro, com o que vai se perdendo uma infinidade de técnicas e saberes populares já enraizados historicamente nas comunidades, em especial nas tradicionais. Essas perdas geradas pela lógica inerente que movimenta o agronegócio não afetam apenas as comunidades do campo, mas o conjunto da população e ao ambiente como um todo.

---

[3] Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, ao analisar os conflitos no campo entre os períodos de 2007 e 2016, percebe-se o aumento de conflitos por terra e por água com destaque para o aumento significativo do número de assassinatos (Cf. <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/58-dados-2016/14050-imprensa-comparacao-dos-conflitos-no-campo-2007-2016>, acesso em 28/06/2017).

[4] Particularmente no Brasil, a Revolução Verde chegou via política de governo. Segundo Lia Giraldo (2011), em 1976 foi promulgada a lei do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas que condicionava o acesso ao crédito agrícola à compra do pacote tecnológico baseado nos insumos químicos. Assim criou-se um modelo agrícola dependente de grandes extensões de terras e de tecnologias de "modernização" da produção. O resultado social é amplamente conhecido, gerando uma forte migração populacional em direção às cidades, aprofundando as desigualdades regionais e as tensões sociais nos grandes centros urbanos. Segundo a pesquisadora, o Brasil chega, em 2008, à posição de campeão no uso de agrotóxicos, pois passou a ser não apenas consumidor, mas produtor de insumos químicos, garantindo seu lugar de exportador de commodities de alimentos na divisão internacional do capital. Não por acaso, "as cinco maiores produtoras de agrotóxicos têm fábricas no Brasil – Basf, Bayer, Syngenta, DuPont e Monsanto" (GIRALDO, 2011).

O ônus deste processo predatório recai sobre a saúde, não apenas dos agricultores diretamente envolvidos no manuseio de substâncias altamente tóxicas - na maior parte dos casos sem saber dos riscos -, mas também recai sobre os consumidores. Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruzSINITOX), só em 2012 os casos de intoxicação por agrotóxicos chegaram a 4.656, sendo que 1.839 destes ocorreram com mulheres, o que aumenta ainda mais a gravidade, levando em consideração que boa parte das mesmas estão em idade de gestação, podendo causar danos gravíssimos às futuras gerações. Além dos efeitos sociais, a exemplo dos agravos para a saúde humana, desse tipo de desenvolvimento, o resultado ambiental, à exceção das catástrofes, nem sempre é tão evidente, pois a grande mídia não noticia: o enorme gasto e desperdício de água na produção agrícola (PORTO-GONÇALVES, 2008); o envenenamento não somente das culturas, mas também dos lençóis freáticos, dos rios, do ar e, consequentemente, de toda a fauna, que inclusive participa da cadeia agrícola, como as abelhas; a desertificação em função da derrubada das florestas para a monocultura e produção de gado. Por outro lado, o agronegócio tem avançado em territórios de comunidades tradicionais e, de forma predatória, influenciado na destruição de saberes ancestrais, de arranjos produtivos locais e inviabilizando, através de articulações políticas, a titulação destas terras.

A partir de uma análise crítica é possível desmistificar, então, a tese de que o agronegócio alimenta a população do Brasil, pois, a partir do censo agropecuário de 2006, alguns pesquisadores constataram que mais de 70% do que consumimos vêm da agricultura familiar (GLASS, 2011). Na verdade, parte significativa da produção do agronegócio é para exportação, pautada por uma política econômica baseada na reprimarização para equilíbrio da balança comercial. Tal produção serve para alimentar animais que entrarão na cadeia alimentícia. Agrega-se que a agricultura industrial e financeirizada resulta numa simplificação extrema da natureza, substituindo as florestas tropicais por monoculturas ou gado, desertificando áreas em nome do aumento da produtividade, comprometendo severamente nossa biodiversidade. Destarte, ignora-se a vulnerabilidade dos sistemas ecológicos, pois se aumenta a disseminação de pragas, dificultando seu controle.

Na contra corrente desse modelo está a agroecologia[5], que significa baixo risco para os pequenos produtores, fuga dos endividamentos atrelados aos pacotes tecnológicos, produção de alimentos saudáveis, segurança e soberania alimentar, autonomia produtiva, respeito à vida e à sua biodiversidade. Desta forma a agroecologia deve se tornar uma alternativa tanto para novos arranjos produtivos do campo, como os assentamentos do MST, quanto para as comunidades quilombolas que estão em vias de titular suas terras, ou já o fizeram, e devem elaborar um projeto de desenvolvimento coletivo e sustentável para as mesmas.

Não por acaso a agroecologia e a pauta da soberania alimentar e nutricional tem sido central nas lutas desenvolvidas nas últimas décadas por diversos movimentos campesinos, vários deles reunidos no movimento internacional Via Campesina[6]. No Brasil temos vários movimentos sociais e organizações populares que compõem a Via Campesina buscando construir alianças entre o campo e cidade levando adiante essa pauta econômica e política da agroecologia e da soberania alimentar e nutricional.

Nessa transição agroecológica, deve-se considerar que é preciso tecnologia no campo para que os próprios camponeses tenham tempo para além do trabalho e uma educação voltada para a ampliação dos conhecimentos, bem como, um processo de formação que possibilite a construção de novas

[5] Dessa forma, o objetivo final do modelo agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes. Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir a conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal, etc.), enfatizando o desenvolvimento de metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas' (ALTIERI, 2012, p. 114-115).

[6] Trata-se de um movimento internacional, nascido em 1993, que congrega 164 movimentos de 73 países e que vem pautando e adensando o debate em torno da agroecologia, como um princípio que viabiliza a agrobiodiversidade. Além desse princípio, a Via vem defendendo um conjunto de direitos dos camponeses: "A Declaração dos direitos das Camponesas e Camponeses apresenta, entre os direitos fundamentais do camponês: o direito à vida e a um nível de vida digna; a terra e água e a um território; a saber e a praticar a agricultura tradicional; aos meios de produção agrícola; incluindo-se as sementes das variedades tradicionais; ao reconhecimento e proteção da sua cultura e dos valores da agricultura local; a desenvolver e preservar o conhecimento agrícola local, bem como rechaçar as intervenções que podem destruir o seu modo de fazer agricultura; à informação, bem como à liberdade para determinar o preço e o mercado para comercialização e ao acesso à justiça". (LA VIA CAMPESINA, 2009 apud SILVA, 2011, p. 438).

relações sociais, é nesse ínterim que a relação com a universidade pode se estabelecer, de forma parceira, horizontal e participativa.

Nessa perspectiva o Projeto de extensão "Semeando Vida Digna em Saúde: produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos" tem como objetivo mapear produtores rurais agroecológicos, sobretudo com perfil camponês, assessorá-los e colocá-los em articulação, priorizando os municípios de Casimiro de Abreu, Macaé e Rio das Ostras, bem como consumidores interessados em articulações coletivas, facilitando processos de comercialização que beneficiem a ambos os segmentos sociais, ou seja, produtores e consumidores. Além disso, buscar-se-á fomentar o controle social da política de segurança alimentar. Compreende-se que o enlace entre campo e cidade, no que diz respeito à relação entre a produção de alimentos saudáveis e seu consumo, contribui para a construção de uma sociedade que altere seu modelo produtivo alimentar. Este deve priorizar a preservação da natureza e manutenção/recuperação da biodiversidade e reconhecer e valorizar formas de existência humanas que combinam o conhecimento científico e o saber/cultura popular, criando brechas de ruptura com os processos de alienação em curso. Em síntese, o projeto visa contribuir para a superação de um desenvolvimento que submeteu a produção de alimentos ao seu jugo, tendo como consequência sérios efeitos socioambientais, precarizando o trabalho dos pequenos agricultores, adoecendo trabalhadores e consumidores de produtos ultraprocessados e de produtos frescos envenenados.

O projeto "Terra, saúde e direitos – extensão popular junto a movimentos sociais" tem como proposta Contribuir com a consolidação de experiências comunitárias de movimentos populares da região, prestando assessoria profissional em Serviço Social, Saúde e Direito, desenvolvendo processos de formação política e humana, do trabalho com as juventudes e grupos de mulheres, de práticas cooperativas e ecologicamente sustentáveis, em parceria com organismos governamentais e não governamentais, sindicatos, instituições de pesquisa e de assessoria técnica que atuam na região. Para tanto busca-se a partir da articulação inter-institucional e inter-profissional, contribuir com a "consolidação de experiências comunitárias alternativas, pautadas por princípios sócio-produtivos sustentáveis, de alimentação saudável e associativismo popular, na perspectiva de defesa e materialização de direitos sociais e de uma vida digna". Por outro lado, em âmbito local "procura-se promover contatos com movimentos sociais e populares que atuam na região, com o objetivo de conhecer a situação

dos direitos humanos e mapear as principais demandas apresentadas". As diversas ações propostas "visam a articulação entre universidade pública e movimentos sociais e populares da região, integrando alunos, professores, organizações da sociedade civil e instancias governamentais responsáveis pelas áreas de incumbência desse projeto".

Em relação à inserção do debate sobre questões étnico-raciais na academia, podemos considerar como algo bastante recente, como o é a inserção dos negros nas universidades brasileiras, que na maioria das vezes se deu por força da lei[7]. Como também é sua inserção em espaços de poder, em qualquer âmbito da federação, da mídia, dos postos mais qualificados no mercado de trabalho, etc.

Dados do IPEA indicam ainda que "Considerando a população com mais de 15 anos, em 2012, 23% da população branca tinha menos de quatro anos de estudo; entre os negros, este percentual atingiu 32,3%". Por outro lado, "Na população branca, o percentual de pessoas com nove anos ou mais de estudo era de 39,8%, em 2001, e subiu para 55,5% em 2012; na população negra, o percentual de pessoas com igual escolaridade passou de 22,5%, em 2001, para 41,2%, em 2012". E por fim, observamos que "A proporção de pessoas brancas com doze anos ou mais de estudo cresceu de 13,3%, em 2001, para 22,2%, em 2012, enquanto entre os negros aumentou de 3,5% para 9,4%." (2014, p. 19).

Estas desigualdades raciais no acesso à educação, saúde, bens culturais, etc. são estruturantes das desigualdades sociais brasileiras e têm sido cada vez mais desnudadas através de estudos e pesquisas. Portanto, devem ser consideradas tanto em análises e pesquisas sobre a realidade brasileira quanto em propostas de intervenção e, em se tratando da universidade em ações extensionistas que dialoguem ou intervenham junto a movimentos populares e comunidades tradicionais, formados, sobretudo, por este segmento subalterno.

Neste sentido, o projeto de extensão "Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira" se propõe a realizar eventos e ações que propiciem debates e reflexões sobre a questão racial no Brasil e a cultura afro-brasileira em suas diversas expressões, utilizando para tanto a pesquisa-ação como metodologia de conhecimento/apropriação de elementos da realidade e de inserção/intervenção na mesma. Nossas ações extensionistas têm sido desenvolvidas, sobretudo, junto a Comunidade

[7] Lei 12.711/agosto de 20112, que institui cotas raciais para o ingresso nas universidades federais e institutos federais de ensino técnico de nível médio.

Quilombola de Machadinha, situada no norte fluminense, no município de Quissamã/RJ. Por outro lado, estas ações estão articuladas com o ensino e a pesquisa, na medida em que tem sido desenvolvidos grupos de estudos, projetos de pesquisas e disciplinas que tratam da temática da questão racial no Brasil e da Cultura Afro-brasileira.

CONCLUSÃO

A conjuntura atual, de ataque aos direitos e de criminalização das lutas nos coloca diante de um compromisso com os sujeitos que colocam seus corpos e ideias em combate direto com o avanço destrutivo do capital. Estes sujeitos, organizados, sobretudo, em movimentos sociais e populares do campo e da cidade não podem estar sozinhos em suas barricadas cotidianas. Estes movimentos se constituem nas lutas, questionando não apenas as condições imediatas de subalternidade em que se encontra a classe trabalhadora no atual estágio do capitalismo no Brasil, mas a própria estrutura do sistema, que guarda em sua gênese e essência a exploração do homem pelo homem. O mínimo que a universidade pode lhes oferecer é parcerias na organização da luta, na formulação de propostas alternativas à produção capitalista e na resistência e avanço na conquista e efetivação de direitos, sem lhe tirar o protagonismo e respeitando seus saberes.

É no interior desse movimento de crítica ao instituído e de constituição de um espaço contra-hegemônico que merecem destaque as tentativas e investimentos em espaços e experiências de formação humana, política e cultural, condição para que possa se colocar outra racionalidade que fundamente a vida social.

Dessa forma, a formação humana e política aqui considerada está associada a um determinado tipo de ação educativa e política, voltada para a constituição de uma nova forma organizativa da vida social, na contracorrente de uma outra concepção - também educativa e política – que trafega num sentido radicalmente oposto, vinculado à adaptação dos trabalhadores ao desenvolvimento capitalista, realizando plenamente os princípios da opressão de uma classe social sobre outras, base de todas as injustiças e violências atuais.

A adoção desta concepção crítica supõe a elaboração reflexiva da organização societária conformada sob o capital e, portanto a compreensão da necessidade da luta pela sua não naturalização.

Por fim, este programa de extensão vem possibilitando um cenário coletivo de aprendizagem, articulando o mundo do ensino/demandas sociais/ direito social e de saúde/ rede de saúde/ educação popular em saúde. Paulo Freire (2005) indica que cenários de aprendizagem são espaços para conhecer a ação concreta no mundo, oportunizando a construção de conhecimento, reflexão crítica sobre a realidade e o compromisso social.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3 ed. Rev. Ampliada, São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BRASIL, Política Nacional de Educação Popular Em Saúde. Ministério da Saúde. Brasília: DF, 2012.

GERALDO, L. [Como o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos]. [Rio de Janeiro] 2011. Entrevista concedida a Raquel Junia publicada no jornal do Brasil de Fato em 22 de fevereiro de 2011. Disponível em: HTTP://wwwbrasildefato.com.br/node/5754 Acesso em 18 nov. 2014.

GLASS, V. **Agricultura em família. Desafios do desenvolvimento** – revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, ano 8, ed. 66, 27 jul. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23. Acesso em 19 set 2013.

CHAUÍ, M. **Contra a universidade operacional**. ENSP 2015, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TNQg95QIvsQ>.

JACCOUD, L. Racismo e república: o debate sobre branqueamento e a discriminação racial no Brasil (49-68). IN. THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília, IPEA, 2008.

PORTO-GONÇALVES, CW. **A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina.** In: Fernander, BM (org). Campesinato e agronegócio na América Latina. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA. J. L. L.; **O processo saúde-doença e sua importância para a promoção da saúde.** Informa-se em promoção da saúde, v . 2, n. 1, p. 03- 05, 2006.

SILVA, M. T. **Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa**. In: ZANONI, M; FERMENT, G (org.). Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 432-447

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular na universidade**. In: Vasconcelos EM; Cruz JSC. Educação Popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011. Cap. 1, pag . 15- 39.

LUTAS SOCIAIS E CONJUNTURA BRASILEIRA: ENCRUZILHADAS NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

Mailiz Garibotti Lusa*

mailiz@ufrgs.br

RESUMO: Aborda-se o cenário social, político e econômico atual, para nele refletir sobre as perspectivas das mobilizações e lutas sociais. Visa discutir sobre a conjuntura atual, a fim de visualizar nelaestratégias de resistência à retirada de direitos e, num futuro breve, a conquista do poder popular e da transformação societária. Trata-se de um ensaio teórico, aportado na perspectiva do materialismo histórico dialético, realizado fundamentalmente através de pesquisa bibliográfica e da análise de realidade. Considera-se que das mobilizações, articulações políticas entre os movimentos sociais, e das lutas sociais poderá emergir um novo momento político.

Palavras-chave: Conjuntura de crises. Emergência. Movimentos sociais. Articulações políticas. Lutassociais.

LUCHAS SOCIALES Y COYUNTURA BRASILEÑA; ENCRUCIJADA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PODER POPULAR

RESUMEN: *Se aborda el escenario social, político y económico actual, para reflexionar sobre las perspectivas de las movilizaciones y luchas sociales. Su objetivo es analizar la coyuntura actual con el fin de visualizar en ella estrategias de resistencia a la retirada de derechos y, en un futuro breve, la conquista del poder popular y de la transformación societaria. Se trata de un ensayo teórico, aportado en la perspectiva del materialismo histórico dialéctico, realizado fundamentalmente a través de la investigación bibliográfica y del análisis de la realidad. Se considera que de las movilizaciones, articulaciones políticas entre los movimientos sociales, y de las luchas sociales podrá emerger un nuevo momento político.*

Palabras clave: *Conjuntura de crisis. Emergencia.Movimientos sociales.Articulaciones políticas. Luchas sociales.*

INTRODUÇÃO

A conjuntura política, econômica, social e cultural do Brasil em meados de 2017 pode ser identificada como tragédia, ou como encruzilhada para um horizonte talvez distante, mas não como farsa. O cenário que se coloca é de um complexo de relações dialéticas, tendo em vista interesses contraditórios das classes fundamentais, que somente pode

* Professora Adjunto III do Departamento e Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social. Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

ser compreendido a partir de mediações entre o presente e a formação sócio histórica brasileira, entre o perfil ídeo-político-cultural das classes em disputas e os instrumentos de alienação - dominação – resistência e entre continuidades e rupturas das lutas sociais.

Considerando tal pano de fundo, este trabalho propõe lançar o debate sobre o atual momento de mobilizações e lutas sociais, tratando sobre os movimentos sociais, em especial aqueles do campo, suas articulações e estratégias tendo em vista outro horizonte societário. Visa compreender a emergência de uma nova dinâmica das lutas sociais, a fim de reconhecer possíveis estratégias políticas imediatas e mediatas de construção de um novo horizonte societário.

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico, orientado pela perspectiva do materialismo histórico dialético de Marx. Situa-se no âmbito das produções do Serviço Social brasileiro. Assim, orienta-se pela direção do projeto ético político desta profissão, cuja perspectiva crítica de base marxista é hegemônica e aponta para a construção de outro horizonte societário pela classe trabalhadora. No seu desenvolvimento, trata sobre a conjuntura política atual e suas raízes históricas; os movimentos e lutas sociais no Brasil e a emergência de um novo momento político; e, por fim, sobre a construção de estratégias de superação, a partir das lutas sociais.

Reconhecendo que o pano de fundo desse debate é desafiador, identifica-se que também a reflexão proposta aqui assume a mesma característica, por isso, não se encerra com este trabalho. Pelo contrário, a discussão aqui apresentada configura-se como um ensaio para principiar um debate mais amplo de reflexão sobre os objetivos comuns e também os interesses em disputas no âmbito dos movimentos sociais no Brasil, bem como sobre os rumos que se deseja para as lutas sociais, a fim de que se possa aproximar de outro horizonte societário.

1 A REALIDADE E AS CRISE(S) NO PLURAL: CONJUNTURA POLÍTICA E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS

As lutas sociais e os processos de mobilização e organização, especialmente da classe trabalhadora, através dos movimentos sociais, têm sido objeto de estudos e análises das ciências sociais e humanas há algumas décadas. O que ninguém imaginava eram os elementos que viriam a compor a realidade atual, em cuja articulação do seu conjunto e dos determinantes

desafiam aqueles que, de fato, intencionam fazer uma análise de conjuntura comprometida com as lutas e com a organização social.

A partir disso, retira-se uma primeira proposição para o debate: é do chão da realidade histórica que os movimentos e lutas sociais se encontram e encontram objetivos e pautas comuns e específicas, articulam-se e organizam suas lutas. Este chão da realidade é dinâmico, o que lhes exige permanente articulação no cenário político e social, imprimindo processualidade e dinâmica às suas pautas e lutas.

Nessa perspectiva, a realidade é histórica, o que leva a reconhecer que as raízes da conjuntura atual começaram a se desenvolver há séculos e apenas podem ser compreendidas se considerada a formação sócio histórica do país, especialmente no que se refere ao jogo de forças e às relações sociais de classe. Trata-se de um tipo de historicidade que não lhes prende ao que passou, mas lhes projeta dialética e conscientemente para traçar o futuro.

Além disso,trata-se de um tipo de realidade tomada em sua materialidade cotidiana, cujo elemento determinante central é o modo de produção capitalista e os efeitos da lei geral da acumulação capitalista, dentre os quais a concentração da riqueza e, no seu polo diametralmente inverso, o acirramento da pobreza. Esta expressão da questão social decorre da produção coletiva e social do capital, a qual é feita pela classe trabalhadora, porém é apropriada pelas mãos da classe burguesa, onde resta concentrada e protegida. Este confisco da riqueza socialmente produzida é operado, em especial, por uma pequena elite burguesa, e legalizado pelo Estado burguês. Tal materialidade cotidiana, portanto, é determinada pelo (sócio) metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011; HARVEY, 2013), assim como também pela crise estrutural que lhe é intrínseca (MÉSZÁROS, 2011).

A captura e compreensão da realidade histórica e material, assim, torna-se motor para a leitura da realidade em sua conjuntura atual. Dessa forma, para compreender o que se explicita no Brasil em 2017, é preciso considerar as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, a constituição, configuração e interesses das classes sociais, o papel do Estado burguês e como vão ocorrendo dialeticamente as disputas de classe.

Com um olhar e leitura críticos dos fatos e acontecimentos que ilustram os últimos meses, notabiliza-se a ocorrência de vários protestos e manifestações, pedido o combate à corrupção e denunciando veementemente corruptos e corruptores que figuram na mídia tradicional.

Certamente, um dos maiores escândalos dos últimos meses relaciona-se ao dito "colapso do governo Temer" e o amplo pedido de novas eleições para o executivo nacional. Ocorre que, "com a divulgação do escândalo da JBS[1], iniciou-se a construção de um amplo movimento em defesa da antecipação das eleições no País" (BOULOS, 2017, s./p.).

Situando o momento atual, afirma-se que há pouco mais de um ano,

> Muitos parlamentares votaram pela saída de Dilma da Presidência em 2016, dizendo que essa era a vontade do povo. Mais de 60% da população queria o impeachment, os escândalos de corrupção pipocavam e haviammais de 11 milhões de desempregados. Pois, agora são 14 milhões de desempregados, os escândalos de corrupção atingem diretamente o presidente e 85% da população quer novas eleições diretas. A vontade popular não tem mais o mesmo valor para esses parlamentares. Os deputados e senadores, se quiserem, podem mudar a Constituição e convocar novas eleições. Mas, a maioria quer as eleições indiretas, em que apenas deputados e senadores escolheriam o novo governante (ARCARY, 2017, s./p.).

Observados os dados acima citados sobre o cenário, se fosse realizada uma análise breve e aparente, poder-se-ia dizer que se trata de uma profunda crise política, a qual repercute na economia do país. Todavia, apreendida segundo fundamentos analíticos críticos, há de se fazer uma primeira consideração fundamental: não se trata de uma crise apenas política, mas de uma crise essencialmente da economia capitalista e do modo particular como ela se desenvolveu no Brasil.

Logo, as relações políticas, em suas articulações profundamente escandalosas,não nasceram na última década e nem se explicam na seara do jogo de dominação política. Desde o Brasil Colônia a acumulação primitiva de capital encontrava nas relações políticas com o Estado sua forma de sustentação, via dominação coronelista. Com o avanço do capitalismo também as estratégias de dominação atualizaram-se. O coronelismo político, que desde cedo descobriu que poderia se servir dos três poderes de Estado para dominar, atualiza suas estratégias. Significa que em tempos de capital fetiche, a aprovação de uma barganha no sistema

[1] Trata-se a Empresa JBS (iniciais do nome de José Batista Sobrinho, pai do empresário Joesley Batista, um dos principais sócios proprietários da empresa), uma holding que incorporou diversas outras empresas do ramo do agronegócio e agroindústria internacionais.

bancário, que se coloca como extremamente lucrativa para o capitalista, passará pela negociação –com o executivo, ou ainda com o legislativo –, de uma propina,a fim de que o Estado libere os recursos de financiamento bancário[2].

Assim, uma análise mais profunda da crise política possibilita reconhecer que ela carrega consigo as estratégias dos capitalistas brasileiros para a superação da crise econômica. Esta última não se trata de uma crise necessariamente causada pela má gestão da economiapelo governo – embora, também isso tenha ocorrido –, mas, sim, de uma crise própria do metabolismo do capital. Crise esta que significa, tão somente, que o capital, em muitos setores produtivos, comerciais e financeiros, tem sua taxa de lucro estagnada, ou, quando muito, em declínio.Com isso, fecha-se a primeira consideração de que a conjuntura atual compõe-se de uma crise do capital (econômica), alardeada como uma crise meramente política, que aponta para o esgotamento das formas de participação e representação construídas desde as últimas décadas do século XX.

Uma segunda constatação é a de que o sistema político atual também tem raízes históricas. Suas heranças do mandonismo político coronelista e colonial determinaram a forma política assumida em meados do período de redemocratização do Brasil. Significa que as elites, que estão no poder desde o Brasil colônia, e que transitaram da aristocracia agrária para a burguesia agroindustrial, depois para a burguesia financeira, estavam efetivando suas estratégias de perpetuação no poder através do modelo político construído desde fins da década de 1970.

Significa dizer que aquele momento histórico, especialmente marcado na história do país pela participação popular, que figurou no cenário dos anos 1980, contribuiu para a erupção da crise política hoje.Naquele período vivia-se uma forte crise estrutural do capitalismo, com efeitos desastrosos para a classe trabalhadora e com estagnação da economia. Somava-se o esgotamento da 'autocracia burguesa' (FERNANDES, 2005; NETTO, 2007), e a reorganização dos movimentos sociais e dos partidos políticos, resultando nas lutas populares, como pelas 'Diretas Já' e pela 'Constituinte'. Reconhece-se naquele cenário, que havia disputa de classes, evidenciada na própria discussão sobre o perfil da Constituição Federal e o rol de direitos que passariam a ser reconhecidos constitucionalmente. De

[2] Essa parece ter sido a estratégia utilizada pelos empresários da JBS, os 'Irmãos Batista', conforme depoimento no âmbito da delação premiada,e em depoimento colhido em inquérito policial junto à Polícia Federal em 16 de junho de 2017.

fato, nessa disputa, a classe burguesa conseguiu forçar a transição para outra forma de Estado, já que o anterior não mais atendia aos seus interesses, e, para tanto, não resistiu à conquista de direitos pela classe trabalhadora.

Ora, o corolário da redemocratização carrega tais marcas dialéticas: as disputas de classe; a conquista pelos trabalhadores da Ordem Social na Carta Constitucional; o amadurecimento político da organização popular – quiçá, de classe para alguns coletivos –;mas, inclusive, a perpetuação da elite dominante e de suas estratégias de dominação,a qual, em momento algum da história,deixou de compor os três poderes do Estado.

Por conseguinte, entende-se que a disputa de interesses de classe deu-se dialeticamente e, embora a burguesia tenha perdido mais do que estava disposta no jogo de disputas, mesmo assim, na realidade, nunca saiu perdendo e nem se afastou do poder, tampouco deixou de conferir a direção ao Estado e à sociedade brasileira. Isso permite entender que a redemocratização e a ampliação de direitos, apenas aparentemente, figuravam como uma pauta única das classes no Brasil, já que, por trás dela, havia interesses de classe conflitantes, que, de fato, "são totalmente opostos e inconciliáveis" (IASI, 2017, s./p.).

Este é o ponto de articulação entre aquele cenário e o atual, em cujos últimos meses se ouve 'outra vez'o chamado para as 'Diretas Já', agora embalado pelo grito de 'Fora Temer'.Num olhar cansado e distraído parece se repetir a história da 'pauta compartilhada pelas classes sociais' fundamentais no Brasil. Já num olhar atento nota-se a existência de perspectivas distintas de luta, resultantes também da experiência da 'esquerda', construída nas lutas sociais dos finais dos anos 1970, que pouco a pouco é reconhecida nas lutas populares dos 1980, que vai conquistando espaço político-eleitoral e adentra as instâncias legislativas e executivas a partir dos 1990, chegando ao Executivo Federal nos 2000.

Muitas mudanças ocorreram nesse processo constitutivo e desconstitutivo da esquerda brasileira. Hoje, embora diluída em várias siglas que se reclamam de esquerda, reconhece-se nelas lutas e mobilizações para a proposição de modelos distintos de governo, de democracia e, principalmente, de sociedade. Em suas propostas, refutam as coalisões econômicas, sociais e políticas para governar, enquanto buscam um tipo de democracia participativa e não meramente representativa, cientes de que, para que ela ocorra, é novamente necessário construir unidade e identidade de classe, o que exige a superação do senso comum e da consequente alienação da classe trabalhadora das suas potencialidades de luta.

Para isso, é imprescindível reconhecer que o modelo democrático hegemônico atual, construído no 'afã' da transição da autocracia burguesa para a socialdemocracia burguesa, é um "projeto que nega a preocupação com o social e com a vida política, colocando a cidadania a disposição do mercado sem limites e sem fronteiras sociais (RIBEIRO, 2005, p. 40). Esse modelo parece tentar enquadrar todas e todos os indivíduos sociais numa única visão de Estado e também única via de saída do cenário de corrupção, que ocorre pela imposição do consenso e pela anulação das diferenças, que agora se unem ao som do 'Fora Temer' e 'Diretas Já'.

Embora a conjuntura pareça extremamente desoladora e penosa para as lutas da classe trabalhadora[3], há ainda uma possibilidade de análise que são os indícios que haveria uma cisão na elite burguesa. Isso porque, "[...] a mesma elite que deu bases à interrupção do mandato presidencial eleito em 2014, agora se vê ameaçada tendo perdido a base midiática fundamental", o que aponta que "trata-se de um momento de luta interna (intestina) da própria elite política, que nos indica que quem, por hora, ainda encontra-se no poder, não é o maior detentor dele. Alguém ou algo maior está(ão) por trás" (IASI, 2017, s./p.).

2 MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DO NOVO MOMENTO POLÍTICO

As lutas, mobilizações e movimentos sociais não são recentes no Brasil, muito embora a configuração atual o seja. Isso porque se transformaram frente aos processos ocorridos não só no cenário nacional, mas em todo ocidente capitalista, cuja principal causa é a própria dinâmica deste modo de produção. Conforme as necessidade de reprodução da classe se transformam, as relações sociais de exploração da força de trabalho se agravam, as resistências 'organizadas' ou 'em organização' vão se identificando e articulando, e a construção das reivindicações pelos coletivos vão ocorrendo, também as lutas, mobilizações e movimentos sociais vão se constituindo em suas bandeiras de luta (LUSA, 2011).

[3] Embora não se configura como objetivo desta análise a constituição e articulação interna da classe trabalhadora, não se pode deixar de registrar o reconhecimento que um dos grandes desafios a serem superados para a sua efetiva organização de classe é a fragmentação da identidade de classe. A ideologia burguesa e seu sistema de alienação fez com que o trabalhador não mais se reconhecesse como trabalhador. Exemplos disso é que hoje ele é, no campo, 'pequeno produtor rural' e, na cidade, 'micro empreendedor individual'.

Por várias décadas a organização, manifestação e lutas da classe trabalhadora brasileira passou por dentro das lutas dos movimentos sociais e do compromisso que estes tinham com a transformação societária. Ao fazer um mapeamento dos movimentos, lutas sociais e ações coletivas, desde o século XVI até o século XX, enfatiza-se que os mesmos não só marcaram períodos, lugares e fatos, mas construíram a história do Brasil (GOHN, 1995). Em especial, interessa destacar dois importantes momentos nesse processo. O primeiro articula-se ao cenário conjuntural discutido no segundo item deste trabalho, e corresponde à 'fase das lutas pela redemocratização'.

> Corresponde a uma fase de resistência e enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias. [...] Havia um clima de esperança, de crença na necessidade de retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado (GOHN, 1995, p.111).

Os 'germes' do surgimento dos movimentos sociais que ganhariam visibilidade internacional já estavam presentes no período das lutas sociais que marcaram os anos finais da década de 1970 e início de 1980. Através da participação nas discussões políticas do sindicalismo combativo, ou 'sindicalismo de oposição', os sujeitos dos movimentos sociais – as mulheres e homens, camponeses e operários – foram desenhando a esfera pública e denotando em suas reivindicações que estavam transformando a sociedade brasileira. O cenário das lutas sociais que anteriormente tinha como foco central a questão da classe operária, a partir dos anos 1980 começa a incorporar a atuação de movimentos e lutas sociais com diversos temas e nos diversos âmbitos. Havia um novo perfil que conformava grande parte dos movimentos sociais,os quais se originaram das entidades político-partidárias de esquerda, dos sindicatos de oposição, das instituições religiosas ligadas à Teologia da Libertação e outras (LUSA, 2011).

Ocorre que em meados dos 1980-1990, pouco a pouco, eles iam se tornando pluriclassistas, passando a receber, muitas vezes, o apoio e a participação das camadas médias da população. Para alguns estudiosos

essa característica possibilitava o amadurecimento do processo, pois corrobora o pluralismo que deveria figurar na sociedade. Para outros a característica dificultava o processo político-social de construção coletiva do movimento, pois retirava parte de sua identidade, enquanto movimento de classe, interferindo nas lutas, em cujos interesses começam a divergir entre uma e outra classe.

Apesar disso, muitos deles, principalmente aqueles ligados ao campo, persistem na linha da identidade de classe e, a partir dela, na contestação política ao Estado e à sociedade capitalista neoliberal. Muitos movimentos sociais, mesmo diante dos limites e desafios colocados pela sociedade capitalista competitiva e excludente, não abrem mão dos valores e princípios de classe (trabalhadora), procurando assegurar processos de construção de emancipação política e de autonomia, dentro e fora dos seus espaços de organização política e social (LUSA, 2011).

Esse é também um processo de transformação interna, pelo qual há uma passagem da cultura – no sentido amplo – para a política cultural – no sentido estreito do laço constitutivo entre cultura e política, nele o cultural se torna fato político – e, processualmente da política cultural para a cultura política de grupos sociais e do povo. Isso ocorre através das inferências que a política cultural opera na cultura política de um povo, ou seja, alterando a 'construção' sobre como cada sociedade concebe a política.

> Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles "inventaram" novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também de sua interação com outros agentes (SADER, 1988, p.20).

Logo, a política cultural é mais uma das dimensões pelas quais os movimentos sociais operam na atual transformação da sociedade. Ela está diretamente relacionada com o 'caráter pedagógico' dos movimentos sociais, que é profundamente constituído pelo político e pelo cultural destes movimentos, em sentido amplo (RIBEIRO, 1998).

Este fazer 'político' dos movimentos sociais está presente em suas práticas, desde a reflexão até a concretude das ações. Já o fazer 'política' pode se manifestar em vários âmbitos, que não somente

aqueles institucionalizados. Isso reveste suas práticas de significado e importância especiais, dado que através delas os movimentos sociais vão agindo, continuamente, de forma direta e indireta, transformando a sociedade (LUSA, 2011).

Todos os elementos levantados até o momento indicam que o grande desafio remete à construção de uma nova forma política, que precisará nascer da classe trabalhadora, e poderá nascer das lutas e mobilizações sociais contestatórias dessa ordem econômica e social, de forma a evidenciar o esgotamento do sistema democrático representativo. Tais elementos notabilizam o histórico 'uso imoral' dos três poderes, pela classe burguesa, que autoriza a ela própria – entenda-se: apenas ela – a transgredir a Carta Magna, demonstrando que o limite constitucional é acionado segundo os seus interesses de classe. Especialmente hoje, tudo isso ocorre dentro da aparente legalidade, uma vez que o poder legislativo eleito nos pleitos de 2014 e de 2016 tem um perfil majoritariamente burguês, auto identificado como conservador e reacionário.

3 LUTAS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA ORDEM

Tratado sobre a conjuntura atual e sua relação com o processo histórico da formação do Estado e sociedade brasileira – em suas diferenças e verossimilhanças –, bem como tendo discutido sobre as lutas, mobilizações e movimentos sociais na emergência deste diferente momento político, passa-se a refletir neste último item do estudo sobre a construção de estratégias de superação da ordem vigente.

Ora, grosso modo, ao se dizer 'estratégias de superação da ordem', está se falando sobre 'as bases' para a mudança, para o que se deve considerar que, "[...] de forma sintética, a realidade concreta é a nossa matéria-prima, [...] é o ponto de partida efetivo" (IASI, 2011, p. 169). Mas,qual, ou quais mudanças são almejadas? E por quem elas são almejadas?

Ora, os debates que se colocam numa perspectiva mais crítica de análise sinalizam que o momento em que se explicita um novo ápice da crise econômica, que se articulou a umacrise políticasem precedentes na opinião pública nacional e internacional, requisitaria a construção de um novo espaço e cultura políticos. Essa construção resultaria de um processo longo (possibilidade de mediação), que, apesar disso, também poderia ter saídas em nada 'mediadas', mas sim localizadas no plano do imediato.

Mas, atenção! O 'imediatismo' não é, em si, uma característica meramente do limite devido à ausência de mediação, mas principalmente é um indicativo do que é possível fazer, num momento em que a classe trabalhadora foi – muitas vezes silenciosamente – sendo usurpada em seu processo de formação de consciência crítica, de identidade, de organização, e atualmente se vê na obrigatória tarefa de reorganização de suas mobilizações e lutas sociais.

Neste sentido, as mobilizações precisam estar nas ruas para manifestar sua leitura de realidade e posicionamento político. Elas necessitam fazer frente às 'saídas' planejadas 'de cima', as quais podem ser determinadas exclusivamente pelos poderes judiciário e legislativo, em suas composições atuais.

Ocorre que, até meados de junho de 2017, a primeira ação de ultrapassagem deste momento por essa via, parece consenso, seria o "Fora Temer". Essa bandeira tem sido requerida, seja através do *impeachment*, ou da renúncia deste governo ilegítimo. Neste caso, o primeiro desafio seria fazer Michel Temer renunciar, o que expressamente não está nos planos do atual presidente. Ainda assim, é possível, pois, instituir um processo de afastamento pelo *impeachment*, o que exigirá um acréscimo no 'fator tempo'[4].

Por outro lado, se superados e quando superados tais desafios, adentrar-se-áem outro dilema, que será 'a quem' se dará a posse provisória da presidência da República? Se ao presidente da Câmara dos Deputados Federais (Sr. Rodrigo Maia), também mencionado nos processo de corrupção, ou se se convocará um governo provisório, a ser titularizado pela/o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)? Ambas as situações exigem tempo processual,até convocar as novas eleições, que no caso de um pleito 'indireto', teria prazo de 30 dias, somado ao processo eleitoral de 90 dias.

Ainda no plano do imediato, outra possibilidade é a determinação de eleições diretas antecipadas, ou de eleições gerais para ambos os poderes, executivo e legislativo. Importante registrar que é nesse plano imediato que se situa uma das bandeiras de luta que tem acompanhado o 'Fora Temer', que é o 'Diretas Já'.

[4] A análise temporal do último processo de impeachment de um presidente da República ocorreu quando do afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, cujo pedido foi aberto na Câmara dos Deputados em 02/12/2015; sendo ela afastada em 12/05/2016 e cassada somente em 31/08/2016.

Fora estas saídas imediatas, a classe trabalhadora brasileira tem a possibilidade de construção – mais lenta, gradual e também mais segura –de um processo mais longo de articulação e organização de suas bases, que se expressa no 'direito à revolução'. Lembre-se, "uma nova revolução só será possível na esteira de uma nova crise. Contudo, aquela é tão certa quanto esta". (MARX, 2012, p. 149). Isso feito, já dizia o filósofo revolucionário, ao analisar o '18 de Brumário de Luís Bonaparte': "assim que a crise revolucionária foi superada e o sufrágio universal abolido, voltou a irromper a luta entre a Assembleia Nacional e Bonaparte" (MARX, 2011, p. 89).

Isso permite compreender previamente que haverão momentos de avanços maiores e com mais qualidade política que outros, em que serão possíveis passos menores, porém com características de mediação. É o exemplo que se retira do relato de Marx sobre os encaminhamentos para a luta entre a assembleia nacional e os 'revolucionários bonapartistas'.

> Uma vez que os operários não respeitam a lei, mas apenas reconhecem sua força enquanto eles mesmos não dispõem da força para muda-la, é mais que natural que avancem propostas para modifica-la, é mais que natural que, no lugar da lei burguesa, queiram instaurar uma lei proletária. A proposta do proletariado é a Carta do Povo (People's Charter), cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta (MARX, 2011, p. 89).

O desafio, no entanto, é que estrategicamente a classe burguesa tem intensificado o metabolismo de exploração da classe trabalhadora pelo capitalista, por exemplo, destituindo a classe trabalhadora de seus direitos. Esta estratégia do modo de produção não é nova, todavia assume feições modernas e produz efeitos exponencialmente mais nefastos. O resultado é que "assim, o corpo político é configurado de modo tal que os trabalhadores são reduzidos a fragmentos vivos de si mesmo". Isso era já o relatado por Marx, quando registrava que,"por sua própria natureza 'incapacitado' – e Marx é irônico aqui – 'para fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como elemento acessório da oficina capitalista'" (HARVEY, 2013, p. 183).

Este antigo e sempre presente processo de destituição da autonomia e de aprisionamento do trabalhador é um dentre os principais aspectos que desafiam a articulação, organização e mobilização da classe trabalhadora, seja através de movimentos sociais, seja em organizações

sindicais, partidos políticos, coletivos autônomos de lutas (frentes de lutas), etc. O pretenso "[...] resultado disso é um 'empobrecimento do trabalhador' e uma séria perda de 'forças produtivas, individuais'. As subjetividades políticas e intelectuais também não permanecem imunes" (HARVEY, 2013, p. 184).

Embora desafiador, há alguns trabalhadores que vão se agregando e constituindo coletividades de luta. Isso demonstra que há correlação de forças e que está em disputa, por um lado, a 'coragem' de colocar-se no cenário político e social, contestando a ordem, mesmo que, por outro lado, ainda as elites se empenhem para o empobrecimento – no sentido da usurpação e alienação – da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES, SINALIZANDO A CONTINUIDADE NECESSÁRIA DESTE DEBATE

Antes de tudo, é importante reafirmar que é possível à classe trabalhadora, maioria expressiva da população brasileira, a construção de estratégias para o enfrentamento desta situação e para a saída da crise. Neste sentido, é necessário, inclusive, que as forças políticas de esquerda discutam coletivamente propostas de organização de lutas, tendo por horizonte a transformação estrutural do modo de produção e da sociedade. Ora, notem que,

> A direita já definiu seu caminho. O governo quer agradá-la a todo custo. A esquerda precisa construir saída para a crise. Essa saída passa pela definição de uma estratégia de enfrentamento, em nome das reformas populares. [...] A esquerda brasileira tem de assumir, de forma decisiva, um programa de reformas estruturais [...] e fazer o enfrentamento para construir um novo patamar de relações de força no Brasil (BOULOS, 2015, p. 120).

Mas, atenção! Se antes do golpe político que providenciou o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef em 2016 já se faziam apelos às esquerdas políticas e à classe trabalhadora, para que construíssem estratégias de superação da crise política, hoje este chamamento tornou-se uma necessidade urgente. Atualmente, antes de operar um programa de reformas estruturais, é preciso resistir com coragem, criatividade e forças às contrarreformas do Estado, as quais afetam sobremaneira os direitos sociais assegurados constitucionalmente ao povo brasileiro. É preciso tirar desse nefasto momento da conjuntura nacional os caminhos para a sua

transformação. Para isso, é imprescindível considerar que do 'não-lugar', pode-se construir o lugar e do 'não-direito' pode frutificar a luta pelo 'direito'. Isso, pois, "produto da necessidade e da falta de alternativas, a ocupação pode tornar-se uma escola de luta, um despertar para sujeitos tratados pelo capitalismo a ferro e fogo nas periferias. Do chão da periferia segregada, muito combates ainda poderão brotar" (BOULOS, 2015, p. 110).

O processo de mobilização no Brasil, desde a transição democrática iniciada em fins dos anos 1970, que ainda hoje se apresenta como um misto de continuidades e rupturas. O marco, sem dúvidas, é o chamado para a reorganização da classe trabalhadora e de construção de caminhos para a reversão desta conjuntura de regressão de direitos.

É imperioso, portanto, construir alternativas ao sistema de Estado, governo e, mais do que tudo, ao modo de produção capitalista. Logo, é indispensável reforçar as lutas e construir alternativas para conquistar o poder popular, que neste momento, de forma imediata, significa barrar as contrarreformas, através da mobilização e das greves gerais.

REFERÊNCIAS

ARCARY, V. **Por que defendemos Diretas Já.**Blog Esquerda*OnLine*. Disponível em: <http://esquerdaonline.com.br/2017/06/02/por-que-defendemos-diretas-ja> Acesso em: 03/06/2017.

BOULOS, G. **De que lado você está**? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BOULOS, G. Diretas e Direitos. **Carta Capital.** Ideias em tempo real (*on-line*).14 de Junho de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/956/diretas-e-direitos>. Acesso em: 15/06/2017.

HARVEY, D. **Para entender O capital I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

IASI, M. L. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, M. **Cai, não cai... mas, afinal, o que deve cair?** Blog da Boitempo. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/23/cai-nao-cai-mas-afina-o-que-deve-cair/. Acesso em: 27/05/2017.

LUSA, M. G.. **Lutas sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

MARX, K. **A luta de classes na França de 1848 a 1850**. Trad. Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Inclui prólogo de HebertMarcuse. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

RESISTÊNCIA CAMPESINA E DITADURA MILITAR UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA E SOCIAL

Andreie Chirilã*
andreichirila1996@hotmail.com
Mayra Ribeiro de Oliveira**
ma.ssnoturno@gmail.com

RESUMO: O presente artigo pretende realizar uma análise não apenas de como se efetivou a repressão ao movimento camponês no período compreendido entre 1964 e 1985, mas também busca compreender quais e como foram utilizados os mecanismos e formas de resistência à violência governamental por este movimento à época, buscando por meio de uma análise historiográfica, política e social de cunho marxista, pensar a importância dos movimentos de luta pela terra como elementos fundamentais na luta pela redemocratização nacional.

Palavras-chave: Brasil; Campo; Ditadura; Repressão; Resistência

RESISTENCIA CAMPESINA Y DICTADURA MILITAR UN ANÁLISIS HISTORIOGRÁFICO Y SOCIAL

RESUMEN: *El presente artículo tiene como propósito analisar no solamente como se ha efectuado la represión contra el movimiento campesino en el período comprendido entre los años de 1964 a 1985, pero también visa compreender cuales y como se utilizaron los mecanismos y formas de resistência a la violencia gubernamental por este movimiento a la época, pensando por medio de la análisis historiográfica, política y social marxista, pensar la relevancia de los movimientos de lucha por la tierra como componentes fundamentales en la lucha por la redemocratización nacional.*

Palabras clave: *Brasil; Campo; Dictadura; Represión; Resistencia.*

INTRODUÇÃO

A concentração de terras não é um fenômeno inédito no cenário social, político e econômico brasileiro, mas sim um elemento com origens antigas e que está diretamente relacionado ao processo de organização territorial efetivado durante a época da colonização, caracterizado em seu início pela divisão das terras em grandes propriedades rurais hereditárias.

Tais propriedades consistiam principalmente em grandes plantações canavieiras e engenhos açucareiros onde predominava a autoridade dos latifundiários. Como salienta (BUARQUE, 1995), este modelo de organização espacial e econômica teve um profundo impacto

* Graduando do curso de História (Bacharelado/Licenciatura).

** Assistente social aprimoranda – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCRP-FMRP).

não apenas no âmbito econômico, mas também no processo de formação cultural, caracterizado pela estrutura familiar do tipo patriarcal primitivo, e na gênese nas relações de trabalho imposta aos trabalhadores rurais.

Este quadro de desigualdades não apenas perpassou o período colonial, representando um legado dos primórdios da formação territorial brasileira, como posteriormente se aprofundou em decorrência da invisibilidade da questão agrária, que não era vista como prioritária por parte dos diversos governos que se sucederam desde a independência nacional, visto que muitos membros da elite política recebiam apoio dos grandes proprietários rurais e muitas vezes eram oriundos deste grupo.

Neste sentido, é possível averiguar que mesmo com a apatia das autoridades oficiais e a repressão posta em prática pelos grandes fazendeiros, o campesinato brasileiro não se manteve passivo diante de tal cenário, sendo que o período que antecede a Ditadura Militar, marcado por grande efervescência social, assistiu ao surgimento de diversas organizações combativas que lutavam pela questão da terra.

> A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das "Ligas Camponesas", cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação. (OLIVEIRA, 2007,p.104)

Segundo (Napolitano, 2014), é durante o curto governo de João Goulart, que o Estado inicia um processo de aproximação com as pautas populares, entre as elas as demandas dos trabalhadores rurais. Porém, em quadro marcado por uma elite absolutamente avessa a qualquer diálogo com tais demandas e receosa de transformações, mesmo que mínimas, na estrutura socioeconômica vigente, a expansão da atuação das ligas camponesas foi vista como uma afronta ao seu domínio.

> O avanço da luta camponesa promovido pelas Ligas, deixou as elites latifundiárias do país em uma posição de confronto.

> A luta de classe ganhava contornos profundos com o avanço da organização dos camponeses. É nesse ponto que está a inflecção da luta de classe. Ela ganha sua dimensão maior: a luta contra o capital. E, com ela a sua dimensão internacional. O avanço da luta camponesa estava na raiz das revoluções socialistas que ocorreram no pós Segunda Guerra. (OLIVEIRA, 2007, p.110).

As Reformas de Base, portanto, devem ser pensadas como fruto direto das ações dos setores populares rurais e urbanos. Estas reformas eram um conjunto de políticas elaboradas pelo governo visando conter o surto inflacionário que afligia o país à época, ao mesmo tempo em que objetivava conciliar os interesses da burguesia nacional e das camadas populares, que ampliando sua participação nas decisões políticas em curso.

> O Plano Trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50. Como reconheciam alguns setores de esquerda, o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. (TOLEDO, 2004, p.16)

Uma das principais propostas defendidas por Jango e seus aliados dentro do amplo programa de reformas, incluía a institucionalização de um programa nacional e abrangente de reforma fundiária, vista como necessária para a consolidação e avanço do desenvolvimento social e econômico nacional.

> Existia certo consenso entre comunistas, esquerda nacionalista e nacionalistas liberais a respeito da necessidade de uma reforma agrária no país. Para todos eles, a oligarquia rural representava o latifúndio improdutivo ou pouco rentável e um setor social e político arcaico, isto é, avesso aos novos interesses industriais e democráticos. Desde a era Vargas a colonização e a reforma agrária eram interpretados como fatores indispensáveis à modernização da agricultura, à formação de um mercado interno consumidor e à efetiva industrialização do país. (LOSADA MOREIRA, 1998, p.15-16).

Neste sentido, segundo (OLIVEIRA, 2007), em 1962, aprova-se no Congresso Nacional o primeiro Estatuto da Terra, que definia as condições que permitiam a desapropriação de terras que não cumprissem

a função social. Porém, segundo (D'ALENCOURT NOGUEIRA, 2006), os setores ligados à esquerda combativa e alguns dos componentes do governo de Goulart viam que somente esta lei não era suficientes para resolver a grave situação da população camponesa à época, alegando que tais medidas eram paliativas em sua essência, e não enfrentavam de maneira direta as causas estruturais da pobreza no campo, argumentando que para tanto, seria necessário que tal programa de reforma agrária não fosse apenas expandido, mas também aprofundado.

Cria-se em 11 de outubro de 1962, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), órgão governamental autárquico submetido ao Ministério da Agricultura, cujo um dos objetivos fulcrais era

> [...] colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subseqüente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1962).

Em um contexto social e político marcado pela polarização, Jango se via ao mesmo tempo pressionado tanto pela esquerda, que desejava o aprofundamento das Reformas de Base, quanto pela direita, apoiada pela classe média, setores conservadores da Igreja, grandes proprietários rurais e empresários nacionais e estrangeiros, que desejavam tirá-lo do poder para evitar a suposta instauração de um regime comunista.[1]

> O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada... que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político (FERNANDES, 1980, p.113).

Portanto, como alega (TOLEDO, 2004), o golpe que se efetiva em 1964 contra João Goulart pode ser analisado sob o prisma de uma reação conservadora à aproximação do governo com as demandas populares, o que representou uma inserção de operários e camponeses no sistema

[1] Napolitano, 2014.

político vigente e gerou apreensão nas classes dominantes rurais e urbanas, que consideravam esta inserção um perigo imediato ao seu poderio.

1 TRABALHADORES RURAIS E DITADURA: REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E LUTAS NO CAMPO

Logo após a sua chegada ao poder, os militares instituíram uma série de medidas autoritárias, que incluíam o fechamento do Congresso por tempo indeterminado, perseguição aos movimentos sociais, a cassação de mandatos de deputados opositores ao golpe, desmonte do Estatuto da Terra, e a promulgação da ilegalidade de instituições como o Partido Comunista Brasileiro, a UNE, e uma série de movimentos que eram vistos como ameaças ao governo golpista.

Com a ditadura militar, como já foi citado, houve uma série de derrotas para a classe trabalhadora que estava realizando amplas mobilizações em busca da garantia e da ampliação dos direitos trabalhistas, tais como direito a greve e outros direitos sociais básicos, que incluíam, saúde, educação, direitos aos trabalhadores rurais, entre outros, porém com o golpe de 1964, ocorreram amplas perseguições aos movimentos sociais urbanos e rurais, estudantis, de mulheres e aos sindicatos que eram de esquerda.

> Avança a contrarrevolução: O difícil e (longo) período de ditadura militar. Contrariamente ao teor nacionalista anterior, o golpe militar desenvolveu um Estado autocrático-burguês, fortemente repressivo em relação ao movimento operário e que gerou um projeto capitalista cujo padrão de acumulação industrial tinha uma estrutura produtiva bifronte. De um lado, estruturou-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos, etc., para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e por parcela significativa das classes médias, especialmente seus estratos mais altos. De outro, desenvolveu-se um polo voltado para a exportação, não só de produtos primários, mas também produtos industrializados de consumo. (ANTUNES, 2011, p.84).

No que tange especificamente à questão da luta pela reforma agrária, as instituições governamentais que foram criadas durante a presidência de Jango para lidarem com tais questões foram rapidamente reprimidas e desmanteladas após o golpe militar, sendo que imediatamente após este, milhares de sindicalistas e funcionários governamentais que trabalhavam

na Superintendência da Política Agrária (SUPRA), foram presos e agredidos sob a acusação de serem supostamente elementos subversivos.

> Muitos dos sindicatos criados pelos funcionários da SUPRA no primeiro trimestre de 1964 não foram reconhecidos pelos militares e finalmente foram dissolvidos. Todos os funcionários da CONTAG foram julgados subversivos; 23 das 33 federações estaduais foram consideradas "fantasmas" e os seus registros foram apagados do Ministério do Trabalho. Em um ano o regime fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais pela mesma razão. Em agosto de 1965 apenas 490 sindicatos tinham permissão para atuar. Muitas pessoas envolvidas com essas organizações sindicais consideradas "subversivas" foram presas ou forçadas a esconderem-se ou deixar o país. (WELCH, 2016).

Quando o general Castelo Branco assume a presidência, segundo Lara e Silva (2015), no campo trabalhista começam a haver inúmeros retrocessos, os quais prejudicaram os trabalhadores. O fim da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após 10 anos de trabalho na mesma empresa, sendo substituída pelo fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), criado pela Lei n. 5. 107, de 1966 que estimulava a rotatividade da força de trabalho. (LARA; SILVA, 2015, p. 277).

Sobre esta questão Lara e Silva colocam:

> O trabalhador ao ser demitido sem justa causa, passava a receber uma indenização sobre o saldo do fundo que é composto por depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de correção monetária e juros. O FGTS foi uma das primeiras flexibilizações do direito do trabalho brasileiro que vinha se ampliando desde a década de 1940 com a consolidação das leis do trabalho. (2015, p. 278)

Dessa forma, é necessário constatar que a ditadura civil militar brasileira, além de atacar os direitos dos trabalhadores, trouxe inúmeros retrocessos para as lutas dos sindicatos, dos operários, dos estudantes, das mulheres e dos camponeses que eram fortemente reprimidos. O campo político estava cada vez mais restrito, pois as eleições eram indiretas dentro do congresso legislativo, além disso, somente dois partidos poderiam se candidatar, a Arena, que reunia os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) caracterizou-se como a oposição, como destaca Santos (2012).

> A realidade passava a mostrar que, uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária. Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de "uma farsa histórica", pois, apenas na década de 1980, foi que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária — instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária. [...] Com a criação do Estatuto da Terra, tratou logo o governo militar de extinguir a SUPRA e criar o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e o INDA — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Mas, passaram alguns anos e a reforma agrária do Estatuto não saia do papel[...] (OLIVEIRA, 2007, p.121).

Com este cenário de recrudescimento da repressão, diversos desaparecimentos de presos políticos e perseguição aos movimentos sociais, em 1967, Costa e Silva toma posse e assume um perfil mais linha dura, especialmente após 1968 quando a oposição dá sinais de fortalecimento e os trabalhadores e estudantes continuam a se mobilizar contra o golpe.

> [...] - estimulada pelo contexto internacional de grandes mobilizações da juventude que caracterizaram o maio francês e as manifestações contra a guerra do Vietnã. Greves operárias, passeatas nos centros urbanos e a luta armada, organizada por grupos de esquerda, levaram o governo a sancionar o AI n.5, primeiro dos atos institucionais que não tinha validade pré-determinada e que entrou para a história como sendo a medida que franqueou aos militares amplos poderes na realização dos piores arbítrios contra todos os tipos de direitos individuais e coletivos. (SANTOS, 2012, pp.88-89).

Em 1969, após a saída de Costa e Silva devido a problemas de saúde, é eleito por voto indireto o general Emílio Garrastazu Médici, cujo governo se caracterizou pela intensificação das violações de Direitos Humanos, aumento da desigualdade na distribuição de renda e um fortalecimento dos movimentos operários contestatórios ao regime, principalmente na região do ABC Paulista, principal pólo da indústria automobilística nacional.

> Tratava-se, então, do ressurgimento do movimento operário e sindical no Brasil, estruturado em bases relativamente distintas daquelas vigentes no período pré-1964. Se na fase anterior havia a prevalência dos trabalhadores das empresas estatais, nos anos 1970-1980 o principal núcleo das lutas operárias estava mais próximo do operariado metalúrgico, com destaque para o cinturão industrial do ABC paulista, um dos mais expressivos do mundo — uma espécie de Detroit brasileira —, onde originou-se a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. (ANTUNES, 2011, p. 85).

Outra mudança de suma importância ocorrida no campo do trabalho no período ditatorial, foi a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que permitiu pela primeira vez na história brasileira, o acesso do campesinato a direitos como assistência médica, aposentadoria e pensão, que no entanto, diferentemente das outras categorias trabalhistas reconhecidas, contribuíam com este fundo não por meio da sua própria renda, mas sim por meio de impostos cobrados sobre produtos agrícolas.

> Os trabalhadores rurais, que não foram atendidos pelo INPS, tiveram benefício à aposentadoria e pensão com a criação do FUNRURAL (Lei complementar 11, de 25/05/1971). A administração desse fundo tinha sido dissociada do INPS. A renda do FUNRURAL não era paga pelo trabalhador do campo, mas sim por um imposto sobre os produtos rurais e sobre a folha de pagamento das empresas, em ambos os casos os custos eram repassados pelos consumidores. Além das garantias supracitadas, o Fundo Rural também assegurava a assistência médica. (MIRANDA, 2016, p.73).

A partir da década de 1970, o espaço rural brasileiro passa por um processo de modernização produtiva, embora a distribuição desigual de terras permaneça sendo um aspecto problemático. É necessário lembrar que, no entanto, tal mecanização se restringiu às grandes propriedades rurais, cuja produção tinha como fim o abastecimento do mercado internacional de produtos primários, enquanto as pequenas propriedades onde se praticava a agricultura de subsistência, permaneceram à margem deste processo.[2]

> Paralelamente à divisão do território nacional entre as multinacionais, processava-se a expansão do latifúndio com a expulsão dos posseiros da região, que muitas vezes sofriam

[2] Filho; Fontes, 2009..

> perseguições violentas ou eram assassinados pelos capangas a serviço das classes dominantes. (PRIORI et al, 2012, p.205).

Segundo (GONÇALVES, 2015), esta onda de modernização nos anos 70 foi acompanhado do aumento da concentração fundiária, de renda e ao mesmo tempo, do recrudescimento da violência contra o movimento camponês, que mesmo sob um contexto de extrema repressão, manteve-se resiliente nas reivindicações trabalhistas e sociais.

A repressão aos movimentos camponeses entre os anos de 1964 e 1985, no entanto, não ficou centrada apenas nas ações governamentais, sendo que durante o já citado período, a prática corriqueira de os fazendeiros utilizarem-se dos "seus jagunços para "limpar" terras geralmente devolutas, e assim griladas, expulsando os trabalhadores e trabalhadoras que já haviam feito todo o esforço para derrubar a mata e preparar o solo" (Welch, 2016), se intensificou e contou com o apoio estatal, sublinhando os fortes laços de proximidade do Estado com estes proprietários, vistos como úteis aliados nas campanhas persecutórios aos elementos sociais e políticos tidos como perigosos para a ordem vigente.

> Vê-se, então, que o aparelho repressivo do Estado ditatorial respaldado pelas leis e decretos de um Estado de Exceção (AARÃO REIS FILHO, 2002) contou com o apoio e a ajuda de uma prática repressiva particular (expressa pelas milícias e jagunços contratados pelos fazendeiros) e perversa contra os camponeses que moravam nas fazendas e com os trabalhadores rurais das usinas, a fim de não só reprimirem suas ações e reivindicações, mas, também, estabelecer o medo e o silêncio através de uma dominação histórica na sociedade. (AARÃO REIS FILHO, 2002 apud WELCH, 2016).

A repressão envolvia principalmente o assassinato e agressão de dirigentes sindicais, cujos corpos, algumas vezes eram abandonados em locais públicos, como instrumentos de intimidação a outros trabalhadores rurais.

Estas ações são descritas por Sebastião Salgado em entrevista para a obra "Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", de Ana Carneiro e Marta Regina Cioccari, onde relata a morte do trabalhador rural José Benedito, assassinado a mando do proprietário do engenho Palmares, em Pernambuco, após tentar defender publicamente seus direitos enquanto trabalhava, atitude esta que foi considerada uma provocação por parte do dono do local.

Como forma de punição pela sua insubordinação, teve seus braços amarrados à carroceria de um caminhão, sendo espancado por jagunços até quase perder a consciência. Posteriormente a tais suplícios, teve pedaços da pele arrancados à faca enquanto ainda estava vivo e foi trancafiado em sua casa, sendo impedido de ter acesso à cuidados médicos, morrendo em consequência dos ferimentos sofridos.

Tal prática demonstra a banalização da violência, seja física ou psicológica, por parte do poder público e seus aliados, como instrumento de controle político e social da população por parte do mesmo, que se utiliza deste meio como um elemento de afirmação do poder por meio da intimidação, prática especialmente recorrente entre governos ilegítimos e que contam com restrito apoio popular.[3]

Deve-se salientar que as áreas rurais foram um importante espaço de resistência às arbitrariedades do regime militar, e que foi no campo onde ocorreu a maior e mais intensa resistência armada ao golpe, destacando-se a Guerrilha do Araguaia, no extremo norte do estado de Tocantins e que atuou entre meados dos anos 60 e 70.[4]

> Nessa região, no ano de 1966, começaram a se desenvolver grandes projetos agropecuários, subsidiados pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). As multinacionais, com o beneplácito do governo, saciavam seus apetites explorando amplas regiões de nosso território. Dia a dia, acelerava-se o processo de internacionalização da economia brasileira (MOCELLIN, 1989, p. 43).

Ao se falar da internacionalização da economia brasileira, deve-se salientar que além do processo de intensificação da concentração de terras, o governo militar inicia uma expansão das fronteiras agrícolas a áreas remotas do território nacional, como a região amazônica, que é integrada e submetida aos interesses das grandes companhias internacionais ligadas à extração madeireira, mineração e agropecuária, ao mesmo tempo em que promove a expulsão e assassinato de grupos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores sob a justificativa de expandir o processo de desenvolvimento nacional e reforçar a soberania do país nas áreas fronteiriças.

---

3 Arendt, 2009.

4 Priori et al, 2012.

> No decorrer da década de 1970, o governo da ditadura lançou a palavra de ordem "integrar para não entregar" e se intensificou, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros, além da agropecuária extensiva, a ocupação amazônica, em franca oposição aos povos originários - comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas (CONGILIO; IKEDA, 2014, p.80).

Tal projeto estava diretamente ligado ao modelo econômico defendido pelos ideólogos da ditadura, onde o Estado atuaria como um instrumento de fortalecimento do vínculo econômico do Brasil com o capital internacional, ou seja, o aparelho estatal intervinha "em benefício da instalação das grandes corporações multinacionais" (BARROS, 2011, p.19).

> Estes projetos previam a estruturação de uma ocupação rural onde não haveria uma cidade como organizadora/ comandante da área rural e, sim, seria feita uma sequência de projetos que evoluiriam de agrovilas para agrópolis e desta para a rurópolis, que seria uma espécie de município sem cidade polarizadora. (OLIVEIRA, 2007, p.123)

Desta maneira, a repressão deve ser pensada não apenas como um elemento de contenção política e social, mas como uma ferramenta que, por meio da violência e do terrorismo de Estado, foi amplamente utilizado como forma de garantir a expansão capitalista.

> As formas de repressão iam desde expulsão das terras, destruição das plantações e de bens, violência verbal e psicológica, ameaças, torturas, mortes, desaparecimentos, ocultações de cadáveres, agressões físicas, prisões e exílios. Os camponeses e trabalhadores rurais tiveram, portanto, seus direitos humanos violados de maneira contínua, tanto por agentes do Estado, quanto por ações privadas, revelando, assim, uma dupla perseguição. (GONÇALVES, 2015, pp.2-3).

Além do uso da repressão, o ataque à organização dos trabalhadores rurais e à suas lutas contra a ditadura e o latifúndio se deu por meio da flexibilização das leis trabalhistas

> [...] que reprimia a organização dos trabalhadores e privava os sindicatos de poder de barganha, submetendo-os ao padrão de salário e reajustes do governo (tanto urbano-industriais quanto ao setor rural, cujos sindicatos são então institucionalizados), além de aumentar a rotatividade do emprego e a alta exploração com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído em 1966 e com a

> finalidade de repassar os custos da demissão do trabalhador para o Estado, retirando o ônus do patrão). Medidas de cunho político que visavam o enfraquecimento e a desmobilização das classes trabalhadoras. (BRITO, 2014, p.78).

No entanto, o clima de medo não impediu a continuidade da resistência camponesa a estes projetos de desmobilização, que se caracterizaram, como salienta (OLIVEIRA, 2007), por uma política de contra-reforma agrária, onde áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a área de terras próximas a região da estrada Transamazônica, foram alvos de projetos de colonização, ou seja, ocupação visando a formação de agrovilas[5] e por um processo de militarização da questão agrária, que "significaram praticamente a intervenção militar no INCRA e a transformação da condução da política de terras pela ótica da estratégia geopolítica da "*ideologia da segurança e do desenvolvimento*" (OLIVEIRA, 2007, p.123).

Esta política de expansão das fronteiras agrícolas e fortalecimento dos vínculos da economia brasileira com um modelo de desenvolvimento capitalista predatório não ficou restrita ao período conhecido como "Anos de Chumbo" (1967-1974), estando presente também no período de eleição de Ernesto Geisel (1975-1979), que inicia algumas reformas na estrutura do regime, e que culminam em sua posterior distensão.

Segundo (CODATO, 2005), o período a partir de 1975 é caracterizado pelo início de um processo de lenta e extremamente parcial "abertura" do regime militar e por um relativo abrandamento do rígido controle social que vigorava sob os governos dos chamados generais linha-dura. Embora a censura e o cerceamento à liberdade de expressão tenham se mantido, a extinção do Ato Institucional N°5 (AI-5) a partir de 1978 permitiu o renascimento dos movimentos sociais até então reprimidos em nome da manutenção da ordem nacional.

> O objetivo do governo Geisel era realizar uma "transição controlada", com um processo paulatino de liberalização do regime que suprimisse os instrumentos de exceção, encaminhasse o país a uma progressiva institucionalização e garantisse a volta dos militares aos quartéis sem risco de revanchismos e outras punições. O que se observou, entretanto, foi um incessante vai e vem entre a utilização dos mecanismos de repressão e a introdução de outros menos ostensivos, como a substituição do ato institucional n. 5

[5] Ianni, 1979.

> (AI-5), em janeiro de 1979, por um conjunto de medidas denominadas salvaguardas constitucionais, tornando-se Geisel – o "ditador da abertura", nos termos felizes do Jornal do Brasil – o presidente militar que mais cassou políticos de oposição. De qualquer modo, medidas liberalizantes foram adotadas, como o fim da censura prévia no rádio e na televisão e o restabelecimento da garantia do habeas corpus para crimes políticos (REIS, 2010, p.221).

Esta relativa distensão no âmbito político e social após meados da década de 70 também permitiu que os movimentos sociais atuantes no campo saíssem da clandestinidade que lhes fora imposta em decorrência da repressão que se efetivou nos Anos de Chumbo, possibilitando a reorganização dos trabalhadores rurais em torno da luta pela reforma agrária. O marco desta reestruturação dos movimentos sociais no campo se dá a partir de fins da década de 1970, período este marcado tanto pelo fortalecimento do modelo agroexportador, quanto pela territorialização da luta pela terra.[6]

A partir de 1979, segundo (CALDART, 2001), na região do oeste paranaense inicia-se a um processo de unificação dos diversos movimentos campesinos anteriormente independentes entre si e que tinham em comum a luta pela efetivação de uma reforma agrária popular, o que resultou na posterior fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984 no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel – PR, atualmente o maior e mais organizado movimento social presente em território brasileiro na atualidade.

2 CONCLUSÃO

Ao se abordar a temática da resistência camponesa no âmbito espaço-temporal da ditadura militar que vigorou de 1964 a 1985, o presente artigo objetiva compreender não apenas como a repressão e as atrocidades do governo que se instaurou após o golpe contra Jango se fizeram sentir no espaço rural, mas também pensar a importância da atuação campesina como instrumento de resistência às políticas autoritárias vinculados ao projeto de expansão de um modelo capitalista que tinha como foco afirmar a posição do Brasil e de outros países periféricos como exportadores de produtos primários e matérias-primas aos países centrais.

[6] Fernandes, 2008.

Concomitantemente, procura-se desconstruir a visão tradicionalmente predominante nas análises históricas e políticas sobre a Ditadura de que a violência governamental foi sentida de maneira restrita nas regiões interioranas brasileiras em comparação com as áreas urbanas, muitas vezes destacadas como as regiões onde a resistência ao regime militar se deu de forma mais intensa, e afirmar a importância dos movimentos sociais rurais como elementos fulcrais na luta pela redemocratização nacional.

De tal modo, este trabalho visa compreender não apenas como a repressão militar se efetivou no campo, mas também como se estruturaram as redes de resistência ao golpe de 1964 nas regiões rurais, buscando pensar o papel das organizações camponesas na luta contra a ditadura, relacionando-as de maneira mais ampla com outras organizações sociais e políticas que possuíam semelhantes objetivos.

REFERÊNCIAS

AARÃO, R. F. D. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 2002.

ANTUNES, R. **Continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011, 175p.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROS, C. M. **Aditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos**. 2011. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf">. Acessado em 22 de junho, às 22h29min.

BRITO, R. J. B. A. **A Luta Camponesa e a Repressão durante a Ditadura Empresaria-Militar** (1964-1985). Revista Habitus, volume 13, n. 1, pp.72-87, Rio de Janeiro, 2014.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av., vol.15, no.43, São Paulo, Sept./Dec, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - Lei Delegada nº 11, de 11 de Outubro de 1962 - Publicação Original. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-11-11-outubro-1962-364968-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessada em 18 de junho de 2017, às 11h01min.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. R. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA. 2011, 371 páginas.

CODATO, A. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**. Rev.Sociol.Polit, no.25, p.83-106, Curitiba, 2005.

CONGILIO, C. R.; IKEDA, J. C. O. **A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense**. Revista Lutas Sociais, vol.18 n.32, p.79-90, jan./jun., São Paulo 2014.

FILHO, J. A. F.; FONTES, R. M. O. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Heera - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4, Nº 7, Jul-Dez, Juiz de Fora, 2009.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil. Boletim** DATALUTA – Artigo do mês, dez 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/ 12artigodomes_2008.pdf> . Acessado em: 16 dez 2016, às 02h09min.

FERNANDES, F. **Brasil, em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980, 364p.

GONÇALVES, R. M. Repressão no campo durante a Ditadura Civil-Militar: reflexões acerca da resistência e memória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes. 2015. Disponível em:<http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1435713069_ARQUIVO_ArtigoHistoriaOral-RayanneM.Goncalves.pdf>. Acessado em 18 de junho de 2017, às 22h02min.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 223p.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, 137p.

LARA, R.; SILVA, M. A. **A Ditadura Civil-Militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 275-293, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0275.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MOREIRA, V. M. L. **Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50**. Revista Brasileira de História, vol.18, n 35, São Paulo, 1998.

MIRANDA, A. G. C. **O direito do trabalho na ditadura civil-militar**. Boletim Conteúdo Jurídico, Brasília, DF, ano 8, n. 699, p. 66-76, set. 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/boletim-ISSN,boletim-conteudo-juridico-n-699-de-13092016-ano-viii-issn-1984-0454,56751.html>. Acesso em: 26 out. 2016, às 16h04min.

MOCELLIN, R. **As reações armadas ao regime de 64. Guerrilha ou terror?**São Paulo: Editora do Brasil, 1989, 64p.

NAPOLITANO, M. **1964 – História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, 368p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, 184p.

PRIORI, A. et al. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. In: PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012, 234p.

REIS, J. R. F. **O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país.** In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê (orgs). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010, pp. 221-236.

REIS, N. G. F.**Evolução urbana do Brasil, 1500-1720**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968, 235p.

SANTOS, J. S. **A questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012, 272p.

TOLEDO, C. N. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História, v. 24, nº 47, p.13-28, São Paulo, 2004

WELCH, C. A. **Camponeses, a verdade e a História da ditadura em São Paulo**. 2016. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/11/1_9.pdf>. Acessado em 15 de junho de 2017, às 23h16min.

AFIRMAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NUM CAMPUS DO INTERIOR

Gabrielle Rocha Firmiano*
gabirma@msn.com
Joelmir Adolfo Amaro**
joelmiradolfo@gmail.com
Mariana Ribeiro Starling Diniz Freitas***
mariana.starlingdiniz@gmail.com

RESUMO: O presente resumo visa apresentar o Programa de Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares, do qual fazem parte os projetos de extensão: *Questões Étnico-raciais e Vivências em Cultura Afro-brasileira*, *Semeando Vida Digna em Saúde*: produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos e *Terra, Saúde e Direitos*: extensão popular junto a movimentos sociais. A intenção é destacar a inserção e análise de discentes bolsistas acerca da importância da extensão para a universidade e a sociedade, em especial aos trabalhadores e movimentos sociais.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Movimentos Sociais, Questão Agrária

AFIRMACIÓN DE LA IMPORTANCIA DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA A PARTIR DE LA EXPERIENCIA EN UN CAMPUS DEL INTERIOR

RESUMEN: *El presente resumen tiene como objetivo presentar el Programa de Asesoramiento Interdisciplinario en Salud y Ciudadanía a Movimientos Populares, del cual forman parte los proyectos de extensión: Cuestiones Étnico-raciales y Vivencias en Cultura Afro-brasileña, Sembrando Vida Digna en Salud: producción, circulación y consumo de alimentos agroecológicos y Tierra, Salud y Derechos: extensión popular junto a movimientos sociales. La intención es destacar la inserción y análisis de los estudiantes acerca de la importancia de la extensión para la universidad y la sociedad, en especial a los trabajadores y movimientos sociales.*

Palabras clave: *Extensión Universitaria, Movimientos Sociales, Cuestión Agraria*

INTRODUÇÃO

O Programa Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares, surge em 2010 e articula diversas ações de extensão,

* Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras. .

** Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras.

*** Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras.

visando contribuir com a consolidação de experiências de formação política e humana; de organização e resistência de grupos e comunidades quilombolas, movimentos sociais e populares. Nesse processo, agrega-se a articulação com outros centros de formação e educação popular, movimentos sociais e outras universidades da região, numa concepção de luta pela reforma agrária, como forma de democratização ao acesso à terra e construção da sobrevivência, segurança alimentar e nutricional.

A interdisciplinaridade do Programa se dá a partir de esforços coletivos de professoras/es de diversos cursos. Atualmente, o Programa conta com projetos que se co-relacionam em determinadas ações, promovendo a integração de sujeitos e saberes.

1 PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO NA ATUALIDADE

O **Projeto Questões Étnico-raciais e Vivências em Cultura Afro-brasileira** tem como objetivo realizar vivências em Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, promover estudos sobre a questão racial no Brasil e organizar a Semana da Cultura Afro-brasileira, que teve sua primeira edição em 2011. São realizadas ações, dentro da universidade e em comunidades locais, que visam garantir articulações, assessorias e parcerias futuras em prol da defesa de direitos e do combate ao racismo e a intolerância religiosa. Dentro de nossas ações, tem-se o objetivo de criar um espaço para socializar o conhecimento e propostas acerca da cultura afro-brasileira e da questão social dos/as negros/as no Brasil.

O discurso sobre a necessidade e importância de uma alimentação saudável é praticamente consensual nos dias atuais, porém, por condições econômicas e/ou informativas, a dificuldade de algumas pessoas em acessar esses alimentos saudáveis também é um fato preocupante. O **Projeto Semeando Vida Digna e Saúde no Campo e na Cidade** tem como objetivo fomentar a cadeia agroecológica, através de pesquisas e sistematizações, desde o primeiro momento da produção até o consumo, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas famílias camponesas e sua importância na garantia de uma alimentação saudável. O projeto visa ainda estimular a aproximação entre as populações do campo e da cidade através de eventos diversos.

O **Projeto Terra, Saúde e Direitos** atua junto a movimentos sociais e populares da região, mais pontualmente no Assentamento Osvaldo de Oliveira no município de Macaé, desenvolvendo práticas para

a implementação de políticas públicas e a defesa dos direitos humanos e de cidadania desse território. O projeto tem como uma de suas ações o auxílio para implementação efetiva do Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Assentamento, que tem como princípio a Agroecologia como sistema de produção e existência. Atua ainda na organização da "Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária", e na criação e fortalecimento de feiras agroecológicas e redes de consumidores, com o horizonte de fortalecer a perspectiva da soberania alimentar.

2 A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os projetos de extensão, indissociável com o ensino e a pesquisa, são parte fundamental na formação profissional dentro das universidades. Sobretudo nas universidades públicas interiorizadas, que mesmo sofrendo ainda mais com o sucateamento conseguem realizar um trabalho de fortalecimento dos movimentos sociais regionais, tendo, portanto, um papel social de extrema relevância.

A inserção como discente bolsista em projetos de extensão nos possibilita utilizar de nosso arcabouço teórico em processo de acumulação na realidade posta das comunidades, contribuindo a partir da cultura e costumes específicos de cada movimento e/ou organização, respeitando sua autonomia. Além disso, destaca-se que os conhecimentos que os movimentos e/ou organizações possuem, também são apreendidos pela Universidade, constituindo na troca de conhecimentos específicos de cada um.

A possibilidade de ter contato com estas realidades e seus sujeitos são para os alunos extensionistas experiências didáticas, imensamente valorosas no aspecto da formação profissional, expandindo conhecimentos e consciência acerca da realidade social, e ademais nos enriquecem como cidadãos e sujeitos, aprendemos com os saberes populares e outras formas de conceber a realidade. Outrossim, a prática extensionista tem servido para contribuir com o papel de popularização das universidades, além de propiciar um diálogo mais amplo e crítico nas demais atividades da vida acadêmica – disciplinas, grupos de estudo, militância estudantil, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra em nosso país é um processo histórico que marca a formação e sua constituição enquanto nação e assim as subjetividades

dos brasileiros. Ela se dá desde a chegada dos portugueses em 1500 que destituiu os povos originários de seus territórios e se apropriaram de suas riquezas, dando início assim a uma longa disputa desigual que se atualiza a favor da manutenção de privilégios e poderes de grupos dominantes. Na ditatura política e econômica de 1964 à 1985 houve também como política a ampliação das fronteiras agrícolas investindo na "colonização" de terras no centro-oeste e Amazônia. Os conflitos com indígenas e povos do campo se intensificaram ainda mais gerando várias ameaças de morte, violações de direitos humanos e assassinatos, inclusive de lideranças e defensores dessas populações.

Essa luta histórica pelo direito a terra no Brasil tem uma característica muito forte que é a barbárie. O campo brasileiro é marcado por violentas disputas e o setor latifundiário em sua relação de poder com os trabalhadores do campo resguardados por sua influência nos tribunais, mídias e poder econômico comete crimes que permanecem impunes e silenciados no próprio campo. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira[1] "(...) as elites, ao contrário, como têm que garantir o passado, veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra.". A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia que o número de tentativas de assassinatos de 15 casos registrados em 2013 passou para 56 em 2014, apresentando um aumento de 273%. Em um relatório publicado pela instituição que analisou os anos de 1984 a 2014 ocorreram 29.609 conflitos no campo, com 20.623.043 famílias envolvidas. Através de dados publicados em sua página na internet foram "23.079 conflitos por terra, 4.389 trabalhistas, 836 por água e 1.305 de outras naturezas. Entre 1985 e 2014, foram registrados 1.723 assassinatos em 1.307 ocorrências de conflitos". De forma análoga, as populações remanescentes de quilombo têm cada vez mais dificuldade de reconhecimento dos seus territórios.

A Questão Agrária no país hoje é marcada pelo domínio político, econômico e ideológico do agronegócio que, a partir da concentração de terras, vem usufruindo de crédito público, superexplorando a força de trabalho, degradando o meio ambiente em detrimento do direito à terra e ao modo de viver camponês e das populações tradicionais. Esse modelo de produção é responsável por grandes degradações do meio ambiente através do cultivo de monoculturas para fabricação de ração para a

[1] Professor titular do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

indústria da carne e exportação. É causa também de riscos graves a saúde pela contaminação por agrotóxicos e fertilizantes químicos.

> "Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruzSINITOX), só em 2012 os casos de intoxicação por agrotóxicos chegaram a 4.656, sendo que 1.839 destes ocorreram com mulheres, o que aumenta ainda mais a gravidade, levando em consideração que boa parte das mesmas estão em idade de gestação, podendo causar danos gravíssimos às futuras gerações."(SOARES, M.R. e col.,2017)

Uma grande alternativa para esses empasses e uma bandeira de luta atual dos movimentos camponeses é a agricultura sustentável muito denominada Agroecologia.

> "O objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais." (M. ALTIERI, 2012)

A agroecologia mais do que um modelo de produção se coloca também como um modelo político, preconizando outras formas de relações, onde relação entre produtores e consumidores se dão por uma via mais direta e integrativa.

> "Na contracorrente desse modelo está a agroecologia, que significa baixo risco para os pequenos produtores, fuga dos endividamentos atrelados aos pacotes tecnológicos, produção de alimentos saudáveis, segurança e soberania alimentar, autonomia produtiva, respeito à vida e à sua biodiversidade. Desta forma a agroecologia deve se tornar uma alternativa tanto para novos arranjos produtivos do campo, como os assentamentos do MST, quanto para as comunidades quilombolas que estão em vias de titular suas terras, ou já o fizeram, e devem elaborar um projeto de desenvolvimento coletivo e sustentável para as mesmas."(SOARES, M. R. e col., 2017)

As iniciativas expostas ao longo deste resumo destacam como as ações da universidade podem dialogar de forma direta com a experiência de organização e luta dos movimentos sociais, contribuindo de forma significativa para a consolidação e organização da reforma agrária no

Brasil, favorecendo experiências ligadas à agricultura familiar, cultura popular e soberania alimentar.

Essa luta histórica pelo direito a terra no Brasil tem uma característica muito forte que é a barbárie. Ao longo dos séculos populações indígenas foram massacradas, ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, pescadores foram despejados brutalmente, tiverem suas terras destruídas por empreendimentos industriais e exploração de minerais. Segundo dados da CPT o número de tentativas de assassinatos de 15 casos registrados em 2013 passou para 56 em 2014, apresentando um aumento de 273%. Em um relatório publicado pela instituição que analisou os anos de 1984 a 2014 ocorreram 29.609 conflitos no campo, com 20.623.043 envolvidas. Através de dados publicados em sua página na internet foram "23.079 conflitos por terra, 4.389 trabalhistas, 836 por água e 1.305 de outras naturezas. Entre 1985 e 2014, foram registrados 1.723 assassinatos em 1.307 ocorrências de conflitos

Na atual conjuntura política e econômica do país com o avanço de pautas neoliberais e propostas de mudanças estruturais que acarretam em um vasto retrocesso nos direitos sociais, os projetos de extensão podem se colocar como uma prática de resistência por parte das Universidades. Mais do que nunca se faz necessário a aproximação da academia juntamente a setores da sociedade civil e a movimentos populares para o debate e combate aos problemas que se colocam, como a falta de políticas públicas e a marginalização ainda maior das populações do campo e populações tradicionais.

Numa perspectiva de troca e compromisso social, a Universidade tem a contribuir com as demandas do Assentamento Osvaldo de Oliveira e da Comunidade Tradicional da Machadinha na efetivação de políticas de soberania dessas populações, e em contrapartida essas comunidades têm um acúmulo de saber popular e de suas próprias existências que tem muito a somar com as discussões nas ciências sociais tanto para a formação quanto para a busca de respostas e soluções para os impasses e contradições em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **AGROECOLOGIA: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

CANDAU, J. MEMÓRIA E IDENTIDADE. Rio de Janeiro, Editora Contexto, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT LANÇA DADOS DE CONFLITOS EM 2014 E DESTACA IMPUNIDADE COMO MANTENEDORA DA VIOLÊNCIA. Disponível em:<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2535-cpt-lanca-dados-de-conflitos-em-2014-e-destaca-impunidade-comomantenedora-da-violencia>. Acesso em: 25 maio 2017.

DULCICH, R., FARAGE, E., MARRO, K., SANTOS, F., SILVEIRA, M.L. **EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA E HUMANA JUNTO A MOVIMENTOS SOCIAIS**. Anais do XI ENPESS, UFMA, São Luiz de Maranhão, dezembro de 2008.

OLIVEIRA, A.U**. BARBÁRIE E MODERNIDADE:As transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** A Questão Agrária no Brasil 7. João Pedro Stedile (org.) 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOARES, M. R., BARBOSA, E. C., CRUZ, S., MAIA, S. M., DULCICH, R. UNIVERSIDADE PUBLICA E MOVIMENTOS POPULARES**.** Aportes para o debate a partir da experiência do Programa de Extensão Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares. Rio das Ostras, 2017.

LEGISLAÇÕES ANTITERRORISTAS E CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS PÓS 11 DE SETEMBRO: APLICAÇÃO E RISCOS

Sabrina Diniz Bittencourt Nepomuceno*

sabrina.diniz@uol.com.br

Elisa Maria Andrade Brisola**

RESUMO: A partir de 11 de setembro de 2001, com o ataque aos prédios do World Trade Center nos Estados Unidos, os movimentos sociais latino-americanos de diversos países têm vivenciado casos de aplicação de legislações antiterroristas a seus militantes. O objetivo geral desse artigoé discutir o processo de criminalização de movimentos sociais na América Latina por meio da aplicação das legislações antiterroristas após os ataques de 11 de setembro de 2001. Toma como referência o caso dos Mapuche, no Chile. Aborda as preocupações dos movimentos sociais brasileiros em relação àlegislação antiterror.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Legislação Antiterror. Criminalização. Movimentos Sociais.

LEGISLACIONES ANTITERRORISTAS Y CRIMINALIZACIÓN DE MOVIMIENTOS SOCIALES LATINOAMERICANOS DESPUÉS DEL 11 DE SEPTIEMBRE: APLICACIÓN Y RIESGOS

RESUMEN: *A partir del 11 de septiembre de 2001, con el ataque a los edificios del WorldTrade Center en Estados Unidos, los movimientos sociales latinoamericanos de diversos países han vivido casos de aplicación de legislaciones antiterroristas a sus militantes. El objetivo general de este artículo es discutir el proceso de criminalización de movimientos sociales en América Latina a través de la aplicación de las legislaciones antiterroristas tras los ataques del 11 de septiembre de 2001. Toma como referencia el caso de los Mapuche en Chile. Aborda las preocupaciones de los movimientos sociales brasileños en relación a la legislación antiterrorista.*

Palabras clave: *Desarrollo Humano. Legislación Antiterror. Criminalización. Movimientos Sociales.*

INTRODUÇÃO

A questão da criminalização dos movimentos sociais tem estado em pauta em diversos países da América Latina – num primeiro momento mediante a política de combate às drogas, ampliando-se e aprofundando-

* Advogada Especialista em Direitos Humanos. Mestranda em Desenvolvimento Humano na UNITAU. Aluna regular do curso de Doutorado em Direito Penal na Universidade de Buenos Aires. .

** Docente no curso de Serviço Social na Universidade de Taubaté.

se na atual "Guerra ao terror", ambas direcionadas pelos Estados Unidos e sua política internacional.

Nesse sentido, há que se esclarecer inicialmente o papel do direito na sociedade em que vivemos. Qual o sentido do direito na regulação das relações sociais? Esse tema preliminar se faz necessário para que se possa melhor compreender o processo de criminalização que os movimentos sociais sofrem, e de que forma a legislação antiterrorista tem implicações concretas nos Movimentos Sociais.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS

Em relação aos movimentos sociais, existem divergências significativas nas concepções referentes ao seu papel na sociedade, que se dá devido às diferentes visões de mundo dos pesquisadores. No presente trabalho, adotaremos os autores Carlos Montaño e Maria Lucia Duriguetto, que trabalham a partir da concepção marxista de Estado e classes sociais, em sua obra Estado, Classe e Movimento Social (2011).

Os autores apresentam os conceitos de Estado e Classe e propõem analisar os Novos Movimentos Sociais (nos quais se incluem os movimentos trabalhados nesta pesquisa: o MST, o MTST e os Mapuche) dentro do contexto capitalista, em sua fase neoliberal. Apresentam inicialmente o Movimento Sindical (Movimento Social Clássico, junto com os Movimentos de Libertação Nacional), comparando-o com os Novos Movimentos Sociais e o Terceiro Setor.

Sobre os Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil, os autores os classificam como Movimentos clandestinos, de resistência à ditadura e redemocratização no Brasil; Movimentos e demandas por bens de consumo coletivo; Movimento Sem Terra (MST) e as lutas pela Reforma Agrária e as articulações com movimentos urbanos (como o MTST); Movimentos étnicos (como Mapuche e CONAIE) e raciais; Movimentos Sociais feminista, estudantil e por liberdade de orientação sexual.

Em relação ao terceiro setor, os autores o localizam como uma estratégia do neoliberalismo para desmantelar os movimentos de contestação da ordem capitalista, sejam os que possuem a burguesia como inimigo (sindicatos, devido à sua conformação classista), sejam aqueles que atuam na demanda estatal, na luta por direitos sociais (movimentos sociais).

> Outra forma de se contrapor aos avanços e às lutas sociais dos trabalhadores e setores subalternos, é a promoção

> da ideológica noção que transforma a sociedade civil num 'terceiro setor', despolitizado, espaço de 'parcerias' interclasses (substituindo as lutas entre as classes), em que operam a 'solidariedade' e a 'autoajuda', o voluntariado, a filantropia (empresarial ou não), assim como as enganosas noções de 'empoderamento', a 'Economia Solidária' etc (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 304).

A outra face da estratégia de combate ao avanço desses movimentos sociais é o recrudescimento da repressão do Estado, por meio do processo de criminalização, de que trata esta pesquisa.

> Torna-se necessário ao capital e ao imperialismo, para se contrapor a (e reverter) esses processos, garantindo a hegemonia e a ordem social vigente, desenvolver, por um lado, uma militarização na América Latina. Para além das ditaduras militares nos anos 1960 a 1980, as bases militares norte-americanas na Colômbia e a chamada 'guerra preventiva' são exemplos emblemáticos deste processo nos anos 1990-2000. (DURIGUETTO; MONTAÑEZ, 2011, p. 303)

Aqui adicionamos que, desde os anos 2000 – mais especificamente 11 de setembro de 2001 - esta militarização latino americana vem sendo transvertida e apresentada como "Guerra ao Terror".

2 PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A criminalização dos movimentos sociais é um tema já bastante trabalhado por diversos pesquisadores das áreas das ciências sociais e do direito. Para entender o processo de criminalização, que envolve a mídia e o Estado (por meio dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário), parte-se do mesmo referencial teórico inicial, qual seja, a concepção materialista dialética do marxismo, considerando as condições materiais da sociedade onde se desenvolve este processo, assim como os interesses em jogo.

Por compreender a lei como reflexo das relações materiais da sociedade representando o interesse das classes dominantes, e não algo natural e universal, há que se compreender o momento histórico em que vivemos para a partir de então, analisar de forma radical o que representa a ampla adoção/aplicação de leis penais.

> A lei sempre emana do Estado e permanece, em última instância, ligada à classe dominante, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. (...) A legislação abrange, sempre, em maior ou menor grau, Direito e Antidireito: isto é, Direito propriamente dito, reto e correto, e negação do Direito, entortado pelos interesses classísticos e caprichos continuístas do poder estabelecido. (LYRA FILHO, 1999, P.8)

Como parte do direito, a lei penal não é diferente. Com papel de repressão e controle, para a manutenção da "ordem", o direito penal cumpre um papel decisivo na sociedade atual. Desde os bancos universitários, até os concursos e debates públicos, as discussões que tratam da matéria refletem mais a lei que os princípios que regem a mesma.

Com forte inclinação positivista, ainda, os estudantes de direito (que acabam por virar estudantes de leis) possuem maior interesse atualmente em discutir os tipos e suas penas do que compreender o papel do direito penal na sociedade, suas teorias e princípios, elencados na Parte Geral. Esta realidade também reflete a ideologia dominante na sociedade atual, cada vez mais punitivista e menos garantista. Isto se dá pelo "populismo penal", descrito por Luigi Ferrajoli

> Con esta expresión podemos entender cualquier estrategia em tema de seguridad dirigida a obtener demagógicamente consenso popular, respondiendo al miedo provocado pela criminalidad com um uso coyuntural del derecho penal, tan duramente represivo y anti garantista como ineficaz respecto de las declaradas finalidades de prevención. (FERRAJOLI, 2013, P.60)

E é exatamente essa realidade que gera a elaboração de inúmeras leis penais, aumentando penas ou criando novos tipos, num processo de descodificação penal e *panpenalismo*. Esta conjuntura, infelizmente, não se dá apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Nesse contexto, iniciando-se com as políticas de tolerância zero na Itália e nos Estados Unidos, aprofundada por meio da política de Guerra às Drogas norte-americana e atualmente, pós 11 de setembro de 2001, recrudescida com a sua substituta, a Guerra ao Terror.

> Este movimento de expansão da legislação penal *não* é exclusividade brasileira. Em muitos países se observa o

> mesmo fenômeno: p. ex., nos Estados Unidos da América, onde há legislação penal federal e estadual, começa-se a falar em *overcriminalization*. (...) Na Alemanha, muitos autores indicam essa tendência expansiva. (...) O mesmo ocorre na Espanha, levando **Jesus María Silva-Sánchez** a afirmar: *'vivemos em tempos de direito penal'*. (FRAGOSO, 2015, P.315)

A "elefantíase penal" alarga brutalmente a incidência da lei penal nas condutas sociais. Se o princípio da intervenção mínima impõe um limite ao poder de punir estatal, a intervenção máxima leva a uma atuação típica de Estados autoritários.

> Los políticos – presos em la esencia competitiva de sus actividade – dejan de buscar lo mejor para preocuparse sólo por lo que pueda transmitirse mejor y aumentar su clientela electoral. (...) El presente desastre autoritario no responde a ninguna ideologia, porque no lorige ninguna idea, sino que es justamento todo lo contrario: es el vacío de pensamiento. (ZAFFARONI, 2012, P. 75-78)

Nessa realidade de aumento de crimes, os movimentos sociais, já historicamente criminalizados pelo poder instituído, passam a sofrer cada vez mais com o punitivismo estatal. Em 2008, diversos movimentos sociais da América Latina se reuniram para discutir as experiências de criminalização em países como Argentina, Chile, México, Paraguai. Desse encontro resultou um relatório que,

> Segundo Buhl e Korol (2008), dos depoimentos de militantes dos movimentos depreende-se claramente o processo de criminalização em curso, entendendo a criminalização não como ação individual, mas coletiva, sobretudo àqueles que lutam pela emancipação social. O evento também permitiu concluir o lugar de destaque dos meios de comunicação como parte do poder e como instrumento privilegiado na manipulação do consenso. (BRISOLA, 2012, p. 146)

O processo de criminalização dos protestos e movimentos sociais sempre esteve presente no Brasil e no mundo. Basta olhar para a história para identificar, desde os tempos do Império, passando pela República, até os dias atuais, a repressão das organizações (BRISOLA, 2012) que lutavam e lutam contra os interesses das classes dominantes.

Esta repressão se dá, inicialmente, por meio da polícia (sob a ordem do Poder Executivo) num primeiro momento, e pela persecução penal (Poder

Judiciário) de militantes do movimento social, estigmatizando-os e à sua organização como criminosos. Como demonstração clara deste processo, recentemente integrantes do MST nos estados de Goiás e Paraná foram denunciados e presos com base na Lei de Organizações Criminosas (Lei n° 12.850 de 2013)[1]. Os movimentos sociais se preocupam ainda com a possível aplicação da Lei Antiterror a seus membros, visto que é o que tem ocorrido em outros países da América Latina como Chile (aos indígenas Mapuche), Equador (coma CONAIE), Nicarágua, Paraguai, dentre outros.

É justamente nesse contexto político-legal que a legislação da "Guerra ao Terror" surgirá, corroborando com o aumento do punitivismo, por meio do já citado Direito Penal do Inimigo. Entretanto, a mesma possui contornos específicos, que atingem diretamente os movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Para entender esta afirmação é necessário que se compreenda a conjuntura política atual, no que diz respeito ao terrorismo, assim como sua definição.

3 TERRORISMOS E AMÉRICA LATINA

Sobre o tema do terrorismo, em voga nos dias atuais, e sua tentativa de conceitualização, no mundo jurídico, não existe um conceito determinado do termo terrorismo. Existem leis que determinam punições para atos terroristas ou financiamento do terrorismo, mas sua definição não consta de nenhum instrumento jurídico.

Desta forma, é fundamental compreender o papel deste termo na sociedade atual em que vivemos. De acordo com Noam Chomsky[2], as palavras sempre possuem dois significados: um literal, que seriam as definições de dicionários ou até as definições legais, e outro que é o utilizado na guerra política, por meio do discurso. Todas as terminologias políticas, como liberdade, democracia, mercado, dentre outras, possuem os dois sentidos. Por isso, deve-se ter cautela quando são utilizadas. Com o termo terrorismo não é diferente.

---

[1] Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/justica-usa-lei-de-organizacao-criminosa-para-prender-membros-do-mst-em-goias> e <http://www.brasil247.com/pt/247/sp247/263826/Pol%C3%ADcia-prende-dirigentes-e-invade-escola-do-MST-que-v%C3%AA-%E2%80%98ilegalidade%E2%80%99.htm>. Acessados em 24 de abril de 2017.

[2] Noam Chomsky, em entrevista à TV portuguesa RTP em maio de 2015 <https://www.youtube.com/watch?v=SKeGCpe2VRI>.

Inicialmente é fundamental que se esclareça que o terrorismo a que se referiam as legislações anteriores ao 11 de setembro difere do utilizado atualmente. Isto porque até 1989, com a queda do muro de Berlim, o mundo vivia o período da Guerra Fria. E neste contexto histórico-político o termo terrorismo era utilizado para se referir a grupos de esquerda.

No Brasil, por exemplo, seja na preparação para a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) ou durante ditadura militar (1964-1985), o terrorista era o comunista ou anarquista que, mediante a "incitação das classes sociais", visavam a "tomada do poder através de meio violento" (termos utilizados nas referidas legislações).

Com o fim da Guerra Fria, e consequentemente da polarização do mundo entre capitalistas e comunistas, esta definição, ou "identificação" perde o sentido. Desta forma, diferente do século XX, onde o inimigo era o comunismo, no século XXI, o inimigo, o terrorista é outro. Isto porque os conceitos possuem um sentido político. As palavras possuem força, inclusive, para legitimar uma política internacional, como é o caso da política estadunidense pós 11 de setembro.

No Direito Internacional, desde 1937 o terrorismo tem estado da agenda da ONU. São 14 instrumentos jurídicos internacionais e 3 emendas que, desde 1963, tratam da questão do terrorismo. Com diversos sentidos de acordo com o contexto histórico em que era aplicado, interessa neste trabalho o sentido atual que tem sido aplicado o termo terrorismo.

De acordo com o linguista Noam Chomsky (2015), em entrevista a uma rede de televisão portuguesa, apesar de definido em diversas legislações, nacionais e internacionais, quando se utiliza o termo terrorismo hoje, definitivamente, não é o termo em seu sentido literal, ou aquele definido por lei. Mas aquele terrorismo "deles" contra "nós". Nunca o "nosso" terrorismo contra "eles". Pois isso não seria terrorismo... por mais que, no sentido literal seja.

A partir do dia 11 de setembro de 2001, com os atentados às Torres Gêmeas nos Estados Unidos (EUA) pela Al Quaeda e consequente invasão dos EUA ao Iraque e Afeganistão, tem-se presenciado no mundo um forte aumento dos atentados terroristas. Desde o início da política norte-americana denominada "Guerra ao Terror", o número de mortes anuais causadas pelo terrorismo multiplicou-se por nove. De acordo com o Índice de Terrorismo Global (GTI) de 2015, foram 3.329 mortes no ano de 2000, avançando para 32.685, em 2014.

Entretanto, o "Terrorismo de Estado" praticado por muitos estados nacionais não é sequer questionado, sendo inclusive "justificado" pela necessidade de se combater o terrorismo. Tanto a reação solidária em relação às vítimas do terrorismo, como a reação bélica irracional dos Estados "desenvolvidos", por se basearem na questão central identidade/diferença, são construídas politicamente. E os meios de comunicação de massa possuem um papel fundamental, tanto na construção de identidades, como na escolha e convencimento da diferença, do Outro, do inimigo.

Na América Latina, essa também é uma realidade. Entretanto, as preocupações por parte do Governo norte americano em relação ao terrorismo são outras. Diferente das grandes potências, e justamente por este motivo, os países latino-americanos não figuram como alvos de grupos como o Estado Islâmico, ou a Al Qaeda. E, por não possuir grupos terroristas em seus territórios, também não são alvos de uma invasão ou bombardeio destas potências.

É certo que a Argentina já sofreu dois atentados, e houve suspeitas de uma célula da Al Qaeda na Tríplice Fronteira (amplamente investigada e sem resultados positivos neste sentido). Contudo, são episódios isolados. Além disso, a América Latina conheceu o denominado "Terrorismo de Estado", durante as ditaduras militares implantadas com o apoio do governo norte-americano. As guerrilhas de esquerda em países como Colômbia e Peru também são equivocadamente denominadas por alguns como grupos terroristas.

Vale ressaltar que grupos de guerrilheiros como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Sendero Luminoso no Peru são classificados como terroristas, especialmente pelos governos aliados à política norte-americana de intervencionismo durante as ditaduras militares e, posteriormente, a política de combate às drogas.

Apesar dessas questões que aparecem tangencialmente no que diz respeito ao terrorismo, na América Latina hoje, a grande preocupação tem sido no sentido da aprovação e aplicação das legislações antiterroristas aos movimentos e protestos sociais.

Todos os países latino americanos possuem legislações específicas referentes ao terrorismo. No Brasil, recentemente foi sancionada pela presidente Dilma Roussef a Lei 13.260/2016, que define o tipo penal do terrorismo no ordenamento jurídico brasileiro. A referida lei prevê penas de 16 a 30 anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) se manifestou acerca dos perigos desta definição no sentido de limitar liberdades

fundamentais: “El relator sobre laprotección y promoción de losderechos humanos, eldelderecho a laasociación y reunión pacífica, el de lalibertad de expresión y el relator sobre lasituación de los defensores de derechos humanos, afirmaron que lasdefinicionesambiguas o demasiado amplias de terrorismo, pueden resultar en una mala utilizacióndel término. ”[3]

Desde o início da proposição do projeto de lei, os movimentos sociais no Brasil vêm criticando o mesmo – proposto e sancionado pela presidente Dilma Roussef (que ironicamente durante a ditadura militar havia sido enquadrada como terrorista e duramente torturada, com base na Lei de Segurança Nacional) - pelo risco que o mesmo representa na repressão contra os movimentos sociais.

Dentre os movimentos sociais brasileiros que se manifestaram preocupados com a Lei Antiterrorismo em vigor, estão o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Com larga experiência de criminalização de suas lutas, estes movimentos veem na nova legislação uma abertura para a repressão das manifestações sociais.

Esse processo de criminalização de movimentos sociais não ocorre apenas no Brasil. No Equador, em 2010, o presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), Marlon Santi, e o presidente da Ecuarunari, Delfin Tenesaca, foram intimados a prestar esclarecimentos em uma investigação contra os mesmos por terrorismo e sabotagem, por supostamente atentarem contra a segurança de Estado. Isto porque havia ocorrido um enfrentamento entre indígenas e policiais num lugar próximo de onde ocorria uma reunião da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América). Este episódio foi denunciado no Relatório de 2011 da Anistia Internacional:

> Se formularon cargos de sabotaje y terrorismo contra defensores de losderechos humanos, dirigentes indígenas entre ellos, en un intento de silenciar su oposición a las políticas del gobierno. En Junio se abrió una investigación por terrorismo y sabotaje contra tres dirigentes indígenas: Marlon Santi, presidente de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE); Delfín Tenesaca, dirigente de la Confederación Kichwadel Ecuador (ECUARUNARI), y Marco Guatemal, presidente de la

[3] Expertos: Ambigüedades de nuevaley sobre terrorismo en Brasil podría limitar libertadesfundamentales. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=33762#.Vnat3EorLIU>.

> Federación Indígena y Campesina de Imbabura (FICI). La investigación estaba relacionada con participación en una manifestación celebrada en Otavalo en protesta por su exclusión de una cumbre de países miembros de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA). Al finalizar el año la investigación continuaba su curso. En Mayo se formularon cargos de sabotaje y terrorismo contra los dirigentes comunitarios Carlos Pérez y Federico Guzmán, y contra tres habitantes de Victoria del Portete, provincia de Azuay, en relación con su participación en un corte de carretera realizado como protesta contra un anteproyecto de ley sobre el agua. Los tribunales desestimaron los cargos en agosto.[4]

Em 2012, camponeses, líderes de uma comunidade rural denominada San Pablo de Amalí, na província de Bolívar, participaram de uma manifestação contra a construção de uma hidroelétrica, cujo contrato com o Estado Equatoriano, autorizava a mesma a adjudicar 5 mil litros de água por segundo do principal rio que abastecia a comunidade. Como resultado da manifestação houve confronto com a polícia, resultando em várias pessoas feridas. Dentre elas, quatro policiais. As lideranças da comunidade, Manuel Trujillo (51 anos) e Manuela Pacheco (47 anos), foram processados por "terrorismo organizado", apesar da falta de provas de que eles estavam na manifestação e feriram os policiais. Com pedido de prisão preventiva decretado em novembro de 2012, após massivas mobilizações da comunidade local, a prisão preventiva foi revogada, mas ambos teriam que se apresentar toda segunda feira ao Tribunal. Finalmente, em 19 de fevereiro de 2016, foi realizada a audiência onde Manuel e Manuela foram declarados inocentes.

No Chile, 8 integrantes da etnia Mapuche foram processados e condenados como terroristas, em 2003, devido à realização de protestos sociais. A decisão da Corte chilena, baseada na Lei 18.314 de 1984 – assim como no Brasil, resquício da ditadura militar de Augusto Pinochet - foi duramente criticada e alterada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2014.

Em 2010, haviam nove Mapuches condenados e outros cinquenta e três sendo processados pela Lei Antiterrorista de 1984. Destes últimos, quarenta e dois encontravam-se presos. A ONU também se posicionou,

[4] Informe 2011 Amnistía Internacional: El estado de losderecho humanos em el mundo. 2011. P.181.

mediante relatorias de direitos humanos, em 2004, 2007 e 2009.[5] A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos esclarece:

> A partir delaño 2001 se incrementó significativamente el número de dirigentes y miembros de comunidades mapuche investigados y juzgados por lacomisión de delitos ordinariosenrelaciónconactos violentos asociados a la referida protesta social. En una minoría de casos se lesha investigado y/o condenado por delitos de carácter terrorista enaplicación de laLey 18.314 (Ley Antiterrorista) (...). Ensu informe final sobre la visita que realizó a Chile enjulio de 2013, el Relator Especial de Naciones Unidas sobre lapromoción y laprotección de losderechos humanos y libertadesfundamentalesenla lucha contra el terrorismo resaltó que la "opinión política" en Chile coincide en que laaplicación de laLey Antiterrorista a losmapucheenel contexto de la referida protesta social es "insatisfactoria e inconsistente" .Asimismo, entre el 2000 y el 2013 elMinisterio Público formalizóun total de 19 causas bajo laLey Antiterrorista, de lascuales 12 se relacionanconreivindicaciones de tierrasdel Pueblo indígena Mapuche.[6].

E decide, considerando não somente a definição aberta do tipo penal do terrorismo, mas todas as violações de princípios de processo penal decorrentes da Lei Antiterrorista:

> Tal como se ha señalado la presente Sentencia, las sentencias condenatorias expedidas en contra de las ocho víctimas de este caso -determinando su responsabilidad penal por delitos de carácter terrorista- fueron emitidas fundándose en una ley violatoria del principio de legalidad y del derecho a la presunción de inocencia (...), impusieron penas accesorias que supusieron restricciones indebidas y desproporcionadas al derecho a lalibertad de pensamiento y expresión (...) y al ejercicio de losderechos políticos (...). Adicionalmente, la Corte encontró que la fundamentación de las sentencias condenatorias se utilizaron razonamientos que denotan estereotipos y prejuicios, lo cual configuró una violación del principio de igualdad y no discriminación y el derecho a la igual protección de la ley (...).se produjeron violaciones

[5] Fonte: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/08/140801_chile_ley_antiterrorista_nc>.

[6] Corte Interamericana de Direitos Humanos, Sentença do Caso NorínCatrimán y otros, em 29/05/2014. Em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_279_esp.pdf> , p. 28. Acesso 07/05/2016.

> al derecho de la defensa protegido en el artículo 8.2.f de la Convención (...) y con respecto a siete de las víctimas de este caso se les violó el derecho de recurrir de esos fallos penales condenatorios (...). Todo ello hace que sean condenas arbitrarias e incompatibles con la Convención Americana.[7]

O argumento dos governos da América Latinapara a proposição e aprovação de Leis Antiterroristas é de que precisam cumprir uma "recomendação" do Grupo de Ação Financeira (GAFI), para que se crie um ambiente seguro para investimentos, por meio do combate à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo. Criado pelo G7em meados de 1990, o GAFI elabora recomendações aos países membros e não membros que, por ventura não cumpram, são incluídos na "lista suja" dos países e territórios não cooperativos.Essas recomendações são, em sua maioria, referentes à criação de uma legislação nacional.

O relatório "Combate ao terrorismo, 'lavagem política' e o GAFI: legalizando a vigilância, regulando a sociedade civil", publicado pelo *TransationalInstitue* e pelo *Statewatch*, analisa os 159 países que assinaram a recomendação, abordando de que forma as regras internacionais de combate ao terrorismo estão minando a liberdade de associação nestes países. De forma mais específica, analisa o impacto da RE VIII na legitimação da criminalização das organizações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a essas considerações sobre quem são os terroristas, e considerando o contexto latino-americano de quase total ausência de atentados terroristas e grupos terroristas, quem seriam os terroristas a ser enquadrados pelas legislações antiterror? Com base nas experiências vividas pelos movimentos sociais e pelos casos de aplicação das leis nos países latino-americanos.

O processo de criminalização sempre existiu, e a legislação antiterrorista contribui para aprofundá-lo de forma grave, especialmente na América Latina, no qual os interesses das classes dominantes sempre estiveram presentes.

[7] Ibidem, p. 137.

REFERÊNCIAS

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Informe 2011:** el estado de losderechos humanos em el mundo. Disponível em <http://amnistiainternacional.org/publicaciones/133-informe-2011-el-estado-de-los-derechos-humanos-en-elmundo.html>. Acesso em maio de 2016.

ARGENTINA. **Congreso Argentino**. Ley 26.268 de 4 julio de 2007. Modificación. Asociaciones ilícitas terroristas y financiacióndel terrorismo. Modificación de laLey Nº 25.246 de Encubrimiento y Lavado de Activos de origendelictivo.Disponível em <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/125000-129999/129803/norma.htm>. Acesso em maio de 2016.

_____ **Ley 26.734 de 27 diciembre de 2011.** Codigo Penal. Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/190000-194999/192137/norma.htm≥ . Acesso em maio de 2016.

BRASIL**. Decreto-lei n° 2.848 de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm≥. Acesso em maio de 2016.

_____ **Congresso Nacional. Lei n° 13.260 de 16 de março de 2016**. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm≥. Acesso em maio de 2016.

BRISOLA, E. **Estado Penal, criminalização da pobreza e Serviço Social**. SER Social, Brasília, v.14, n.30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CHILE. **Congreso Nacional. Ley 18.314 de 17 de mayo de 1984**. Determina conductas terroristas y fijasupenalidad.Disponível em <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29731≥. Acesso em maio de 2016.

CHOMSKY, N. **Entrevista com Noam Chomsky à RTP**, em maio de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HyVY6r73QjY≥ Acesso em maio de 2016.

CONFIRA na íntegra o discurso de Bush após os ataques de 11/9. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/confira-na-integra-o-discurso-de-bush-apos-os-ataques-de-119,50fb27721cfea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html≥ . Portal Terra, São Paulo. S.d. Acesso em dezembro de 2015.

COSTA RICA. **Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Caso NorínCatrimán Y Otros (Dirigentes, Miembros Y Activista Del Pueblo Indígena Mapuche) Vs. Chile Sentencia De 29 De Mayo De 2014 (Fondo, Reparaciones Y Costas). Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_279_esp.pdf≥ . Acesso em maio de 2016.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª. edição. São Paulo: Cortez, 2011.

EXPERTOS: Ambigüedades de nuevaley sobre terrorismo en Brasil podría limitar libertadesfundamentales.Disponível em <http://www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=33762#.Vnat3EorLIU≥ .Naciones Unidas. Nova Iorque/EUA. 4 de novembro de 2015. Acesso em dezembro de 2015.

FERRAJOLI, L. [et al.]. **La emergenciadelmiedo**. Buenos Aires: Editar, 2013.

FRAGOSO, C. F. **Autoritarismo e Sistema Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GOULART, D. C. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).** Tese doutoral. UNESP: Marília, 2011

ÍNDICE Global do Terrorismo. Institute for Economicsand Peace. Sydney/Austrália. Disponível em <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/Global-Terrorism-Index-2015.pdf≥. Acesso em dezembro de 2015.

LIMA, S. L. R. de. **Metamorfoses na luta por habitação***:* o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tese doutoral Planejamento Urbano e Regional. UFRJ: Rio de Janeiro, 2004.

LYRA FILHO, R. **O que é direito**.17ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MIAILLE, M. **INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO**. LISBOA: EDITORIAL ESTAMPA, 1994.

OBAMA defende endurecer luta contra Estado Islâmico sem cair no medo. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/internacional/1449453134_535003.html> . Acesso em dezembro de 2015.

ONU. **Resolução 49/60 de 17 de fevereiro de 1995**. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/49/60&referer=/english/&Lang=S≥ . Acesso em dezembro de 2015.

SADER, E (org.). **Latinoamericana**. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2006.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente***:* A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2ª. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ZAFFARONI, E. R. **El enemigo em elderecho penal**. 3ª. reimpressão. Buenos Aires: Ediar, 2012.